Silke Kapp e Ana Baltazar (eds.)

Moradia e outras margens

volume 2

O selo editorial MOM reúne abordagens críticas e perspectivas de transformação sócio-espacial, mobilizando os campos da arquitetura, do urbanismo, das artes e das ciências humanas e sociais. Ele é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa MOM e integra a Editora da Escola de Arquitetura da UFMG.

Esperamos que os livros produzidos sob este selo ofereçam materiais a estudos, práticas, imaginações e experimentos de sociedades e espaços para além da catástrofe atual. Temos mantido a grafia sócio-espacial, com hífen, sempre que se trata de dar relevo à dialética de espaço e sociedade. Em todos os demais casos, ajustamos (citações de) textos em português anteriores ao novo Acordo Ortográfico ou divergentes da grafia brasileira, preservando apenas os títulos com a grafia original.

Para referir citações, as notas informam autores, títulos e datas. Isso evita aquelas pedras no caminho da leitura que o sistema autor-data impõe, e facilita a identificação de obras citadas, sem sobrecarregar os rodapés. Referências completas estão reunidas na seção de bibliografia. Nas citações de obras publicadas originalmente em outros idiomas, recorremos a edições em português sempre que possível. Eventuais alterações no texto de uma tradução publicada são assinaladas por asterisco após a referência na nota, então complementada pela referência da respectiva edição no idioma original. Traduções de trechos de obras não disponíveis em português são de autoria de quem os cita, exceto quando indicado de outra maneira.

No corpo do texto, reservamos as aspas duplas às citações e usamos aspas simples quando se trata de relativizar termos ou expressões.

MOM
edições

Moradia e outras margens

volume 2

Silke Kapp e Ana Baltazar (eds.)

Moradia e outras margens

volume 2

E, enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia...

Friedrich Engels, 1872

VOLUME 1

Apresentação ou por que este livro 13

Agradecimentos 19

Balizas

2004 Pontos de partida 23
Silke Kapp | Ana Paula Baltazar | Rita Velloso

2008 Arquitetura como exercício crítico 39
Silke Kapp | Ana Paula Baltazar | Denise Morado

2010 Contra a determinação, além da mediação 65
Ana Paula Baltazar | Silke Kapp

2013 Marco teórico da rede FINEP MORAR TS 79
Silke Kapp | Adauto Lúcio Cardoso

2016 Assessoria técnica com interfaces 127
Ana Paula Baltazar | Silke Kapp

2018 Grupos sócio-espaciais 151
Silke Kapp

Contraprojeto

2005 Por uma arquitetura virtual 173
Ana Paula Baltazar

2005 Moradia e contradições do projeto moderno 179
Silke Kapp

2006 Produção seriada e individualização 191
Silke Kapp | Natália Arreguy Oliveira

2007 Síndrome do estojo 215
Silke Kapp

2009 Arquiteto sempre tem conceito 229
Silke Kapp | Priscilla Nogueira | Ana Paula Baltazar

2012 Além da representação 249
Ana Paula Baltazar

Interfaces

2006 Por uma arquitetura não planejada 265
Ana Paula Baltazar | Silke Kapp

2012 Arquitetos nas favelas 281
Silke Kapp | Ana Paula Baltazar | Rebekah Campos | Pedro Arthur Magalhães | Lígia Milagres | Patrícia Nardini | Bárbara Olyntho | Leonardo Polizzi

2014 Interfaces como estratégia metodológica 293
Ana Paula Baltazar | Silke Kapp | Augustin de Tugny

2014 Materamoris como alternativa pós-histórica 313
Ana Paula Baltazar

2015 Price e Flusser: produção habitacional no século XXI 325
Ana Paula Baltazar | Lorena Melgaço

Políticas de habitação

2011 Famílias sem casa e casas sem família 347
Ana Paula Maciel Peixoto | Ana Paula Baltazar

2011 Casa alheia, vida alheia 371
Silke Kapp

2012 Direito ao espaço cotidiano 387
Silke Kapp

2012 Uma tipologia de espaços cotidianos 411
Silke Kapp

2012 O paradoxo da participação 437
Silke Kapp | Ana Paula Baltazar

2017 Política de remoções em Belo Horizonte 459
Ana Paula Baltazar | Márcia Costa | Cíntia de Freitas Melo | Eric Crevels | Lucas Furiati

Discussões pedagógicas

2014 Assessoria técnica e suas questões 483
Silke Kapp

2017 Extensão do conhecimento das águas na cidade 499
Roberto E. dos Santos | Silke Kapp | Margarete Araújo Silva | Tiago Castelo Branco Lourenço

2019 Imagens para a imaginação da cidade 511
Isabela Barreto | Roberto E. dos Santos | Rodrigo Marcandier

2019 Arte-educação no cotidiano sócio-espacial 523
Hélio Passos Rezende | Ana Paula Baltazar

2020 Não existe arquitetura decolonial 535
Ana Paula Baltazar

Bibliografia 551

VOLUME 2

Cotidianos

2005 Uma cidade não é um parque temático 15
Silke Kapp | Ana Paula Baltazar

2012 Alienação via mobilidade 19
Silke Kapp

2013 Espaços para diferenças 31
Ana Paula Baltazar | Silke Kapp | Augustin de Tugny | Juarez Pereira Furtado

2014 Habitar a grande cidade 45
Silke Kapp | Augustin de Tugny | Ana Paula Baltazar

2016 Levantamento sócio-espacial num vilarejo 73
Silke Kapp

2020 Entrevistas na pesquisa sócio-espacial 95
Silke Kapp

Favelas e heteronomia

2008 A outra produção arquitetônica 129
Silke Kapp

2010 Quem tombará a favela? 139
Silke Kapp

2012 Quem mora nas favelas? 149
Silke Kapp | Margarete de Araújo Silva

2013 Aos destituídos, as cabeceiras 165
Margarete de Araújo Silva

2016 As palafitas do rio Anil 191
Joana Barbosa Vieira da Silva | Silke Kapp

2018 Pioneiras nas vilas da Serra 205
Silke Kapp | Camila Matos | Luna Lyra | Rodrigo Marcandier

Construção da periferia

2014 Loteadores associativos 227
Silke Kapp | Rebekah Campos | Pedro Arthur Magalhães | Tiago Castelo Branco Lourenço

2017 Origens das ocupações urbanas em Belo Horizonte 245
Tiago Castelo Branco Lourenço

2017 Movimentos sociais nas ocupações urbanas 261
Tiago Castelo Branco Lourenço

2019 Interculturalidade sócio-espacial do povo Gavião Kyikatêjê 277
Hélio Passos Rezende | Ana Paula Baltazar

2019 Mulheres em outras moradias 293
Luna Lyra | Silke Kapp | Fernanda Barbabela | Giovanna Camisassa | Lívia Batista | Luara Assis | Maria Cecília Rocha | Maria Elena Vasconcelos | Maria Laura Vilhena | Milena Torino

Histórias de canteiro

2007 Racionalização abandonada 309
Roberto E. dos Santos

2010 A missão técnica de Vauthier 325
Roberto E. dos Santos

2012 Vernacular metropolitano 339
Silke Kapp | Ana Paula Baltazar

2017 Para uma genealogia da representação gráfica das estruturas 351
Roberto E. dos Santos | Silke Kapp | Athos Silva

2017 O sonho da intuição estrutural ou a nostalgia do canteiro no desenho 363
Silke Kapp | Roberto E. dos Santos | Athos Silva

2020 Canteiros da arte: entre Adorno e Ferro 383
Silke Kapp

Outras histórias

2005 O esquecimento de Neufert 399
Roberto E. dos Santos

2008 Na cozinha dos modernos 413
Silke Kapp | Sulamita Fonseca Lino

2013 O concreto e o diploma 433
Roberto E. dos Santos

2015 Memórias do Belo Horizonte: cadernetas de campo da CCNC 447
Roberto E. dos Santos | Thiago Alfenas Fialho

2016 O sistema CARPE de produção de escolas públicas 459
Geraldo Ângelo A. Silva | Roberto E. dos Santos

2019 Desigualdade n'*O cortiço* de Aluísio Azevedo 471
Ana Paula Baltazar

Bibliografia 493

Autoras e autores 517

cotidianos

[2005] Uma cidade não é um parque temático

Silke Kapp | Ana Paula Baltazar

O título parafraseia um famoso artigo de Christopher Alexander, "A city is not a tree" (Uma cidade não é uma árvore), de 1966, que critica a estrutura modernista do espaço urbano e pleiteia por uma organização em rede, em vez da organização hierarquizada. Nossa polêmica análoga se dirigiu contra o chavão, muito repetido na elite brasileira, de que as cidades deveriam ser administradas como empresas, shoppings ou disneylândias. O texto foi escrito para o jornal *Estado de Minas* na intenção de esclarecer, a um público não acadêmico, um projeto de que o MOM estava participando na época: *Lotes vagos: ação coletiva de ocupação urbana experimental*, coordenado por Louise Ganz e Breno da Silva. Como o próprio nome diz, sua lógica era oposta à lógica administrativa dos parques temáticos, procurando recuperar e dar legitimidade a ações espontâneas dos cidadãos no espaço urbano. Curiosamente, a palavra *temático* foi suprimida do título pela edição do jornal.[1]

Quando Walt Disney abriu seu primeiro parque temático, a Disneylândia de Anaheim, Califórnia, teve o cuidado de instalar, atrás das inocentes fachadas-cenário, espaços de onde podia monitorar o público sem ser visto. Seu objetivo era controlar os acontecimentos com eficácia cada vez maior e suprimir quaisquer possibilidades de ação autônoma, tanto do público quanto dos funcionários. Os visitantes deveriam comprar e comer, os funcionários deveriam entretê-los e manter a ordem, mas tudo segundo um bem planejado roteiro. Comportamentos atípicos seriam repreendidos, eventualmente com a expulsão do visitante ou a demissão do funcionário.

Contrariando as expectativas dos críticos, Walt Disney teve sucesso com essa estratégia. Parece que o público adulto submetido à sua vigilância discreta e onipresente recebe exatamente o que os anúncios de inúmeros produtos prometem: 'conforto e segurança', isto é, a certeza

1 Primeira publicação: Uma cidade não é um parque. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, Caderno Cultura, 4/6/2005, p. 3.

de que todo evento, mesmo aquele subjetivamente experimentado como surpresa, é objetivamente controlado pela administração. Diante disso, as pessoas se submetem à tutela e restringem sua autonomia de pensamento e ação à escolha dos *souvenirs*. A comodidade é, afinal, a forma mais eficiente de dominação.

Mas, na mesma época da abertura do primeiro parque Disney, por volta de 1955, também houve ações na contramão desse espaço espetacular, autoritário e de público passivo. Um exemplo são os playgrounds de Amsterdam, projetados pelo arquiteto Aldo van Eyck a partir de sugestões da própria população e em resposta à ocupação das ruas pelos carros e à escassez de locais para brincar. Esses espaços — que, nas décadas de 1950 e 1960, estiveram sempre abarrotados de crianças e mudaram a paisagem da cidade — eram instalados de modo mais ou menos temporário em interstícios urbanos, como os lotes vagos. À diferença da Disney, não incluíam brinquedos prefigurados quanto ao uso, movimento ou significado. Não havia foguetes, casinhas, ornamentos florais, montanhas-russas ou escorregadores. Tratava-se apenas de superfícies de texturas variadas, tanques de areia, blocos e muretas de diferentes tamanhos, estruturas tubulares simples, aos quais as próprias crianças davam os usos e significados que quisessem. E quem se movimentava também eram as crianças, e não os brinquedos. Contudo, as instalações de Van Eyck nada tinham de fotogênicas; para uma apreensão passiva e apenas visual, elas pareciam até sem graça.

Outro exemplo contrário ao espaço-espetáculo são os textos e ações dos chamados situacionistas. Eles defenderam que a cidade deveria possibilitar a cada indivíduo ou grupo a construção de suas próprias situações, sem impedimentos de ordem espacial e sem o predomínio da visualidade, que leva à aceitação acrítica dos espetáculos impostos. Nesse aspecto, os situacionistas vão mais longe do que Van Eyck, porque buscam o desaparecimento da divisão entre espectadores ou usuários, de um lado, e arquitetos, artistas ou administradores, de outro: todos que o quiserem constroem situações, e tais situações são vividas pelos próprios construtores. A ideia de engajamento de muitos agentes em situações específicas, relacionadas a contextos também específicos, opõe-se diretamente aos princípios abstratos do planejamento 'de cima para baixo' que prevaleceu no urbanismo moderno.

No entanto, o balanço histórico dessas experiências opostas é mais ou menos o seguinte: os mais de setecentos playgrounds de Van Eyck não ficaram famosos, mas foram demolidos para dar lugar a novos

edifícios ou reformados com brinquedos figurativos que ficam vazios a maior parte do tempo; a proposta situacionista não conseguiu modificar radicalmente os procedimentos urbanísticos, embora tenha se tornado fetiche dos arquitetos; já o império Disney prosperou. Desnecessário discutir qual foi a concepção vencedora.

Hoje há até quem pense que as cidades reais deveriam ser administradas à maneira dos parques ou shoppings, onde tudo é 'limpo' e 'funciona'. (O que equivale a algo como trocar bebês por bonecos, porque nunca cheiram mal nem ficam doentes.) Mas a Disney está longe de ser uma cidade real, porque cidades são espaços públicos e políticos, antes de serem aglomerados de construções e pessoas. Se nelas prevalecer a tão almejada democracia, diferentes grupos devem poder se engajar em seus interesses e opiniões, sem que os conflitos estejam eliminados a priori e os desfechos, decididos de antemão. A exclusão metódica do mais tênue indício de negatividade (a ponto de até Baby Consuelo e Pepeu serem barrados na Disneylândia) jamais fará uma cidade.

Se, a despeito do desenvolvimento dos últimos cinquenta anos, ainda queremos liberdade de pensamento e ação, cabe defender enfaticamente as práticas sócio-espaciais condizentes com isso. Vigilância e controle não o são. Também não o é a ideia de ilegitimidade atribuída a transformações urbanas não decorrentes de programas centralizados. Na cidade real, o planejamento sempre foi apenas um dentre os diversos agentes de produção do espaço, e nem sempre o mais bem-sucedido.

O uso temporário e espontâneo de terrenos públicos ou privados, por exemplo, é parte essencial da cultura urbana há séculos. O mercado itinerante, o circo, a quermesse ou o parque de diversões tradicional se instalavam em áreas vagas, trazendo uma infraestrutura pronta e transformando um local antes pouco frequentado em foco de interesse, numa interação entre a cidade e seus habitantes condizente com o princípio de democracia na produção do espaço. Se essas formas mais antigas de mobilização tendem a se extinguir (os circos agora preferem os estacionamentos de shoppings com infraestrutura e público garantidos), como proporcionar novas possibilidades de tal mobilização ocorrer? E como avançar do evento predefinido e controlado ao evento realmente participativo? Como superar a observação passiva e estimular a criação coletiva de situações?

O projeto *Lotes vagos: ação coletiva de ocupação urbana experimental*, coordenado pela arquiteta Louise Ganz e Breno da Silva, aponta nessa direção. Trata-se de um projeto cultural que cria a oportunidade

de promover o uso público temporário de lotes vagos, sem empecilhos legais ou ameaças à propriedade privada. Por ora, a iniciativa abrange cinco ocupações experimentais, organizadas e executadas por cinco grupos diferentes, ao longo dos próximos meses. Apenas o fato de esses grupos operarem com total autonomia no projeto, engendrando suas ações conforme as especificidades dos lugares escolhidos, já nos parece um avanço em relação às formas tradicionais de gestão desse tipo de empreitada. A questão agora será, por um lado, conseguir que ela ultrapasse suas dimensões iniciais — de preferência até que não haja mais lotes ociosos nesta cidade. Por outro lado, seria ideal que, mesmo com uma abrangência muito maior, fosse preservada a autonomia dos grupos e comunidades dispostos a propor, organizar e manter os usos temporários de terrenos agora ociosos.

Uma das cinco ocupações propostas, na qual estamos diretamente envolvidas, é denominada *Projetando o espaço com o corpo | Mapeando a cidade com o corpo*. Ela consiste no uso temporário do mirante Belvedere na Serra do Curral, auxiliado por estruturas leves, moduladas e encaixáveis, sem finalidade específica, a serem montadas e modificadas pelo público continuamente da forma que lhe parecer mais conveniente, seja para experienciar a vista da cidade, seja para quaisquer outras atividades de lazer ou educação. Com o jogo de montar, os usuários-construtores poderão escolher que parte do terreno ocuparão e de que maneira, poderão testar espaços fechados e abertos, configurando seu formato, suas conexões, seus níveis, e poderão adequar os espaços ao seu corpo, à reunião de certo número de pessoas, à maior ou menor privacidade, às vistas que os interessam. Ao mesmo tempo, as pessoas que visitarão o local serão solicitadas a deixar algum registro de sua passagem. Tal registro será a base de um mapa de Belo Horizonte em constante desenvolvimento na internet. A partir do uso da estrutura, crianças e adultos serão ainda convidados a uma aula de geografia sobre a cidade, esperando-se que eles criem seus espaços de observação e nos contem a história da Belo Horizonte que eles experienciam. O resultado será incluído no mapa-site dinâmico, inaugurando assim o mapeamento psicogeográfico de Belo Horizonte, isto é, uma representação da cidade para além da cartografia convencional, que registra elementos físicos, mas não dá conta do espaço como prática social.

[2012]

Alienação via mobilidade

Silke Kapp

Este ensaio, como vários dos capítulos do volume 1, pertence ao período em que o MOM participou mais ativamente da discussão de políticas públicas, no contexto do PDDI-RMBH. Trata-se de uma reflexão teórica, motivada por uma constatação prática relativamente trivial: a mobilidade compulsória é uma maneira eficiente de desestruturar resistências sócio-espaciais, alienando as pessoas do seu espaço cotidiano. Hoje, depois de um ano de confinamento em razão da COVID-19, tudo indica que, mesmo se tivermos um futuro de menos mobilidade física compulsória, isso não implica necessariamente desalienação ou maior engajamento sócio-espacial na esfera local.[1]

Mobilidade como liberdade

A mobilidade é habitualmente considerada um bem, seja como possibilidade de deslocamentos cotidianos numa mesma região (mobilidade urbana) ou deslocamentos sazonais para além dela (mobilidade geográfica em geral), seja como possibilidade de mudança de domicílio (mobilidade residencial). Assim, prevalece um eufemismo em relação aos dispositivos que ampliem qualquer uma dessas possibilidades, não importando se o deslocamento é livre, induzido ou compulsório. O fato de se criarem mais dispositivos para que mais pessoas se desloquem mais vezes e para mais longe parece, erroneamente, equivaler a um aumento de liberdade, independência e autonomia de ação.

É claro que ninguém com um ideário minimamente democrático seria, por princípio, contrário à liberdade de ir e vir. O problema é que essa noção se reveste facilmente de hipocrisia. O dispositivo de ampliação da mobilidade que, numa fase inicial, parecia de fato livre torna-se compulsório. A mobilidade de alguém que passa cinco horas diárias

1 Primeira publicação: Alienação via mobilidade. *Oculum Ensaios*, v. 15, 2012, pp. 30–41. Outros textos decorrentes do PDDI-RMBH estão reunidos no tema "Políticas de habitação", nesta edição, v. 1, pp. 345–480. Para o contexto desta pesquisa, cf. v. 1, p. 347, nota 1.

no transporte público entre moradia e trabalho não significa nenhuma liberdade, tampouco as mudanças provocadas por remoção, pressão imobiliária, desestruturação do contexto local, perseguição política, pobreza, clima, falta de oportunidades. Até mesmo o turismo — termo esse que sempre carrega consigo a conotação de férias e tempo livre — tem sido praticado menos por opção do que por falta de opção, sobretudo no setor do chamado turismo de negócios. Os funcionários dos *global players* não circulam pelo mundo como abastados do século XVIII em *grand tour*, nem como globe-trotters, mas como agentes de articulação entre mercados, empresas e instituições cujos destinos representam apenas pontos indiferentes de um mesmo empreendimento.

Uma questão óbvia nisso tudo é a relação direta entre o incremento de mobilidade e o consumo cada vez maior de recursos naturais (energia, matérias-primas e espaço, sobretudo). Mas o raciocínio que vê no impacto ambiental da mobilidade o seu principal aspecto negativo costuma desembocar em tentativas de diminuir esse impacto sem questionar os deslocamentos como tais e sem questionar seus efeitos políticos. Os prejuízos de uma mobilidade compulsória estão longe de se restringir à questão ambiental. Melhor do que substituir o automóvel particular pelo transporte coletivo ou pelo transporte não motorizado seria reduzir drasticamente a necessidade de longos deslocamentos diários de milhões de pessoas. Melhor do que criar novos loteamentos, conjuntos e condomínios ditos sustentáveis seria interromper os mecanismos que obrigam à mobilidade residencial e que a fazem equivaler à mobilidade social, seja no sentido ascendente ou descendente. Em suma, contrariando a já automatizada associação entre liberdade e movimento, caberia discutir como justamente a mobilidade pode significar uma forma de interdição e desestruturação da liberdade, em especial daquela liberdade que se manifesta como autonomia coletiva na produção do espaço.

Autonomia no espaço

Autonomia é a possibilidade e a capacidade de indivíduos e grupos darem a si mesmos as próprias normas. Portanto, autonomia não é o mesmo que arbitrariedade individual ou ausência de regras, mas, pelo contrário, contém a ideia do *nomos*, da norma. Contudo, essa norma não é imposta por uma instância externa (como nas situações de heteronomia), mas sim definida por aqueles que a ela estarão submetidos.

Também por essa razão, a noção de autonomia é muito mais significativa quando entendida coletivamente, como um conjunto de acordos num grupo igualitário, não hierárquico.

O que isso quer dizer em termos espaciais? Como foi extensamente discutido por Henri Lefebvre, o poder sobre a produção do espaço equivale ao poder sobre a sociedade em geral ou, inversamente, não há poder na sociedade que não seja também poder sobre a produção social do espaço.[2] Não é difícil verificar isso nas cidades brasileiras, cujo desenvolvimento tem sido sempre mais pautado por interesses econômico-políticos do que pelos interesses e necessidades cotidianas da população em geral. Esta costuma estar submetida a uma produção heterônoma do meio urbano e até doméstico, da mesma maneira como está submetida a heteronomias nas esferas econômica, cultural e política. Na realidade, tais esferas são inseparáveis entre si e inseparáveis da dimensão espacial.

Em contrapartida, a autonomia no espaço — a possibilidade de determinação do espaço por aqueles que o usam ou habitam — significaria necessariamente uma rearticulação de poder em favor da escala local e microlocal. Como ressoa no velho termo *comunismo*, a liberdade começa na comuna ou na pequena unidade sócio-espacial. Não há dúvida de que é impossível resolver todos os problemas de uma sociedade complexa a partir, somente, de pequenas unidades espaciais autônomas justapostas. Mas, por outro lado, uma democracia representativa em que legislam sobre o espaço apenas instâncias espacialmente muito abrangentes (de prefeituras a organizações supranacionais) leva, invariavelmente, à alienação do espaço cotidiano. Por mais bem-intencionados que sejam os mecanismos da chamada participação popular, é impossível que haja autonomia coletiva em estruturas nas quais um único representante se põe no lugar de milhares de indivíduos ou pequenos grupos que, no interior dessas estruturas, nem sequer conseguem se fazer ouvir. Uma transformação social com sentido emancipatório deve incluir a autonomia na produção do espaço, a começar pela escala mais imediatamente concernente à vida cotidiana.

Embora a ideologia da propriedade privada e do enraizamento primordial no território (que é o ponto em que Heidegger e o nacional-socialismo convergem) torne suspeita qualquer discussão da chamada

2 Cf. LEFEBVRE, *A re-produção das relações de produção*, 1973; *La production de l'espace*, 1974.

territorialidade, ainda assim, cabe lembrar que seres humanos são *res extensa*, têm corpos e vivem espacialmente, não apenas num sentido metafórico. Mantê-los sempre em movimento equivale à dominação — tanto quanto mantê-los cativos. Nos dois casos, o poder sobre o tempo é correlato do poder sobre o espaço. Uma sociedade de indivíduos que se movem continuamente em espaços determinados de forma heterônoma nunca é emancipada, da mesma maneira que o turista — em sua modalidade nova ou antiga — não é autônomo, mas, pelo contrário, obrigado a se submeter a regras alheias. Sua experiência da heteronomia também pode ser valiosa, desde que aconteça por opção, como forma de conhecimento. Para haver essa opção, deverá haver alternativa, isto é, a possibilidade de um engajamento efetivo e de longo prazo em determinado território, com decisões sobre sua configuração, seu compartilhamento, o uso de seus recursos naturais e sua forma de absorver necessidades e eventos humanos.

Tempo e espaço vividos

Numa investigação intitulada "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial", o historiador E. P. Thompson descreve o processo social de mudanças e conflitos que levou à separação analítica das dimensões de tempo e espaço, assim como ao domínio do tempo quantificado do relógio sobre o tempo vivido ou natural.[3] Para ele, tempo vivido é aquele definido pelos ciclos naturais, pelo corpo com suas paixões e seu tédio, pela ação e pelo evento; ele é o tempo que as crianças compreendem antes de serem disciplinadas pela escola. Suas medidas são imprecisas aos olhos modernos: Thompson menciona expressões como "uma Ave-Maria", o "que leva o milho para assar", uma "mijada" (*pissing while*).[4] Perceber esse tempo é perceber seus conteúdos. Na verdade, ele não existe sem seus conteúdos. Não faz sentido dizer que o tempo vivido 'passa' ou que pode ser usado ou poupado.

Da mesma maneira que não se deixa apartar dos acontecimentos, o tempo vivido não se deixa apartar dos *espaços* desses acontecimentos. O dia, o intervalo variável entre a aurora e o crepúsculo, é o tempo de um movimento no espaço (o dos corpos celestes). Inversamente, a jornada, o caminho que se consegue percorrer a pé num dia, é usada como

3 THOMPSON, Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial, [1967] 1998.

4 Ibidem, p. 270.

medida de distância. Thompson remete a um relato do dramaturgo John Millington Synge sobre sua vida nas ilhas de Aran, no qual ele deixa evidente a inseparabilidade de tempo e espaço vividos: as pessoas ali mediam o tempo pela sombra do marco da porta no chão da cozinha; em dias de vento sul, quando essa porta ficava fechada, desaparecia também a medida de tempo.[5]

Thompson também remete à diferença que Lefebvre traça entre tempo cíclico e tempo linear, para indicar a contraposição acima discutida. Mais importante, no entanto, parece ser o uso que o último autor faz da expressão "espaço vivido". Ao ampliar a compreensão dos processos sociais de uma perspectiva histórica para uma perspectiva também espacial, Lefebvre evidencia como os imperativos do capitalismo colonizam o espaço pelo menos tanto quanto colonizam o tempo, moldando a vida cotidiana das modernas sociedades industriais.[6] Nessas sociedades, assim como o tempo é fragmentado e depois reunido segundo a estrutura funcional abstrata do relógio, o espaço é fragmentado e reordenado abstratamente.

Ora, a mobilidade moderna nada mais é do que a articulação entre as dimensões tempo e espaço, ambas tornadas abstratas. Em outras palavras, a mobilidade moderna é a articulação entre um tempo não vivido e um espaço não vivido. O primeiro fenômeno a incidir substancialmente nas duas dimensões talvez tenha sido o desenvolvimento do transporte ferroviário no século XIX: com ele, o tempo e o espaço da viagem se tornam independentes dos acontecimentos dentro e fora dos trens; qualquer evento que altere o destino ou a duração do percurso nada mais é do que um transtorno.

Uma das sátiras mais conhecidas dessa diferença entre mobilidade abstrata e mobilidade vivida é o longa-metragem *Mon oncle* (Meu tio), realizado por Jaques Tati em 1956–1957. Ali se contrapõem a abastada casa modernista no novo e bem planejado subúrbio (moradia do sobrinho Gerard) e o cortiço cheio de improvisos no antigo e decadente distrito de Saint-Maur-des-Fossés (moradia de seu tio). A essas duas moradias correspondem duas condições de movimento cotidiano: o moderno, sempre orquestrado por espaços e equipamentos

5 Ibidem, p. 270; cf. SYNGE, *Plays, poems, and prose*, 1941, p. 251.

6 Cabe observar que, para Lefebvre e muitos outros, socialismo real e capitalismo diferiram apenas pelo fato de o primeiro transferir a propriedade dos meios de produção ao Estado. Como demonstra a China na atualidade, esse "capitalismo de Estado" tem a mesma estrutura de produção do capitalismo de mercado.

predeterminados; e o antigo, que traz a lembrança de alguma espontaneidade de ação. Notável a respeito desse filme, além da caricatura da arquitetura e do urbanismo modernistas, é o fato de ele ter sido um sucesso de público e crítica. Muitos parecem ter se identificado com as contradições que ele encena.[7] O filme *Play Time*, que Tati conclui dez anos mais tarde, passa-se numa gigantesca cidade cenográfica de concreto e vidro (Tativille), sem o contraponto de um espaço pré-moderno. Coincidentemente ou não, foi um fracasso.

Outras mobilidades

O movimento é parte essencial de quase todas as utopias urbanas do século XX, a começar por projetos como *La Citta Nuova* (1912–1914), do futurista Antonio Sant'Elia, ou a *Ville Contemporaine* (1922), de Le Corbusier. Mas, enquanto esses são exemplos de configurações que mais promovem do que criticam a mobilidade abstrata, tida por inerente ao funcionamento da sociedade industrial, as décadas de 1950 e 1970 produziram alternativas mais incisivas para uma recuperação ou reinvenção do que se poderia denominar mobilidade *vivida*.

Isso vale particularmente para as concepções herdadas ou criadas pela Internacional Situacionista, tais como o urbanismo unitário, a psicogeografia e a deriva. À diferença dos exemplos acima, não se trata aqui da determinação de uma ou outra forma física que a cidade deveria ter depois de 'pronta' e pela qual os habitantes poderão então circular. O conceito de urbanismo unitário rompe, antes de tudo, com essa abordagem que os ingleses chamam de *blueprint planning*[8] e da qual modelos como o de Sant'Elia e Le Corbusier também são reféns. Em vez disso, o urbanismo unitário almeja outra prática de produção do espaço urbano, que "induz à transformação permanente, a um movimento acelerado de abandono e de reconstrução da cidade no tempo e, ocasionalmente, também no espaço".[9]

Na concepção de seus autores, esse urbanismo crítico poderia e deveria ser aplicado a cidades e sociedades existentes (na década de 1950), em vez de definir de antemão uma forma da cidade futura. Um

7 *Mon oncle* ganhou, entre outros, o prêmio do júri no Festival de Cannes, em 1958, e o Oscar de melhor filme estrangeiro, em 1959.

8 Cf. TAYLOR, *Urban planning theory since 1945*, 1998.

9 INTERNACIONAL SITUACIONISTA, Urbanismo unitário no fim dos anos 1950, [1959] 2003, p. 103.

exercício nesse sentido seria a deriva: "uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas", realizada por pequenos grupos de pessoas, geralmente durante "o intervalo de tempo compreendido entre dois períodos de sono", numa extensão que poderia variar da vizinhança até a grande cidade, dependendo dos objetivos e das motivações conscientes ou inconscientes dos participantes.[10] Por um lado, a deriva é a negação determinada da funcionalidade usual do movimento e, por outro, a tentativa de recuperação de uma experiência subjetiva, não mecânica e não rotineira desse movimento. "Uma ou várias pessoas que se dediquem à deriva estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar".[11]

Mas o conceito da deriva não é apenas "absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e passeio".[12] Sua crítica vai além dos deslocamentos cotidianos usuais. A deriva e a própria ideia do urbanismo unitário são também críticas às formas de habitação urbana e à contraposição espacial de movimento e repouso prescrita no zoneamento da *Carta de Atenas* mediante a separação das funções de habitação, trabalho, lazer e circulação (daí também o termo "unitário"). O urbanismo unitário deveria significar um espaço urbano mutável, experimentado, apropriado e refeito continuamente, que possibilitaria uma síntese de autonomia (pelo menos individual) e movimento.

Velha Babilônia

Constant Nieuwenhuys procurou traduzir isso num modelo espacial "que abandona o conceito de 'assentamento' e em vez disso enfatiza a mobilidade, a liberdade de tempo e espaço":[13] a Nova Babilônia, cujos desenhos iniciou em 1956. A empreitada tem algo de paradoxal, pois não deveria haver modelo de uma cidade produzida continuamente por todos os seus "vivenciadores".[14] O próprio Constant tenta fugir desse paradoxo, afirmando que não se trata de um projeto de urbanismo, de

10 DEBORD, Teoria da deriva, [1956] 2003, p. 88.

11 Ibidem, p. 87.

12 Ibidem, p. 87.

13 WIGLEY, *Constant's New Babylon: the hyper-architecture of desire*, 1998, p. 224.

14 DEBORD, Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional, [1957] 2003, p. 57.

uma estrutura arquitetônica ou de uma obra de arte, mas da "tentativa de dar forma material à teoria do urbanismo unitário".[15]

No entanto, justamente esse tipo de tentativa reduz o potencial da crítica que lhe dá origem. Em lugar de fomentar a compreensão da realidade e eventualmente transformá-la pela conjunção de múltiplos raciocínios e ações, a crítica tornada 'construtiva' e traduzida em proposta concreta tende a ser apenas uma imagem invertida do real, cuja recepção se limita a uma avaliação de viabilidade com os parâmetros da sociedade tal como ela é. Marx e Engels já combatiam o socialismo utópico pela mesma razão.

De fato, a concepção de Constant segue em muitos aspectos a lógica da sociedade que pretende superar. Sua ideia de substituição da moradia fixa por "uma espécie de hotel residencial [...] favorecendo mudança frequente de domicílio"[16] está bem próxima do cotidiano dos *frequent travelers* atuais, no qual, aliás, transporte e moradia se confundem. E a concepção de Constant acerca da abolição do trabalho não criativo e da "reativação da gigantesca potência criativa [das massas]", que resultaria numa "organização constantemente variada do meio ambiente",[17] tornaria o movimento tão incessante quanto ele é de fato no produtivismo real.

Adorno alertou, há mais de sessenta anos, para essa armadilha da identificação da sociedade emancipada com "um comportamento humano formado a partir do modelo da produção como fim em si mesma" ou "a ideia da atividade sem peias, da criação ininterrupta, da insaciabilidade de boca cheia, da liberdade como empresa a todo vapor"; em vez disso, "talvez a verdadeira sociedade se farte do desenvolvimento e deixe, por pura liberdade, possibilidades sem utilizar"; a utopia deveria incluir a hipótese de não se fazer nada — "*Rien faire comme une bête*".[18]

Assim, certo caráter reacionário da Nova Babilônia não advém apenas do fato de que o modelo físico ou desenhado "acaba congelando, restringindo e aprisionando o próprio discurso que pregava a mobilidade, a liberdade total e a criação da cidade pelos seus habitantes".[19] Igualmente questionável é esse discurso mesmo, o urbanismo

15 CONSTANT, New Babylon, [1960] 1971, p. 177.

16 Ibidem, p. 178.

17 Ibidem, p. 177.

18 ADORNO, *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*, [1951] 1992, p. 137.

19 JACQUES, Apresentação, *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*, 2003, p. 28.

que faz da mobilidade um ideal. Yona Friedman, que também formula concepções de arquitetura móvel e cidade espacial na mesma época (com megaestruturas desmontáveis e adaptáveis aos desejos de seus ocupantes), critica Constant por essa hipóstase da mobilidade, considerando que seria melhor oferecê-la a quem quiser do que impor mobilidade sem fim a todos.[20]

Maquiavel por Debord

Essa distinção entre mobilidade livre e mobilidade compulsória torna-se mais contundente em *A sociedade do espetáculo*, principal obra teórico-política de Guy Debord, redigida já numa fase de questionamento do urbanismo unitário. O texto todo é uma análise do capitalismo industrial e das novas formas de alienação num Estado de bem-estar social ainda não abalado pelas crises econômicas da década de 1970, mas já plenamente estruturado para o consumo de massa. Tema central de Debord é, como o próprio nome diz, o espetáculo ou "uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens".[21] Mas ele não quer simplesmente demonizar meios de comunicação, entretenimentos triviais, anúncios e propagandas ou, enfim, o mundo de representações de uma indústria cultural que existiria, por assim dizer, ao lado do mundo real. Sua premissa é que a sociedade do espetáculo transforma em representação tudo o que já foi ou poderia ser diretamente vivido, inclusive tempo e espaço cotidianos. Por isso, o ensaio inclui capítulos especificamente dedicados ao "Tempo espetacular" e à "Ordenação do território" (*L'aménagement du territoire*).

Este último descreve a produção de um espaço globalizado, homogêneo, fragmentado, pasteurizado, no qual desaparecem paulatinamente as características que outrora fizeram das cidades lugares potenciais de emancipação. O capítulo é precedido por uma citação de *O príncipe*, de Maquiavel:

> Quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre, e não a destrói, será destruído por ela, porque ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer. Não importa o que se fizer ou

20 Cf. WIGLEY, *Constant's New Babylon: the hyper-architecture of desire*, 1998, p. 41.

21 DEBORD, *A sociedade do espetáculo*, [1967] 2005, p. 9.

> as precauções que se tomarem, se não se expulsarem e se dispersarem os habitantes, eles não esquecerão aquele nome e aquela ordem [...].[22]

Maquiavel faz a recomendação acima para quem pretende dominar "cidades ou principados que, antes de serem ocupados, viviam sob suas próprias leis", isto é, cidades que tinham autonomia ou normas próprias, em contraposição a cidades "habituadas a viver sob o governo de um príncipe".[23] Para Maquiavel, destruir uma cidade livre significa tanto o desmantelamento de suas estruturas políticas quanto a alteração radical de suas estruturas físico-espaciais. Nos *Discorsi*, ele explicita esse último aspecto: "Será preciso também que [o conquistador] construa novas cidades, destruindo as antigas; e que faça transportar os habitantes de um lugar para outro. Em poucas palavras, que não deixe coisa alguma intata".[24]

As cidades que Maquiavel tem em mente não são comparáveis às nossas metrópoles nem mesmo às metrópoles do tempo de *A sociedade do espetáculo*. Quando *O príncipe* e os *Discorsi* foram escritos, na década de 1510, Florença contava em torno de cinquenta mil habitantes, o que equivale, hoje, a um terço de Copacabana, metade da favela da Rocinha ou duas vezes a cidade de Parati.[25] Transposta para termos atuais, a reestruturação de uma cidade na escala de Maquiavel corresponderia à reestruturação de um bairro ou de uma favela consolidada. Mas, de um modo ou de outro, continua verdade que forçar a chamada mobilidade residencial implica desfazer redes sociais que, para além das relações afetivas, significam força política. Alienar é tornar estrangeiro e impotente. Inversamente, a autonomia da cidade depende da consciência dos cidadãos em relação ao espaço que ocupam e produzem, e essa consciência é historicamente construída. Assim, as duas teses de Debord sobre a "Ordenação do território" que sucedem a citação de Maquiavel são uma crítica àquela ruptura de barreiras regionais que hoje chamamos de globalização. Debord a toma em analogia com o desmantelamento da cidade livre:

22 MAQUIAVEL, *O príncipe*, [ca. 1513] 1993, pp. 22–23.

23 Ibidem, pp. 21, 23.

24 MAQUIAVEL, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, [ca. 1517] 1994, p. 93 (livro I, cap. 26).

25 Em 1427, Florença contava 37 mil habitantes e, em 1552, 60 mil (NAJEMY, *A history of Florence: 1200–1575*, 2006, p. 100). No Censo do IBGE, de 2010, a Rocinha tinha 100 mil habitantes, enquanto a população urbana de Parati era de 27 mil habitantes.

> A produção capitalista unificou o espaço, que não é mais limitado pelas sociedades exteriores. Esta unificação é, ao mesmo tempo, um processo extensivo e intensivo de *banalização*. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, do mesmo modo que devia quebrar todas as barreiras regionais e legais, e todas as restrições corporativas da Idade Média que mantinham a *qualidade* da produção artesanal, devia também dissolver a autonomia e a qualidade dos lugares.[26]

Assim como os habitantes de uma cidade destruída e reconstruída por um conquistador, os habitantes do espaço global produzido pelo capital são tornados estrangeiros e impotentes, porque se desfaz a "autonomia e a qualidade dos lugares" com os quais esses habitantes poderiam se identificar e pelos quais poderiam se engajar diretamente. Debord escreve essa crítica no contexto da suburbanização das cidades europeias, particularmente sob a impressão da construção do *grand ensemble* de Sarcelles.[27] Para ele, é central a ideia de que a dominação eficaz e duradoura pressupõe a alienação do espaço da vida cotidiana — talvez ainda mais do que a alienação do trabalho. Enquanto o espaço produzido autonomamente e com qualidades locais específicas tende a potencializar a consciência histórica e política dos cidadãos, um espaço sobre o qual a população não tem poder de decisão e ação possibilita o espetáculo, isto é, a substituição da realidade vivida por representações heterônomas. Assim, o que Debord chama de sociedade do espetáculo depende da atomização espacial dos indivíduos e de sua posterior reunião sob arranjos controlados, seja na fábrica, no supermercado, no clube ou no centro cultural.

Nesse sentido, a mobilidade residencial (o deslocamento dos locais de moradia da população) e a mobilidade urbana cotidiana (os longos percursos da moradia até os locais de trabalho, estudo, lazer, comércio) estão intrinsecamente relacionadas entre si. Ambas as formas de mobilidade se tornaram formas de dominação. Cabe lembrar que, na mesma década em que Debord escreveu *A sociedade do espetáculo*, diversos

26 DEBORD, *A sociedade do espetáculo*, [1967] 2005, p. 120.

27 *Grands ensembles* são os grandes conjuntos habitacionais construídos na França entre as décadas de 1950 e 1970, sob os preceitos do modernismo arquitetônico e urbanístico. Sarcelles foi o primeiro desses conjuntos, com mais de doze mil moradias. Em uma entrevista concedida a Kristin Ross em 1983, Henri Lefebvre menciona o quanto a construção desse conjunto foi emblemática para as concepções de Debord (ROSS & LEFEBVRE, Henri Lefebvre on the Situationists: an interview, [1983] 1997).

movimentos práticos e teóricos em favor das vizinhanças se insurgiram contra o desmantelamento do espaço cotidiano, como exemplificam as pesquisas sociológicas de Young e Willmott, e o engajamento de Jane Jacobs.[28] Mas tais movimentos não foram capazes de o deter. A recriação artificial de vizinhanças pretensamente orgânicas não foi, de modo geral, bem-sucedida, talvez porque aos espaços faltasse história e aos habitantes, consciência histórica.

Mas há uma ambiguidade na argumentação de Debord quanto à já mencionada diferença entre mobilidade livre e mobilidade compulsória e alienante. A queda de barreiras não pertence apenas ao ideário das macroinstituições do mundo administrado e da pretensa liberdade de mercado, mas, ao menos em teoria, equivale também à liberdade humana. Não por acaso ela é evocada nos nomes da *Internacional* Comunista e da própria *Internacional* Situacionista, cofundada por Debord. Além de reserva de mercado, barreiras também costumam significar tirania de poderes políticos locais, restrições da liberdade de indivíduos e grupos dissidentes, e assim por diante. A Internacional Comunista queria ser tão internacional quanto o capital e suas instituições, sob a premissa de que uma sociedade emancipada não teria barreiras espaciais. Por isso, assim como a relação entre mobilidade e liberdade não é necessariamente positiva, também não é necessariamente negativa. Há aí uma dialética na qual nossas reflexões sobre o urbano deveriam se aprofundar com muito mais contundência do que tem acontecido nas apologias do movimento ou do não movimento.

28 YOUNG & WILLMOTT, *Family and kinship in East London*, [1957] 2011; JACOBS, *Morte e vida de grandes cidades*, [1961] 2000.

[2013]

Espaços para diferenças

Ana Paula Baltazar | Silke Kapp | Augustin de Tugny | Juarez Pereira Furtado

Aqui sintetizamos, do ponto de vista da Arquitetura e do Urbanismo, premissas, métodos e principais resultados da pesquisa interdisciplinar *Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave*, de que o MOM participou entre 2009 e 2011. Como o texto foi escrito para uma publicação internacional, ele oferece também algumas explicações que situam a pesquisa no contexto das políticas públicas de saúde mental no Brasil.[1]

Desinstitucionalização psiquiátrica no Brasil

A chamada desinstitucionalização psiquiátrica significa que pessoas com sofrimento mental grave (SMG)[2] não mais vivam em hospitais psiquiátricos e que sejam socialmente (re)integradas. Para isso, precisam de habitação e apoio adequados. A cidade belga de Geel, tradicional destino de peregrinação de pessoas com SMG, atendeu essa demanda, desde há séculos, pelo seu acolhimento em casas de família.[3] Tal exemplo teve ecos no Brasil já no início do século XX, quando os psiquiatras Juliano Moreira e Franco da Rocha advogavam pelo acolhimento

1 Primeira publicação: Spaces for differences: dwelling after deinstitutionalization. *Facilities*, v. 31, n. 9–10, 2013, pp. 407–417.
Cf. BALTAZAR et al., Interfaces como estratégia metodológica, [2013] nesta edição, v. 1, pp. 293–311; KAPP et al., Habitar a grande cidade, [2014] nesta edição, v. 2, pp. 45–71.

2 Na nossa pesquisa, sofrimentos mentais graves foram definidos como distúrbios com histórico de mais de dois anos, que, entre outras coisas, causam disfunção social. A definição inclui doenças psicóticas designadas pela Classificação Internacional de Doenças (CID 10) da Organização Mundial de Saúde como esquizofrenia (F20), transtorno esquizotípico (F21), transtornos delirantes persistentes (F22), transtorno delirante induzido (F24), transtornos esquizoafetivos (F25), outros transtornos psicóticos não orgânicos (F28), psicose não orgânica não especificada (F29), episódio maníaco (F30), transtorno afetivo bipolar (F31), episódio depressivo grave com sintomas psicóticos (F32.3) e transtorno depressivo recorrente grave sem sintomas psicóticos (F33.2). Cf. RODRIGUEZ & BRAVO, Marco general y conceptuación, 2003.

3 CLARK, Psychiatric halfway house, 1967; ROG & RAUSH, The psychiatric halfway house: how is it measuring up?, 1975.

em casas de família, não permanentemente, mas como complemento à função hospitalar, oferecendo uma forma mediada de realidade, uma aterrissagem suave depois da alta de um hospital.[4] Contudo, a substituição da política hospitalocêntrica de assistência à saúde mental por um modelo comunitário de cuidados ocorreu aqui apenas a partir dos anos 1990. Procurando reverter o isolamento típico dos egressos de hospitais psiquiátricos — que quase sempre têm laços familiares frágeis e funções sociais severamente reduzidas — projetos-piloto foram realizados nas cidades de Porto Alegre, Ribeirão Preto e Campinas, no fim dos anos 1990.[5] Com base neles, o Ministério da Saúde implantou, em 2000, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), como parte do Sistema Único de Saúde.[6]

Seguindo o modelo da unidade doméstica familiar, cada SRT acomoda até oito pacientes, que são permanentemente assistidos por cuidadores e recebem suporte clínico e psicossocial do serviço de saúde municipal.[7] O único critério de acesso a um SRT é a passagem por uma internação ininterrupta num hospital psiquiátrico por dois anos ou mais. Embora o número de SRTs tenha crescido de 500 unidades e 3.000

4 MOREIRA, Ligeiras notas a propósito da assistência familiar, 1906; URQUIZA, *Um tratamento para a loucura: contribuição à história da emergência da prática psiquiátrica no estado de São Paulo*, 1991; ODA & DALGALARRONDO, História das primeiras instituições para alienados no Brasil, 2005.

5 GUILHERMANO NETO & OLIVEIRA, *O acompanhamento terapêutico e a equipe itinerante*, 2003; GUIMARÃES & SAEKI, Janelas do Santa Tereza: estudo do processo de reabilitação psicossocial do hospital psiquiátrico de Ribeirão Preto, 2002; BRAGA-CAMPOS & GUARIDO, Sentir-se em casa no olho da rua: o desafio das moradias, 2006; FURTADO & PACHECO, Moradias extra-hospitalares para pacientes psiquiátricos em Campinas: análise de uma experiência, 1998.

6 A Portaria 106/2000 define a estrutura básica, a operação e o financiamento do sistema SRT. Os recursos são os mesmos antes utilizados para a manutenção dos hospitais psiquiátricos. Cabe notar que os projetos-piloto foram mais bem-sucedidos em termos de reintegração social do que o sistema SRT. Em Ribeirão Preto, por exemplo, pessoas com SMG moravam em casas comuns, providas pelo município, e havia mais ênfase na reintegração social do que na proteção (dos pacientes e da sociedade). Cf. BRASIL, *Legislação em saúde mental: 1990–2002*, 2002.

7 Cuidadores e cuidadoras, nesse modelo, trabalham em turnos e não moram nos SRTs. Nos primeiros experimentos de moradias de pessoas com SMG egressas de hospitais psiquiátricos, não havia tais cuidadores vinte e quatro horas por dia. As pessoas eram monitoradas mediante visitas diárias de profissionais das áreas de saúde e psicossocial. Quando os SRTs se tornaram parte do SUS, cada município pôde implementá-los segundo regulações próprias. A maioria dos municípios optou pelo modelo de cuidado por vinte e quatro horas. Os cuidadores dos SRTs não passam por nenhum treinamento específico, porque seu trabalho é considerado similar ao de empregados domésticos. Sua remuneração equivale à desses empregados, não à de profissionais da saúde.

moradores, em 2008, para 608 unidades e 4.080 moradores, em 2012, ele ainda não é suficiente para todos os pacientes egressos.[8] Muitos precisam encontrar saídas próprias quando deixam os hospitais, seja sozinhos, com famílias, na rua ou de outras maneiras.

Além dos SRTs, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) oferecem lugares de permanência diurna, suporte psiquiátrico e oportunidades de socialização a pessoas com SMG. Elas podem recorrer ao CAPS local todos os dias ou sempre que quiserem, indo e vindo livremente. O número desses centros, que normalmente funcionam em casas alugadas, também está crescendo: em 2008, eram 1.326 centros para 397.800 usuários; em 2012, 1.850 centros para 555.000 usuários.[9] Para os trinta por cento de usuários dos CAPS que não têm acesso a um SRT,[10] essa é a única opção de atendimento psicossocial público. Não existe outra política pública de moradia de pessoas com SMG no Brasil, embora tenha sido amplamente constatado por diversos pesquisadores que a habitação é um importante determinante social para a saúde coletiva,[11] em particular para a integração de pessoas com SMG.[12] Habitação, trabalho e rede social constituem a tríade fundamental no processo de reabilitação e integração social.[13]

Método

A avaliação qualitativa tem sido extensamente usada, desde meados dos anos 1980, como método de pesquisa para avaliar programas e serviços de saúde,[14] assim como para avaliar diferentes modos de habitação e instruir desenvolvimentos futuros e tomadas de decisão.[15] Ela considera a participação e percepção de todas as pessoas envolvidas numa

8 BRASIL, *Boletim saúde mental em dados*, 2012.

9 Ibidem.

10 KANTORSKI, CAPS *Sul: avaliação dos CAPS na região Sul do Brasil*, 2008.

11 THOMSON et al., The health impacts of housing improvement: a systematic review of intervention studies from 1887 to 2007, 2009.

12 BEAULIEU & DORVIL, *L'habitation comme déterminant social de la santé mentale*, 2004.

13 SARACENO, *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*, 1999; DORVIL, L'habitation et la santé mentale, 2004.

14 BOSI & MERCADO, *Avaliação qualitativa de programas de saúde*, 2006; FURTADO, Um método construtivista para a avaliação em saúde, 2001.

15 HARTZ, *A avaliação na área da saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas*, 1997; WORTHEN et al., *Avaliação de programas: concepções e práticas*, [1997] 2004.

ação ou situação, concentrando-se nas relações e representações como fontes de sucesso ou de restrições.

A avaliação qualitativa em que o presente texto se baseia foi realizada para investigar os modos de morar de pessoas com SMG que vivem em SRTs ou por conta própria, com o apoio de um CAPS. Nossa principal preocupação foi compreender seu *habitus* e como ele ajuda ou dificulta sua (re)integração social. Entendemos o *habitus,* com Bourdieu, como "princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objeto sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los".[16] Em outras palavras, a avaliação se concentrou nas interações cotidianas 'não afetadas' entre as pessoas e seu meio (a casa e a cidade). Como Golembiewski aponta, a maioria dessas interações diz respeito a "disponibilidades" (*affordances*): "oportunidades de se engajar e de agir de maneira habitual ou instintiva".[17] Disponibilidades são consideradas aqui pela sua capacidade de estimular ou inibir comportamentos, gestos e interações sociais, assim como pelo seu papel na formação de identidades, integrando memórias individuais e coletivas.

Para avaliar o papel do *habitus* na (re)integração social de pessoas com SMG, usamos o método etnográfico da observação participante,[18] entendendo o habitar para além do uso físico ou funcional do espaço. Em cada uma de três cidades brasileiras (Belo Horizonte, Santo André e Goiânia), formou-se uma equipe de pesquisadores, sempre incluindo pesquisadores sênior e estudantes de graduação e pós-graduação das áreas de antropologia, arquitetura, psicanálise e saúde coletiva. Cada equipe local foi responsável por reportar a todo o grupo a observação de dois SRTs e de duas pessoas com SMG vivendo por conta própria. Em cada SRT pelo menos duas pessoas foram observadas mais concentradamente. Esse trabalho foi realizado ao longo de um ano, com visitas quinzenais a cada SRT e encontros também quinzenais com os sujeitos que moravam por conta própria.

Nos seis meses que precederam a pesquisa de campo, foi preparado um roteiro com questões relativas a cada uma das disciplinas envolvidas e instruções sobre como organizar as informações. O roteiro foi

16 BOURDIEU, *O senso prático*, [1980] 2011, p. 87.

17 GOLEMBIEWSKI, Lost in space: the place of the architectural milieu in the aetiology and treatment of schizophrenia, 2013, p. 430.

18 KLUCKHOHN, O método da observação participante no estudo das pequenas comunidades, [1940] 1946.

testado e ajustado no início do trabalho de campo. Informações pessoais, status de saúde psicológica e detalhes sobre os diagnósticos dos participantes foram registrados. O roteiro também incluiu croquis das moradias e observação atenta dos objetos, espaços e eventos nas casas e no entorno urbano, como elementos que ajudariam a evidenciar o *habitus* das pessoas. Em cada equipe local, um a três pesquisadores iam em cada visita — normalmente dois — e então forneciam relatos individuais, por escrito, sobre suas observações para todo o grupo. Tais relatos eram bastante detalhados, para que outros os pudessem interpretar à sua maneira.[19] Por fim, todos os relatos foram reunidos e analisados na perspectiva de cada uma das disciplinas envolvidas. O presente texto explicita a perspectiva da arquitetura. Analisamos todos os relatos dos seis SRTS e de todos os sujeitos, mas trazemos aqui apenas uma pequena amostra dos casos, para dar aos leitores uma noção das situações que motivaram nossas interpretações. Embora elas não tenham sido feitas com a intenção de generalizar conclusões, encontramos material de interesse e relevância mais amplos.

SRT ou vivendo sob controle

Os SRTs da nossa amostra estão instalados em casas unifamiliares alugadas de proprietários particulares pelo Estado e, via de regra, localizadas em periferias pobres. São quase sempre antigas e de manutenção precária, com visíveis marcas de usos prévios. Ainda que as configurações difiram, divisão e articulação espaciais são típicas de casas unifamiliares. Os cuidadores (quatro por casa) trabalham em turnos e não vivem ali, mas sempre enfatizam o caráter de 'lar', como se os moradores pudessem se sentir 'em casa'. Os SRTs pesquisados em Santo André e Goiânia eram divididos segundo o sexo, enquanto os de Belo Horizonte eram mistos.

Superficialmente, o modelo de casa de família parecia muito semelhante às casas de acolhimento de Geel e a outros modelos prévios de (re)integração social. Porém, logo ficou evidente que esse modelo não é emancipatório. Dado que os moradores de um SRT não têm relações familiares nem intenção de as estabelecer, um espaço que finge ser uma casa de família leva a situações ambíguas. Por um lado, os espaços domésticos sugerem amplas possibilidades de criar identidade,

19 SACKS, *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu*, [1985] 2001.

expressão e desenvolvimento pessoal. Por outro lado, a casa de família é usada como instrumento de controle, impondo papéis específicos tanto aos moradores quanto aos cuidadores.

Na maioria dos casos, a mudança de uso de casa particular para SRT implicou apenas intervenções funcionais menores, como uma entrada de serviço que se tornou entrada principal ou uma sala de estar que se tornou quarto. Móveis e outros objetos de uso dão a impressão de um ambiente doméstico convencional. No entanto, cômodos e objetos de um SRT são tratados como 'patrimônio' (público), cujos usos e lugares se definem sobretudo pelas necessidades dos cuidadores (supervisão, controle, facilidade de limpeza etc.). Nunca os vimos funcionando como elementos com que os moradores configurassem os próprios espaços e aumentassem as próprias possibilidades de ação. Até a privacidade, uma das principais características de um 'lar', é completamente negligenciada. Os moradores trancam armários e gavetas, e manifestam descontentamento e desconfiança em relação aos cuidadores.

Seguindo o mesmo padrão, os lugares de convívio coletivo, como áreas externas, cozinhas e copas, são providos de elementos que deveriam estimular a integração social e o uso livre, mas cujo uso real é sempre organizado pelos cuidadores. Há, por exemplo, uma agradável área de churrasqueira numa das casas. O bem-intencionado cuidador nos contou que ele a usa com frequência para preparar o almoço porque os moradores adoram churrasco. No entanto, esse 'churrasco' não é nada sociável, porque a área da churrasqueira fica interditada aos moradores quando há carne assando. O lugar nada mais é do que uma cozinha externa de uso exclusivo do cuidador.

Embora os SRTs não confinem as pessoas nem criem barreiras entre exterior e interior, como as "instituições totais" descritas por Goffman,[20] sua rotina organiza tempo e espaço de acordo com atividades meticulosamente programadas. Há agenda para tudo. Os moradores têm hora certa para comer, tomar remédios, sair pelas redondezas, tomar banho, ficar no portão, socializar e 'trabalhar'. Muitos deles realizam tarefas diversas, mas, para um observador externo, parece evidente que elas quase não têm função senão manter mãos e mentes ocupadas. "Cabeça desocupada é oficina do diabo", disse-nos uma pessoa com SMG. Tais atividades não estão favorecendo a integração social. Se a organização do tempo nas instituições totais visa não apenas disciplinar, mas inibir

20 GOFFMAN, *Manicômios, prisões e conventos*, [1961] 1974.

o desenvolvimento das pessoas, como Goffman constata, o SRT não é diferente: disciplina e constrangimento são consequências inevitáveis da organização total do tempo e do espaço.

Goffman afirma que o indivíduo confinado fica sujeito a uma personalidade criada para ele pelos cuidadores, pela sociedade e por ele próprio. Mesmo que não estejam tecnicamente confinados, isso também se aplica aos moradores dos SRTs. Há pouca ou nenhuma chance de escaparem da identidade criada para eles. Por exemplo, uma moradora de um SRT exclusivamente feminino assume o papel de dona de casa e, orgulhosamente, faz café e bolo para o lanche da tarde. Mesmo que isso seja, para ela, uma atividade terapêutica, os cuidadores tiram vantagem do papel que ela assume. Eles não lhe confiam de fato a responsabilidade de cuidar da casa, mas usam seu engajamento para controlar os demais moradores — café e bolo definem um momento fixo de 'socialização'. Outro exemplo é de um residente que tem sua (re)integração social obstruída pela constante reafirmação de sua incapacidade e falta de autonomia. Numa de suas idas semanais ao cinema, chamou um táxi. Saiu da casa devagarzinho e, mantendo o próprio ritmo, entrou no carro. Depois que se sentou, começou a mover o braço em direção ao cinto de segurança, tão lento que irritou o cuidador e o motorista. Os dois deixaram bem clara a sua irritação com aquela lentidão, que na realidade não estava fazendo mal a ninguém. A confusão que se criou foi tão grande que o morador também ficou nervoso, reforçando a imagem de uma pessoa socialmente inábil e fisicamente incapaz.

Os moradores dos SRTs vão a lojas e centros comunitários, ao cinema ou dançar, e tomam táxis e ônibus. Mas essa relativa mobilidade na cidade sempre tem por função 'passar o tempo'. Suas atividades não se integram à sociedade mais ampla, seja socialmente, como se espera de um SRT, ou funcionalmente, como se espera num contexto capitalista.[21] Distorcendo a tríade ideal de Saraceno, de habitação, trabalho e rede social, o SRT se torna uma caricatura da casa de família, a terapia ocupacional se torna uma caricatura do trabalho, e a rede social fica essencialmente restrita a pessoas dentro da nova (pequena) instituição. A promessa de integração social dos moradores de SRTs não se cumpriu em nenhum dos casos que nossa equipe observou.

21 Gorz, *Metamorfoses do trabalho, busca do sentido: crítica da razão econômica*, [1988] 2007.

A relação hierárquica entre cuidadores e pessoas com SMG é típica das instituições totais descritas por Goffman, isto é, necessidades básicas são coletivamente atendidas e burocraticamente gerenciadas. No entanto, se isso restringe a liberdade dos moradores e afeta negativamente sua integração social, também não se pode deixar de considerar a difícil posição dos cuidadores, de quem se exige todo o trabalho doméstico e suporte clínico sem que sejam devidamente treinados e remunerados. As rotinas facilitam o trabalho deles e ajudam a manter o SRT em ordem. Infelizmente, o modelo 'lar' do SRT ainda é pouco para desmanchar a instituição total e impedir a vida sujeita ao controle alheio.

CAPS e vivendo por conta própria

Pessoas com SMG que vivem sozinhas ou com parentes ou amigos parecem estar numa situação mais frágil do que aquelas que vivem nos SRTs. No entanto, a análise de suas fragilidades e das maneiras como interagem socialmente mostra o oposto. Elas têm mais recursos de integração social, mesmo considerando os aspectos negativos: os medos e as frustrações dos pacientes. Esta seção aborda nossas observações sobre pessoas com SMG que vivem em situações diversas, que não em SRTs. Delineamos apenas alguns exemplos para ilustrar tanto as fragilidades dessas pessoas quanto sua relação com a cidade.

Todos os sujeitos observados que moram por conta própria estão muito mais expostos às durezas da vida e ao sofrimento do que os que vivem em SRTs. Por exemplo, um homem com uma longa história de internações, que vive sozinho num pequeno quarto de um cortiço no centro da cidade, faz críticas severas ao sistema de saúde mental.[22] Ele escreve na parede de seu quarto e no jornalzinho do CAPS que frequenta frases como "A luta antimanicomial acaba com a pena eterna" e "O Estado ataca o corpo do homem". Muito crítico de sua situação depois da desinstitucionalização psiquiátrica, ele diz que, "com o fim dos manicômios do governo, abrirão novos manicômios particulares e o povo carente deixará de ter acesso ao tratamento, pois já não existirão manicômios públicos". Esse homem oscila entre a dificuldade que sente de viver em sociedade e o vislumbre de uma vida para além do confinamento. É a falta de apoio que torna a sua vida cotidiana tão

22 Cf. KAPP et al., Habitar a grande cidade, [2014] nesta edição, v. 2, pp. 62–64 (seção "Fragilidade específica").

difícil. Ele tem que fazer tudo sozinho. Mesmo quando mais necessita de apoio psiquiátrico, precisa ter responsabilidade e força suficientes para chegar até o CAPS. Não há monitoramento próximo para aqueles que vivem sozinhos.

Pessoas com SMG que vivem sós encontram várias maneiras de dar conta da vida e de seus medos. Por exemplo, um dos sujeitos observados mora num barracão de propriedade de sua irmã, mas nunca se sente pertencente ao lugar.[23] Ainda assim, ele é incapaz de criar uma perspectiva de sair de lá. O barracão está em construção, e o homem se restringe ao uso de um quarto e do banheiro, que deve manter absolutamente limpos. Mas isso é difícil porque os outros cômodos são depósitos de material de construção que seu cunhado pretende usar para terminar a obra. Mesmo vivendo sozinho, ele é tutelado pela irmã, que lhe fornece comida e medicamentos, recebe e gerencia sua aposentadoria, e nunca o deixa esquecer que está lhe fazendo um grande favor. Como ele não ousa interferir nas partes em construção e tenta se manter fora das vistas da irmã para não ouvir nenhum sermão, ele escapa trancando-se no quarto. O ambiente tem um cheiro forte de mofo e suor, é escuro e fechado, e ele fica ali, deitado, ouvindo música a maior parte do tempo. As raras vezes em que sai de casa reforçam sua dependência dos parentes. Ele anseia por um mundo de sociabilidade, mas, quando cumprimenta as pessoas com um 'como vai?' e elas respondem 'tudo bem', ele entende a resposta literalmente e se sente como a única pessoa no mundo que tem problemas. Morando numa periferia, sua vizinhança imediata é bastante restrita, e seu lugar favorito é o centro da cidade, aonde vai de ônibus. Ele diz que adora andar por aí e ver as vitrines, e imagina que adoraria viver lá. Ao mesmo tempo, a frieza das pessoas na cidade o aborrece. Ele gosta da sociabilidade do CAPS, sobretudo do almoço coletivo, e já pensou em se mudar para um SRT. Mas, quando fala sobre isso com a irmã e o cunhado, esses o desencorajam agressivamente, talvez porque precisam do dinheiro de sua aposentadoria. No fim das contas, ele é incapaz de tomar uma decisão e se mudar. Ele precisa de estabilidade e depende muito da aprovação de outras pessoas, o que torna paradoxal o fato de morar sozinho, mas, apesar de toda a sua fragilidade psíquica, ele dá conta de sua vida com mais independência do que qualquer um dos moradores dos SRTs.

23 Ibidem, pp. 52–54 (seção "Lugar errado").

Um caso quase oposto é o de um homem que mora numa pensão, junto com outras dezessete pessoas com SMG.[24] Ele claramente prefere espaços coletivos e públicos a espaços privados. Gosta mais da itinerância do que de qualquer espaço de permanência. Mesmo que seu tratamento não o exija, ele faz todos os dias o percurso entre a pensão e o CAPS, onde é querido por funcionários e outros pacientes por sempre ajudar nas pequenas tarefas. Nos fins de semana, passa o dia — nunca a noite — na casa de sua ex-mulher. Mas ele não se sente à vontade ali, e fica irritado pelas constantes brincadeiras dos outros a respeito de sua lentidão. Em contrapartida, a maior vantagem que vê na pensão é que ninguém presta atenção nele; ninguém pergunta nada; ele pode ir e vir como quiser. De fato, parece encontrar mais conforto no anonimato e na instabilidade da itinerância. Ele mostra grande sensibilidade em relação aos espaços públicos, como becos esquecidos no centro da cidade ou o interior de uma igreja. É um homem perfeitamente capaz de viver sozinho, apesar da insatisfação com a pensão. Ele dá conta de trocas sociais em espaços públicos, mas acha difícil lidar com espaços privados. Isso nos faz questionar se um modelo mais amigável de moradia responderia a uma tal demanda de troca de experiências sócio-espaciais.

Um forte desejo de vida urbana também é parte das memórias (ou ilusões) de uma mulher de sessenta e cinco anos que vive sozinha num barraco alugado para ela pelo CAPS, nos fundos da casa de uma cuidadora de SRT.[25] Ela nos disse que vivia numa cidade pequena, antes de seu filho a internar numa clínica. Desde a desinstitucionalização, já passou por dois SRTs. Agora mora sozinha e, orgulhosamente, diz que "não tem nada melhor do que a casa da gente". Sua narrativa é sempre permeada por celebridades e uma gama de diferentes lugares e cidades que supostamente teria conhecido antes da internação. Ela se diz proprietária de uma casa num subúrbio próximo, que teria construído no passado e onde teria hospedado ricos e famosos — até presidentes. Essa casa é seu lugar ideal, e ela a imagina como seu destino seguro, depois que deixar a moradia atual. Sua narrativa de uma geografia imaginária parece prover o que tanto lhe falta na situação em que está: relações sócio-espaciais. Ela costuma mencionar suas fantasias de liberdade e viagens, que contrastam fortemente com sua vida cotidiana.

24 Ibidem, pp. 56–58 (seção "Proteção da itinerância").

25 Ibidem, pp. 50–52 (seção "Geografia imaginária").

Ela raramente sai de casa e, quando sai, precisa ser acompanhada por um cuidador do CAPS local. Ademais, ela não considera que nenhum dos lugares próximos valha a pena em comparação com os lugares de sua memória (ou imaginação). Assim como os moradores de SRTs que observamos, ela também desconfia da cuidadora, pensa que é roubada e pensa que sua privacidade está sendo violada a toda hora. A diferença entre ela e os moradores de SRTs é que ela tem alguma autonomia e pode enfrentar a cuidadora. No entanto, sua vida está num estado de permanente suspensão: imagina um passado e um futuro bem resolvidos, com integração sócio-espacial sem nenhum esforço, mas o seu cotidiano presente demonstra o exato oposto disso. Ela parece estar presa na armadilha da discrepância entre sua sociabilidade e mobilidade sócio-espacial ilusórias e uma realidade de solidão paralisante.

Outra mulher, de cerca de quarenta e cinco anos, também parece presa na armadilha de sua situação atual, mas de maneira completamente diferente. Ela explica: "Eu tenho transtorno maníaco-depressivo e, por causa dessa doença, sou muito repetitiva. Eu sei que sou repetitiva. Os ciclos se repetem para mim. Repito muito as coisas. Então, não aguento gente repetitiva por perto de mim".[26] Assim, ela procura evitar qualquer rotina. Não tem emprego nem endereço fixo, e sua principal tarefa diária é encontrar um lugar para dormir. Ela dorme na rua, em hospitais, embaixo do viaduto, na casa de amigas. Mantém seus pertences (principalmente roupas) em sacolas, que parece reconhecer como uma espécie de espaço privado, mas também espaço de conflito. Ela reclama que estão sempre bagunçadas, às vezes deixadas ou esquecidas na casa de alguém, espalhadas pela rua, onde a chuva molha tudo e a faz perder as "roupas boas". Por trás do conflito com as sacolas parece estar a perda de referência de uma vida privada, que ela se recusa a atribuir a algum espaço ou tempo. Ela acredita que está bem integrada socialmente, sempre bem-vestida e maquiada. Mas ela enfrenta um desafio diário para se manter "organizada". Quando sente que não dará conta, encontra refúgio em visitas esporádicas ao CAPS, onde usa os recursos disponíveis para descansar, tomar banho, comer, ser medicada e se "organizar", mas nunca se engaja em nenhuma atividade coletiva. Ela também evita qualquer tipo de troca econômica, recusando-se a trabalhar por dinheiro ou por algo de que esteja precisando: "Faço as coisas quando quero. Por exemplo: quando vejo que o

26 Ibidem, pp. 58–61 (seção "Nomadismo urbano").

bar desse meu amigo está sujo, eu me ofereço para limpar. Ofereço de coração. E, se preciso, durmo lá. Mas, combinar de limpar em troca de lugar para dormir, isso eu não quero! Não quero ter que fazer alguma coisa para conseguir outra".

Pessoas com SMG que vivem sozinhas frequentemente têm uma relação tensa com as instituições, incluindo dinheiro e comércio. Há nessa relação um elemento de fricção que revela seus desejos e frustrações. Sua posição frente às instituições espelha seu processo pessoal de integração e autonomia. Nisso contrastam com os moradores de SRTs, cujas tentativas de autonomia são minadas pela hierarquia entre cuidadores e moradores, e pelo roteiro tradicional da casa de família, sujeitando-os a papéis fictícios e subordinados. Os que vivem fora dos SRTs precisam negociar com as instituições continuamente, mas, em última instância, o fazem nos seus próprios termos. Mesmo que seja difícil e tortuosa, sua integração sócio-espacial não é obstruída desde o início.

Generalizando a partir das diversas situações que estudamos, tudo indica que, apesar das dificuldades, da tensão, da solidão, da insegurança, do medo e da fragilidade, há oportunidades de construir um senso de identidade no contexto social e espacial urbano. Potencialmente, a 'cidade', como lugar real ou geografia imaginária, inclui importantes recursos emocionais e de identificação.

Espaços para diferenças

Seja num SRT ou vivendo por conta própria, a (re)integração social de pessoas com SMG está necessariamente relacionada a sua percepção e aceitação subjetivas da moderna metrópole. Dado esse pano de fundo, as que vivem em SRTs estão mais obstruídas pelo controle institucional do que aqueles que vivem por conta própria. O resultado é um dilema: "Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida".[27] Esses "problemas" são ainda mais evidentes para pessoas com SMG. As que moram nos SRTs são como que sufocadas por circunstâncias de controle que fazem a mediação de suas interações com a sociedade moderna e seus espaços (a cidade), e restringem suas possibilidades de identidade e autonomia desde o início.

27 SIMMEL, As grandes cidades e a vida do espírito, [1903] 2005, p. 577.

As que vivem por conta própria confrontam o dilema de Simmel diretamente, com todo o sofrimento imposto pela experiência da metrópole.

Depois de analisarmos os relatos da observação participante produzidos na pesquisa — alguns dos quais sintetizados acima —, indagamos se existe algum modelo de moradia mais propenso a preservar a liberdade de engajamento dos sujeitos em possibilidades emocionais e de identificação que a cidade oferece. Respostas são difíceis, mas chegamos a uma questão para contribuir no debate. Pessoas com SMG que vivem sozinhas conseguem, de uma ou outra maneira, se engajar e criar uma identidade própria na sua relação com a cidade. Se essas pessoas tivessem mais apoio, talvez estariam menos vulneráveis e seriam capazes de superar boa parte dos seus medos e se integrar melhor socialmente. Para além do suporte cotidiano do CAPS, que não abrange os arranjos de moradia, poderia haver, no Brasil, uma gama mais ampla de modelos alternativos de moradia assistida. Vivendo numa paródia de casa de família, com todas as armadilhas da instituição total, pessoas com SMG terão dificuldade de reinventar a si mesmas. Porém, até o modelo do SRT é aberto o suficiente para que seja melhorado. Os municípios poderiam mudar suas regulamentações e implantar novas alternativas. O número de pessoas com SMG no Brasil é certamente alto o suficiente para justificar um investimento bem maior e mais adequado nos seus espaços de moradia do que o hoje disponível.

[2014]

Habitar a grande cidade

Silke Kapp | Augustin de Tugny | Ana Paula Baltazar

Da pesquisa *Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave*, cuja estrutura geral está descrita no capítulo anterior, o texto a seguir aborda, especificamente, as relações que estabeleceram com a cidade aqueles egressos de hospitais psiquiátricos que passaram a viver por conta própria (e não em Serviços Residenciais Terapêuticos). Essas pessoas nos mostraram, como numa lente de aumento, aspectos que todos nós, habitantes urbanos, compartilhamos, mas pouco percebemos e refletimos: mapas imaginários, orientação e desorientação, anonimato e intimidade, violação e reconhecimento, itinerância e nomadismo.[1]

A moderna metrópole industrial dá origem a modos de vida substancialmente diferentes daqueles que caracterizam o dia a dia no campo ou nas pequenas cidades. Ela se rege por uma lógica própria, não apenas quanto aos aspectos físico-demográficos mais evidentes, mas também quanto à produção do espaço, às instituições políticas e sociais, à divisão do trabalho, aos afazeres cotidianos, às formas de relacionamento interpessoal e, particularmente, à apreensão subjetiva de todas essas condições. Estima-se que cerca de cento e vinte mil pessoas com sofrimento mental grave (SMG) sejam atualmente atendidas pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil.[2] A maior parte delas está nas metrópoles. O espaço em que vivem é o da escala da sociedade de massa, infinitamente mais complexo e mais difícil de compreender do que o espaço produzido na escala de uma comunidade. Dito de modo mais contundente, as metrópoles não são análogas à pequena cidade de Geel, que figura historicamente como modelo da possibilidade de inserção

1 Primeira publicação: Habitar a grande cidade. In: Juarez Pereira Furtado; Eunice Nakamura (eds.). *Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave*. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014, pp. 321–350.
Cf. BALTAZAR et al., Interfaces como estratégia metodológica, [2014] nesta edição, v. 1, pp. 293–311; BALTAZAR et al., Espaços para diferenças, [2013] nesta edição, v. 2, pp. 31–43.

2 FURTADO, Construções imperfeitas: hospitalidade aos doentes mentais no Brasil, 2014.

social de pessoas com SMG. O que significa a grande cidade para essas pessoas, especialmente quando não estão nos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs)? Como lidam com suas distâncias e velocidades? Como dão conta de seus antagonismos? Que possibilidades ela abre?

Para formular essas questões com um pouco mais de precisão, recorremos inicialmente a um ensaio do sociólogo Georg Simmel, intitulado "As grandes cidades e a vida do espírito", que enfoca justamente a apreensão subjetiva da metrópole moderna.[3] Não que ele deva ser lido a-histórica ou acriticamente: passaram-se mais de cem anos desde que foi escrito, e, além disso, Simmel analisa a grande cidade na perspectiva restrita de um intelectual burguês que frequenta quase que apenas as regiões mais abastadas de Berlim. No entanto, Simmel, nascido em 1858, presencia a transformação dessa antiga capital da Prússia em metrópole industrial (sua população se multiplica em seis vezes na segunda metade do século XIX) e experimenta como novos muitos fenômenos que nós tendemos, cada vez mais, a tomar por 'naturais'. Por isso, a caracterização de Simmel, apresentada brevemente na parte inicial deste capítulo, ainda nos ajuda a tornar mais precisas as perguntas sobre a relação entre os indivíduos e a grande cidade.

A segunda parte deste capítulo baseia-se diretamente em narrativas do cotidiano de pessoas com SMG não inseridas em SRTs, que foram acompanhadas na pesquisa de campo. Nossa perspectiva sobre tais narrativas não tem a pretensão de uma reflexão psicológica ou mesmo sociológica; busca apenas uma análise da incidência do espaço da cidade e de suas dinâmicas na vida dessas pessoas, pelo menos naquele momento em que as conhecemos. Optamos por dar ênfase, em cada caso, a um aspecto ou tema particularmente evidente. Cada um deles fornece uma chave de leitura que pode ser aplicada a muitos outros casos de habitação nas metrópoles, seja de pessoas com SMG ou não, a saber: geografia imaginária, lugar errado, delicada intimidade, proteção da itinerância, nomadismo urbano, horizonte fechado e fragilidade específica.

3 O título do ensaio de Simmel, "Die Großstädte und das Geitesleben", foi traduzido para o português, em 1973, como "A metrópole e a vida mental", seguindo a tradução estadunidense da década de 1950, "The metropolis and mental life". No entanto, por eliminar o termo "espírito", essa opção faz esquecer a relação de Simmel com a tradição filosófica da qual ele provém e que inclui, para citar apenas um exemplo mais conhecido, a noção de *Zeistgeist* ou espírito do tempo. Aqui, utilizamos a tradução mais recente de Leopold Waizbort: SIMMEL, As grandes cidades e a vida do espírito, [1903] 2005.

Na última parte, esses temas são retomados, discutidos e, até onde nos é possível, sistematizados. Entendemos que as pessoas com SMG nos deram a oportunidade de reconhecer certas determinações da vida urbana que nem sempre são evidentes. Para dizê-lo com Lefebvre, trata-se da oportunidade de ultrapassar o "espaço concebido" dos planejadores e apreender um pouco mais do "espaço percebido" e do "espaço vivido" pelos habitantes.[4]

Cosmopolitismo ou anonimato

Como já dito, a metrópole que Georg Simmel tem em mente ao escrever "As grandes cidades e a vida do espírito" é Berlim por volta de 1900, então com imensas inovações técnicas, sociais e culturais: iluminação pública, linha de metrô, bondes elétricos, museus, cinemas, revistas, cabarés, comércio mundial, lojas de departamentos, além de um milhão de precárias moradias de aluguel habitadas por trabalhadores pobres.[5] Para Simmel, o dilema resultante da vida nesse tipo de aglomeração urbana gigantesca (o dilema da 'vida moderna') advém da contradição entre as possibilidades de identidade, criação e autonomia que ela oferece ao indivíduo e seus avassaladores mecanismos de nivelamento, massificação e anulação desse mesmo indivíduo.

Simmel encontra o fundamento desse dilema naquilo que denomina "intensificação da vida nervosa": a velocidade e a multiplicidade dos estímulos representam como que um bombardeamento da consciência, incomparavelmente mais difícil do que uma vida pacata, lenta, ritmada, uniforme. Por isso, diz Simmel, os habitantes das grandes cidades tendem a desenvolver um "caráter intelectualista", isto é, a anular os sentimentos que nascem das "camadas mais inconscientes da alma" e priorizar um processamento do mundo pelo "órgão psíquico" menos frágil ou pelas "camadas mais superiores, conscientes e transparentes de nossa alma" (que a tradição filosófica chama de *entendimento*).[6] Em outras palavras, a hipótese de Simmel é que o habitante das grandes cidades racionaliza suas relações com o mundo e com os outros. O

4 LEFEBVRE, *La production de l'espace*, 1974.

5 WAIZBORT, *As aventuras de Georg Simmel*, 2000; JAZBINSEK, Die Großstädte und das Geistesleben von Georg Simmel: zur Geschichte einer Antipathie, 2001.

6 SIMMEL, As grandes cidades e a vida do espírito, [1903] 2005, p. 578.

intelecto lhe serve de proteção contra a turbulência do meio, como um escudo da vida subjetiva contra a violação da grande cidade.

Simmel estabelece correspondência direta entre tal racionalização, a metrópole e a economia monetária. A cidade e o dinheiro se reforçam mutuamente, pois exigem uma mesma forma de lidar com coisas e pessoas. Mesmo relações formalmente justas (legais) são subjetivamente marcadas por uma frieza que ignora individualidades para além de um círculo muito restrito de relações privadas. Trabalhadores, parceiros comerciais, vendedores, espectadores, transeuntes, passageiros do metrô — todos eles figuram na grande cidade e na economia do dinheiro não como indivíduos, mas como dados quantitativos substituíveis por quaisquer outros exemplares da mesma espécie. Produtores e consumidores do mercado anônimo não se conhecem; as qualidades imponderáveis são eliminadas; as relações obedecem a esquemas temporais e espaciais abstratos, como o relógio de bolso ou a cartografia das linhas ferroviárias.

Por isso, diz Simmel, a alma se transforma na grande cidade, no sentido de uma "exclusão daqueles traços essenciais e impulsos irracionais, instintivos e soberanos, que pretendem determinar a partir de si a forma da vida, em vez de recebê-la de fora, como uma forma universal, definida esquematicamente".[7] O habitante da grande cidade rejeita os estímulos de que não dá conta e assume uma atitude *blasé*, incapaz de reagir a diferenças que não sejam drásticas, quase caricaturais. Assim como o dinheiro nivela as qualidades em equivalências, a grande cidade faz as coisas perderem a cor. O que ela oferece de 'cultura objetiva' (o conjunto de conhecimentos, técnicas, criações da sociedade como um todo) contrasta de tal maneira com as possibilidades da 'cultura subjetiva' (a parte desse conjunto de que o indivíduo consegue se apropriar) que pode levar simplesmente à alienação.

Por outro lado, esse distanciamento em relação aos outros também permite uma liberdade individual inédita. Ao contrário do que ocorre nas formações sociais que ainda estão em seu estágio "mais inicial" — "um círculo relativamente pequeno, com uma limitação excludente rigorosa perante círculos vizinhos, estranhos ou de algum modo antagônicos, e em contrapartida com uma limitação includente estrita em si mesmo, que permite ao membro singular apenas um espaço restrito de jogo para o desdobramento de suas qualidades peculiares

7 Ibidem, pp. 580–581.

e movimentos mais livres, de sua própria responsabilidade"[8] — a vida urbana apresenta uma coesão interna frouxa, limites externos difusos e um sem-número de conexões com pontos espacialmente distantes. Ao menos em teoria, o habitante da grande cidade tem mais liberdade de movimento e ação do que qualquer outro. O reverso dessa liberdade é a solidão, mas Simmel constata que "não é de modo algum necessário que a liberdade do ser humano se reflita em sua vida sentimental como um sentir-se bem".[9]

O dilema do indivíduo nesse contexto advém do fato de que muitas possibilidades estão abertas, mas sua própria diferenciação na massa se torna cada vez mais difícil. A luta para assumir um papel insubstituível, não só no mercado (de trabalho), mas também na consciência do outro, leva a autorrepresentações extravagantes, cada vez menos percebidas pelos outros, porque a atitude *blasé* da alma embotada pelo excesso de estímulos gera aquela *reserva* "em virtude da qual mal conhecemos os vizinhos que temos por muitos anos".[10] Não se trata de simples indiferença, mas de uma "leve aversão" ou do indício de sentimentos de rejeição, estranhamento, antipatia. A reserva é a forma de socialização que interdita o conflito imediato com pessoas objetivamente próximas e subjetivamente distantes. A estrutura social em que não há mais nenhuma ordem (comunitária, religiosa ou de qualquer outra espécie) que impeça o indivíduo de chegar à genialidade cosmopolita também não oferece nenhuma coesão que o impeça de cair na nulidade anônima.

Se, com todas as eventuais ressalvas, essa interpretação de Simmel ainda corresponder a experiências reais, pode-se dizer que, para uma parte imensa dos habitantes das metrópoles, especialmente as periféricas, prevalece o pior desses dois casos. Eles não dispõem dos recursos financeiros e culturais nem do "caráter intelectualista" necessários para o acesso às potenciais liberdades urbanas. A nossa hipótese é de que isso seja verdade também para as pessoas com SMG atendidas pelos CAPS. Quando elas estão inseridas em SRTs, estes últimos constituem como que um 'amortecedor' entre sua vida cotidiana e as dinâmicas urbanas. Mas, quando moram sozinhas, o embate entre uma subjetividade relativamente frágil e a cidade é muito mais direto. Que formas essas pessoas desenvolvem para lidar com o seu meio espacial?

8 Ibidem, p. 583.

9 Ibidem, p. 585.

10 Ibidem, pp. 582–583.

Como apreendem ou rejeitam seus estímulos? Que refúgios criam para se proteger? Como aproveitam ou recusam as possibilidades de mobilidade? Como abordam os encontros fugazes? O que significam anonimato, indiferença ou a aversão alheia no espaço público? Como lidam com o dinheiro e, de modo mais geral, com a instrumentalização das relações interpessoais? Que tipo de ação engendram sobre a produção do espaço?

Geografia imaginária

Daniela, uma senhora que aparenta cerca de sessenta e cinco anos, mora sozinha num barracão de três cômodos (cozinha, quarto e banheiro), alugado pela equipe do CAPS nos fundos da casa de uma das cuidadoras de um SRT próximo.[11] Ela conta que vivia noutra cidade (menor), antes de seu filho interná-la numa clínica. Quando deixou a clínica, passou por dois SRTs, aos quais não se adaptou, e, finalmente, foi morar sozinha. Comparando sua situação atual com as anteriores — na clínica e nos SRTs —, ela repete, sempre muito enfaticamente, que "não tem nada melhor do que a casa da gente". De fato, sua casa é bem cuidada, e ela realiza os serviços domésticos corriqueiros, além de cozinhar nos fins de semana, quando não pode almoçar no CAPS.

O que chama repetidamente de "liberdade de ação na vida", isto é, a liberdade de ir e vir, e de organizar seu dia a dia conforme suas próprias decisões, parece-lhe tão imprescindível que a proximidade da cuidadora, a quem pertence o barracão que habita, ainda lhe causa constrangimento. Desconfia de que é roubada, vigiada, assediada. Seu desejo é se mudar para uma casa no bairro vizinho, da qual se diz proprietária, e ser inteiramente independente. A narrativa deixa entrever que a casa, com um funcionário encarregado de preservá-la e deixá-la sempre à sua disposição, é mais imaginária do que real.

> Eu vou mudar para lá. Há muitos anos comprei o terreno e construí. Morei aqui muito tempo, aí fui para o Rio porque eu precisava trabalhar. O senhor presidente Juscelino Kubitschek mandou eu ir para lá, me chamou e aí eu fui. Depois que voltei para cá, passei e lembrei que essa casa

11 Os nomes das pessoas com SMG, aqui e nos itens subsequentes, são fictícios. Cabe lembrar que as falas foram registradas de memória pelos pesquisadores, de modo que podem não corresponder literalmente a cada palavra dos participantes da pesquisa.

> era minha. Aí liguei para o caseiro que toma conta. Ele falou: 'Não dona Daniela, a casa da senhora está intacta, está toda pintada por dentro, do jeitinho que a senhora deixou ela está. A casa é sua, nunca deixei ninguém entrar'. Eu vou mudar para lá. Lá é grande, porque eu recebo pessoas, eu hospedo presidentes.

Isso vale também para as muitas viagens que conta ter feito a passeio ou a trabalho ("a mando do governo") para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Alemanha, Espanha, França, Bélgica, Rússia, Índia, Estados Unidos, "Arábia" — "conheço quase o mundo inteiro". Cada um desses lugares imaginários é associado a certos elementos típicos, amplamente difundidos pela televisão, a que, diga-se de passagem, ela assiste quase todo o tempo. Assim, conta que seu marido é um toureiro espanhol, que na Rússia foi ajudada por um czar que falava português, que na Alemanha são todos depravados, ou que nasceu numa família americana da Carolina do Norte. Apenas quando fala da cidade de São Paulo suas referências são mais precisas:

> Morei no bairro de Congonhas [...]. Você quer sair de casa e não dá por causa do trânsito. Aí é aquele tanto de gente, de carros, você não tem sossego. É um inferno aquela cidade, é a maior cidade do mundo, tanto é que ela cresceu dos lados assim pro rumo de Jundiaí, rumo de Campinas para frente, para cima, e cresceu mais ainda lá pro lado do aeroporto.

Em contraste com o seu desejo por liberdade e esse imaginário de viagens a lugares distantes está a sua real (falta de) mobilidade na vizinhança. Daniela vai ao CAPS, aonde pode chegar a pé, mas diz que não gosta dos passeios organizados pela equipe dessa instituição, nem de festas, reuniões ou visitas. Não vê utilidade em ter um telefone. Não tem medo de ladrões. Não se sente só. Quando precisa ir ao banco, ao supermercado, à farmácia, à igreja ou ao geriatra, há sempre um cuidador ou um membro da equipe do CAPS que a acompanha. Em parte, a razão disso é a distância — "tem que ir de carro" —, mas também é verdade que o próprio bairro não apresenta, para ela, atrativos dignos de nota. Nunca cita nomes de ruas, praças, lojas ou alguma atividade de lazer nas proximidades, nem parece ter relações de amizade com os vizinhos, embora diga que são "gente boa".

A geografia de Daniela é, ao mesmo tempo, escassa em referências próximas e acessíveis, e repleta de referências distantes, tanto mais

ricas e maravilhosas quanto mais inacessíveis. Talvez o engajamento na vizinhança imediata lhe pareça pouco importante e pouco estimulante em comparação com as cidades e os países que visitou de fato, na imaginação ou pela televisão.

Lugar errado

Rivaldo mora sozinho numa casa que pertence à irmã e ao cunhado. Seu sentimento predominante é o de que "ainda estou no lugar errado", e, ao contrário de Daniela, ele sofre com a solidão, a falta de lugar, o deslocamento. Refere-se tanto a incômodos ou "coisas esquisitas" que sente no próprio corpo, quanto ao ambiente urbano e à relação com a casa e os parentes.

No bairro, há ruas pavimentadas e iluminadas, ônibus e algum comércio, mas o relativo isolamento, as construções inacabadas e os pastos e plantações nos lotes vagos conferem ao lugar certo ar rural. Embora pareça conhecer bem o bairro, Rivaldo não encontra ali opções de lazer ou interação com os vizinhos além da rua, da padaria e, esporadicamente, da igreja. Seus contatos se limitam quase sempre a cumprimentos cordiais — "Oi, bão? Desse jeito" —, e o fato de que, nessas ocasiões, todos sempre digam que estão bem lhe dá a impressão de ser a única pessoa no mundo que tem problemas. Não recebe visitas e não visita ninguém, porque tem receio de incomodar e "porque ninguém me convida". Quando vê as pesquisadoras no portão de sua casa, mal consegue acreditar: "Nossa, vocês vieram!".

Rivaldo vai de ônibus a outras partes da cidade, como à casa de um colega que lhe corta o cabelo ou ao CAPS, onde gosta do almoço coletivo — "a gente senta tudo junto e come". Mas seu destino preferido é o centro da cidade, para andar pelas lojas e comprar roupas. Diz que gostaria de morar lá. Embora não consiga explicar exatamente por que e até sinta medo "quando tem a multidão", tudo indica que o próprio movimento o atrai. Algumas vezes também manifesta o desejo de morar com outras pessoas ou de arrumar um emprego, "um trabalho de qualquer coisa, de vigia, de varrer rua, limpar quintal, alguma coisa, sabe", "ser locutor de rádio". A solidão que sente se manifesta em inúmeras ocasiões: "Eu não tenho esse privilégio de conversar com as pessoas. [...] quando eu sinto dor, tipo assim, eu não tenho ninguém para falar". O tratamento no CAPS lhe parece melhor do que no hospital, porque "lá, conversam com a gente". Mesmo assim, as atividades

que deve realizar (futebol e hidroginástica) não o motivam: não foi ele que as escolheu.

A casa de Rivaldo está inacabada, sem piso, sem portas, sem móveis. Há uma televisão a que ele pouco assiste, um relógio sem pilha, livros de inglês que apenas folheia, um forno de micro-ondas estragado, um galão de água vazio, um esboço de cozinha em que faz café. Não sabemos quais são os planos da irmã e do cunhado quando concluírem a casa, mas o fato é que ela funciona como um depósito de material de construção no qual Rivaldo figura, na prática, como vigia. Os únicos cômodos equipados são o banheiro, que ele mantém meticulosamente limpo, e um dos quartos, onde passa a maior parte do tempo e que deixa sempre fechado, preenchido pela música sertaneja do rádio e pelo forte cheiro de suor e mofo. No quintal da casa há pomar, horta e galinheiro, que são cuidados pelo cunhado. Rivaldo tentou ajudá-lo nesse trabalho, mas compreendeu que seu engajamento não era bem-vindo. Ele diz que, pelo menos, as galinhas lhe fazem companhia.

A relação com a irmã reforça sua impressão de estar "no lugar errado". A irmã administra seu dinheiro; a irmã decide a disposição dos poucos móveis; a irmã prepara a comida que ele busca todos os dias na casa dela, sem nunca ser convidado a entrar; a irmã põe uma colcha na cama e enfeites de Natal na sala quando sabe que as pesquisadoras virão; a irmã se irrita ao descobrir que foram tiradas fotos da casa; a irmã o comanda rispidamente, mas não conversa e "nem me olha direito"; a irmã não o deixa esquecer nunca que mora "de favor"; e, finalmente, a irmã não quer que ele se mude. A história de moradias de Rivaldo é marcada por essa submissão à conveniência de outras pessoas. Quando, depois de passar por vários hospitais e uma moradia de aluguel, foi para o interior ficar com os pais e com a família de outro irmão, sentia que estava incomodando e que causava transtorno. Então voltou para a capital.

Rivaldo se sente culpado por não se conformar inteiramente com sua situação de moradia. Quando surge a oportunidade de se mudar para um SRT e a irmã o convence do contrário, com gritaria que lhe mete medo e o argumento incisivo de que lá não teria liberdade, ele reflete: "Tem que pensar que aqui tá bom, porque aqui é a casa da minha família, fico perto da minha irmã, tipo assim, quero mudar, mas aqui tá bom", ou, ainda, "Eu não estou querendo ir, não, minha irmã também não quer que eu vá. [...] Ela diz que tenho que ficar mais perto da família". Alguns dias depois, talvez fortalecido pelas conversas com

as pesquisadoras, Rivaldo parece se dar conta de que tem o direito de questionar: "Eu ainda vou ficar em dúvida se quero mudar dessa casa, não vou decidir, não, vou pensar mais, tipo assim, ver o que é melhor". A paradoxal decisão de *ficar em dúvida* é um indício da compreensão de que um lugar 'certo' — em contraposição ao lugar 'errado' em que se sente agora — não será determinado pela conveniência de parentes ou instituições, mas por seus próprios pensamentos e ações, e, talvez, por um engajamento no próprio espaço cotidiano que lhe tem sido interditado até agora.

Delicada intimidade

Lourdes e Everton são jovens, casados há quatro anos. Sua história, que têm prazer em contar, é de um amor à primeira vista seguido de alguns percalços: "todo mundo foi contra" o casamento, especialmente os médicos, pelo fato de ambos estarem em tratamento psiquiátrico. Ainda assim, levaram seus planos adiante e realizaram o que Lourdes diz sempre ter sido "o sonho da minha vida: ter uma casa só minha, com o meu companheiro". Embora o marido detenha o papel convencionalmente masculino de dar a palavra final, o casal parece solidário nas atitudes e decisões: "Não escondemos nada um do outro". Às vezes brigam por ciúmes, mas costumam se entender logo.

Eles vivem num apartamento próprio, no terceiro andar de um conjunto habitacional bem na fronteira entre mancha urbana e área rural, a duas horas de ônibus do CAPS. O bairro não oferece atrativos além de bares, mercadinho e padaria. A referência mais importante, como em tantas outras periferias pobres de grandes cidades, é o ponto final do ônibus. Até a igreja evangélica que frequentam e onde fizeram alguns amigos é longe de casa; quando voltam de lá, pegam carona com uma vizinha para evitar o transporte público à noite. Apesar da distância e desses receios, o casal parece familiarizado e à vontade nas regiões da cidade em que transita. Dizem que não fazem mais passeios apenas porque lhes falta dinheiro para isso.

A planta do apartamento é típica: sala, dois quartos, banheiro e cozinha, com um nicho de área de serviço. Por estar no limite externo da cidade e do próprio conjunto, a vista pelas janelas é agradável, e os cômodos são bem iluminados e ventilados. Todo o ambiente é caprichosamente cuidado, com cortinas, flores de plástico, porta-retratos, tapete. Eles herdaram ou ganharam parte dos móveis, mas há várias

peças que compraram especificamente para esse espaço. Dizem que gostam das coisas arrumadas.

Desde o início, Lourdes e Everton são muito mais reticentes em relação à pesquisa do que qualquer outro dos participantes que moram sozinhos. Quando a pesquisadora os encontra no CAPS e, depois de algum tempo, explica que gostaria de visitá-los em casa, o tom bem-humorado da conversa se torna imediatamente tenso. Everton questiona se a intromissão não poderia prejudicá-los. Ele teme perder seu benefício, já que está desempregado e, em razão dos preconceitos, tem tido grande dificuldade para conseguir trabalho. No final da conversa, acabam concordando com a visita, talvez por entenderem que a pesquisa poderia ajudar a desmontar justamente os preconceitos que sofrem, mas, ainda assim, põem inúmeras dificuldades. Marcar uma data próxima lhes parece inconveniente porque "fica muito em cima"; marcar uma data mais distante é incerto porque "vai que não podemos mais". A visita acontece de fato, mas uma única vez. Prometem que receberão a pesquisadora novamente, marcam por telefone, mas acabam mudando de ideia e recusando qualquer nova tentativa de aproximação. Num encontro casual no CAPS, Lourdes apenas diz que o marido "não quer ninguém lá em casa".

Na verdade, o cotidiano do casal é um exemplo do que se denominaria 'vida normal', tomando por parâmetro as representações de normalidade que as classes média e alta projetam sobre as mais pobres e que, por isso mesmo, são veiculadas nos meios de comunicação de massa. Eles cozinham, limpam a casa, visitam parentes, guardam fotografias de eventos festivos, oferecem café e lanche às visitas, veem televisão, ouvem música, vão à igreja, recebem o filho de Everton (de outro relacionamento) em alguns fins de semana, têm dificuldades financeiras constantes, a mulher sai para trabalhar todos os dias (nas oficinas do CAPS), o marido está desempregado. Mas essa 'normalidade' é ainda mais frágil que de costume. Ela foi conquistada a duras penas e está mais ameaçada externamente do que aquela da vida de outros casais.

Lourdes expressa isso claramente ao perguntar à pesquisadora: "Então, você é como a s*upernanny*?" A *supernanny* ou superbabá é uma personagem de televisão ou, nas palavras de Lourdes, uma "psicóloga que vai na casa das pessoas para observar o dia a dia delas e depois fica ensinando como educar as crianças". O programa da *supernanny* sempre começa com uma 'observação' da rotina familiar. Como o espectador nunca é lembrado do fato de que a equipe de filmagem está no mesmo

ambiente, cria-se a impressão de uma observação discreta das situações domésticas. É provável que, apesar de não ter filhos, Lourdes imagine algo bastante semelhante quando a pesquisadora lhe propõe, na primeira conversa, acompanhar suas atividades para ver como "organizam seu cotidiano, como moram, o que fazem no dia a dia". Outro detalhe que reforça a impressão de que o casal tenha interpretado a pesquisa em analogia ao programa de televisão é a teatralidade na fala e nos gestos de Everton durante a visita, como se recuperasse ali o registro das oficinas de teatro e vídeo das quais participou no CAPS. Ele age como quem está representando.

Tudo isso não seria problemático — afinal, todos nós representamos — se não fosse o que a *supernanny* faz depois da etapa de 'observação': ela expõe aos pais todos os 'erros', causando choro, revolta e, finalmente, disposição para mudanças; então os ajuda a pôr as mudanças em prática, observa-os por câmeras escondidas, verifica o que ainda não aprenderam e reforça as recomendações, até chegar a uma família bem ajustada e agradecida. Portanto, também é provável que o casal tenha desenvolvido a expectativa de uma 'correção' do mesmo tipo. Embora Lourdes pareça não se opor diretamente a essa possibilidade, a rejeição do marido é veemente, como indica a constatação de que ele "não quer ninguém lá em casa". Coincidência ou não, a recusa surge quando a pesquisadora lhes propõe fotografar a própria casa. Talvez a ideia de uma exposição pública do ambiente íntimo, assim como a ideia de que a ela se seguiria necessariamente uma censura e uma 'correção', tenha sido reforçada pela proposta das fotografias. Não fica claro para Lourdes e Everton por que alguém teria interesse em observá-los sem, ao mesmo tempo, julgá-los e interferir em suas vidas. Se conseguiram se livrar da tutela ao decidirem se casar e morar juntos contra a vontade dos médicos e de outras pessoas mais ou menos próximas, e se conseguiram também configurar um espaço próprio, íntimo, não estão dispostos a submeter tudo isso ao crivo externo.

Proteção da itinerância

Édson teve um emprego formal como operador de empilhadeira de uma grande empresa durante muitos anos. Hoje, aposentado, continua mantendo uma rotina ativa, que abrange principalmente três lugares da cidade e os percursos entre eles: a pensão onde passa as noites; o CAPS aonde vai todos os dias úteis, mesmo que seu tratamento — oficinas e

grupo de terapia — não exija essa frequência; e a casa de sua segunda mulher e das enteadas, que visita nos fins de semana e feriados. Parecem essenciais ao seu dia a dia a mobilidade entre esses pontos de referência relativamente distantes entre si, bem como a exploração do espaço urbano de modo geral. Quando não pode ir à casa da mulher ou ao CAPS, vai ao centro da cidade observar o movimento. Por onde passa, identifica ruas e construções, sabe de produtos e preços em lojas e restaurantes, cumprimenta moradores e outros conhecidos, brinca com os cachorros, toma café nos bares, puxa conversa, faz amizades — tudo isso com um jeito sempre educado, tranquilo no andar e na fala.

Édson teve experiências ruins de convívio doméstico (talvez em parte devido a suas crises que, diga-se de passagem, nunca menciona). Passou por um primeiro casamento, que foi "o maior erro da minha vida". O segundo casamento durou mais, porém também lhe impunha controle e críticas. Depois, morou com uma irmã até se desentender com o cunhado e reagir violentamente às suas ofensas. Ficou internado por algum tempo, tentou morar sozinho e acabou na pensão onde mora atualmente com outros dezessete aposentados, também em tratamento psiquiátrico.

Édson expressa claramente que, entre seus três destinos principais, prefere o menos doméstico: o CAPS, onde é querido pela gentileza e pela disposição de ajudar os funcionários com pequenos serviços. Esse também é o único espaço que considera digno de uma fotografia quando a pesquisadora lhe oferece a câmera. Gosta da casa da segunda mulher para fazer visitas, mas nunca aceita passar a noite lá. Na pensão, a vantagem é poder ir e vir livremente, já que "ninguém pergunta nada", mas, de resto, nada o atrai, nem mesmo o trajeto: "Quando me mudei, não me conformava. Achava ridículo... ter que andar tanto". Os ambientes espartanos da pensão, particularmente o quarto de Édson, atestam essa impessoalidade. No quarto há apenas paredes nuas, uma cama e um guarda-roupa. A única manifestação de afeto de Édson pelo lugar surge quando mostra o pomar. Ali aponta detalhes com uma sensibilidade semelhante à que demonstra em relação a alguns espaços públicos, como, por exemplo, uma ruela esquecida ou o interior de uma igreja que acha especialmente bela.

A pensão pertence a um pastor evangélico, que possui várias casas semelhantes e as abastece com alimentos e artigos de limpeza doados à sua igreja. O administrador da pensão explica isso com o costumeiro eufemismo: "O pastor vai criando casa, conforme o povo precisa. Está

comprando mais uma fazenda". Já Édson questiona essa estrutura econômica e a atitude do pastor: "Está rico. Vive de carro novo. Agora comprando fazenda... com o nosso dinheiro e dos que têm dó e fazem essas doações. Imagina! Ele não gasta nem com comida e cobra trezentos reais da gente. Esse dinheiro vai para ele comprar fazenda, carrão. Eu não concordo com isso!". Noutra ocasião relata como um dos seus irmãos morreu porque parou de tomar remédios para o coração a conselho de um pastor evangélico. "Falou que Deus havia curado os problemas dele, o bobo acreditou. Não pode confiar nesses pastores, eles não prestam, só querem arrancar dinheiro. Deus cura! Coitado".

Como Édson frequenta a igreja católica, é possível que sua desconfiança em relação a outras orientações religiosas lhe tenha sido incutida por essa instituição. Mas também é evidente que ele forma opiniões críticas a partir de suas conversas em ruas, bares ou ônibus. Em outras palavras, a relativa amplitude de sua percepção do mundo e sua maneira de frequentar o espaço público se estimulam mutuamente. De fato, ele parece mais relaxado quando está em movimento, indo de um lugar a outro, do que em qualquer um dos seus destinos. É como se lidasse melhor com os encontros fugazes do espaço público (onde segue seu próprio ritmo e se retira quando quer) do que com o convívio próximo, que o obriga a agir no tempo e no espaço de outras pessoas. Ele é atento a elementos potencialmente perigosos do espaço público, como o trânsito, os "bandidos", os buracos na calçada ou a escuridão, mas tudo isso o ameaça menos do que as censuras e as provocações do âmbito doméstico. Fica visivelmente transtornado quando, na pensão ou na casa da mulher, o chamam de "dez por hora" ou "múmia", zombando da lentidão de seus gestos. Nesses lugares quase não conversa. "Não dá para ficar à vontade lá [na casa da mulher]. Tenho que pensar no que vou falar". Inversamente, parece se sentir respeitado nas conversas com a pesquisadora porque "você não toma a frente. Deixa a gente falar à vontade. Não gosto de conversar com pessoas que tomam a frente. Se a pessoa fala muito, eu perco as ideias". O fato de ela acompanhá-lo nos seus longos trajetos — "fazer uma doutora andar tudo isso" — constrange-o um pouco, mas é na itinerância que a conversa flui melhor.

Nomadismo urbano

Armênia tem razão em dizer que "ninguém acredita na vida que levo, porque estou sempre bem-arrumada". Por volta de quarenta e cinco

anos, anda bem-vestida, maquiada e de unhas feitas, apesar de não ter moradia fixa. Sua tarefa cotidiana mais importante é encontrar lugar para passar a noite seguinte. "Não posso dormir sempre, nem sempre tenho para onde ir. Já dormi na rua, em hospital. Dormia embaixo do viaduto, em esquinas de favelas, em cima de esgoto, de lama". O CAPS funciona como um pouso onde aparece esporadicamente para descansar, tomar banho, comer, ser medicada ou se "organizar", mas não se envolve em atividades rotineiras, como grupo de terapia ou oficina; "prefiro o que a rua tem para me oferecer de bom". Ela afirma enfaticamente que considera a própria vida melhor e mais rica que a de quem "tem casa e estudos" ou de "gente que trabalha e tem onde morar". Já teve tudo isso — faculdade, casa, marido, filhos e "até empregados" —, mas perdeu depois dos primeiros surtos. Diz sentir-se sábia porque "tem muitas coisas interessantes na rua" que lhe deram uma "experiência de vida" mais valiosa que qualquer estudo. "Sei muito mais que vários doutores".

Quando leva a pesquisadora para acompanhá-la em seus percursos diários pela cidade, uma verdadeira maratona de ritmo apressado e intervalos breves, mostra-lhe os lugares de sua domesticidade peculiar: casas e bares cujos donos são seus amigos e a deixam ficar para dormir desde que saia de manhã bem cedo; a loja de produtos de beleza cujo mostruário usa para a maquiagem matinal; banheiros públicos e corredores discretos da estação central; restaurantes e lojas de roupas e sapatos; a casa de uma mulher com quem fez amizade na igreja evangélica e que costuma acolhê-la; bancos e "esquinas" onde passou alguma noite ou de onde foi expulsa; uma clínica em que ficou "hospedada" quando teve pneumonia; um hospital que é sua última opção de abrigo quando tudo o mais falha. Conta que vê televisão nas cadeiras acolchoadas da sala de espera. Como não a deixam passar a noite lá, ela pede uma consulta, alegando um problema qualquer, e, depois, sai para um corredor lateral dizendo que precisa esperar exames. "Nesse corredor não tem câmera. Acabam esquecendo de mim porque também não perturbo ninguém. Então deito no banco comprido até que venham me chamar para ir embora. Tem noite que me deixam sossegada até amanhecer".

Muitas vezes Armênia menciona que na rua presenciou tiroteios, viu gente morta, foi constrangida pela polícia. Ainda assim, parece não ter medo e não se queixa, a não ser do cansaço, da falta de um lugar para guardar suas coisas (deixa uma peça aqui, outra ali, esquece onde

as deixou, pensa que foi roubada) e do fato de a própria família não se preocupar com ela. "Não sabem onde eu durmo, não perguntam onde vou dormir". Uma irmã "nem olha para mim, não fala comigo, tem preconceito". A mãe, que mora com essa irmã, a trata bem, mas está doente e não pode fazer muito por ela. Não conhece o pai. Sua "mãe de criação", de quem fala com afeto, não está mais na cidade.

Os barracos de amigas que a recebem ficam em favelas. São pequenos, precários, sem privacidade nenhuma, nem no banheiro. Armênia sabe que sua presença nesses ambientes implica sacrifício para os outros: tudo fica ainda mais apertado, e seu ronco não os deixa dormir. Uma das amigas mora com os cinco filhos em vinte metros quadrados de chão de terra, repletos de objetos e com esgoto aberto no quarto. Armênia não gosta de lá porque a amiga não tem paciência, grita e deixa todos tensos. Na casa da outra amiga, o clima é mais calmo e afetuoso. "Ela se preocupa quando não apareço. Sai pela rua de madrugada para me procurar". Mas o espaço é tão pequeno que, para estender um colchão na cozinha, precisam deixar a mesa do lado de fora. E o marido da amiga não gosta de Armênia, de modo que só pode ficar quando ele está trabalhando à noite.

Armênia demonstra respeito pelo fato de as amigas darem conta da vida difícil que levam e a ainda a receberem. Mas ela rejeita terminantemente qualquer compromisso, regra ou rotina doméstica:

> Tenho transtorno maníaco-depressivo e, por causa dessa doença, sou muito repetitiva. Eu sei que sou repetitiva, os ciclos se repetem para mim. Repito muito as coisas. Então, não aguento gente repetitiva perto de mim. Eu já sou repetitiva, não gosto de gente que também é. E essas pessoas [...] são muito repetitivas. Estão sempre aqui, fazem tudo igual, nunca conhecem uma coisa diferente. Têm sempre a mesma vida. Todo dia tudo igual. Isso não dá para mim. Não admiro essas pessoas. Admiro quem tem experiências diferentes.

Dependendo da fase em que está, fala alto, rápido, ininterruptamente e — como se vê acima — repetindo inúmeras vezes as mesmas histórias e discursos. É por isso que gosta de conviver com gente que fala pouco: "Preciso de silêncio, de alguém que ouça sem falar muito".

Nos bares a situação é diferente. Não há conflitos domésticos, mas, quando dorme lá, costuma ser assediada. No entanto, "sou firme e, por isso, me respeitam". Da mesma maneira que Armênia não gosta que

lhe peçam nada e não pede nada a ninguém, recusa também qualquer relação econômica de troca, seja do próprio corpo ou da força de trabalho. "Faço as coisas quando quero. Por exemplo: quando vejo que o bar desse meu amigo está sujo, eu me ofereço para limpar. Ofereço de coração. E, se preciso, durmo lá. Mas, combinar de limpar em troca de lugar para dormir, isso eu não quero! Não quero ter que fazer alguma coisa para conseguir outra". Gosta dos bichos e das poucas pessoas que, como eles, são carinhosas e não pedem nada em troca. "Se quiser me dar, tem que ser sem exigir".

Horizonte fechado

Ênio é, literalmente, desapossado. Não há nenhum objeto que considere seu, nem mesmo as roupas que veste e os sapatos que calça. Pela manhã, quando chega ao CAPS, recebe uma toalha e uma muda de roupas limpas, escolhidas por um funcionário num estoque comum. Então toma banho, café e remédios, vê televisão, almoça, participa de oficinas, lancha, fuma guimbas no quintal até lhe queimarem os dedos e, à tardinha, recebe seus vales-transporte para chegar ao albergue onde passa as noites. Nesse albergue, destinado a moradores de rua, entra na fila para receber a ficha de uma cama e um kit para o seu segundo banho, vê mais televisão, janta e dorme num dos nove quartos em que se distribuem trezentos e cinquenta albergados, a cada noite numa nova configuração. No máximo às sete horas da manhã, quando o albergue fecha, está a caminho do CAPS novamente, carregando consigo apenas o envelope plástico com o vale-transporte e a roupa do corpo, que logo será substituída por outra muda qualquer.

Ênio é sorridente, mas fala pouco. Suas respostas ora são muito breves ("Como você veio para esta cidade?" — "De Kombi"; "E, quando chove, como você faz?" — "Eu molho"), ora ecoam a própria pergunta ("Você vem todos os dias ao CAPS?" — "Vem todos os dias ao CAPS!"). A qualquer indagação do tipo "desde quando...?", ele responde com um vago "há alguns dias" ou "há umas duas semanas", mesmo em se tratando de situações que já perduram há anos. Sobre o passado, faz menções vagas à mãe, à escola que frequentou até a terceira série, à vida numa fazenda de um tio e a uma coronhada que lhe deixou uma cicatriz na testa. Sobre o futuro, deixa entrever a expectativa de retornar ao interior e voltar a estudar para se formar e arranjar um emprego. Enquanto isso, no presente, faz o que outros o mandam fazer. Desenha

a pedido do coordenador da oficina, tira as fotos sugeridas pelos pesquisadores, entra obediente nas filas do albergue. Se alguém pergunta se gosta de alguma coisa, a resposta afirmativa vem de modo quase automático; diz que gosta do albergue, do CAPS, do tratamento, dos remédios, dos desenhos na televisão, do fato de ter visto a mãe "fazer a vida". Inversamente, não se queixa de nada — não reclama da presença dos pesquisadores, do trânsito, do calor ou da falta de objetos pessoais e de privacidade. Durante a pesquisa de campo, as únicas ocasiões em que Ênio demonstra claramente sua própria vontade são as buscas por cigarros ou guimbas e a recusa — essa, sim, bastante enfática — a sair da rotina e levar a pesquisadora para conhecer os locais que frequentava quando ainda morava na rua.

Embora saiba ler e escrever, Ênio não conhece os nomes dos bairros em que circula, do ônibus que usa ou de referências no trajeto (como a rodoviária, um hospital ou um shopping center). No ônibus, indica "predinhos coloridos" que lhe chamam a atenção e identifica o ponto onde deve descer, mas, na maior parte do tempo, prefere observar os outros passageiros em vez de olhar pela janela. Ainda assim, não responde a estranhos que lhe dirigem a palavra e não faz amizades. Sua vida parece resumir-se ao movimento pendular entre duas instituições — o CAPS e o albergue — cujo funcionamento conhece apenas o suficiente para seguir as respectivas rotinas. Quando a pesquisadora pergunta qual das duas prefere, diz "é quase empatado". Quando pergunta que outros lugares conhece na cidade, diz: "Nunca fui em outro lugar não. Eu tenho medo de me perder nessa cidade. Ela é grande, é muito grande, né?".

Fragilidade específica

Inácio não tem família nem amigos íntimos na cidade. Mora há oito anos num minúsculo quarto de fundos de um cortiço, a um labirinto de corredores e cinco lances de escada da rua. O bairro é antigo, muito próximo ao centro da cidade, mas separado dele por um complexo de viadutos da década de 1970 e por novas obras viárias em andamento. Inácio atravessa esses obstáculos várias vezes todos os dias para fazer suas refeições num restaurante popular perto da rodoviária. O caminho define sua abrangência espacial, enquanto os horários do restaurante definem seu ritmo temporal. Ele desvia desse vaivém — que em si mesmo já lhe parece temerário — apenas para ir ao CAPS, quinzenalmente. Seu

cotidiano é determinado pelo sentimento de fragilidade em relação a um contexto no qual dificilmente consegue se defender.

Por um lado, há a experiência da violência urbana imediata. Ele conta que já viu e sofreu diversos assaltos perto de sua casa, e que ali há um casarão abandonado e duas "malocas" onde se escondem "marginais". Durante o período da pesquisa, aparece com o joelho machucado, relatando que uma mulher lhe atirou uma pedra sem nenhum motivo aparente. O medo dessa violência o faz levar consigo apenas uma cópia da carteira de identidade e recusar passeios como andar de metrô ou ir ao parque. A única coisa que lhe desperta interesse na cidade são os canteiros de obra perto de sua casa. Inácio conta que, quando criança, era incentivado a se tornar arquiteto, porque diziam que desenhava bem. Acabou completando apenas o primário ("Não dei conta de estudar") e se tornou pedreiro, trabalhando com o pai. Demonstra afeto por esse trabalho e o olhar e a linguagem de alguém formado no canteiro. (Ao tirar fotos, faz contorções para conseguir um enquadramento semelhante à projeção ortogonal dos desenhos técnicos: "Não consigo tirar no nível".)

Por outro lado, o sentimento de insegurança não se restringe ao ambiente urbano. Inácio também teme que o governo tire seu benefício, que o aluguel aumente, que não dê conta das suas tarefas, que algo como o homicídio que cometeu se repita. Embora saiba lidar bem com o dinheiro (conhece todos os preços, é "bom de conta", tem ótima memória e até faz jogo de loteria para o dono do cortiço) e a burocracia (quando foi enganado no acerto de um trabalho, entrou na Justiça), a impotência diante desse tipo de mecanismos abstratos o aflige. Ressente-se de "calotes" que tomou no trabalho, em lojas ou de uma operadora de telefone celular.

Inácio, que é sempre muito articulado e refletido na fala e na escrita, diz-se cansado da sua situação atual e a compara com a vida no hospital psiquiátrico. "Eu acho que lá dentro é mais seguro que aqui fora". Conta que lá podia trabalhar, tinha mais amizades, não precisava sair para conseguir comida nem pagar para dormir; se alguém tentasse agredi-lo, "eles davam um sossega-leão"; "se tivesse um rasguinho no colchão, eles trocavam por outro novinho em folha". "Olha só, aqui eu preciso lavar roupa, ir almoçar lá no popular... não estou dando conta de fazer muita coisa, não. Eu tenho taquicardia. Eu preferia ficar no hospital, sabe?". Quando a pesquisadora pergunta se o espaço que pode usar agora não é maior, ele diz: "Mas esse espaço maior aí que você está

falando é perigoso. Tem um buraco do tamanho de uma ilha no céu: o buraco da camada de ozônio".

Por tudo isso, declara-se contrário à luta antimanicomial e expressa essa posição em textos e desenhos no jornalzinho do CAPS. Argumenta que, com o fim dos manicômios "do governo", abrirão novos manicômios particulares aos quais o povo carente não terá acesso. "Eu não concordo, ela [a luta antimanicomial] tira o tratamento de muitas pessoas". Em lugar da extinção dos hospitais psiquiátricos, Inácio considera que bastariam mudanças no seu funcionamento. "Acho que muitas coisas eles podem mudar dentro dos hospitais para ficar melhor". Tais mudanças se referem principalmente à substituição de alguns funcionários e enfermeiros que tratam mal os pacientes.

A ideia do zelo de uns pelos outros surge repetidas vezes. Ele próprio demonstra esse zelo, por exemplo, quando arruma e limpa o quarto para receber as pesquisadoras pela primeira vez ou quando, em outra ocasião, uma das pesquisadoras é roubada no portão do cortiço e ele não só fica extremamente chateado, como também se sente responsável. Inversamente, diz que, quando cometeu o homicídio, alguém deveria tê-lo impedido, e que pagaria uma pessoa para lavar suas roupas e fazer sua comida (isto é, para cuidar dele) se tivesse dinheiro. Mas ele não considera que um SRT seria a solução: "Não é como casa de família". A solução seria uma instância que lhe desse segurança. Referindo-se ao plebiscito de 1993 (sobre a forma e o sistema de governo no Brasil), comenta: "Quando teve aquela votação para escolher rei ou outra coisa, eu escolhi rei".

Cotidianos e a grande cidade

Perguntamos antes de que forma as pessoas acompanhadas na pesquisa lidam com o meio espacial de uma metrópole, isto é, como apreendem ou rejeitam os estímulos que esse ambiente oferece, como se protegem ou se refugiam daquilo que é subjetivamente percebido como excessivo, como aproveitam ou recusam a mobilidade na cidade, como se arranjam com encontros fugazes, anonimato e indiferença, como veem o dinheiro e a instrumentalização das relações que ele representa e promove, e, finalmente, que tipo de ação engendram sobre a produção do espaço da cidade. Trata-se agora de retomar essas perguntas à luz dos sete cotidianos apresentados.

Comecemos pelas *geografias imaginárias*. Daniela, que deu ensejo a esse tema, experimentou as turbulências de uma megalópole quando viveu na cidade de São Paulo e se recorda bem da multidão, dos carros, do crescimento incessante e da falta de sossego. No entanto, a forma como representa o espaço para além de seu próprio bairro — isto é, para além do contexto urbano ao qual seu dia a dia hoje se restringe — inclui esses elementos apenas marginalmente. Às turbulências se sobrepõem imagens de lugares atraentes, excitantes, que não provocam temor nem dificuldade de ação. A forma como relata suas viagens pelo mundo "a mando do governo" sugere alguém que transita com absoluta desenvoltura nos meios mais diversos e aproveita plenamente as possibilidades de movimento. No cotidiano real, essas possibilidades são limitadas, mas a ideia central aqui parece ser um eu-poderia-ir (ou um eu-poderia-ter-ido). A simples representação desse espaço de possibilidades, mesmo que nunca seja (ou tenha sido) aproveitado de fato, parece modificar a relação com o lugar real. Tanto é que Daniela considera perfeitamente plausível ter total "liberdade de ação na vida", mudando-se para uma casa própria sem nenhuma supervisão.

Por outro lado, o fato de a geografia da imaginação de Daniela compor um espaço de possibilidades sempre remoto, distante, parece ter correlação com a percepção relativamente pobre que ela tem do contexto urbano mais imediato. Se isso for verdade, significaria, inversamente, que uma geografia imaginária mais densa no espaço mais próximo também seria correlata de uma percepção mais atenta desse espaço. Narrativas, histórias e notícias que chegam a uma pessoa acerca do contexto do bairro ou da vizinhança — de preferência em primeira mão — a estimulariam a descobrir ali novos elementos de interesse e formas de apropriação, que, por sua vez, a levariam a multiplicar tais narrativas, histórias e notícias. Nesse sentido, Ênio se assemelha a Daniela, pois, embora transite mais na cidade e tenha uma imaginação de lugares distantes mais focada na fazenda e na cidade do interior onde viveu, também desconhece seu contexto atual e se exime de agir ali segundo decisões próprias. Já Armênia e Édson são os opostos de Daniela. Ambos conhecem muito bem as regiões urbanas que frequentam e, cada um à sua maneira, se apropriam desses espaços, enquanto suas referências a lugares mais distantes surgem com menor relevância. Isso não quer dizer que, nesses casos, se trate de geografias imaginárias mais 'realistas'; não verificamos o quanto as narrativas de Édson ou Armênia coincidem com a realidade, nem teria sentido fazê-lo. Importa

que eles têm maior facilidade de relacionar essas geografias com uma ou outra forma de ação no espaço urbano.

O tema do *lugar errado*, derivado do cotidiano de Rivaldo, pode ser lido como um correlato da instrumentalização das relações e da frieza — ou, como diz Simmel, reserva — que dela resulta. Assim como muitas outras pessoas, Rivaldo é constrangido a seguir determinações e conveniências externas sobre como e onde mora, o que faz ou deixa de fazer. Mas sua mágoa com a falta de atenção alheia, a forma como narra os encontros fugazes ("Oi, bão? Desse jeito"), seu estranhamento sobre o fato de todos sempre dizerem que estão bem, tudo isso indica que Rivaldo não 'naturalizou' a frieza que caracteriza particularmente as grandes cidades. Ela não faz parte de seu *habitus*. O sentimento de estar fora de lugar se acentua ainda mais por ele não participar de nenhuma esfera privada intermediária ou coletiva. A frieza não começa, por assim dizer, na porta da rua, mas na porta do seu próprio quarto — talvez o mantenha sempre fechado, quente e abafado para não a deixar entrar. Encontra-se diariamente com o cunhado dentro de casa como se cruzasse com um conhecido na rua (de novo: "Oi, bão? Desse jeito"). Assim, Rivaldo parece esperar que lugares com muita gente, como o centro da cidade, possam lhe dar oportunidades de desenvolvimento de relações mais estreitas com outras pessoas. Especialmente o sonho de se tornar locutor de rádio, ainda que mencionado apenas de passagem, registra essa vontade de expressão. Também é notável que, nesse caso, o anseio sempre frustrado de estabelecer relações com outras pessoas seja acompanhado de um acanhamento na produção do próprio espaço privado. Até a decoração de Natal lhe chega pronta, sem que ele interfira, e, mesmo querendo, não pode se envolver nos cuidados das plantações e criações no próprio quintal. Talvez, se Rivaldo tivesse a possibilidade de agir mais decisivamente sobre o lugar que habita, se tivesse mais liberdade de determinar seu próprio cotidiano, dispor seus objetos e se engajar num espaço que lhe pareça ter sentido, pudesse lidar melhor com o distanciamento que caracteriza as relações no espaço público.

Sob esse aspecto, a situação oposta à de Rivaldo é vivida por Lourdes e Everton, que dispõem de um espaço privado compartilhado, que eles mesmos mobiliaram e arrumaram. O que chama a atenção nessa última situação é que se trata de uma *intimidade delicada* perante os mecanismos institucionais em que está inserida, a começar pelo próprio conjunto habitacional ao qual o apartamento deles pertence. Nenhuma das outras pessoas acompanhadas na pesquisa vive numa

moradia semelhante, isto é, numa moradia privada, formal, projetada e construída segundo as diretrizes do que Lefebvre chama de "espaço abstrato": Daniela e Rivaldo moram em casas privadas, construídas informalmente, Édson e Inácio vivem em quartos de pensão ou cortiço, também informais, Ênio vive num abrigo público e Armênia não tem moradia fixa. Nenhum deles cumpre tão rigorosamente o repertório de objetos domésticos que projetistas, poder público e outros idealizadores da vida alheia supõem que devam existir numa moradia desse gênero, de cama de casal a álbum de fotografias, passando por geladeira, televisão, aparelho de DVD, tapetes, cortinas etc. O limite físico entre o espaço privado e o lado de fora está muito claramente estabelecido, mas o limite da interferência institucionalizada é difuso.

Não sabemos exatamente quais foram as dificuldades que Lourdes e Everton enfrentaram para se casar, pois apenas mencionam que "todo mundo foi contra". No entanto, o receio dessa interferência na vida doméstica parece continuar presente. Ainda que muitos outros fatores estejam em jogo, seu cotidiano permite correlacionar a moradia que 'vem pronta' — definida segundo um programa fixo e sem a possibilidade de determinação pelos próprios moradores, a não ser o preenchimento de alguns dos cômodos — com a ameaça de submissão a uma ordem externa, abstrata. Eles não são produtores do próprio espaço, mas 'usuários' de um espaço abstrato, que, mais do que suas necessidades ou desejos, expressa os "*signos* de sua situação".[12] Lefebvre aponta o quanto a produção do espaço concebido, abstrato e dominador se imprime nas práticas cotidianas, nos gestos e na imaginação: "o 'usuário' faz espontaneamente abstração de si, de sua presença, de seu 'vivido' e de seu corpo, face a essa abstração tornada fetiche".[13] A situação de Lourdes e Everton difere daquela de Rivaldo não apenas pelo fato de eles terem um espaço privado compartilhado, mas também pela forma como as determinações externas atingem seu cotidiano. A Rivaldo elas são impostas imediatamente pelas figuras concretas da irmã e do cunhado; a Lourdes e Everton chegam 'apenas' como determinações mediadas pelo espaço formal que habitam, pelas instituições que frequentam e pela televisão.

O cotidiano de Édson também instiga a comparação com o de Rivaldo, sobretudo do ponto de vista da experiência no espaço público.

12 LEFEBVRE, *La production de l'espace*, 1974, p. 418.

13 Ibidem, p. 112.

Ambos apreciam "o movimento", ambos gostam de ir ao centro da cidade ou a locais públicos em que se encontram pessoas. Mas, para Rivaldo, a experiência fica sempre aquém das expectativas, porque, dada a superficialidade desse tipo de encontro, carece do afeto ou da intimidade que ele procura. Já Édson parece sentir-se à vontade justamente nessa não intimidade, na interação de caráter mais formal, na etiqueta do espaço urbano, que, ao menos até certo ponto, o protege de críticas diretas e ofensas pessoais que sofre na casa da mulher e na pensão em que dorme. Nesse sentido, o cotidiano de Édson permite pensar a *proteção da itinerância* como um tema mais geral da prática de 'habitar a grande cidade'. Os encontros fugazes entre pessoas que estão indo e vindo geram uma interação muito diferente do encontro num ambiente fechado, onde pessoas se sentam para conversar. Essa última situação pressupõe disposição e certo comprometimento, com o qual cada um dos interlocutores pode contar. Já o encontro na rua, no ponto de ônibus ou no balcão da lanchonete tem o descompromisso da casualidade. Hertzberger toca nessa diferença ao criticar a instalação de equipamentos monofuncionais em espaços públicos ou coletivos, argumentando que eles dificultam o contato. É muito mais constrangedor sentar-se à mesa de um estranho do que se acomodar nos degraus de uma escada em que já há alguém. E, quando situações como o compartilhamento de uma mesa ou de um assento no ônibus ocorrem por falta de alternativa, as pessoas — sobretudo aquelas que incorporaram o *habitus* urbano — costumam evitar a troca de palavras e olhares, para não correr o risco de um contato desagradável do qual só poderiam recuar com certo esforço. Inversamente, "é a certeza de que podemos interromper o contato ou nos retirarmos quando quisermos que nos encoraja a prosseguir. O estabelecimento de contato é, de certo modo, como o processo de sedução, em que ambos os lados fazem reinvindicações iguais sabendo que a retirada é possível a qualquer momento".[14] Édson parece ter se apropriado desse comportamento urbano com maestria. Já a intimidade literalmente o intimida.

Por isso, a itinerância de Édson não se equipara ao *nomadismo urbano* de Armênia, ainda que ambos passem a maior parte do tempo circulando pela cidade. O limite entre privado e público, que para Édson é sempre o mesmo, não se fixa no cotidiano de Armênia. Ora ela 'espalha' sua intimidade da mesma maneira que espalha seus objetos

14 HERTZBERGER, *Lições de arquitetura*, [1991] 1996, p. 178.

por todos os lugares onde come, dorme ou se arruma; ora é como se condensasse essa intimidade no espaço do próprio corpo. Tal maleabilidade não significa uma ausência de limite ou a simples fusão entre público e privado, como ocorre, por exemplo, no cotidiano de Ênio, com seu movimento pendular entre CAPS e abrigo público. A maleabilidade indica, pelo contrário, notável competência para subverter uma ordem convencional do espaço, segundo a qual toda intimidade deveria ter um 'endereço residencial'. Ênio tem um endereço onde pode ser encontrado todas as noites, enquanto até mesmo suas roupas são determinadas heteronomamente. Armênia não tem esse endereço, mas se apropria à sua maneira de cada recurso que surge. O limite maleável entre público e privado talvez seja antes um pressuposto do que uma consequência do seu nomadismo urbano.

Outro aspecto do cotidiano de Armênia que demonstra sua resistência a determinações externas ou heteronomias é a recusa de qualquer relação de troca com viés monetário, isto é, qualquer instrumentalização de si mesma e de outros, e qualquer hierarquia de dominação daí decorrente. Armênia é avessa a situações em que alguém manda e outro obedece. Édson também questiona a corrupção do pastor proprietário da pensão ou os preços de certas lojas. Mas trata-se do questionamento de conteúdos específicos da troca monetária, não do seu princípio. Se o pastor usasse melhor o dinheiro, se aquelas lojas vendessem a preços mais baixos, a relação seria aceitável. Para Armênia, pelo contrário, não importa quanto lhe paguem para fazer uma faxina — ela simplesmente rejeita a própria forma desse tipo de relação. Édson teve um emprego formal por muitos anos, isto é, um cotidiano que treina e reforça continuamente tanto a relação monetária quanto as separações nítidas entre espaço privado e alheio, tempo 'livre' e tempo 'útil'. Ele circula pela cidade como se reproduzisse esse movimento habitual. Já Armênia explicita que tem pouco respeito por "gente que trabalha e tem onde morar", contrapondo-se ao senso comum de que o trabalho 'dignifica' e afirmando suas experiências fora da domesticidade convencional e fora do mundo do trabalho e das instituições educacionais que o reproduzem. Se é verdade que "a sociedade do mérito pune severamente todas as pessoas que não se enquadram em seu perfil preferido, reservando para estas os piores lugares na hierarquia moderna do status e da dignidade",[15] essa autoafirmação ou autolegitimação de Armênia indica uma

15 MACIEL & GRILLO, O trabalho que (in)dignifica o homem, 2009, p. 258.

capacidade crítica rara. E, se pensarmos a grande cidade como o espaço por excelência da sociedade capitalista industrial, seu nomadismo urbano seria, na verdade, uma espécie de anarquismo urbano.

Em contrapartida, o tema do *horizonte fechado*, a que dá ensejo o cotidiano de Ênio, sintetiza uma obediência quase absoluta aos ditames dessa mesma sociedade, ainda que Ênio não seja um de seus membros 'produtivos'. Já mencionamos a aparente ausência de espaço privado nesse cotidiano. Contudo, ainda mais marcante é o fato de Ênio ser indiferente à maior parte dos estímulos à sua volta. É claro que sua condição psíquica específica tem relação direta com essa forma de perceber — ou ignorar — a cidade, e não nos cabe aqui discutir essa condição. Porém ele tematiza um tipo de atitude urbana talvez muito mais comum do que a atitude *blasé* descrita por Simmel, que se lhe assemelha quanto ao "embotamento", mas difere dela quanto à apreensão "intelectualizada" do mundo. Essa atitude nos faz percorrer a cidade como os cavalos de antolhos, com visão lateral interditada e foco apenas num caminho definido por alguma coerção externa ou pela coerção interna que, no caso dos cavalos, chamamos de adestramento. O que Ênio expressa — "Nunca fui em outro lugar, não. Eu tenho medo de me perder nessa cidade. Ela é grande, é muito grande, né?" — poderia ser dito por inúmeros habitantes urbanos que transitam entre pontos da cidade onde devem cumprir determinada obrigação, sem que tenham nenhum conhecimento de regiões, territórios, conexões e diversidades urbanas além do estritamente necessário para chegar de um destino a outro. A percepção do caminho se resume ao interior de um ônibus ou, para retornar a um dos temas anteriores, a geografia imaginária do espaço cotidiano é um vazio com poucos pontos 'coloridos', ligados entre si por fios transparentes.

Até aqui, esperamos ter conseguido evidenciar o quanto ações, movimentos e atitudes em relação à cidade que parecem semelhantes à primeira vista diferem quando analisados mais de perto. Experiências e significados de eventos tidos por triviais — dormir, comer, ir e vir, arrumar-se — não são triviais nem iguais. Portanto, nenhuma estrutura institucional destinada a garantir a qualidade da habitação na cidade, seja para pessoas com SMG ou não, poderia fazê-lo mediante uma solução universal ou mesmo um repertório de soluções padronizadas. A funcionalização das chamadas 'necessidades básicas' não funciona. O último dos temas propostos para esta discussão, que denominamos *fragilidade específica* e caracterizamos no cotidiano de Inácio, visa a essa

discussão. Se necessidades, possibilidades e fragilidades são específicas de cada habitante urbano e, além disso, sujeitas a mudanças ao longo do tempo, nenhum modelo de acomodação poderia atender a todos igualmente. No caso específico de Inácio, a fragilidade provém, sem dúvida, de sua situação financeira precária, sua solidão, sua saúde física debilitada e de uma violência urbana que muitas pessoas sofrem de maneira semelhante. Mas ela provém também da insegurança em relação à própria condição psíquica. Por mais paradoxal que possa parecer, os relatos de Inácio mostram que ele tinha maior autonomia de ação quando ainda estava no hospital psiquiátrico, para o qual tanto gostaria de voltar. Ele não adquiriu o *habitus* urbano, como Édson, não tem intimidade com a rua, como Armênia, nem consegue ser indiferente à cidade, como Ênio; ele não compartilha o cotidiano, como Lourdes e Everton, não tem a expectativa de vir a compartilhá-lo, como Rivaldo, e não imagina para si nenhuma moradia ideal, como Daniela. Ele apenas e muito simplesmente gostaria de se sentir protegido de um ambiente do qual não está "dando conta".

[2016]

Levantamento sócio-espacial num vilarejo

Silke Kapp

A compreensão das relações de uma coletividade com os espaços que ela usa e produz é imprescindível a qualquer ação de assessoria técnica que queira fortalecer grupos sócio-espaciais, e não lhes impor novas heteronomias. Mas, em muitas áreas rurais, o longo trabalho de campo que isso exige tende a ser inviável. O presente capítulo sintetiza uma proposta metodológica discutida no MOM para levantamentos sócio-espaciais nessas situações de trabalho de campo relativamente breve e condensado, e sua experiência no vilarejo Quartel do Indaiá, no município de Diamantina (MG). A última parte traz uma análise crítica do método — sobretudo de suas falhas — e apontamentos para melhorá-lo.[1]

Vilas e aldeias do Brasil rural têm sido sujeitadas a ações externas que implicam mudanças nas relações desses grupos sociais com o espaço em que vivem e que em boa parte produziram por si mesmos, às vezes ao longo de gerações. Tais mudanças raramente resultam de decisões conscientes tomadas pelas próprias comunidades. Para isso, seria necessário que tivessem voz política e clareza das relações sócio-espaciais em jogo, o que não tem ocorrido nem mesmo em se tratando de ações concebidas unicamente para os beneficiar. Um problema central nesse sentido é a abordagem que arquitetos, urbanistas e planejadores utilizam para apreender o mundo social espacializado de grupos vulneráveis. O clássico conjunto de levantamento técnico e diagnóstico implica protocolos e avaliações a partir de categorias predeterminadas, aos quais os grupos afetados podem, quando muito, acrescentar informações.[2] A alternativa mais conhecida a esse procedimento seria a pesquisa de tipo

1 Primeira publicação: Levantamento sócio-espacial: um método num vilarejo. *Paranoá*, v. 17, 2016, on-line.
Os colegas Roberto Andrés e Wellington Cançado viabilizaram o trabalho de campo em Quartel. Participaram da pesquisa Bárbara Olyntho, Juliana Ramos, Leonardo Polizzi, Marcus Bernardo, Mateus Lira, Núria Manresa, Patrícia Nardini, Pedro Magalhães, Rebekah Campos, Ana Baltazar, Débora Andrade e Lígia Milagres.

2 Cf. KAPP & BALTAZAR, O paradoxo da participação, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 437–458.

antropológica, que almeja uma compreensão aprofundada de hábitos e dinâmicas de um grupo social. Mas, para ações concretas, propositivas, uma tal pesquisa, além de exigir tempo e recursos raramente disponíveis, não significa por si só a reversão da dominação dos técnicos sobre os chamados beneficiários. Se ela apenas levar a diagnósticos mais sensíveis, mas ainda deixando a cargo dos técnicos a tradução de necessidades em soluções, não tornará os grupos mais autônomos espacial, social e politicamente.

Por essa razão começamos a discutir no Grupo de Pesquisa MOM um método de *levantamento sócio-espacial* que, num trabalho de campo de poucos dias e viável também em locais de difícil acesso, possibilitasse obter dados relevantes sobre como uma comunidade produz seus espaços e que dificuldades e conflitos enfrenta. Para uma pesquisa de cunho antropológico, a presença tão breve teria pouco valor, porque não torna o pesquisador apto a compreender um modo de vida alheio e ainda tende a perturbar o cotidiano do grupo em questão. Mas ela pode ser válida para viabilizar a discussão com esse grupo e abrir caminhos para novas informações, conhecimentos e ferramentas. O intuito não é conhecer o grupo profundamente para depois traduzir suas necessidades em soluções, num viés ainda assistencialista. O intuito é conhecer o grupo o suficiente para descobrir que formas de apoio externo podem lhe ser úteis para ampliar sua capacidade de decidir e agir sobre o seu espaço, sem gerar novas dependências.

Nas seções seguintes, começo por descrever o trabalho de campo numa experiência desse método realizada pelo MOM em Quartel do Indaiá, um vilarejo de menos de cem habitantes na Serra do Espinhaço, região do Alto Jequitinhonha. Depois faço um resumo de sua condição sócio-espacial, tal como conseguimos compreendê-la e que cabe neste texto. Termino com uma discussão mais detalhada e crítica do processo de pesquisa. O presente texto se desdobra nessas duas frentes — o método e um caso particular de aplicação — porque uma reflexão metodológica que ignorasse o objeto e o trabalho da pesquisa em si seria necessariamente limitada a declarações genéricas de boas intenções. Abordar uma situação concreta torna a discussão menos elegante, cheia de ruídos, mas essa me parece a única maneira de chegar a práticas de pesquisa mais consistentes.

Cabe mencionar de antemão um desses ruídos. Nosso trabalho em Quartel do Indaiá realizou-se no contexto do 44º Festival de Inverno da UFMG, cujos organizadores propuseram que compartilhássemos

uma oficina com um turismólogo da Prefeitura de Diamantina. Esse estava determinado a construir fossas sépticas no vilarejo, como forma de acesso à comunidade, e tinha a expectativa de que o auxiliássemos nisso. Dado que nosso intuito era mais aberto, decidimos por um trabalho independente, mas a constelação gerou uma série de interferências que acabaram se tornando parte da presente reflexão metodológica, como se verá.

Trabalho de campo

Tomando por ponto de partida experiências anteriores do MOM na Região Metropolitana de Belo Horizonte, preparamos o trabalho de campo elaborando roteiros de observação, roteiros de entrevistas individuais e coletivas, uma maquete de relevo e um grande mapa impresso. Esses dois últimos deveriam servir para que, durante o próprio trabalho de campo, pesquisadores e moradores reunissem as informações coletadas de uma maneira evidente para todos. A ideia era que o material oferecesse uma visão geral para facilitar futuras discussões e decisões dos moradores a respeito de seu vilarejo. Além disso, dois pesquisadores fizeram uma visita preliminar ao local para obter informações gerais sobre a região, contatar a líder comunitária, conversar com os moradores e organizar a estadia de quatro dias e três noites. Para a hospedagem e alimentação dos participantes nas casas das famílias, foi combinada uma diária de cinquenta reais por pessoa, o que até aqueceria um pouco a economia local. A proposta da oficina despertou interesse, mas também estranhamento. Quando soube que levaríamos um mapa da região, uma moradora perguntou: "*Mas a gente já conhece aqui — para que um mapa?*".

Já no primeiro dia em Quartel do Indaiá, os pesquisadores que participaram desse trabalho (três arquitetos e seis estudantes de graduação) sentiram-se desconfortáveis em realizar as atividades planejadas de sistematização de dados e discussão coletiva. Concentraram-se na interação informal com os moradores. Sempre em grupos de três, batiam às portas das casas, apresentavam-se e davam início às conversas. Algumas aconteciam na sala, mas muitas vezes os moradores conversavam sem interromper suas atividades em outras partes da casa. Essa pareceu, na prática, a melhor forma de conhecer o cotidiano e seus diversos espaços. As pessoas falavam sobre sua história, seus hábitos e dificuldades, à medida que as perguntas, o ambiente e os afazeres

as incitavam a isso. As conversas não foram gravadas, para não criar uma formalidade estranha a essa dinâmica. Naturalmente, as conversas mais interessantes aconteceram com os donos das casas em que os pesquisadores estavam hospedados, sobretudo durante as refeições, sendo impossível estabelecer um limite entre o bate-papo e aquilo que seria uma entrevista de coleta de dados.

O ponto de encontro dos pesquisadores durante o dia era o quintal da casa da líder comunitária e, à noite, a fogueira em frente à mesma casa. O mapa e a maquete, preparados para reunir as informações, serviram apenas para que os pesquisadores se orientassem no local. O plano inicial de uma discussão coletiva a partir desse material foi abandonado, em parte porque os descontraídos encontros noturnos, apesar de reunirem muita gente, não ofereciam oportunidade para discussões concentradas. Isso ficou evidente quando o turismólogo tentou transformar um desses encontros numa aula sobre o sistema de fossa: a dispersão dos moradores foi imediata. Além disso, nossa base cartográfica estava incompleta, excluindo áreas de casas mais isoladas, descobertas apenas pelas indicações de outros moradores. Mas o motivo mais relevante para a desistência das conversas coletivas com uso do mapa e da maquete foi a constatação de que havia uma questão fundiária bastante delicada em Quartel, de demarcação de terras quilombolas, que ignorávamos até então. Muitos moradores se mostraram apreensivos com a perspectiva de perder terras que consideravam sua propriedade particular. Não caberia a nós introduzir ali uma discussão sobre o território sem o devido preparo de informações e material e correndo o risco de criar conflitos e mal-entendidos. Assim, os pesquisadores conversaram muito, desenharam e fotografaram, mas apenas depois de saírem de Quartel reuniram e sistematizaram o material.

Como já dito, fez parte da oficina em Quartel, paralelamente ao trabalho do MOM, a tentativa de construção de fossas sépticas pelo turismólogo de Diamantina. Ele estava decidido a implantar ali um tipo de fossa composta por uma sucessão de tambores plásticos enterrados no chão. Embora não tivesse tido nenhuma ressonância ao tentar explicar o sistema aos moradores num dos encontros noturnos, insistiu e fez as cavas no quintal da líder comunitária. Continuou não gerando entusiasmo. Os moradores ficaram mais interessados nos tambores plásticos, que queriam utilizar para outras finalidades. Uma moradora disse que preferia construir uma fossa de pedras, que é um material à mão e sem custo. Outra ironizou o fato de ele ter trazido areia de

Diamantina, quando em Quartel há areia em toda parte. Além disso, decepcionaram-se ao saber da manutenção periódica das fossas e da necessidade de separação de águas negras e cinzas nos banheiros. As instalações de que dispõem não têm essa separação (provavelmente por mera falta de informação) e uma modificação significaria novos gastos que não queriam assumir. A fossa no quintal da líder comunitária que o turismólogo instalou quase à força nunca foi posta em funcionamento.

Quartel do Indaiá

Quartel do Indaiá está a quarenta quilômetros de Diamantina e o garimpo determinou toda a sua história. Na década de 1730, criou-se ali um posto estratégico para alojar soldados e confinar 'escravos fugitivos'. As fundações do alojamento e as histórias sobre aparições de (almas de) escravizados torturados são referências para os moradores até hoje. Quando a função militar foi extinta no início do século XIX, o antigo quartel se tornou um aglutinador para a formação do vilarejo. Embora não saibamos se houve algum parcelamento sistemático das terras à sua volta, três formas de apropriação são bastante evidentes.

Pessoas fugitivas ocuparam clandestinamente as porções de terra mais distantes do antigo quartel, de acesso mais difícil, mas grandes o suficiente para a subsistência de uma família e próximas a rios de garimpo. Nesses locais se encontram ainda hoje as casas mais precárias de Quartel, cujos moradores são quase sempre negros (não brancos ou mulatos). Já os descendentes de portugueses e escravizados alforriados, que tinham direitos legais e meios para comprar ou arrendar terras, se instalaram perto do antigo quartel. Não precisavam de terrenos extensos, pois viviam do dinheiro do garimpo e mantinham hortas e criações apenas complementares. Quando o garimpo se tornou escasso, muitos deles passaram a plantar e criar gado em pastos e roças um pouco mais afastados. Finalmente, houve (e há) apropriação por grilagem, isto é, pelo aumento de uma propriedade mediante o cercamento ilegal, que também era privilégio de quem tinha dinheiro para erguer cercas. A maior propriedade da região é resultado dessa prática por um fazendeiro com quem os habitantes de Quartel têm uma longa história de conflitos.

O garimpo de ouro e diamantes, principal atividade econômica da região, foi proibido na década de 1990 e tem sido cada vez mais fiscalizado. Até então, a vila era movimentada, e a oferta de serviços e as oportunidades de trabalho e renda eram maiores; dizem que à

noite as ruas ficavam repletas de mesas com homens bebendo. Desde a proibição, o vilarejo estagnou e os jovens emigraram em busca de trabalho. Até o dito fazendeiro despediu os empregados e deixou de frequentar sua propriedade. Há boatos de que mineradoras estariam fazendo prospecções na região.

Em 2011 Quartel do Indaiá foi certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como comunidade quilombola, o primeiro passo para a titulação coletiva da terra pelo INCRA. No entanto, o processo não partiu dos moradores e sim da Secretaria de Cultura de Diamantina. Quem os representa junto à FCP é uma pessoa sem inserção direta na comunidade. Desde junho de 2008, existe uma associação comunitária que recebe uma pequena verba anual e vem servindo para cumprir as exigências formais. Os moradores estão receosos porque entendem tudo isso como desapropriação. Não veem os possíveis benefícios. Além do apoio da FCP para educação, saúde, cultura e economia, a interlocução que precede a regularização poderia ser uma oportunidade para se organizarem e, por exemplo, reverterem a grilagem de terras.

Outro fator externo que afeta a relação da comunidade de Quartel com o território é o Parque Nacional das Sempre-Vivas, criado em 2002. À diferença das Unidades de Uso Sustentável, que admitem alguma ação antrópica, o parque é do tipo Unidade de Proteção Integral. A ocupação humana é permitida apenas nas chamadas zonas de amortecimento, mas qualquer atividade produtiva ali precisa ter anuência da administração do parque e licença do Instituto Estadual de Florestas. O tratamento conferido por tais instâncias aos pequenos e grandes produtores é desigual: os grandes têm sido tratados com permissividade porque conseguem se apropriar do discurso do desenvolvimento sustentável e dispõem de meios para cumprir as exigências legais, enquanto os pequenos produtores, que apenas continuam fazendo o que se faz ali há gerações e nem sabem que suas práticas se tornaram ilegais, têm sofrido interdições sistemáticas.[3] Uma moradora de Quartel relatou como foi abordada pela Polícia Militar por ter madeira em sua casa, que usaria para construir. Não foi autuada, mas se sentiu humilhada ao ter que convencer os policiais de que não conhecia a proibição: "*contei toda a história da minha vida e chorei o tempo todo*".

3 MONTEIRO, *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas*, 2011.

Os moradores de Quartel dependem, para quase tudo, de São João da Chapada, o aglomerado urbano mais próximo, com cerca de quatro mil habitantes: compras em geral, vendas de excedentes da produção agrícola, atendimento médico e odontológico, banco, escola a partir da quinta série. O transporte público no trajeto de dez quilômetros de estrada de terra se resume à van escolar. Às vezes os moradores se juntam e combinam o transporte pela caminhonete de um mercado de São João. Outras viagens são feitas de moto, a cavalo ou a pé, com os suprimentos nas costas ou em balaios de indaiá. Antigamente, quando alguém morria, era carregado numa esteira de indaiá amarrada a um tronco de madeira e levado em procissão com vissungos (os tradicionais cantos dos escravizados da região) até São João.

Os meios de comunicação também são precários. Há um único telefone fixo, que é particular e só funciona "*quando não está ventando muito*". Não há cobertura de telefonia celular. Para uma ligação urgente, "*se você subir no alto do morro do outro lado do rio e o seu telefone for da operadora* [...]*, você consegue falar*". Os jovens carregam o celular apenas como símbolo de status e para ouvir funk e sertanejo universitário. Contudo, há rádio e televisão com antenas parabólicas nas casas do núcleo da vila. São esses meios notoriamente unilaterais de comunicação que fazem a ligação cotidiana dos moradores com o resto do planeta. O rádio acompanha o trabalho de dia; a televisão é ligada pela manhã para a missa e à noite para as novelas da Rede Globo. Mas as histórias ali contadas parecem pertencer a outro mundo. Uma moradora disse que acha estranhas "*as mulheres da novela, divorciadas, saindo sozinhas à noite e arrumando novos maridos*".

O núcleo de Quartel é formado por um triângulo entre dois ribeirões e dispõe de dezoito casas, uma igreja, um grupo escolar, um campo de futebol e uma barraquinha. A pequena estrutura viária desse núcleo se compõe da rua principal, da rua de baixo e de várias trilhas menores. Mesmo sem pavimentação, a forração gramada, o traçado suave, o solo permeável e a ausência de veículos fazem com que não haja acúmulo de águas ou erosão. As duas ruas têm postes e iluminação pública e são margeadas por casas relativamente próximas umas às outras. Como no vilarejo dos tempos do garimpo, a relação dessas casas com a rua parece importar mais do que a relação com os quintais nos fundos. As fachadas configuram um espaço público agradável e favorecem encontros ao peitoril da janela ou nos bancos formados pelos baldrames de pedra, com conversas que podem se arrastar por horas. Também muito

Município de Diamantina interceptando o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MOM, 2012).

Quartel do Indaiá, casas no núcleo do vilarejo, de adobe e cobertura de telha cerâmica (MOM, 2012).

Quartel do Indaiá, casas isoladas, de pau a pique com cobertura de telhas cerâmicas artesanais ou de palha, sempre com forno de farinha no quintal e fogão a lenha no interior; algumas são providas de um sistema de alimentação elétrica por placa fotovoltaica que é insuficiente (MOM, 2012).

apreciada para encontros é a já citada fogueira em frente à casa da líder da comunidade. Quase toda noite as pessoas chegam espontaneamente para bate-papos, batucada, cantoria e dança. O Ribeirão Caeté-Mirim, considerado "*bom pra nadar*", parece ser outro espaço de lazer importante, ao passo que o campo de futebol está abandonado. A *barraquinha*, um cubículo de adobe sob um quiosque de madeira coberto com folhas de indaiá, é usada para a venda de bebida e comida durante a Festa das Mercês, o grande evento anual do vilarejo que recebe muitos visitantes de povoados próximos. Mas, seja para a festa, seja para outras reuniões, falta um espaço público coberto. Os moradores consideram que o grupo escolar deveria cumprir essa função de lugar em que "*todo mundo pode entrar a qualquer hora*", mas "*é uma burocracia pra pegar a chave*".

Além do núcleo, fazem parte de Quartel do Indaiá sete casas isoladas, às quais se chega por trilhas, às vezes a mais de trinta minutos de caminhada. Essas casas, historicamente ocupadas pelas famílias mais pobres, são de padrão construtivo mais simples: chão de terra batida, esquadrias rudimentares e paredes de pau a pique ou adobe, por vezes revestidas com tabatinga, uma argila branca encontrada em locais de acúmulo de água. Essas construções exigem manutenção constante, pois as paredes precisam ser barreadas e a cobertura de folhas de indaiá, trocada todo ano. A água é captada de nascentes por tubulações improvisadas que a levam até uma bica no quintal, onde se lavam a roupa e a louça. Não há banheiros ou instalações hidráulicas internas. Essas casas também não estão ligadas à rede elétrica. Em algumas delas, uma empresa contratada pela CEMIG instalou placas fotovoltaicas, mas "*se você liga mais de duas lâmpadas, a luz já fica fraca*". Como os moradores não têm acesso às baterias, e a assistência técnica não está sempre disponível, apesar da taxa mensal que pagam, é comum a interrupção do abastecimento.

No núcleo da vila, as casas mais antigas — em parte mais que centenárias — também foram construídas com técnicas vernaculares, mas num padrão mais sofisticado. Há baldrames de pedra, assoalhos de madeira, estruturas e esquadrias de madeira notadamente feitas por artesãos habilidosos, telhas de barro, forros de estuque, taquara ou indaiá, e acabamentos externos e internos. As paredes são de tijolos de adobe, mais duradouros do que o pau a pique, mas muito mais trabalhosos: como o solo do núcleo de Quartel é arenoso, transportava-se de longe a terra vermelha para isso. Vários moradores também mencionaram que havia um ótimo carpinteiro na vila, assim como um artesão que fabricava telhas.

Já as casas mais recentes no núcleo da vila parecem urbanas. Suas paredes são de blocos de concreto comprados em São João da Chapada ou doados por políticos de Diamantina. As coberturas ainda são de estruturas de madeira e telhas cerâmicas, mas não as produzidas no local. Portas e janelas são industrializadas de madeira, aço ou alumínio. Assim como o material, a mão de obra vem de fora: pedreiros de São João ou antigos moradores que agora trabalham na construção civil em Belo Horizonte. Os moradores dizem que as paredes de terra não são mais usadas porque é trabalhoso executá-las e mantê-las. Como a maioria dos homens mais jovens se mudou para os centros urbanos, a construção em terra ficou ainda mais difícil e o conhecimento das técnicas do adobe e do pau a pique está se perdendo. Além disso, o Parque das Sempre-Vivas trouxe a proibição do uso de pau roliço nativo para pilares, vigas e estruturas de telhado.

As casas de Quartel têm cômodos pequenos que se abrem uns para os outros, sem corredores de circulação: uma sala usada à noite para assistir televisão, três dormitórios (do casal, dos filhos e das filhas), às vezes um puxado para o banheiro e, como principal espaço de convívio, a cozinha. O convite "*vamo entrá*?" sempre direciona a visita a um café na cozinha. Seguindo a tradição do Vale do Jequitinhonha, essas cozinhas são muito asseadas e organizadas. Galinhas, cães e outros animais não entram ali. A varrição com vassouras de palha trançada é frequente. Panelas areadas, vasilhas de mantimentos, pratos e talheres são armazenados em prateleiras de madeira, e as canecas ficam dependuradas em pregos. Nas casas mais rústicas, a estrutura aparente do telhado é receptiva a improvisos e adaptações, como prateleiras de pau roliço que guardam todo tipo de objetos. Nas casas com paredes de alvenaria e revestimento interno, encontram-se móveis de cozinha industrializados. Geladeira e outros eletrodomésticos são privilégio das casas do núcleo, ligadas à rede elétrica. Já o fogão a lenha é o centro de todas as cozinhas. Ele recebe revestimento de tabatinga, refeito periodicamente. Alguns são montados sobre um estrado de madeira, que deixa a parte inferior livre, usada para aquecer os pintinhos à noite. Também ainda se usa a serpentina no fogão para aquecer a água do chuveiro. O fogão a gás é visto como inferior — "*a comida fica pior*" — e usado mais como aparador e armário.

Mesmo as casas no núcleo da vila têm grandes quintais nos fundos, que são parte essencial dos afazeres do dia a dia. Há hortas, pomares, criações de galinhas e porcos, e estruturas auxiliares, como moinho de

cana, tacho de farinha de mandioca e cozinhas de apoio para o preparo de doces, rapadura ou requeijão. Todas as famílias de Quartel plantam e criam para consumo próprio, e algumas ainda mantêm, além dos quintais, roças e criações bovinas em terrenos apartados. Junto com o processo de elaboração dos alimentos, cuidar de tudo isso consome a maior parte do seu tempo de trabalho. "*Ninguém fica à toa*", todos participam das tarefas domésticas, dormem cedo e se levantam antes das sete com "*pique de meio-dia*".

No núcleo da vila houve um bem-sucedido mutirão para construir o sistema de canalização de água. A Prefeitura de Diamantina doou os materiais depois da reivindicação direta dos moradores junto aos políticos. A água provém de uma nascente (onde instalaram até uma caixa de concreto e tela como filtro) e chega por gravidade à caixa d'água no terreno do grupo escolar. A subsidiária da COPASA que atende a região lhes ofereceu água tratada, mas os moradores não se interessaram porque teriam que pagar pelo serviço. A água canalizada possibilitou a construção de banheiros e facilitou tarefas domésticas, especialmente o cultivo das hortas, mas também extinguiu situações de encontro e trabalho coletivo, assim como a técnica de irrigação por canais puxados dos córregos até as plantações. A bica onde todos buscavam água para consumo foi abandonada. Uma moradora lamentou o fim do ritual coletivo de lavagem das roupas — "*agora tudo se lava no tanque de casa*". Ainda assim, a água limpa não desapareceu da paisagem.

Não há rede coletora ou tratamento de esgoto em nenhuma parte de Quartel do Indaiá. Águas servidas da cozinha escoam nos quintais; águas servidas dos banheiros são esgotadas numa tubulação que apenas as afasta um pouco das casas e que costuma ser feita de tubos reaproveitados das antigas dragas de garimpo. Alguns moradores comentaram que não acham "*certo*" lançar o esgoto no terreno ou no rio, mas também ficou evidente que associam a poluição muito mais ao garimpo do que à falta de tratamento do esgoto: "*antes o rio era sujo, mas agora que não tem mais garimpo, está limpo*". Apenas duas casas do núcleo são providas de uma fossa-sumidouro compartilhada, que um morador construiu depois de ver um programa do Globo Rural. Ela tem paredes de pedras, fundo de terra e tampa de concreto com um respiro. Como houve o cuidado de ligá-la apenas ao esgoto do vaso sanitário, ela está funcionando há dez anos sem necessidade de manutenção. Mas outro morador tentou aplicar a ideia sem fazer a separação do esgoto e num

local de lençol freático mais raso. Em pouco tempo sua fossa transbordou e causou um enorme transtorno.

Discussão do método

Iniciamos a pesquisa em Quartel com o objetivo de um levantamento sócio-espacial que deveria se contrapor ao diagnóstico técnico convencional por construir categorias e critérios a partir dos dados coletados e do peso que os moradores lhes atribuem, em vez de se prender a parâmetros preestabelecidos. Esse levantamento deveria abrir caminho para disponibilizarmos informações e instrumentos, de modo que os próprios moradores pudessem decidir como melhorar sua condição espacial. O ideal seria que nossas informações e instrumentos funcionassem como catalisadores de uma reação que não seria nossa, mas deles, e que se desenvolveria ao longo do tempo.

Uma dificuldade nesse processo foi, sem dúvida, a presença de um agente externo não afinado com nossos propósitos: o referido turismólogo. O desfecho de sua iniciativa — uma fossa inacabada e sem adesão dos moradores — acirrou nossa crítica em relação ao estabelecimento prévio de problemas e soluções. Se o diagnóstico técnico convencional se destina a avaliar uma situação para que então se decida quais soluções se aplicam àquele caso específico, o empreendimento das fossas em Quartel era ainda mais predeterminado: a solução estava dada antes mesmo de um diagnóstico, partindo apenas da vaga constatação de que lá não havia sistema de esgoto. A dessintonia com as condições locais — físicas e sociais — ficou evidente. Mais ainda, ficou evidente que propostas desse tipo, bem-intencionadas, mas pouco refletidas, tendem a fazer o grupo perder o interesse em descobrir e inventar saídas para suas próprias demandas. Elas pretendem trazer benefícios, mas, em vez de estimularem a apropriação criativa de uma tecnologia a partir de conhecimentos e condições existentes, paralisam iniciativas locais e ainda desvalorizam e até invalidam práticas tradicionais.

Por outro lado, quais foram os resultados e efeitos da nossa abordagem, com suas pretensões de abertura e introdução de uma discussão coletiva que pudesse abrir novos caminhos? A pesquisa em Quartel evidenciou especificidades no que diz respeito às condições espaciais e sociais do lugar. Também ficou claro que os moradores conhecem essas especificidades — positivas e negativas — melhor do que qualquer agente externo, embora muitas vezes não se deem conta disso e

raramente as vejam num contexto mais amplo. No entanto, se os moradores nos forneceram muitas informações, a recíproca não é verdadeira. Nós não chegamos ao ponto de conseguir mobilizar conhecimentos ou ferramentas para esses moradores, e a razão disso não foi apenas a presença do turismólogo ou, de modo geral, a presença de atores com intenções diferentes das nossas. Afinal, em qualquer trabalho de campo é mais provável encontrar dificuldades desse gênero do que encontrar condições ideais de pesquisa. Por isso cabe rediscutir alguns aspectos metodológicos da experiência em Quartel do Indaiá, procurando entender suas deficiências.

Em retrospecto, ficou claro que deveríamos ter nos munido de mais informações sobre agentes externos. Fomos a campo ignorando fatores decisivos para a discussão com aqueles moradores sobre seu território: a questão quilombola e o Parque das Sempre-Vivas. Uma pesquisa simples teria fornecido pistas sobre isso, pois há websites que apresentam Quartel do Indaiá como quilombo ou o mencionam no contexto do Parque. É verdade que não se trata de informações que os moradores de Quartel tenham produzido (não existe um único computador no vilarejo), mas o fato de o lugar ser mencionado por instituições com presença on-line teria sido um indício para compreender quais agentes são determinantes naquele território. Não se trata de tomar as informações desses agentes como verdades, mas de registrá-las como sinais de ação externa e compreender que interesses estão envolvidos. Uma das tarefas do trabalho de campo seria então verificar os ecos dessa ação na vida cotidiana do vilarejo, já que legislações, políticas, programas e projetos costumam produzir discursos muito diferentes de seus efeitos palpáveis. Tal pesquisa preliminar de instituições determinantes no território tem especial importância em comunidades rurais como Quartel, porque seus moradores não costumam ter acesso a essas informações. A compreensão do contexto institucional mais amplo em que o vilarejo está inserido poderia ter sido, justamente, uma das nossas contribuições. Poderíamos ter chegado a Quartel com informações sobre a legislação que rege uma Unidade de Proteção Integral ou sobre o procedimento de titulação de terras quilombolas. Se seriam ou não utilizadas, dependeria da dinâmica em campo, mas é plausível que os moradores se interessassem por elas. Algo semelhante vale para a pesquisa preliminar acerca das características geomorfológicas e hidrológicas. Esses são aspectos que os moradores tendem a perceber mais pelos efeitos do que pelas causas, mais pelas manifestações em

pequena escala do que como parte de sistemas mais amplos no espaço e no tempo. Informações sistematizadas poderiam despertar interesse e nos ajudariam a interpretar os dados levantados no local.

Quanto aos instrumentos que levamos a campo para auxiliar a visualização e a reunião dos dados e para apoiar as conversas com os moradores, careceram de qualidade e variedade. Mapa e maquete teriam sido mais precisos se tivéssemos feito uma pesquisa preliminar mais cuidadosa. Uma fotografia aérea impressa em tecido (em vez de um mapa), papéis, cartões, canetas e outros materiais simples, um projetor de multimídia com caixa de som e vídeos com temas de interesse dos moradores estimulariam memórias e manifestações. Tais instrumentos não são genéricos, precisam de preparação específica para cada caso. No entanto, podemos constituir um repertório geral que sirva de ponto de partida para os casos particulares.

Também faltou orientação dos pesquisadores, sobretudo dos menos experientes, acerca dos procedimentos em campo. Que nosso plano inicial fosse modificado em campo era inevitável e deve ser entendido como parte do processo, não como deficiência. No entanto, as modificações às vezes fizeram perder de vista os objetivos da pesquisa, o que indica que tais objetivos não estavam claros para todos. Além disso, pode ser útil definir de antemão um responsável por mudanças de rumo, cujas decisões sejam acatadas pelos demais, deixando-se eventuais críticas para um momento posterior ao campo.

A visita preliminar foi fundamental para contatar os moradores, abrir caminhos e organizar a hospedagem. Mas ela poderia ter mais funções, como a verificação da pertinência das informações externas já coletadas, dos instrumentos já cogitados e do plano de atividades. Isso reduziria o risco de ignorarmos coisas importantes ou prevermos atividades inviáveis.

Quanto à negociação para o acesso ao grupo e o encaminhamento do trabalho de campo, cabem algumas considerações mais gerais. Não existem grupos em que não haja estruturas de poder internas e externas. Kothari chama a atenção para o fato de que os métodos participativos utilizados pelo Banco Mundial e outras instituições da "indústria da ajuda humanitária" costumam partir do falso pressuposto de que o poder estaria concentrado num dos lados das usuais dicotomias de centro-margem, macro-micro, global-local, acima-abaixo, científico-popular.[4]

4 KOTHARI, Power, knowledge and social control in participatory development, 2001, p. 141.

Kothari contrapõe a isso as teses de Foucault sobre o poder e sua "microfísica": o poder não é uma coisa situada em determinada posição, mas uma cadeia que perpassa todas as posições. Ele só pode ser exercido em grande escala porque existe nas práticas cotidianas em pequena escala. É difícil compreender essas relações de poder numa comunidade que se visita por alguns dias, e é mais difícil ainda avaliar os efeitos que um levantamento sócio-espacial e novas atividades coletivas podem ter nessas relações. Seguindo o raciocínio de Kothari, pode ocorrer, por exemplo, que espaços de conflito sejam reduzidos e que grupos resistentes ao poder estabelecido sejam induzidos à conformidade mediante a promessa de ajuda externa.[5] A regra geral de não tomar partido por um grupo ou uma prática vale também para o lado que, à primeira vista, parece o mais fraco e com o qual tendemos, por isso mesmo, a simpatizar.

Fazer um contato inicial com as pessoas que assumem o papel de liderança é essencial para o acesso a um grupo ou uma comunidade. Isso costuma ser mais fácil com líderes que são como que naturalmente aceitos pelos demais, em razão de sua habilidade de congregar pessoas, sua idade ou outra característica respeitada. Líderes desse tipo não estão disputando poder ou temendo concorrentes, de modo que nosso trabalho tende a não os perturbar. Mas, para qualquer líder local um pouco mais frágil ou um pouco mais ambicioso, um grupo externo de pesquisadores representa, por um lado, uma ameaça a hierarquias e poderes estabelecidos e, por outro, uma oportunidade de ganhos simbólicos e materiais. É grande a probabilidade de que líderes desse tipo procurem controlar e direcionar nossas ações, reduzindo a ameaça à sua própria posição e aumentando seus ganhos. Somam-se a isso as disputas internas, que fazem com que nossa adesão a um ou outro lado tenda a interditar o acesso ao lado oposto. E, por fim, há as situações de exercício de poderes ilícitos ou ilegítimos, cujos agentes tenderão a impedir qualquer acesso.

Em Quartel do Indaiá encontramos uma forma de liderança local quase ideal. A líder comunitária não parece disputar poder, promover hierarquias ou instrumentalizar outros moradores. Mesmo que não tenha se convencido da utilidade da pesquisa, não demonstrou receio e foi receptiva todo o tempo. A dificuldade maior surgiu a partir de uma autoridade externa representada pelo turismólogo. Pessoalmente, ele

5 Ibidem, p. 143.

não teve habilidade para explorar sua posição, mas interessa compreendê-la melhor porque sua lógica se aplica a outros casos. Ele estava em Quartel como representante da Prefeitura de Diamantina, que é uma instituição muito mais relevante para os moradores do que qualquer universidade. Autoridades externas do mesmo gênero poderiam advir da igreja, da polícia, da Fundação Palmares ou do Parque das Sempre-Vivas. Da mesma maneira que um líder local ambicioso, um representante de uma dessas instituições teria poder para dificultar o trabalho de pesquisa, controlando-o ou tentando colocá-lo a seu serviço.

É necessário negociar com as pessoas que assumem tais papéis de autoridade externa. Pode-se tentar sondar as relações e reduzir temores e expectativas desde a visita preparatória. Importa que as pessoas entendam os objetivos dos pesquisadores, ainda que não necessariamente em todos os detalhes. Uma explicação clara, sucinta e plausível dissipa fantasias, por exemplo, sobre o nosso poder junto a instâncias públicas ou sobre os recursos materiais que podemos disponibilizar. O pesquisador solitário tem aí algumas vantagens, porque, mesmo que os moradores não entendam seus objetivos, seu interesse sempre pode ser atribuído a uma idiossincrasia, uma 'maluquice' pessoal. Já quando os pesquisadores trabalham em grupo, a empreitada adquire imediatamente um ar de institucionalidade.

Uma maneira de facilitar a negociação seria disponibilizar soluções despretensiosas para problemas concretos; por exemplo, formas de produzir novos valores de uso com materiais disponíveis no local: uma comida, um brinquedo ou jogo, um abrigo, um objeto utilitário qualquer. Isso pode parecer o oposto do que almejamos, mas é fato que soluções, mesmo quando não são muito pertinentes, têm um apelo maior do que a proposta de um levantamento que leve a uma discussão coletiva. Outra forma de facilitar a negociação seria o envolvimento de um ou alguns dos moderadores — líderes ou não — no trabalho. Num estudo clássico de observação participante intitulado *Street corner society*, o autor William Foote Whyte relata como teve acesso a grupos locais na periferia de Boston mediante a aliança com um de seus líderes, chamado Doc, que acaba se tornando o interlocutor mais importante e uma espécie de coautor da pesquisa.[6] Doc possibilita a presença de Whyte em locais onde antes não era admitida e lhe explica relações sociais

6 WHYTE, *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, [1943] 2005.

internas e normas tácitas de comportamento (diz, por exemplo, que Whyte deve parar de falar palavrões, imitando o jargão local, porque ali se esperava dele uma atitude mais sóbria). Whyte foi criticado mais tarde pela maneira como se associou a Doc, com acusações de que o teria explorado e de que teria confiado demais nos dados filtrados por ele.[7] De qualquer forma, *Street corner society* evidencia que a pesquisa não teria sido possível sem essa aliança.

Não consideramos que caiba ao método de levantamento sócio-espacial aqui discutido a denominação *observação participante*, da qual o estudo de Whyte é um marco. A própria duração é bem menor do que costuma se supor para isso. E, como já dito no início, não pretendemos conhecer profundamente essas comunidades, mas só conhecê-las o suficiente para disponibilizar novos meios de elas próprias conhecerem sua situação sócio-espacial e decidirem a respeito. Por outro lado, o termo *observação participante* abrange uma grande variedade de abordagens, que vão desde visitas esporádicas até a presença em campo por meses ou anos, e desde o pesquisador quase sem envolvimento pessoal no contexto pesquisado até o pesquisador imerso nesse contexto a ponto de perder a perspectiva externa.

Para refletir sobre essa questão em outra perspectiva, ultrapassando a discussão em torno da duração da pesquisa e do grau de envolvimento do pesquisador, interessa notar a estranha inversão terminológica que existe entre a observação participante e os métodos participativos de projeto, planejamento e assistência (que também sempre incluem etapas de pesquisa). No primeiro caso, o sujeito da participação é o pesquisador, que 'participa' da vida do grupo pesquisado. No segundo, o sujeito da participação é o próprio grupo pesquisado, que 'participa' do trabalho dos projetistas ou planejadores. Ora é um, ora é o outro que deverá se integrar a um campo social novo. Esses pressupostos são contraditórios entre si. Mesmo assim, inúmeros trabalhos das áreas de arquitetura, urbanismo e planejamento dizem fazer uso tanto da observação participante quanto dos métodos participativos, passando de um a outro sem transições e sem que seus autores sequer percebam a contradição. O levantamento sócio-espacial se contrapõe aos métodos participativos usuais de projeto e planejamento, que mais servem para legitimar o que projetistas e planejadores decidem do que para alterar decisões e estruturas de decisão existentes. A observação participante

7 Cf. WHYTE, Revisiting 'Street corner society', 1993.

condiz melhor com nossos objetivos. Contudo, talvez fosse mais coerente raciocinar a partir da possibilidade de que nem os pesquisadores sejam participantes da vida dos pesquisados, nem os pesquisados, participantes do trabalho dos pesquisadores. Isso significaria assumir que, no encontro desses grupos, surge uma terceira instância, um terceiro campo social, com o mesmo grau de familiaridade ou estranhamento para todos. Interpretando a interação entre Whyte e Doc nessa perspectiva, mesmo que Whyte tenha lido todas as suas informações pela lente de Doc e tenha falhado em compreender aspectos do grupo social que pesquisava, a interação entre os dois produziu conhecimentos novos de ambos os lados. Whyte, aliás, deixa muito claro o quanto os dois se transformaram no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, não cabe recusar uma oferta de ajuda ou apoio, ainda que saibamos que ela também envolve controle e relações de poder.

Em Quartel fizemos as observações mais valiosas nas casas em que os pesquisadores se hospedaram, onde o convívio foi mais intenso e as conversas foram mais espontâneas. Além disso, a conversa paralela aos afazeres cotidianos foi a maneira mais fácil de obter informações. Já constatamos em outras ocasiões que a fala acompanhada de uma prática e eventualmente informada por ela costuma ser mais frutífera do que a entrevista formal. Contribui para isso o fato de a entrevista tender a gerar mais autocensura do entrevistado. Alguém que se sente 'entrevistado' parece mais propenso a responder não às questões explícitas, mas às expectativas do entrevistador, seja para as satisfazer ou para as confrontar. Esse entrave é ainda maior em grupos para os quais a entrevista, como uma modalidade de comunicação, não está tão naturalizada como para a classe média urbana, que enfrenta entrevistas cotidianamente, da consulta médica à prova oral ou à candidatura de emprego. Na entrevista, toda a atenção dos interlocutores — entrevistador e entrevistado — se dirige a eles mesmos, de modo que intervalos e silêncios, frases soltas, desvios na direção do olhar geram constrangimento. Já a conversa durante o trabalho ou outra atividade admite essas atitudes. E, quando pesquisador e pesquisado estão envolvidos numa atividade conjunta, ainda pode se instalar uma cumplicidade que também estimula a troca menos censurada. No entanto, essas conversas aparentemente informais não deixam de ser coletas de dados. Elas atenderão aos objetivos apenas se os pesquisadores mantiverem consciência disso (o que parece não ter acontecido em Quartel). A tarefa é até mais difícil do que a entrevista formal, porque a quantidade de informações

tende a ser maior e o pesquisador não pode ficar anotando, nem tem garantia de uma gravação de áudio de boa qualidade. A conversa é um exercício de memória, pois quanto mais informal e espontânea ela for, menos oportunidade de registro simultâneo dará. Finalmente, importa que o pesquisador conduza a conversa para o tema. Interessa-nos não a vida em geral, mas como as pessoas percebem, representam, usam e produzem seus espaços cotidianos. É claro que qualquer fato da vida tem um componente espacial. Mas é preciso diferenciar entre coisas que apenas acontecem *no espaço* e coisas que determinam *a produção do espaço* ou são determinadas por ela. Quando surge um indício sobre problemas e dificuldades que os moradores enfrentam no cotidiano em razão de suas condições espaciais (domésticas, locais e mais amplas), esse indício precisa ser explorado até que se consiga compreendê-lo com alguma clareza. De nada adianta sabermos tudo sobre uma comunidade se não entendermos isso. Ademais, a conversa com pessoas externas acerca das especificidades locais e, em particular, sua dimensão espacial tende a ter um efeito esclarecedor para os moradores. Ela pode suscitar interesses novos e estimular a participação em atividades coletivas.

Em Quartel do Indaiá, os pesquisadores do MOM não mantiveram diários de campo detalhados, regulares e individuais, perdendo a oportunidade de confrontar percepções diversas, sem que tivessem sido alteradas pela troca com outros membros da equipe. Mas é essencial que cada pesquisador estabeleça uma rotina para isso, mesmo que não pareça oportuno. As anotações incluem informações, impressões pessoais e até eventuais críticas ao trabalho dos demais pesquisadores, a serem discutidas depois da pesquisa de campo. Além de texto, podem conter croquis das situações espaciais vistas ou compreendidas a partir de relatos e narrativas (plantas das casas, detalhes construtivos, esquemas das trilhas que levam a determinados lugares, indícios de modificações históricas de bordas e limites, disposição espacial de pessoas e objetos em reuniões etc.). Gravações de áudio durante as conversas e discussões coletivas ajudam a constituir registros confiáveis, mas nem sempre serão permitidas ou toleradas pelos moradores, nem sempre terão a qualidade desejável e, o mais importante, nem sempre são úteis. Coletar horas e horas de gravações, sem interpretação e sem compreensão, não leva muito longe.

Quanto às fotografias gerais do lugar, com suas paisagens, ruas, espaços externos, equipamentos públicos etc., teria sido oportuna uma divisão mais clara de tarefas entre os pesquisadores, com um membro

da equipe encarregado de reunir o material e conferir, durante o trabalho de campo mesmo, se ele está completo. Nas casas das famílias, parece mais recomendável que fotografias sejam feitas no final da conversa, se as pessoas concordarem. É muito incômodo falar com alguém que está fotografando o tempo todo (ou cujo colega está fotografando o tempo todo). Além disso, pode ser belo ou pitoresco fotografar as pessoas nos seus trajes e afazeres cotidianos, mas talvez não queiram ser registradas assim.

O processo de mobilização de novos meios e conhecimentos para os moradores de Quartel do Indaiá não foi concluído. Faltou tempo e, mais ainda, disposição ou coragem para experimentar atividades não usuais naquele contexto, tais como reunir os moradores numa conversa coletiva, explicar o mapa e a maquete, e avaliar, conjuntamente, o que poderia contribuir para melhorar as condições espaciais no local. Que isso não aconteceria espontaneamente era esperado, assim como a desconfiança inicial dos moradores em relação a interações e instrumentos novos. Mas só saberíamos se seriam ou não acatados, se tomássemos essa iniciativa. Nossas discussões posteriores à experiência em Quartel levaram à conclusão de que tais instrumentos devem ser introduzidos desde o primeiro dia em campo. Podem causar estranhamento, mas também causarão curiosidade. Particularmente a imagem aérea do lugar e da região oferece uma experiência interessante para grupos que não têm acesso à internet. A imagem aérea pode ser usada para acrescentar informações (a impressão em tecido facilita isso), mas mesmo que não seja usada para mais nada, pode ficar disponível de um modo que permita aos moradores olhá-la sem serem perturbados e sem sentirem constrangimento. Projeções de vídeo à noite, em espaços públicos, são oportunidades de introduzir novos temas e discutir imagens criadas durante o dia (fotos e vídeos). Ao mesmo tempo, essas projeções — mesmo que se tornem um simples 'cineminha' — baixam a ansiedade de não estarmos dando nada em troca do tempo que os moradores dedicam a nós.

Apesar de todas essas fragilidades, a pesquisa em Quartel evidenciou uma condição sócio-espacial peculiar que os moradores conhecem no dia a dia, mas não costumam relacionar a contextos mais amplos. O vilarejo está em decadência, e a perspectiva de futuro, hoje, restringe-se ao reconhecimento como comunidade quilombola, isto é, a um processo fomentado a partir de fora. A identificação local com essa possibilidade é ambígua, para dizer o mínimo. De qualquer forma, não

existe um rumo compartilhado, uma imaginação comum do futuro ou uma causa coletiva pela qual as pessoas se disponham a lutar. A população de Quartel vive ao sabor de decisões externas.

Uma sugestão de melhoria dessa condição é o plano de construir um espaço coletivo para reuniões e festas, formulado por um dos moradores. Não que o objeto construído, em si mesmo, modifique muita coisa. Mas o seu processo de produção criaria um estímulo para o engajamento comum. Outra demanda mencionada pelos moradores é a melhoria do transporte e da telefonia. Essas coisas dependem da mobilização conjunta e são metas relativamente imediatas, que, se bem-sucedidas, podem encorajar outras ações. As técnicas construtivas seriam um terceiro tema interessante de discussão. A substituição das técnicas tradicionais deve-se às proibições ambientais e ao fato de exigirem esforço físico grande e manutenção constante. Por outro lado, as casas de blocos de concreto têm desvantagens ambientais e suas características térmicas são piores, além de tenderem a fazer de Quartel um vilarejo com a mesma imagem de inúmeros outros, como se ali não houvesse uma longa história e um patrimônio cultural. Caberia encontrar um caminho intermediário, plausível no contexto atual de produção, mas que não apagasse as especificidades locais.

Tudo isso são questões relacionadas ao dilema maior, sobre o futuro do vilarejo. Hoje, as alternativas são a extinção ou a tutela externa. Mesmo que ocorra a coletivização da propriedade da terra e ela gere subvenções, a redução da população e das atividades produtivas pode continuar até o esvaziamento da comunidade, ou pode haver uma promoção externa que mantenha o lugar habitado, sem que os moradores tenham voz para determinar seu destino. Se, por outro lado, eles conseguissem tomar as rédeas, atividades como o turismo poderiam assumir novas características; em vez de pousadas rurais para os cansados habitantes das grandes cidades, talvez se voltassem para a congregação da população de vilarejos próximos, como já acontece na Festa das Mercês. De qualquer modo, importa uma mobilização da imaginação coletiva para produzir esses rumos próprios.

[2020] Entrevistas na pesquisa sócio-espacial

Silke Kapp

Na já mencionada pesquisa sobre *Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave*, as entrevistas feitas foram sempre qualitativas no sentido enfático do termo — abertas, sem pressa e com temas postos pelos entrevistados. Uma experiência contrastante se deu com a participação do MOM na pesquisa internacional *Place-making with older adults: towards age-friendly communities*, entre 2017 e 2019. Ela abrangeu mais de quinhentos questionários e entrevistas individuais, aplicados paralelamente em cidades brasileiras e britânicas. A partir das dissonâncias que isso implicou, aprofundamos a reflexão acerca das entrevistas como método ou técnica de pesquisa. O texto a seguir, resultado desse processo, examina as funções atribuídas a dados de entrevistas e seus limites, e detalha diferentes ênfases, partindo de tipos de entrevista consolidados em outras áreas (exploratória, etnográfica, narrativa, focada e especialista). A intenção foi abrir um leque de possibilidades a refletir, combinar e expandir, de acordo com cada situação específica de pesquisa sócio-espacial.[1]

Por que discutir entrevistas

Como em muitas áreas do conhecimento, a coleta de dados por meio de entrevistas tem sido uma prática corrente nas pesquisas em arquitetura, urbanismo e planejamento. No entanto, ainda são raras as discussões sobre a pertinência, os objetivos e as formas de condução, avaliação e interpretação de entrevistas nessa área. Salvo engano, não foram objetos de publicações específicas e, para além do adjetivo 'semiestruturada' e de eventuais menções a registro, transcrição e análise,

1 Primeira publicação: Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, 2020, pp. 1–32.
A rede internacional de pesquisa *Place-making with older adults: towards age-friendly communities,* foi coordenada por Adriana Portella, da Universidade Federal de Pelotas, e Ryan Woolrych, da Heriot-Watt University de Edinburgh, e financiada pelo Economic and Social Research Council (ESRC).

pesquisadoras e pesquisadores pouco têm explicitado como e por que utilizam entrevistas. Sem dúvida, apoiam-se em métodos que outras ciências sociais e humanas discutem há tempos. Mas existem peculiaridades que merecem uma reflexão específica, ao menos em se tratando de pesquisas sócio-espaciais, isto é, aquelas que abordam sociedade, espaço e suas relações.

Uma dessas peculiaridades é a dificuldade de comunicação em temas concernentes ao espaço. Imagens, noções e símbolos com que o espaço é tratado cotidianamente não correspondem ao jargão e às representações objetivadas do campo especializado, que não apenas são estranhos à maioria das pessoas, como provêm de uma tradição de planejamento e controle pouco interessada em experiências e processos de produção espaciais de 'leigos'. Outra peculiaridade das pesquisas sócio-espaciais em planejamento, urbanismo e arquitetura é que costumam envolver *proposições*, com perguntas que, além de confundirem as "declarações de intenção com as probabilidades de ação",[2] exigem da pessoa entrevistada uma prospecção concreta num futuro fictício, talvez envolvendo mudanças substanciais na sua situação pessoal e social. Pergunta-se, por exemplo, a uma moradora de periferia se ela se mudaria para o centro da cidade se ali houvesse um programa habitacional acessível. A pergunta pressupõe que a opinião sobre uma questão complexa como essa exista prévia e isoladamente, como se não precisasse de tempo para amadurecer nem se orientasse por outras opiniões. A mesma pergunta feita, digamos, a uma assembleia de luta por moradia talvez provocasse debates e transformasse as opiniões individuais anteriores. De todo modo, entrevistas não seriam um fundamento confiável para justificar a adoção ou a desistência daquele programa habitacional no centro da cidade. Apenas isso basta para considerar que métodos e técnicas de entrevista provenientes de outros campos não esgotam a questão da entrevista em áreas como planejamento, arquitetura e urbanismo.

O presente texto é uma tentativa de avançar nessa discussão, elucidando especificidades das entrevistas qualitativas e sua pertinência para pesquisas sócio-espaciais. O estudo que lhe deu origem foi motivado, justamente, pela relativa escassez de discussões metodológicas sobre o tema na área de arquitetura, urbanismo e planejamento, procurando trazer para ela, mediante a recuperação de debates de outras

2 BOURDIEU et al., *Ofício de sociólogo*, [1968] 2007, p. 51.

áreas, algumas questões fundamentais acerca dessa forma de coleta e construção de dados.

Começo por abordar as funções atribuídas a dados de entrevistas. Depois procuro evidenciar diferentes ênfases de entrevistas partindo de tipos relativamente consolidados (exploratória, etnográfica, narrativa, focada, especialista). A intenção não é criar mais um tipo nem propor uma tipologia de elementos fechados e estanques, entre os quais seria preciso escolher, mas abrir um leque de variações que podem ser consideradas, elaboradas e recombinadas em cada caso e que podem inspirar novas formas de abordagem. A reflexão é metodológica no sentido estrito do termo: tem o intuito de elucidar a lógica dos métodos ou elucidar por que levariam a dados que, por sua vez, podem subsidiar conhecimento com pretensão de validade. A discussão se baseia na literatura das ciências sociais sobre o tema — aliás, tão vasta que sua revisão sistemática exigiria mais do que um artigo — e em experiências de pesquisas realizadas e debatidas ao longo dos últimos quinze anos com colegas do Grupo de Pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM) e de outras instituições, regiões e países.

Perguntas de pesquisa e perguntas de entrevista

A estrutura de uma investigação científica, incluindo as decisões sobre se, como e com quem realizar entrevistas, depende da chamada pergunta de pesquisa. Mais do que satisfazer uma curiosidade ou uma demanda particular de informação, sua resposta deve acrescentar algo ao conhecimento compartilhado num campo. Ela indica uma lacuna que se quer preencher. Em disciplinas como a sociologia, mas também nas chamadas ciências duras, prevalece o entendimento de que "a base de conhecimento compartilhada existe na forma de teorias", de modo que "uma pergunta de pesquisa deve descrever uma lacuna teórica".[3] Se a pesquisa for bem-sucedida, capaz de responder à pergunta, ela afetará uma teoria existente, ampliando-a ou a refutando.

Esse princípio cabe às pesquisas em arquitetura, urbanismo e planejamento? Trata-se de um campo sem um corpo teórico imperativo e com uma forte tradição de pesquisa prático-profissional, que inclui o levantamento de dados para projetos e planos sem a pretensão de produzir conhecimento mais abrangente do que o aplicável àquele

3 GLÄSER & LAUDEL, *Experteninterviews und qualitative Inhaltsanalyse*, 2009, p. 64.

caso singular (diagnósticos e programas de necessidades, por exemplo). Não que essa prática seja em si um problema — pelo contrário, nada é pior do que planos que ignoram a singularidade de uma situação e se baseiam apenas em teorias e preconcepções. O problema é que mesmo um levantamento empírico sem ambição teórica fará uso de alguma teoria ou prototeoria acerca de seu objeto. Vemos o que estamos dispostos a ver. A escolha não se dá entre reunir dados com ou sem preconcepções, e sim entre reuni-los com ou sem (relativa) consciência delas. Ainda o intuito de apenas descrever uma situação sócio-espacial, se for levado a cabo com a consciência de que toda descrição é seletiva, não escapará do discernimento dos critérios de seleção, que sempre provêm de alguma teoria. O esforço de trazê-los à tona, justamente para ir além das preconcepções, impõe uma atitude de vigilância sistemática aos sinais de sua inadequação. Apenas a reflexão do trabalho empírico — que é teórica — permite corrigir rumos e ir além do que já foi constatado centenas de vezes em centenas de lugares.

Portanto, se entendermos o termo *teoria* num sentido razoavelmente amplo, admitindo que possa abranger também o chamado senso comum culto (as prototeorias), o princípio acima enunciado vale, sim, para o campo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento: uma pergunta de pesquisa designa uma lacuna teórica e a resposta afeta a teoria em questão. E esse princípio vale mesmo para estudos exploratórios ou em situações em que a pergunta, no início, é pouco mais do que uma desconfiança. Nada impede que ela seja ajustada, especificada e reformulada no percurso.

Se uma lacuna teórica estrutura uma pesquisa, preenchê-la exige criar caminhos que levem a dados relevantes. Entrevistas são caminhos dessa espécie, isto é, métodos para obter ou produzir dados. Elas não são, por si mesmas, respostas à pergunta de pesquisa. Só farão sentido se forem precedidas de uma preparação crítica, e analisadas e interpretadas em conjunto com outros dados e com (ou contra) as teorias. Bourdieu, Chamboredon e Passeron dizem que a "maldição das ciências humanas talvez seja o fato de abordarem um objeto que fala", porque os pesquisadores ficam tentados a tomar as explicações das pessoas acerca de suas condutas pelas explicações dos processos (sociais) investigados.[4]

4 BOURDIEU et al., *Ofício de sociólogo*, [1968] 2007, p. 50.

Para ilustrar a diferença entre respostas a uma pergunta de pesquisa e respostas de entrevistas (aliás, dados empíricos em geral), veja-se a crítica de Paul Singer aos estudos das migrações campo-cidade no Brasil. Singer adverte que muitos deles tomam como causas de um processo social e coletivo "as verbalizações dos migrantes quanto aos motivos que os teriam levado a migrar", resultando em "análises psicologizantes, em que as principais condicionantes macrossociais são desfiguradas quando não omitidas".[5] Migrantes podem compartilhar experiências subjetivas e podem fornecer dados objetivos específicos (quanto tempo durou a seca, quem ficou doente, que serviços existiam na região), mas é improvável que mencionem como motivos de sua migração os arranjos institucionais de uma industrialização capitalista periférica, a implantação tecnológica do agronegócio ou coisas semelhantes. Por outro lado, entrevistas com migrantes podem esclarecer como processos macrossociais e macroespaciais se manifestam concretamente em diferentes contextos, que formas de resistência surgem ali e o que as alimenta ou desmantela. Uma pesquisa feita para decifrar os obstáculos que uma política de agricultura familiar precisaria remover (além da óbvia falta de acesso à terra) talvez tirasse tanto proveito de entrevistas com migrantes quanto de entrevistas com camponeses remanescentes. Portanto, a função e a pertinência dos dados obtidos em entrevistas variam com a pergunta de pesquisa.

Penso que uma razão da popularidade e do uso por vezes leviano de entrevistas é que a escolha por elas frequentemente decorre da facilidade operacional, não de uma decisão metodológica. Soa banal, mas a ascensão das técnicas de entrevista aberta coincide com a ascensão do gravador portátil. Ele permite que ainda o pior entrevistador obtenha grande volume de dados na forma de textos, porque as pessoas têm "quase sempre suficiente boa vontade para responder, no mínimo, qualquer coisa a qualquer pergunta".[6] Como monografias, dissertações e teses também são constituídas de textos, surge a sedutora ilusão de que transcrições ou paráfrases de entrevistas, com eventuais comentários, bastam para cumprir os requisitos de tal trabalho acadêmico. Mas, se isso fosse verdade, ou a pesquisa teria sido desnecessária porque a resposta à pergunta de pesquisa já seria de domínio comum, ou então o título a que o entrevistador aspira caberia ao entrevistado.

5 SINGER, *Economia política da urbanização*, [1973] 2002, p. 52.

6 BOURDIEU et al., *Ofício de sociólogo*, [1968] 2007, p. 56.

Argumentos contra e a favor das entrevistas

Na década de 1960, quando entrevistas e questionários eram quase sinônimos de pesquisa social empírica, a enquete individual por amostragem probabilística foi duramente criticada por Allen Barton como "um triturador sociológico, arrancando o indivíduo do seu contexto social [...] como um biólogo que põe seus animais de laboratório numa máquina de hambúrguer e examina uma a cada cem células sob o microscópio".[7] Barton dizia que o mais importante para a pesquisa social — interações, papéis, comunicação, poder — era deixado de fora da coleta de dados de base individual. Contra isso, ele reclamava a volta da sociedade para o interior das pesquisas — "*bringing society back in*", como se vê no título de seu artigo — mediante a amostragem por *clusters* e a investigação focada nas relações entre os indivíduos. Métodos como o *snowball sampling*[8] e as entrevistas em grupos também surgiram para tentar superar essa atomização da entrevista individual.

Na mesma época, Bourdieu tentava "restituir à observação metódica e sistemática seu primado epistemológico", argumentando que toda entrevista cria uma situação social artificial, que "rompe a reciprocidade das trocas costumeiras" e "incita os sujeitos a produzir um artefato verbal".[9] As pessoas dizem o que lhes parece adequado, não na vida, mas *na circunstância da entrevista,* com todas as assimetrias que ela implica. Ações reais podem ser ignoradas se o levantamento de dados se limitar a entrevistas, pois, no melhor dos casos, elas registram "resultado da observação efetuada pelo sujeito sobre suas próprias condutas", não as condutas como tais.[10]

Um exemplo de observação sem entrevistas é o seminário "Sobre a sociologia do riso" oferecido por Theodor W. Adorno no Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt, em 1964 — um experimento heterodoxo que deveria introduzir os estudantes à pesquisa social empírica e exercitar sua imaginação sociológica.[11] Houve uma breve discussão sobre o riso como fenômeno social e então os estudantes foram a campo. O trabalho consistia na observação de situações cotidianas — na rua,

7 BARTON, Bringing society back in, 1968, p. 1.

8 GOODMAN, Snowball sampling, 1961.

9 BOURDIEU et al., *Ofício de sociólogo*, [1968] 2007, pp. 55, 58.

10 Ibidem, p. 59.

11 SCHÖRLE, Das Lach-Seminar: Anmerkungen zu Theorie und Praxis bei Adorno, 2003.

no ônibus, em reuniões etc. — em que pessoas riam, individual ou coletivamente. Faziam-se anotações precisas de cada situação (ocasião, motivação, tipo do riso, participantes, quem riu sem ser do grupo, quem não riu etc.) seguidas de interpretações. O material foi tão rico que os encontros semanais já não bastavam para discutir os achados. Resultou do seminário o esboço de uma tipologia do riso que nenhum formato de entrevista proveria. Pelos critérios de cientificidade mais instituídos, dizia-se que o problema de tal observação direta seria a impossibilidade de reproduzir as situações observadas e questionar as interpretações, à diferença da entrevista gravada e transcrita, que gera um indício aparentemente verificável. Resta saber se a prova de que alguém de fato disse aquilo assegura objetividade a uma pesquisa — a mim parece que não.

Por outro lado, há de se considerar que as críticas acima provêm de um período em que, na metáfora de Kvale, predominava o entendimento do entrevistador como um minerador, que primeiro traz à tona um material enterrado e depois o limpa e purifica mediante análises ditas científicas.[12] Parte dessas críticas deixa de valer quando, em vez disso, o entrevistador entende a si mesmo como um viajante que experiencia o terreno novo conversando com outras pessoas e descobrindo vistas inesperadas. Aliás, *conversar* une o prefixo latino *con-* e o verbo *versare*, virar, mudar de rumo. Conversar significa mudar de rumo junto com alguém (a origem é a mesma de *converter*). O entrevistador não é neutro nesse processo nem precisa fingir ausência de envolvimento pessoal.[13]

Mas há outras críticas relevantes. Atkinson e Silverman questionaram a "fé na entrevista como o principal meio de coleta de dados" por parte de antropólogos e sociólogos, porque viram nela a reprodução ingênua dos mitos da "sociedade da entrevista" com sua "celebração neorromântica do sujeito falante".[14] De fato, entrevistas haviam se tornado onipresentes nos anos 1990, como são ainda hoje — em *talk shows*, noticiários, revelações de artistas, desportistas e outras celebridades. Nesse contexto, a subjetividade que fala, se abre, confessa, tornou-se fonte supostamente segura e autêntica também para as ciências sociais. "As técnicas dos *mass media* contemporâneos e os interesses da pesquisa

12 KVALE, *InterViews: an introduction to qualitative research interviewing*, 1996.

13 LILLRANK, Managing the interviewer's self, 2012.

14 ATKINSON & SILVERMAN, Kundera's immortality, 1997, p. 304.

social convergem nas formas culturais da sociedade da entrevista".[15] O risco é que, "ao concentrar-se em vozes falantes e eus narrativos, a pesquisa sociológica e antropológica fundamente a si mesma nas tecnologias da sociedade da entrevista em vez de questionar sistematicamente seus pressupostos e métodos básicos".[16]

Portanto, os argumentos contra as entrevistas são muitos: atomização; artificialidade da situação; distância entre pensar, dizer e agir; adesão acrítica à encenação de personagens. Considerando-se que temas relacionados ao espaço implicam dificuldades adicionais, é recomendável indagar se de fato as entrevistas serão uma boa maneira de chegar aos dados pretendidos, em que medida elas devem ser complementadas por outras formas de coleta de dados ou se, por sua vez, serão apenas um complemento.

Ainda assim, entrevistas são oportunidades de uma interação com pessoas e mundos que não existiria por outros meios. Esse é o argumento principal e suficiente a seu favor. Importa observar suas limitações, acirrar a vigilância ética e epistemológica, e ter alguma clareza sobre o que se procura, quem são os potenciais entrevistados, como abordá-los e o que suas expressões significam no processo de pesquisa. A maneira de preparar, realizar e avaliar entrevistas depende da concepção continuamente refletida desse processo, não da adesão a um método ou uma técnica consagrados.

Variações e interfaces das entrevistas qualitativas

A distinção mais elementar entre tipos de entrevistas decorre do formato das perguntas e da condução que ele implica. Uma modalidade é a entrevista fechada, estruturada ou diretiva, também chamada de questionário, que em princípio não pertence aos métodos qualitativos. As pessoas entrevistadas — em grande número — devem fornecer respostas breves e diretas a perguntas precisas, que lhes são apresentadas sempre da mesma forma e na mesma ordem. As respostas correspondem a opções dadas (múltipla escolha) ou são codificadas como tais pelo entrevistador. As análises se fazem por métodos estatísticos.

O extremo oposto seria a entrevista aberta, não estruturada ou não diretiva, em que a pessoa entrevistada é estimulada a se expressar,

15 Ibidem, p. 309

16 Ibidem, p. 322.

determinar temas, contar sua história e sua perspectiva das coisas, muitas vezes a partir de uma proposta inicial de fala ou 'pergunta *grand tour*'. Nesse caso o número de entrevistas é reduzido, e cada uma delas configura uma unidade de análise de direito próprio, interpretada conforme o contexto teórico da pesquisa (análise casuística, hermenêutica, biográfica, de discurso etc.).

Entre os extremos estaria a chamada entrevista semiestruturada. Em rigor, trata-se de uma técnica em que as questões são predeterminadas, como no questionário, e as respostas são livres, como na entrevista aberta. Uma vez que as perguntas devem seguir sempre a mesma ordem, sem comentários ou desvios por parte do entrevistador, o levantamento abrangente das variações de respostas, por essa técnica, exige realizar um número razoável de entrevistas (pelo menos trinta, dizem McIntosh e Morse[17]). A análise opera então por comparação, item a item, das (trinta) respostas obtidas a cada pergunta. Contudo, muitos autores têm usado o adjetivo 'semiestruturado' para quaisquer procedimentos que geram respostas discursivas a certo campo temático — definido pelo entrevistador —, mas evitam aquela ruptura total com a interação social normal (leia-se, conforme às normas sociais de cada circunstância) que a atitude interrogativa do questionário e a ostensiva não intervenção da entrevista aberta mais tradicional impõem. Na realidade, quase todas as entrevistas ditas semiestruturadas (*semi-structured interviews*) caberiam melhor na categoria geral da entrevista guiada (*guided interview*):

> A entrevista guiada reflete a estrutura do campo de pesquisa e lista as perguntas que serão feitas a cada participante. Ela não concentra as respostas dos participantes em nenhum aspecto particular de suas experiências e frequentemente começa com uma pergunta '*grand tour*'. Então, dependendo das respostas do participante, o pesquisador segue adiante com uma lista vagamente organizada de questões. Nem as repostas são coletadas item a item, nem a análise prossegue item a item, mas antes por temas ou categorização.[18]

17 McIntosh & Morse, Situating and constructing diversity in semi-structured interviews, 2015.

18 Ibidem, p. 2.

Já em se tratando de distinções mais minuciosas do que essas — entre questionário, entrevista guiada e entrevista aberta —, a literatura sobre entrevistas de pesquisa (*research interviews*) produziu uma verdadeira inflação taxonômica. Cada área, tradição ou autor parece querer assegurar suas definições e tipificar seus procedimentos com base no respectivo marco teórico. Esse furor de legitimação e padronização decorre da "vontade de imitar os sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas",[19] mas também da cada vez mais corriqueira terceirização do trabalho de campo, envolvendo pesquisadores iniciantes e prestadores de serviço externos.

Em vez de resumir um elenco de tipos derivados dessas diferentes tradições e de seus expedientes operacionais, minha intenção aqui é esclarecer variações ou ênfases de alguns deles, que me parecem de maior interesse para as entrevistas no contexto de pesquisas sócio-espaciais. Não se trata, como já dito, de inventar um tipo pretensamente novo (algo como *A* entrevista sócio-espacial), nem de eleger técnicas ou métodos privilegiados, mas de evidenciar aspectos que podem ser combinados segundo a metodologia — a reflexão sobre os métodos — de cada projeto de pesquisa. São eles:

- o caráter exploratório, que indica a realização no início (de uma etapa) da pesquisa;
- o caráter etnográfico, que indica a inserção num contexto sócio-espacial concreto;
- o caráter narrativo, que indica o estímulo à 'contação de casos';
- o caráter focado, que indica a concentração num tema específico;
- o caráter especializado, que indica a influência do interlocutor num campo de ação.

As ênfases acima não se excluem mutuamente, ainda que algumas conjunções sejam improváveis. A maneira de combiná-las e aproveitá-las depende dos dados que se pretende colher ou gerar, das pessoas entrevistadas e de suas respectivas circunstâncias. No entanto, todas as ênfases e combinações têm dois aspectos em comum. O primeiro é que serão aqui consideradas no contexto de pesquisas sócio-espaciais, não *psicoespaciais*: as pessoas entrevistadas são sujeitos e falam a partir de sua subjetividade, a ser respeitada e reconhecida, mas, ainda assim, pesquisas sócio-espaciais pretendem elucidar condições objetivas, relações

19 BOURDIEU, Compreender, [1993] 2003, p. 693.

entre pessoas, grupos, espaços, estruturas e agências, não o psiquismo individual. O segundo aspecto comum a todas as variações é que os dados gerados serão qualitativos, não quantitativos ou quantificáveis. Podem evidenciar algo que não seria descoberto de outro modo, mas cuja relevância para a totalidade daquele universo permanece sempre hipotética. A plausibilidade das hipóteses está relacionada à sua potência explicativa, não à confirmação por certo número de entrevistas.

Em contrapartida, obter dados que abrangem um universo social ou espacial na sua totalidade exige a seleção de uma amostra estratificada de entrevistados ou — se aquele universo não for suficientemente conhecido para se definir a representatividade de uma amostra — entrevistas em (quase) todas as suas instâncias: todas as pessoas de um grupo sócio-espacial, todas as famílias de uma ocupação urbana, todas as prefeituras de uma região metropolitana etc. Para pesquisas que têm por objeto espaços marginalizados, informais ou em processo de rápida transformação, e dependendo do que se quer descobrir, pode ser imprescindível realizar minicensos mediante questionários. Eles não são temas do presente texto, contudo vale notar que requerem um trabalho preparatório cuidadoso, que inclui entrevistas qualitativas para delinear temas e linguagens relevantes no respectivo universo, assim como vieses e induções a tentar evitar. Caso contrário, corre-se o risco de um imenso esforço operacional para a obtenção de dados que nada acrescentam. Um questionário elaborado para um contexto sócio-espacial e aplicado sem mais a outro contexto gera informações que parecem úteis porque se deixam comparar facilmente, mas é bem possível que passe ao largo de tudo o que realmente importa naquele (segundo) contexto.

Antes de discutir cada uma das ênfases, cabe uma observação sobre o chamado roteiro de entrevista. Por vezes ele é entendido como uma simples lista de temas pelos quais se gostaria que a conversa passasse, outras vezes como aquele conjunto estrito de perguntas das entrevistas de fato semiestruturadas (não apenas guiadas). Ora, é evidente que qualquer entrevista de pesquisa pressupõe alguma preparação. Mas pensar sobre os temas e saber a que prestar atenção ainda não constitui um roteiro. Roteiro, para efeito do presente texto, é uma agenda que não está apenas na cabeça de quem propõe a entrevista, mas cuja existência a pessoa entrevistada percebe claramente, ainda que não conheça seu conteúdo: um papel que ela vê a entrevistadora consultar, uma lista de tópicos a acompanhar, um elenco de fotografias a comentar uma por

uma, um trajeto de caminhada definido pela entrevistadora etc. A consciência da existência desses artifícios significa a consciência de que as rédeas estão com a entrevistadora e, para o bem ou para o mal, marca a diferença entre a entrevista e uma conversa espontânea. Já aquilo que nas pesquisas do MOM chamamos de interfaces abrange também os dispositivos usados para apoiar ou estimular entrevistas, tendo ou não a função de roteiro. Fotografias oferecidas como inspiração, não como programa, seriam interfaces sem se caracterizarem como roteiros.

A interface básica nesse sentido é o próprio local ou percurso onde se faz a entrevista — um tema pouco considerado na literatura, mas crucial para entrevistas sócio-espaciais. Como argumenta Hannah Herzog, do arranjo logístico de uma entrevista depende sua construção como um evento social entre parceiros, geralmente, desiguais: "A entrevista, quase por definição, recontextualiza relações sociais. A locação física em que a entrevista é conduzida é uma das mais concretas expressões desse processo de cruzamento de fronteiras".[20] Os manuais de técnicas de entrevistas costumam recomendar que a pessoa entrevistada escolha o lugar para que se sinta à vontade. Há de se ter em conta, entretanto, que o universo das escolhas à disposição de alguém também reflete desigualdades. Para privilegiados, ela tende a reforçar o status, enquanto para desprivilegiados vale o oposto. Ser convidado a conduzir uma entrevista na casa ou no local de trabalho de alguém significa uma licença para entrar num universo social a que não se teria acesso sem mais. A questão é se essa pessoa poderia sugerir, por exemplo, que a entrevista acontecesse na casa ou no local de trabalho da entrevistadora (o que seria um cruzamento de fronteiras em sentido oposto). De qualquer modo, uma prática da etnografia importante para pesquisas sócio-espaciais, mas que costuma ser negligenciada, é o relato detalhado do lugar da entrevista, de como ele foi negociado e da situação em que a conversa aconteceu.[21] Quem o definiu? Que opções havia? Como era o lugar? Como chegaram lá? O que estava acontecendo por perto? Que conteúdos foram motivados por esses elementos? Um tema que, pela sua relevância para as pesquisas sócio-espaciais, merece uma discussão à parte — maior do que permitiria o presente artigo — é a condução de entrevistas em situações de atividade e itinerância: uma caminhada pela vizinhança, uma manifestação pública, um trabalho

20 HERZOG, Interview location and its social meaning, 2012, p. 212.

21 BEAUD & WEBER, *Guia para a pesquisa de campo*, [1997] 2014.

conjunto, uma viagem de ônibus, uma imersão em ambiente digital etc. Conversar enquanto se percorre um espaço facilita, subjetiva e objetivamente, a comunicação a respeito dele.[22]

Explorações

Entrevistas de caráter exploratório servem como ponto de partida para conhecer um contexto de que o pesquisador ainda sabe pouco, geralmente num momento em que também a pergunta de pesquisa está relativamente imprecisa. Dado que isso vale para pesquisas muito diversas, a entrevista exploratória, como um tipo de direito próprio, aparece pouco na literatura, embora muitos autores a mencionem como estágio preliminar. Sobre as entrevistas exploratórias em pesquisas etnográficas, Beaud e Weber dizem: "Tateará o campo. Aprenderá a situar-se no meio pesquisado. Lançará balões de ensaio. Identificará os traços pertinentes de uma questão".[23] A prioridade é abrir novas frentes.

Entrevistas de caráter exploratório, tais como entendidas aqui, visam à obtenção de informações de que as pessoas entrevistadas em geral já dispõem, à diferença de visões ou percepções construídas durante a própria entrevista. A tentativa é de que digam o que consideram importante a respeito de uma situação, um processo, um espaço. Perguntas elaboradas de antemão são pouco favoráveis a isso, porque impõem aos entrevistados uma categorização do mundo, "uma estruturação dos problemas que não é a sua", levando a "respostas que chamamos reativas", como diz Thiollent.[24] O equívoco não está na existência de uma "problemática de investigação" (a pergunta de pesquisa), e sim na "ausência de relativismo cultural por parte dos investigadores, cuja imaginação sociológica não ultrapassa o universo mental de seu próprio meio social".[25] Outros autores distinguem entre questões exmanentes, formuladas segundo o interesse e a linguagem do pesquisador, e questões imanentes, postas pelos sujeitos pesquisados segundo sua linguagem e visão de mundo.[26] Considerando isso, o que perguntar numa

22 THIBAUD, Les parcours commentés, 2001; BÜSCHER et al., *Mobile methods*, 2011; EVANS & Jones, The walking interview: methodology, mobility and place, 2011.

23 BEAUD & WEBER, *Guia para a pesquisa de campo*, [1997] 2014, p. 124.

24 THIOLLENT, *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, 1980, p. 48.

25 Ibidem, pp. 51–52.

26 BAUER, The narrative interview: comments on a technique for qualitative data collection, 1996.

entrevista de caráter exploratório sem constranger os interlocutores a respostas artificiais?

> [...] [deixe] claro a seus interlocutores que acabou de 'estar iniciando a pesquisa'. Peça-lhes que o ajudem nesse empreendimento. ('Apenas estou dando os primeiros passos', 'Vou fazer-lhes algumas perguntas um pouco ingênuas' etc.) Faça mais que o possível para precisar os fatos que lhe contam (nome de lugar, de pessoa, de empresa, de associação...); seus interlocutores terão prazer em explicar-lhe o que você não conhece ou compreende mal; encoraje-os [...] a colocar-se na função de quem lhe ensina alguma coisa.[27]

A recomendação de "precisar os fatos que lhe contam"[28] é importante, porque entrevistas de caráter exploratório buscam especificidades. Se delas resultarem apenas lugares-comuns e frases feitas, a pesquisa não avançará. Esse equilíbrio entre abertura das perguntas e precisão das respostas talvez seja o aspecto mais difícil das entrevistas cuja ênfase está na exploração inicial de um campo, objeto ou grupo. Por isso, convém refletir antes sobre as possibilidades de descoberta e preparar um fio condutor, mas não um roteiro no sentido acima indicado. As melhores perguntas decorrerão da própria conversa, que tende a se desenvolver como diálogo informal. A pessoa que entrevista ouve mais do que fala, porém ainda assim interrompe, pede detalhes, verifica, expande temas de interesse.

Outra dificuldade nas entrevistas de caráter exploratório é a seleção de entrevistados, na maioria dos casos aleatória (o dono do bar da esquina) ou definida pelo grupo (a secretária, a liderança, o porta-voz). Há grupos que indicam agentes externos (a técnica da prefeitura, o advogado do movimento) para se livrar da situação ou porque supõem que esses agentes teriam maior competência para informar o que o pesquisador quer saber. Dado que, nas entrevistas iniciais de uma pesquisa tem-se pouca noção da inserção dos interlocutores no respectivo contexto e da influência que suas opiniões exercem ali, convém ampliar o círculo, tentar falar com mais pessoas. De todo modo, não cabe sobrevalorizar as entrevistas iniciais com análises minuciosas, pois dirão mais sobre a ignorância dos pesquisadores do que sobre o

27 Beaud & Weber, *Guia para a pesquisa de campo*, [1997] 2014, p. 124.

28 Ibidem, p. 124.

objeto estudado ou as nuances da visão dos entrevistados.[29] Pela mesma razão, entrevistas iniciais dificilmente serão aprofundadas, ainda que, assim como as entrevistas em profundidade, sejam de condução aberta e perguntas espontâneas.

Para pesquisas que dizem respeito a um contexto espacial particular (microbacia, bairro, vila, ocupação, quilombo etc.), a exploração nas entrevistas iniciais ganha com o uso de interfaces como mapas, esquemas, fotografias e vídeos, desde que façam sentido para os interlocutores e não sejam usados na função de roteiros. Mapas — prontos ou desenhados na hora e em conjunto — ajudam a apontar topônimos, marcos, caminhos e limites; fotografias atuais ou antigas despertam interesse e ensejam temas de conversa; maquetes deixam as pessoas curiosas e ajudam na identificação de aspectos do território a explorar.

Embora entrevistas qualitativas normalmente sejam gravadas e transcritas, as de caráter exploratório admitem outros procedimentos, pois sua tônica não está na compreensão matizada e aprofundada. Para revisar informações objetivas, sem analisar as falas literalmente, basta a gravação sem transcrição. Outra possibilidade é avaliar e sintetizar as entrevistas quase que de imediato, como no *participatory rapid appraisal* e métodos afins. A abordagem descrita por Hartmann, por exemplo, usada em projetos de pesquisa e planejamento para o desenvolvimento de áreas rurais, consiste na realização de um total de sessenta a noventa entrevistas de caráter exploratório ao longo de três dias.[30] Elas são feitas por cerca de dez duplas de pesquisadores. Durante a entrevista, um dos membros de cada dupla conversa, enquanto o outro registra os conteúdos por escrito. Logo em seguida, a dupla discute esses conteúdos e já os condensa numa ficha. No quarto dia, as fichas das entrevistas de toda a equipe são cotejadas, e sistematiza-se o material em tópicos. No quinto dia, apresenta-se a síntese à população local para complementações, comentários e discussões. Trata-se de uma exploração mediante entrevistas qualitativas com boas chances de coletar temas e preocupações centrais para aquele grupo, sem passar por gravação, transcrição e análise detalhada.

29 JOHNSON & ROWLANDS, The interpersonal dynamics of in-depth interviewing, 2012.

30 HARTMANN, Qualitative Interviews nach der PRA-Methode: mit Moderationstechniken in nur sieben Tagen von der Interviewerschulung bis zur Präsentation der Ergebnisse, 2001.

Etnografias

A entrevista etnográfica como um tipo de direito próprio provém, conforme o nome diz, da etnografia. Já as entrevistas de caráter etnográfico, tais como entendidas aqui, são aquelas inseridas num trabalho de campo em que observação participante e entrevistas se apoiam mutuamente. O caráter etnográfico não pressupõe, portanto, uma pesquisa inteiramente pautada em métodos e premissas da etnografia, mas indica que o objeto, campo ou recorte da pesquisa é um contexto sócio-espacial concreto, ao qual os entrevistados pertencem e do qual o pesquisador já tem algum conhecimento. Procura-se a interação aprofundada para compreender perspectivas, ações e relações que não são evidentes à primeira vista e talvez venham a ser construídas ou verbalizadas pela primeira vez na entrevista (ou ao longo de uma série de entrevistas com a mesma pessoa). A seleção dos entrevistados se dá por suas características ou posições, de que o pesquisador tem noção pelo trabalho de campo realizado até aquele ponto.

Enquanto a transição entre caráter exploratório e etnográfico é fluida (assim como a passagem do pesquisador de novato a veterano em determinado contexto), o caráter etnográfico contrasta com entrevistas não relacionadas a nenhum contexto sócio-espacial concreto de pertencimento das pessoas entrevistadas. Numa pesquisa sobre arquitetura escolar, a entrevista com uma arquiteta especializada em projetos de escolas não terá caráter etnográfico. Se a mesma pesquisa incluir observação participante no cotidiano escolar, as entrevistas com professores, estudantes ou funcionários da escola observada podem ter esse caráter. O uso de um roteiro dependerá de outros aspectos, não do caráter etnográfico (na entrevista com a diretora da escola, talvez seja útil para sinalizar seriedade).

Alguns aspectos e tipos de pergunta usados em entrevistas etnográficas 'clássicas' servem particularmente bem a pesquisas sócio-espaciais. Spradley recomenda começar qualquer entrevista como uma conversação amistosa, guiada pelos rituais que correspondem a esse tipo de encontro no respectivo contexto cultural.[31] Perguntas descritivas são as mais fáceis de fazer e de responder (Como é seu dia a dia? Você pode me contar o que faz no seu trabalho?). Prestar atenção aos termos que a pessoa entrevistada usa nas suas descrições permite retomar esses

31 SPRADLEY, *The ethnographic interview*, 1979.

termos no decorrer da conversa. Uma pergunta inicial que funcionou bem em entrevistas que fizemos numa favela de Belo Horizonte sobre a relação de pessoas idosas com a cidade foi: *A senhora mora aqui há muito tempo?* A resposta era curta, mas introduzia um tema. Em seguida, perguntávamos: *Como a senhora veio para cá, para esta casa?* Isso quase sempre estimulava uma fala mais longa, uma pequena história em que apareciam, entre outras coisas, topônimos nativos e termos como *invasão*, *vila* e *predinhos* (não ocupação, aglomerado e conjunto habitacional).

Spradley também traz bons exemplos de como estimular descrições de processos, eventos e espaços, oferecendo ganchos à memória e à imaginação e — muito importante — tempo para pensar. Num desses exemplos, ele entrevista uma garçonete. A conversa já engrenou e algumas características do lugar de trabalho dela foram mencionadas. Então, em vez de dizer 'Por favor, descreva o bar onde você trabalha', Spradley expande a pergunta: "Sabe, você falou de vários lugares no Bar do Brady, o balcão, a estação das garçonetes, o andar de cima, o andar de baixo. Será que você pode descrever o interior do bar para mim? Por exemplo, se eu fosse cego e você me levasse ao Bar do Brady e fosse me falando onde estamos e tudo o que você está vendo, como seria?".[32] Note-se que essa expansão não faz uso de elementos que não tenham sido mencionados pela entrevistada, pois interessa a visão que *ela* tem desse lugar, não o inventário completo do estabelecimento.

Narrativas

Como sintetizam Sandra e Lewis Hinchman, narrativas são "discursos com uma clara ordem sequencial que conecta eventos de uma maneira significativa para uma audiência definida e por isso oferecem insights sobre o mundo e/ou as experiências das pessoas nele".[33] Enquanto a narrativa oral é tema de uma vasta literatura especializada (da linguística, da história, da psicologia e de diversas outras áreas),[34] a entrevista narrativa, como tipo específico, foi formulada primeiro por Fritz Schütze para uma pesquisa sobre estruturas de poder em comunidades locais.[35] Com o pressuposto de que narrar histórias é uma competên-

32 Ibidem, pp. 65–66.

33 HINCHMAN & HINCHMAN, Introduction, *Memory, identity, community*, 1997, p. xvi.

34 Cf. ELLIOTT, *Using narrative in social research*, 2005.

35 SCHÜTZE, Zur Hervorlockung und Analyse von Erzählungen, 1976.

cia humana que não depende da formação escolar, a intenção desse tipo de entrevista é driblar as usuais imposições de linguagem, temas e ordem de perguntas: uma pessoa conta uma história, que estrutura à sua maneira e com o seu léxico, enquanto a outra apenas escuta, sem fazer as reestruturações e reformulações típicas das entrevistas de matriz dialógica.[36] A narrativa segue um esquema autogerador porque, uma vez que alguém começa uma história, geralmente quer levá-la até o fim, dando-lhe o detalhamento ou a textura que, na sua perspectiva, é relevante para que a sequência de eventos faça sentido.

Por isso, Schütze divide a entrevista narrativa em etapas bem distintas.[37] Há uma preparação prévia, em que o pesquisador explora o contexto em busca de temas do interesse e da experiência do entrevistado (temas imanentes, não exmanentes). A entrevista em si começa pela explicação de seu propósito e andamento, para então se lançar a pergunta *grand tour,* que incita a história. A etapa seguinte é a narrativa em si. O entrevistador escuta atentamente, sem interromper, apenas encorajando a pessoa entrevistada, até surgir uma coda, um sinal de finalização. Ao longo da narrativa, o entrevistador registra, mentalmente ou no papel, as perguntas que fará na terceira etapa. Schütze recomenda, para essa última parte, perguntas nos termos e eventos da narrativa (*O que aconteceu depois que você...?*) em vez daquelas relacionadas a opiniões, atitudes, causas ou contradições, como num interrogatório. Por fim, desligado o gravador, costuma surgir uma conversa mais relaxada, cujos conteúdos podem ajudar muito na interpretação da narrativa e devem ser registrados por escrito imediatamente após a entrevista.

Críticas a esse procedimento concentram-se nos pressupostos e na condução. Bauer argumenta que a forma da narrativa não elimina as imposições nem a modelação segundo uma agenda da pessoa entrevistada vis-à-vis aquilo que ela imagina que o outro espera ouvir.[38] A narrativa é sempre direcionada a uma audiência, real ou imaginária (a entrevistadora, os pesquisadores que terão acesso ao material, pessoas que estão por perto etc.). Além disso, Schütze põe peso demasiado no momento inicial do encontro. A pergunta-chave é feita quando o clima

36 Sobre a desigualdade de poder nas entrevistas de matriz dialógica, cf. Ross, Making empowering choices, 2017; Anderson & Jack, Learning to listen, 1991.

37 Schütze, Zur Hervorlockung und Analyse von Erzählungen, 1976; cf. Bauer, *The narrative interview*, 1996.

38 Bauer, *The narrative interview*, 1996.

ainda é de estranhamento e os interlocutores estão pouco à vontade (à diferença do início informal que Spradley recomenda). Também a atitude de não interferência tende a forçar ao limite as normas sociais de interação: uma pessoa se abre, 'entrega' tudo, enquanto a outra preserva sua subjetividade. Na prática, mesmo entrevistas que se pretendem puramente narrativas se desenvolvem de maneira menos ortodoxa.

Aqui, repito, não se trata de apresentar modelos e promover escolhas entre eles, mas de discutir variações a que se pode recorrer conforme o contexto e os objetivos de pesquisa. Nesse sentido, são entrevistas de caráter narrativo aquelas que favorecem a narração de histórias. A ênfase está na atenção aos momentos em que a pessoa entrevistada começa a contar um caso. Em vez de interrompê-la e tentar voltar logo aos temas planejados, cabe calar-se e ouvir atentamente, entendendo que narrativas podem expressar coisas que não seriam ditas de outra maneira. Isso vale em especial para grupos oprimidos, minoritários. Mais do que os diálogos, as narrativas deixam entrever ambiguidades entre um discurso dominante e a experiência dos dominados. Nas entrevistas que temos realizado em espaços urbanos e rurais com moradores de pouca formação escolar, à margem da "sociedade da entrevista", as narrativas costumam surgir espontaneamente a partir de todo tipo de pergunta. A pessoa entrevistada começa com uma palavra ou expressão curta que imagina ser a resposta 'certa' (*sim, é isso, foi mesmo*) e então se põe a contar um caso que, na realidade, contradiz aquela interjeição inicial. Para usar uma metáfora de Kathryn Anderson e Dana Jack proveniente de entrevistas com mulheres, é como se as narrativas falassem em dois canais:

> A discussão de uma mulher sobre sua vida pode combinar duas perspectivas separadas, frequentemente conflitantes: uma está enquadrada em conceitos e valores que refletem a posição dominante dos homens na cultura, e outra é informada pelas realidades mais imediatas da experiência pessoal de uma mulher. Onde a experiência não 'encaixa' em significados dominantes, conceitos alternativos podem não estar disponíveis de imediato. Portanto, inadvertidamente, as mulheres costumam silenciar os próprios pensamentos e sentimentos quando tentam descrever suas vidas nos termos familiares e publicamente aceitos de conceitos e convenções vigentes. [...] precisamos aprender a ouvir em estéreo, captando claramente

> tanto o canal dominante quanto o canal silenciado, e sintonizando cada um cuidadosamente para compreender a relação entre eles.[39]

Outro aspecto que torna as narrativas preciosas para as pesquisas sócio-espaciais é que, além da sequência temporal, elas contêm sequências espaciais (aliás, deixadas de lado pela maioria dos métodos de análise de narrativas[40]). Eventos acontecem em lugares e, querendo ou não, quem conta um caso fala de características e relações espaciais. Assim, por exemplo, uma pesquisa realizada no MOM, com mulheres que trabalham de forma cooperativa, fez uso de entrevistas de caráter predominantemente narrativo para decifrar as relações entre espaços domésticos e espaços de produção.[41] No contexto de um projeto de centro comunitário num quilombo rural, que deveria levar em conta uma grande festa religiosa realizada ali todos os anos, só compreendemos a espacialidade dessa celebração por meio das narrativas dos moradores, ao passo que falharam totalmente nossas ingênuas solicitações iniciais de que enunciassem equipamentos e espaços necessários ao evento.

Para exemplificar a estrutura típica de uma narrativa e a maneira como os espaços podem aparecer, segue o trecho de uma entrevista da já citada pesquisa sobre a relação de pessoas idosas com a cidade. Trata-se de uma senhora de oitenta e dois anos, que mora numa favela da zona sul de Belo Horizonte. Ela conta como, num domingo, a ocupação de sua casa por um bisneto e seus amigos a fizeram perambular pela cidade.

> Domingo mesmo eu tava numa... Porque às vezes... Tenho um [bis] neto que não é muito... que faz as coisas que eu não gosto [tráfico]. Mas eu não sou de ficar falando, nem ficar brigando, ficar xingando. Aí eu tava ruim. Falei: *Meu Pai, o que é que eu faço?* Aí a menina falou assim, na hora que eu tava descendo: *Ih, sua casa tá cheia de gente*. Gente que eu não gosto. Aí então eu falei: *Meu Pai, ir lá pra ficar olhando pra cara daquele povo?* Porque ele [o bisneto] tava mexendo com uma construçãozinha dele lá e ia só gente que eu tava... que eu não gostava. Aí eu fui pra igreja e falei assim: *O que é que eu vou fazer?* No fim, peguei o ônibus, fui embora lá pra cidade

39 ANDERSON & JACK, Learning to listen, 1991, p. 11.

40 Cf. ELLIOTT, *Using narrative in social research*, 2005.

41 ZERLOTINI DA SILVA, *Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução*, 2014.

> [o centro]. Fui pro parque. Chegou no parque... Mas fiquei triste quando cheguei no parque. Tinha muito tempo que eu não ia no parque municipal. Fiquei triste, muito mendigo, malcheiroso. [...] sentei e fiquei com a mão assim [cobre o rosto com as mãos]. Veio um casalzinho [...]. Aí falou assim: *Ó senhorinha, tá passando mal?* Falei: *Tô não, minha filha*. Porque eu tava nervosa, né? Fui lá pra chorar. Quando às vezes tá demais, eu vou pra chorar. Não vi os patos, não vi mais nada. Estão querendo tirar os gatos, e a gente. [...] Fiquei triste com isso, né? Aí eu fiquei assim, pensando na vida. [...] Aí saí dali, fui pra igreja São José. Assisti à missa. Andei um mucadinho, fui até perto da rua Tupis, voltei. Aí quando foi seis horas, que eu cheguei em casa, eles já tinham ido embora. Aí fui fazer minhas coisas. [...] Porque eu sou uma pessoa que... assim, eu, sozinha, pra resolver tudo. Eu criei os cinco filhos, com mais quatro da minha filha, nove, e já casei meus filhos tudo, casei os netos. Agora os bisnetos ficam rodeando, fazendo coisa que eu não tô aguentan... que eu não tô gostando! Aí eu saio um pouquinho e volto. Aí alenta e eu venho embora. Porque eu tenho medo de ficar batendo de frente com ele. E eu não tô mais na época de ficar batendo de frente com ninguém.

Sem comentar as muitas inferências que esse caso suscita quanto à situação de uma mulher idosa e pobre, atenho-me à estrutura da narrativa e à maneira como o espaço comparece. Há todos os elementos que o artigo seminal de Labov e Waletzky indica como típicos — mas não imprescindíveis — de uma narrativa: orientação, complicação, avaliação, resolução e coda.[42] A orientação situa os ouvintes no contexto de tempo, espaço, pessoas e situação da narrativa (*domingo mesmo*; *tenho um neto*; *não sou de ficar falando*). Na complicação, a narradora conta, numa sequência mais ou menos cronológica, o que aconteceu. A avaliação enfatiza o significado que ela atribui à sequência de eventos (*eu, sozinha, pra resolver tudo*), expressando o sentimento de que as décadas de esforço para manter a família não foram recompensadas nem são respeitadas. A resolução diz o que aconteceu no fim das contas (*aí alenta e eu venho embora*). A narrativa fecha com uma coda que traz a conversa de volta ao tempo presente (*eu não tô mais na época de ficar batendo de frente com ninguém*).

A primeira referência ao espaço da narrativa está na fala: *eu tava descendo...* A senhora havia ido a algum lugar na manhã de domingo

42 LABOV & WALETZKY, Narrative analysis: oral versions of personal experience, 1967.

e estava voltando para casa. Depois aparecem a casa, uma igreja na favela, o ônibus, o parque municipal, a igreja São José e a rua Tupis. Implicitamente, são tocados os espaços públicos da favela — que não lhe possibilitam horas de sossego —, ruas do centro da cidade que lhe são familiares e o parque municipal de sua memória, em que não havia mendigo e que não era malcheiroso. Pode-se inferir que o bisneto estava autoconstruindo no terreno ou na laje de sua casa com a ajuda de amigos. Todos esses espaços, com os processos e significados a eles relacionados, seriam temas a tentar expandir ao final da narrativa.

Há muitas possibilidades para apoiar ou estimular narrativas por meio de interfaces, desde que não configurem roteiros. No final dos anos 1970, num projeto na cidade mineira de Tiradentes, o economista chileno Max-Neef e seus colegas fizeram — entre muitas outras ações — uma pesquisa de fotografias da cidade e dos moradores. Passaram meses indo de casa em casa, conversando com as pessoas e vendo fotos antigas. Depois copiaram, restauraram e ampliaram cento e vinte delas (das seiscentas coletadas) para uma grande exposição, cobrindo cem anos de história. A cidade inteira foi à inauguração, que se tornou uma rememoração coletiva das narrativas do lugar.[43]

Focos

O método denominado entrevista focada remonta aos Estados Unidos da década de 1940 e às pesquisas sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa, por sua vez motivadas pela demanda de propaganda de guerra. Ele foi desenvolvido por Robert Merton e Patricia Kendall, inicialmente no âmbito do Radio Research Project, cuja coordenação era de Paul Lazarsfeld e do qual participaram também intelectuais emigrados de Frankfurt, como Horkheimer e Adorno. O método provém de um contexto de pesquisas sociais em que se tratava de elucidar relações de causa e efeito, estímulo e resposta; o que, em última análise, deveria servir para dirigir o público. Daí não surpreende o sucesso de suas derivações posteriores no marketing, como o chamado grupo focal, popularizado na década de 1980.[44]

43 MAX-NEEF, *From the outside looking in*, 1982, pp. 184–188.

44 Acerca das diferenças entre entrevista focada e grupo focal, cf. MERTON, The focused interview and focus groups: continuities and discontinuities, 1987; MERTON et al., *The focused interview: a manual of problems and procedures*, [1956] 1990.

O nome 'entrevista focada' se deve ao fato de ela se estruturar para um foco ou tema muito bem delimitado e bastante restrito, explorando, em detalhes e com precisão, a experiência subjetiva do entrevistado. Temas abrangentes não se prestam a entrevistas focadas. Poderiam constituir focos, por exemplo, um episódio de remoção, um mutirão, uma audiência pública, um manual, uma ferramenta ou uma praça, mas não assuntos amplos como a relação entre ocupações urbanas e poder público, a cultura construtiva ou a política habitacional. Merton e Kendall sintetizaram as premissas do método nos seguintes termos:

> 1. As pessoas entrevistadas participaram de uma situação concreta particular: elas viram um filme, ouviram um programa de rádio, leram um panfleto, artigo ou livro, ou participaram de um experimento psicológico ou de uma situação social não controlada, mas observada.
> 2. Estrutura geral, elementos e padrões hipoteticamente significantes dessa situação foram analisados previamente pelo pesquisador. Mediante essa análise de conteúdo, ele chegou a um conjunto de hipóteses sobre o sentido e os efeitos de determinados aspectos da situação.
> 3. Baseado nessa análise, o pesquisador elaborou um guia de entrevista definindo as principais áreas de indagação e as hipóteses que situam a pertinência dos dados a obter na entrevista.
> 4. A entrevista em si é focada nas experiências subjetivas das pessoas expostas à situação pré-analisada. O leque de suas respostas a tal situação permite ao pesquisador: a) testar a validade das hipóteses derivadas da análise de conteúdo e da teoria da psicologia social; b) encontrar respostas imprevistas à situação, gerando novas hipóteses.[45]

Trata-se de encontrar elementos para explicar correlações entre estímulos e respostas, no lugar de somente constatá-las, como era comum nas pesquisas quantitativas a que Merton e Kendall contrapõem a entrevista focada. Imagine-se, por exemplo, que, numa comunidade, a distribuição de convites para uma audiência pública tenha tido pouca adesão. Em vez de apenas especular acerca dos motivos, entrevistas focadas serviriam para descobrir como as pessoas de fato receberam e entenderam aquele convite, que aspectos foram relevantes para que o aceitassem ou ignorassem, que subgrupos reagiram àquilo de maneira diversa dos demais e por que razão, e assim por diante. Os

45 MERTON & KENDALL, *The focused interview*, 1946, p. 541.

pesquisadores estabeleceriam de antemão suas hipóteses (o texto não era claro, o horário era ruim, os convites foram feitos com muita antecedência etc.), que seriam testadas nas entrevistas. Mas essas também produziriam possíveis explicações que, antes, nem sequer eram imaginadas pelos pesquisadores.

A dificuldade está em testar hipóteses prévias sem induzir os entrevistados nem interditar hipóteses novas. Partindo da análise de numerosas transcrições de entrevistas focadas, Merton e Kendall apontam os erros mais comuns e deles derivam quatro "critérios" para uma condução propícia ao fornecimento de boas explicações: não direcionamento, especificidade, amplitude e profundidade.

O critério do não direcionamento significa que a pessoa entrevistada escolhe e introduz os tópicos, enquanto o entrevistador faz apenas questões realmente abertas (*O que chamou sua atenção neste panfleto?*) e nunca perguntas com opções de resposta (*Você prefere isso ou aquilo?*). Assim, a entrevista "dá ao sujeito uma oportunidade de se expressar sobre questões que para ele são de significação central em vez daquelas que o entrevistador presume que sejam importantes".[46] O entrevistador abstém-se de manifestações didáticas, polêmicas ou desafiadoras, que provocariam atitude defensiva ou autocensura da pessoa entrevistada. Se ela dirigir perguntas ao entrevistador, estas devem ser devolvidas. Digamos que o foco da entrevista seja o uso de certo material de construção. Um entrevistado acha que o entrevistador tem conhecimento técnico e lhe faz uma pergunta: *Afinal, o que é que tem que pôr nessa massa?* Em vez de começar a explicar, o entrevistador deve devolver a pergunta: *Você quer dizer que essa argamassa deve ser diferente da comum?* Se, em vez disso, ministrasse uma pequena aula, poderia levar o entrevistado a omitir tudo o que, a seu ver, parecesse 'errado' ao entrevistador. As informações mais importantes — sobre como a pessoa de fato entende e usa determinado material — ficariam interditadas de antemão.

O critério da especificidade significa tentar descobrir, o mais precisamente possível, que aspectos da situação em foco levaram às percepções da pessoa entrevistada. Uma maneira de fazer isso é reapresentar a situação à medida que ela é recordada, eventualmente com interfaces como imagens, espaços, documentos e outros objetos. No exemplo acima, sobre o uso de um material de construção, a entrevista

46 Ibidem, p. 545.

poderia acontecer num canteiro de obras em que o material estivesse sendo usado naquele momento. Se o foco fosse a experiência de uma praça, poderia acontecer nesse espaço; se fosse um mutirão, poder-se-ia recorrer a fotos do evento. Outra maneira de apoiar a especificação é formular perguntas focadas. Por exemplo, uma entrevistada diz de certo evento participativo: *Esse pessoal da prefeitura já vem com tudo decidido*. O termo *vem* (não *veio*) conota uma percepção genérica. Caberia perguntar: *O que lhe deu essa impressão nessa reunião?* A pergunta traz a atenção de volta ao evento particular e é um pedido de especificação dos aspectos que ali, naquele evento, provocaram ou reforçaram a ideia de uma participação apenas legitimadora.

Quanto à amplitude, trata-se de cuidar para que muitas facetas da situação em foco sejam abordadas, mas, de novo, sem impor referências exmanentes. A habilidade está em perceber os momentos em que a pessoa entrevistada passa de uma faceta a outra, e compreender por que faz isso: falta de interesse, a sensação de já ter esgotado aquele aspecto ou algum desconforto em falar a respeito. Se a pessoa não introduzir, ela mesma, uma nova faceta, o entrevistador pode fazer a transição, de preferência a partir de algo que o entrevistado disse. Essa técnica de amarrar uma nova pergunta a uma referência anterior também serve para limitar digressões e manter a conversa no foco. Quando alguém deixa de falar de um aspecto por constrangimento ou mal-estar, pode-se tentar voltar a ele em outro momento, usando a mesma técnica. De qualquer modo, é melhor abrir mão de alguns tópicos do que abordá-los apenas pro forma.

O critério da profundidade relaciona-se à ação de ajudar o entrevistado a expressar, para além da mera aprovação ou reprovação, como a situação em foco foi experienciada no seu contexto pessoal. Fundamental nisso é a habilidade de distinguir comentários apenas circunstanciais, sem maior relevância, e comentários que indicam significados relevantes. Uma boa maneira de estimular alguém a expressar tais significados é perguntar pelos seus sentimentos. Pequenas variações na pergunta podem levar a respostas de teor mais objetivo (*O que você lembra do dia da remoção?*) ou mais aprofundadas quanto às experiências subjetivas (*Como você se sentiu no dia da remoção?*).

Entrevistas focadas pressupõem a elaboração de um guia com possíveis perguntas sobre os tópicos correlatos às hipóteses prévias, de modo que não seja necessário improvisar. No entanto, esse guia jamais deve ser aplicado mecanicamente. Ao contrário da entrevista

semiestruturada, que exige fazer sempre as mesmas perguntas, aqui não se introduzem temas antes que a pessoa entrevistada o faça. E, mesmo quando ela toca num assunto previsto no guia, cabe escutar com atenção e aguardar antes de recorrer a uma pergunta pré-formulada. Importa mais ouvir do que administrar o guia. Apenas ao final, o entrevistador pode perguntar a respeito de tópicos presentes no guia e dos quais não se falou espontaneamente. Ainda assim, o guia não desempenha a função de roteiro nem define que a entrevista só se conclua depois que todos os itens tiverem sido 'despachados'.

Com as devidas ressalvas quanto ao contexto de formulação do método da entrevista focada, considero que as recomendações de Merton e Kendall — a precedência de termos e temas do entrevistado, a primazia da escuta sobre o guia, a atenção aos contextos pessoais de significação de um fenômeno — valem para muitas situações de entrevistas qualitativas. Uma entrevista sócio-espacial de caráter focado seria a tentativa de compreender a experiência de um fenômeno concreto particular mediante o diálogo aberto e, ao mesmo tempo, mais concentrado do que em conversas corriqueiras ou entrevistas com outras ênfases. O caráter focado indica a proposta — nada óbvia — de unir concentração e liberdade de expressão, ou seja, fechamento (no foco) e abertura (na escuta). Porém, contra a tentação do marketing, entendo que entrevistas de caráter focado não se aplicam a esclarecimentos acerca de situações futuras (planos ou projetos), pelo simples e óbvio fato de que as pessoas entrevistadas não terão tido nenhuma experiência dessas situações. Por exemplo, entrevistas com esse caráter podem enfocar um processo participativo ou a forma de apresentação de um projeto (desenho, maquete, vídeo, anúncio), mas não a situação projetada em si. Podem ajudar a esclarecer por que ninguém frequenta certa praça, mas não podem indicar se esse ou aquele projeto faria com que passasse a ser frequentada.

Especialistas e experts

Entrevistas com pessoas em posições privilegiadas são tema de debate nas ciências sociais de língua inglesa desde o trabalho de Lewis Dexter, *Elite and specialized interviewing*.[47] A sociologia de língua alemã vem discutindo questões metodológicas semelhantes desde a década de

47 DEXTER, *Elite and specialized interviewing*, 1970.

1990, mas sob o título *Experteninterview* ou entrevista com experts.[48] Cristalizaram-se aí posições díspares acerca de como definir os protagonistas desse tipo de entrevista, isto é, a elite, o especialista, o expert ou perito. Bogner e Menz agruparam as diversas perspectivas em conservadoras, voluntaristas e construtivistas, propondo ainda uma definição alternativa, que me parece a mais interessante para pesquisas sócio-espaciais.[49]

Na perspectiva conservadora, experts são autoridades em determinado campo, do qual detêm um conhecimento relativamente raro, fruto da divisão do trabalho, do acesso privilegiado a informações e de uma competência de síntese ou visão global. À diferença do conhecimento cotidiano, o conhecimento do expert seria estruturado e reflexivo por natureza, e seus portadores seriam capazes de comunicá-lo objetiva e sistematicamente. A entrevista com o expert visaria à obtenção de tais sistematizações.

Na perspectiva voluntarista, pelo contrário, todo ser humano é considerado expert ou especialista em alguma coisa: no mínimo, dispõe de conhecimento exclusivo acerca da própria circunstância de vida. Gläser e Laudel, por exemplo, tendem a essa definição voluntarista, pois apontam que o termo expert "descreve o papel específico do entrevistado como fonte de um conhecimento especial sobre uma situação social a ser investigada", o que valeria para todas as pessoas participantes da situação em questão, não importando seu status nem suas possibilidades de ação.[50] A entrevista teria como finalidade obter a perspectiva subjetiva do entrevistado sobre o tema. A ideia parece democrática, mas de fato negligencia hierarquias reais entre tipos de conhecimento e posições sociais (além de ser tão genérica que pouco acrescenta à discussão de procedimentos de entrevista).

Na perspectiva construtivista, o interesse de pesquisa determina quem será ou não considerado expert, conforme a posição que alguém ocupa em relação a esse interesse. Meuser e Nagel argumentam que experts são pessoas atuantes em funções de decisão e condução de processos sociais, e que a entrevista objetiva obter suas perspectivas como profissionais, não como sujeitos particulares afetados pelo

48 LITTIG, Interviews mit Eliten — Interviews mit ExpertInnen: Gibt es Unterschiede?, 2008.

49 BOGNER & MENZ, Das theoriegenerierende Experteninterview, 2002.

50 GLÄSER & LAUDEL, *Experteninterviews und qualitative Inhaltsanalyse*, 2009, p. 12.

processo.[51] Na prática, a seleção desses experts se apoia na fama dos possíveis candidatos no respectivo meio social (cargos, títulos e outros sinais de legitimação). Enquanto o conceito voluntarista corre o risco de obscurecer hierarquias reais, a definição construtivista corre o risco de acatá-las acriticamente.

Por exemplo, se o objeto da pesquisa fosse certo processo de planejamento urbano participativo, os experts da abordagem conservadora seriam professores universitários especializados no assunto, os da abordagem voluntarista seriam quaisquer participantes do processo, e os da abordagem construtivista seriam detentores de cargos nos órgãos do Estado ou lideranças de movimentos sociais. Bogner e Menz propõem, então, uma definição que parte da construtivista, mas cuja prioridade está na relevância social do conhecimento do entrevistado. Eles consideram que o conhecimento do expert compreende uma dimensão técnica (escolar) e uma dimensão processual (que diz respeito a interações, fluxos e rotinas, e que se adquire somente pela experiência), assim como uma dimensão interpretativa (visões, convicções pessoais).

> Nesse sentido, experts podem ser entendidos como pessoas que — a partir de um conhecimento prático ou empírico específico, relacionado a um âmbito de problemas claramente definível — criaram a possibilidade de, com suas interpretações, estruturar o campo de ação concreto de maneira significativa e orientadora da ação [de outras pessoas].[52]

Experts conhecem — ao menos razoavelmente — sua matéria, mas importa o fato de que conhecem uma prática e são capazes de influenciá-la conforme suas visões. A entrevista com eles visa à aproximação com as dimensões processual e interpretativa do seu conhecimento, porque é delas que decorre a estruturação de um campo de ação (empresa, órgão público, território etc.). Na maioria das vezes, tais experts já dispõem de um discurso público e não precisam de muito estímulo para reproduzir as falas que empregam habitualmente para explicar ou justificar suas posições. Por outro lado, princípios ou crenças com que efetivamente orientam as ações de um campo costumam ser tácitos. A ideia é fazer da entrevista uma interação em que esses princípios sejam articulados. Trata-se de entrevistas cujo objetivo não é a

51 Meuser & Nagel, ExpertInneninterviews — vielfach erprobt, wenig bedacht, 1991.

52 Bogner & Menz, Das theoriegenerierende Experteninterview, 2002, p. 45.

compreensão das subjetividades por si mesmas, e sim a geração de teorias acerca de situações ou processos sociais. Como uma pessoa vê, processa ou interpreta os acontecimentos importa na medida em que ela os influencia.

Essa definição me parece pertinente para entrevistas de caráter especializado no contexto das pesquisas sócio-espaciais por duas razões. A primeira é que, à diferença das abordagens voluntaristas, ela não tem como premissa a participação direta das pessoas entrevistadas no processo social investigado. A produção do espaço é em grande parte determinada por agentes externos — legitimados política ou tecnicamente — que não vivem os processos que engendram nem são afetados por eles. A segunda razão é que, diferentemente das abordagens conservadoras e da maioria das abordagens construtivistas, a definição de Bogner e Menz não pressupõe que o entrevistado fale 'como profissional' e se abstenha de falar 'como sujeito particular'. Ou seja, ela não tem como premissa entrevistados habituados a uma distinção límpida entre vida privada e vida pública ou profissional, tal como é característica dos setores tidos como mais desenvolvidos das sociedades modernas. As muitas entrevistas que já fizemos com pessoas pouco escolarizadas — pouco 'modernas' nesse sentido específico — mostram que abstrair da vida privada para elucidar determinados processos faria pouco sentido ali. Ao mesmo tempo, inúmeras decisões tomadas nos campos burocrático, técnico e político sobre a produção do espaço são determinadas não (apenas) por dados e interesses objetivos, mas (também) por convicções, visões de mundo e preconceitos.

Então, seguindo a definição citada acima, chamo aqui de caráter especializado a ênfase de uma entrevista no conhecimento objetivo e subjetivo do entrevistado a respeito de um campo de ação específico, considerando que esse conhecimento é relevante para orientar os agentes daquele campo. Pessoas com tais características podem ser lideranças, porta-vozes ou detentoras de cargos oficiais, mas podem estar igualmente em posições de menos evidência. Descobrir quem são exige conhecer o campo em que atuam.

A interação nas entrevistas de caráter especializado depende muito da maneira como a pessoa entrevistada vê a entrevistadora, em relação tanto à competência técnica como ao poder ou à orientação normativa que lhe atribui. Nenhuma liderança de um movimento social, por exemplo, concederá uma entrevista sem formar uma opinião sobre a posição política do interlocutor ou sobre as possíveis consequências da

interlocução. Cabe atentar então para algumas situações de percepção da entrevistadora pela entrevistada (também aqui sigo a tipologia de Bogner e Menz, com algumas variações). Cada uma delas traz vantagens e desvantagens quanto ao que mais interessa: a construção e articulação verbal das práticas e visões sobre um campo de ação.

Uma entrevistadora percebida como colega, especialista na mesma área e de status semelhante, favorece um diálogo horizontal. Há uma terminologia comum, muitas explicações são dispensáveis e a pessoa entrevistada também fará perguntas. A desvantagem é que a entrevista pode desembocar num debate técnico sem chegar às dimensões processual e interpretativa do conhecimento do entrevistado. Já uma entrevistadora identificada como alguém de status equivalente, porém de outra área de atuação, favorece mais explicações, pois deixa de ser óbvia a familiaridade com práticas e premissas.

A essas duas situações contrapõe-se a entrevistadora vista como leiga, de status inferior (gênero e idade importam aqui), o que tende a provocar atitudes paternalistas e monológicas, mas, por isso mesmo, pode ser favorável à explicitação de conhecimento processual e interpretativo. A pessoa entrevistada fica à vontade porque não precisa provar nada e se dispõe a responder a perguntas aparentemente ingênuas, que às vezes geram as respostas mais interessantes. Há, porém, o risco de desinteresse por parte do entrevistado e o fato de a entrevistadora ter poucas chances de conduzir os temas da conversa. Inversamente, a entrevistadora tida por autoridade em posição social ou tecnicamente superior é percebida como um avaliador. O entrevistado teme que o fato de fornecer certas informações tenha consequências práticas, e isso provoca desconfiança, discursos de legitimação e omissão de problemas ou críticas, numa atitude submissa ou agressiva. No melhor dos casos, a entrevista revela estratégias do entrevistado para defender interesses do seu campo, mas não como essa pessoa vê o próprio campo de ação e como o influencia.

Quanto às posições políticas, um entrevistador visto como cúmplice, companheiro de luta, aumenta a propensão a revelações, contudo apresenta a desvantagem de que não se podem fazer perguntas ingênuas, pois contradiriam a premissa da cumplicidade. Já o entrevistador visto como oponente político provoca hostilidade. Isso pode até produzir argumentações esclarecedoras quanto à dimensão interpretativa do conhecimento do especialista, entretanto, na maioria dos casos, não é boa premissa.

Para entrevistas cuja ênfase esteja no caráter especializado, no sentido acima, cabe uma preparação cuidadosa. É preciso conhecer o campo de ação para saber quem entrevistar, como ter boas chances de que essas pessoas concedam as entrevistas, que percepção a situação provavelmente provocará, como formular perguntas relevantes e como distinguir as dimensões técnica, processual e interpretativa. Esse conhecimento prévio não precisa ser explicitado em sua totalidade. Mencionar alguns fatos ou termos daquele contexto às vezes é suficiente para fazer a conversa fluir. Um roteiro ajuda quando o entrevistador tende a ser percebido como socialmente inferior, mas não quando tende a ser considerado autoridade.

Um balanço

As variações de ênfase das entrevistas em pesquisas sócio-espaciais, tais como apontadas nos itens precedentes, seguem, *grosso modo*, uma ordem do menor para o maior conhecimento prévio do campo, da situação ou do processo a que a pergunta de pesquisa se dirige. Entrevistas de caráter exploratório podem ser feitas quando não se sabe nada; as de caráter etnográfico estão inseridas num contexto sócio-espacial e avançam com a observação direta desse contexto; as de caráter narrativo demandam pelo menos a proposição de uma pergunta inicial que faça sentido e seja de interesse para as pessoas entrevistadas; as de caráter focado pressupõem que se estabeleçam hipóteses prévias acerca de possíveis respostas; e as de caráter especialista ou especializado exigem conhecimento do campo em que o expert atua. As possibilidades de combinação derivam — também apenas *grosso modo* — dessas relações de proximidade ou de distância.

Unindo os extremos, teríamos entrevistas de caráter exploratório com experts, isto é, entrevistas iniciais com pessoas especialistas no campo investigado. Embora essa seja uma prática bastante comum, tais entrevistas de fato funcionam mais como consultorias no processo de pesquisa do que como fontes de dados a analisar e interpretar. Fornecem pistas e ajudam a obter uma visão global que talvez só poderia ser alcançada depois de longas observações ou muitas horas de leitura, mas implicam sempre o risco de adoção ingênua de uma visão particular sobre aquele campo, em detrimento de outras visões. Além disso, não podem contar como fontes empíricas para a compreensão da estruturação de um campo de ação, porque quem faz a entrevista não é,

ainda, capaz de fazer distinção entre as dimensões técnica, processual e interpretativa daquilo que o entrevistado lhe diz.

Algo semelhante vale para a combinação de caráter exploratório e caráter focado. Talvez a compreensão de uma situação concreta e particular (o foco) exija entrevistas exploratórias preliminares para que os pesquisadores tenham noção das facetas daquela situação e consigam estabelecer hipóteses a testar, mas o aprofundamento e o detalhamento do foco não equivalem a essa exploração inicial. Já entre entrevistas de caráter exploratório e de caráter etnográfico a transição é fluida, como dito acima. O mesmo vale para a relação entre caráter etnográfico e narrativo. É perfeitamente possível — e promissor — estimular a 'contação de casos' numa entrevista que faz parte de uma investigação com observação direta e participante de um contexto sócio-espacial concreto (desde que não se adote a postura ortodoxa da entrevista narrativa 'clássica'). Também entrevistas de caráter focado podem se valer de narrativas, com a restrição — por vezes difícil de manter — ao foco. A combinação do caráter etnográfico com um foco me parece menos plausível, porque a interação entre pessoas entrevistadas e entrevistadoras tende a diferir bastante (da conversa quase 'normal' à conversa bem circunscrita e concentrada).

Sejam quais forem as combinações e variações pertinentes a cada pesquisa sócio-espacial — que certamente não se restringem às ênfases indicadas acima —, cabe considerar a relação entre os dados obtidos e o uso que será feito deles na análise e na interpretação. Da mesma maneira que a condução das entrevistas em si, a contextualização daquilo que as pessoas dizem depende do conhecimento já adquirido acerca do campo em estudo. Apenas assim se pode, ao menos, tentar compreender em que medida suas assertivas, narrativas, opiniões ou declarações são condicionadas pela situação da entrevista e pela maneira como a pesquisadora ou o pesquisador é visto, e em que medida ajudarão a responder a uma pergunta de pesquisa. Nesse sentido, é improvável que uma pesquisa sócio-espacial possa basear-se somente em entrevistas e dispensar outras fontes de dados, como observação direta, imagens, bibliografia, registros históricos, levantamentos físicos e, também, experimentos.

favelas e heteronomia

[2008] A outra produção arquitetônica

Silke Kapp

Este ensaio foi escrito para um congresso internacional de Estética e Filosofia da Arte, no intuito de articular a ideia de autonomia na arte, tida por nobre, com a possibilidade de autonomia num tipo de produção arquitetônica tido por marginal. A ênfase está na analogia de suas respectivas relações de produção. Quando se olham de perto os contextos práticos de criação de obras celebradas, vê-se que dependeram sempre de algum espaço de liberdade — por restrito que fosse — em que os produtores puderam agir sem os ditames diretos da produção capitalista de mercadorias (o exemplo aqui é a música de Arnold Schönberg). Ora, não obstante todas as suas dificuldades e precariedades, a arquitetura autoproduzida, particularmente em favelas e outros assentamentos urbanos não formalizados, também articula nichos dessa espécie.[1]

O presente texto pretende uma reflexão sobre a produção arquitetônica nas vilas, favelas e periferias de uma metrópole brasileira. Ele parte de uma pesquisa empírica em Belo Horizonte: um levantamento da autoprodução (que muitas vezes também é autoconstrução). Tal levantamento considerou não só os resultados formais e as características técnicas dessa arquitetura, mas sobretudo os processos de organização dos canteiros, de tomada de decisões, de distribuição do conhecimento e de articulação de meios e de poderes. Em outras palavras, trata-se de decifrar as forças produtivas e as relações de produção postas em jogo nessas circunstâncias.

O conjunto de tais circunstâncias é aqui chamado de 'outra produção arquitetônica'. *Outra*, porque está à margem das instituições jurídicas, técnicas e econômicas da nossa sociedade, embora, paradoxalmente, também lhe seja imprescindível. *Produção arquitetônica*, porque proponho que, nessa expressão ou simplesmente no termo

1 Primeira publicação: A outra produção arquitetônica. In: Rodrigo Duarte; Imaculada Kangussu (eds). *Estéticas do deslocamento*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008, CD-ROM.

arquitetura, se inclua todo espaço modificado pelo trabalho humano, seja ele projetado ou não, tenha ele características extraordinárias ou não. E é justamente nesse ponto que quero iniciar a abordagem crítica.

Chamar de arquitetura todo espaço modificado pelo trabalho humano não só contraria muitos teóricos da arquitetura, zelosos em reservar o termo a construções especiais, como também significa rechaçar uma distinção muito cara aos pensadores clássicos da teoria crítica, como Theodor W. Adorno, em cujo pensamento o presente texto se pauta em boa parte. Refiro-me à distinção entre arte autônoma e todas as demais atividades humanas de um modo ou de outro assemelhadas a processos ou produtos artísticos, desde artes e artesanatos tradicionais até a produção de massa da indústria cultural.

A razão pela qual penso que essa distinção não faz sentido na arquitetura é a seguinte: a peculiaridade da arte autônoma está numa conjunção de forças produtivas avançadas e relações de produção atípicas, que, ao menos em certa medida, põem essas forças produtivas em condições de determinar a si mesmas em vez de serem determinadas heteronomamente. Na arquitetura, essa conjunção é interditada pela existência de um projeto concebido a priori. O projeto predefine o resultado do canteiro e, ao menos nas nossas circunstâncias, detém o monopólio da aplicação dos meios técnicos mais avançados, enquanto os sujeitos do próprio canteiro são privados do conhecimento que lhes permitiria decidir sobre aquilo que fazem. Esse aspecto me parece chave para uma análise da autoprodução que vá além da constatação de suas precariedades socioeconômicas. Por isso, cabe desdobrá-lo um pouco mais, para então retomar a discussão da 'outra produção'.

Adorno entende a arte como "refúgio do comportamento mimético" e, ao mesmo tempo, como partícipe ativa da racionalidade, como "totalidade dos meios que dominam a natureza".[2] Dessa dialética de mímesis e racionalidade resultam procedimentos experimentais, no sentido enfático do termo, isto é, não apenas casualidades caóticas ou acidentes incorporados propositalmente visando a efeitos inusitados, mas experimentos em que "o sujeito artístico pratica métodos cujos resultados concretos não pode prever" ou faz coisas as quais não sabe o que são.[3] Adorno chega a comparar o sujeito artístico a um vedor (que procura água com uma forquilha), pois ele segue o caminho para

2 ADORNO, *Teoria estética*, [1970] 1993, p. 68.

3 Ibidem, pp. 36, 134.

o qual o objeto o "puxa pela mão", como que executando a própria objetividade.[4] Para isso mobiliza toda técnica de que dispõe. Nesse sentido, o processo artístico é oposto à consecução instrumental, pois, em lugar de usar a técnica para impor ao material formas e conteúdos predeterminados, põe a técnica a serviço de um processo singular. Há, nesse processo, um irredutível componente de espontaneidade, combinado a um igualmente irredutível esforço de construção, mas que, por isso mesmo, "impõe soluções que o ouvido ou o olho que as representam não têm imediatamente presentes em toda claridade".[5] É absolutamente estranha a tal processo uma definição externa e a priori que lhe garanta esse ou aquele resultado. "A racionalidade estética deve precipitar-se com os olhos vendados na formação [*Gestaltung*], em vez de a comandar de fora".[6]

Na prática, não é possível induzir ou programar um processo dessa espécie, muito menos organizá-lo à maneira da produção industrial. Mas ele tem certas condições de possibilidade objetivas. A principal delas é justamente a ausência de dominação nas relações de produção; o que significa, entre outras coisas, a livre disposição do sujeito produtor sobre seus meios de produção. Para que haja envolvimento concreto e aberto com um material, que por si só já é sempre historicamente pré-formado e deformado, é preciso que haja a possibilidade de livrá-lo dessas pré-formações e deformações. Caso contrário, recai-se na execução de uma rotina qualquer. Para Adorno, essa possibilidade de emancipação do material e do próprio sujeito no trabalho com o material ocorreu de forma exemplar e talvez única — ainda que apenas temporária — na revolução musical de Schönberg no início do século XX.

Heinz Steinert evidenciou o quanto essa 'revolução' dependeu de uma luta bastante prosaica pelo domínio dos meios de produção artísticos e do desvencilhamento do aparato institucional em que a produção musical estava inserida e que lhe prescrevia uma série de procedimentos.[7] Depois de alguns escândalos nas apresentações públicas de suas composições — escândalos que na época ainda não eram almejados como tais —, Schönberg tenta recuperar a autonomia, criando associações

4 Ibidem, p. 135;* *Ästhetische Theorie*, [1970] 2003, p. 175. Artur Morão optou por traduzir "Dem folgen, wohin es die Hand zieht", apenas por "Seguir a sua direção".

5 ADORNO, *Teoria estética*, [1970] 1993, p. 36.

6 Ibidem, p. 135;* *Ästhetische Theorie*, [1970] 2003, p. 175.

7 STEINERT, *Adorno in Wien,* 2003.

de músicos e amantes da chamada música nova, que deveriam ajudar a financiar uma produção não submetida aos ditames do mercado. Além do fato de que ele não vivia de suas composições, mas do que ganhava como professor e regente, procurou criar condições de produção relativamente livres, o que, no caso, incluía a colaboração de um pequeno grupo de músicos e a possibilidade de execução para um público. Dentro das limitações impostas pelo contexto social, o trabalho de Schönberg reuniu relações de produção autônomas com um domínio avançado do material e da técnica musicais.

Mais ainda do que na música, a possibilidade dessa relativa autonomia é evidente em atividades como pintura, escultura ou literatura. É claro que de qualquer maneira as condições favorecem o enredamento do produtor na imensa empresa de galerias, exposições, publicações, críticos, editores, bolsas, subvenções, prêmios etc. Mas o pintor que opera seu material pictórico e o escritor que se envolve com seu material linguístico ainda têm a possibilidade de adquirirem seus próprios pincéis e papéis.

Na arquitetura, pelo contrário, nada disso é possível. Não porque arquitetos raramente dispõem de recursos para construir o que querem, mas porque, desde o Renascimento, quando passaram à função exclusiva de desenhar projetos, deixaram de ser os sujeitos que se envolvem efetivamente com o material: quem faz isso são os trabalhadores no canteiro. A divisão entre trabalho intelectual e manual que caracteriza o trabalho alienado se instalou cedo na arquitetura.

Pelo lado dos arquitetos, isso significou um distanciamento cada vez maior do objeto real: o espaço construído. Os recursos técnicos aparentemente avançados de que a arquitetura moderna e contemporânea dispõe, como o cálculo estrutural ou as ferramentas de desenho, são, sem exceção, instrumentos abstratos, muito mais eficazes no controle do que na real investigação de possibilidades espaciais. Ao mesmo tempo, a relação entre o sujeito artístico e seu objeto foi transferida — no sentido psicanalítico da transferência — aos instrumentos de desenho. Daí o fetiche do traço, do gesto, do *croquis*, como se, entre a mão e o lápis ou entre a imaginação e o *software* de modelagem, houvesse algo da substância da própria construção. Mas nessa relação não há objeto, apenas pseudo-objetos, isto é, representações das quais foi subtraída de antemão qualquer resistência às intenções do projetista. As resistências que ele experimenta são aquelas impostas de fora, como normas de mercado ou coisas semelhantes. Não existe

nisso uma racionalidade estética que se lança "de olhos vendados no processo de formação" de um objeto, mas apenas um racionalismo — sem adjetivos — que dirige esse objeto de fora.

Pelo lado do construtor, que executa o trabalho material e que durante muito tempo — pelo menos até o século XIX — manteve o domínio de suas técnicas, isso significou restrições cada vez maiores ao avanço do conhecimento, à experimentação e à reflexão no fazer. Seu trabalho foi paulatinamente idiotizado. E, ainda quando o construtor mantém algum domínio de técnicas tradicionais, não dispõe dos recursos mais avançados que, ao menos em tese, poderiam ser mobilizados no processo de consecução de um espaço arquitetônico. Como diagnosticou Sérgio Ferro, a produção arquitetônica convencional — projetada, legitimada por instâncias públicas e profissionais e inserida no mercado formal — é produção manufatureira: ela depende da habilidade de trabalhadores manuais, mas os põe sob um comando totalizador, atrofiando seu domínio do ofício e tornando impossível a produção independente.

Ferro observa também o quanto uma pressuposta afinidade das atividades humanas inseridas no sistema moderno das artes[8] fez esquecer essas diferenças cruciais, inclusive na teoria estética de Theodor W. Adorno.

> Mesmo Adorno, que valorizou intensamente os conceitos fundamentais de material e de técnica em sua *Teoria Estética*, passa indiferentemente, em seu texto, da música à arquitetura e à pintura: sem questionar suas particularidades produtivas. E, no entanto, sua crítica do tratamento da orquestra por Wagner teria podido levá-lo a uma outra abordagem, em especial da arquitetura.[9]

Ferro se refere ao "Ensaio sobre Wagner", em que Adorno constata, por exemplo, que a organização da orquestra de Wagner segue o princípio do "ocultamento da produção pela aparição [*Erscheinung*] do produto".[10] Não se ouvem os instrumentos individuais, mas sons cuja forma de produção — vários instrumentos em uníssono — se torna misteriosa mesmo a ouvidos instruídos. Esse aspecto pode ser entendido dialeticamente.

8 Cf. KRISTELLER, The modern system of the arts, 1951.

9 FERRO, O 'material' em Le Corbusier, [1997] 2006, p. 241.

10 ADORNO, Versuch über Wagner, [1938] 1986, p. 82.

Perde-se a eloquência da materialidade, o indício sonoro da mão, do sopro, da madeira ou do metal. Perdem-se também a individualidade das vozes e qualquer espontaneidade dos instrumentistas. Além disso, a duplicação dos sons tende ao supérfluo efeito pelo efeito. Porém, ao mesmo tempo, a produção se flexibiliza, pois se emancipa de restrições que a materialidade e as capacidades individuais lhe impõem. Figuras sonoras que nenhum violinista poderia executar com exatidão soam corretamente no coro dos violinos "porque nele desaparecem as deficiências individuais", e os rastros do trabalho vivo são apagados em prol de uma totalidade comandada pelo regente.[11]

Tudo isso seria aplicável com ainda mais pertinência à produção arquitetônica. Que Adorno não o tenha feito provavelmente está menos relacionado à falta de perspicácia do que ao seu pouco interesse pelo tema — arquitetura de qualquer modo é produção de mercadorias num sentido muito mais imediato do que outras artes. Cabe acrescentar que o arquiteto com quem o próprio Schönberg teve maior afinidade e cujos textos Adorno também leu é Adolf Loos, o único dos modernos que combateu com veemência o fetiche de desenho e projeto. O argumento mais célebre e menos compreendido de Loos, que equipara o ornamento a um delito, tem por alvo exatamente esse fetiche. Loos se opõe à prática dos arquitetos da secessão vienense de inventar ornamentos no papel, sem a mínima relação com matéria, espaço e feitio reais. No tom jocoso que lhe é próprio, Loos descreve como o canteiro é dominado pelo desenho.

> E o mestre construtor recebeu um tutor. O mestre só sabia construir casas no estilo de seu tempo. Mas aquele que sabia construir em qualquer estilo passado, aquele desligado de seu tempo, o desarraigado, esse tornou-se o homem dominante: o arquiteto. [...] O mestre não podia se ocupar muito com os livros. O arquiteto tirava tudo deles. [...] Ele aprendeu a desenhar, e como não aprendia outra coisa, desenhava bem. O mestre não sabia fazer isso. [...] O arquiteto fez a arte da construção degenerar em arte gráfica. [...] O melhor desenhista pode ser mau arquiteto, o melhor arquiteto pode ser mau desenhista. [...] É terrível quando um desenho de arquitetura, que, pela forma da apresentação, tem de ser reconhecido como obra de arte gráfica — e de fato há artistas gráficos entre os arquitetos —, é executado em pedra, ferro e vidro. A marca do objeto construído é a entediante com-

11 Ibidem, p. 77.

> posição plana. [...] Não são mais as ferramentas que criam as formas, mas o lápis. Pelo tipo de relevo de uma construção, pelo modo da ornamentação, sabe-se se o arquiteto trabalhou com lápis número 1 ou número 5. E que arraso do gosto o compasso causou! [...] e pedreiros e canteiros suam para entalhar e raspar toda aquela bobagem gráfica.[12]

O alvo das críticas de Loos são os arquitetos europeus da segunda metade do século XIX, mas seus principais argumentos valem igualmente para a arquitetura do Renascimento, que sobrepõe à lógica da construção um repertório formal clássico recriado de ruínas e escritos, ou à arquitetura modernista, que subjugou o canteiro às formas ditas puras e ao cálculo estrutural abstrato, criando contrassensos como a cúpula invertida do Congresso Nacional em Brasília. Loos tematiza essas contradições do ponto de vista de alguém criado no canteiro, no trabalho manual (seu pai era mestre de cantaria). Em algumas passagens, ele até parece intuir que toda a nova arquitetura gira em torno da sedimentação de quantidades cada vez maiores de trabalho, de mais-valor. Mas Loos não chega a discutir as relações de produção na arquitetura nem o papel da tecnologia para as transformações dessas relações.

O que de fato fundamenta a situação criticada por Loos é a passagem do artesanato de cooperação simples ("um grupo de trabalhadores que têm praticamente o mesmo nível, competências muito abertas e muito pouca hierarquia"[13]) para a estrutura manufatureira de produção, que precisa do arquiteto 'emancipado' do canteiro como instância centralizadora. Para as obras de exceção, os monumentos, esse processo tem início já no gótico tardio.

> A iconografia da época registra-o por meio da mudança dos emblemas do arquiteto: no início, o compasso, o esquadro, o nível ou a régua são grandes como os de um contramestre; mais tarde, há apenas o compasso e o esquadro em tamanho reduzido, ferramentas do projeto, sem canteiro de obras. [...] É muito instrutivo acompanhar detalhadamente a passagem da geometria construtiva do grande compasso, arte inaugural dos construtores, tesouro e síntese de seus 'segredos' e competências, para a geometria formal do pequeno compasso, renda de curvas e contracurvas que se comunicam livremente no arabesco gratuito. Um serve para a

12 Loos, Architektur, [1909] 1997, pp. 93–96.

13 Ferro, Sobre 'O canteiro e o desenho', [2003] 2006, p. 330.

> construção que dita formas; o outro, para as formas às quais a construção deve se adaptar. Um parte do fazer para seu resultado; o outro antecipa o resultado obrigando o fazer.[14]

A dominação do canteiro pelo desenho, que a iconografia do arquiteto reflete, não chega a determinar decisivamente a construção comum ou ordinária até meados do século XIX. Apenas então se inicia uma produção em massa de espaços de trabalho e moradia também submetida a um regime manufatureiro e à separação entre o conceber e o executar. Os principais alvos das críticas de Loos são arquiteturas resultantes desse processo.

A partir desse delineamento da situação de produção da arquitetura dominante em nosso contexto social e de sua contraposição à possibilidade de trabalho livre que poderia caracterizar as artes autônomas, retomo a discussão da 'outra produção arquitetônica'. Ela é mais evidente e concentrada nas favelas, mas está presente também em outros espaços marginais aos interesses da chamada indústria da construção (que na realidade deveria se chamar manufatura da construção). Não se trata de romantizar tal produção, como se ela ainda fosse efetivamente livre. Pelo contrário, é evidente que ela se faz menos por opção do que por necessidade; que ela envolve valores de troca e certa lógica de mercado; que muitos de seus materiais, técnicas e padrões não representam alternativas às práticas formais vigentes, mas apenas as imitam; e que o ramo arquitetônico da indústria cultural, com seus automatismos perceptivos e comportamentais, alcança também essas áreas. Mas, por outro lado, há nas favelas um tipo de autonomia de indivíduos e pequenos grupos com relação ao espaço que simplesmente inexiste na cidade formal. Tal autonomia, que nada mais é do que efeito da condição marginal ao sistema econômico, significa que a divisão entre trabalho intelectual e trabalho material predominante na produção formal do espaço não prevalece ali. As pessoas que concebem o espaço são as mesmas que o constroem e, em geral, também as que o usam. Trabalho intelectual de concepção e trabalho manual de execução não estão apartados. A produção não é dirigida pelo lado de fora.

Contrariando as expectativas que tínhamos quando iniciamos a investigação de campo a que me referi no início, essa produção não é nem sequer dirigida imediatamente pelas condições financeiras de

14 Ibidem, p. 331.

aquisição de seus meios. É claro que as pessoas compram o que podem, e isso não é muito. Mas, uma vez adquiridos tais meios (a posse de um pedaço de terra e os materiais de construção convencionais ou improvisados), as equações financeiras parecem perder-se de vista. Das pessoas com quem tivemos contato, ninguém guarda registros do dinheiro gasto ou pensa em racionalizar a construção. Quando há planos ou projetos prévios, são apenas vagas indicações que se configurarão concretamente ao longo do processo. E os (auto)construtores não costumam hesitar em desfazer e refazer o que foi feito, reconfigurar o objeto intencionado ou, enfim, experimentar.

Nesse contexto, quero lembrar muito brevemente um experimento que fizemos com jovens moradores do Aglomerado da Serra e com estudantes do primeiro período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Tratava-se de montar um espaço em escala real a partir de uma espécie de jogo de armar, composto de tubos de PVC, conexões de madeira, tecidos e cordas. Além da limitação quantitativa dos meios e de uma definição bastante vaga de uso (um objeto que criasse espaço de sombra para acomodar os participantes), não havia regras ou imposições externas. Ainda assim, o grupo dos estudantes se pôs primeiro a inventariar todo o repertório de peças e a prefigurar e discutir soluções que levassem a um suposto aproveitamento máximo dos recursos. Já os jovens do Aglomerado simplesmente agiram, criando novas formas à medida que surgiam novas circunstâncias e à medida que dominavam, pela prática, as características concretas dos meios disponíveis.

Entendo que esse experimento indica duas formas de ação que são, por sua vez, relacionadas a duas formas de produção do espaço. O que os estudantes de arquitetura reproduziram é o registro da produção formal, sempre heterônoma. Mesmo sendo eles próprios os executores, tentaram determinar, planejar e prever de antemão os resultados, garantindo que correspondessem a certas 'metas' (coisa que, diga-se de passagem, não aconteceu). O que os jovens do Aglomerado engendraram foi um processo indeterminado, sem comando prévio, ou seja, não estruturado segundo as relações de produção convencionais nos canteiros. Nesse sentido, o processo se aproximou da situação de produção autônoma das artes.

Dos diversos exemplos que colhemos e que demonstram isso em maior ou menor grau, quero mencionar aqui apenas a casa de Francisco (pedreiro e morador do Aglomerado da Serra, que constrói de maneira tão peculiar que sua casa foi capa da revista de arquitetura *Field* em

2007). Ela mostra uma autonomia de canteiro que já não ocorre na produção convencional, e isso é visível, quase que de imediato, no próprio resultado do processo. Contudo, não se trata de uma arquitetura-arte autônoma, porque falta-lhe um aspecto essencial, traduzido na ideia de 'forças produtivas avançadas'. Francisco e outros autoprodutores não dispõem de conhecimentos, materiais e instrumentos elaborados e refletidos. O que eles mobilizam em prol de uma situação particular são os recursos relativamente restritos de uma produção realizada em condições financeiras e técnicas muito difíceis. Ao mesmo tempo, se dispusessem de meios técnicos mais avançados, não operariam no registro em que operam, porque simplesmente esses meios mais avançados são inteiramente forjados para o canteiro heterônomo.

Não tenho a pretensão de indicar aqui qualquer solução para esse impasse. Quero apenas pontuar a unilateralidade da muito difundida opinião de que a autoprodução atual seria apenas e tão somente um mal a extirpar. Certamente cabe combater as condições precárias em que ela se realiza. Mas a forma de ação em si me parece estar mais próxima de uma possibilidade de emancipação da produção do espaço do que a melhor e mais sofisticada das arquiteturas projetadas. Então, talvez fosse mais pertinente imaginarmos alternativas técnicas para uma produção autônoma em lugar de tomar a própria heteronomia do canteiro como condição *sine qua non* de uma arquitetura avançada.

[2010]

Quem tombará a favela?

Silke Kapp

Partindo do sentido ambíguo do verbo *tombar* (derrubar e preservar), este capítulo discute três posturas típicas das administrações públicas com relação às favelas: erradicação, integração e museificação. O texto foi escrito num período em que o turismo de favela se tornava corriqueiro no Rio de Janeiro e obras imensas de urbanização de favelas estavam em curso em Belo Horizonte. Muitos moradores dessas áreas organizavam resistências, por entenderem que as obras também violentavam suas formas de vida e de negociação e produção do espaço. Embora o contexto tenha mudado nesses últimos dez anos, os expedientes de dominação sócio-espacial aqui teorizados ainda ajudam a compreender as situações e os estágios das lutas urbanas.[1]

Aufhebung

Aufhebung é um termo clássico da dialética. Hegel via nele o espírito especulativo da linguagem porque abrange três significados aparentemente excludentes: anular ou negar, conservar ou preservar, e elevar ou integrar. O movimento dialético de superação de uma contradição anula seus termos iniciais, conserva-lhes determinados aspectos e, ao mesmo tempo, eleva-os a outro estágio. Na versão em língua portuguesa da *Fenomenologia do espírito*, Paulo Meneses escolheu traduzir *Aufhebung* por *suprassunção*, o que já se consolidou em parte da literatura filosófica brasileira.[2] Muitos outros autores preferem o termo *suspensão*, pois, além de mais coloquial, guarda do original a ambiguidade de anular, paralisar e elevar.

Não tenho a intenção de contestar nenhuma dessas traduções. Quero apenas sugerir que existe outra possibilidade na língua portuguesa para expressar uma relação dialética, especialmente uma dialética

1 Primeira publicação: Quem tombará a favela?. In: Rodrigo Duarte; Romero Freitas (eds.). *Congresso Internacional Deslocamentos na Arte* [Anais]. Ouro Preto: Associação Brasileira de Estética, 2010, pp. 529–536.

2 HEGEL, *Fenomenologia do espírito*, [1807] 2003.

negativa no sentido de Theodor W. Adorno, isto é, dialética sem síntese.[3] Trata-se do verbo *tombar* ou dos substantivos correlatos, *tombo* e *tombamento*.

Tombar

Tombar significa cair ou fazer cair. Tombar significa também registrar na Torre do Tombo, o arquivo nacional português criado no século XIV. Nesse último caso, equivale a uma forma de preservação, pois na Torre do Tombo guardam-se certidões e chancelarias, bulas e ordenações, diplomas e títulos de propriedade. Finalmente, derivado desse sentido antigo da preservação como arquivamento, há um terceiro significado do termo tombar: a preservação como estratégia de diferenciação de um bem cultural, que se aplica sobretudo a edificações e ambientes urbanos. Além de procurar garantir permanência por meio de um regime jurídico especial de propriedade, o tombamento costuma ter o efeito de elevar o chamado bem cultural à categoria de atração turística oficialmente reconhecida e veiculada como vitrine de uma localidade.

Muitas ações de tombamento têm, assim, o efeito paradoxal de anular justamente aquilo que pretendem preservar. O tombamento e a chamada revitalização do Pelourinho em Salvador fizeram de um local de moradia da população pobre uma mistura de museu e shopping center a céu aberto, que poderia estar em qualquer centro urbano ou até mesmo num parque da Disney. De modo análogo, o tombamento da cidade mineira de Tiradentes levou para a periferia muitos moradores antigos, cujas casas foram ocupadas por lojas, restaurantes, pousadas e refúgios de fim de semana. O lugar se presta a cenário de filmes de época e festivais de diversos tipos, mas os beneficiados por essas ações são antes os promotores externos do que os habitantes da cidade. O tombamento no sentido da patrimonialização é dialético, pois também "petrifica a cidade"; o que se chama revitalização é uma forma de morte.[4]

Tombar a favela I: erradicação

À primeira vista, os centros históricos patrimonializados e as favelas são os extremos opostos da cidade contemporânea. De um lado, turistas,

3 ADORNO, *Dialética negativa*, [1966] 2009.

4 JEUDY, *Espelho das cidades*, [2001–2003] 2005.

reconhecidas obras de arte e uma imagem urbana que circula pelo mundo; do outro, regiões que até há poucos anos se tentava esconder ou apagar. Engels registra isso em relação a Londres já no século XIX.[5] Em 1927, o *Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro*[6] inclui a remoção das favelas, enquanto, no mesmo ano, a revista *A Casa* sublinha que "o estrangeiro que nos visita não pode ter senão péssima impressão ao deparar, em pleno centro urbano, com infectos casebres, amontoados sobre os morros".[7] Setenta anos depois, em 1996, quando Michael Jackson filmou cenas de um videoclipe no Morro Dona Marta, as autoridades municipais protestaram porque ele estaria difamando a imagem da cidade.[8]

A estratégia clássica em relação a essas ocupações informais de áreas urbanas é a erradicação, raramente acompanhada de uma política de reassentamento, muito menos de respeito ao intelecto, à vida cotidiana, às espacialidades ou aos laços sociais dos moradores. Nos anos 1920, cogitava-se, no máximo, a construção de "pequenas casas higiênicas para abrigar a enorme massa popular que está sendo deslocada desses morros".[9] Mais tarde veio a remoção massiva para conjuntos habitacionais ou loteamentos distantes, como, por exemplo, pela atuação da CHISAM, órgão criado em 1968 no âmbito do BNH com a incumbência de erradicar *todas* as favelas do Rio de Janeiro até 1976 e que de fato chegou a remover um terço de seus moradores.[10]

Resistências à política de remoções surgiram já na década de 1940, inicialmente com ações lideradas pela Igreja Católica (Cruzada São Sebastião e Fundação Leão XIII), depois com a mobilização de associações de moradores[11] e o apoio da Companhia de Desenvolvimento de

5 Cf. ENGELS, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, [1845] 2010, cap. As grandes cidades.

6 O plano, de autoria do urbanista francês Alfred Agache, é mais conhecido como Plano Agache.

7 Editorial "As Favellas vão desapparecer" (*A Casa,* n. 44, 1927, p. 17).

8 FREIRE-MEDEIROS, *A construção da favela carioca como destino turístico*, 2006.

9 Editorial "As Favellas vão desapparecer" (*A Casa,* n. 44, 1927, p. 17).

10 Trata-se da Coordenadoria da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), que removeu 62 favelas (176 mil pessoas). Observe-se que a lei federal 4.389/1964, inclui entre seus objetivos a "construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas".

11 Essas associações foram apoiadas, a partir de 1953, pelo Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiências (SERFHA). Em 1963, foi fundada a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). "Com a criação da CHISAM [1968], a FAFEG, que já contava com 100 favelas associadas,

Comunidades (CODESCO). Mas, de qualquer forma, esse tipo de iniciativa foi antes exceção do que regra. Até as urbanizações de favelas realizadas pela CODESCO na contramão do governo militar, ironicamente, utilizaram recursos destinados à remoção.[12]

Mesmo assim é evidente que as políticas de remoção nunca anularam a favela da maneira que pretendiam ou declaravam pretender. Entre 1973 e 1987, a população favelada de São Paulo se multiplicou por dez.[13] Na realidade, essa população sempre foi indispensável para a sustentação da mesma estrutura político-econômica empenhada em sua remoção. O discurso da 'moradia digna' é certamente um argumento hipócrita a serviço do controle social, mas, para além disso, também revela suas próprias contradições: seja qual for o entendimento da dignidade em questão, é impossível que todos a tenham da mesma maneira sem que as condições estruturais que geram a sua falta sejam, elas mesmas, transformadas.

Tombar a favela II: integração

As políticas em relação às favelas se modificaram a partir do início da década de 1980, quando a remoção foi descartada em favor da urbanização, e programas antes considerados alternativos se tornaram centrais, inicialmente em nível municipal e, mais tarde, também em nível federal. Não quero entrar nos meandros dessas políticas, mas apenas apontar algumas constatações feitas a partir das obras do Programa Vila Viva em Belo Horizonte (no Aglomerado da Serra e no Morro das Pedras), que acredito não serem exclusivas desse caso.

A nova abordagem tenta integrar áreas de favela aos sistemas técnico e jurídico formais, redistribuindo parte do excedente urbano. Mas justamente essa integração me parece problemática: ela neutraliza um

reuniu-se em congresso, onde decidiu opor-se vigorosamente à política governamental de erradicação. Anunciada a primeira remoção a ser realizada pela CHISAM, [...] a FAFEG imediatamente se mobilizou para impedir essa ação. Os líderes da FAFEG foram presos imediatamente, mantidos incomunicáveis por vários dias, e muitos acabaram desaparecendo. Todos os protestos da FAFEG cessaram a partir disso" (BLANCO JUNIOR, *As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990*, 2006, pp. 27–28).

12 Trata-se da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), criada em 1968 por iniciativa do jornalista Silvio Ferraz, que utilizou recursos da United States Agency for International Development (USAID).

13 BLANCO JUNIOR, *As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990*, 2006, p. 35.

potencial de emancipação e, mesmo de um ponto de vista pragmático ou utilitarista, não é necessariamente benéfica para a população.

Quanto à integração ao sistema jurídico ou, mais especificamente, ao regime de propriedade privada da terra, a situação é mais evidente: a regularização fundiária deve garantir o direito de permanência e posse, incluir a favela nos serviços municipais, facilitar o acesso ao crédito etc.[14] Mas, como não se trata de uma real reforma urbana (apenas do reconhecimento formal de um uso já consolidado), a regularização também inflaciona o mercado de terras, não só no local da intervenção como em outras favelas ou loteamentos periféricos. Boa parte da população passa a viver em condições mais precárias do que antes. Em Belo Horizonte, ainda hoje [2010] existem beneficiários do primeiro programa de regularização (o PROFAVELA da década de 1980) que nunca foram ao cartório buscar seus títulos, porque não veem nenhum sentido '*naquele papelzinho*'.

Quanto à integração da favela ao sistema técnico dominante, que é também um sistema político, cabe lembrar a constatação de Milton Santos: ao entrar num novo território, esse sistema invariavelmente rebaixa a uma posição de impotência os processos mais antigos ou menos sistematizados e as pessoas que os utilizam.[15] A urbanização nos moldes da cidade formal, com regras generalistas, submissão a instâncias de regulação centralizadoras, vias que privilegiam carros, imensas obras de terraplenagem, áreas exclusivamente habitacionais, parques cercados e até interditados a qualquer tipo de uso, pequenos apartamentos sem possibilidade de alteração ou ampliação, e até praças sem bancos, destinadas apenas ao chamado lazer ativo e nunca ao ócio ou à simples reunião não controlada das pessoas — tudo isso atropela as dinâmicas sócio-espaciais criadas e sedimentadas ali. A relativa autodeterminação dos moradores na produção do seu espaço cotidiano é anulada de uma maneira que pouco fica a dever às remoções. Não se trata apenas de elevar a favela a um patamar (tecnicamente) mais avançado, mas também de extinguir outras possibilidades de organização social. Ou seja, a integração é uma forma de dominação.

14 Nas políticas públicas dos municípios brasileiros, existem duas tradições diversas nesse sentido, ambas provenientes da década de 1980. A primeira, inaugurada pelo programa PROFAVELA de Belo Horizonte, preconiza a propriedade privada plena. A segunda, inaugurada pelo programa PREZEIS de Recife, preconiza o direito de moradia, recorrendo a formas de propriedade coletiva das áreas regularizadas.

15 SANTOS, *Por uma outra globalização*, [2000] 2008, pp. 25–26.

Parênteses: táticas versus estratégias

Esse embate entre um sistema técnico-político dominante e os processos mais antigos de lidar com a natureza e com as pessoas não é discutido publicamente com frequência, nem mesmo em instâncias ditas participativas, como os conselhos municipais. A publicidade em torno das urbanizações, sempre de dignificação, democratização e desenvolvimento, é veiculada de modo tão massivo e gera um capital político tão relevante que qualquer crítica se torna suspeita. Recentemente fui acusada, no Conselho Municipal de Belo Horizonte, de estar fazendo 'apologia do beco', ao defender as vias de pequena escala, com comércio e serviços locais, nas quais os pedestres predominam e os motoristas precisam pedir licença para passar.

Apesar dessas suspeitas de reacionarismo, cabe tentar ver a situação para além do mito do desenvolvimento e a partir da interação direta com as pessoas atingidas. Lembro outra constatação de Milton Santos: a aldeia global não é aldeia, porque "na aldeia, o testemunho das pessoas que veiculam o que aconteceu pode ser cotejado com o testemunho do vizinho";[16] não o recebemos apenas pela mediação homogeneizadora das agências de notícias. Mas a tentativa de, por assim dizer, ouvir os vizinhos significa um embate entre táticas e estratégias, no sentido que Michel de Certeau dá a esses termos.

A estratégia, diz Certeau, é ação do forte, a razão instrumentalizada que opera no registro da previsibilidade e do domínio abstrato de tempo e espaço. Sua posição é exterior aos acontecimentos, e seu conhecimento tende a abranger a totalidade. A tática, pelo contrário, é a ação do fraco, que tem por pressuposto a imprevisibilidade, se aproveita daquilo que as contingências oferecem e não produz discursos de legitimação. Ela é, enfim, uma espécie de procedimento estético: mobiliza o que pode por um evento singular e escapa à ordem do conceito.

Num ensaio de 1929 intitulado "Die Angst des Ingenieurs" (O medo do engenheiro), Ernst Bloch estabelece um contraponto semelhante, comparando a cidade pré-capitalista do improviso à cidade capitalista da ilusão de domínio absoluto da natureza. Para a primeira, seu exemplo é Nápoles, onde as pessoas ainda se aprazem com o rumo que as coisas tomam por si mesmas:

16 Ibidem, p. 40.

> Nas montanhas acima de Nápoles estourou uma canalização. Bem ao lado há um par de trilhos inteiramente inúteis, rudimento de uma cremalheira falida. Mas, então, numa natureza não irritada, surge algo de positivo da multiplicação dos dois negativos: há anos a água da canalização estourada escorre pelos trilhos, que a conduzem pela encosta e, lá embaixo, num bairro árido, as águas defeituosas chegam à rua formando uma ducha.[17]

Já as cidades técnicas como Nova York, diz Bloch, estão cada vez mais ameaçadas pela natureza que combatem todo o tempo. E seus artifícios as tornam vulneráveis não apenas às forças naturais ou ao acaso, mas sobretudo à complexidade de suas próprias engrenagens. O engenheiro não é um pioneiro, não quer se arriscar, trabalha com uma natureza dominada por leis "analiticamente extraídas e racionalmente recombinadas" sem nenhuma "correspondência simpática entre as qualidades das coisas".[18]

Esse ideal do controle absoluto, tematizado no engenheiro de Bloch e concretizado nos parques da Disney, também parece estar na origem da ansiedade em relação às áreas de favela — aquela ansiedade que inicialmente promove sua remoção e depois quer sua integração aos sistemas da cidade formal.

Tombar a favela III: embalsamento

Lícia Valladares explicita que os discursos — acadêmicos, políticos, midiáticos — sobre a favela são dominados por três dogmas: o de que ela seria essencialmente peculiar, distinta do resto da cidade; o de que seria o território dos pobres por excelência; e o de que haveria *a favela*, e não *as favelas*, isto é, que as favelas seriam sempre semelhantes entre si e distintas do resto do mundo. Contra esses dogmas, ela mostra que as favelas não coincidem com os setores censitários mais precários em equipamentos urbanos, propriedade formal da terra, escolaridade ou mesmo renda, e que há diferenças imensas entre uma favela e outra ou até dentro da mesma favela.[19] Sua interpretação é que os dogmas persistem ainda assim porque são vantajosos para determinados grupos de atores sociais que intervêm nas favelas: os poderes públicos, as

17 BLOCH, Die Angst des Ingenieurs, [1929] 1985, p. 350.

18 Ibidem, p. 355.

19 VALLADARES, Favela.com, 2004, p. 128.

organizações não governamentais e as associações de moradores; "cada um desses grupos [tem] o seu próprio interesse em defender a especificidade da favela [e] fazer dela um universo homogêneo".[20] Podemos acrescentar que esses atores são justamente aqueles que transitam nas instâncias políticas dominadas pela lógica da estratégia. As próprias associações de moradores, na figura de suas lideranças, utilizam tais representações para fortalecer seus pleitos.

Nessa mesma tendência de homogeneização do imaginário me parece estar também um movimento mais recente de patrimonialização. A favela se tornou um emblema, uma marca, uma atração turística urbana que incorpora, ao mesmo tempo, as noções de violência e de solidariedade autêntica.

> Hoje, como antes, a curiosidade pelas favelas é alimentada em grande parte pela percepção corrente que se tem delas como áreas concentradoras de pobreza, de miséria, à margem dos regulamentos da cidade formal, desprovidas de acesso a serviços básicos, o que se reflete nas construções e nas formas de apropriação do espaço, constituindo universos cultural e socialmente singulares, excepcionais, exóticos. A própria violência, hoje representada principalmente pelo tráfico de drogas, reforça as imagens desse quadro em que as favelas aparecem como um mundo à parte, perigoso, misterioso e por isso mesmo fascinante.[21]

As favelas da zona sul do Rio de Janeiro começaram a oferecer visitas guiadas por ocasião da ECO-92 e hoje estão inseridas no circuito internacional dos *reality tours*. Bianca Freire-Medeiros investigou esses *tours* numa detalhada pesquisa de campo, constatando sua relativa variedade como produtos turísticos: alguns com enfoque mais ecológico e de interação com 'a comunidade'; outros mais voltados para a história do lugar; ainda outros mais sensacionalistas. Contudo, é fato que os passeios são quase sempre gerenciados por empresas ou organizações não governamentais externas e que seus lucros não retornam para a própria favela. Até a Prefeitura do Rio de Janeiro já se apropriou desse novo produto, implantando, em 2005, o Museu a Céu Aberto do Morro da Providência, que consiste num *tour* fisicamente ordenado por placas, marcos e pelo tombamento de algumas edificações.

20 Ibidem, p. 129.

21 GRYNSZPAN & PANDOLFI, Memórias de favelas, em favelas, 2007, p. 87.

> [...] o museu corre justamente o risco de promover a favela, sua paisagem, arquitetura, objetos e moradores, não tanto como entidades complexas no presente, mas como significantes de eventos passados. O projeto prevê o 'congelamento' de barracos de madeira, vielas e becos, o que na prática significará a desapropriação de algumas casas e a compra de parte de seu mobiliário para que o turista saiba como é uma 'moradia típica da favela'.[22]

Nesse caso, não houve participação nenhuma da população nas decisões. Muitos moradores parecem nem sequer compreender muito bem o que é o Museu a Céu Aberto. Além disso, a institucionalização lhes tirou a possibilidade de mostrar aos turistas ou, de modo mais geral, a quem vem de fora, o avesso do discurso da prefeitura — impossível denunciar algo que está 'patrimonializado'. Em outras palavras, o tombamento no sentido do embalsamento cultural é uma terceira forma de dominação, ao lado da remoção e da integração.

Um discurso tático

Justo o slogan "Favela patrimônio da cidade" vem sendo utilizado também por associações de moradores com o intuito de combater a heteronomia das intervenções de urbanização e defender seu modo peculiar de negociação e produção do espaço. "Favela patrimônio da cidade" é o título de um manifesto apoiado por diversas favelas de Belo Horizonte e liderado pelos moradores da Vila das Antenas, no Aglomerado Morro das Pedras, na tentativa de resistir à execução dos projetos do Programa Vila Viva, em especial à abertura de vias que mais favorecem outras porções do tecido urbano do que a *vila* propriamente dita. O pleito, a meu ver legítimo, é pelo direito de permanência das pessoas no local e por respeito às suas práticas cotidianas. Ainda que não descarte melhorias na área, o movimento reivindica a manutenção da favela como ela é, sem descaracterizá-la ou fragmentá-la e sem que a "favela vire bairro".

Diante do que a patrimonialização tem significado para as porções formais das cidades, isto é, uma espécie de petrificação, parece contraditório que esses movimentos de resistência usem a noção de patrimônio. A questão é se haveria outra forma de discurso capaz de fazer frente à violência das intervenções estratégicas sem repetir seus

22 FREIRE-MEDEIROS, Favela como patrimônio da cidade?, 2006, p. 54.

conceitos. Se a tática não produz discursos de legitimação, porque não precisa deles para agir, haveria um discurso tático-político?

Walter Benjamin constatou há muito tempo que a estetização do político deveria ser combatida com a politização da arte, que podemos compreender em analogia à politização do tático. Mas o que isso pode significar exatamente? O discurso que adquire voz política não é necessariamente alinhado à linguagem dominante? Há uma forma de dar voz à ação do fraco no fórum dos fortes?

Se houver, certamente não se trata de um discurso que tenha fundamentação e consistência lógica, porque a própria tática não as tem. Sua lógica é como que onírica (o que, aliás, Adorno também diz da lógica das obras de arte): as coisas se concatenam, têm certo nexo, mas tudo poderia ser diferente. Ao mesmo tempo, um discurso tático faz uso das contingências ou daquilo que está à mão. O fato de ele usar um conceito-slogan como 'patrimônio' não significa, de modo nenhum, sua adesão consistente a tudo o que esse conceito implica, nem mesmo significa uma crítica no sentido estrito do discernimento. Ela significa apenas obtenção de determinado efeito aqui e agora. Se o efeito desejado for outro, o argumento, o conceito, o slogan serão outros. Em suma, o discurso tático-político parece ter apenas duas opções: ou ele se cala, porque a ordem do conceito não é a sua, ou então ele usa os conceitos de outros discursos, sobretudo os estratégicos, numa operação de bricolagem. Ele é, enfim, sofista. E, da mesma maneira que a tecnociência tenta extinguir a ação tática, a tarefa histórica da filosofia ocidental foi o combate desse discurso.

[2012]

Quem mora nas favelas?

Silke Kapp | Margarete de Araújo Silva (Leta)

Escrito num momento em que a economia brasileira crescia e a mídia celebrava a 'nova classe média', este capítulo traz uma análise detalhada das posições e situações de classe de moradores de favelas. Ele começa recapitulando a crítica de Lícia Valladares acerca de representações que ignoram a diversidade, a heterogeneidade e a pujança econômica das favelas. Sem deixar de acatar essa crítica, recorre então a pesquisas de Jessé Souza para questionar um pressuposto tácito da abordagem de Valladares: a identificação relativamente direta entre nível de consumo e ascensão na hierarquia social. Hoje, depois do golpe de 2016, da eleição de um genocida e do colapso econômico, tais ressalvas parecem confirmadas: o incremento de renda — sem mudança das relações de (re)produção — esvaneceu, enquanto as desigualdades aumentaram.[1]

As representações da favela

Pelo menos desde os sofistas gregos, sabemos que representações mentais e discursivas não são reflexos diretos dos 'fatos do mundo', mas que, pelo contrário, a realidade pode ser compreendida e interpretada de muitas maneiras. A razão dessa multiplicidade não está apenas na diversidade das opiniões individuais e nas suas mudanças ao longo do tempo. Mais importante é que as formas de ver a realidade são, elas mesmas, construções históricas e sociais, que filtram e moldam o que percebemos como 'real'. Vemos na realidade o que fomos preparados para ver, e essa forma de ver determina nossas ações que, por sua vez, transformam a realidade.

Tal dialética entre o mundo e as ideias socialmente construídas a seu respeito também abrange, evidentemente, as representações que uma sociedade tem de sua própria estrutura de classes, de seus espaços urbanos e da relação entre uma coisa e outra. Lícia Valladares discute a

1 Primeira publicação: Quem mora nas favelas?. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis*, v. 3, n. 9, 2012, pp. 28–35.

favela carioca justamente nessa perspectiva.[2] Em lugar de tomá-la como 'fato', a socióloga investiga o processo histórico-social de construção de suas representações, desde as origens até os efeitos e dogmas atuais. Tais trabalhos são valiosos, entre muitas razões, por evidenciarem que grande parte das pesquisas acadêmicas e das políticas públicas sobre os territórios das favelas opera a partir de *pré-conceitos*, isto é, conceitos não examinados nem refletidos criticamente. Assim, o imaginário dos chamados formadores de opinião (que, via de regra, pertencem às classes médias e, como o próprio nome diz, formam também as opiniões ou o imaginário da maior parte da população para além dessas classes) reproduz interesses de grupos socialmente dominantes, tendo ou não consciência disso. Elucidando a sua gênese, Valladares desmonta esses estereótipos que filtram e moldam a realidade que denominamos favela.

Embora a autora tenha o cuidado de limitar suas conclusões às favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro — o espaço geográfico que define os temas de sua pesquisa documental e onde realizou décadas de pesquisas de campo —, elas são aplicáveis às representações sociais das favelas em muitas outras metrópoles brasileiras, cujas pesquisas e políticas públicas frequentemente tomaram o Rio de Janeiro por modelo. Além disso, as favelas cariocas têm estado em primeiro plano nos organismos internacionais pertinentes, de modo que representações geradas a partir delas se tornaram relevantes num território bem mais amplo.

São três os dogmas acerca da favela que, segundo Valladares, funcionam como pressupostos tácitos da enorme maioria das pesquisas, publicações e políticas. O primeiro é o da especificidade: "Por sua história particular e seu modo de crescimento diferente dos demais bairros, a favela tem sido considerada, desde sempre, um espaço absolutamente específico e singular".[3] Conforme a perspectiva, tal especificidade pode consistir na irregularidade do traçado urbano, na condição jurídica, na precariedade de equipamentos, na baixa qualidade da urbanização, na autenticidade estética e cultural, no caráter exótico, na trajetória de vida dos habitantes e assim por diante, partindo-se sempre da contraposição entre favela e não favela como categorias básicas e significativas em si mesmas. Valladares contesta essa pressuposição

2 VALLADARES, Favela.com, 2004; VALLADARES; *A invenção da favela*, 2005; PRETECEILLE & VALLADARES, Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca, 2000.

3 VALLADARES, *A invenção da favela*, 2005, p. 149.

de especificidade, evidenciando que qualquer uma das características tidas por específicas da favela pode ser encontrada em outros territórios, não denominados favelas.

Outro dogma é o da homogeneidade, isto é, a ideia de que o universo plural das favelas possa ser reduzido a uma categoria única, tornada arquetípica: *a favela*, no singular. Negam-se, com isso, inúmeras diferenças entre favelas distintas, assim como diferenças no interior de uma mesma favela, como se quaisquer conclusões acerca de certa porção desses territórios fossem naturalmente aplicáveis a quaisquer outras.

A combinação dos dois dogmas — especificidade e homogeneidade — significa que, no imaginário de pesquisadores, políticos, administradores públicos, jornalistas etc., a diferença entre favela e não favela é sempre maior e mais relevante do que diferenças entre uma favela e outra, e, inversamente, que a semelhança entre duas favelas é sempre maior e mais relevante do que semelhanças entre uma favela e uma não favela. Em contraposição a essa percepção, Valladares, em coautoria com Preteceille, retrabalhou os dados do Censo de 1991, demonstrando que há enormes discrepâncias de renda, educação, acesso a serviços, implantação e ocupação entre favelas, ao passo que muitas delas se assemelham ao seu entorno urbano nesses mesmos aspectos.[4] Numa análise do "nível das infraestruturas urbanas", por exemplo, os autores concluem que é falsa a suposição de que as favelas seriam "o espaço predominante da moradia precária ou sem infraestrutura", e que se caracterizariam homogeneamente nesse sentido.[5]

O último dogma, que é o que mais nos interessa aqui, é o da pobreza. Valladares questiona a representação das favelas como "o território urbano dos pobres" por excelência, regido por dinâmicas econômicas, leis e códigos próprios, distintos do restante da cidade.[6] Assim representadas, as favelas não apenas atraem os estudiosos e as políticas públicas focados na pobreza urbana, como também são automaticamente

4 PRETECEILLE & VALLADARES, Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca, 2000.

5 Ibidem, p. 380. A partir de uma tipologia de setores censitários, considerando a porcentagem de domicílios atendida por saneamento básico e algumas características dos próprios domicílios, os autores mostram que 27% dos setores censitários em favelas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro pertencem aos três tipos mais bem urbanizados, enquanto 74% dos setores censitários que se enquadram nos três piores tipos não são favelas (para obter essas porcentagens, somamos os dados relativos aos tipos URB 1–3 e URB 4–6, [ibidem, p. 384, quadro 3]).

6 VALLADARES, *A invenção da favela*, 2005, p. 151.

associadas aos problemas sociais urbanos: "reafirma-se a pobreza engendrando a pobreza, e a pobreza engendrando problemas".[7] As pesquisas quantitativas e qualitativas de Valladares demonstram, pelo contrário, que já não cabe a vinculação naturalizada da favela com o pobre e da não favela com o não pobre.

> Em média, as favelas correspondem às áreas mais pobres, porém não uniformemente. Não são, porém as únicas aglomerações do Rio de Janeiro com essas características. Nem reúnem a maioria dos pobres, nem os espaços mais carentes. E muito menos se pode dizer que nelas só moram pobres. Elas também abrigam categorias populares modestas, mas não miseráveis, além de categorias médias, revelando uma estrutura social diversificada e, sem dúvida alguma, processos de mobilidade social consideráveis.[8]

Para Valladares, a visão fundada nos três dogmas delineados acima em nada contribui para "uma verdadeira renovação dos trabalhos realizados não apenas sobre as favelas, mas, também, sobre a pobreza, a segregação urbana e as consequências da urbanização".[9] Tal visão se coaduna com políticas públicas generalistas, concebidas de cima para baixo e sem nenhuma preocupação em potencializar qualidades ou superar deficiências específicas, seja em relação ao sítio natural, ao espaço construído, à população ou à inserção na cidade. Além disso, associações e organizações não governamentais também têm se beneficiado da visão dogmática e redutora, uma vez que ela lhes fornece a 'bandeira' que, em meio a tantas carências sociais concorrentes, facilita o engajamento e a conquista de recursos.

Toda essa argumentação de Valladares é pertinente, contundente e necessária para que haja algum avanço nas pesquisas e ações públicas sobre as favelas. A crítica das representações sociais naturalizadas, pela qual a autora vem pleiteando há mais de uma década, é, de fato, essencial.

O abecedário das classes

No entanto, subjaz a essa discussão dos dogmas outra representação, tão decisiva e tão pouco questionada quanto a 'da favela', à qual também

7 Ibidem, p. 151.

8 VALLADARES, Favela.com, 2004, p. 132.

9 VALLADARES, *A invenção da favela*, 2005, p. 162.

Valladares adere sem críticas. Trata-se da representação da estrutura de classes sociais no Brasil, centrada no aspecto econômico, mensurável pela renda, eventualmente associada à educação e sempre refletida no consumo. Definem-se, assim, as chamadas classes A, B, C, D, E, tais como aparecem na metodologia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e são utilizadas em todo tipo de publicações, sobretudo na grande mídia. (Para uma indicação do eufemismo dessa matriz economicista, basta ver o título de uma publicação recente da FGV: *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*.[10])

Valladares não utiliza esses termos (classes A, B, C, D, E), mas sua constatação da presença de "categorias médias" nas favelas cariocas também deriva de dados predominantemente econômicos. No supramencionado estudo quantitativo, essa chave de leitura fica mais evidente. Preteceille e Valladares baseiam sua análise do pertencimento de classe dos moradores da favela nos dados sobre renda e anos de estudo, retirados dos questionários do IBGE. Entre outras coisas, concluem que "as variáveis renda e educação não deixam transparecer a especificidade das favelas", e que existe uma relativa variedade de classes dentro das próprias favelas, incluindo as categorias médias.[11]

É essa a conclusão que ecoa nos trabalhos subsequentes de Valladares:[12] o uso massivo de cartões de crédito, a oferta de serviços por profissionais liberais, o consumo de eletrodomésticos modernos, o acesso às tecnologias digitais e o turismo nas favelas cariocas (em particular, na favela da Rocinha) — tudo isso atestaria "o poder de compra da população local, mostrando ali a existência de um grande mercado, a importância do mundo dos negócios e sua inserção no mercado de consumo brasileiro e internacional".[13] Eis porque a autora pode supor, como citado acima, "processos de mobilidade social consideráveis".

Problemática nessa ideia da "mobilidade social considerável" é a relação direta que se estabelece entre mobilidade e consumo. Por um lado, o aumento do consumo não significa necessariamente uma mudança na posição de classe de um indivíduo ou grupo, já que pode se tratar simplesmente de um aumento de consumo que perpassa todas

10 NERI, *Nova classe média: o lado brilhante dos pobres*, 2010.

11 PRETECEILLE & VALLADARES, Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca, 2000, p. 377.

12 VALLADARES, Favela.com, 2004; *A invenção da favela*, 2005.

13 VALLADARES, Favela.com, 2004, p. 123.

as classes de modo mais ou menos simétrico. (Eis de fato o argumento neoliberal: se o nível de consumo dos pobres aumenta, qual é o problema de a riqueza dos ricos também aumentar?) Por outro lado — e esse é, sem dúvida, o aspecto mais importante —, o nexo direto entre consumo e mobilidade social põe o critério dos recursos econômicos como principal definidor da estrutura de classes, deixando em segundo plano recursos (ou capitais, no sentido de Bourdieu) culturais, sociais e políticos. Mas se, na ordem do crescimento econômico brasileiro recente, os pobres são bem-vindos como mão de obra (de preferência qualificada nos moldes do capitalismo flexível), como consumidores (inclusive de serviços de educação, como os muitos cursos universitários) e até mesmo como produtores de cultura popular (do carnaval a programas de TV), não são bem-vindos como agentes políticos de peso, como transformadores da cultura dominante ou como partícipes das prestigiosas redes de pertencimento pessoal.

Pelo contrário, o poder político das classes mais pobres é hoje menor do que em décadas anteriores, porque a participação popular tornada compulsória em todas as instâncias de planejamento e gestão institucionalizou o engajamento a ponto de anulá-lo. Na prática, a vulnerabilidade dessas classes não se modificou substancialmente. Para aqueles que só ascendem socialmente no papel de trabalhadores e consumidores, a próxima crise econômica pode significar a perda de todas as supostas conquistas e até uma situação ainda mais frágil do que antes, já que a adesão aos diversos sistemas de consumo (do sistema sanitário ao de telefonia móvel, do sistema de ensino ao de crédito) tende a fazer desaparecer conhecimentos que outrora propiciavam certa autonomia (relativa, modesta, a nunca ser superestimada). Assim, também a popularização dos cartões de crédito não significa necessariamente a conquista de mais recursos e mais liberdades individuais. Pelo contrário, ela pode ser entendida como "a grande alavanca moderna para extração de riqueza pelo capital financeiro do resto da população".[14] Ivan Illich se indignou muitas vezes com a identificação entre o desenvolvimento e a criação dessas novas dependências, isto é, a anulação política. A verdadeira miséria não é a falta de dinheiro, mas a falta de dinheiro numa situação em que não se pode fazer nada sem dinheiro.[15] Essa impotência, de caráter cultural, combinada à "pobreza

14 HARVEY, *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, [2010] 2011, p. 198.

15 ILLICH, *A convivencialidade*, [1973] 1976.

política",[16] perpetua a condição de classes dominadas na estrutura social. Por tudo isso, o abecedário das classes mais oculta do que evidencia desigualdades estruturais.

Uma leitura a contrapelo dos dados quantitativos

Tais desigualdades estruturais foram mais bem analisadas nas pesquisas coordenadas pelo também sociólogo Jessé Souza, em especial nos livros *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009) e *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2010). Eles não estão focados nos espaços das favelas — aliás, dão até menos importância à dimensão espacial da estrutura social do que, na nossa opinião, lhe seria devida. Mas, ainda assim, considerar a discussão ali desenvolvida nos parece essencial a uma análise de quem são os moradores das favelas e em que medida eles têm experimentado uma mobilidade social rumo à classe média.

> O primeiro ponto fundamental é se afastar de uma definição econômica das classes sociais. Não é a renda que define o pertencimento a uma classe, como pensam o senso comum e as concepções 'científicas' baseadas nos preconceitos do senso comum. Ao contrário, a renda é mero efeito de fatores não econômicos — ainda que condicionados por uma condição socioeconômica particular — aprendidos em tenra idade. O que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as classes sociais se produzem e se reproduzem, antes de tudo, 'afetivamente' por herança familiar.[17]

Jessé Souza entende o pertencimento de classe numa matriz muito semelhante à de Pierre Bourdieu, baseada não (apenas) na disponibilidade de recursos econômicos, mas num conjunto mais complexo de recursos (capitais) e disposições incorporadas (*habitus*) que se reforçam e se mantêm mutuamente. O acesso a esses recursos e disposições se dá, antes de tudo, pelo contexto afetivo e disciplinar em que o indivíduo se forma e que o leva a perceber como naturais e universais certos comportamentos e valores que, na realidade, são aprendidos no processo de socialização. As crianças das classes média e alta tendem a adquirir

16 Demo, *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*, 2006.

17 Souza, *A ralé brasileira: quem é e como vive*, 2009, p. 404.

capacidade de concentração, sensibilidade, pensamento prospectivo, autocontrole, persistência ou responsabilidade pessoal "de modo invisível, cada dia um pouquinho [...], não apenas como uma violência de fora para dentro, mas também como 'atos de amor cotidianos'".[18] Isso significa que há uma "identificação afetiva" desses indivíduos com aquelas mesmas características que definem o sucesso, isto é, a perpetuação de uma posição social privilegiada. A constituição de um *habitus* dessa espécie é, ao mesmo tempo, efeito do acesso (pelos pais ou equivalentes) a capitais diversos e condição indispensável à continuidade desse acesso (pela geração seguinte). Assim, não há classe dominante que seja dominante apenas em razão da sua renda, tampouco o indivíduo que enriquece repentinamente consegue assumir uma posição dominante duradoura; o clássico ganhador de loteria que logo volta a ser pobre é caricatura dessa condição. O que define as relações de dominação e subordinação é, em vez disso, o conjunto de capitais de diferentes tipos (econômico, cultural e social) que sustentam um ao outro e são, até certo ponto, intercambiáveis. Em suma, o simples aumento da renda não deveria ser chamado de mobilidade social porque não move o indivíduo de sua posição de dominado.

As pesquisas empíricas de Souza têm um caráter essencialmente qualitativo, mas dá-lhes suporte uma reconstrução da classificação socioeconômica a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD, 2006), elaborada por José Alcides Figueiredo Santos. Suas categorias fundam-se na organização social do trabalho e na mensuração da desigualdade, não pelos resultados que um indivíduo obtém, mas pelos fatores determinantes desses resultados, isto é, pelo "tecido de relações sociais e [pelos] vínculos das pessoas com o sistema social de produção e distribuição".[19]

> Os efeitos das relações de classe na vida dos indivíduos são sintetizados por proposições específicas que consideram que aquilo que a pessoa tem [ativos produtivos] determina o que a pessoa obtém [bem-estar material] e condiciona o que ela necessita fazer para conseguir o que obtém [oportunidades, dilemas, opções].[20]

18 Ibidem, p. 405.

19 SANTOS, Posições de classe destituídas no Brasil, 2009, p. 463.

20 Ibidem, p. 464; cf. SANTOS, Uma classificação socioeconômica para o Brasil, 2005, p. 28.

O resultado dessa abordagem é a identificação de um "conjunto de posições de classe destituídas" que totaliza mais de quarenta por cento dos indivíduos no Brasil e integra trabalhadores elementares e empregados domésticos, autônomos precários, produtores agrícolas precários, trabalhadores de subsistência e trabalhadores excedentes.[21] Essa porcentagem expressiva costuma desaparecer nas categorizações convencionais, pois elas deixam de considerar as relações de propriedade e emprego que determinam o acesso diferenciado aos recursos sociais e às oportunidades, isto é, a "distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos relevantes".[22] Falta-lhes:

> [o] reconhecimento de que as instituições econômicas estão incorporadas nas práticas sociais e culturais e vice-versa. Na sociedade estabelecem-se desigualdades duráveis, que se mantêm de uma interação social para outra, persistem nas trajetórias dentro de e entre domínios institucionais, nas histórias organizacionais e no tempo de vida das pessoas. A desigualdade durável entre categorias resulta do controle desigual sobre recursos que produzem valores. Os membros de categorias privilegiadas asseguram o controle de recursos produtores de valor e alocam a maior parte do valor produzido para si.[23]

Desigualdades duráveis são duráveis justamente pela perpetuação do controle dos recursos produtores de valor, e não pela persistência de determinado padrão de consumo. Inversamente, a mobilidade social significaria um novo acesso ao controle daqueles recursos, e não um novo acesso a serviços e bens de consumo.

A ralé brasileira e *Os batalhadores brasileiros* mostram em detalhes como determinadas disposições e interdições de acesso a estruturas de poder não se modificam com o aumento da renda, mas, pelo contrário, configuram desvantagens sistematicamente perpetuadas. Houve, sim, alguma mobilidade social recente, mas ela tem se restringido, via de regra, à transição entre 'ralé' e 'batalhadores'. Para compreendê-la, é preciso compreender a existência dessa 'ralé', que está virtualmente ausente da consciência coletiva no Brasil e não é percebida como classe nem mesmo no debate intelectual, já que ela inexiste nos países capitalistas

21 SANTOS, Posições de classe destituídas no Brasil, 2009, pp. 467–468.

22 SANTOS, Classe social e desigualdade de saúde no Brasil, 2011, p. 27.

23 SANTOS, Posições de classe destituídas no Brasil, 2009, p. 464.

centrais em cuja estrutura social tal debate se pauta comumente. Em contraposição a essa cegueira, Souza enfatiza o caráter estrutural da 'ralé', isto é, o fato de que ela não constitui simplesmente um punhado de indivíduos contingencialmente precarizados.

> O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos [...] de 'ralé' estrutural.[24]

Já os 'batalhadores' constituem, para Souza:

> [...] uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a 'ralé' e as classes média e alta. Ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta.[25]

Caracteriza os batalhadores o fato de pertencerem a um capitalismo pós-fordista, flexibilizado, globalizado, com muito menos segurança não só do que a classe média, mas também do que a classe trabalhadora tradicional das sociais-democracias. No Brasil, essa classe surge a partir da 'ralé' e constitui o que tem sido amplamente intitulado 'nova classe média'. No entanto, um membro da 'ralé' que encontra motivação, disciplina, autoconfiança (frequentemente no contexto do pentecostalismo) e alguma oportunidade econômica, conseguindo sair da situação de absoluta miséria, ainda assim continua longe das posições de relativo controle e segurança que efetivamente caracterizam a classe média nas sociedades capitalistas.

As histórias de vida dos 'batalhadores' demonstram a fragilidade da posição de classe que passam a ocupar, a sujeição às circunstâncias externas sobre as quais não têm nenhum poder e as enormes chances

24 SOUZA, *A ralé Brasileira: quem é e como vive*, 2009, p. 21.

25 SOUZA, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, 2010, p. 26.

de retorno à condição de ralé. São histórias de dificuldades de acesso às instituições que deveriam ser públicas, de superexploração do trabalho, de financiamentos caríssimos, de jornadas duplas e triplas, de infinitos percalços, reveses e recomeços. "Um traço comum na trajetória dos batalhadores, mesmo dos empreendedores, são os 'altos e baixos' da vida, a incerteza, a instabilidade, a fé no incerto e a insistência no instável".[26] Souza relata a história de uma associação de costureiras em Juazeiro do Norte que havia conseguido um financiamento para as suas máquinas, teve sua dívida aumentada com o Plano Real, perdeu as máquinas e acabou ficando com uma dívida e a 'ficha suja', conseguindo se reerguer apenas às custas de contatos pessoais e de um empréstimo tomado pela presidente da associação como pessoa física.[27] Eventuais infortúnios de um indivíduo típico da tradicional classe média — a perda do emprego, um acidente etc. — não fazem desmoronar imediatamente toda a estrutura do seu cotidiano, porque existe uma rede social e institucional que o sustenta. Para um 'batalhador' não vale a mesma coisa: o filho que cursava a faculdade particular é obrigado a interromper seus estudos, o ponto comercial conquistado a duras penas precisa ser repassado rapidamente, a inadimplência nos crediários 'suja' seu nome na praça. Sua batalha é como a de Sísifo — a pedra que deixa de ser empurrada morro acima não estaciona, mas volta sempre ao ponto mais baixo.

As favelas, a ralé e os batalhadores

Quais são os efeitos da estrutura de classes na produção do espaço e, inversamente, quais são os efeitos da produção do espaço na estrutura de classes? E qual é o papel das favelas nessas relações? Responder a isso significa articular a discussão do primeiro item deste texto, sobre as representações da favela, com a discussão do segundo e do terceiro itens, sobre a representação convencional da estrutura de classes no Brasil e a sua abordagem crítica, proposta por Souza. Em outras palavras, trata-se de compreender desigualdades e privilégios a partir de um raciocínio que não somente registra quem ocupa os territórios das favelas, mas também quem produz esses territórios e quem produz as condições de sua produção.

26 Ibidem, p. 109.

27 Ibidem, p. 209.

O espaço é um dos mais importantes "recursos produtores de valor" que classes e grupos privilegiados precisam controlar para manterem seus privilégios. Não que ele gere valor no sentido clássico do valor-trabalho; a terra não é um bem produzido. Mas o espaço captura valor nas formas econômicas de renda da terra, renda fundiária e sobrelucro de localização, na forma sócio-espacial de poder estratégico (inclusive de polícia) e em inúmeras formas simbólicas. Para além dos agentes imediatos, é a totalidade social a produtora das representações e ações que reservam a uma parcela da população determinados papéis e lhe interdita, por violência econômica, moral ou mesmo física, o acesso a determinados espaços. Favelas e outras áreas ambiental, jurídica ou socialmente frágeis, tais como os loteamentos periféricos ou conjuntos habitacionais, não surgiram porque seus moradores tenham se retirado deliberadamente da cidade formal e bem provida de infraestrutura urbana; elas surgiram e continuam surgindo por processos de "despossessão",[28] renovados a cada novo ciclo político, sendo o último deles paradoxalmente caracterizado pela participação popular. As pessoas que ocupam essas áreas, sejam elas denominadas favelas ou não, sofrem desvantagens "sistemáticas e relevantes", decorrentes também de sua situação espacial, ainda que tenham conseguido mitigar parte dessas desvantagens ao longo do tempo.

Como já dito, consideramos os questionamentos de Lícia Valladares imprescindíveis para um futuro mais frutífero do debate sobre as favelas e para as ações que eventualmente decorrem daí. Nenhuma abordagem seriamente engajada em compreender e melhorar a produção das cidades pode aderir acriticamente aos dogmas da especificidade, da homogeneidade e da pobreza, que Valladares questiona com propriedade e aos quais contrapõe dados qualitativos e quantitativos importantes. Ela está certa em combater o dogma de que os pobres estariam concentrados nas favelas, pois fora delas a pobreza é igualmente expressiva. No entanto, também não se deve ignorar que a própria forma de leitura dos dados quantitativos parte de determinadas hipóteses. A hipótese da classe média nas favelas deriva da percepção de uma enorme pujança econômica em parte delas. Mas essa pujança de fato é indício de uma nova classe média? Nós contrapomos a essa interpretação a hipótese de que as favelas continuam sendo o território daquelas classes sociais que Souza denomina 'ralé estrutural' e 'batalhadores'.

28 HARVEY, *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, [2010] 2011.

Esse nosso argumento se compõe, portanto, de dois aspectos. O primeiro, não especificamente espacial, é a proposição enunciada por Souza de que o aumento relativo do poder aquisitivo das populações mais pobres, dentro ou fora das favelas, não constitui uma nova classe média, mas uma nova classe trabalhadora (os batalhadores). O segundo, especificamente espacial, é que as favelas mais antigas e consolidadas, situadas em áreas urbanas relativamente centrais, ocupam uma posição peculiar na constituição dessa nova classe trabalhadora. A pujança econômica em favelas como a da Rocinha se deve em grande parte à sua localização e articulação urbanas, aumentando ali a probabilidade da ascensão à classe de 'batalhadores'. Ao mesmo tempo, o fato de não se tratar de uma mobilidade que propicie os recursos culturais e sociais da classe média torna essa população muito mais sujeita a novos processos de despossessão do que os moradores de bairros vizinhos.

Tome-se, por exemplo, a caracterização das favelas centrais como mercados aquecidos e repletos de oportunidades, que leva Valladares a perguntar se "é possível considerar pobre um empresário local?" como se fosse óbvia a resposta negativa.[29] Mas é possível, sim, considerar pobre alguém que, pelas categorias ocupacionais convencionais, seria definido como empresário local. Ainda que nas favelas mais consolidadas e mais bem localizadas haja uma classe média exógena que ali instala seus negócios, a maior parte dos ditos empresários é de indivíduos sem capital próprio nem acesso a crédito barato; por mais empenhados que sejam, trabalham sempre numa condição de vulnerabilidade. Para que voltem à estaca zero ou quase isso, basta uma pequena turbulência externa, tal como a recente instalação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas cariocas. Há indícios fortes de que, reduzindo o tráfico, elas também tenham reduzido drasticamente o volume de dinheiro em circulação e a economia informal nas favelas da zona sul, causando inadimplência de locatários, fechamento de estabelecimentos comerciais etc., e obrigando muitos moradores a migrar para periferias da zona oeste. Isso significaria que os moradores continuam submetidos a processos de destituição e despossessão contra os quais a classe média seria capaz de se proteger em alguma medida, porque seu capital social — suas redes de pertencimento e influência — está, em última análise, vinculado às mesmas instituições que dão poder à ação policial.

29 VALLADARES, *A invenção da favela*, 2005, p. 156.

Que importância teria o fato de o debate acadêmico adotar uma ou outra visão? Lícia Valladares mostra com muita contundência o quanto podem ser perniciosas as representações que grupos sociais privilegiados constroem sobre determinados grupos sociais destituídos. Mas a própria ideia de uma nova classe média na favela tem todos os atributos para entrar na história dos dogmas. Em primeiro lugar, ela é um eufemismo que parece dispensar medidas políticas compensatórias e redistributivas no meio urbano. Em segundo lugar, ela vem num momento em que a pressão imobiliária é imensa — em razão do mesmo crescimento econômico que gerou essa nova classe trabalhadora — e a urbanização é facilitada pela identificação da população favelada com uma classe média, mesmo que resulte em remoção. Em terceiro lugar, essa identificação também favorece a distribuição das unidades habitacionais padronizadas, produzidas aos milhares depois da abertura de capitais das maiores empresas construtoras brasileiras atuantes no segmento popular e depois do Programa Minha Casa Minha Vida. Por fim, uma identificação com a classe média parece tornar obsoleta e antiquada a mobilização popular por direitos, sejam trabalhistas, sejam urbanos. Da mesma maneira que os moradores das favelas cariocas do início do século XX foram descobertos pelos intelectuais através do olhar de Euclides da Cunha sobre os sertões, e assim tidos por imorais, debochados, promíscuos, indolentes e ladrões,[30] as populações da 'nova favela' podem se tornar a imagem dos vencedores do capitalismo flexível ou da globalização, quando na verdade são apenas a classe que sustenta esse capitalismo e suporta todo tipo de instabilidade, precariedade e sacrifício dele decorrentes.

Nosso argumento não tem a intenção de 'condenar' os moradores das favelas à posição de destituídos, mas de compreender mais criticamente sua condição sócio-espacial estrutural. Para Souza, a questão crucial refere-se à cooptação dos batalhadores: se serão seduzidos pelas representações sociais das classes dominantes ou se continuarão sensíveis às necessidades da ralé estrutural.

> Se o imaginário social mais amplo é perpassado pelo tema do 'empreendedorismo' e pelo mote 'seja empresário de si mesmo', esse canto da sereia, abraçado com gosto e sofreguidão por frações significativas das classes média e alta, não parece ter o mesmo apelo no que estamos chamando de

30 Ibidem, pp. 28–36.

> nova classe trabalhadora. Sua proximidade de fato com os setores mais destituídos na estrutura de classes brasileira tornam-na [sic] mais sensível à necessidade de ajuda do Estado e de políticas compensatórias.[31]

Uma especificação desse raciocínio para o foco das favelas significaria perguntar pela relação dos batalhadores com os espaços urbanos autoproduzidos. Os técnicos dos campos das engenharias, da arquitetura, do urbanismo, do planejamento e da "classe de serviço dos níveis elevados da estrutura ocupacional"[32] tendem a projetar sua própria perspectiva de classe (média) sobre esses espaços, sitiando-os com procedimentos heterônomos e fazendo dos seus antigos (auto)produtores meros usuários, beneficiários ou consumidores. Seu argumento de legitimação é que disso resultará uma inclusão das favelas na cidade denominada formal e uma inclusão de sua população nas camadas médias. Mas pode se tratar apenas da criação de novas dependências: na melhor das hipóteses, o processo enquadraria a nova classe trabalhadora em novas relações compulsórias de consumo sem lhe dar nenhum poder político; na pior das hipóteses, a tornaria ainda mais vulnerável porque interdita possibilidades que os espaços autoproduzidos ainda oferecem e porque a submete a uma disputa direta por espaço com classes sociais efetivamente muito mais bem providas de capitais. Se a nova classe trabalhadora aderirá, sem mais, a essas representações dominantes e ao seu discurso de legitimação das grandes obras de urbanização de favelas ou se conseguirá engendrar alguma mobilização no sentido oposto não deixa de depender também do grau de debate crítico em torno dessas questões. Representações dominantes são dominantes porque os dominados também as acatam e dificilmente conseguem se desvencilhar delas a partir, apenas, da própria posição de classe.

31 Souza, *Os batalhadores brasileiros*, 2010, p. 327.

32 Santos, *Questão de classe: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*, 2004, p. 54.

[2013]

Aos destituídos, as cabeceiras

Margarete de Araújo Silva (Leta)

Este capítulo sintetiza a pesquisa de doutorado da autora, acerca da relação dialética entre águas urbanas e favelas, que tem sido fundamental para diversos projetos de pesquisa e extensão do MOM. Ele explicita as premissas da urbanização moderna, na matriz da dominação da natureza via racionalidade instrumental, para então mostrar como a cidade de Belo Horizonte, desde o seu planejamento no século XIX, incorporou essa violência contra o sítio natural e suas águas. A esse padrão de urbanização se contrapõem as favelas da cidade, que sempre se instalaram em áreas relegadas pela produção imobiliária formal e em estreita relação com os cursos d'água. Nelas ainda é possível vislumbrar outra urbanização, em que águas e vida cotidiana estariam reconciliadas.[1]

Dominação da natureza e cidades capitalistas

O lugar das favelas em Belo Horizonte, tanto quanto em inúmeras outras metrópoles brasileiras, é o resultado das disputas capitalistas no mercado de terras, mas indica também — embora não tão evidentemente — a localização das poucas áreas urbanas que preservaram valores ambientais hoje julgados preciosos pela sociedade, sobretudo cursos d'água em leito natural. Essa condição não é fortuita. As classes destituídas brasileiras — a ralé brasileira, como as denomina Jessé Souza[2] — sempre se instalaram em áreas relegadas pelo mercado formal de moradias, nas cidades capitalistas, e em estreita relação com os cursos d'água: a princípio, nos fundos de vales não urbanizados e, paulatinamente, deslocando-se em direção às cabeceiras, conduzidas pelas oportunidades de sobrevivência que o trânsito entre espaços urbanizados e não urbanizados oferece.

1 Primeira publicação: Aos destituídos as cabeceiras: o lugar das favelas em Belo Horizonte. *Revista da UFMG*, v. 20, n. 2, 2013, pp. 94–123.
Cf. SILVA, *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*, 2013.

2 SOUZA, *A ralé brasileira: quem é e como vive*, 2009.

Em Belo Horizonte, na bacia do Ribeirão Arrudas, excetuados os cursos d'água no interior de parques, mineradoras ou áreas de proteção de mananciais para abastecimento, os raros córregos em leito natural encontram-se no interior das maiores e mais antigas favelas da cidade, desde as cabeceiras de importantes córregos urbanos, estendendo-se ao longo de seus leitos, em áreas hoje valorizadas no mercado de terras.

Embora ocupem reduzida área — pouco mais de cinco por cento do município —, nossas favelas estão, no que se refere à questão ambiental, estrategicamente localizadas, se admitirmos não ser possível cogitar a recuperação de um curso d'água senão de montante para jusante e, ainda, que qualquer incremento na qualidade ambiental urbana depende do resgate dos cursos d'água.

A bacia hidrográfica de um rio é constituída por diversos pequenos cursos d'água, definidores das microbacias hidrográficas. Nas cabeceiras dessas microbacias, os córregos nascem limpos e, embora em seu percurso pelo interior das favelas se apresentem degradados pelo aporte cotidiano de esgoto, lixo ou sedimentos — tanto quanto no restante da cidade —, não raro ainda se encontram em leito natural. Ainda que poluídos, a relação cotidiana com esses córregos foi até certo ponto preservada, simplesmente porque é impossível ignorar sua existência. Ao contrário, na cidade formal, só percebemos nossos rios e córregos quando transbordam, arrastam e colocam em questão a pretensa dominação da natureza pelo poder do conhecimento técnico. Retificados e confinados em canais de drenagem pluvial, eles foram progressivamente subtraídos à paisagem e desincorporados da vida cotidiana.

Enquanto se aliena dos seus cursos d'água, a população de Belo Horizonte acostuma-se às placas de advertência quanto a transitar ou estacionar em inúmeros trechos de vias urbanas, "em caso de chuva forte". Embora frequentemente essas placas não sejam associadas aos invisíveis cursos d'água que passam por ali, incorporaram-se ao cotidiano da cidade e naturalizaram-se tanto quanto as enchentes que anunciam. Evidência flagrante da impropriedade do modelo de gestão das águas urbanas, essas advertências não têm, ainda assim, a força de desvanecer a inconsciência coletiva quanto ao tratamento pouco respeitoso, dispendioso e impositivo reservado aos córregos na urbanização contemporânea. Tampouco têm a capacidade de remeter os sentidos humanos às porções de território à montante das áreas sinalizadas como críticas: atentando para as cabeceiras desses córregos, os reduzidos trechos que

escaparam à urbanização moderna estão, frequentemente, ocupados por favelas e outros assentamentos precários.

A alienação progressiva entre o homem urbano e a natureza está evidente em Marx, primeiro pensador moderno a dissecar a interdependência de natureza e produção material nas diferentes formações sociais. Sua abordagem é crucial para a compreensão do caráter social, historicamente determinado, do intercâmbio do homem com a natureza, diretamente relacionado com o conjunto de crenças dominantes, ou seja, o conceito de natureza de que dispõe uma sociedade está claramente alicerçado nas relações de poder instaladas num dado contexto histórico entre filosofia, religião, ciência, economia, política etc.

Vemos em Marx como o ideal de dominação da natureza — característico do período comumente conhecido como *esclarecimento* ou *idade da razão* — acentua, no modo de produção capitalista, o processo de alienação do homem não apenas em relação à natureza externa, como também à sua atividade produtiva, aos outros homens e à sua própria natureza interna. O homem, subtraído do fruto de sua produção, torna-se estranho a si mesmo e ao ambiente que habita.

Marx, evidentemente, adota uma posição moderna, na qual o sujeito ou mesmo o conjunto dos sujeitos (a sociedade) não se confunde com a natureza, tal como se supõe para as concepções míticas. No entanto, ele também não adere a nenhuma visão mecanicista (Descartes) ou positivista (Comte) que tome a natureza simplesmente por objeto externo apropriável. Em vez disso, a vê resistente à apropriação.[3] A relação é, portanto, dialética: a ação do homem sobre a natureza é refletida na ação da natureza e é reflexo dessa sobre ele.

Na moderna sociedade capitalista, o processo de trabalho perde as evidências de sua relação direta com a natureza. O capital não apenas consome sistematicamente os recursos naturais (objetos do trabalho) e transforma a propriedade da terra (meio de trabalho), mas também organiza o processo de trabalho de maneira a 'alienálo' da natureza. Os trabalhadores, que não são donos dos próprios produtos e não determinam a atividade que exercem, também não costumam ter consciência da proveniência primeira dos seus objetos e meios de trabalho, ou consciência do processo pelo qual transformam a natureza e são transformados por ela. Essa alienação se espelha em toda a vida cotidiana, incluindo o comportamento de consumo e uso das cidades,

3 Cf. DUARTE, *Marx e a natureza em O capital*, 1995, pp. 105–106.

especialmente se considerado o consumo decorrente de necessidades ou desejos incutidos no sujeito como condição básica de sua existência e felicidade. Não se pode, portanto, esperar nenhuma transformação substancial em resposta à crise ambiental se essa transformação não incluir, como elemento mais básico, a "transcendência da alienação" no âmbito dos processos de trabalho, de forma a conduzir-nos a uma condição socioambiental "qualitativamente diferente".[4]

O mundo administrado

A concepção de Marx provém de um período em que a apropriação da natureza pelo capitalismo industrial era evidente em suas consequências devastadoras, mas ainda permitia algum otimismo em relação às possibilidades das novas tecnologias e à sua apropriação social mais igualitária. Uma visão calcada no aparato conceitual de Marx, mas bem menos otimista, foi formulada cerca de um século depois por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento*. Concluído ainda durante a Segunda Guerra Mundial, esse texto propõe elucidar por que o processo do esclarecimento — ou do desenvolvimento da racionalidade moderna —, em vez de "livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores", resultou numa "calamidade triunfal".[5]

Estão no centro das considerações de Adorno e Horkheimer justamente a dominação da natureza e aquelas modernas tecnologias que Marx ainda via como benéficas e que levam essa dominação ao extremo. Eles consideram que o primeiro e indispensável passo para que ela se instale é a dominação da natureza interna, isto é, o controle de impulsos e desejos, tal como paradigmaticamente demonstrado pelas astúcias de Ulisses. Em episódios como a passagem pela ilha das sereias, a cujo canto até então todos teriam sucumbido, Ulisses demonstra como dominar a si mesmo (ficando amarrado ao mastro) e aos seus homens (tapando-lhes os ouvidos com cera).[6]

Esse domínio para o qual Ulisses figura como modelo é também o pressuposto para as modalidades modernas de dominação da natureza, a começar pela sua concepção em Francis Bacon, tido por "pai

4 MÉSZÁROS, *A teoria da alienação em Marx*, [1970] 2006, p. 40.

5 ADORNO & HORKHEIMER, *Dialética do esclarecimento*, [1944] 1985, p. 19.

6 Ibidem, pp. 53 et seq.

da filosofia experimental".[7] Bacon, embora ainda não considerasse que as ciências matemáticas pudessem ter qualquer papel relevante no desenvolvimento da técnica, já rechaça os mitos e a imaginação como obstáculos à compreensão humana da natureza. Ao apenas prometido domínio que eles oferecem, Bacon opõe a possibilidade de comandar a natureza na prática. Bastaria para isso que os homens se deixassem "guiar por ela na invenção", apreendendo sua essência objetiva e eliminando o desconhecido.[8]

Adorno e Horkheimer veem em Bacon o primeiro arauto de uma redução de todas as coisas à "mera objetividade", isto é, a objetos manejáveis pela técnica. O processo de "desencantamento do mundo" (termo que os autores tomam emprestado de Max Weber)[9] oblitera as distinções, especificidades e qualidades ocultas, tornando cada particular passível de generalização diante da pretensa imparcialidade da ciência, com seus cálculos, regras e probabilidades. Ou, nas palavras de Adorno e Horkheimer, o ideal do esclarecimento "é o sistema do qual se pode deduzir toda e cada coisa", e tudo aquilo "que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão".[10]

A dialética desse processo está no enovelamento com o mito em que o próprio esclarecimento desemboca. A razão torna-se, ela mesma, mítica; não por um acidente de percurso, mas por suas estruturas mais essenciais, por estar fundada no mito, embora se acreditando a salvo dele. Também, paradoxalmente, a razão conduz à alienação do sujeito dominante diante do objeto dominado, impedindo que o ideal de dominação da natureza e a promessa de libertação do homem do medo e do sofrimento se concretizem.

Mas por que retomar a dialética do esclarecimento e, com ela, a crítica da racionalidade moderna? *Desencantar* o mundo e trazê-lo para a esfera do conhecimento supostamente acessível a todo e qualquer indivíduo apenas pelo uso de suas próprias faculdades não seria desejável e mesmo indispensável à construção de uma sociedade igualitária?

A partir da denominada revolução científica dos séculos XVI e XVII, uma maior autonomia na investigação dos fenômenos naturais, livre dos dogmas religiosos ou de superstições míticas, deu origem a um novo

7 Ibidem, p. 19.

8 Ibidem, p. 19.

9 Cf. WEBER, Ciência como vocação, [1919] 1985, p. 51.

10 ADORNO & HORKHEIMER, *Dialética do esclarecimento*, [1944] 1985, pp. 22–24.

modelo de ciência e, com ela, uma nova visão de mundo destituída da autoridade suprema da Bíblia ou do *Organon* (os escritos de Aristóteles sobre a lógica). Não por acaso, Francis Bacon intitulou sua obra contestatória à supremacia da filosofia aristotélica de *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*, contrapondo ao pensamento aristotélico a lógica científica, como a condição fundamental de libertação do homem dos "ídolos que bloqueiam a mente humana" ao verdadeiro conhecimento.[11]

De fato, não há por que negar as contribuições da ciência para a nossa compreensão do mundo e as maravilhosas conquistas práticas decorrentes dessa compreensão, mas essas maravilhas, como nos alerta o filósofo austríaco Paul Feyerabend, decorrem de competições injustas, pelo caráter hegemônico outorgado à ciência e ao racionalismo ocidental ante outras tradições. Dito de outra maneira: não sabemos do que seriam capazes as demais tradições em uma *sociedade livre*, na qual "todas as tradições têm os mesmos direitos e acesso igual aos centros de poder", ao contrário da condição instalada, "em que indivíduos têm direitos iguais de acesso às posições definidas por uma tradição especial — a tradição da Ciência e do Racionalismo ocidental".[12]

É nessa condição, como herdeiros de uma única tradição, cujo caráter totalitário está bem explicitado em Adorno e Horkheimer, que perpetuamos a lógica de desumanização pela degradação do homem pelo próprio homem, desencadeado dialeticamente pela redução da natureza à 'mera objetividade'.

Já em 1880, Engels explicitara o caráter ufanista que acometeu a sociedade moderna, para a qual toda a existência deveria se justificar "perante o tribunal da razão" ou desaparecer. Anunciava-se, com o fim de todas as formas anteriores de Estado e de sociedade, também o fim das superstições, injustiças, privilégios e opressão, dando lugar à "verdade eterna, justiça eterna e igualdade baseada na natureza e direitos inalienáveis do homem".[13] Aqui Engels nos fornece a chave para a compreensão dos efeitos das *luzes* sobre a sociedade de sua época e, analogamente, sobre a sociedade de nossa época:

11 Bacon, *Novum organum*, [1620–1623] 2005, p. 40.

12 Feyerabend, *A ciência em uma sociedade livre*, [1978] 2011, p. 125.

13 Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, [1880] 1974, p. 48.

> Sabemos hoje, que este reino da razão não era mais que o reino idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa; que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei; que se proclamou como um dos direitos fundamentais do homem... a propriedade burguesa; e que o Estado da razão [...] não veio ao mundo, nem poderia vir senão sob a forma da República democrática burguesa.[14]

Na sociedade atual, mesmo que a ciência tenha perdido sua aura de pretensa neutralidade, é ainda sob a argumentação técnico-científica e sob a lógica do pensamento ordenador que continuam se perpetrando nas cidades processos que violentam a natureza e os homens, sobretudo os grupos sociais menos aparelhados na defesa de seus direitos.

Para Adorno e Horkheimer, os avanços tecnológicos e, em decorrência, o aumento da produtividade econômica produziram as condições para a construção de sociedades mais justas, mas produziram também a supremacia dos grupos sociais controladores do "aparelho teórico" sobre o resto da população e sobre a natureza.[15] Mais de seis décadas passadas a partir da *Dialética do esclarecimento* e mais de um século a partir das considerações de Engels, não saímos desse lugar. Também experimentamos uma hipotética universalização do acesso, seja à informação, ao conhecimento ou aos benefícios advindos dos avanços tecnológicos e científicos. Entretanto, o controle sobre os recursos que geram valor econômico, sociocultural ou político permanece com os integrantes das categorias privilegiadas, que frequentemente "alocam a maior parte do valor produzido para si", perpetuando as desigualdades sociais.[16] Além disso, ao exercer esse controle com a autoridade da ciência, desqualificam-se conhecimentos culturalmente construídos sob outras tradições ou sob relações sociais de produção que, de algum modo, preservaram relações de apropriação da natureza, mas não de dominação.

Belo Horizonte e suas águas

O processo de desmitificação das forças da natureza, como proposto pela *idade da razão* (ou *esclarecimento*), deu lugar ao mito da ciência

14 Ibidem, p. 48.

15 Adorno & Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*, [1944] 1985, p. 14.

16 Santos, Posições de classe destituídas no Brasil, 2009, p. 464.

positiva e ao ideal do "mundo administrado" que transparece em Belo Horizonte tanto na configuração urbanística da cidade planejada, em fins do século XIX, quanto nas atuais políticas públicas que afetam nossas favelas.

Para a instalação da capital idealizada pelo engenheiro Aarão Reis — "filha dos desdobramentos do Iluminismo em suas manifestações do final do século passado [XIX]"[17] —, foi preciso destruir integralmente o antigo arraial do Curral d'el Rei. Também sob essa ótica, as favelas vêm sendo radicalmente transformadas (senão integralmente removidas), submetidas a um tratamento ordenador daquele caos que as distingue da cidade formal e que as tem reduzido ao denominador comum da urbanização contemporânea, pela dissolução do que não é igual.

Belo Horizonte conformou-se a partir da ocupação de duas bacias hidrográficas contribuintes no alto curso do Rio das Velhas. Construiu-se a cidade planejada sobre o núcleo já existente do arraial de Bello Horizonte, antigo Curral d'el Rei, à margem direita do Ribeirão Arrudas, no sopé da Serra do Curral.

Se o arraial havia se instalado ao longo dos córregos que definiam o sítio, a cidade planejada ignorou-os, submetendo-os ao rígido traçado do plano do engenheiro Aarão Reis, responsável pelo projeto e primeiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) do estado de Minas Gerais. O princípio da *tabula rasa* bem se adequava ao sentido de "ruptura com o passado e construção do futuro" que permeava o simbolismo da construção da nova capital, determinando a destruição integral do Curral d'el Rei para a inscrição material dos novos conceitos.[18] Instalada a CCNC, Aarão Reis foi designado chefe e idealizador da nova cidade: "Para a cidade desenhada em sua imaginação seria suficiente um setor geográfico, relativamente grande, [além de] recursos e amplos poderes delegados pelo Estado".[19]

O Curral d'el Rei se desenvolvera ao longo dos cursos d'água, organicamente ajustado ao sítio. Ao contrário, a malha urbana da nova capital impôs a mesma rigidez retilínea a todo o perímetro definido para a cidade, aplicável indistintamente a qualquer sítio. A natureza foi sumariamente ignorada, exceto como provedora de insumos para

17 MONTE-MÓR, Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção, 1994, p. 14.

18 Ibidem, p. 14.

19 Paulo Henrique Ozorio Coelho, *La création de Belo Horizonte*, 1981, p. 136, apud GUIMARÃES, *Cafuas, barracos e barracões*, 1991, p. 45.

a construção da cidade, para o abastecimento de água ou para o escoamento de dejetos. A mesma rede hidrográfica que, ao lado do clima ameno, influenciou na escolha do sítio da nova capital não compareceu no desenho de Aarão Reis senão como tênue representação. Ela é irrelevante para a malha hipodâmica de cento e vinte por cento e vinte metros, incrementada por avenidas em quarenta e cinco graus e simbolicamente enaltecida por uma grande avenida no sentido norte-sul (atual Avenida Afonso Pena).

Desde a proposição inicial de Aarão Reis, a submissão dos cursos d'água à rigidez do traçado geométrico foi contestada pelo engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, chefe da 1ª Secção da 5ª Divisão da CCNC: ainda que seus leitos fossem desviados e retificados para coincidirem com o traçado das ruas, os talvegues e depressões remanescentes no interior das quadras — moldados pelo relevo — frequentemente seriam retomados pelas águas pluviais, exigindo vultosas movimentações de terra para evitar inundações nessas áreas e dificultando a implantação futura de sistemas coletores de esgoto.[20]

Também o abastecimento de água foi objeto de controvérsias, tendo resultado na exoneração de Saturnino de Brito da CCNC. Inconformado com as alterações impostas à execução dos serviços de abastecimento, em desacordo com a base de cálculo previamente fixada de trezentos litros por habitante e população de duzentos mil habitantes, Brito trouxe a público, em maio de 1895, minucioso relato dos fatos, afirmando que:

> O erro é patente e o Estado de Minas, sem colher no Presente economia alguma com a execução do plano projetado, vai sacar, imprevidentemente, para não empregar outro advérbio, contra um Futuro para o qual cumpre, à geração atual, trabalhar com mais critério, com mais amor.[21]

Novas polêmicas acompanharam a definição do sistema de esgotamento sanitário. Optou-se pelo sistema unitário — *tout à l'égout* — com a depuração das águas residuárias por meio de infiltração no solo, em detrimento do sistema separador absoluto.[22] No entanto, esse tratamento não foi implantado, "devido, principalmente, à demanda por

20 SANEAMENTO *básico em Belo Horizonte*, 1997.

21 BRITO, A nova capital de Minas e seu abastecimento d'água, [1895] 1944, p. 36.

22 SANEAMENTO *básico em Belo Horizonte*, 1997, p. 44.

áreas agricultáveis e condições topográficas desfavoráveis".[23] Os esgotos *in natura*, lançados diretamente no Ribeirão Arrudas, comprometeram o uso das águas tanto para irrigação quanto para uso doméstico. O Arrudas poluído abrigou desde então, e por várias décadas, extensas e populosas favelas, até seu vale ser urbanizado, compelindo os favelados a novas ocupações ao longo de seus afluentes e em direção às cabeceiras. Por ocasião da inauguração da cidade,[24] o canal do Ribeirão Arrudas havia sido rebaixado, no trecho entre a Praça do Mercado (atual estação rodoviária) e a esplanada da Estação Central, estando apenas iniciado o revestimento dos taludes; também estava inconclusa a mudança de curso e construção do canal do Córrego do Acaba Mundo, e as obras de urbanização abarcavam, efetivamente, apenas "o bairro dos Funcionários, a Avenida Afonso Pena, a Avenida do Comércio (atual Avenida Santos Dumont) e o entorno da Estação da Central do Brasil".[25]

Os três córregos que cruzam a Zona Urbana — Leitão, Acaba Mundo e Serra — foram progressivamente retificados, canalizados e cobertos até meados da década de 1970. Com o crescimento da população em ritmo acelerado,[26] eles se tornaram redes de esgotos, pois os emissários existentes não suportavam o volume de contribuições. Além disso, seus leitos estavam assoreados pela crescente deposição de lixo doméstico e sedimentos. Como medida de combate simultâneo ao mau cheiro e às inundações frequentes, decidiu-se pelo fechamento dos trechos ainda mantidos em canal aberto. Também se esperava amenizar o problema do tráfego de veículos na região central, pela cessão do espaço dos córregos às vias veiculares, cuja ampliação era também perseguida com outras medidas, tais como o estreitamento de jardins, canteiros centrais e supressão de árvores.[27]

23 Ibidem, p. 67.

24 Em maio de 1895, Aarão Reis pediu exoneração da CCNC. Foi substituído pelo engenheiro Francisco Bicalho.

25 SANEAMENTO *básico em Belo Horizonte*, 1997, p. 66.

26 A população da cidade passou de 352.000 habitantes, em 1950, para 1.250.000 habitantes, em 1970 (BORSAGLI, O vale do Córrego do Leitão em Belo Horizonte, 2011, p. 10).

27 CARONE FILHO, *Prefeitura de Belo Horizonte: relatório de 1963*, 1964, p. 41. Informações sobre as obras de retificação, canalização dos córregos e implantação de vias de fundo de vales foram colhidas nos relatórios dos prefeitos, disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, e apresentadas mais detalhadamente em: SILVA, *Água em meio urbano: favelas nas cabeceiras*, 2013.

Pesquisando os arquivos do jornal *Estado de Minas*, no período de 1928 a 1997, Márcio Baptista, Nilo Nascimento, Maria Helena Ramos e José Roberto Champs classificam como "crônico" o problema de inundações em Belo Horizonte e atribuem sua origem às "opções relativas à hidrografia adotadas na concepção da cidade", que seguem sendo adotadas, não obstante a frequência desses eventos, alguns de trágicas proporções.[28] Em síntese, os problemas associados à má gestão da água, consideradas as suas três dimensões — como suprimento, agente dinâmico ou veículo de poluentes e contaminantes —, não são distintos em Belo Horizonte daqueles enfrentados em outras grandes cidades brasileiras, em que pesem as notórias diferenças geomorfológicas entre cidades litorâneas, interioranas, montanhosas ou de planícies. Enquanto a gestão da cidade é compartimentada em inúmeras instâncias, os problemas são pretensamente solucionados em unidades operacionais centralizadas: piscinões para amortecimento de cheias, (mega-)aterros sanitários ou unidades de tratamento de lixo e entulho, (mega)estações de tratamento de esgoto ou de captação e tratamento de águas, transformações 'profundas' em favelas ou enormes conjuntos habitacionais nas periferias distantes, (mega)complexos penitenciários ou complexos viários.

As medidas governamentais têm sido a ampliação (ou as promessas de ampliação) dos sistemas urbanos que estão sempre desafiando a vida útil projetada pelos métodos científicos e demandando novas construções, novas ampliações, tecnologias mais modernas etc. Amplia-se a escala, mas conservam-se as mesmas matrizes cuja evidência de exaustão e falência é a tão propalada crise socioambiental urbana. Entretanto, os significativos investimentos públicos já feitos não equacionaram os problemas urbanos. Frequentemente, acentuaram-nos, geraram novos ou, ainda, simplesmente os transferiram para longe de nossos olhos. Em síntese, a riqueza produzida socialmente tem sido aplicada sempre e cada vez mais em escala inacessível, inoperável e não fiscalizável pelo cidadão comum. Contudo, enquanto a centralização e o controle das

28 BAPTISTA et al., Aspectos da evolução da urbanização e dos problemas de inundação em Belo Horizonte, 1997, p. 199. Vale destacar as enchentes de 2 de janeiro de 1983, que atingiram as favelas ribeirinhas ao Arrudas, a jusante da Avenida do Contorno. Em entrevista concedida à autora em 13/11/2011, a arquiteta Laudelina Garcia qualificou o evento como uma "tragédia anunciada". Seis meses antes, em 1982, o relatório da SUDECAP "Canalização do Ribeirão Arrudas: indicação de obras mínimas necessárias" alertava para os riscos advindos da interrupção das obras para as populações ribeirinhas.

ações sobre a cidade imobilizam o cidadão, mostram-se extremamente funcionais à reprodução ampliada do capital.

Águas e favelas

Passo agora, num rápido paralelo, à cidade dita informal, designação usual para os assentamentos urbanos produzidos à margem do Estado e do mercado de produção imobiliária formal. Embora essa designação compreenda diversas configurações e localizações espaciais resultantes de ocupações precárias promovidas por populações de baixa renda, interessa aqui destacar as relações de interação entre o homem e o sítio natural nas ocupações de favelas situadas nas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos. Na bacia do Ribeirão Arrudas, excetuando-se os espaços especializados e áreas de captação de água para abastecimento ou tratamento, as demais cabeceiras estão ocupadas por favelas. Essa situação resulta do contínuo movimento espacial das favelas em direção a essas áreas, refletindo claramente as disputas capitalistas por terra urbana. À medida que áreas ocupadas informalmente por favelas adquirem valor para o mercado imobiliário formal, elas tendem a se deslocar total ou parcialmente para áreas até então desvalorizadas, quer sob a ótica econômica, ambiental, cultural ou simbólica. Ou seja, as favelas sempre se formaram nas áreas menosprezadas pela totalidade social.

Ocorre que, diante das evidências da crise ambiental, esses territórios são, justamente, aqueles que exibem hoje qualidades que crescentemente são apercebidas pela sociedade como imprescindíveis à melhoria do ambiente urbano. Como não foram radicalmente alterados e desfigurados de seus traços originais, como na cidade formal, preservaram-se aí atributos naturais que marcam a paisagem e a vida cotidiana local, sobretudo os cursos d'água em leito natural, ainda que poluídos. Outro aspecto notável em áreas de declividades médias e altas ainda preservadas da ação urbanizadora do Estado é a menor incidência dos impactos sociais e ambientais provocados por veículos automotores.

O que tornou essas áreas desinteressantes aos agentes capitalistas foi, quase sempre, a presença de cursos d'água não submetidos à ação urbanizadora moderna, como a retificação, a canalização e a implantação de vias de fundos de vales, ou o fato de estarem interditadas legalmente a essas ações, pretensamente protegidas por estatutos especiais, como as áreas de cabeceiras. Dessa forma, o mapeamento das favelas ilustra também a submissão progressiva dos cursos d'água que cruzam

a cidade à racionalidade tecnocientífica moderna: à medida que os córregos são canalizados, os núcleos favelados existentes são removidos parcial ou integralmente.

Foi Roger Teulières quem reconstituiu pela primeira vez, em 1955, as principais favelas de Belo Horizonte e também o movimento espacial das favelas que se desagregavam ou eram extintas e deslocavam-se para regiões mais distantes do centro urbano.[29]

Ainda que hoje ações deliberadas de remoção das favelas não mais compareçam na pauta das políticas públicas, os processos de urbanização têm cumprido papel relevante na economia política urbana, pela constituição de um campo fértil à atuação de agentes capitalistas que não conseguiriam prover individualmente os valores de uso complexo hoje presentes nas áreas das favelas mais antigas e consolidadas da cidade. Essas ressalvas visam colocar em foco dois programas municipais — Programa Vila Viva e Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento de Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (DRENURBS) — que, perseguindo metas distintas, vêm igualmente atingindo vilas e favelas de Belo Horizonte.

O Vila Viva constitui-se, segundo discurso oficial da administração, no "maior programa de urbanização do Brasil", transformando "vilas e aglomerados em bairros que valorizam a qualidade de vida dos moradores".[30] O contraponto desse discurso, no entanto, classifica-o como um "programa de desfavelização forçada" orientado não por "nobres valores dos gestores públicos, preocupados com a qualidade de vida das pessoas que se aglomeram nas favelas [mas] pelos interesses do capital imobiliário".[31]

29 TEULIÈRES, Favelas de Belo Horizonte, 1957.

30 Descrição disponível no portal on-line da Prefeitura de Belo Horizonte, pelo menos até 2013.

31 Manifesto *Programa Vila Viva ou Vila Morta?*, de 2008, assinado pelas seguintes organizações populares: Associação Comunitária dos Moradores do Novo Lajedo, Associação e Núcleo de Moradia da Vila Santa Rita e Adjacências, Associação Mineira da Providência, Brigadas Populares, CONLUTAS, Conselho Comunitário Assistencial e Social da Vila Marçola, Escola de Samba Cidade Jardim, Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOB), GRAAL BH, Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, Hip Hop Gerais, Grupo de Teatro do Oprimido Levante, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), Movimento dos Sem Universidade (MSU), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Núcleo Geração Trabalho e Renda, Núcleo de Sem Casa do Conjunto Santa Maria e Adjacências, Ocupação Camilo Torres, Ocupação Navantino Alves, Rede Popular Solidária (RPS), Sistema Caracol de Rádio e TV Comunitária.

O DRENURBS objetiva "a melhoria da qualidade de vida da população de Belo Horizonte, [...] buscando a valorização das águas existentes no meio urbano", mediante a despoluição dos cursos d'água ainda em leito natural, melhoria da coleta de resíduos sólidos, redução dos riscos de inundação e controle da produção de sedimentos e processos de assoreamento de regiões de fundos de vale.[32] O programa assume, pragmaticamente, a intenção de "reverter essa tendência histórica de se canalizar os cursos d'água naturais" e consolidar "uma nova concepção de intervenção para as águas circulantes no meio urbano".[33]

Essa nova concepção não considera, entretanto, a hipótese de manutenção dos córregos revitalizados na vida cotidiana da cidade que é, como propõe Lefebvre, "o que resta quando se retiram do vivido todas as atividades especializadas".[34] As populações residentes na área de influência do projeto são removidas, e as áreas são subtraídas à vida cotidiana para integrarem, agora como parques, espaços 'especializados' da cidade.

Melhoria da qualidade de vida da população e transformação radical de favelas (além do significativo aporte de recursos públicos para sua consecução) são aspectos recorrentes no discurso acerca desses dois programas. Sob o argumento da inclusão social, da erradicação do risco ou da preservação ambiental, as intervenções públicas em curso fazem sucumbir estruturas sociais e espaciais historicamente produzidas pela população.[35] Erradica-se, assim, toda forma de ocupação julgada inadequada aos padrões e representações dominantes do bem morar, bem circular, bem divertir-se e bem trabalhar. Estende-se às favelas o padrão hegemônico de urbanização da cidade formal, orientado primordialmente pela lógica da acumulação capitalista.

Não há crítica ao modelo de cidade formal que está sendo imposto às favelas, não obstante as evidências cotidianas de sua insustentabilidade: a cidade dominada pelo carro, a ineficiência do sistema de drenagem pluvial, o afastamento físico entre o homem urbano e os atributos naturais, a transferência dos impactos negativos da urbanização para

32 PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, *Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte: DRENURBS*, 2009, p. 3.

33 Ibidem.

34 Henri Lefebvre apud DEBORD, Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana, [1961] 2003, p. 144; cf. LEFEBVRE, Foreword to the second edition, *Critique of everyday life*, v. 1, [1958] 2008, p. 97.

35 KAPP, Quem tombará a favela?, [2009] nesta edição, v. 2, pp. 139–148.

outras áreas, a violência e a criminalidade urbana, a segregação em guetos e a indústria do medo. Não há como ignorar o desequilíbrio do ecossistema urbano conformado sob a lógica de acumulação capitalista.

Destacarei dois fatores que afetam substancialmente os territórios das favelas situadas em cabeceiras, restringindo as possibilidades de restauração do equilíbrio socioambiental urbano: o denominado urbanismo rodoviarista e a oposição entre espaços cotidianos e espaços especializados.

O primeiro tem sido o marco das intervenções Vila Viva: o elemento definidor da nova configuração espacial dos assentamentos são extensas e largas vias, que interceptam as vilas para integrar porções da cidade formal, supostamente desarticuladas. A priorização da circulação de veículos sobre a circulação de pedestres reproduz o padrão que, de resto, é prevalente em toda a cidade. Entretanto, é notório que a solução de abrir ruas em encostas de altas declividades implica, além de vultuosos investimentos para movimentações de terra, a instalação de contenções de porte proporcional, desfigurando a paisagem, segmentando espacialmente a área e interferindo na própria dinâmica da vida na comunidade e na dinâmica ambiental. Basta uma visita às áreas para se constatar o efeito segregador dessas estruturas.

No segundo aspecto me deterei um pouco mais: a oposição entre espaços cotidianos e espaços especializados pela decretação das chamadas áreas de proteção ambiental ou parques ecológicos, cuja concepção deriva diretamente do DRENURBS. Em apenas três favelas situadas na bacia do Ribeirão Arrudas — nos aglomerados Serra, Santa Lúcia e Morro das Pedras —, pelo menos quinze áreas mudaram (ou mudarão) do status de espaço cotidiano para especializado, a ser mantido pelo poder público, sem previsão de apropriação de seu inegável valor econômico, comprovado pela utilização histórica como moradia, espaço de produção, comércio e demais atividades produtivas que sempre acompanharam as funções de habitar das famílias mais pobres.

Não é por acaso, como já afirmado aqui, que parte significativa dos recursos naturais conservados com alguma integridade e possibilidade de revitalização encontra-se nos territórios ocupados por favelas, e não apenas em Belo Horizonte. A mesma lógica capitalista que aqui determinou os processos sócio-espaciais atua nas demais cidades brasileiras. Bueno reconhece essas características comuns às favelas de São Paulo:

> Desde logo se percebe que se trata de interferir em espaços de muito valor para o processo ambiental urbano — encostas, fundos de vale, baixadas, áreas de nascente. Nesse sentido, a melhor unidade de planejamento e projeto, e que melhor responde a esse propósito de complementar a urbanização de bairros e comunidades contíguas, é a sub-bacia hidrográfica.[36]

O caráter singular dessas áreas abre a possibilidade de investigação de um novo padrão de urbanização baseado na relação harmoniosa entre gente e água, entre a cidade e seus atributos naturais, valorizando-os e incorporando-os ao cotidiano urbano. A subtração dessas áreas da vida cotidiana não assegura a preservação de sua integridade, pois estarão pressionadas pelas atividades do entorno, ainda que a vigilância consiga impedir sua reocupação formal. Ademais, se já temos dificuldade de manutenção de espaços especializados na cidade formal, como serão mantidos os quinze novos parques previstos pelo Vila Viva em apenas três das inúmeras favelas da cidade situadas em cabeceiras de drenagem de córregos urbanos?

Os parques já implantados no Morro das Pedras e no Aglomerado da Serra estão abandonados. A Fundação Municipal de Parques (FMP), a quem coube a responsabilização pela operação e manutenção, alega que os mantém fechados porque não recebeu qualquer aporte financeiro ou operacional para cuidar dessas áreas. São áreas despovoadas, sem atividades urbanas, que geram insegurança, especialmente à noite. Terra de ninguém. Caminhos interrompidos que obrigam a percursos maiores, nas vias de entorno, disputando espaço com carros e motos ou incitando ações deliberadas de rompimento das barreiras para resgate dos atalhos. De espaço produtivo, gerador de subsistência, passam a espaços geradores de ônus públicos para sua manutenção e conservação. Espaços simbólicos e marcos da ocupação urbana (claramente explicitados por denominações como *Três águas do Cardoso, Rua da água, Pocinho, Biquinha, Mina*), essas águas corporificam hoje a indignação e a impotência da população diante das ações negligentes e autoritárias do Estado, cujo caráter utilitário não passa despercebido aos moradores: "Essas áreas não são parques ecológicos, são, na verdade, áreas que foram criadas para captação de chuvas [...] que causavam estragos nos bairros circunvizinhos".[37]

36 BUENO, *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*, 2000, p. 323.

37 SILVA, *Construindo muros e derrubando barreiras*, 2011, p. 23.

Também não foram tomadas medidas para a proteção dos cursos d'água ante a poluição difusa, cujo combate, em meio urbano, só seria eficiente por meio de uma mudança radical nos conceitos de mobilidade urbana, centrada na percepção dos reais efeitos da opção rodoviarista para mobilidade urbana, como o principal fator de poluição do ar, das águas e do solo nas cidades brasileiras. Ilustrando com a condição dos parques implantados, tanto pelo Vila Viva quanto pelo DRENURBS: as chuvas lavam as ruas a montante, carreando para o curso d'água, teoricamente saneado e preservado, todos os resíduos dessa lavagem. Os sistemas de drenagem e pavimentação no seu entorno não evidenciam nenhum ajuste para a condição particular de circundarem uma área de preservação.

Além disso, o inegável valor econômico também não passa despercebido ao mercado imobiliário e certamente será alvo de disputas futuras. Nas recentes discussões para votação do Novo Código Florestal Brasileiro, está em questão, entre outras, a definição das atribuições legislativas sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) urbanas, se de âmbito federal ou municipal. Se podemos arrolar como benéfica a atribuição municipal de legislar sobre seus territórios, ajustando a regulamentação às peculiaridades locais, podemos também vislumbrar as disputas desiguais dessas áreas tendo, por um lado, os interesses, recursos econômicos e poder de influência local do mercado imobiliário e, por outro, as classes destituídas eventualmente associadas a ambientalistas.

No entanto, as áreas visadas pelo DRENURBS viram parques ou áreas destinadas a funções especiais — amortecimento de cheias — no sistema de drenagem da bacia hidrográfica a que pertencem. No programa DRENURBS, entretanto, a favela deixa de existir naquele local. De qualquer modo, constituem-se em ambos os casos em Áreas de Proteção Ambiental, espaços especializados em oposição a espaços cotidianos ou, segundo a pertinente classificação de Edézio Carvalho,[38] serão áreas de preservação ambiental, confinadas em meio a áreas de não preservação ambiental.

O título do artigo de Rose Compans, "A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental", é explícito ao denunciar os modernos mecanismos engendrados para justificar a remoção de favelas no Rio de Janeiro, dos quais participam a grande mídia e o Ministério Público

38 CARVALHO, *Geologia urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte*, 1999.

Enchente no vale do Ribeirão Arrudas, entre Belo Horizonte e Sabará, que levou a favela dos Urubus (Laudelina Garcia, 1978).

Estadual, que moveu ação contra a prefeitura solicitando a remoção de quatorze áreas favelizadas. Diz a autora:

> Depois da favela como foco de epidemias e antro de marginais, a mais nova representação social que vem sendo construída apresenta-a como fator de degradação ambiental. Auxiliada por um saber técnico-científico que demonstra empiricamente a perda progressiva da cobertura vegetal, a fragilidade geológica das encostas e a poluição dos corpos hídricos, observa-se a constituição de um movimento conservador que busca pressionar os poderes públicos a reprimir ocupações irregulares, sobretudo nas áreas mais valorizadas da cidade.[39]

Depois de um longo período ignorando e subjugando seus córregos, as cidades incorporaram o discurso tardio da preservação ambiental, agora ignorando e subjugando justamente as populações e os territórios que os resguardaram. Eis aí a nova funcionalidade das favelas. Além de manter sua antiga função de abrigar a força de trabalho para a produção das cidades capitalistas, prestam-se à captação de recursos e cessão de seus territórios para resolução de problemas viários, de drenagem pluvial e equilíbrio ambiental urbanos. Poder-se-ia, no entanto, cumprir essas funções fundamentais ao equilíbrio do sistema urbano sem impor às populações das cabeceiras — criminosamente — a condição que restou estabelecida.

Seguindo o fio de Ariadne

Comecemos por uma abordagem de Swyngedouw particularmente adequada aos meus propósitos de harmonização entre o humano e a natureza, no interior mesmo das cidades. Invocando a imagem da água esguichando de hidrantes e crianças do Bronx se refrescando nos verões quentes de Nova York, o autor propõe-nos "seguir o fio de Ariadne através da água" para apreensão do caráter híbrido — social e natural — das cidades. A citação é propositalmente longa, pela força da exaustiva enumeração dos elementos que compõem a "metáfora do copo d'água", em analogia aos processos socioecológicos corporificados na vida urbana:

39 COMPANS, A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental, 2007, p. 83.

> A celebração lúdica da vida das ruas pela qual as crianças contestam, provocam e excitam os poderes urbanos a toda hora que fazem esguichar a água dos hidrantes sobre as calçadas e dançam ao som do rap a sua exortação alegre da vida cotidiana da grande cidade é um testemunho da produção socionatural da cidade e da vida urbana. Se eu fosse captar um pouco daquela água em um copo, expor as redes que a trouxeram até ali, [...] esses fluxos poderiam narrar muitas estórias inter-relacionadas da cidade: a estória do seu povo e dos poderosos processos socioecológicos que produzem o urbano e seus espaços de privilégio e exclusão, de participação e marginalidade, de ratos e banqueiros, de doença de veiculação hídrica e especulação acerca do futuro e das opções da indústria da água, de reações e transformações químicas, físicas e biológicas, do ciclo hidrológico e do aquecimento global, do capital, das maquinações e estratégias das construtoras de barragens, de incorporadores do solo urbano, dos conhecimentos dos engenheiros, da passagem do rio para os reservatórios urbanos.[40]

Seguindo o fio de Ariadne, podemos constatar que os moradores mais antigos das favelas sempre têm histórias particulares em relação à água: como dádiva ou castigo, como problema ou solução, como elemento de união ou de discórdia, elemento de disputa, de conquistas, símbolo do atraso e do progresso, de pobreza ou de riqueza, exemplos da generosidade ou da avareza dos seus detentores, boas e divertidas lembranças ao lado de amargas e sofridas. Essas histórias, ainda que corriqueiras, revelam sempre a singularidade do lugar e do sujeito, mas o fazem também revelando os processos sociológicos tanto no nível da ordem próxima — a da vizinhança —, quanto no da ordem distante — a do Estado;[41] tanto a perversidade da desigualdade no acesso à riqueza social quanto a possibilidade de sua superação pela transformação cotidiana. Enfim, o que transparece nas histórias corriqueiras e que poderia ser resgatado a partir delas é a dimensão humana do sujeito, substancial à transcendência da alienação e ao projeto de autonomia.

Na acepção de Marx, a alienação do homem de si, de sua atividade, da natureza e da espécie humana é uma relação dialética, ou seja, "na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza,

40 SWYNGEDOUW, A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg, 2001, pp. 84–85.

41 LEFEBVRE, *La production de l'espace*, 1974, p. 266.

2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ele estranha do homem o gênero [humano]".[42] Analogamente, desalienar-se é também uma relação dialética. Exige que todas as relações transformem a si e às outras dialeticamente.

E por onde começar?

Enrique Leff sugere que as transformações necessárias para alcançarmos a sustentabilidade não podem ser conseguidas a partir de "uma consciência genérica da espécie humana".[43] A consciência ecológica não é um conceito que possa ser partilhado com a humanidade em seu conjunto sem que sejam explicitadas as diferenças dos diversos grupos sociais que, antes de se solidarizarem por um objetivo comum, muitas vezes se confrontam, se diferenciam e se dispersam tanto pelo fracionamento de suas reivindicações como pela compreensão e uso de conceitos que definem suas estratégias políticas. Vista por essa ótica, a compreensão do mundo atual ressente de um pensamento que possa reintegrar as partes fragmentadas e constituir um saber holístico que contemple a complexidade. Esse novo saber não renunciaria aos princípios de objetividade prescritos pela ciência, mas também não seria dominado por eles, já que a crise ambiental aponta, justamente, o limite da racionalidade fundada numa crença insustentável: a da construção e compreensão do mundo pela "ideia da totalidade, universalidade e objetividade do conhecimento".[44] A posição defendida por Leff reconduz-nos às proposições de Feyerabend: a ciência deve ser uma tradição entre outras, a que se recorre livremente, se e quando conveniente. Não como a única alternativa, não como uma tradição que só existe pela eliminação e desqualificação de todas as outras.

Ativistas e pesquisadores ocupados com a depauperação do patrimônio ambiental da humanidade polarizam-se, basicamente, em duas linhas de pensamento e ação: "desenvolvimento alternativo" versus "alternativas ao desenvolvimento".[45] Para os defensores da segunda linha, o desenvolvimento sem crescimento é a única alternativa de manutenção das condições de vida no planeta, ou seja, os esforços devem se concentrar na "melhoria qualitativa de uma base econômica física

42 Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*, [1844] 2004, p. 84.

43 Leff, *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*, 2004, p. 320.

44 Ibidem, p. 320.

45 Sousa Santos & Rodríguez, Introdução: para ampliar o cânone da produção, 2002, pp. 29–31.

que é mantida num estado estacionário pelo tratamento de matéria-energia que está dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema".[46]

Se aplicada às cidades, essa abordagem implicaria, no primeiro momento, aliviar o ecossistema urbano em seus pontos de saturação, facilmente identificáveis nos problemas que comumente não conseguimos absorver e exportamos parcial ou integralmente, de forma deliberada ou pretensamente involuntária: águas de chuvas, lixo, entulho, esgoto, solo, poluição do ar, dos solos e das águas etc. Considerando a socionatureza desse ecossistema conformado sob a lógica de acumulação capitalista, teremos ainda como pontos claramente saturados do sistema a generalização da pobreza, da violência e da criminalidade urbanas. Além dos carros. Muitos carros!

Em síntese, a se considerar, por um lado, a magnitude dos problemas urbanos que superam, em muito, a capacidade de assimilação do sistema e, por outro, a inocuidade das medidas aplicadas, não há saída. As medidas individuais — dependentes de disponibilidade financeira — se reduzem a tentativas, mais ou menos eficazes, de se colocar a uma distância segura dos problemas, instalando-se em áreas pretensamente mais saudáveis ou seguras no interior de condomínios fechados, dos shoppings ou de carros blindados ao mundo exterior. As medidas governamentais, como já destacado anteriormente, têm sido a ampliação dos sistemas urbanos, frequentemente acentuando os problemas que buscam solucionar, gerando novos e exportando — rio abaixo — todos os excessos não absorvidos pelo sistema urbano.

Casa tomada

Casa tomada é a metáfora utilizada por Botelho para sintetizar a condição de impotência dos habitantes nas metrópoles brasileiras diante dos crescentes problemas e ameaças que se apresentam, em analogia à condição dos moradores de uma casa que aos poucos vai sendo tomada por uma ameaça tão inapreensível quanto inevitável em um conto de Júlio Cortázar, de 1945. A cada porção tomada, os moradores se recolhem a espaços cada vez mais restritos, sobressaltados com a próxima investida que certamente virá.

46 DALY, Crescimento sustentável? Não, obrigado, [1996] 2004, p. 198.

> A cidade [...] não mais pertence aos seus moradores, nem aos mais abonados — que tentam fugir dos crescentes perigos que a cidade passa a representar para eles —; nem aos mais pobres, que por sua vez não possuem acesso [às] 'positividades' [do urbano], sendo 'depositados' nas periferias distantes do consumo, do trabalho e do lazer, ou separados dos ricos por muros e outras barreiras cada vez mais visíveis na paisagem urbana. Cabe a seus habitantes a escolha entre retomar a casa, ou seja, apropriarem-se da cidade em que vivem, ou se conformarem com o fato de que esta foi tomada pelo capital e seus agentes.[47]

E o que fazemos? Em vez de nos concentrarmos em "retomar a casa", estendemos a condição de "casa tomada" às favelas, enquadrando-as ao mundo administrado pela racionalidade científica e pelo capital. Dito de outro modo, a condição imposta aos moradores das favelas para o usufruto de seus direitos constitucionais tem sido a cessão de seus territórios aos esquemas tradicionais de produção e gestão da cidade formal, e a supressão de suas estruturas sociais e espaciais que não passem pelo crivo regulador das normas instituídas para a produção heterônoma do espaço. A inclusão significa que os moradores das favelas agora têm a chance maravilhosa de participar das manias, vícios, desconfiança, insegurança, aridez, ruído e poluição da cidade formal, e da impessoalidade nas relações sociais, do alijamento e da impotência cidadãs à espera de uma ação redentora do Estado que nos coloque a salvo dos crescentes perigos e problemas funcionais da cidade.

Urbanizar as favelas à imagem e semelhança da cidade formal, além de notável desconsideração e desrespeito à natureza dos espaços histórica e socialmente produzidos, reduz de forma considerável as chances de reabilitarmos o equilíbrio sistêmico de nossas cidades e "retomarmos a casa", sem subordinação dos valores de uso da cidade à lógica de reprodução ampliada do capital.

Retomando a casa

O primeiro ponto seria admitir que o ecossistema urbano está operando acima de suas capacidades de regeneração e assimilação e que justamente as áreas que escaparam à ação urbanizadora moderna — favelas em cabeceiras — são as mais indicadas para aliviar seus pontos de

47 BOTELHO, *O urbano em fragmentos*, 2007, p. 14.

saturação. Em contraposição aos programas de urbanização em curso, propõe-se um processo de recuperação socioambiental urbana a partir de microunidades territoriais autônomas, resguardando esses territórios e construindo coletivamente novas relações de intercâmbio entre o homem urbano e a natureza. Esse processo, designado pela expressão urbanização reversa, deixa entrever alguma possibilidade de reconciliação do homem com a natureza nas cidades, mesmo que elas ainda sejam parte de uma ordem social heterônoma.

Significa identificar, desconstruir gargalos sociais e ambientais, e desconcentrar fluxos de modo que as conexões fundamentais sejam restabelecidas e o sistema possa se estabilizar, especialmente pela reconfiguração dos processos naturais básicos entre terra e água, e pela transcendência da alienação do homem da natureza, de si, de sua atividade e da sua espécie.

Implicaria admitir a cidade como um produto para o qual deveríamos estabelecer os princípios de responsabilização compartilhada entre seus produtores — ou seja, nós todos, o conjunto da sociedade —, visando minimizar ou anular os impactos indesejáveis ao meio ambiente e à coletividade decorrentes dos processos de produção social, uso e manutenção do produto-cidade. Em síntese, significaria reverter a lógica de um sistema que despende muito e absorve quase nada. Tal proposição implicaria também uma gestão descentralizada da coisa pública, só possível — como certamente alertaria Marcelo Lopes de Souza — num "macrocontexto social diferente: [que] pressupõe uma sociedade basicamente autônoma".[48] No entanto, mesmo no interior de uma ordem social heterônoma, é preciso perseguir qualquer possibilidade de reconciliação do homem com a natureza nas cidades, sem o que dificilmente descobriremos caminhos para a autonomia.

Retomemos a questão: por que transformar as favelas à imagem e semelhança da cidade formal? Por que enquadrá-las nesse modelo hegemônico de urbanização que evidencia cotidianamente sua incapacidade de promoção de equilíbrio social e ambiental? A quem interessa a expulsão dos pobres ou o seu enquadramento ao mundo administrado? A quem interessa subtrair de seus territórios e de seu controle justamente aquelas porções que conservaram atributos ambientais tão valorizados atualmente?

48 Souza, *Mudar a cidade*, [2001] 2010, p. 205.

É forçoso admitir que as políticas públicas que vêm atingindo as favelas, em Belo Horizonte, têm consumado processos de despossessão capitaneados pelo Estado e legitimados — é bom que se frise — pela totalidade social. Responsabilizar apenas o Estado ou as elites econômicas pela produção e manutenção das desigualdades sociais ou dos privilégios de classe é uma postura cômoda, embora recorrentemente assumida por muitos de nós, incluindo cidadãos de boa-fé que veem a si próprios como defensores de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim se preservam privilégios. Assim se perpetuam as desigualdades sociais duráveis, imprescindíveis à reprodução ampliada do capital. Favelas, problemas viários, inundações, medo e insegurança cotidianos são determinados pelo modo de produção social das cidades capitalistas e têm sido extremamente funcionais ao capital.

Ao capital não interessam cidades justas e saudáveis: o produto interno bruto cresce com o crescimento de acidentes automobilísticos, com o aumento das doenças, com os investimentos para recuperação de tragédias urbanas, com a construção de complexos penitenciários e com o aumento da população carcerária.

A supremacia do saber científico que, ao fim e ao cabo, é a garantia de manutenção dos privilégios de classe, está tão naturalizada e cristalizada na sociedade contemporânea que faltam os elementos para conceber um mundo qualitativamente diferente. Não sabemos do que seriam capazes as demais tradições numa hipotética sociedade livre, de Feyerabend, desfrutando dos mesmos direitos e igual acesso aos centros de poder. Penso, entretanto, que as ocupações de favelas nas pequenas cabeceiras de drenagem dos córregos urbanos poderiam se adequar bem aos propósitos de constituição de grupos especiais, capazes de combinar flexibilidade e respeito por todas as tradições, fortalecendo-se mútua e gradativamente em contraposição ao "racionalismo estreito e egoísta daqueles que usam nossos impostos para destruir as tradições dos contribuintes, para arruinar sua mente, violentar seu meio ambiente e [...] transformar os seres humanos viventes em escravos bem treinados de sua própria e árida visão de vida".[49]

Assim, os microprocessos instalados para a recuperação e potencialização das qualidades específicas das áreas de cabeceiras poderiam fortalecer as estruturas sociais e políticas que autoproduziram e consolidaram as favelas nos seus entornos, protegendo-as mutuamente

49 FEYERABEND, *A ciência em uma sociedade livre*, [1978] 2011, p. 15.

— cabeceiras e favelas — de serem subsumidas pelos esquemas tradicionais de gestão urbana.

Por fim, se a alienação do homem na moderna sociedade capitalista reflete um processo econômico no qual a natureza transformada pelo homem também o transforma, a natureza restaurada pelo trabalho humano pode também restaurar o humano. A reversão dos processos de degradação da natureza, ou melhor, da socionatureza, só me parece possível pela instauração de processos coletivos de trabalho que se proponham a uma apropriação social da natureza qualitativamente diferente para reconciliação primeira do homem urbano com a natureza externa e a necessária reconciliação consigo mesmo e com sua espécie para a construção de novas categorias produtivas, fundadas na ética. Se o convívio de populações urbanas com cursos d'água degradados é uma realidade facilmente identificável nas metrópoles brasileiras, a condição para que haja convívio harmonioso entre gente e água limpa está para ser construída.

[2016]

As palafitas do Rio Anil

Joana Vieira da Silva | Silke Kapp

Como parte das incursões do MOM na história de espaços autoproduzidos nas cidades brasileiras, Joana realizou sua pesquisa de mestrado, orientada por Silke, acerca das palafitas de São Luís do Maranhão, que conhecera como profissional, num trabalho coordenado por Frederico Burnett, no âmbito das intervenções do PAC na área. O texto que segue, escrito para um congresso em Portugal, sintetiza o registro da memória dessa cultura construtiva, desde o processo de ocupação do mangue do Rio Anil até os procedimentos típicos de construção das casas. Além disso, contrapõe a erradicação das palafitas recentes — que é, também, erradicação de um modo de vida — à política de preservação de (ruínas de) palafitas antepassadas, em países europeus e no próprio Maranhão.[1]

A cidade brasileira de São Luís, capital do estado do Maranhão, foi fundada no século XVII, num promontório alto de uma ilha costeira, na Baía de São Marcos, entre a foz dos rios Bacanga e Anil. Seu território é parte da recortada costa norte do Brasil onde a ação do Atlântico produziu amplos estuários e inúmeras ilhas, baías e enseadas, com extensas áreas alagadiças, inundadas ao ritmo das marés, os mangues, ecossistemas de transição entre o ambiente marinho e terrestre, com solo lodoso e grande riqueza biológica, onde predomina uma vegetação própria, com o mesmo nome. Num desses mangues, na margem esquerda do Rio Anil e na vizinhança do núcleo urbano de fundação da cidade, se formou a favela de palafitas que é tema do presente artigo. Hoje, a área, que fora uma reentrância costeira, está quase toda aterrada e asfaltada, encontrando-se poucas evidências desse modo de construção.

1 Primeira publicação: As palafitas do Rio Anil: memória de uma cultura construtiva em vias de erradicação. In: *Anais do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira: culturas partilhadas*. Porto: Universidade do Porto, 2016, pp. 1109–1120.
Cf. VIEIRA DA SILVA, *Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão*, 2016.

O termo palafita é usado correntemente no Brasil para designar ocupações informais de casas construídas sobre estacas de madeira, em áreas alagadiças, e por isso sempre consideradas precárias. Mas cabe lembrar que a origem do termo (do italiano *palafitta*, tapume de estacas) e os modos de construção que lhe são associados historicamente não corroboram essa conotação negativa.

Em Portugal, as "palafitas avieiras" da bacia do Rio Tejo foram redescobertas recentemente como objeto de investigação, exemplo de patrimônio cultural a preservar e possível atração turística.[2] No mesmo sentido, na Europa central, as palafitas do chamado arco alpino foram classificadas em 2011 como patrimônio cultural da humanidade.[3]

Já no caso da favela do Rio Anil, a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (SECID-MA) elaborou, em 2008, em parceria com o governo federal brasileiro, um vasto projeto de urbanização tendo como uma das principais metas a total erradicação das palafitas.

O objetivo do presente texto é dar a conhecer e inserir na discussão especializada essa cultura construtiva brasileira, já que, ao contrário dos seus análogos em Portugal ou em outros países da Europa, tem sido desconsiderada.

Nas seções que se seguem, começaremos por apresentar em linhas gerais o processo de formação, transformação e erradicação do assentamento, para então descrever o modo de construção propriamente dito e finalmente discutir alternativas de atuação nessas áreas.

As informações foram organizadas no âmbito de uma investigação em curso e resultaram de pesquisa documental, de observações in loco e de conversas com moradores.[4] As últimas foram realizadas de forma dirigida durante um trabalho de campo, entre janeiro e março de 2016. Durante esse trabalho de campo, foram ainda localizadas fotografias

2 Cf. GASPAR & PALLA, Construções palafíticas da bacia do Tejo: levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira, 2009; MARAFONA, *O assentamento avieiro da Palhota: caracterização do património* vernacular, 2014.

3 Em resposta a uma candidatura apresentada pela Suíça, que incluiu seis países (Áustria, França, Alemanha, Itália, Eslovênia e Suíça), foram inscritos cento e onze sítios arqueológicos na lista de patrimônio da UNESCO.

4 As conversas e entrevistas foram conduzidas, em 2016, com moradores dos bairros Camboa, Liberdade, Fé em Deus e Alemanha, onde estava em curso o PAC do Rio Anil, entre os quais Ana Santos, Basílio Durans, Joberval Bertoldo, José Américo, Tássio Ribeiro, Vitória Barbosa e Valdimar Santos, citados e apresentados ao longo do texto.

aéreas que permitiram situar parte do processo de ocupação e verificar a evolução morfológica do assentamento. Quanto às observações in loco, foram feitas também no referido período, mas acabaram agregando considerações decorrentes da participação profissional de uma das autoras nos trabalhos da SECID-MA entre 2012 e 2014.

Devemos ressalvar que pesquisas anteriores e registros documentais sobre as palafitas de São Luís são extremamente escassos, de modo que o presente artigo é uma sistematização preliminar com muitas lacunas a preencher.

Da formação à erradicação

Nos primórdios da ocupação do mangue na margem esquerda do Rio Anil estiveram as habitações dos operários da Fábrica de Fiação e Tecidos da Camboa, que ali se estabeleceu em 1890. Construída numa porção de terra tipo península, flanqueada por áreas de aluvião, a fábrica se beneficiou das facilidades de transporte oferecidas pela ampla embocadura do rio. Essa mesma estratégia justificou, em 1918, a instalação do novo matadouro municipal nas imediações, já contando com a proximidade da estrada de ferro, que estava então em construção. Essa linha férrea, inaugurada em 1929, acabou traçando o limite urbano, ou seja, a fronteira entre a cidade, bem definida em terra firme, e o mangue, parcialmente inundado duas vezes por dia e chamado por muitos habitantes locais apenas de *maré*. Mais tarde, na década de 1940, duas grandes indústrias de óleo de coco babaçu ainda se instalaram na área.

Todavia, o expressivo aumento populacional e o avanço das construções ocorreram essencialmente a partir da década de 1960, quando todas as indústrias mencionadas já haviam encerrado as atividades. O êxodo rural, característico desse período em todo o Brasil, trouxe muitos migrantes a São Luís. Eles encontraram no mangue um lugar para se instalar fora dos olhos e dos interesses das instituições econômicas e políticas dominantes.

Se ocupações informais são, por definição, aquelas que se constituem à revelia do controle formal das instituições de Estado, os dados demográficos a seu respeito tendem a ser frágeis, provindo ora de estimativas, ora de levantamentos logo ultrapassados pelas rápidas transformações da realidade. No caso da favela em estudo, a citada Secretaria das Cidades do Maranhão elaborou, em 2008, um levantamento para

definir as metas do vasto programa de urbanização destinado àquele território, o PAC do Rio Anil.[5]

Nesse mesmo ano, a SECID-MA deu início às obras com base num projeto que acabou por fixar como objeto de intervenção uma área de 175 hectares ocupada por cerca de treze mil famílias, das quais perto de três mil estariam morando em palafitas sobre a água e as restantes na chamada área seca.

Entre outras metas, houve duas que foram ganhando protagonismo: a total erradicação das palafitas, cujos moradores seriam transferidos para novos apartamentos a construir na área, e a construção de uma avenida beira-rio sobre um extenso aterro que funcionaria como cintura para impedir o avanço de novas construções informais.

Não houve estudos aprofundados sobre os modos de vida da população local, mas a orientação a priori para a erradicação das palafitas. Hoje [2016], o PAC do Rio Anil está em fase de conclusão. Foram entregues 832 apartamentos-padrão em prédios de quatro andares e dezesseis unidades, distribuídos em três conjuntos. Concluíram-se, ainda, cerca de quatro mil das seis mil "melhorias habitacionais", outra das metas do programa, que consistia em intervenções pontuais nas moradias precárias consideradas 'consolidadas', porque estabelecidas em terra firme.[6]

A avenida beira-rio foi construída e inaugurada parcialmente no final de 2014. Depois de uma primeira tentativa fracassada, a obra, de fato, conseguiu interromper o fluxo das marés no antigo mangue e o acesso direto de seus moradores ao rio.[7] (Embora não tenha conseguido impedir que um pequeno núcleo de novas palafitas esteja timidamente a surgir do lado de lá da avenida.)

Como era de esperar, não há registros cartográficos do processo de ocupação desse território, nem houve qualquer estudo etnográfico

5 O PAC do Rio Anil resultou de uma parceria entre o Ministério das Cidades e o Governo Estadual do Maranhão e foi assinado com "cláusulas suspensivas" devido à falta de elementos do projeto.

6 Com as obras de aterro e o impacto do bate-estacas para a construção da avenida, ocorreram danos em muitas habitações consideradas 'adequadas', que acabaram por ser incluídas nesse serviço. O número (seis mil) reflete já esse acréscimo. Redefinições do projeto, como essa, aconteciam continuamente durante a sua implementação.

7 A primeira solução adotada para a contenção do aterro foi um sistema de paliçadas de madeira, que eram desfeitas constantemente pelas marés, revelando a falta de conhecimento básico sobre a realidade local. Posteriormente, foi adotado o sistema de contenção com molhe de pedra e aterro em terra armada.

anterior à intervenção do PAC.[8] Essa circunstância de erradicação de um tipo de moradia e de apagamento de um contexto particular de relações sócio-espaciais e socioambientais nos motivou a estudar a história das palafitas no estuário do Rio Anil.

Do processo de ocupação

O processo de ocupação da favela em estudo teve muito em comum com a história de outras ocupações urbanas informais e pobres (em relação aos níveis mínimos de consumo supostos para uma vida urbana dita digna). Nas grandes cidades de todo o mundo 'em desenvolvimento', os migrantes recorreram a conhecimentos do seu contexto cultural de origem e os adaptaram, de maneira mais ou menos bem-sucedida, aos recursos a que conseguiram ter acesso num meio físico, social, cultural e econômico novo. Os aspectos comuns a essa transposição dolorosa, que transformou grupos sociais inteiros em pobres urbanos e transformou o vernáculo em informal, já foram amplamente descritos e criticados.[9]

Mas a ocupação do Rio Anil também se distingue de processos comparáveis. No mangue, canais e subcanais formam potenciais redes de água, esgoto e transporte fluvial, enquanto qualquer acesso a pé exige previamente um esforço coletivo de construção de vias sobre a água. À diferença, por exemplo, de favelas formadas em morros, em que a ocupação começa pelas casas, inicialmente sem grande preocupação com a linearidade dos caminhos, no mangue não é possível erguer uma casa antes de garantir uma estrutura prévia e compartilhada de acesso. Assim, cada nova porção da favela do Rio Anil constituiu um pequeno território, solidário e relativamente isolado das demais porções.

A pesquisa de campo confirmou nossa suspeita de que os moradores também realizaram coletivamente o aterro de pelo menos uma parte dos caminhos de madeira. Se no início haviam fabricado um território sobre a água, numa segunda fase de consolidação da ocupação passaram

8 Houve um projeto governamental anterior, o PROMORAR, realizado no início dos anos 1980 e financiado pelo Banco Nacional de Habitação, que previa a construção de lotes urbanizáveis e habitações, do qual não encontramos estudos. O projeto não foi concluído e a principal ação consistiu num extenso aterro por dragagem, havendo também vestígios da definição do traçado de algumas ruas.

9 Cf. TURNER & FICHTER, *Freedom to build: dweller control of the housing process*, 1972; FATHY, *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*, [1976] 1980; ILLICH, *Shadow work*, 1981; KAPP & BALTAZAR, Vernacular metropolitano, [2012] nesta edição, v. 2, pp. 339–350.

a fabricar sua própria 'terra firme'. Os entrevistados se referem a essa fase como grande conquista, frisando a ausência de apoio externo e a contraposição a obras públicas. Também chama a atenção o fato de não usarem o termo *aterro*, mas palavras como *entulhar* e *entulhamento*. Isso indica que, mais do que no produto final (aterro), o imaginário coletivo se concentra no material (entulho) e no processo (entulhar), como que mantendo presente a memória dos recursos e esforços ali investidos, que abrangem desde tempo e trabalho braçal até uma extraordinária capacidade de organização. "*Aqui era tudo maré e a gente é que foi entulhando*".[10] "*Nós entulhamos e não tivemos ajuda de poder nenhum, [...] aqui só em época de eleição é que eles aparecem*".[11]

Segundo contaram vários moradores, os aterros começavam linearmente pelas vias de madeira e logo se expandiam para a frente das casas, que assim podiam ganhar uma fachada de alvenaria, mas permaneciam com os fundos sobre estacas e abertos para a água, o que permitia o acesso direto dos barcos de pesca e o escoamento dos esgotos. É possível observar que essa lógica de organização com frente e fundos resultou em quarteirões mais ou menos regulares, em que os fundos, após o aterro, passaram a ser quintais, reconhecíveis nas fotografias aéreas pela mancha verde de vegetação.

Da construção das casas

A construção das palafitas na área do Rio Anil não seguiu uma técnica única e homogênea, porque muito dependeu das características específicas de cada porção do território e da disponibilidade de materiais e recursos no momento das obras. Podemos, todavia, sintetizar algumas características recorrentes, descritas pelos entrevistados e observadas nas palafitas ainda existentes ou em construção na outra margem do rio.

Uma palafita de dezoito metros quadrados (três por seis metros) se faz em cerca de duas semanas e consome aproximadamente cento e cinquenta estacas e "*vinte quilos de pregos de todo tamanho*", como diz

10 Ana Lea Santos nasceu em Alcântara e chegou a São Luís na década de 1980, adolescente e grávida, para trabalhar como empregada doméstica. Após o parto foi morar com a mãe numa palafita. Hoje é professora e dá aulas particulares de reforço na sala do apartamento que ganhou pelo PAC.

11 Vitória Barbosa nasceu em Alcântara e se mudou para São Luís na adolescência. Mora numa palafita, mas apenas os fundos estão sobre estacas, pois a rua da frente e o espaço sob a casa já foram aterrados. Está em vias de transferência para um apartamento, construído pelo PAC.

o senhor Tássio Ribeiro.[12] Os construtores distinguem genericamente entre *pau de mangue* e *madeira do mato*, mas à pergunta sobre o tipo de madeira não respondem com muita clareza — "*tem de toda a qualidade*, *tem bacuri... tem toda madeira*". Preferem o mangue vermelho para as estacas, porque tem os paus mais grossos e resistentes, que se preservam na lama, o seu habitat natural, e demoram mais tempo a apodrecer que outras madeiras. Da sua casca provém ainda uma resina rubra que é uma das tinturas mais eficazes para colorir as velas dos barcos, uma vez que "*fecha bem o pano*", tornando-o resistente ao vento e ao salitre agressivo da maresia.

No entanto, hoje as estacas são compradas sobretudo nos vários depósitos de construção existentes na Avenida da Camboa — onde no passado existiu a linha férrea — ou diretamente no cais, dos barcos que chegam do interior.[13] Segundo o senhor José Américo, "*agora apenas chega madeira do mato* [...] *porque pau de mangue o Ibama não deixa* [...] *por causa da desmatação que está demais*".[14] As peças que vimos empilhadas no cais custavam cerca de dez reais por unidade e vinham com cinco metros de comprimento e um dos topos afiados. Eram peças de seção circular, troncos roliços de madeira bruta, muito usados na construção civil também para escoramento de lajes. Se se pode investir mais, ou quando se pretende construir uma palafita de dois andares, recorre-se às *pernas-mancas*, peças serradas industrialmente, de seção quadrada e "*madeira segura: pau-darco, tatajuba*, *que chegam a resistir quinze anos*".

O piso ou *assoalho* de uma nova palafita costumava seguir a altura da ponte que lhe dava acesso, subindo um pouco. "*De oito em oito dias, a maré fazia a limpeza geral*",[15] nem sempre havia muita preocupação com

12 Tássio Ribeiro é construtor de barcos e de palafitas, e também pescador com barco próprio. Nasceu em Alcântara, onde viveu até os dezessete anos, quando foi para a capital "tirar os documentos e se alistar no exército", mas não serviu e por ali ficou, e construiu a sua palafita. Hoje mora num apartamento do PAC. Quando o entrevistamos, tinha acabado de construir uma palafita para a filha, na margem oposta do rio.

13 A avenida foi construída no leito da ferrovia, desativada e desmantelada nos anos 1970; constitui uma parte do chamado anel viário, que delimita no seu interior o 'centro' da cidade.

14 José Américo é carpinteiro naval. Oriundo de Alcântara, onde nasceu, mudou-se para São Luís com a família para que os seus filhos pudessem ali frequentar uma escola.

15 Basílio Durans nasceu em Perimirim e foi para a capital aos vinte anos, na década de 1960, morar com a madrinha, empregada doméstica que habitava numa palafita na Liberdade. Mais tarde, construiu a sua própria palafita que, na sequência de melhorias e aterros feitos pelo próprio, é hoje uma casa de alvenaria, de dois andares. Participante ativo em movimentos de defesa de palafitados e favelados e em grupos culturais, gere hoje um depósito de material de construção, no mesmo bairro.

eventuais inundações. Mas, desde que a energia elétrica e os eletrodomésticos chegaram (*grosso modo*, nos anos 1980[16]), os construtores previnem-se para a água não entrar na palafita, mesmo com a maré cheia. Primeiro fincam um pau, que é marcado pela maré de lua — quando a água do mar atinge o seu nível mais alto[17] — depois "*sobe meio metro acima da altura da maré porque a tendência* [da palafita] *é só arrear*".

Definida a altura do piso, trata-se de *fincar na lama* as estacas da casa, também chamadas de pernas, paus ou mourões: "*A gente vai batendo, batendo, até sentir* [a lama] *endurecer, até não ir mais*". Joberval Bertoldo lembra os ensinamentos dos mais antigos sobre a importância de perceber as diferenças de densidade do solo: "*Debaixo da lama mole tem o teso, que já é terra firme*".[18] Também chamada de tabatinga, é uma terra argilosa, mais densa que a lama. Em média, três metros da estaca são afundados na lama até à tabatinga, e dois metros separam a superfície desse solo lamacento do *assoalho* da casa.

Nas estacas são pregadas ou aparafusadas as travessas, formando um sistema porticado simples, via de regra, sem contraventamento. Aqui começa a ser utilizada a furadeira elétrica — a única ferramenta elétrica — que é conveniente para não lascar a madeira, senão "*em pouco tempo penetra água e a madeira apodrece mais rápido*". Em cima das travessas assentam-se ainda os barrotes, onde se vão sobrepor as tábuas que formam o piso: "*Como uma mesa, onde se vai construir a casa em cima*".

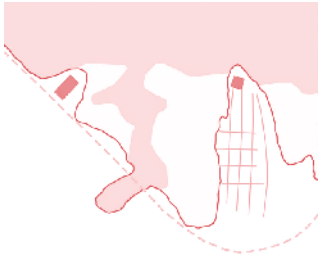
As paredes têm uma estrutura pontual, feita muitas vezes de peças roliças iguais às que serviram de estacas, como que prolongando essas, em todo o perímetro da *mesa*. Pelo interior, pregam-se, a essas peças verticais, tábuas na direção contrária, subindo quase em simultâneo. Dessa forma, com a estrutura no exterior, as paredes internas ficam lisas e contínuas. A fachada da frente recebe certas atenções, ficando a estrutura do lado de dentro, de forma a garantir a referida continuidade,

16 Esse período é aproximado devido à referida descontinuidade territorial e porque a energia elétrica chegava muitas vezes pontualmente, por favores de políticos a determinado núcleo de vizinhança.

17 Formalmente chamada maré de sizígia, acontece nas luas nova e cheia, quando as forças de atração do sol e da lua se somam, produzindo as mais altas preamares e as mais baixas marés baixas do ciclo. As marés de quadratura, chamadas de 'marés de quarto' acontecem na lua crescente e minguante, quando as referidas forças de atração se opõem, originando oscilações de menor amplitude.

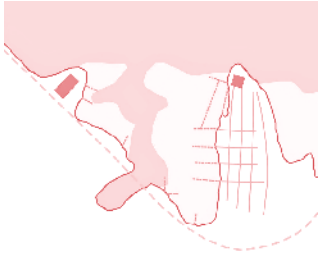
18 Joberval Bertoldo é engenheiro mecânico aposentado. Nasceu na Fé em Deus, onde os pais se instalaram quando vieram do interior e o pai construiu uma palafita.

Palafitas do Rio Anil: avanço sobre o mangue e aspectos das pontes e do exterior das casas (PAC RIO ANIL e Joana Vieira, 2008).



Década de 1950

À esquerda, a fábrica têxtil e, à direita, o matadouro com as ruas de acesso. Em tom mais escuro, o Rio Anil; em tom mais claro, a área de aluvião.

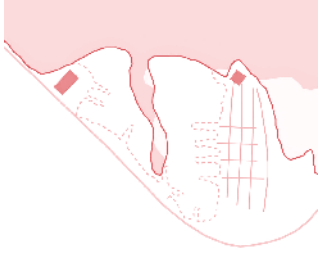


Década de 1960

Franjas de palafitas começam a avançar para o interior do mangue, no seguimento das ruas existentes, implantadas com o matadouro.

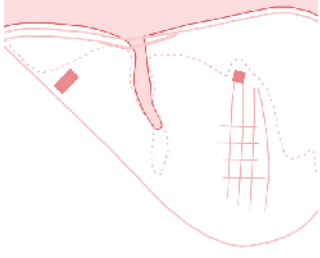
Década de 1970

Começam os aterros lineares feitos pelos moradores. Prosseguem as palafitas com suas pontes avançando sobre a área de aluvião.



Década de 1980

Grande aterro por dragagem feito no âmbito de um programa de urbanização não concluído.



Década de 2010

Ampliação do aterro e construção de avenida marginal ao rio (PAC RIO ANIL). Algumas palafitas permanecem, bordejando o canal, agora mais estreito e curto. (Diagramas elaborados por Joana Vieira, 2016).

dessa vez, na superfície exterior da parede. É frequente pregarem-se ainda tábuas ou ripas finas cobrindo as juntas das primeiras tábuas.

São abertas, via de regra, uma porta e uma janela, bastando não fechar o vão que se pretende aberto, coincidente com os intervalos da estrutura.

Uma vez que as palafitas costumam ser construídas em linha e apesar de as paredes vizinhas nunca se encostarem, não costuma haver aberturas nas fachadas laterais, resultando estreitos intervalos entre as casas. Nos fundos, onde se situa a cozinha, pode existir um tipo de abertura conhecido como *jirau*, uma espécie de bancada que se prolonga do lado de fora, permitindo que a água da lavagem de alimentos ou utensílios caia diretamente no canal.

Para além das tábuas, a vedação pode fazer-se com painéis de compensado, também chamado madeirite (contraplacado, em português europeu), ou com lonas de plástico. É muito frequente apresentarem retalhos ou emendas posteriores de diferentes materiais, sempre aplicados pelo exterior. Anteriormente, já foi muito usada a meaçaba, que é uma esteira de fibra trançada das folhas da palmeira de babaçu, material de que já foram também feitas portas e janelas.

A cobertura assenta sobre caibros que se apoiam em terças apoiadas nas próprias paredes. Tem geralmente duas águas, mas a cumeeira tanto pode ser paralela à direção da ponte — a solução mais frequente — como ter a direção oposta (o fato de as casas nunca se encostarem permite o escoamento das águas pluviais também pelos lados).

Tássio Ribeiro lembra-se que, quando construiu a sua primeira palafita, em 1991, só o piso e a frente eram de tábua, enquanto as laterais eram de papelão e a cobertura, de palha. Esse tipo de cobertura deu lugar aos painéis de madeirite e às telhas onduladas de fibrocimento (conhecidas como *Brasilit*, que é o nome de um fabricante). Telhados de cerâmica praticamente não existem: "*A telha colonial não presta porque é muito pesada*". Mas na cumeeira, onde os dois ângulos de placas de *Brasilit* se encontram, é frequente uma linha de telhas de cerâmica, eficazes nessa solução de remate devido também ao seu peso.

A cobertura projeta-se para além da linha das paredes de forma a protegê-las da chuva. Observam-se casas com alpendre na entrada, apesar de não serem a maioria.

Nos fundos, pode haver uma porta, que dá para uma plataforma onde se ancora o barco e para o banheiro exterior — por vezes distante da casa, mas individual, acessível através de um passadiço de madeira.

Quando as casas são construídas em áreas de mangue aberto ou sobre canais, mantém-se o acesso original.

Quando a casa tem dois compartimentos, a parede divisória é paralela às fachadas frontal e posterior, ficando a sala na frente e o quarto com a cozinha, nos fundos. Quando tem mais compartimentos, organiza-se um corredor lateral, em frente à porta de entrada, que termina na cozinha ao fundo. O acesso ao quarto, que fica no meio, com ou sem janela na parede exterior lateral, é feito pelo corredor ou diretamente pela cozinha. Se a casa vai aumentado para o fundo, adiciona-se um quarto, junto ao que existe, no meio, mantendo a organização base.

Antes do trabalho de campo, levantamos a hipótese de que os procedimentos para a construção das palafitas poderiam ter afinidade com as técnicas da carpintaria naval, uma vez que muitos dos moradores do Rio Anil eram ou ainda são pescadores. De fato, os dois ofícios usam o mesmo material e as mesmas ferramentas: serrote, enxó, machado, plaina e furadeira. No entanto, os poucos artífices que trabalham em ambos dizem taxativamente que "*não tem nada a ver*". Como explicou Valdimar Santos, barcos têm de ser construídos "*no seco*", de preferência em estaleiro coberto, enquanto a palafita "*constrói já na água mesmo e sempre continua no mesmo lugar*".[19] Nas embarcações, as juntas das pranchas devem ser perfeitamente vedadas (utilizam uma mistura de óleo de mamona e cal), enquanto, nas palafitas, é até uma vantagem a ventilação trazida pelo "*ar-condicionado natural que entra nas brechas das tábuas*", como lembrou Basílio Durans. Apenas um entrevistado mencionou que seu pai usava entalhes de embarcação na pregação dos elementos estruturais das palafitas.[20]

Da palafita à alvenaria

As declarações apresentadas, assim como o contraste entre a pintura mais caprichada dos barcos e a falta de acabamento externo em muitas palafitas, indicam a distância social entre as duas práticas. Enquanto a

19 Valdimar Santos pesca desde os oito anos. É pescador profissional, sem barco próprio. Nasceu em São José de Ribamar, um dos municípios que formam a Ilha do Maranhão (os outros são Paço do Lumiar, Raposa e São Luís), e mudou-se para a Camboa nos anos 1980.

20 Joberval Bertoldo diz que seu pai "sempre teve igarité" e trabalhou numa "costeira". Igarité é um pequeno barco, e costeira é a designação local das embarcações de navegação costeira, que pescam em mar aberto e eventualmente em águas internacionais.

carpintaria naval é de fato entendida como um ofício, um saber-fazer especializado e respeitado, a construção de palafitas não tem o mesmo status, ainda que, via de regra, se chame alguém familiarizado com carpintaria ou construção civil para as construir. A nossa interpretação é de que esse relativo desprezo por um saber do qual muitos dependeram por tanto tempo é correlato ao desprezo pelas moradias que ele produz. Ambos — desprezo pelo processo e pelo produto — provêm das instituições a que os moradores da favela do Rio Anil inevitavelmente estão sujeitos e cujo ideário tendem cada vez mais a incorporar: a palafita é, necessariamente, uma forma de habitação precária.

Assim, parece-nos que o processo de substituição das palafitas do Rio Anil por casas de alvenaria ou por prédios de apartamentos está muito mais relacionado a motivações simbólicas dos moradores e a ações diretas do Estado (simbólicas e físicas) do que a técnicas e materiais construtivos.

Não são necessariamente questões materiais que motivam a preservação ou a erradicação, se técnicas construtivas semelhantes podem servir de pretextos para ações tão distintas como as que estão em curso nas palafitas do Rio Anil e nas palafitas do Rio Tejo. Também no próprio Maranhão, não muito longe de São Luís, se desenvolvem estudos profundos sobre as ruínas palafíticas da região dos lagos, identificadas já no passado como "a civilização lacustre do Brasil"[21] e herança de culturas indígenas anteriores à chegada dos europeus. Enquanto se produzem maquetes de reconstituição dessas culturas desaparecidas, na favela do Anil, o aniquilamento parece ser a única resposta defendida pelas políticas públicas e praticada pelos programas de urbanização.

Nesse sentido, apresentamos o processo de construção e ocupação dessa favela como memória de uma cultura construtiva em vias de erradicação. Acreditamos que há outros caminhos possíveis para os programas governamentais e, ao contrário de bloquear os modos de vida instituídos e limitar oportunidades — como aconteceu com a construção da avenida marginal que obstruiu a conexão com o rio —, devem procurar-se soluções que aumentem as possibilidades dos habitantes. São soluções que vão no sentido do apoio à transmissão de conhecimentos e técnicas, à valorização de atividades e saberes que ali

21 Esse legado de ruínas de habitações construídas sobre estacas, em estreita relação com o contexto hidrográfico da região, foi estudado e documentado inicialmente por Raimundo Lopes (A civilização lacustre do Brasil, 1924).

existem, como a pesca, a construção naval ou mesmo os rituais religiosos e de danças da cultura negra, que também ali se desenvolveram de modo intenso; soluções que podem passar também pela valorização das palafitas como cultura própria.

Se as palafitas daquela área já praticamente não existem, há em São Luís muitas favelas de palafitas, onde podem ser implementadas ações que considerem os modos de vida próprios.

[2018]

Pioneiras nas vilas da Serra

Silke Kapp | Camila Matos | Luna Lyra | Rodrigo Marcandier

No âmbito do já mencionado projeto *Place-making with older adults*, realizamos uma série de entrevistas com idosas da favela da Serra. Embora o foco inicial do projeto não fossem os assentamentos informais nem as mulheres, essas entrevistas revelaram histórias e condições de vida que merecem registro, visibilidade e reflexão. Entramos na pesquisa com alguma noção das discriminações de gênero, etnia, idade e classe, mas não da sua exacerbação mútua ou do que significam concretamente nas trajetórias de vida das mulheres negras e pobres nascidas entre as décadas de 1930 e 1950. O presente capítulo apresenta alguns dos temas que emergiram dessas entrevistas, recorrendo a muitas das falas das próprias entrevistadas e mostrando o quanto o 'trabalho de sombra' dessas mulheres vem sustentando nossa sociedade urbana. Uma investigação na mesma linha foi feita em 2019, e está sintetizada no capítulo "Mulheres em outras moradias".[1]

Contexto da pesquisa

Este texto é resultado parcial de uma pesquisa que tem por tema as condições de vida de pessoas idosas nas cidades contemporâneas. O objetivo geral da pesquisa, desenvolvida por uma rede internacional em três cidades brasileiras (Pelotas, Brasília, Belo Horizonte) e três cidades britânicas (Edinburgh, Glasgow, Manchester), é compreender como pessoas idosas experienciam os lugares urbanos em que vivem e o que poderia melhorar sua inserção na vida urbana. Em cada cidade foram definidas áreas de estudo abrangendo diversos níveis de renda e escolaridade. Em Belo Horizonte, isso incluiu as favelas conurbadas nas encostas da Serra do Curral, na região centro-sul, que a prefeitura

1 Primeira publicação: Envelhecer com a favela: mulheres pioneiras nas vilas da Serra. In: *Anais do III Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas, URBFAVELAS*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2018, on-line.
Cf. LYRA et al., Mulheres em outras moradias, [2019] nesta edição, v. 2, pp. 293–305; KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, [2020] nesta edição, v. 2, pp. 95–126.

convencionou denominar *Aglomerado da Serra*. Sua ocupação iniciou-se na década de 1920 e, desde a década de 1950, adensou-se significativamente também nas porções de relevo mais difícil, como as vilas Nossa Senhora de Fátima e Santana do Cafezal, onde concentramos nossas investigações.

Ouvimos pessoas idosas nas vilas da Serra mediante a aplicação de trinta questionários, dezesseis entrevistas convencionais (com os participantes sentados, olho no olho), sete entrevistas caminhadas (acompanhando a pessoa num de seus trajetos cotidianos), quatro diários fotográficos (deixando uma câmera com a pessoa para registrar lugares e eventos significativos) e duas oficinas coletivas.[2] Entre as quarenta e seis pessoas participantes da pesquisa na Serra — algumas participaram de mais de um método —, foram trinta e três mulheres e treze homens.

Embora todos esses participantes tenham histórias de vida que merecem ser contadas, ficou evidente que a desigualdade social e espacial da qual as favelas são produtos e (re)produtoras pesa particularmente sobre as mulheres. Uma parte imensa das carências estruturais foram e são suportadas, amenizadas e compensadas pelo "trabalho de sombra" que elas realizam e que permanece invisibilizado. Trabalho de sombra, no conceito de Ivan Illich, significa trabalho não pago, realizado para dar conta de necessidades que as modernas sociedades industriais criam, mas que não são supridas pelos bens e serviços que essas sociedades produzem na forma de mercadorias.[3] Ele inclui desde a educação (formal e informal) para o trabalho assalariado até as ações que o consumo de mercadorias exige para que de fato se tornem valores de uso. Em particular, ele inclui o trabalho doméstico predominantemente realizado por mulheres. A divisão sexual desse trabalho impõe às mulheres todas as funções relacionadas à chamada *reprodução*: a limpeza da casa, o preparo de alimentos, o cuidado com os idosos e as crianças, assim como a manutenção física e psíquica dos assalariados da família. No caso das vilas da Serra, além do trabalho de reprodução na própria casa, muitas mulheres precisaram e ainda precisam vender sua força de trabalho em empregos mais ou menos formais.

Na tentativa de contribuir — pouco que seja — para tornar visível sua condição e os obstáculos que enfrentam, apresentamos nas próximas

2 A pesquisa de campo foi realizada por Luna Lyra, Camila Matos e Rodrigo Marcandier.

3 ILLICH, *Shadow work*, 1981.

seções alguns temas que emergiram nas conversas com mulheres idosas das favelas da Serra. Embora se trate de um espaço singular, muitos desses temas hão de valer também para outras cidades brasileiras e suas favelas. Compreendê-los é fundamental a empreitadas, acadêmicas ou não, que tenham o intuito de apoiar melhorias em tais espaços urbanos cotidianos. Algumas possibilidades nesse sentido são apontadas na última seção do presente texto.

Cabe ainda uma observação preliminar. Utilizamos, sempre que possível, transcrições diretas de falas, porque a maneira como as mulheres contam suas histórias e comentam sua situação é mais eloquente do que qualquer síntese alheia. Isso nos levou a manter uma quantidade maior de citações do que recomenda a etiqueta acadêmica.[4] Entendemos que devem ser lidas e ouvidas, pois são raros os meios que dão voz a essas mulheres. De resto, representam apenas um pequeno extrato do material que elas nos confiaram.

4 Para tornar a leitura mais fluida, optamos por assinalar as falas das mulheres, quando aparecem no corpo do texto, apenas com itálico, sem aspas. As entrevistas citadas foram realizadas por Camila Matos e Luna Lyra, entre abril e junho de 2017. A letra 'E' indica uma entrevista convencional; a letra 'C' indica uma entrevista durante uma caminhada. Algumas mulheres concederam entrevistas dos dois tipos. Abaixo, seguem breves perfis. Todas as mulheres entrevistadas se autodeclararam negras ou pardas.
E1: 64 anos, na Serra desde 1960; vive com o marido; cursou até a terceira série, trabalha numa venda própria; não recebe aposentadoria nem tem carteira de identidade.
E5: 69 anos, na Serra desde 1990; vive com o marido, dois filhos e um neto; cursou ensino fundamental; é espírita e participa de um grupo de costura da igreja; apenas seu marido recebe aposentadoria.
E6: 66 anos, na Serra desde 1990; é solteira e vive com uma irmã; não sabe ler; trabalhou como doméstica e faxineira; recebe aposentadoria.
E7: 80 anos, na Serra desde 1985; viúva, vive com a filha e o genro; não foi à escola; trabalhou como doméstica e vendedora de cosméticos; recebe aposentadoria.
E9: 69 anos, na Serra desde 1982; viúva, vive com duas filhos e um genro; já adulta, completou o ensino médio; recebe aposentadoria, mas continua trabalhando como faxineira diarista.
E10 e C1: 82 anos, na Serra desde 1971; divorciada, vive com netos e bisnetos; estudou até o terceiro ano primário; é doméstica aposentada.
E13: 79 anos, na Serra desde 1990; viúva, mora sozinha; não foi à escola; recebe aposentadoria, mas continua trabalhando como faxineira diarista.
E14 e C3: 65 anos, na Serra desde 1974; vive com o marido; estudou até a quinta série; foi faxineira numa empresa, com carteira assinada; recebe aposentadoria.
E16 e C4: 78 anos, na Serra desde 1975; viúva, vive com um neto; teve 10 filhos, 21 netos, 22 bisnetos, 4 tataranetos; não sabe ler e escrever; trabalhou em faxina e depois montou um bar próprio.
C5: 60 anos, na Serra desde 1995; teve cinco filhos, mas nunca se casou; vive com um filho com necessidades especiais; é passadeira, mas parou de trabalhar para cuidar do filho.

Aqui não tinha nada

A favela da Serra é, hoje, relativamente bem provida de infraestrutura. Além de obras urbanas que os próprios moradores e a prefeitura realizaram pontualmente ao longo do tempo, a região foi, nos últimos quinze anos, objeto de uma grande intervenção, iniciada no nível municipal com o chamado Programa Vila Viva e depois impulsionada por recursos federais no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento. No entanto, como quase todas as mulheres idosas entrevistadas moram ali há décadas, elas pertencem a uma geração que chegou quando *não tinha nada*. Elas abriram um novo espaço urbano e construíram uma estrutura de sobrevivência.

Quase sempre vieram de áreas rurais de Minas Gerais e outros estados, com histórias difíceis, senão trágicas. A motivação para a migração era a fuga da pobreza e da fome, a busca de trabalho, a possibilidade de as crianças frequentarem uma escola e, em geral, a perspectiva de uma vida melhor. Uma dessas migrantes do campo disse simplesmente: *Eu gosto de trabalhar, sabe? E onde eu morava não tinha jeito da gente trabalhar,* [...] *era muito pobrezinho* (E16). Outra, vinda de uma *terra seca* em que *só fazendeiro sobrevive*, alude também a sonhos que a migração envolvia: *Eu já estava com dezoito anos e queria trabalhar pra vestir seda, crepe, esses negócio que era muito falado* (C1). Ainda outras evidenciam que não tiveram escolha.

> A gente morava no interior, ali pro lado do norte de Minas, Várzea da Palma, região de Pirapora. Meu marido morreu, eu voltei pra casa da minha mãe. Eu tinha muito menino. Aí eu vim pra cá, pra pôr os meninos na escola. Aqui fica mais fácil pra mim trabalhar, entendeu? E minha mãe também mudou pra cá, pra ela tomar conta dos meninos e eu trabalhar. (E9)

Algumas entrevistadas chegaram a Belo Horizonte com as famílias dos pais ou já com família própria. Outras chegaram trabalhando no serviço doméstico, em troca de abrigo e alimentação, na casa de pessoas que as trouxeram consigo do interior — falas como *minha mãe me deu pra um pessoal* indicam um trabalho análogo à escravidão, que às vezes suportaram por anos antes de chegarem à favela da Serra. Mas, num caso como noutro, foi a necessidade que as levou a morar ali, num lugar que *não tinha nada, era tudo mato*. Com empregos muito mal remunerados, não havia opção na cidade formal, ao mesmo tempo que suas

poucas oportunidades de renda — no serviço doméstico ou na faxina de estabelecimentos comerciais — dependiam da relativa proximidade dos bairros abastados da região centro-sul de Belo Horizonte. *A gente não tinha onde ficar* (C3). *Eu não tinha condições de pagar aluguel* (E5).

Frases como *aqui não tinha nada* caracterizam a situação apenas abstratamente. É preciso compreender suas implicações na vida cotidiana das mulheres, a começar por algo tão trivial como andar na terra e ter que chegar de pés imaculados a um destino onde 'ser limpo' é requisito de acesso (C5), ou *ficar com nariz tudo preto por dentro* (E1) da fumaça do fogão a lenha. O suprimento de água, lenha ou gás, a roupa e a comida, longas caminhadas pelo mato até um atendimento médico e dezenas de outros expedientes eram realizados pelas mulheres em prol de filhos, pais, maridos e irmãos mais jovens. Nenhum homem mencionou que fizesse algum desses serviços.

> Isso aqui era um buracão doido, menina! Descia um rio. Eu tinha um medo de andar aqui. As ruas eram cheias de árvores demais e nós não tava acostumado com aquilo. (E7)
>
> Banho era banho de caneco. Esquentava aquelas latonas assim. Não tinha rede de esgoto, era fossa. [As crianças] Ia crescendo e aí ia ajudando, carregando lenha, água. (E1)
>
> A gente cozinhava com lenha. O gás era uma vez no mês, que ele vinha. Às vezes que acabava no fim do mês, eu subia ali e eu buscava gás pros outros, pra ganhar vinte centavos. Eu buscava lá [...]. Porque lá tinha o depósito da Gasbrás. Eu buscava pra mim, buscava pros outros. Eu tinha muita força. (C1)
>
> A gente mesmo capinava os becos, a gente fazia os degraus de terra, punha tijolo. Carreguei muita água na cabeça. Nó, não foi fácil, não. (E14)
>
> Eu trabalhava fora, à noite, tomando conta duma senhora idosa. Daí de dia eu trabalhava com eles [uma ONG estrangeira] e de noite trabalhava com essa senhora. Era uma luta danada. Três horas da manhã, eu tava lavando roupa, fazendo a comidinha pra deixar pro meus filhos, pra mim ir trabalhar. Eu deitava, na hora que eu dormia, que eu acordava, tava chovendo, a água tava entrando dentro do barracãozinho. Pegava enxada e um plástico, botava na cabeça, meia-noite, uma hora da manhã e eu dentro da lama, do esgoto. (E16)
>
> Aqui nesse tempo não tinha leite. Morria muito menino de fome. É porque não tinha o que comer. (C4)
>
> Depois que perdeu pai e mãe, a gente ficava, assim, sem condições de alimentar direito, sabe? Deus ajudou que a gente começou a trabalhar. Tra-

> balhei, trabalhei. E Deus deu nós força pra trabalhar. Era uma luta que nós passamos. Só Deus que sabia o que a gente passava. (E6)

A articulação espacial da favela da Serra é marcada pela peleja das mulheres dessa geração, em particular pela prática de buscar água em nascentes e córregos: *primeira água*, *segunda água*, *terceira água* e *o canão* — uma adutora que leva água da Serra do Curral para os bairros da zona sul de Belo Horizonte, passando por dentro da favela sem conectá-la à rede, quase um sarcasmo urbano. Havia um vazamento nesse *canão*, onde elas pegavam água, tomavam banho e lavavam as próprias roupas e as dos patrões da zona sul. Também buscavam água num poço artesiano que um morador antigo havia furado junto à nascente do Córrego do Cardoso, num local até hoje conhecido como *Volta do João Gomes*. No atual Parque das Mangabeiras, então terreno da mineradora FERROBEL, havia uma torneira, que os seguranças deixavam que fosse usada por mulheres e meninas, mas não por homens e meninos. Era preciso encher dois tambores para abastecer uma família de cinco pessoas por uma semana, sem contar banhos e lavagem de roupas, o que demandava vinte e quatro viagens de casa até a fonte, às vezes bem distante. As mulheres que trabalhavam fora durante a semana passavam os domingos nessa tarefa, ainda enfrentando filas e brigas nas fontes. De idílio, a cantada *lata d'água na cabeça* não tinha nada.

> Busquei foi muita água na cabeça. Quando faltava aqui, a gente já foi na primeira água, na segunda água, terceira, já fui buscar no João Gomes. Nossa, foi uma luta muito grande! Antigamente, a água era carregada na cabeça. Nossa, grávida, carreguei muita água! (C3)

Poucas demonstram saudades desse tempo. A maioria das entrevistadas fala com entusiasmo das transformações nas últimas décadas, como redes de energia elétrica, água e esgoto, ruas e becos calçados, implantação de linhas de ônibus, e as recentes aberturas de vias e construções de prédios: *Em vista do que era aqui, tá ótimo agora* (E1); *Agora tá tudo no jeito, tá bom demais* (E13); *Teve uma melhora muito grande* (E5). Indicam também o sentimento de que conquistaram algo, pessoal e coletivamente: *Venci* (E13); *Essas vilas aqui, eu ajudei a construir* (E16); *Pedindo a Deus, orando, a gente conseguiu* (E14). Ainda assim, como se verá adiante, também há muitas que sentem as perdas que o processo implicou.

Conseguir uma casa

Remetendo ainda ao período em que as mulheres pioneiras da favela da Serra chegaram ali, cabe especial atenção à maneira como obtiveram suas moradias, isto é, terrenos e casas ou barracões. Há nesse aspecto uma divisão de gênero — sobretudo simbólica — distinta de outros setores do trabalho de sombra. Enquanto todas as tarefas acima mencionadas eram 'naturalmente' atribuídas às mulheres, duas coisas elas raramente faziam. Uma é a ação que definem como *invadir*: abrir novas frentes de ocupação, que correm maior risco de ser reivindicadas por outros ocupantes ou por supostos proprietários, e onde é menor o adensamento, e, portanto, a proteção de vizinhos. *A gente pegou uma parte que as pessoas já tinham invadido* (E5). Outra é a construção de casas de alvenaria e concreto armado. Enquanto a construção de adobe, pau a pique, madeira ou lata ainda era uma atividade comum também para as mulheres, técnicas e materiais 'urbanos' ficaram, em geral, reservados aos homens.[5]

Portanto, nas famílias sem homens adultos e dispostos a construir, as mulheres procuravam barracos já prontos e de posse relativamente assegurada, ou terrenos em que pudessem erguer um barraco de terra, madeira ou lata, para depois, por contratação e outras trocas, obter mão de obra masculina e erguer uma casa de alvenaria. Escambos e doações ou distribuição por políticos, candidatos ou lideranças foram tão comuns quanto as vendas informais. Tivemos acesso a um documento de 1975, escrito à mão numa folha de caderno escolar, em que uma mulher atesta ter recebido de outra "a importância de um milhão e duzentos cruzeiros pela venda que lhe fiz de um barracão de minha propriedade em terreno da Prefeitura no Beco da Meia nos fundos do barracão nº 54".

> Quando eu tava com os meninos tudo pequeno, uma amiga ficou sabendo que ia distribuir uns pedaços [de terra] ali. Eu vim e ganhei um pedaço. Construí primeiro de tábua, tampado com lata. (E10)
>
> A casa ficou igual a casa do coelho da história: vinha um, pregava uma tábua, vinha o outro, pregava outra tábua. (C1)

5 Cf. Kapp & Baltazar, Vernacular metropolitano, [2012] nesta edição, v. 2, pp. 339–350.

> Eu ganhei uma moradia. Porque eu não tinha e não tinha jeito de comprar. Aí um senhor pegou e me deu dois cômodos, lá perto do Hospital Evangélico. De lá foi que eu vim pra vila Fátima. (E16)
> A gente não tinha onde morar, ficava pagando aluguel sem ter condições. Até que a minha irmã conseguiu ganhar essas casinhas que tem aí. (E6)

Ouvimos histórias admiráveis de conquistas paulatinas dessas mulheres e vimos seus resultados. Por outro lado, a pressão imobiliária dentro da favela, em particular depois das intervenções recentes da prefeitura, desmanchou a lógica espacial para a qual essas casas foram produzidas. Uma fala em particular explicita essa questão:

> Quando eu vim era tudo beco, barro. A vida era mais difícil, mas era bem melhor dividido. Era uma vida mais tranquila. Hoje é tudo tumultuado. Criei meus filhos tudo aqui. Podia brincar sem problema nenhum. Hoje tá complicado e eu tenho vontade de mudar daqui [...]. Lá em casa tinha pé de laranja, gabiroba, mangaba. Mas o povo foi invadindo, invadindo e ficou só aquele miolinho. (E1)

A expressão *era bem melhor dividido* resume uma situação de menor adensamento, menos subdivisões e mais espaços abertos, fossem individuais, coletivos ou públicos. Além do aumento de densidade interna dos lotes, o tumulto urbano se aproximou das moradias. *De repente, minha filha, isso daqui encheu* (C3). Muitas entrevistadas mencionaram seu incômodo com a configuração atual, pelo adensamento, pelo barulho, pela supressão de áreas verdes, pela quantidade de carros num espaço em que antes dominavam os pedestres e por outros tipos de violência que a *evolução* implicou. Algumas das pioneiras até cogitam voltar para o interior, imaginando uma vida mais tranquila. Ao fim e ao cabo, o espaço urbano, que conseguiram criar com meios muito escassos e que depois passou a ser definido por instâncias heterônomas, constrange-as em atividades de que gostariam de se ocupar.

> Tem hora que eu penso em voltar pro interior pra mim plantar alguma coisa lá. Porque os meninos já tão criado, já cresceram, todos são de maior. Aí eu tinha vontade de voltar, porque aqui a cidade tá muito, assim, violenta. Apesar que a violência tá por todo canto! [...] Porque eu fui criada na roça. Inclusive, meu marido, o pai dele tinha um sítio. O pai morreu, a mãe morreu, aí ficou esse terreno lá. Eles dividiram e falou que eu tenho uma

> parte. Aí eu tenho vontade de construir uma casa lá, mas a aposentaria é tão pouca, né? [...] Eu até andei plantando uns pé de couve, mas não foi pra frente. Porque tem que ter ventilação, pro ar ter livre. Lá [no meu quintal] é muito abafado. Casa dum lado, casa do outro. Bate pouco sol no fundo. (E9)
>
> Era um silêncio, era um sossego. Agora não. O que mais me incomoda é o barulho, mas barulho não tem jeito. Esses jovens vêm com aqueles carros de som, altas horas da madrugada, duas horas da manhã, três horas da manhã. Você acorda. Aí daí a pouco vem outro. Então você não consegue mais ter aquele sono normal, que a gente tem. O barulho perturba muito. (E5)
>
> Eu gosto muito de planta. Lá [no interior] tem espaço pra mexer com a terra. Eu amo mexer com a terra. Jardim eu não tenho [aqui] não. É tudo plantado em lata. Mas tem planta. Adoro, adoro mexer com planta. (E1)

Fica claro que o senso de lugar das mulheres idosas da Serra é inseparável de sua história individual e coletiva de luta pela sobrevivência nesse espaço, mas também das qualidades espaciais que criaram ali a duras penas e que tendem a ser 'tratoradas' pela dinâmica urbana mais ampla e por intervenções externas supostamente participativas e de fato tecnocráticas.

Formação não escolar

A origem social e as histórias de migração dessa geração de moradoras da Serra fizeram com que a maioria tivesse pouca oportunidade de frequentar uma escola quando criança. Dizem *não tenho leitura*, e às vezes contam como retomaram os estudos depois de adultas. Para algumas foi uma experiência ótima; a outras faltou tempo, espaço, concentração.

> Eu morava na roça. Aí não completei nem a quarta série. Falei assim, *ô gente, a pessoa ficar aqui, morar na cidade e tem condição de estudar, é bom aproveitar o tempo*. Aí mandou eu fazer uma provinha lá na escola. Aí eu fiz a prova. Aí falou assim, *você pode ir pra quarta, você vai aguentar*. Antes de vencer o ano, tinha ponto suficiente pra ir pra quinta série. Aí eu reservei minha vaga aqui no Henrique Diniz [escola estadual]. Fiquei oito anos lá, depois de mais de quarenta anos que eu tinha de idade. Já tinha neto. Eu tomei bomba na sexta, tomei bomba na sétima. Mas eu não desanimava [...]. Eu fiz o ano todo, direto! Não pode dizer que eu fiz supletivo, coisa fácil, não. Final do ano eu passava e fui até o terceiro [ano do ensino médio]. Foi bom demais. Foi o tempo melhor da minha vida. (E9)

> Eu tinha muita vontade de estudar, mas na época que era mais nova não deu para estudar. Aí fiquei com uma paixão, mas não deu. Hoje é tão fácil! Dá pra trabalhar e dá pra estudar. Mas no meu tempo que eu estudei, era muito difícil. Depois eu casei nova e aí arrumei menino, e depois ficou mais difícil. E aí não deu para estudar mesmo. Quando eu tava com uns cinquenta anos mais ou menos, eu vim pra aqui, mas eu precisava trabalhar bastante. Aí comecei a estudar, mas não deu, parei. Não cheguei a fazer a série, não. Era muito difícil pra mim, trabalhando. Eu precisava muito trabalhar. Trabalhava longe, longe de casa, ficava cansada. (E13)
>
> Cheguei a estudar, mas não aprendi nada. Sabe por quê? Ela [a professora] me ensinava e eu, em vez de ficar concentrada no estudo, me dava tonteira. Aí depois de velha também eu falei assim, *ah não, eu tenho minha sabedoria e minha sabedoria tá comigo.* (E16)
>
> Fiquei na escola muito tempo na vida. Aprendi não. Mal e mal, mesmo até hoje, nem meu nome não sai muito certo, não. Então, tô tentando ver se começo, se acerto aí de novo direitinho. Às vezes tem coisa que escreve no quadro, eu copio. Escrever, escrever, isso a gente escreve, mas, assim, de juntar pra ler, ainda não entrou na cabeça não. (E6)

A implicação mais evidente da escolaridade reduzida e tardia é que ela manteve as mulheres em situações de exploração extrema, com todas as consequências da violenta desigualdade social brasileira e da não menos violenta discriminação de gênero. Mas há outras implicações: para quem lê e escreve pouco ou nada, o acesso a informações institucionais é restrito, de modo que, para conhecer os próprios direitos e fazê-los valer, dependem sempre da intermediação de alguém — *Fulano está olhando isso pra mim*. Várias das entrevistadas não têm aposentadoria pelo INSS, não porque não tenham contribuído, mas porque não souberam fazer o caminho burocrático para obter o benefício. Outras não têm a carteira de gratuidade para os ônibus, porque não sabem como fazer o requerimento.

Típico nesse sentido é o uso do pronome *eles* para representar a nebulosa entidade (masculina) responsável pelas condições da cidade, dos serviços e da sociedade em geral; talvez sejam os políticos, os ricos, os técnicos da administração pública, os doutores etc. *Porque tem tanta coisa pra eles fazer e eles não faz, entendeu? Você vê ó, hospital tá precisando de ajuda, não tem, creche tá precisando de ajuda, escola...* (E14). Nesse imaginário, o presidente da república — às vezes confundido com o prefeito — parece figurar como o chefe de todos *eles*: *O presidente da república tem que dar jeito de ajudar as pessoas que necessitam* (E14).

Outro aspecto relacionado à pouca escolaridade diz respeito às constelações familiares. Muitas entrevistadas se orgulham de filhas e filhos que estudaram, trabalham em empregos melhores que seus pais e moram em locais tidos por mais nobres. Mas são inúmeros os casos em que a geração dos filhos, hoje entre trinta e cinquenta anos de idade, continuou dependendo dos pais, porque, por um lado, rejeitou as ocupações desses e, por outro, não foi bem-sucedida em ocupações mais valorizadas socialmente. Os idosos — e isso vale para homens e mulheres — não transmitiram aos filhos os próprios conhecimentos práticos em áreas como o cultivo da terra, a lida com animais, a cozinha ou a construção, mas também não puderam ajudar os filhos na trajetória escolar, ainda que os estimulassem a estudar.

Ambíguas redes familiares

Talvez essa seja uma das razões para que as idosas da Serra tenham, nas suas redes sociais e familiares, papéis bem diferentes das idosas da classe média. Se essas últimas costumam dizer que não querem dar trabalho aos filhos, é comum que filhos e netos daquelas continuem 'dando trabalho'. Mães e avós idosas funcionam como arrimos de família, com posse garantida de um imóvel e uma pequena renda de aposentadoria ou de algum trabalho remunerado. As idosas cuidam de crianças, pagam as contas, provêm moradia e chegam a ser 'negociadas' entre os parentes.

Uma senhora de sessenta e nove anos contou-nos que mora com o marido, um filho esquizofrênico e uma filha que nasceu *com falta de oxigênio no cérebro*. Como se não bastasse, um terceiro filho deixou com ela a neta de dois anos, de quem agora cuida em tempo integral. Ela sonha com uma vida menos atribulada — *Agora que nós podia descansar* —, mas sente obrigação de ajudar.

> Então, eu fico louquinha. Eu falo pro meu marido, *sai com ela um pouquinho pra mim fazer o almoço*. Porque ela fica atrás de mim. Fogão é o perigo maior que existe, porque se puxar, já viu, né? E pra dormir? Se ela dormiu muito de dia, de noite ela custa a dormir. Ela, assim, fica muito carente — *vovó, colinho*. Eu não tenho o dinheiro, mas eu tenho as forças ainda pra ajudar, ajudar a ficar com ela, pôr na creche aí, pra ele [o filho] buscar. (E5)

Outra senhora, de sessenta anos, cuida de um filho adulto que caiu de um barranco e, depois de semanas em coma, ficou com sérias restrições motoras e mentais. Hoje depende dela para tudo. Ela deixou o emprego e a perspectiva da aposentadoria, e não tem tempo livre ou oportunidades de socialização. Mesmo quando vai à ginástica, uma vez por semana, leva o filho. *Eu não posso deixar ele sozinho. Se eu deixar sozinho, eu tenho que trancar o portão e deixar ele preso* (C5). Dois outros filhos moram no mesmo lote, mas quase não lhe ajudam nessa tarefa. De um deles, ela diz: *É um menino sem compromisso, sabe? Assim, que uma hora fala que tá dormindo no serviço, outra hora tá em casa, outra hora não tá. A vida dele é meio jogada* (C5). Justamente esse filho *sem compromisso* lhe deu oito netos, que não moram com ela, mas que também se sentirá obrigada a acudir em caso de necessidade.

Um último exemplo é de uma senhora de oitenta e dois anos que contou que criou sozinha cinco filhos e, depois da morte precoce de uma filha, criou também quatro netos. Hoje está cuidando de bisnetos. Em momentos mais descontraídos da conversa, ela diz que nunca está sozinha. *Sempre tem muita gente em casa, que eu me dou bem com juventude, porque eu entendo a vida* (E10). Em outros momentos ficam evidentes os problemas e a solidão que sente.

> Eu tava com os quatro neto tudo em casa, precisando trabalhar e eles não trabalhava. Aí eu ia ficando nervosa, sabe? E eu não sou de brigar nem nada. Eu fiquei cuidando deles tudo. Aí eu fui e fiquei mal. É que eu não tenho com quem conversar, porque eu já tô a mais velha da rua e por aqui. E todas que tem, têm uma situação talvez melhor do que a minha. Porque teve marido pra poder ajudar. E eu não. Eu sou sozinha pra domar a fera toda! Porque eu já não entendia mais a juventude. Eu já não tava entendendo. Aí depois Deus ajudou, todo mundo caçou serviço, foi trabalhar. A menina que tava estudando parou de estudar, aí depois arrumou casamento. Deus ajudou, casou. Aí melhorou pra mim. (C1)

A mesma senhora nos falou de um bisneto envolvido no tráfico — *Faz as coisas que eu não gosto* — de quem parece ter medo. Num domingo, estavam ele e os amigos na sua casa, enquanto ela, que não queria encontrá-los, ficou perambulando pela cidade. Foi ao Parque Municipal, onde suas próprias mágoas se misturaram à decadência do lugar.

> Aí então eu falei, *meu Pai, ir lá pra ficar olhando pra cara daquele povo? O que que eu vou fazer?* No fim, peguei o ônibus, fui embora lá pra cidade, fui pro parque. Mas fiquei triste quando cheguei no parque [...] muito mendigo, malcheiroso. Cheguei, sentei e fiquei com a mão assim, veio um casalzinho, assim, novinho que nem você. Porque eu tava nervosa, né? Fui lá pra chorar. Ela falou, *tá passando mal, senhorinha?* Eu, *tô não minha filha, tô bem, é porque eu tô pensando na vida*. Aí saí dali, fui pra igreja São José. Assisti à missa. Andei um mucadinho, fui até perto da rua Tupis, voltei. Aí quando foi seis horas, que eu cheguei em casa, eles já tinham ido embora. [...] Porque eu tenho medo de ficar batendo de frente com ele. E eu não tô mais na época de ficar batendo de frente com ninguém. Não tô. (E10)

É claro que essas três senhoras não representam a totalidade das idosas da Serra. Há aquelas que se sentem apoiadas e cuidadas pelos parentes. Mas, de todo modo, constelações em que precisam assumir tarefas de reprodução a serviço de outros membros da família são muito comuns. Não encontramos idosas na Serra que estivessem completamente dispensadas do trabalho. Se isso pode fazer uma pessoa mais velha se sentir útil e estimulada (como transparece na fala a seguir), por outro lado, facilmente ultrapassa o limite do sofrimento.

> Eu moro com ela. Minha filha cuida de mim muito bem, graças a Deus. Aqui eu só tenho ela e um filho. É desse o menino que eu olho toda vez que chega da aula. É meu neto. O menino tem oito anos. Mas não pode deixar sozinho, é perigoso. Ele fala assim, *ah vó, não precisa de você vir, não, eu fico, eu não tenho medo, não*. E eu falo assim, *eu sei meu filho, você não tem medo, não, mas nós não pode deixar você sozinho*. Porque se alguém souber que ele tá sozinho, é capaz de darem até parte dele, do meu filho, lá por causa disso, né? Ele tá muito menino ainda, criança. (E7)

As redes familiares, portanto, não se caracterizam apenas como redes de solidariedade. São ambíguas e, como nos casos das três senhoras citadas acima, podem desembocar em desrespeito e exploração. As relações intrafamiliares não se contrapõem a uma condição de classe social, como se a família fosse a compensação solidária e feliz da dominação externa. Pelo contrário, a dominação tende a se prolongar no interior das famílias.

Relações comunitárias

Constatamos ambiguidade semelhante também nas relações de vizinhança. As entrevistas não confirmam a existência daquele espírito comunitário que costuma ser atribuído aos assentamentos informais como se lhes fosse inerente. É verdade que ouvimos relatos de amizade e ajuda mútua — *A gente se dá muito bem, combina muito bem, todos me conhecem* (E9) —, mas também de reserva: *Espírito comunitário aqui na Serra? Pra mim, eu acho que não tem, não* (E1). Além do fato de que nem todos os vizinhos são antigos — *Os que vieram na mesma época tem poucos. Uns morreram, outros mudaram* (C1) —, reservas e receios estão relacionados a disputas por espaço, ao tráfico de drogas e a outros conflitos ou ao receio de criá-los.

> Os vizinho não aborrece, a gente não aborrece eles. Tem amizade sim, mas não é amizade de ficar indo na casa dos vizinho, não. Se precisar de alguma coisa, se a gente puder ajudar, a gente tá ali, sabe? Mas, caso contrário, a gente não é de estar um na casa do outro, não. (C5)

É difícil decifrar como o tráfico de drogas determina, concretamente, as relações de vizinhança. Muitos entrevistados — homens e mulheres — se referem a ele por alusões, baixando a voz e dizendo coisas como: *Aqui, o problema, a gente não pode nem falar, né? Porque é meio complicado. A gente convive no meio do problema* (E1). Percebemos a territorialização do tráfico sobretudo nas fronteiras entre grupos rivais e pela maneira que condicionam os percursos cotidianos. As entrevistadas evitam, por exemplo, certo ponto de ônibus onde há uma 'boca'. Preferem fazer um trajeto mais longo a esperar ali sozinhas, embora não o digam explicitamente: *Se eu esperar esse ali... Tem vezes que vem, tem vezes que não vem. Aí, eu pegando esse* [ônibus] *lá embaixo, é mais fácil pra mim* (C1). Por outro lado, houve entrevistadas que se manifestaram de maneira neutra ou até positiva sobre o tráfico, apontando que ele garante tranquilidade à vizinhança. Parece haver acordos tácitos entre grupos do tráfico e algumas igrejas evangélicas.

> Não posso reclamar dos traficantes aqui. Nossa, eles se respeitam aqui. Ninguém entra dentro da sua casa, não rouba nada, porque eles têm medo dos traficantes [...]. Às vezes eu passo na rua, eles estão, dou oi, cumprimento, sabe? Falo, *Jesus te abençoa, te guarda.* Então eu não tenho nada a

> reclamar. Eu gosto muito aqui. Aqui você pode sair e chegar a hora que quiser. Não tem perigo. (E14)

Embora, como já dito, faça parte da história do Aglomerado a cooperação dos moradores para a produção daquele espaço, desde capinar os becos e fazer os degraus de tijolos até pleitear melhorias nos órgãos públicos, foram surpreendentemente raros os relatos de como isso aconteceu. As entrevistas não expressaram uma memória forte de ações coletivas. Parece que, na mesma medida que as pessoas dão valor às obras (formais) da prefeitura, menosprezam as próprias ações de autoprodução. Uma senhora muito empreendedora, de fato uma liderança local, contou como trabalhou com uma organização estrangeira que urbanizou alguns becos e como ela tomou a iniciativa de pleitear a implantação da rede de água na COPASA.

> Falei assim, *eu vou ver se eu arrumo as pessoas pra ir comigo lá na COPASA*. Aí fui na COPASA, peguei, falei com eles. Nesse tempo, eles davam a gente os cavaletes, né? Aí eu fui mais uma moça, peguei o cavalete, amarrei um molho, armarrei o cavalete, pus na cabeça, a moça amarrou, pôs na cabeça. Aí eu saí entregando [para] todo mundo o cavalete. Foi donde que veio a água. E a luz, eu segui reunião também, com o presidente. Eu fui seguindo reunião, seguindo reunião, com o presidente da vila, da caixa d'água [...]. Dia de domingo eu não tinha tempo de comer, porque eu tinha que fazer reunião, pra poder ajudar o povo — pra mim e pro povo, né? (E16)

Contudo, muito mais comuns do que esse tipo de relato foram menções a políticos, candidatos e líderes comunitários que teriam intermediado a obtenção de melhorias.

> Nós temos um [líder comunitário] próximo de nós, lá da minha casa. Agora ele saiu por causa de política. Ele ficou chateado que não conseguiu ganhar, então ele resolveu sair. Mas ele ajudava a gente muito, o Chico. É, ele ajudava muito. Ele mexe na prefeitura, ele fez pedido pra nós. Então ele trabalhou muito. Trabalhou, trabalhou. Foi bom. O ônibus também, foi ele também [...]. Teve uma chuva. E minha casa no fundo é um barranco. Aí esse barranco desceu. Aí esse Chico batalhou pra prefeitura ver. (E5)

Um fenômeno significativo é que o engajamento nas igrejas, sobretudo evangélicas, é muito maior do que o engajamento em instâncias

políticas (como as conferências municipais e eventos participativos da prefeitura). No contexto das igrejas, encontramos os relatos mais enfáticos de ajuda mútua e dedicação a uma 'comunidade'.

> Porque eu sou evangélica. Então, quando a pessoa precisa de uma oração, precisa conversar pra desabafar, a gente oferece pra conversar, pra desabafar. Porque às vezes a pessoa sofre muito e não chama ninguém. É uma mágoa que a pessoa vai guardando no coração e aquilo ali adoece a pessoa. Então a gente tem muita amizade, a gente conversa. E eu falo, gente, o que vocês precisarem de mim, não sendo dinheiro, outras coisas eu tô aí pra ajudar. (E14)
>
> Tem as meninas da igreja também, né, que vai nas casas, que leva comunhão, que se precisar leva alimento, orientação. Se às vezes a gente falta, elas ficam preocupadas pra saber por que, o que é que tá acontecendo. (E10)

As manifestações acerca das diferentes esferas de engajamento indicam que as igrejas são percebidas como pertencentes ao bairro ou à vizinhança e à vida das pessoas ali, ao passo que eventos organizados por instâncias políticas formais, em particular aquelas relacionadas ao planejamento urbano, mantêm o caráter de agentes externos, com causas também externas. No caso específico das mulheres, as igrejas apresentam uma possibilidade de sociabilidade e engajamento que se legitima por *não* estar diretamente relacionada à vida pública (política), sendo assim menos questionada pelos homens da família. Já as instâncias políticas locais, como as associações de moradores, parecem frágeis em comparação com as igrejas. Cabe lembrar que já houve no Brasil certa fusão de engajamento político e religioso, a começar pelas Comunidades Eclesiais de Base das décadas de 1960 a 1980. Essa chamada esquerda católica tem sido substituída por uma direita evangélica, isto é, por uma religiosidade aparentemente despolitizada, mas de fato conservadora.

Representações e imagens

Perguntamos a todas as interlocutoras acerca do respeito ou da discriminação em relação aos *idosos*, mas perdemos a oportunidade de perguntar, sistematicamente, por outras formas de discriminação que sentem. Ainda assim, as entrevistas bastaram para indicar que essa geração mais velha tende a ser mais resignada quanto à discriminação

de classe, etnia e gênero do que as mais jovens. Parecem ver a desigualdade como uma condição 'natural'. Ouvimos diversas vezes afirmações em relação aos patrões, tais como *Eles era bom pra mim* ou *Não desfazia da gente*, apontando que o simples fato de uma pessoa não sofrer abuso direto já lhe parece um privilégio. Acerca do espaço da favela, foram recorrentes expressões como *Não tenho nada a reclamar* ou *Pra gente, aqui tá bom*. O subtexto seria: nós que somos pobres, negros... não podemos mesmo almejar mais do que isso. Contribui para essa visão o contraste que os mais velhos experienciaram entre o lugar atual e o lugar da época em que chegaram. Uma fala foi especialmente reveladora da desigualdade sócio-espacial, tal como se apresenta às idosas pobres. Numa caminhada, uma senhora nos mostrou que o ponto de ônibus na fronteira entre favela e bairro formal havia mudado de lugar por ação dos proprietários de um luxuoso edifício de apartamentos:

> A gente ficava debaixo dessa árvore aqui ó. O ponto era aqui. Aí o dono desse prédio implicou, mandou que eles tirassem. Levou lá pra aquela esquina, entendeu? É que o povo, a gente pobre, é tristeza pra eles. E a gente tá lúcido e tem que ver, sentir isso tudo na pele. Mas o que é que tem que fazer? Deixar. Não adianta bater de frente. (C1)

Cabe atentar para essa expressão: *É que o povo, a gente pobre, é tristeza pra eles.* Ela sugere que, assim como o espaço físico da favela, pessoas pobres seriam máculas na bela paisagem dos ricos. Que isso seja sentido como humilhação também fica claro, mas, ainda assim, a saída é a resignação. Entendemos que se trata de uma geração que incorporou a invisibilidade como condição de existência: a favela deve ser invisível na cidade (não comparecia nem nos mapas) e gente pobre também. Não surpreende que sintam pouca vontade de se mudar de lá.

Interferências preliminares

Esperamos que os extratos acima expressem, ao menos em parte, a percepção impactante que tivemos no trabalho de campo na Serra. Temos discutido a desigualdade de gênero há algum tempo; sabíamos como a vida cotidiana de grupos em situações social e espacialmente periféricas pode ser difícil e o quanto ela corresponde, historicamente, a uma discriminação racializada. Também não era segredo que o envelhecimento constitui um peso social e psíquico maior em sociedades

que, como a brasileira, festejam a juventude. No entanto, não tínhamos noção de como as desvantagens sociais de gênero, etnia, pobreza e idade potencializam umas às outras, e de como isso afeta especificamente as gerações de mulheres que nasceram nas décadas de 1930, 1940 e 1950. No Brasil do ano de 1950, a taxa de fecundidade era de seis filhos por mulher, sessenta e quatro por cento da população vivia em áreas rurais, metade das pessoas acima de quinze anos era analfabeta, Belo Horizonte tinha trezentos e cinquenta mil habitantes e as favelas não compareciam nos mapas. Socializadas nesse contexto e na base da pirâmide social, servindo a pais, maridos, irmãos, patrões e patroas, sem recursos de acesso às *benesses* urbanas, essas mulheres, ainda assim, conseguiram fazer a vida. Porém, a maior parte do que realizaram não integra nenhum tipo de estatística, não comparece no PIB, não é foco de programas públicos, nem é reconhecido socialmente. Ou seja, as obras do trabalho de sombra também permaneceram e permanecem na sombra.

Como tornar a cidade e a vida urbana mais favoráveis a essas mulheres — considerando que não há perspectiva de uma mudança social radical em curto prazo — é uma pergunta para a qual a pesquisa permitiu ao menos delinear algumas premissas.

Constatamos o quanto o senso que as moradoras idosas da Serra têm desse espaço e da cidade de modo geral é determinado por uma história individual e coletiva de autoprodução: quando cada uma chegou, a partir de onde, em que circunstâncias, com que capitais etc. As vilas da Serra se fizeram em grande parte pelo esforço quase sempre emudecido das mulheres. A memória dessa batalha, junto com sua representação social negativa, está presente na maneira como percebem o lugar hoje, como avaliam as intervenções de urbanização e como (não) reivindicam melhorias e direitos. O fato de elas, em sua maioria, não manifestarem vontade de se mudar para áreas formais da cidade não quer dizer que o lugar atenda a suas necessidades. A segregação sócio-espacial foi incorporada pelas idosas da Serra como uma identidade, isto é, a noção de pessoa humilde (e humilhada) está naturalizada por essa geração num grau maior do que entre as mais jovens. Parece haver aqui a percepção de que não se sentiriam em casa num espaço que exige, tacitamente, um *habitus* que não é o seu. Porém, ainda que dependam daquele espaço e conheçam bem seus problemas e possibilidades, tendem a ver o próprio conhecimento como inferior, desimportante, não válido senão subjetivamente.

É preciso criar meios, veículos e ocasiões para que saiam da sombra, considerando tanto oportunidades de socialização entre pares quanto interações com instâncias externas. Processos participativos adequados podem trazer à tona demandas distantes do universo de expectativas de técnicos e pesquisadores, mas encontrar as formas que tais processos podem assumir exige bem mais do que o mero ajuste dos procedimentos convencionais. Não basta, por exemplo, evitar códigos formais não compartilhados (a começar pela escrita). É preciso ter em conta a naturalização da invisibilidade, o hábito do engajamento comunitário atrelado à religiosidade, a reduzida disposição para discussões políticas e assim por diante.

Independentemente desse tipo de ação participativa, um aspecto concernente às mulheres idosas das vilas da Serra e às políticas de assistência social parece claro desde já: ações e programas para as famílias não constituem, automaticamente, ações e programas para as mulheres. É verdade que tendem a aliviar o trabalho de sombra que elas realizam, mas, sem uma estruturação que leve em conta as ambiguidades das redes familiares, também desembocam em tarefas e conflitos adicionais. Se famílias incluem formas de exploração que reproduzem, internamente, uma dominação mais ampla de classe e de gênero, o apoio a crianças ou adolescentes, a titulação da moradia ou a bolsa família não são, por si, ações que ajudem as mulheres a sair do lugar de subordinação que costumam ocupar. De resto, ver as mulheres como beneficiárias dessas ações fundamenta-se tacitamente na noção de que a vida familiar seria, como que por natureza, responsabilidade e tarefa delas.

construção da periferia

[2014]

Loteadores associativos

Silke Kapp | Rebekah Campos | Pedro Arthur Magalhães |
Tiago Castelo Branco Lourenço

Por volta de 2010, houve uma onda de interesse acadêmico por espaços urbanos autoproduzidos, como as favelas e as (então recentes) ocupações urbanas. Esse interesse, porém, não incluía periferias consolidadas (de aspecto mais convencional do que as favelas e com bem menos mobilização social do que as ocupações). Começamos a investigá-las no MOM e descobrimos que, nas periferias de Belo Horizonte das últimas décadas do século XX, houve um tipo de agente coletivo quase ignorado pela literatura da área: associações populares auto-organizadas, cujos membros uniram seus parcos recursos, negociaram glebas rurais e as urbanizaram por conta própria, com assessoria técnica, mas à revelia do Estado. Chamamos tais agentes de *loteadores associativos* para distingui-los tanto do clássico loteador privado quanto das ocupações urbanas e dos empreendimentos públicos. Das pesquisas de que resultaram os dados aqui apresentados, cabe destacar o trabalho de conclusão de curso de Rebekah Campos, que reconstituiu a história dos loteamentos associativos liderados ou apoiados por Pier Luigi Bernareggi, o Padre Piggi.[1]

O loteador e seu negócio

O loteador se tornou uma espécie de personagem da literatura especializada sobre a urbanização das cidades brasileira e suas mazelas. Formalmente, ele equivale ao incorporador: pessoa física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos, individual ou coletivo, atuante em qualquer faixa de renda. Mas, no senso comum (popular e acadêmico), o loteador figura como pequeno capitalista fundiário que produz lotes na periferia para vendê-los a trabalhadores pobres com lucros exorbitantes, sendo assim responsável direto pela expansão da cidade precária. Tanto é

1 Primeira publicação: Loteadores associativos: uma contextualização. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis*, v. 5, n. 16, 2014, pp. 26–35. Cf. CAMPOS, *O outro loteador popular*, 2013.

que o termo *loteador* raramente comparece quando se trata de imóveis caros — o agente aí se chama *empreendedor*.

Nos anos 1970 e 1980, a produção de loteamentos periurbanos populares por loteadores privados foi objeto de pesquisas nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.[2] Essas pesquisas mostram como funcionava o negócio imobiliário dos loteamentos até aquele período e a visão que dele tinham os moradores e os próprios loteadores.

Tomem-se, por exemplo, os loteadores do Rio de Janeiro entrevistados por Filippina Chinelli. Haviam iniciado suas atividades na década de 1950, quando existiam poucas restrições e exigências legais. Compravam glebas baratas, abriam ruas e demarcavam lotes, dispensando a infraestrutura urbana. O pagamento pelas famílias se fazia em inúmeras prestações, sem entrada, fiadores, garantias e formalidades, mas a um preço alto em vista dos poucos dispêndios de produção. Um dos entrevistados explicita essa lógica sem constrangimento: "Eu, como comerciante que sou, tenho uma função específica, que é comprar barato e vender caro".[3]

Em outras palavras, a (baixa) solvabilidade da demanda e a (alta) taxa de lucro esperada determinavam o (baixíssimo) custo de produção e a (má) qualidade do produto. Mas os loteadores viam a si mesmos como promotores de justiça social, em contraposição a um Estado incompetente para suprir a demanda habitacional. E os moradores dos loteamentos tendiam a pensar de modo semelhante: consideravam mais fácil a negociação direta com o loteador do que o trato com instituições abstratas, como bancos e órgãos públicos. Chinelli também indica que o incremento das exigências legais ao longo da década de 1970 vinha impelindo os loteadores a operar irregular ou clandestinamente, quando não abandonavam o ramo.[4] Como resume um deles, "não adianta [a lei] exigir obras de infraestrutura que o povo não pode

2 Cf. Bonduki & Rolnik, Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho, 1982; Chinelli, Os loteamentos de periferia, 1980; Costa, *The production of popular residential land developments in Belo Horizonte*, 1983.

3 Chinelli, Os loteamentos de periferia, 1980, p. 56.

4 De fato, pesquisas posteriores confirmaram a progressiva ilegalidade e clandestinidade que, à época da pesquisa de Chinelli, estava começando a se delinear. Cf. Ribeiro & Lago, *Acumulação urbana e a cidade*, 1992; Costa, Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte, 1994.

pagar".[5] Conivência e corrupção das instâncias de aprovação e fiscalização fazem parte desse contexto de loteamento da periferia.

Embora as pesquisas citadas tenham tido o cuidado de evidenciar as contradições de tal processo e não demonizar a figura do loteador *per se*, elas forneceram elementos para que esse agente e seu negócio se tornassem, como já dito, uma espécie de senso comum da literatura especializada, com alusões a operações 'especulativas', 'inescrupulosas' ou até 'selvagens'. Essa perspectiva não é falsa — de fato existem inúmeros loteamentos populares produzidos por loteadores privados —, mas é incompleta. Na expansão periférica do espaço de moradia dos pobres, há outros agentes loteadores que comparecem com muito menos frequência na discussão acadêmica. Um deles é o Estado, outro são movimentos sociais e associações populares.[6]

Iniciamos a pesquisa a esse respeito quase por acaso. Num pequeno protesto contra a polarização das discussões sobre a habitação entre o Programa Minha Casa Minha Vida e as intervenções em favelas, decidimos retomar a investigação empírica da periferia loteada, que ainda é a forma mais comum de moradia popular. Esperávamos encontrar, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), loteamentos feitos pelos clássicos loteadores privados. Mas, no trabalho de campo, constatamos que vários dos loteamentos iniciados entre 1980 e 2000 foram produzidos por associações. Percebemos também que esses *loteadores associativos* — como sugerimos denominá-los — tiveram pelo menos duas peculiaridades: a busca do valor de uso da moradia e da cidade, em vez de lucro ou renda fundiária, e experiências de gestão independentes do capital privado e do Estado.

A tentativa de reconstituir a história desses loteadores associativos ainda está em curso, mas os documentos, depoimentos e observações

5 CHINELLI, Os loteamentos de periferia, 1980, p. 54.

6 Evidentemente, a expansão periférica se produziu também por ocupações 'espontâneas', isto é, favelas, que não são objeto deste estudo. Luciana Lago argumenta que a distinção entre favelas e loteamentos se tornou nebulosa, porque já não cabem as contraposições que antes os diferenciavam, tais como legal versus ilegal ou traçado ordenado versus desordenado (LAGO, Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana, 2003). Aqui mantivemos a tipologia adotada em outras ocasiões: no tipo *parcelamento* (que inclui loteamentos), as decisões sobre configuração urbana e delimitação de parcelas são tomadas num momento determinado e por um único agente (que pode ser coletivo); no tipo *aglomerado* (que inclui favelas) essas mesmas decisões são tomadas ao longo do tempo e por muitos agentes (KAPP, Uma tipologia de espaços cotidianos, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 411–436).

reunidos até agora nos permitem apresentar o tema e contextualizá-lo para uma discussão mais ampla. Com esse objetivo, o presente texto procura delinear o cenário econômico e político em que os loteadores associativos surgiram e os procedimentos que usaram, além de tentar apontar por que sua história foi quase ignorada, embora contenha elementos que interessam à discussão de políticas urbanas e habitacionais com o objetivo da autonomia coletiva.

O cenário dos loteadores associativos

A produção de loteamentos populares na RMBH de 1970 é descrita por Heloísa Costa como "fruto de uma ação claramente orquestrada por parte de uma fração específica do capital imobiliário", que alcança "dimensões alarmantes": oitenta mil lotes sem infraestrutura ou quaisquer facilidades urbanas foram produzidos por loteadores privados entre 1975 e 1979.[7] A autora também constata a retração desse ramo na década de 1980, em razão da inflação, do preço da terra, da queda do poder aquisitivo e das legislações mais rígidas.[8] Sua conclusão é de que a acelerada expansão urbana periférica da década de 1970 é sucedida por uma fase de ocupação e adensamento das áreas já loteadas.

Sem excluir tal adensamento, compreendemos que os loteadores associativos começaram a se organizar justamente nesse período de retração econômica. Se, para os agentes do capital imobiliário, o ramo dos loteamentos se tornava inviável porque pouco lucrativo, o mesmo não valia para as associações. Com uma equação sem lucro, chegaram a realizar empreendimentos em que a pequena capacidade de poupança dos associados cobria os custos de aquisição de uma gleba, contratação de projetos e serviços de topografia, e abertura de ruas. Mesmo assumindo tais custos, os associados pagavam contribuições mensais muito inferiores às prestações em loteamentos privados com localização e infraestrutura equivalentes.[9] Portanto, as décadas que os

7 COSTA, Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte, 1994, p. 62.

8 Ibidem, p. 67.

9 Os valores que nos foram informados por lideranças de associações e outros envolvidos são cerca de cinco vezes menores: enquanto loteadores privados cobravam prestações em torno de um salário-mínimo, os associados pagavam vinte por cento desse valor. Não temos fontes documentais para verificar essa informação, mas, mesmo que haja distorções e exageros, é plausível que a discrepância tenha sido expressiva. Ela ficou marcada na memória dos informantes porque foi motivo de indignação à época.

economistas costumam chamar de 'perdidas' ofereceram brechas para uma produção não capitalista do espaço urbano que chegou a incluir projetos cooperativistas, tentativas de geração de renda, preservação ambiental e outros ideais para além da simples reprodução da força de trabalho assalariada.

O surgimento dos loteadores associativos foi condicionado pelas políticas habitacionais da década de 1980, que foram poucas, eventuais e até oportunistas. O Banco Nacional da Habitação (BNH), que na década de 1960 ainda destinava recursos a famílias com renda mensal inferior a três salários-mínimos, depois disso passa a favorecer mutuários de renda mais alta, mesmo para as unidades produzidas pelas COHABs, isto é, pelas companhias habitacionais criadas para suprir o chamado mercado popular.[10]

Como medida compensatória e para não abandonar por completo seus objetivos sociais, o BNH lançou, a partir de 1975, os programas alternativos, baseados no apoio à autoconstrução e à ajuda mútua mediante financiamento ou doação de material de construção e de lotes urbanizados. Nenhum desses programas teve peso quantitativo,[11] mas eles cumpriram importantes funções ideológicas. Por um lado, se alinhavam com diretrizes então preconizadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento, funcionando como paliativos para abrandar o potencial de revolta que a precariedade habitacional implica. Por outro lado, eram relativamente bem-vistos por grupos engajados, incluindo os próprios movimentos sociais. Alguns vislumbraram na autoajuda assistida a possibilidade de emancipação popular.

À ambivalência desses programas entre expediente conservador e semente emancipatória corresponde a polêmica acerca de qualquer autoconstrução em sociedades capitalistas, que foi mais acirrada nos anos 1970, mas nunca desapareceu por completo. O arquiteto britânico John F. C. Turner introduziu o tema no debate e na agenda dos organismos internacionais a partir de seu trabalho nas *barriadas* peruanas nos anos 1960, mostrando que as necessidades cotidianas costumam ser

10 AZEVEDO, Vinte e dois anos de política de habitação popular, 1988.

11 Os programas alternativos — Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), Programa de Autoconstrução (João-de-Barro), Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação (FICAM) e Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB) — corresponderam, em conjunto, a 5,9% das unidades financiadas pelo BNH (AZEVEDO, Vinte e dois anos de política de habitação popular, 1988, p. 117).

mais bem supridas por espaços criados pela população pobre do que por expedientes do Estado.[12] Mas Turner não submeteu essas constatações empíricas a nenhuma análise econômico-política mais ampla. Seus argumentos acabaram legitimando desde reduções dos investimentos públicos em habitação até apologias da pequena propriedade privada.

Análises mais sistemáticas acerca da autoconstrução foram apresentadas por teóricos brasileiros. O principal argumento contrário se baseia na composição dos salários numa economia capitalista: em tese, eles deveriam cobrir a totalidade dos custos de reprodução da força de trabalho; mas a autoconstrução reduz os custos de reprodução justamente por subtrair deles a parcela correspondente à moradia. Os trabalhadores que constroem suas casas nas horas 'vagas' beneficiam o capital, que passa a poder empregá-los por salários mais baixos, e ainda beneficiam o Estado, que passa a poder ignorar o problema habitacional.[13] Já a réplica a esse raciocínio parte da constatação de que o capitalismo no Brasil nunca operou com salários que correspondessem ao custo real de reprodução dos trabalhadores e sempre manteve um enorme contingente de desempregados, de modo que a autoconstrução se tornou uma necessidade, não uma opção.[14] Além disso, apoiá-la técnica e economicamente pode representar um avanço porque o trabalho nela realizado tende a ser menos alienado do que o trabalho diretamente subordinado ao capital: o autoconstrutor é mentor do processo e proprietário do produto de seu trabalho. Finalmente, há a perspectiva de que a autoconstrução organizada na forma de mutirão autogestionário gere uma coesão entre os participantes e aumente seu poder político coletivo.[15] Essas são, *grosso modo*, as posições acerca da autoconstrução que se configuraram em meados da década de 1980.

No mesmo período, o fim do regime militar e a incorporação do BNH à Caixa Econômica Federal criam "um vácuo com relação às políticas habitacionais".[16] A responsabilidade pela habitação e pelo desenvolvi-

12 TURNER, *Housing by people: towards autonomy in building environments*, 1976.

13 OLIVEIRA, *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, 1972; O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, 2006; SINGER, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, 1974; MARICATO, *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, 1982.

14 FERRO, Nota sobre 'O vício da virtude', 2006; AZEVEDO & ANDRADE, *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*, [1982] 2011.

15 BONDUKI, *Criando territórios de utopia: a luta pela questão popular em projetos habitacionais*, 1987; LOPES, O anão caolho, 2006.

16 CARDOSO, Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas, 2003.

mento urbano foi empurrada entre ministérios e secretarias federais por mais de uma década, com enormes incongruências e dificuldades operacionais, o que teve dois efeitos importantes para a nossa questão: a transferência de parte da responsabilidade pela habitação popular a estados e municípios, e a criação de novos programas alternativos, também pautados na autoconstrução e na ajuda mútua, mas livres do aparato institucional do BNH.

O mais relevante deles foi o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais da Secretaria Especial de Ações Comunitárias (SEAC).[17] Ele se caracterizava por conveniar sempre três entidades: a própria SEAC; uma prefeitura ou um órgão da administração estadual; e uma associação popular.[18] Essa inclusão formal dos beneficiários no convênio e no processo de decisão pode ser considerada positiva, pois reflete o fortalecimento dos movimentos sociais a partir da abertura política. Mas não se deve esquecer que ela também foi uma saída para os entraves administrativos dos governos. Os empreendimentos eram realizados conforme a capacidade de organização e articulação política das associações, não segundo um plano nacional, uma lógica urbana e uma escala racional de urgências.

Em suma, o cenário em meados da década de 1980 apresentava déficit habitacional cada vez maior, conjuntura econômica desfavorável aos loteadores privados e à produção habitacional pelo capital, desarticulação dos órgãos públicos responsáveis por programas habitacionais e urbanos, organismos internacionais que apoiavam a autoajuda, e um clima de mobilização, renovação política e confiança na capacidade organizacional da população, o que também legitimava aplicações incongruentes dos recursos públicos.

Gêneses de um loteador associativo

A Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (AMABEL), que aqui tomamos como exemplo de loteador associativo, foi fundada nesse contexto. Segundo relatos do padre Pier Luigi Bernareggi,

17 AZEVEDO, A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90, 1996.

18 SOUSA, *Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: o caso do 'Bairro Metropolitano' em Ribeirão das Neves*, 2002.

pivô do movimento, a ideia nasceu da necessidade de reassentar famílias removidas em razão de obras viárias.[19]

> A ideia foi: vamos criar uma associação de luta pela moradia de baixa renda, vamos batalhar, que nós não temos terra aqui. Só se pode construir se tiver terreno. Então, vamos trabalhar. Então, nós colocamos um encontro grande com o prefeito. Nós chamamos o prefeito, o presidente da câmara dos vereadores e tal e tal. E o [prefeito Sérgio] Ferrara foi muito simpático à ideia, pegou o secretário de ação comunitária dele e jogou em cima dessa problemática. De fato foi um choque. Em três anos [1986 a 1988] construímos vinte mil moradias em Belo Horizonte, de baixa renda, de zero a três salários-mínimos — coisa que nunca aconteceu nessa cidade.[20]

Outras fontes narram o episódio de modo semelhante: a ação iniciada na paróquia do Padre Piggi conseguiu reunir oitocentas famílias em poucos meses e depois se expandiu a outros bairros, chegando a mais de três mil famílias em sete núcleos, que formalizaram a associação em 1986.[21] No entanto, o que Padre Piggi relata como uma negociação direta e quase pessoal da AMABEL com o prefeito Ferrara teve um pano de fundo político mais amplo. Filiado ao PMDB, Ferrara foi o primeiro prefeito eleito de Belo Horizonte depois de 1964. Na campanha eleitoral, havia prometido moradia e até distribuído certificados de inscrição à casa própria. Logo que foi empossado, criou o Programa Municipal de Habitação Popular, que incluía a doação de lotes urbanizados e de materiais de construção, e cuja responsabilidade era da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), o equivalente local da SEAC. "Dá-se início, então, a uma experiência possivelmente exemplar em termos de desorganização e vulnerabilidade às oscilações do jogo político".[22] Em 1986, diversos grupos já vinham pressionando para que o

19 Parece ter havido pelo menos dois antecedentes: a ocupação no bairro Mariano de Abreu, organizada pela União dos Trabalhadores de Periferia e pela Pastoral de Favelas (então coordenada pelo Padre Piggi), em 1985; e o movimento pelo loteamento da região do Taquaril, iniciado em 1984. Mas em nenhum dos dois casos houve uma gestão do próprio processo de loteamento pelas respectivas associações.

20 Padre Pier Luigi Bernareggi, fundador das associações AMABEL e CEMCASA, em entrevista concedida a Rebekah Campos e Pedro Arthur Magalhães em 2/5/2013.

21 FUNDAÇÃO AVSI, *Projeto história viva: conjunto Jardim Felicidade*, 2007; URBEL, *Plano Global Específico (PGE): histórico do conjunto Felicidade*, 2001.

22 GUIMARÃES, Pró-habitação ou pró-eleição?, 1990, p. 5.

programa começasse a funcionar de fato. Foi então que se estabeleceu um acordo entre a prefeitura e as associações.

Os termos desse acordo são nebulosos, porque cada agente os relembra a seu modo. Segundo a presidente da AMABEL, a associação deveria indicar as áreas, definir o parcelamento e organizar a autoconstrução das casas, ficando a cargo da prefeitura a desapropriação e a regularização documental. Mas, formalmente, o programa previa que o registro final dos lotes fosse feito pelas famílias e que essas pagassem à associação contribuições mensais de um décimo do salário-mínimo durante cinco anos. Com esse dinheiro, a associação deveria construir equipamentos públicos.[23]

O primeiro empreendimento da AMABEL foi o Jardim Felicidade. As lideranças relatam que a própria associação teria levantado recursos da SEAC e da Fundação AVSI (uma organização não governamental italiana), contratado topógrafos e projetistas, organizado a autoconstrução das casas-embrião e ocupado metade da área (cerca de mil lotes). Em 1988, ela transferiu a responsabilidade pela ocupação do restante para a recém-fundada Sociedade Comunitária dos Moradores do Jardim Felicidade. Um dos motivos dessa retirada da AMABEL foram desentendimentos e corrupção interna da associação, mas a data também coincidiu com a interrupção do Programa Municipal de Habitação Popular, por um embate do governo municipal com o recém-eleito governo estadual de Newton Cardoso. O programa, que dera origem a outros oito loteamentos além do Jardim Felicidade, passou a ser alvo de críticas ferrenhas, fosse em razão da precariedade urbana dos espaços resultantes, fosse pelo clientelismo a que deu margem. Ainda assim, a política de Ferrara continua sendo lembrada positivamente por lideranças daquela época. Os agentes que entrevistamos estão convencidos de que "o governo" deveria disponibilizar lotes, material e assessoria técnica, como fez esse prefeito, em vez de condicionar os benefícios à participação burocrática em núcleos e conselhos, e a produtos arquitetônicos predefinidos.

Em 1989, com a substituição da administração do PMDB de Ferrara pelo PSDB de Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo, as associações de sem casa perderam o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte e começaram a agir de maneira bem menos organizada do que na fase anterior. A 'conquista' da terra se tornava tarefa mais importante do que

23 Ibidem, 1990, p. 6.

a organização do processo de ocupação. Um exemplo dessa fase é o loteamento Novo Aarão Reis, iniciado em 1992. Numa ação conjunta, a AMABEL, a Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH) e a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP) organizaram a ocupação em terras públicas estaduais para tentar forçar a regularização. Sem plano urbano, abertura de vias ou recursos externos, os moradores simplesmente entraram na área, capinaram e montaram suas barracas de lona. O governo do estado se viu forçado a tomar providências e acionou a COHAB, que então passou a coordenar os projetos urbanos, a distribuição dos lotes e a construção de parte das casas. E, dada essa constelação, a prefeitura acabou assumindo a execução das obras de infraestrutura.[24] Mas importa acentuar que os prefeitos Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo rechaçaram a 'distribuição de lotes' praticada pela prefeitura anterior e se recusaram a implantar qualquer política habitacional para substituí-la, com o argumento de que isso atrairia mais migrantes pobres.[25]

Se essa postura significou uma mudança para as associações, o que transformou mais profundamente sua situação foi a eleição da Frente BH Popular, encabeçada pelo prefeito Patrus Ananias, em 1993.[26] O vácuo institucional das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte foi preenchido por uma administração mais democrática e progressista que todas as anteriores. O Fundo Municipal de Habitação Popular, existente desde 1955, recebeu nova regulamentação em 1993, determinando a criação do Conselho Municipal de Habitação e designando a então Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) como executora de políticas propostas e aprovadas pelo Conselho. Esse último, com participação de movimentos populares e de outros segmentos da sociedade civil, foi regulamentado em 1994 e, no mesmo ano, aprovou a Política Municipal de Habitação. Mônica Bedê, que fez uma análise detalhada desse processo, descreve a formulação da nova política:

24 Gladis F. Oliveira, líder comunitária e presidente da AMABEL, em entrevista concedida a Rebekah Campos em 8/8/2013.

25 GUIMARÃES, Pró-habitação ou pró-eleição?, 1990; BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular*, 2005.

26 Patrus Ananias era do Partido dos Trabalhadores (PT), mas a Frente BH Popular compunha-se, além do PT, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Verde (PV).

> A Política Municipal de Habitação é concebida num contexto muito marcado pela mobilização social em torno de uma sucessão de eventos políticos como o processo constituinte, o projeto de lei de iniciativa popular criando um sistema nacional de habitação, o impeachment do Presidente Collor de Melo e, localmente, pela elaboração da Lei Orgânica Municipal, que faz da Câmara Municipal de Belo Horizonte, então composta por uma expressiva bancada de partidos de esquerda, o espaço central do debate sobre a questão urbana no início da década de 90. Fruto desse contexto, a Política Municipal de Habitação nasce na segunda geração de administrações municipais progressistas que se sucedem após a Constituição Federal de 1988 e sua concepção se referencia, principalmente, no ideário do movimento da reforma urbana e no 'modo petista de governar', bíblia dos militantes do Partido dos Trabalhadores que se lançam na aventura da administração pública naquele período.[27]

Não é objetivo deste texto a discussão da gestão da Frente BH Popular entre 1993 e 1996 ou de suas consequências nos anos seguintes. Importa que a estruturação da nova política habitacional, ao mesmo tempo que incluiu institucionalmente uma parte significativa dos movimentos populares de luta pela moradia, inviabilizou a atuação de outra parte desses movimentos, seja por sua aliança anterior com a prefeitura do PMDB, por sua relação com a igreja católica ou por sua insistência no modelo de lotes e casas individuais em empreendimentos de milhares de unidades.[28]

As lideranças desses movimentos consideraram inútil procurar terrenos em Belo Horizonte, em razão do preço, das restrições legais e, principalmente, da falta de apoio político: "Ele [o prefeito Patrus Ananias] nos deu a advertência de não ousar comprar nada dentro de Belo Horizonte, porque seríamos expulsos com ordem judicial. Então, diante disso, abandonamos a ideia de construir dentro de Belo Horizonte

27 BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular*, 2005, p. 78.

28 A produção habitacional preconizada na nova constelação política, incluindo parte dos movimentos sociais e a assessoria técnica da Usina (de São Paulo), era mais próxima do exemplo uruguaio, seguindo os princípios do cooperativismo para mutirões autogestionários de edifícios multifamiliares ou unifamiliares construídos coletivamente. O limite que perdurou por muito tempo na política habitacional de Belo Horizonte era de cerca de trezentas unidades por empreendimento, para que se pudesse inserir os novos conjuntos na malha urbana existente.

e fomos caçar aí afora".[29] Começou então a fase mais importante da história dos loteadores associativos, que migraram para municípios vizinhos e passaram a operar de forma independente, sem apoio ou cogestão de órgãos públicos municipais, estaduais ou federais.

A prática dos loteadores associativos

O bairro Metropolitano no município de Ribeirão da Neves é, salvo engano, o maior empreendimento de loteadores associativos na RMBH.[30] Nele se cristalizaram práticas sem a participação de governos e outras instituições. A iniciativa partiu de uma nova associação, a Central Metropolitana dos Sem Casa (CEMCASA), fundada em 1993 pelo Padre Piggi, que então já havia se desligado da AMABEL, e por lideranças leigas de pastorais arquidiocesanas. A estratégia intencionada era comprar glebas rurais e loteá-las, em vez de esperar ou forçar doações do Estado. O relativo sucesso dos loteamentos de fases anteriores atraiu milhares de famílias, que esperavam obter a casa própria mais rapidamente por essa via do que pela recém-criada política habitacional de Belo Horizonte.

Em 1995 surgiu a primeira possibilidade de um grande empreendimento desse tipo: a aquisição da fazenda Dom Orione no município de Betim. A CEMCASA conseguiu uma negociação com a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), proprietária do terreno, e seis mil famílias iniciaram o pagamento das prestações (trinta por cento do salário-mínimo). Com apoio do arquiteto José Carlos Laender e do engenheiro Eduardo Antunes, a CEMCASA produziu os projetos técnicos e chegou a encaminhá-los à Prefeitura de Betim, embora soubesse que as chances de aprovação eram quase nulas.

Depois de cinco meses e metade do valor quitado, a CDI autorizou o início da ocupação. As famílias começaram a limpar o terreno para a demarcação pelos topógrafos e a entrada dos tratores: "Todo sábado e domingo ia lá cinquenta ônibus cheios de gente. Aquilo ali parecia um

29 Padre Pier Luigi Bernareggi, entrevista, 2/5/2013.

30 O empreendimento foi objeto da pesquisa de Elieth Amélia de Sousa (*Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular*, 2002), o que é uma exceção ao 'esquecimento' dos loteadores associativos na academia. Note-se, no entanto, que tal pesquisa não foi realizada nas áreas de Arquitetura, Urbanismo ou Planejamento Urbano, mas nas Ciências Sociais.

formigueiro".[31] No entanto, a prefeitura interditou o empreendimento com a alegação de crime ambiental.[32] Em poucos dias, as lideranças da CEMCASA se viram obrigadas a retirar seus equipamentos e a solicitar a devolução da quantia já paga à CDI para ressarcir os associados — "Fiquei um ano inteiro aqui na porta, na igreja, toda quinta-feira de manhã, de madrugada até de noitão, devolvendo dinheiro para essa gente toda e ouvindo... Só Deus sabe o que eu ouvi, o que eu tive que acatar".[33]

Muitas famílias se desligaram da CEMCASA depois desse episódio. Para recuperar sua confiança, fortalecer o movimento diante da oposição crescente do poder público e reunir famílias suficientes para um novo grande empreendimento, a CEMCASA se associou à AMABEL e à Federação das Associações de Vilas, Favelas e Conjuntos (FAVIFACO), que também havia participado do programa de Ferrara alguns anos antes. Além de resultar nessa congregação de associações, o fracasso do loteamento na fazenda Dom Orione parece ter tido um efeito de abertura entre as lideranças: elas passaram a procurar compartilhar com as famílias a responsabilidade pelas decisões — bem ou malsucedidas.

Em 1996 as três associações em conjunto conseguiram negociar a fazenda Castro, no município de Ribeirão das Neves, depois que o local foi inspecionado e aprovado pelos associados. Iniciou-se o pagamento de prestações no valor de vinte por cento do salário-mínimo para cada família durante um ano, mais tarde acrescido de uma taxa de dez por cento do salário-mínimo destinada aos serviços técnicos. O projeto urbano ficou novamente a cargo do arquiteto José Carlos Laender, contratado pelos participantes ("Muitas vezes saí de lá com bolos de notas de cinco"[34]). No processo de elaboração desse projeto, as famílias foram mais bem informadas acerca de possibilidades e condicionantes técnicos do que parece ter ocorrido em empreendimentos anteriores; as lendárias reuniões de quatro mil pessoas indicam um processo

31 Padre Pier Luigi Bernareggi, em entrevista concedida a Silke Kapp e Pedro Arthur Magalhães em 13/11/2012.

32 Segundo Bernareggi, a prefeita "mandou invadir a sua fazenda dos sem-casa pelos sem-terra. Seis famílias armadas até os dentes botaram as suas barracas dentro da fazenda e mandaram o recado 'Quem entrar aqui nós vamos matar!'". De fato, a fazenda Dom Orione se tornou um assentamento de reforma agrária em 1997, abrigando trinta e nove famílias filiadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (MAZZETO SILVA, *Dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, 2008).

33 Padre Pier Luigi Bernareggi, entrevista, 13/11/2012.

34 José Carlos Laender, arquiteto e ex-presidente da URBEL, em entrevista concedida a Rebekah Campos, Silke Kapp e Tiago Castelo Branco em 4/5/2013.

participativo, ainda que não coletivo.[35] O plano resultante, com 3.580 lotes de duzentos metros quadrados em dez hectares, configura um padrão de urbanização relativamente generoso, respeitando o relevo e os caminhos d'água, e incluindo áreas verdes e áreas para equipamentos públicos.

Os associados realizaram parte das obras de infraestrutura do bairro Metropolitano em mutirão durante o ano seguinte. Limparam o terreno, abriram ruas, fizeram contenções de encostas, cavaram poços artesianos, construíram uma caixa d'água. Também contrataram alguns serviços, como a retroescavadeira. Essa só pôde trabalhar durante a noite porque a Prefeitura de Ribeirão das Neves, a par dos planos, fiscalizava o local com frequência. Quando, em 1997, as famílias começaram a construção das casas e muitas se instalaram ali em barracas de lona para economizar o aluguel, a prefeitura fez uma última tentativa de impedir a ocupação: espalhou folhetos anunciando multas diárias de mil reais para quem construísse. "Para nós foi uma piada. Todo mundo continuou a construir, e eles não puderam fazer nada porque eram três mil famílias. Multa? Como é que você vai cobrar mil reais por dia dessa gente? Aí, ficou por isso mesmo".[36]

Nessa fase de ocupação, o loteamento foi dividido em três setores, cada um sob responsabilidade de uma das três associações. Mas essas se encarregaram, sobretudo, da distribuição de lotes, enquanto a construção das casas se fez individualmente, com cada família concebendo o próprio espaço sem um padrão e — pelas informações que obtivemos até agora — sem ajuda dos vizinhos, compartilhamento de compras de material e coisas semelhantes. As famílias entendiam sua coesão como temporária e instrumental, sem a idealização do mutirão que foi alimentada no Brasil a partir do modelo uruguaio. Nesse sentido, elas corroboram a crítica feita por Francisco de Oliveira a respeito do caráter ilusório das "comunidades" e da "identidade" que se criou em torno dos mutirões: "Quando essa ilusão desaparece, assim que a casa

35 Entendemos como participativos os processos de projeto em que o comando fica a cargo de uma instância (no caso, o arquiteto) e as demais instâncias 'participam' desse processo com informações ou mesmo interferências nas decisões. Em contrapartida, um processo coletivo implica que todos os participantes estão em igualdade de condições para definir a estrutura do processo, mesmo não dispondo de conhecimentos técnicos.

36 Padre Pier Luigi Bernareggi, entrevista, 2/5/2013.

foi enfim conseguida, desaparece a coesão, desaparece a identidade com aquele projeto".[37]

No bairro Metropolitano, o arquiteto e parte das lideranças previram espaços para cooperativas de consumo, um centro social, hortas comunitárias e outras possibilidades de sustentação econômica. No entanto, isso "não vingou, não".[38] As obras coletivas que conseguiram realizar são de uma igreja e uma escola. À diferença dos "movimentos sociais clássicos" que lutam por bens imateriais e não negociáveis (igualdade racial, paz, meio ambiente etc.),[39] os loteadores associativos não almejavam uma transformação social, mas sua integração na sociedade existente.

Mesmo os atores que hoje consideram o bairro Metropolitano uma "cidade pioneira, autogerida e autofinanciada",[40] admitem que a prioridade absoluta das famílias sempre foi a casa própria. De certa maneira, elas reproduziram o que os loteadores privados vinham praticando nas décadas anteriores, apenas com a consciência de que, coletivamente, poderiam escapar de parte da costumeira exploração econômica. A coesão entre os associados constituiu um meio para esse fim, não um fim em si mesmo.

Nos anos seguintes à ocupação, as associações procuraram obter a aprovação do loteamento junto à Prefeitura de Ribeirão das Neves, que de fato a concedeu em 1998, mas sem regularizar as escrituras. A água chegou ao bairro também em 1998; as obras de saneamento, apenas em 2008. A provisão desses serviços para os loteamentos associativos foi mais demorada do que para os loteamentos privados no mesmo município, ou seja, houve maior conivência do poder público com esses últimos.

Hoje [2013] existe um projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para melhorar a infraestrutura, calçar ruas, definir parques nas áreas não ocupadas e regularizar juridicamente as propriedades. Mas a regularização enfrenta dois problemas maiores. Um deles é que cada lote cadastral (de quatrocentos metros quadrados) corresponde a dois lotes reais, e os moradores não querem escrituras

37 OLIVEIRA, O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil, 2006, p. 73.

38 Gladis F. Oliveira, entrevista, 8/9/2013.

39 SOUSA, *Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular*, 2002, p. 15.

40 José Carlos Laender, entrevista, 4/5/2013.

conjuntas com um vizinho. Além disso, a ocupação de áreas não edificáveis e falcatruas das lideranças (venda dupla de lotes, favorecimento nos sorteios e malversação do dinheiro pago pelas famílias) dificultam a regularização.[41] Várias lideranças abandonaram o processo porque estavam envolvidas nos abusos ou porque queriam combatê-los.

Não se pode dizer que o processo do bairro Metropolitano tenha sido exemplar. À primeira vista, nem mesmo a sua configuração física difere da de loteamentos privados, com cada família construindo no seu pequeno lote e à sua maneira. O bairro não propicia imagens de uma coletividade coesa (como em alguns empreendimentos cooperativos), nem imagens de ordem padronizada (como nos conjuntos habitacionais de gestão pública). Porém, apesar de todos esses problemas, o espaço urbano desse loteamento popular associativo é de melhor qualidade do que o de loteamentos populares privados, pelo simples fato de não ter sido condicionado pela utilização máxima da área disponível. As áreas preservadas da ocupação ao longo do tempo, bem como o arruamento e os espaços destinados a equipamentos públicos, permitiriam, com investimento relativamente baixo, transformá-lo num ambiente urbano satisfatório. Note-se que essa possibilidade não tem nenhuma relação com o aparato legal. O bairro Metropolitano foi feito sem aprovação da prefeitura, assim como a maioria dos loteamentos populares privados. O que gera sua relativa qualidade urbana é sua lógica de produção e a diferença dessa lógica em relação à dos loteadores privados. A prioridade do valor de uso se expressa no resultado urbano. Nesse sentido, bem como no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico dos moradores, interessaria a sua comparação, hoje, com loteamentos privados e empreendimentos da Prefeitura de Belo Horizonte implantados no mesmo período.

O esquecimento dos loteadores associativos

Loteadores e loteamentos associativos surgiram na RMBH num momento em que o Estado e os organismos internacionais preconizavam os 'programas alternativos' e eram favoráveis a que associações assumissem a responsabilidade pelos resultados e, assim, os legitimassem. Mais tarde, com a abertura política, a Constituição Brasileira de 1988 e a eleição

41 Cornélia Souza, líder comunitária e ex-presidente da CEMCASA, em entrevista concedida a Rebekah Campos e Pedro Arthur Magalhães em 3/10/2013.

da Frente BH Popular, Belo Horizonte instituiu pela primeira vez uma política habitacional com alguma consistência e sistematicidade, que teve continuidade nos anos seguintes com as prefeituras de Célio de Castro e Fernando Pimentel. A administração municipal deixou de ter interesse por esses loteadores, cuja ação contradizia o ideal de um Estado provedor de habitação e regente do desenvolvimento urbano, no qual movimentos populares assumiriam o papel da chamada sociedade civil organizada. Os loteadores associativos figuravam nesse novo contexto como urbanizadores irresponsáveis, predatórios, que se recusam a abrir mão da casa e do lote individuais, criam periferias à maneira dos loteadores privados, dão margem à corrupção interna e assim por diante.

A imensa maioria das pesquisas sobre a RMBH, seu processo de expansão periférica e sua carência habitacional foi realizada em universidades de Belo Horizonte, durante os últimos vinte anos, isto é, sob o pano de fundo da gestão municipal da Frente BH Popular e das gestões seguintes, nas quais diversos pesquisadores se engajaram diretamente. Assim, o pouco interesse por iniciativas de produção habitacional anteriores ou concomitantes, mas independentes, também se reproduziu nos temas de pesquisa e discussão. Tanto a 'distribuição de lotes' pelo prefeito Sérgio Ferrara quanto os loteamentos associativos da década seguinte tenderam a ser rechaçados a priori, em vez de submetidos a análises realmente críticas.

Mas a institucionalização dos movimentos populares em instâncias políticas ditas participativas também significou sua conformação ao Estado,[42] assim como a provisão habitacional por programas públicos significou a inclusão do capital de construção e da respectiva lógica monetária. Em contrapartida, o ideal da autogestão, que fazia parte da política habitacional de Belo Horizonte na sua melhor fase, foi inteiramente abandonado na década seguinte, porque sempre se enquadrou mal no aparato burocrático, nos procedimentos de controle e nos expedientes administrativos. Outros dispositivos potencialmente democráticos, como o Orçamento Participativo em geral e o Orçamento Participativo da Habitação em particular, não geraram os resultados prometidos. A produção de novas unidades habitacionais foi baixa em

42 O processo de conformação e submissão dos movimentos ao Estado e sua consequente desmobilização foram analisados no contexto do Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte por Maria Clara Bois (*Conselho municipal de habitação de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação das diretrizes, planos e programas da política municipal de habitação*, 2013).

vista da demanda e os seus tipos arquitetônicos nunca foram escolha dos beneficiários. E, por fim, o desenvolvimento mais recente das políticas habitacionais tem criado periferias que em precariedade urbana não ficam nada a dever aos loteamentos populares.

Por essas razões e também pelo fato de elas terem motivado novas ocupações organizadas à revelia das prefeituras da RMBH (Dandara, Camilo Torres, Eliana Silva, Emanuel Guarani-Kaiowá, Rosa Leão etc.), entendemos que a experiência dos loteadores associativos merece pesquisas e discussões aprofundadas. Talvez tais pesquisas possam contribuir para uma compreensão melhor e menos idealizada de processos que favoreçam a autonomia da população e, assim, superem sua participação em programas e decisões que não determinam por si mesmos. Como já argumentamos em outras ocasiões, a relativa independência dos produtores informais é a sua vantagem, não o seu problema. Problema é a falta de acesso à terra e a recursos financeiros, técnicos e jurídicos.

[2017]

Origens das ocupações urbanas em Belo Horizonte

Tiago Castelo Branco Lourenço

Este capítulo e o seguinte provêm de artigos escritos a partir da experiência do autor com a assessoria técnica direta a movimentos sociais e moradores das ocupações urbanas de Belo Horizonte e outros municípios da RMBH, que também foi tema de sua dissertação de mestrado. Aqui, trata-se da contextualização histórica do ciclo recente de ocupações e da reunião de depoimentos de moradores, ativistas e militantes, enquanto o capítulo seguinte enfoca, especificamente, os movimentos sociais. Para a presente edição, os dois artigos foram reformulados na estrutura e na redação, mas não quanto a fontes, dados, interpretações e conclusões.[1]

Este texto sintetiza uma parte da história recente das ocupações urbanas em Belo Horizonte e região, com indicações sobre as origens dos movimentos sociais que conduzem tais ações e sua inserção no contexto político local. Depois de uma breve delimitação conceitual e de uma igualmente breve retomada do histórico das políticas habitacionais em Belo Horizonte, privilegio o período entre a Ocupação Corumbiara, em 1996, que inaugurou a forma de mobilização que as ocupações assumem atualmente, e o início da Ocupação Dandara, em 2009. Minhas reflexões se dão a partir da experiência como assessor técnico, que permitiu a construção de uma relação de confiança com muitos atores desses processos e acesso a evidências que uma observação 'passiva' dificilmente revelaria. Tive oportunidade de participar de decisões técnicas e políticas, tanto internas às ocupações quanto em relação a agentes externos. Essa condição de pesquisador que é também ator no processo exige vigilância redobrada, tornando particularmente importante os dados de outras fontes, para além da observação direta. Centrais nesse sentido foram as entrevistas com militantes das Brigadas Populares, do Movimento de Lutas em Bairros, Vilas e Favelas (MLB), do Fórum de

1 Primeira publicação: Ocupações urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 24, n. 35, 2017, pp. 182–217.
Cf. LOURENÇO, *Cidade ocupada*, 2014.

Moradia do Barreiro e da Comissão Pastoral da Terra. (As entrevistas foram do tipo não estruturadas e, em alguns casos, realizei mais de uma sessão com o mesmo entrevistado.) Elas constituem uma oportunidade de registro do histórico dos eventos que motivaram as ocupações, a partir da perspectiva dos entrevistados. Por fim, apresento algumas discussões que têm sido construídas e processadas entre ativistas sociais, lideranças e moradores das ocupações, no que diz respeito ao papel dos projetos de arquitetura e urbanismo nesse contexto.

Delimitações conceituais

É recorrente o constrangimento quando um visitante novato de uma ocupação se refere a ela como *invasão*. "Não é uma invasão, é uma ocupação", moradores e militantes corrigem. Mais do que de uma questão semântica, trata-se da própria legitimidade da mobilização frente à instituição da propriedade privada.[2] Muitos juízes ainda hoje tomam o direito à propriedade privada por absoluto, seguindo o espírito do Código Civil de 1916 (que dava poder de arbítrio quase irrestrito aos proprietários) e negligenciando o preceito constitucional de que "a propriedade atenderá a sua função social".[3] A função *social* da propriedade não foi introjetada pela sociedade brasileira nem nos tribunais. Nesse contexto, *invasão* se associa a um ato ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado por outros, desrespeitando a lei e até as regras tácitas de convivência. Já *ocupação* significa tornar útil um espaço que está sem uso. Assim, o principal argumento dos assessores jurídicos das ocupações urbanas é o fato de se tratar de imóveis que estavam vagos, serviam apenas a propósitos especulativos e não cumpriam nenhuma função social. Uma propriedade privada que não atende aos ditames da lei não deveria ser protegida por essa mesma lei. Já a ação de *ocupação* de um terreno vago por uma população privada do acesso à moradia faz cumprir um direito constitucional. Ela pode parecer hostil ou violenta, mas violência maior está na existência de

2 "1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade" (ONU, *Declaração universal dos direitos humanos*, 1948, art. 17). "[...] é garantido o direito de propriedade" (art. 5º, inciso XXII da *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988). "O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha" (art. 1228 do *Código Civil*, Lei 10.406/2002).

3 Art. 5º, inciso XXIII da *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

terrenos com função meramente especulativa, que impõe à sociedade o ônus de manter uma estrutura urbana ociosa e ainda fomenta a alta de preços do solo.

Outra especificação importante é a distinção entre ocupações urbanas organizadas e favelas. Essas últimas resultam de processos 'espontâneos' e paulatinos de ocupação de terras em cidades que não disponibilizam outras formas de acesso à moradia para a população mais pobre. Já a ocupação (organizada) é uma ação planejada e estruturada por um ou vários movimentos sociais, com discursos e finalidades que ultrapassam a questão da moradia e pretendem uma oposição política mais ampla ao status quo. Na perspectiva desses movimentos, o termo favela desqualificaria de antemão o seu combate à situação ilegal — mas socialmente reconhecida — de reserva de terras ociosas. Ainda que militantes e ativistas critiquem os preconceitos que o termo favela carrega, consideram que essa atribuição a uma ocupação dificulta a sua legitimação. Quanto aos moradores das ocupações, é comum ouvir deles que não querem fazer daquele lugar uma *favela*. A seus olhos, favela significa viver de forma degradante e precária, não estar de fato na cidade, participar de uma 'bagunça'.

Uma terceira distinção importante é entre as ocupações e os loteamentos periféricos. Embora sejam quase sempre irregulares, tais loteamentos pressupõem a propriedade da terra pelo agente que os promove.[4] Quando se trata de um loteador privado, cujo objetivo é o lucro imobiliário, os moradores compram os terrenos (informalmente) sem participar de nenhuma ação política.[5] Quando são promovidos por associações de sem casa, configurando os chamados loteamentos associativos, os moradores compram em conjunto uma gleba rural e fazem o parcelamento, para depois tentar transformá-la em área urbana, regularizar os lotes e obter os títulos individuais de propriedade.[6]

4 Loteamentos regulares são aqueles aprovados nos órgãos públicos e, portanto, conformes à legislação urbanística municipal e à legislação federal. Nessa última, é particularmente relevante a lei federal 6.766/1979 (a chamada Lei Lehmann), que obriga o loteador a oferecer, além do lote, toda a mesoestrutura básica de vias públicas, escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável e energia elétrica pública e domiciliar.

5 CHINELLI, Os loteamentos de periferia, 1980.

6 O loteamento associativo tem sido objeto de pesquisa do MOM. As pesquisadoras Rebekah Campos e Silke Kapp mostraram essa situação na RMBH, com destaque para cidades de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Esmeraldas, onde diversos loteamentos associativos foram realizados por iniciativa do Padre Pier Luigi Bernareggi (Padre Piggi) com planos urbanos de autoria do arquiteto José Carlos Laender.

Isso envolve uma mobilização popular, mas de características distintas das atuais ocupações, sem embate direto com a instituição da propriedade privada da terra.

Uma negligência histórica

A demanda habitacional, motor e bandeira das ocupações urbanas, foi historicamente relegada a segundo plano pelo Estado brasileiro ou, quando muito, instrumentalizada para outros fins. Em Belo Horizonte, cidade planejada no final do século XIX, a habitação comparece desde o início como problema privado, não como problema de ordem coletiva (social) que merecesse ações sistemáticas do Estado. O plano de Belo Horizonte previu moradias para o funcionalismo público estadual, mas não acomodava nem sequer os próprios trabalhadores da construção da cidade. Já antes de sua inauguração, havia ocupações irregulares de trabalhadores nos (atuais) bairros Floresta e Barro Preto, consideradas as primeiras favelas da cidade.

Até a década de 1930, esse tipo de ocupação foi tido, em Belo Horizonte e em todo o Brasil, como caso de polícia ou problema sanitário, não como resultado da negligência do Estado em relação a um direito social.[7] A partir dos anos 1940, com a criação dos fundos de pensão vinculados a diversas categorias profissionais, surgiram os primeiros conjuntos habitacionais destinados aos setores médios que chegavam às cidades no bojo do processo de urbanização,[8] mas as camadas mais pobres continuaram alijadas dessa política habitacional. Seu acesso às cidades sempre se deu em assentamentos precários nas bordas do território urbanizado. Em Belo Horizonte, as principais favelas da região centro-sul, a mais rica da cidade, começaram a se formar também na segunda metade do século XX, ocupando áreas de pouco valor para o mercado imobiliário, em especial terrenos de alta declividade no entorno de nascentes e cursos d'água.[9]

Esses processos ocorreram entre as décadas de 1980 e 2000, com mobilização significativa da população pobre. Tratava-se, porém, de um contexto político bem diferente do atual: era o início da redemocratização do Brasil após a ditadura militar, quase sem políticas habitacionais da RMBH. Cf. CAMPOS, *O outro loteador popular: os loteamentos associativos liderados pelo Padre Piggi Bernareggi*, 2013; KAPP et al., Loteadores associativos, [2014] nesta edição, v. 2, pp. 227–244.

7 Cf. BONDUKI, *Origens da habitação social no Brasil*, [1998] 2002.

8 SINGER, *Economia política da urbanização*, [1973] 2002.

9 SILVA, *Água em meio urbano: favelas nas cabeceiras*, 2013.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve mobilizações relevantes por justiça social no Brasil. Uma pauta de reformas do Estado e da sociedade foi reconhecida como necessária para que o país se tornasse 'moderno'. Ao lado da reforma agrária, a reforma urbana foi uma de suas causas. Porém, o golpe militar de 31 de março de 1964 e o Estado autoritário a que deu origem esvaziaram as entidades da sociedade civil articuladas para a discussão e a implementação dessas reformas.[10] Alguns membros dos setores médios se opuseram ao regime, mas essa luta política na clandestinidade, por definição exterior às instituições, resultou no máximo em políticas sociais de apaziguamento.

O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado no mesmo ano de 1964, inaugurando uma política habitacional vultuosa em recursos financeiros, mas muito mais destinada à estabilidade da economia do que à efetiva melhoria das condições de moradia da população em geral.[11] O BNH ampliou oportunidades de acumulação de capital e restringiu ainda mais o acesso dos pobres à moradia nas grandes cidades por vias formais. Com o forte crescimento econômico e urbano do país nos anos 1960 e 1970, a situação se agravou: aumentava a demanda por terra urbana e diminuía ainda mais a oferta imobiliária para famílias de baixa renda. O resultado foi o crescimento de favelas e outras ocupações em diversos graus de informalidade.[12]

No final dos anos 1970, o regime militar e o modelo desenvolvimentista entravam em crise, enquanto a sociedade civil reorganizava a luta por direitos sociais que tinha perdido força desde 1964.[13] O tema da reforma urbana voltou às discussões. A redemocratização do país nos anos 1980 e a Constituição de 1988 resultaram numa institucionalização de direitos sociais inédita no Brasil, incluindo o direito à moradia, que passou a ser obrigação do Estado. A promulgação do Estatuto da Cidade, treze anos depois, regulamentou, pelo menos no nível federal, os preceitos constitucionais referentes às políticas urbana e habitacional, fundamentando juridicamente a função social da propriedade urbana e a participação da sociedade no planejamento e na gestão urbanos.

10 ALVES, *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)*, 1984.

11 Nessa fase se extingue a produção habitacional pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que são unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966.

12 MARICATO, *Política habitacional no regime militar*, 1987.

13 SOMARRIBA, Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte, 1996.

Nos anos 1990, vários municípios da RMBH — Belo Horizonte, Betim, Contagem, Nova Lima e Sabará — foram governados por partidos de centro-esquerda: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em Belo Horizonte, os três chegaram ao governo em 1993, com a eleição de Patrus Ananias para prefeito. Sua administração, que se tornou modelo para outras prefeituras da RMBH, implementou preceitos e instrumentos que eram defendidos pela sociedade civil organizada desde o final dos anos 1970 e estavam parcialmente incorporados à Constituição de 1988, mas ainda não haviam sido regulamentados em nível federal (pelo Estatuto da Cidade). Por outro lado, o período de redemocratização coincidiu com uma estagnação econômica e altos índices de inflação no Brasil.[14] À tendência das prefeituras de centro-esquerda em direção a um Estado de bem-estar social se contrapôs a ideologia neoliberal internacionalmente dominante, de um Estado que pouco interfere no mercado (inclusive no mercado de terras urbanas) e minimiza os investimentos públicos em programas sociais. As administrações municipais da RMBH afinadas com o ideário da reforma urbana tiveram possibilidades de ação muito restritas.[15] Havia estruturas legais e institucionais que poderiam tornar real o direito à cidade para todos, mas os resultados concretos foram limitados.

Do mito de fundação à retomada

Ainda no último ano da gestão de Patrus Ananias, em 1996, a insatisfação com esse estado de coisas deu origem à Ocupação Corumbiara, num terreno particular na região do Barreiro, no Vale do Jatobá. Sua organização foi feita pela Liga Operária (LOP) e pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR). As quase quatrocentas famílias participantes haviam integrado núcleos de sem casa e vinham se engajando no Orçamento Participativo da Habitação (OPH), mas perceberam que a oferta formal de moradias por essa via era ínfima diante da demanda. Mônica Bedê observa que se desenvolveu, a partir disso, uma forma de organização popular até então incomum em Belo Horizonte, com demarcação regular de vias e lotes, cercamento da área, vigilância constante

14 BRUM, *O desenvolvimento econômico brasileiro*, [1982] 1998.

15 BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993–1996*, 2005.

e revista de visitantes.[16] Segundo Bedê, a prefeitura não quis envolver a polícia militar, para evitar um confronto violento. Já no imaginário dos movimentos sociais, há uma história de confronto — portanto, de luta direta — relacionada a essa ocupação.

> Na época foi o pessoal do PCR e o pessoal da LOP, da Liga Operária. Eles tinham vindo de um processo de duzentos e quatro despejos de uma ocupação que teve em Betim, onde teve até mortes. Numa ocupação de terra, a reintegração de posse é pesada. Parece que mataram dois ou três. Aí iniciaram a ocupação na vila Corumbiara. A princípio teve uma resistência muito grande por parte da prefeitura. O Patrus, apesar de eles falarem que ele era bonzinho... No começo foi feito um cerco. A polícia ficava lá vinte e quatro horas.[17]

Hoje, a Ocupação Corumbiara está consolidada como um bairro, em processo de regularização fundiária. Para a fase mais recente de ocupações urbanas, ela representa uma espécie de mito de fundação. Também se originou ali o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), vinculado ao PCR, que é um agente importante no ciclo atual de ocupações urbanas.

Depois da Corumbiara, as ocupações urbanas organizadas por movimentos sociais cessaram na capital mineira por uma década. Esse período coincidiu com uma fase de aparente sucesso das lutas pela reforma urbana no âmbito jurídico e institucional, em que se consolidou a política habitacional municipal, dando aos grupos de sem casa a perspectiva de acesso à casa própria via prefeitura.[18] Entretanto, foram poucos os avanços concretos na execução das políticas habitacionais em Belo Horizonte, e houve uma neutralização institucional dos canais participativos que deveriam servir para a luta por tais avanços. As ocupações urbanas do ciclo recente, em Belo Horizonte, pertencem a esse contexto. Uma de suas motivações políticas foi justamente o fato de que os movimentos sociais mais antigos haviam se institucionalizado, perdendo muito do seu poder de pressão sobre a administração pública.

16 Ibidem, p. 221.

17 Lacerda dos Santos Amorim, militante das Lutas Populares (LPS), em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2014.

18 BOIS, *Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação das diretrizes, planos e programas da política municipal de habitação*, 2013.

Em 26 de novembro de 2006, um grupo de quinze famílias retomou então a estratégia das ocupações e se instalou num edifício do bairro Serra, na zona sul da cidade. As famílias eram provenientes da Vila do Cafezal, próxima ao local da ocupação. Essa foi batizada Caracol (aludindo ao molusco que carrega a casa nas costas) e recebeu, desde o início, o apoio das Brigadas Populares, que haviam sido criadas no ano anterior.

As Brigadas Populares se constituíram como movimento social a partir do Núcleo de Estudos Marxistas, fundado em 2003 e composto por intelectuais e estudantes de diversas áreas, particularmente do Direito. O objetivo do movimento é reunir militantes interessados em compreender a realidade brasileira à luz das teorias de Marx e buscar ações políticas concretas nas periferias das cidades brasileiras, a começar por Belo Horizonte. A Ocupação Caracol foi a primeira experiência concreta dessa organização política. Seus militantes relatam que a demanda lhes foi apresentada pela população da Vila do Cafezal quando realizavam trabalhos comunitários na região.

> Foi nossa primeira experiência, primeira pauta de ocupação urbana. Não foram pautas planejadas. Foram pautas que surgiram dessa inserção nesse trabalho comunitário. O próprio povo ali foi nos ensinando, apontando caminhos e nos empurrando também! Para tomar decisões e agir.[19]

> Então, essas famílias nos procuraram para falar *queremos ocupar aquela casa que está abandonada na Serra, aquele prédio que está abandonado*. Foi uma quarta-feira, não esqueço isso. *Nós queremos fazer ocupação na sexta*. E a gente falou assim, *Não! Calma, nós temos que estudar isso, ver quem que é o proprietário*. [...] A Márcia [uma liderança] chegou e falou assim, *nós vamos com ou sem vocês*. Aí nós falamos, *não, então vamos juntos*.[20]

A Ocupação Caracol se manteve por menos de dois meses, mas chamou a atenção de outros movimentos sociais. Depois do despejo, em janeiro de 2007, as Brigadas se associaram ao Fórum de Moradia do Barreiro e começaram a organizar a Ocupação João de Barro, recrutando famílias no Núcleo de Moradia do Barreiro, no Núcleo de Moradia do Padre

19 Joviano Mayer, advogado e militante, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2013.

20 Pedro Otoni, militante, em entrevista concedida ao autor em março de 2014.

Eustáquio, na Vila do Cafezal e no assentamento Novo Lajedo. Uma liderança do Fórum vê o processo como "rebelião" contra a participação nos canais institucionais da política habitacional da Prefeitura de Belo Horizonte.

> Participo de movimentos de luta por moradia e pelo direito à cidade desde 2002. A princípio, a participação iniciou dentro da política habitacional institucional, através da participação nas reuniões do orçamento participativo de habitação. Ao longo do tempo, fui percebendo que tudo isso é nada mais e nada menos que uma forma de a própria instituição dirigir o povo. E aí começou o processo de rebelião. Então, essa lógica que está aí começou em 2007, quando iniciamos um processo de ocupação juntamente com as Brigadas Populares, lá na Serra, com a Ocupação João de Barro, ocupando um prédio da massa falida da Construtora Encol.[21]

Essa primeira Ocupação João de Barro — mais tarde chamada de João de Barro I — foi despejada depois de cinco meses. Parte das famílias seguiu para a Ocupação João de Barro II e, alguns meses depois, para a João de Barro III.

> Depois teve a João de Barro II, que durou três meses, naquele antigo hospital Cardiocentro, na avenida Antônio Carlos. E teve a João de Barro III, que foi uma casa ali na avenida Amazonas. Esse processo era uma continuidade, pois as famílias da João de Barro II eram as resistências da João de Barro I que foram despejadas e não tinham lugar para ir. Na João de Barro I a gente chegou com cento e cinquenta famílias. Quando a gente foi despejado, tinha umas oitenta. Aí para João de Barro II foram umas quarenta, e para João de Barro III foram umas quinze.[22]

No entanto, já durante esse processo, a estratégia de ocupar edificações vazias (a chamada ocupação vertical) começou a ser revista em favor da ocupação de terrenos com a autoconstrução das moradias (chamada de ocupação horizontal), a exemplo da bem-sucedida Ocupação Corumbiara. A motivação para a mudança estava, por um lado, no fato de as famílias provenientes do Barreiro terem pouco interesse em ocupar edifícios nas regiões Centro-Sul e Pampulha, fora de suas redes

21 Lacerda dos Santos Amorim, entrevista, 2014.

22 Pedro Otoni, entrevista, 2013.

sociais e abrindo mão da habitual casa unifamiliar.[23] Por outro lado, a ocupação horizontal se apresentava como uma estratégia de luta política com maiores possibilidades de resistência à repressão e ao despejo.

> A disposição para a resistência numa ocupação vertical é muito menor, porque você não construiu uma casa. Você ser despejado de uma ocupação vertical é lucro, porque você fica seis meses sem pagar aluguel e não gastou nenhum centavo, [...] diferente de uma ocupação horizontal, onde você constrói uma casa, você investiu, você colocou seu sangue, você tem um vínculo com o espaço, com o ambiente. O vínculo entre os moradores é maior.[24]

A Ocupação Camilo Torres, primeira ocupação horizontal da fase recente, se iniciou então em fevereiro de 2008, sendo considerada um marco na luta política e a abertura de um novo "universo de possibilidades".[25]

> Em fevereiro de 2008, a gente pode falar mesmo que foi o processo de resgate das ocupações. Belo Horizonte sempre foi criada através de ocupações, seja organizada ou espontânea. O mapa de Belo Horizonte foi se construindo assim. Aí, começou a Ocupação Camilo Torres. Parte dela foi despejada pela prefeitura logo no início. Nós reocupamos essa parte no mesmo ano de 2008, no início de outubro, até foi no momento da eleição. Soltamos até um manifesto interessante, falando que os nossos sonhos não cabiam dentro de uma urna, era através da luta mesmo.[26]

Efeito Dandara

Entre o início da Ocupação Camilo Torres, em fevereiro de 2008, e as eleições municipais, em outubro, estourava a crise econômica mundial, com a concordata do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers, em 15 de setembro. Ela não só exigiu do governo dos EUA uma intervenção significativa no sistema financeiro global, mas também fez com que vários outros países, que vinham seguindo preceitos neoliberais de responsabilidade fiscal e liberdade de mercado, despendessem boa

23 Joviano Mayer, entrevista, 2013.

24 Pedro Otoni, entrevista, 2013.

25 Joviano Mayer, entrevista, 2013.

26 Lacerda dos Santos Amorim, entrevista, 2014.

parte de suas reservas no sistema financeiro. A crise deixou evidentes as contradições do capitalismo financeirizado e seu imbricamento com o setor imobiliário, e expandiu a setores mais amplos (e usualmente mais conservadores) da sociedade civil o questionamento de um Estado a serviço do capital, não da coletividade. É preciso compreender as ações de ocupação de terras urbanas desde 2008 no contexto dessa dinâmica política e social de crítica das instituições do Estado, não apenas em Belo Horizonte, mas no Brasil e no mundo.[27]

Na fase de rediscussão das alternativas de ação política, também a relação entre moradia e geração de trabalho e renda estava em pauta. As Brigadas cogitaram as chamadas ocupações rururbanas, conjugando moradia e atividades agrícolas em terrenos (peri)urbanos. Planejava-se realizar tais ações em associação com o Movimento dos Sem Terra,[28] seguindo o exemplo das Comunas da Terra em São Paulo.

> Tinha determinadas discussões de aliar essa questão do país inteiro, aliar essa questão da moradia à questão do emprego. Algumas experiências do Rio Grande do Sul, com o MTD [Movimento dos Trabalhadores Desempregados], que faziam a jogada de criar dentro das ocupações urbanas também espaços de trabalho, geração de renda, enfim. Tinha as experiências do MST na Grande São Paulo, das Comunas da Terra, que também eram a tentativa de aproximar mais da cidade, ter atividades não agrícolas nos assentamentos. Essa era a ideia: criando um espaço de reprodução da vida, por outra via a não ser agricultura. Manufatura, um serviço etc. Fomos lá. Visitamos duas comunas, que não foram para frente, mas foram referências para nós. A nossa ideia era fazer uma ocupação aqui. Nós tínhamos uma relação com o MST muito forte nessa época, aprendendo com eles, tudo isso.[29]

Nem todos consideravam a ocupação rururbana factível. Segundo um dos entrevistados, houve uma divisão entre os militantes que defendiam

27 Cf. CANCLINI, *Consumidores e cidadãos*, [1995] 2006.

28 O MST foi fundado em 1984, na região sul do Brasil, e é um dos movimentos sociais mais expressivos no contexto brasileiro, promovendo ações em todo o território nacional. O seu trabalho político explicitou, para a sociedade brasileira, a luta pela reforma agrária, recebendo grande destaque nos meios de comunicação.

29 Joviano Mayer, entrevista, 2013.

"a lógica de que o cara que iria morar iria plantar também" e aqueles que, como ele próprio, viam nisso uma contradição.[30]

> O cara que vai morar aqui, ele prefere vender hora de trabalho do que ele mesmo produzir. Ele tem medo de produzir e depois não dar certo e ficar na mão. O tamanho do lote que eles [o MST] queriam dividir agredia a realidade, porque hoje até a burguesia está com dificuldade de ter esse espaço. O pessoal estava falando em ter meio hectare dentro da cidade. Eu falei, *vocês estão brincando demais*. Mas aí, fui voto vencido.[31]

Apesar das divergências, a proposta de ocupação rururbana foi levada adiante e, em 2009, originou a segunda ocupação horizontal desse ciclo recente: a Dandara. Embora, no processo, ela tenha se tornado inteiramente urbana, com lotes reduzidos e densamente ocupados, sua escala e as circunstância em que ocorreu lhe conferiram um papel decisivo nas lutas por moradia, com grande visibilidade na cidade, no Brasil e internacionalmente.[32] Conforme salienta outro entrevistado, o "efeito Dandara" influenciou todas as ocupações posteriores, inclusive as espontâneas, como as ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança, iniciadas em 2013 a partir de uma mobilização de moradores da periferia de Belo Horizonte, que, nos seus primeiros momentos não contou com o apoio dos movimentos.

> O que está animando muitas dessas ocupações tidas como espontâneas é o que eu chamo de 'efeito Dandara'. Espalhou nacionalmente, internacionalmente, o êxito da Dandara, que não é só Dandara, é o êxito da Camilo Torres, é o êxito da Eliana Silva, é o êxito da Guarani-Kaiowá. Juntas, elas estão mostrando, sinalizando para os pobres do Brasil que, quando a gente faz essa conjugação de forças — empoderar os pobres internamente, contar com movimentos sociais populares legítimos e idôneos, com um grupo de arquitetos, um grupo de advogados populares, montando uma rede de apoio, trazendo as muitas forças vivas da sociedade — isso faz uma grande diferença.[33]

30 Lacerda dos Santos Amorim, entrevista, 2014.

31 Ibidem.

32 Cf. LOURENÇO, *Cidade ocupada*, 2014.

33 Frei Gilvander Moreira, religioso e ativista, em entrevista concedida ao autor em dezembro de 2013.

Evolução da Ocupação Dandara, em Belo Horizonte: junho de 2009, junho de 2010 e dezembro de 2020 (Google Earth ©2021).

As ocupações Corumbiara, Caracol, João de Barro I, II e III, e Dandara foram importantes para a constituição das lutas políticas das ocupações urbanas com fins de moradia na RMBH. São lembradas cotidianamente pelos militantes dos movimentos sociais e consideradas como momentos de inauguração e amadurecimento de estratégias de luta política pelo direito à cidade. O registro da memória desses processos importa porque, historicamente, as resistências tendem a ser esquecidas, dificultando a compreensão de contradições atuais.

Dos arquitetos nas ocupações

Os testemunhos acima indicam que contradições podem ser refletidas e, eventualmente, superadas no decorrer da luta política. Também a prática de assessoria técnica direta encerra conflitos que precisam ser discutidos na procura de novos procedimentos e caminhos.

Parto do pressuposto de que as ocupações são arquiteturas, contrariando alguns praticantes do campo que apregoam o arquiteto como sujeito (autor) absoluto da criação de soluções para a produção e a apropriação do espaço. Nas experiências das ocupações urbanas em Belo Horizonte, o arquiteto é um sujeito no processo, assim como os moradores e os movimentos sociais. A arquiteta Silke Kapp apresenta uma terminologia importante nessa argumentação: "a outra produção arquitetônica". "*Outra*, porque está à margem das instituições jurídicas, técnicas e econômicas da nossa sociedade [...]. *Produção arquitetônica*, porque proponho que, nesta expressão ou simplesmente no termo *arquitetura*, se inclua todo o espaço modificado pelo trabalho humano".[34]

A experiência nas ocupações proporciona reflexões relevantes sobre as contradições da arquitetura como campo especializado do conhecimento. Entre elas está o ideal de integridade do projeto. A integridade buscada no campo da arquitetura depende de uma sociedade em que as pessoas não interferem ativamente nas construções, ou seja, pouco democrática.[35] Esse não é o ambiente que se encontra nas ocupações. A população que se organiza e promove a própria oferta de moradias também põe em xeque, o tempo todo, a integridade do projeto técnico. O projeto é objeto de questionamentos e modificações durante toda a sua elaboração e implantação.

34 KAPP, A outra produção arquitetônica, [2008] nesta edição, v. 2, p. 129.

35 KAPP, Contra a integridade, 2006.

Outra contradição do campo que se reflete nessa experiência está relacionada à noção de autonomia. A autonomia é o direito de se autogovernar. Na origem grega do termo, *auto-nomos*, norma ou lei própria, se contrapõe a *hetero-nomos*, norma ou lei de outro. Toda autonomia que um arquiteto venha a ter significa heteronomia para os outros envolvidos no processo, a começar pelos construtores. O canteiro de obras é um ambiente estranho ao arquiteto, que concebe seus desenhos como uma ordem de serviço inquestionável. Prevalece nos projetos a intransigência do verbo *desenhar*, conforme destaca Sérgio Ferro: "O verbo desenhar aumenta sua tendência intransitiva; mediação por onde transitam ordens, só a si mesmo prefere dar passagem, numa perspectiva que endurece sua perseidade".[36] Heteronomia semelhante está no fato de os projetos serem concebidos por pessoas que não habitarão os espaços projetados. Aqueles que o farão são tratados pela tradição do campo arquitetônico como usuários, não como sujeitos ativos na produção do espaço. Supostamente projetados para eles, tais espaços proporcionam poucas possibilidades de apropriação. Quando seus usos fogem ao prescrito, os arquitetos costumam protestar. Essa atitude em relação à criação na arquitetura nega a humanidade, porque os seres humanos, para os quais são elaborados os projetos, buscam o livre arbítrio para construir sua experiência de vida e para afirmar os valores que norteiam essa experiência. Isso sem mencionar as atuais discussões sobre sustentabilidade, que deveriam favorecer espaços que permitam diferentes usos e não sejam destruídos a cada geração ou a cada nova necessidade. A resistência dos arquitetos em pensar essa experiência humana e social fica patente em várias situações. Uma das mais evidentes é a fotografia de arquitetura: a ausência de seres humanos nas imagens é regra. Outra é a atuação dos arquitetos junto ao patrimônio cultural. A dificuldade de perceber que o bem cultural faz parte do cotidiano de pessoas que não o veem como histórico ou artístico enseja conflitos recorrentes.

As heteronomias que o tradicional projeto de arquitetura gera para construtores e usuários é algo absolutamente imbricado no campo. Discutir essas questões dentro da prática do projeto é visto por muitos praticantes como uma negação da profissão. Tal quadro é agravado pelo percurso histórico do campo, que não conseguiu construir uma sacralização de sua atividade ou um discurso ideológico semelhante

36 Ferro, O canteiro e o desenho, [1976] 2006, p. 181.

ao de outros campos mais bem-sucedidos em fazer de seus profissionais os sujeitos absolutos de determinado conhecimento.[37] No entanto, apesar das resistências entre arquitetos, essa discussão deve e precisa ser levantada. A experiência do espaço se vincula às práticas culturais dos grupos humanos. Pensar a arquitetura como evento — e não como produto — é pensar a experiência gerando e definindo os espaços e se apropriando deles.

Finalmente, a experiência cotidiana das diferentes classes sociais que convivem em uma ocupação urbana é um importante elemento para a reflexão. Os discursos progressistas de que movimentos e ativistas sociais são portadores, nesse contexto, muitas vezes não passam de imposições culturais entre classes em posições completamente desiguais, promovendo (des)encontros que não favorecem a autonomia dos sujeitos envolvidos.

37 STEVENS, *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*, 2003.

[2017]

Movimentos sociais nas ocupações urbanas de Belo Horizonte

Tiago Castelo Branco Lourenço

Este capítulo complementa o anterior, sendo também proveniente da experiência do autor como assessor técnico e pesquisador das ocupações urbanas. O foco, aqui, está nos movimentos sociais, nos seus ideários e formas de atuação, na posição social de suas lideranças e militâncias, bem como na sua relação com os profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Como o texto anterior, este também foi reformulado para a presente edição, preservando os dados, interpretações e conclusões do original.[1]

Nos últimos anos, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi palco de diversas ocupações urbanas em terrenos que estavam ociosos e em que moram hoje aproximadamente dez mil famílias. A maioria dessas ocupações foi organizada por movimentos sociais, e mesmo as que se formaram por iniciativa dos moradores contaram com o apoio de tais movimentos.

Em todas as ocupações, movimentos e moradores entraram em contato com profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia à procura de apoio técnico para a elaboração de planos e projetos. Nas ocupações Dandara, Emanuel Guarani-Kaiowá e Eliana Silva, Rosa Leão, Esperança, Vitória e Vila Pomar do Cafezal, participei como arquiteto e urbanista, integrando equipes de técnicos e estudantes responsáveis pelos planos urbanos e pelos projetos de arquitetura para edifícios coletivos. Nessa experiência de assessoria técnica, a aproximação com alguns movimentos foi mais intensa, pois assumiram o protagonismo na condução política das lutas, com destaque para as Brigadas Populares e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

As Brigadas se formaram em 2005, a partir de um grupo de estudos marxistas que abrangia algumas universidades de Belo Horizonte, especialmente a Faculdade de Direito da UFMG. Atualmente, a organização

1 Primeira publicação: Movimentos e ativistas sociais nas ocupações urbanas de Belo Horizonte. In: *Anais do XV SIMPURB — Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2017, on-line.
Cf. LOURENÇO, *Cidade ocupada*, 2014.

promove ações na RMBH e outros municípios mineiros, bem como, pontualmente, nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, e no Distrito Federal.

O MLB se formou em 1999, a partir da experiência da Ocupação Corumbiara, em Belo Horizonte, e ações semelhantes em cidades do Nordeste do Brasil. É um movimento de massas vinculado ao Partido Comunista Revolucionário (PCR). Ele luta pela reforma urbana, atuando nos estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Dada a minha aproximação desses dois movimentos, discuto neste artigo a atuação deles e de seus militantes e ativistas associados. As reflexões se dão a partir das experiências nas ocupações urbanas que acompanhei.

Ideário das Brigadas Populares e do MLB

A diferença entre movimentos sociais e outras formas de ação coletiva está na abrangência e profundidade de suas reivindicações. Como propõe o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, movimentos sociais não são pautados por "ações paroquiais" nem se restringem à escala microlocal, mas se orientam pela perspectiva de uma transformação substancial da sociedade.[2] As Brigadas e o MLB têm estruturas e objetivos que os qualificam como movimentos sociais nesse sentido. As ocupações em que se engajam não são, para seus militantes, fins em si mesmas, mas meios ou etapas a caminho de fins mais abrangentes.

Ambas são organizações políticas de base marxista e compartilham a tradição da esquerda brasileira, que concebe a possibilidade de uma revolução comunista a partir do proletário, mas com apoio da pequena burguesia e de setores da média burguesia. No entanto, desde a publicação do *Manifesto do partido comunista* por Marx e Engels, em 1848, inúmeros grupos políticos se dizem marxistas e até revolucionários, sem que isso signifique formas de ação comuns ou mesmo convergentes. Pelo contrário, a crítica teórica de Marx deu origem a vertentes díspares no que tange à conduta prática e aos líderes que tomam por modelo, de Trotsky e Lenin a Stalin e Mao Tsé-Tung.

2 SOUZA, A 'nova geração' de movimentos sociais urbanos — e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto, 2009.

As Brigadas não se vinculam a nenhuma organização partidária e têm como objetivo a construção do poder popular no Brasil, mediante ações políticas diretas visando à emancipação da classe trabalhadora para a revolução. São inspiradas por diversos líderes e teóricos, dependendo do contexto de atuação e incluindo desde clássicos do marxismo até filósofos contemporâneos pós-estruturalistas, como Gilles Deleuze e Pierre-Félix Guattari.

No caso do MLB, as inspirações são de caráter mais prático do que teórico. Elas incluem, explicitamente, as atuações de Mao na China, pela aproximação da base camponesa, e de Stalin na União Soviética, pela 'eficiência' na luta contra a burguesia. As lideranças do MLB sabem que o stalinismo se tornou sinônimo de violência e autoritarismo, rechaçado por quase todos os setores da esquerda, mas consideram que essa imagem provém de distorções da historiografia ocidental e defendem que o papel político e o "estilo de gestão de Stalin" devem ser revistos e podem servir de exemplo em vários aspectos.[3]

Além dessas referências, as ações das Brigadas e do MLB nas ocupações urbanas se inspiram na tradição católica, notadamente, na teologia da libertação.[4] Frei Gilvander Moreira, um dos principais apoiadores das ocupações na RMBH, entende que o componente religioso é indispensável nesse contexto: "*No Brasil, assim como na América Latina, nós não podemos ignorar, nas lutas sociais, populares, essa dimensão religiosa. Nós temos que lidar com uma dimensão de fé das pessoas. Isso é um ingrediente forte*".[5] A referência religiosa não é sustentada somente pelos sacerdotes nem apenas instrumentalizada como forma de persuasão dos moradores. Boa parte dos militantes dos movimentos tem formação católica. Mesmo que não sejam praticantes, incorporaram e vivenciaram em alguma medida os ideais cristãos de solidariedade e comunidade. Assim, as decisões sobre o lugar ocupado, os cultos, a ritualização de diferentes momentos do cotidiano, bem como a própria

3 Leonardo Péricles, militante e morador, em entrevista concedida ao autor em dezembro de 2013.

4 A teologia da libertação é uma tradição teórica de influência marxista, vinculada a setores da Igreja Católica na América Latina. Promove uma interpretação dos ensinamentos de Jesus Cristo tendo em vista o questionamento das condições econômicas, políticas e sociais do capitalismo. Importantes expoentes são o padre peruano Gustavo Gutiérrez, o teólogo brasileiro Leonardo Boff e os sacerdotes Jon Sobrinho, de El Salvador, e Juan Luis Segundo, do Uruguai.

5 Frei Gilvander Moreira, religioso e ativista, em entrevista concedida ao autor em dezembro de 2013.

estrutura de organização das ocupações fazem parte de uma mística que transforma o ato de ocupar um terreno numa prática de evangelização segundo princípios católicos.

Um terceiro elemento essencial ao ideário das Brigadas Populares e do MLB, além das tradições da esquerda política e da esquerda católica, é a agenda da reforma urbana. Embora ela tenha sido discutida no Brasil desde os anos 1960, essa agenda começou a ter algum efeito prático apenas com o fim da ditadura, em 1985, fundamentando um "período [em] que floresceu uma nova política urbana".[6] A Frente BH Popular, cuja gestão em Belo Horizonte se iniciou 1993, foi um dos primeiros exemplos de governos municipais que adotaram diretrizes da reforma urbana, tais como conselhos com representação de movimentos sociais, orçamento participativo e políticas sistematizadas de urbanização e habitação.[7]

Sabemos que essas novas políticas não conseguiram transformar as relações de propriedade e poder nas cidades brasileiras. Um dos motivos do fracasso está no cenário internacional. Desde a crise da década de 1970, as teorias econômicas de cunho neoliberal ganharam terreno na prática política, primeiro com o governo de Augusto Pinochet no Chile (1973–1990), depois com os de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979–1990) e Ronald Reagan nos EUA (1981–1989). Isso significou, nesses países e em todos os outros que seguiram seu exemplo ou se submeteram às suas determinações, uma desmontagem do chamado Estado de bem-estar social, com privatizações de empresas públicas, redução de impostos e programas sociais, desregulamentação dos mercados (em particular, do mercado financeiro), favorecimento da propriedade e da iniciativa privadas etc.[8]

No Brasil, a onda neoliberal global se fez sentir no início dos anos 1990, coincidindo justamente com o período de implementação de novas políticas urbanas. O embate é evidente: de um lado, a defesa da inclusão ou do chamado direito à cidade; de outro, uma liberalização do mercado que acentuou os processos de exclusão.[9] Os governos do PT

6 MARICATO, É a questão urbana, estúpido!, 2013, p. 22.

7 Cf. BEDÊ, *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente* BH *Popular: 1993–1996*, 2005. A Frente BH Popular era composta por Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Verde (PV). Mas tal composição sofreu alterações durante os anos em que a Frente conduziu a gestão municipal de Belo Horizonte.

8 HARVEY, *Neoliberalismo: história e implicações*, [2005] 2008.

9 VAINER, Quando a cidade vai às ruas, 2013, p. 39.

tentaram, em alguma medida, conciliar esses princípios contraditórios, mas o resultado se limitou a paliativos. De maneira geral, a exclusão social que sempre caracterizou o desenvolvimento urbano no país se agravou, enquanto a mobilização popular foi em boa parte absorvida ou cooptada pelas instituições políticas e administrativas existentes.

Esse é o quadro no qual se pode compreender a motivação dos militantes do MLB e das Brigadas Populares. A ocupação urbana é tida por eles como ação política de massas ou trabalho de base. Na prática da ocupação, pretendem promover a formação política das camadas excluídas do direito à cidade, esperando que a vivência do embate com a ordem estabelecida faça surgir uma consciência da própria condição de exclusão.

Portanto, ao contrário do que a mídia e uma observação à distância fazem parecer, as motivações para transformar a cidade mediante ocupações urbanas organizadas não provêm dos moradores dessas ocupações. Elas são fomentadas e postas em prática por sujeitos cuja posição social é outra. A distinção entre aquilo que move militantes e moradores é necessária para analisar os conflitos nesse processo que é, ao mesmo tempo, político e cotidiano.

Posição social dos militantes e suas ambiguidades

Como as circunstâncias de formação das Brigadas Populares e do MLB já sugerem, seus militantes são quase todos estudantes universitários ou profissionais graduados, provenientes da *pequena burguesia*. Na tradição marxista das ciências sociais, essa expressão designa grupos que precisam trabalhar para sobreviver, mas não se identificam com o proletariado, porque são proprietários de (modestos) meios de produção ou porque dispõem de uma formação cultural que lhes dá acesso a empregos tidos por melhores: pequenos comerciantes, mestres de ofício, professores, funcionários de escritórios etc. O conceito me parece mais adequado do que o de *classe média*, porque implica uma posição social, e não apenas uma faixa de renda mensal. Essa posição pode ser caracterizada como intermediária, isto é, como setor dominado da classe dominante ou, conforme a perspectiva, como setor dominante da classe dominada.

Ver os militantes dessa forma ajuda a entender por que, apesar de questionarem a dominação social de modo geral, fomentam decisões e ações que acabam reproduzindo os mecanismos objetivos e subjetivos

dessa dominação. Um exemplo é a estratégia política do discurso positivo em relação à moradia de propriedade privada individual. Essa agenda é necessária para a manutenção das pessoas nos terrenos ocupados — sem ela, seriam mínimas as chances de adesão da população e de resistência contra a reintegração de posse dos imóveis —, mas a propriedade privada também é essencial ao capitalismo, de modo que sua defesa significa uma reafirmação de toda a formação social correlata.

Não teriam as Brigadas, o MLB e os ativistas que os apoiam também o papel de introduzir 'valores capitalistas' entre os moradores das ocupações? A população que se dispõe a morar numa ocupação sempre esteve numa sociedade estruturada por tais valores capitalistas. A experiência da ocupação apenas altera (um pouco) sua condição nesta sociedade. Mas, se não se pode dizer que a luta política nas ocupações esteja difundindo o capitalismo (pois difundido ele já está), tampouco se pode atribuir a essa luta um papel univocamente revolucionário.

Soma-se a isso a já mencionada formação católica de militantes e apoiadores, com a disposição assistencialista a ela relacionada. No catolicismo, ajudar o próximo é um imperativo, e a pobreza é antes virtude do que mácula, de modo que estar com os pobres e organizá-los para a luta política adquire um significado de solidariedade cristã. Uma vez que essa solidariedade se dá entre pessoas em situações sociais desiguais, ela facilmente adquire traços assistencialistas, às vezes mais determinantes do que a própria ideia de emancipação social. Algumas lideranças dos movimentos têm consciência dessa ambiguidade.

> Esse é um problema que nas Brigadas estamos superando quase na 'marreta' — a questão de gente chegar com essa visão cristã de ajudar os pobres. Não tem nada a ver. Isso é um procedimento de emancipação social, é um projeto de luta política, não tem a ver com ajudar os pobres. E, quando a pessoa é jogada numa situação desse deslocamento, de ver que o pobre é feio, o pobre tem lá seus apegos, conjunto de vícios que existe em qualquer classe, aí a pessoa se assusta. Esse susto é importante para ver que essa autenticidade de um projeto popular que surgiu na cabeça dos próprios trabalhadores é uma construção ideal. Só que ideal não existe. O ideal é justamente por causa disso, é idealismo, utopia pura.[10]

10 Pedro Otoni, militante, em entrevista concedida ao autor em março de 2014.

Outra ambiguidade na ação dos militantes que pode ser interpretada à luz de sua posição social é, paradoxalmente, a negação da própria diferença de classe. É claro que não defendem a ideologia neoliberal do mérito e da igualdade de oportunidades. No entanto, deixam de reconhecer que sua formação produz diferenças incontornáveis e insistem na igualdade, como se ela já estivesse instituída ou como se nós, militantes e ativistas sociais, fôssemos parte do "precariado" — para usar um termo mais contemporâneo do que proletariado.[11] As diferenças objetivas entre moradores e militantes ou ativistas se manifestam de inúmeras formas, até nos hábitos e nas disposições do corpo.[12] Militantes e apoiadores sempre tiveram onde morar em condições salubres e relativamente seguras, enquanto a população moradora das ocupações vem de uma trajetória de luta pela moradia que faz parte de um cotidiano de segregação social e envolve suas vidas desde o nascimento. Sua luta pode ser individual e 'desorganizada', mas ela existe muito antes da ação de ocupação. Quando os movimentos sociais desconsideram as diferenças e tomam para si a representação política de uma classe à qual não pertencem, também 'atropelam' essa trajetória própria e as experiências a ela relacionadas, mesmo que não seja essa a sua intenção.

Ideal da vanguarda e cotidiano da retaguarda

Os movimentos sociais assumem a concepção de que os oprimidos precisam ser conduzidos no processo de sua emancipação. Essa ideia já comparece na Revolução Francesa, cujas lideranças políticas encenam a si mesmas como catalisadores dos anseios populares e guias do 'povo',[13] mas adquire maior importância nos dois séculos seguintes. Enquanto Marx ainda entende a porção comunista do proletariado nesse sentido, Lenin já considera o proletariado incapaz de realizar a revolução sem uma vanguarda de lideranças intelectuais — os bolcheviques estariam legitimamente *atualizando* (passando de potência a ato) o curso necessário da história. Essa ideia da vanguarda revolucionária faz perder de vista a possibilidade de processos autogestionários, isto é, não dependentes de nenhuma organização externa. Cornelius Castoriadis

11 Cf. Braga, Sob a sombra do precariado, 2013.

12 *"Fazer xixi e cocô em fossa é horroroso! Horroroso! Horroroso, mesmo! Entendeu?"*, diz uma das ativistas, que contraiu uma infecção após passar vários dias e noites numa ocupação.

13 Kapp & Baltazar, O paradoxo da participação, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 437–458.

observa o quanto a contraposição entre espontaneidade e organização é perniciosa, referindo-se aos movimentos populares na Hungria dos anos 1950, violentamente reprimidos pelas forças militares da URSS, que então se julgava guardiã do processo revolucionário mundial.[14]

Vanguardas tendem a esquecer suas retaguardas. Também os movimentos sociais priorizam a militância em fóruns externos, na perspectiva de que ela gerará efeitos mais abrangentes para as lutas políticas populares. Com isso, mantêm-se distantes dos problemas cotidianos dos moradores e raramente percebem o quanto seus objetivos divergem dos anseios dessa população ou o quanto o compasso da militância diverge do tempo cotidiano, com suas lentas mudanças. O advogado Fábio Alves dos Santos é um dos poucos ativistas a explicitar isso, com resignação: "*Nós temos um projeto, só que não é o projeto do povo. Aí, eu me consolei com essa história. A história tem seu tempo e nós temos o nosso, e a gente se frustra muito porque o tempo da história não é o nosso*".[15]

A diferença de posições e objetivos, e o fato de ela não ser refletida também fazem com que determinadas manifestações dos moradores sejam interpretadas pelos movimentos como sinais de adesão ao discurso militante, quando, na realidade, esse discurso está longe de ser compreendido ou introjetado. Respondendo à minha pergunta sobre sua participação nas Brigadas Populares, um morador e coordenador da ocupação Emanuel Guarani-Kaiowá disse: "*Já fui em algumas reuniões lá na sede da Brigada e tudo, mas não quis, não quis ser um brigadista, justamente porque eu não entendia, eu até hoje ainda não entendi o objetivo real das Brigadas*".[16] Que o morador não entenda o objetivo da organização política não pode ser interpretado simplesmente como incapacidade. Esse objetivo, além de não ter sido formulado pelos próprios moradores, foi construído com conceitos e códigos não compartilhados por eles, e nem sequer lhes foi apresentado com clareza. Somam-se a isso as dificuldades operacionais.

14 CASTORIADIS, *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*, [1979] 1983.

15 Fábio Alves dos Santos (1954–2013) foi um advogado popular, vinculado ao Serviço de Assistência Jurídica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que atuou como o responsável pela defesa de algumas ocupações urbanas na RMBH. A citação é de uma entrevista concedida a Denise Morado Nascimento, Eduardo Bittencourt e ao autor deste texto em março de 2013.

16 Misael Rubens Moreira, morador, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2014.

> [...] muitas questões, a gente não consegue fazer chegar até o morador que não é liderança [...], não por uma decisão de furtar, de sonegar a informação para esse morador e o poder de decisão sobre aquilo, mas é por incapacidade de método. Isso acontecia na [Ocupação] Dandara no seguinte sentido: fazia reunião de coordenação, tirava os pontos ali que tinham que ser discutidos e levados para a base. Ali, o coordenador ou não fazia reunião, ou então fazia reunião, mas não ia todo mundo [...]. Então, esse é o tipo de informação que não chega por problema de método de trabalho de base. Outro tipo de informação de decisão que é sonegada ao morador diz respeito a decisões que não têm nível de confiabilidade para poderem ser levadas. Por exemplo, vamos fazer uma ocupação da prefeitura — a gente sabe que nas ocupações e nas comunidades muitas vezes tem infiltrados, pessoas que levam essa informação. É uma decisão política. Agora, as decisões que afetam a vida ali naquela comunidade, decisões práticas [...], essas não têm nenhuma postura da organização de sonegar [...], de impedir a participação de jeito nenhum. Decisões do ponto de vista da macropolítica é que é preciso ter uma segurança em torno da tomada delas, só essas.[17]

A pouca atenção aos métodos pode ser entendida como intencional. A verdadeira luta política não está na inclusão desse morador, mas em disputas para além do cotidiano da ocupação. São ações políticas que almejam a construção de outra sociedade e cuja pauta é a da pequena burguesia. As prioridades dos militantes provenientes dos setores médios ou formados na tradição cultural desses setores não são automaticamente favoráveis à inclusão dos moradores ou à sua formação política.

Por outro lado, a superação dessa heteronomia só pode se dar num processo de longa duração, no qual haverá avanços e retrocessos. É preciso ir além do etapismo que marca a tradição política da sociedade capitalista, à qual as ocupações urbanas se apresentam como alternativa, e que marca também a tradição marxista, à qual os movimentos sociais se vinculam do ponto de vista teórico. Afinal, como diz Marcelo Lopes de Souza, "promessa historicista alguma 'pode' assegurar a concretização do 'projeto de autonomia', em cujo âmbito se reconhece que a história é, como sempre, um processo aberto às contingências e

17 Joviano Mayer, advogado e militante, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2013.

radicalmente criativo".[18] Assumir a natureza interclassista das ações políticas de ocupações urbanas, deixando claro para os envolvidos por que determinadas ações são priorizadas por determinados atores, me parece mais revolucionário e mais favorável à construção de um projeto conjunto do que ignorar ou camuflar as diferenças. Essa última postura apenas reproduz a ideologia da igualdade que é tradição na sociedade brasileira, supostamente unida e homogênea, de índole pacífica, na qual todos evitam críticas.[19] Ao negligenciar as diferenças entre as classes que convivem numa ocupação urbana, repetimos o mesmo viés ideológico.

As próprias ferramentas utilizadas na ação política dão margem tanto à pretensão revolucionária quanto à perspectiva reformista ou de inclusão nas instituições sociais existentes, que os moradores tendem a privilegiar. Por exemplo, o processo judicial, que invariavelmente faz parte de uma ocupação organizada, é visto pelos moradores como fim último da mobilização: ganhá-lo significa ter finalmente a propriedade incontestável de um lote e uma casa. Já do ponto de vista dos militantes, o processo judicial constitui uma oportunidade ou um meio para a mobilização popular em prol de transformações mais amplas, de modo que um ganho de causa se torna facilmente uma vitória de Pirro.

> Veja o Padre Dionísio, ganhei. Hoje, deve ter umas quinhentas famílias. Comunicar a vitória deles no Direito, hoje, seria comunicar a minha derrota, porque no dia seguinte não conseguia mais reunir cinco pessoas. Os muros levantavam altos nas casas.[20]

A disparidade de objetivos fica mais evidente nos momentos de negociação com instâncias externas, particularmente o Estado e os proprietários dos terrenos. Em 2011, o terreno da ocupação Dandara foi objeto de uma negociação com os proprietários, conduzida pelos militantes e acompanhada pelo advogado Fábio Alves dos Santos e por mim, como consultores. Os militantes se sentiam representantes legítimos dos moradores. A decisão de recusar a proposta dos proprietários e encerrar a negociação foi tomada numa assembleia, por maioria, mas apenas

18 SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013, p. 273.

19 SOUZA, *A ralé brasileira: quem é e como vive*, 2009, p. 38.

20 Fábio Alves dos Santos, entrevista, 2013; "o Padre Dionísio" refere-se à vila Padre Dionísio, em Contagem.

depois de uma argumentação incisiva dos militantes mais respeitados (que os moradores chamam de "intocáveis"[21]).

Os movimentos sociais se julgam portadores de um projeto revolucionário.[22] Porém, o fato de não estarem atentos ao cotidiano e às disposições da população que mora nas ocupações pode conduzir essa experiência política à direção oposta e renovar heteronomias existentes. Para experimentar esse cotidiano, precisam reconhecer sua própria origem de classe, diferente daquela considerada a classe portadora do papel histórico revolucionário neste momento — o precariado. Talvez assim nós, ativistas e militantes, possamos ser mais honestos conosco e com aqueles que julgamos guiar, e consigamos começar a transformar nossos comportamentos e referenciais teóricos, para pensar em organizações "enegrecidas", conforme sugere Gregório Andrade para as Brigadas: "*Eu vejo que as Brigadas Populares, está perdendo muito isso, está perdendo demais isso. Está perdendo a força do povo! Ela tinha que, desculpa a palavra, mas ela tinha que enegrecer mesmo, as frentes*".[23] Explicitar os objetivos dos movimentos sociais para a sua base política dentro das ocupações é tão importante quanto uma reunião com um secretário do governo que pode gerar ganhos institucionais. Caberia (in)formar as pessoas para que elas possam buscar uma prática política e crítica autonomamente.

> Será que o povo sabe o que é luta? Será que o povo sabe o que é brigada popular? Talvez eles não esclareceram direito. Na verdade, é que eles nunca se esclareceram direito. Muita gente não sabe o que é Brigadas Populares. Tem gente que chega e fala que é uma luta, e nem sabe o que é. Quando a gente fala *comunidade*, eles não sabem o que é. Até brinco com os advogados, que eles falam *comunidade*. Aí eu falo, essa é uma palavra muito grande, essa é uma palavra muito boa, você tem que saber o que é.[24]

21 Luciana Cruz, militante e moradora, em entrevista concedida ao autor em dezembro de 2013.

22 Mesmo que, em vários momentos, a reivindicação seja de que se cumpra a lei, como é o caso da função social da propriedade. Elementos-chave para a emancipação das classes populares são reconhecidos pela legislação brasileira sem se concretizarem na vida dessas classes. Assim, paradoxalmente, a exigência de que a lei seja cumprida pode assumir uma dimensão revolucionária.

23 Gregório Andrade, militante e morador, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2014.

24 Orlando Soares Lopes, militante e morador, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2014.

As diferenças de classe e de motivações entre militantes e moradores tendem a gerar relações clientelistas, como entre benfeitores e beneficiados. Os moradores não são sujeitos ou protagonistas do processo político, mas uma massa de manobra que fica à margem desse processo.[25] Relações clientelistas não questionam os fundamentos do Estado e reproduzem o domínio de classe, muito arraigado na tradição política brasileira, a partir das instâncias da máquina estatal. Para que a ocupação urbana figure como ação legítima no contexto da cidade, os movimentos sociais constroem discursos a partir de valores que contradizem a própria ação política promovida pela ocupação. A busca de legitimidade a partir de uma posição marginal e o princípio heterônomo, não emancipatório, levam a práticas reformistas.

Queremos de fato uma revolução?

Numa ocupação urbana, todos os envolvidos, sejam militantes dos movimentos, apoiadores externos ou moradores, sentem momentos de 'furor revolucionário'. Ainda assim, a pergunta pela vontade de revolução não é apenas retórica. Quase todos os agentes que assumem o papel de vanguarda revolucionária no contexto das ocupações provêm dos setores médios da sociedade, que tradicionalmente são os mais conservadores, os mais resistentes a mudanças na vida cotidiana e os mais propensos a produzir discursos reacionários.[26] Somam-se a isso o conceito de *revolução corrente* cultivado pelos movimentos e o protagonismo que atribuem a si mesmos nesse processo. Historicamente, revoluções que tiveram por protagonistas alguns poucos sujeitos desembocaram em estruturas burocráticas e centralizadas, sem que a prática revolucionária chegasse ao cotidiano da população em geral.

Outro aspecto contraditório com o desejo de fazer revolução é a naturalidade com que são vistas as profissões e atuações dos apoiadores nas ocupações urbanas. Arquiteto, advogado, assistente social, enfermeiro ou mesmo sacerdote são profissões que se constituíram e fazem sentido no contexto da sociedade capitalista. Suas trajetórias históricas e suas práticas atuais são parte de uma tradição afirmativa, mais propensa a evitar a revolução do que a promovê-la. De fato, a luta por

25 Riofrío & Rodriguez, *De invasores a invadidos (2)*, 1980, pp. 79, 86.

26 Bourdieu, *A distinção: crítica social do julgamento*, [1979] 2007, pp. 378–433.

direitos — à habitação, à cidade, à propriedade etc. — não contraria os preceitos jurídicos vigentes no Brasil.

Finalmente, não se pode esquecer que o discurso da participação, recorrente entre movimentos e ativistas sociais, faz parte da tradição política ocidental desde a Revolução Francesa, um momento histórico que inaugura novas relações de dominação na sociedade e novas construções ideológicas.[27] Assim, a participação costuma se dar apenas dentro dos limites institucionais: a população participa, mas interfere pouco ou nada nas decisões tomadas antes do momento da participação e acaba tendo o papel de legitimá-las. Nesse sentido, o participacionismo também é uma construção proveniente das disposições comuns aos representantes da pequena burguesia.

A dicotomia entre (alta) burguesia e proletariado, muito utilizada na tradição marxista, acaba reforçando a percepção de unidade entre os sujeitos que se envolvem numa ocupação urbana, pois ali o proletariado, representado pelos moradores, é organizado por grupos da pequena burguesia que veem a si mesmos como parte desse proletariado — afinal são todos explorados pelo capital, conforme aponta o Programa do PCR para a revolução socialista no Brasil:

> Também são oprimidas e exploradas as enormes parcelas da pequena burguesia que vive o processo de proletarização imposto pela burguesia. Nesse sentido, fazem parte da maioria explorada do povo brasileiro, sofrendo junto com a classe operária a violência do sistema capitalista. Os médicos, por exemplo, antes um modelo de uma profissão sem patrão, tornaram-se em sua maioria assalariados das empresas de planos de saúde ou de hospitais e clínicas particulares.[28]

Pensar a pequena burguesia como um sujeito quase proletário é, no mínimo, ingênuo, pois ela dá sustentação às relações e aos valores dominantes na sociedade. Ignorar isso é assumir uma leitura da revolução socialista que provém da primeira metade do século XX, segundo a qual a pequena burguesia seria parceira na construção do comunismo no Brasil. Mas já não basta entender as diferenças de classes a partir de diferentes posições no processo de produção. Um médico ou um

27 LOPES et al., Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres, 2010.

28 PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO, *Programa do PCR para a revolução socialista brasileira*, 2013, p. 83.

arquiteto não ficam desassistidos por esta sociedade como fica um ambulante ou alguém que vive de 'bico'.

O mesmo documento do PCR destaca "a importância para a revolução brasileira dos intelectuais e artistas, que sempre estiveram ao lado da classe operária e do povo na luta pelas transformações revolucionárias em nossa Pátria".[29] Será verdade? O pressuposto da solidariedade de intelectuais e artistas com 'o povo' me parece um dos contos da carochinha na tradição da esquerda brasileira. Afinal, intelectuais e artistas também são representantes da pequena burguesia e importantes construtores de discursos a favor do status quo. A figura do arquiteto Oscar Niemeyer é exemplar nessa construção do imaginário da esquerda brasileira sobre o papel dos intelectuais na revolução socialista local. Na cidade de Brasília e em inúmeras outras obras vultuosas encomendadas pelo Estado, ele fez uma arquitetura que favorecia um Estado capitalista, apesar de se declarar comunista. Para ele e outros arquitetos, é possível uma arquitetura acima das diferenças sociais, portadora de uma beleza absoluta e sem classes. Essa velha postura, do artista ou intelectual que põe o próprio trabalho a serviço de valores que transcenderiam qualquer contexto social, se estende a muitos campos da produção artística e intelectual, e é respeitada e admirada por atores como o PCR e outras organizações políticas.

Os profissionais que atuam numa ocupação, mesmo que seja pela emancipação da população que mora ali, exercem funções essenciais no sistema social do capitalismo. Por exemplo, o Direito em que os advogados atuam é constitutivo do Estado que estrutura a ordem burguesa, devendo garantir a 'harmonia' entre capital e trabalho, ou entre capital e sujeitos legalmente livres para venderem sua força de trabalho.[30] A frustração do advogado Fábio Alves com as próprias vitórias nos tribunais indica a contradição em buscar a revolução mediante uma atividade profissional funcional à sociedade capitalista e criada a partir dela. Projetos revolucionários não fazem parte dessa atividade: "*Eles queriam a posse da terra para assegurar uma moradia. Conseguiram isso. Acabou. Eles não tinham outro projeto.* [...] *Eu tinha outro projeto, que era constituir uma proposta comunitária*".[31]

29 Ibidem, p. 90.

30 MASCARO, *Estado e forma política*, 2013.

31 Fábio Alves dos Santos, entrevista, 2013.

No Brasil, depois da Constituição de 1988, seguir a lei se tornou um ato 'revolucionário'. Ações que a desavisados parecem desobediência civil estão constitucionalmente garantidas. Assim, movimentos e ativistas "querem, primeiro, que a lei não seja usada como instrumento para impedi-los de lutar [...], e, segundo, pretendem demonstrar que, em verdade, agem amparados pela Constituição Federal".[32] Se, por exemplo, função social da propriedade e direito à moradia são preceitos constitucionais, deixar um terreno urbano sem função e à espera de valorização imobiliária é contra a lei, ao passo que ocupar esse terreno para fins de moradia significa fazer valer um direito. Mas, como salienta Fábio Alves referindo-se a decisões jurídicas sobre a ocupação Dandara, o próprio Judiciário ignora esse fato sistematicamente.

> Essas lutas, elas estão todas dentro de um marco jurídico do Brasil. Elas não são revolucionárias, de romper. Estão dentro das barreiras da legalidade, [...] dentro da ilegalidade do juiz e dentro da legalidade dos apelos, dos recursos que foram interpostos em favor deles. [...] O Judiciário é absolutamente contra os pobres, sobretudo se os pobres estão em coletividade. Eu dizia no tribunal, eles ficavam com muita raiva de mim, mas eu dizia lá no tribunal, nas defesas, 'aprendi aqui em Minas que aos amigos tudo, aos inimigos a lei, e eu acrescento, aos pobres em coletividade o arbítrio'. É isso que funciona, o arbítrio, porque os juízes dão as liminares sem amparo legal nenhum, os acórdãos do tribunal são verdadeiras espécies ideológicas — ideológicas, não são técnicas.[33]

O mesmo pode ser dito em relação aos profissionais de arquitetura e urbanismo dentro das ocupações urbanas: sua presença promove o respeito à legislação urbanística. A advogada Maria do Rosário destaca esse papel e a força do argumento da ocupação planejada em contraposição à "favela".

> Veja o quanto faz diferença você apresentar uma comunidade planejada. Por exemplo, no caso da Dandara: o tempo todo esse argumento, de que tem projeto elaborado por arquitetos, foi força na nossa defesa jurídica. Isso respaldou e respalda até hoje a luta, porque o principal argumento

32 SOUTO MAIOR, A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais, 2013, p. 85.

33 Fábio Alves dos Santos, entrevista, 2013.

> que se usa contra, o que a vizinhança joga contra, é aquela coisa de que vai virar mais uma favela, vai virar um gueto. E aí, quando a gente desmonta isso, porque tem um projeto urbanístico que está respeitando a legislação municipal, aí [...] tira esse argumento.[34]

As contradições da realidade brasileira ficam evidentes nas ocupações urbanas de Belo Horizonte. Movimentos e ativistas assumem os marcos jurídicos e urbanísticos impostos pelas instituições existentes, para, a partir deles, promover uma emancipação dos que são mantidos pobres por essas mesmas instituições. Qual é, afinal, o potencial revolucionário desse tipo de ação? Para encerrar, resgato uma reflexão da filósofa Rosa Luxemburgo sobre o embate conceitual e prático entre revolução e reforma.

> A grande importância da luta sindical e da luta política reside em que elas socializam o *conhecimento*, a consciência do proletariado, organizam-no como classe. [...]
> Mas [...] se se fizer das reformas um fim em si, não só estas não conduzem à realização do objetivo socialista, mas precisamente conduzirão ao seu contrário.[35]

A luta sindical e política, assim como a luta por moradia, se tiverem como fim a reforma, não conduzirão a uma emancipação das classes dominadas. Por outro lado, as lutas sociais são processos de longa duração em que reformas podem ser importantes. Mas suas conquistas não podem ser um fim em si.

34 Maria do Rosário de Oliveira Carneiro, advogada e ativista, em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2014.

35 LUXEMBURGO, *Reforma ou revolução?*, [1898–1899] 2019, p. 63.

[2019]

Interculturalidade sócio-espacial do povo Gavião Kyikatêjê

Hélio Passos Rezende | Ana Paula Baltazar

Este texto foi escrito para um seminário na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no final de 2018, para discutir o desenvolvimento sócio-espacial no norte do país. Hélio tinha recém-concluído o doutorado, com uma pesquisa etnográfica junto ao povo Gavião Kyikatêjê, no sudeste do Pará, registrando episódios cotidianos que promovem o que o cacique Pepkrakte Jakukreikapiti (Zeca Gavião) chama de *interculturalidade*. Como forma de resistência ao capitalismo e de continuidade da existência dos Kyikatêjê no contexto da cultura *kupê* (não indígena), a interculturalidade está presente na brincadeira do arco e flecha, na prática da pintura corporal, nos rituais da corrida de tora, no futebol, na pescaria e no velório de um ente querido. No intuito de avançar a discussão sobre a interculturalidade como forma de desenvolvimento sócio-espacial, o texto traz uma leitura de viés decolonial de alguns desses episódios.[1]

O decolonial e o poder gerativo como métodos de leitura

As teóricas feministas indígenas africanas Chilisa e Ntseane levantam um problema que parece óbvio, mas que permeia nossas análises urbanas. Elas argumentam que mesmo teorias ocidentais de gênero, que lidam com minorias, tendem a reduzir a experiência feminina de mulheres e meninas a categorias como 'vítima' e 'outro', e não conseguem chegar nas contradições experienciadas por mulheres e meninas na construção de sua identidade e senso de poder. Contudo, para entender as contradições é preciso entender que "a hegemonia ocidental masculina entra nas escolas por meio de assuntos como religião, que podem ser tipicamente reforçados através da cultura, incorporados em linguagens e rituais, gerando múltiplos centros de opressão para meninas

1 Primeira publicação: Dinâmicas sócio-espaciais e interculturalidade do povo gavião Kyikatêjê: a urbanização como causa. In: *Anais do IV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e I Congresso Internacional de Desenvolvimento Regional: Metropolização do Espaço e Direito à Cidade*. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2019, pp. 310–323.

e mulheres no sistema educacional e no espaço público".[2] Isso nos aponta a necessidade de questionar as usuais teorias coloniais com as quais temos lido as dinâmicas sócio-espaciais no Brasil sem, contudo, deixar de ter em mente que a hegemonia preconizada por tais teorias está presente nos contextos que estudamos, principalmente incorporada nas práticas cotidianas.

Quando olhamos para as dinâmicas sócio-espaciais dos indígenas Kyikatêjê, a tendência é também atribuirmos a eles os estereótipos de 'vítima' e 'outro'. Contudo, se damos voz aos próprios indígenas (e, mais importante, escutamos essa voz sem nossos filtros usuais, muitas vezes prescritos por teorias colonizadoras), ouviremos uma história que não os vitimiza nem os entende como 'outro', mas que os reconhece como parte fundamental do processo de urbanização atual, ainda que com contradições.

A hipótese que pretendemos começar a demonstrar é que os indígenas Kyikatêjê têm assumido a interculturalidade em sua aldeia, lidando com a construção de uma consciência histórica para além da vitimização e da alteridade típica de uma minoria. Contudo, a cidade não está preparada para lidar com a interculturalidade, embora já receba os seus impactos (quase silenciosos).

A leitura que faremos dos indígenas Kyikatêjê parte de dois pressupostos: um atrelado ao giro descolonizador, proposto por Enrique Dussel,[3] e outro atrelado à "redescoberta do poder gerativo das cidades", proposta por Edward Soja como um recente desdobramento presente nos estudos geográficos.[4]

Dussel argumenta que o giro descolonizador é uma virada epistemológica com três fontes principais: o boom literário na América Latina, que é em essência decolonial; a teoria da dependência (a partir de 1960), que descortina em termos econômicos a estrutura da globalização e a distinção entre centro e periferia ou, em outras palavras, "o roubo pelo centro do mais-valor (de produtos) extraído na periferia"; e a filosofia da libertação (a partir da década de 1970), que coloca a política, e não a economia, no centro do debate. O reconhecimento dessas fontes é fundamental para os explorados e oprimidos resistirem conscientemente na direção de uma possível libertação.[5]

2 CHILISA & NTSEANE, Resisting dominant discourses, 2010, p. 617.

3 Enrique Dussel em entrevista concedida a Diego Marín em abril de 2012, publicada no Youtube sob o título *El giro descolonizador / The decolonizing turn,* em 2013.

4 SOJA, Para além de Postmetropolis, [2011] 2013, p. 137.

5 Enrique Dussel, entrevista, 2012; DUSSEL, *Philosophy of liberation*, [1980] 1985.

O método adotado para leitura da dinâmica sócio-espacial dos Kyikatêjê começa por reconhecer tais fontes. Primeiro traz uma abordagem literária e não científica das práticas cotidianas desses indígenas, que possibilita ler as contradições da produção do espaço com mais profundidade do que por meio de teorias coloniais. A partir disso, entende a interculturalidade dessas práticas em seu diálogo com os não indígenas (*kupê*), principalmente na inserção dos indígenas nas relações de consumo na cidade e nas relações com corporações como a Vale, que usam as terras da reserva em troca de royalties, deixando entrever uma espécie de teoria da dependência no território nacional. Além disso, traz a visão dos indígenas sobre a interculturalidade como forma de sobrevivência de sua cultura num contexto dominado pela cultura *kupê*, tendo no horizonte a libertação.[6]

Outra contribuição importante para o método de leitura é o questionamento de Soja sobre a historiografia eurocêntrica colonial que, com suas crenças canônicas, toma o processo de urbanização mais como um efeito do que como uma causa. Ele propõe que, ao contrário de tal visão, tenhamos em mente o poder gerativo do urbano (urbanização como causa), para que seja possível a ideia de "coabitar com eficiência", considerando a simultaneidade entre cidade e campo, e entendendo a urbanização caminhando em paralelo ao desenvolvimento agrícola (ou dando origem a ele, mas não como consequência ou efeito dele).[7]

> A extraordinária inventividade e inovação — na produção agrícola e na criação de animais, no desenvolvimento de crenças religiosas e nas distintas culturas humanas, na metalurgia, no adorno pessoal, na produção de cerâmica, de tapetes, nas artes plásticas e representativas — surgiu do estímulo da aglomeração urbana e esses efeitos gerativos continuaram operando, até o presente, como uma fonte primária de desenvolvimento e de mudança da sociedade.[8]

É essa coabitação eficiente, inovadora e criativa que o povo Gavião Kyikatêjê parece concretamente explicitar em sua produção sócio-espacial, ainda que com todas as contradições que isso possa ter — principalmente se questionarmos o otimismo de Soja quando fala da

6 REZENDE, *Resistência dos indígenas Gavião Kyikatêjê*, 2018.

7 SOJA, Para além de Postmetropolis, [2011] 2013.

8 Ibidem, p. 146.

urbanização como causa. Para os Kyikatêjê, é crucial saber lidar com o que chamam de interculturalidade, para continuar coabitando com eficiência. Contudo, se tal interculturalidade e coabitação eficiente estão presentes no cotidiano da aldeia, o mesmo não acontece quando os indígenas se relacionam com a cultura *kupê*. Ou seja, na cidade a interculturalidade encontra dificuldade, e isso impacta as práticas sócio-espaciais dos indígenas, que precisam sempre se posicionar diante do poder hegemônico, seja com atitude de resignação ou de resistência.

Herança histórica do preconceito colonizador

Ninguém discorda que o Brasil foi invadido e não descoberto pelos portugueses no século XVI. Mas nossos livros de história e a maioria das referências que temos no cotidiano sobre esse período (nomes de ruas, praças, restaurantes etc.) reforçam a visão do descobrimento, exaltando uma organização do trabalho (indígena e escravizado) subordinado aos portugueses. O que muitos não sabem é que nos próprios textos dos portugueses na época da invasão já constavam relatos muito claros da rebeldia dos Tupinambá e da subordinação dos Tupiniquim — esses últimos domesticados (catequizados) pelos missionários, tornando-se dóceis e obedientes, enquanto os primeiros resistiam à invasão.

Em 1531, para reforçar o domínio colonial de Portugal contra a invasão de franceses e holandeses, Portugal enviou uma expedição colonizadora comandada por Martim Afonso, reforçando sua presença e instaurando, em 1548, um governo geral, a partir de regimento, a Tomé de Souza.

> No regimento constavam orientações sobre políticas de distribuição de terras, de exploração dos recursos naturais, de catequização e de controle dos indígenas, a serem transformados em vassalos do rei: 'Eu sou informado que os (...) Tupinambá (...) se alevantaram já, por vezes, contra os cristãos e lhes fizeram muitos danos, e que ora estão ainda levantados e fazem guerra, e que será muito serviço de Deus e meu serem lançados fora dessa terra, para se poder povoar, assim dos cristãos, como dos gentios da linhagem Tupiniquim, que dizem que é gente pacífica; que se oferecem a os ajudar a lançar fora, e a povoar e defender a terra (...)'. O rei aponta a necessidade de castigar aqueles que declaram guerra à coroa [Tupinambá] e o favorecimento dos que são pacíficos [Tupiniquim], visando à sua conversão à fé cristã e sua incorporação ao sistema colonial de trabalho.[9]

Isso culminou com o combate naval entre os povos Tupiniquim e Tupinambá, expressando a batalha entre a resignação e a resistência à invasão.

Vale dizer que, na época da invasão, especialistas em demografia estimam que havia cerca de dez milhões de indígenas no território que veio a ser chamado de Brasil, e viviam em sociedades ditas sem Estado, conectadas por um sistema local e regional de trocas, guerras e migrações, e, como mostra Staden, não havia divisão de bens (típicas do modo de produção capitalista) e nada sabiam de dinheiro, sendo suas riquezas penas de pássaros.[10]

A urbanização começa no Brasil com conflitos por terra e com a organização, domesticação e divisão do trabalho, forçando o abandono do trabalho livre não capitalista, sendo a urbanização causa de tais conflitos e do suposto desenvolvimento, não efeito deles. Contudo, naquele momento, a urbanização não contribuía para a coabitação eficiente, muito pelo contrário, preconizava a dominação do povo indígena, que tinha regras próprias, que nos são em grande parte desconhecidas.

Há sem dúvida a necessidade de não só olharmos para a história de forma descolonizada, mas, principalmente, começarmos a descolonizar nossa leitura do cotidiano. No caso dos indígenas Kyikatêjê, propomos fazer uma leitura sócio-espacial a partir da pesquisa etnográfica de Hélio Passos Rezende, que, em sua tese de doutorado, traz a voz dos indígenas numa narrativa literária rica em detalhes que nos deixam ver para além dos nossos preconceitos colonizadores, tendo como base as três fontes do giro descolonizador propostas por Dussel.[11]

O povo Gavião Kyikatêjê e suas dinâmicas sócio-espaciais

Antes de iniciarmos a narrativa das dinâmicas sócio-espaciais dos Kyikatêjê, é importante reforçar a nuance que pretendemos distinguir aqui. Se apenas reproduzirmos a fala de um indígena Kyikatêjê fora de contexto, podemos afirmar, por exemplo, que os indígenas são competitivos (vários deles falam isso desse jeito). Contudo, se entendemos o contexto cotidiano desse povo, como nos mostra a narrativa literária

9 Exposição *Dja Guata Porã: Rio de Janeiro indígena*, Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), 16/5/2017 a 25/3/2018, com curadoria de Sandra Benites, José Ribamar Bessa, Pablo Lafuente e Clarissa Diniz.

10 STADEN, *Viagem ao Brasil*, [1557] 1930, p. 152.

11 REZENDE, *Resistência dos indígenas Gavião Kyikatêjê*, 2018.

de Rezende, o que eles entendem por competição não tem nada a ver com uma pessoa ganhar de outra ou ser melhor que outra.[12] Há grande solidariedade entre eles, e o suposto espírito competitivo diz respeito à superação individual, ao aperfeiçoamento para o crescimento pessoal no contexto coletivo, não para subordinar ninguém.

A corrida de tora mostra isso claramente. Começam pela produção das toras, com um indígena experiente e ajudantes extraindo e tratando a madeira, e produzindo o corante de urucum para pintar as toras. Dependendo da festa ou do período comemorado, no dia anterior à corrida de toras há um ritual noturno em que toda a comunidade da aldeia toma parte. A dança, os cantos e os trajes usados nesses rituais são de acordo com o motivo da festa. No caso da época da pescaria, os indígenas usam o *Tep Krã*, traje que representa a festa do peixe.[13] Como as corridas de tora geralmente acontecem no amanhecer — período menos quente do dia —, ao nascer do sol há outro ritual para lhes dar início. Nesse ritual uma adolescente fica no centro durante a dança, e sua posição ao final vai indicar o caminho para encontrar as toras e o percurso que deve ser feito. A corrida acontece em equipes e, dependendo da festa, as equipes podem ser duas ou três. No caso da época da pescaria, eram três equipes, cada uma com uma das toras produzidas. As equipes são divididas a priori, e o pertencimento a cada uma delas tem relação com o nascimento do indígena e a equipe de seu padrinho. No caso da corrida de duas toras, as equipes se dividem entre Gavião e Arara. Já na das três toras, as equipes são Arara, Peixe e Arraia. Durante a corrida os membros de cada equipe vão se revezando no carregamento da tora. Ao longo do percurso, os companheiros de equipe se divertem, banham-se no rio, acompanham o percurso, sempre mantendo o apoio à sua equipe.

Não importa quem ganha, mas todos competem, e há um ritual de encerramento da corrida. A dita competição é para superação pessoal, não para um ganhar do outro. Não importa o vencedor da corrida de tora, mas o ritual que tem por pressuposto a união do grupo, a celebração do espírito coletivo e o exercício de superação individual visando contribuir para melhorar o convívio coletivo.

Voltando às dinâmicas sócio-espaciais, há que se ter cuidado com esse mesmo tipo de nuance relatado acima, para que seja possível

12 Ibidem.

13 Ver vídeo de Hélio Passos, realizado em 2017 e publicado no Youtube sob o título *ritualnoturno1*, em 2018.

entender as contradições dos processos que poderiam ser facilmente banalizados como sendo apenas conflitos por terra, sem atenção aos processos interculturais que diferentes aspectos de tais conflitos desencadeiam na aldeia. Há um caso que é sempre repetido e interpretado parcialmente pelo olhar colonizador, sobre a ida dos indígenas para a reserva Mãe Maria.

Os Kyikatêjê integram o povo Gavião junto com os Parkatêjê e os Akrãtikatêjê, originalmente vindos do Maranhão, de uma região relacionada ao Rio Tocantins. Os Kyikatêjê (*kyi*: cabeça; *katê*: dono; *jê*: povo) são o povo do rio acima, pois ficavam a montante do Rio Tocantins no Maranhão; os Parkatêjê (*par*: pé; *katê*: dono; *jê*: povo) são o povo do rio abaixo, pois ficavam a jusante do rio. E os Akrãtikatêjê (*akrãti*: montanha; *katê*: dono; *jê*: povo) são o povo da montanha. Segundo Rosani de Fátima Fernandes, os Kyikatêjê começaram sua dinâmica territorial refugiando-se "das violentas perseguições e das inúmeras tentativas de contato feitas pelo Serviço de Proteção do Índio (SPI) e posteriormente pela FUNAI", passando por diversos locais antes de chegarem à Reserva Indígena Mãe Maria, no sudeste do Pará, em 1969.[14] Mesmo dentro da reserva houve diversas mudanças territoriais. A tendência dos trabalhos acadêmicos é narrar linearmente a história dessas mudanças, como se todos os episódios de remoção e reassentamento dos indígenas somassem para sua vitimização.

Mas, na narrativa dos próprios Kyikatêjê, a chegada na Reserva Mãe Maria, "local onde foram jogados como porcos", não parece tão relevante.[15] Eles ressaltam outro episódio como uma das ações mais violentas que já sofreram, que foi sua remoção de uma aldeia já na Reserva Mãe Maria, chamada Ladeira Vermelha, onde tinham se estabelecido com cultivo de várias roças. Contam que certa vez, quando todos os homens estavam fora (eram fiscais da castanha e dos castanheiros), houve uma ação governamental (que atribuem à FUNAI) chegando à aldeia e levando todas as mulheres e crianças para se ajuntarem aos Parkatêjê na mesma reserva. Quando os homens voltaram, não havia mais casas nem seus familiares e, salvo raras exceções, acabaram se juntando a seu povo no novo acampamento. Outro povo também instalado na mesma aldeia foram os Akrãtikatêjê. Essas três etnias, todas de origem Timbira, foram obrigadas pela ação violenta de tomada de

14 FERNANDES, *Educação escolar Kyikatêjê*, 2010, p. 19.

15 Ibidem, p. 22.

A corrida de tora dos Kyikatêjê começa com a preparação das toras por um mestre, seguida de um ritual que indica às equipes o caminho para chegarem até elas. A corrida propriamente dita passa por espaços cotidianos com revezamento do carregador da tora entre os membros de cada equipe. No final do dia, há um festejo de encerramento que, como a maioria dos rituais, acontece no círculo delimitado pelas casas. Esse espaço segue a configuração Jê, embora as casas sejam de alvenaria (Hélio Passos, 2017).

suas terras originais a conviverem numa mesma aldeia desde o início dos anos 1980. É importante notar que os Kyikatêjê tinham finalmente conseguido estabelecer um trabalho coletivo livre, para reprodução de seu povo, saindo da miséria e tendo as roças como indícios da estabilidade que alcançavam. Para os indígenas, o desrespeito à estabilidade de sua subsistência coletiva foi o que causou maior indignação, mas a instabilidade fundiária, pela falta de regularização da propriedade da terra, acabou fragilizando sua resistência.

O conflito fundiário já dentro da Reserva Mãe Maria, principalmente o ajuntamento forçado das três etnias, parece ter sido motivado em boa parte pela Vale e pela Eletronorte, que negociaram com o Estado a passagem de linhas férrea e de transmissão de energia na reserva. Mais tarde, negociaram com os indígenas o pagamento de royalties, mas obviamente vários conflitos já haviam surgido, principalmente pela diversidade de pensamentos dos três povos que agora se aglomeravam numa situação nova de vida e numa terra delimitada. O recebimento dos royalties desencadeou ainda mais conflitos e, no início do século XXI, iniciou-se a separação das três etnias. Os Kyikatêjê passaram a ser liderados pelo cacique Zeca Gavião, indo para a nova aldeia, onde parte deles está até hoje. Nesse período houve várias dissidências internamente às três etnias, em geral motivadas por divergências sobre a gestão dos recursos financeiros que recebem da Vale. Hoje a Reserva Mãe Maria conta com quatorze aldeias, todas em conflito com a Vale, tentando de formas distintas manter os royalties. Isso não só dispersa a coletividade, como tira o foco de questões fundamentais que dizem respeito aos modos de vida dos indígenas e suas diferenças, e volta o foco para o que Ivan Illich chama de "necessidades impostas" pela cultura de consumo *kupê*.[16]

Ainda que a imposição da cultura *kupê* (com os conflitos que isso gera) pareça sufocar qualquer possibilidade de resistência, os indígenas conseguem reinventar parcialmente seus modos de vida. Segundo Zeca Gavião, a única forma de manter a cultura indígena é entendendo e participando da cultura *kupê*, o que ele define como sendo a interculturalidade. Essa troca cultural começa a acontecer em diversas situações, principalmente nas práticas sócio-espaciais na aldeia.

Segundo o indígena Madson, originalmente os povos lidavam com o espaço no limite de sua sustentabilidade. Ou seja, enquanto a

16 ILLICH, Necessidades, [1992] 2000.

terra fosse fértil, com água limpa e caça abundante, o povo permanecia; quando essa condição se esgotava, mudavam-se para outra terra para que essa primeira pudesse se recuperar para uma eventual futura ocupação. Contudo, o importante era a abundância de terras e a possibilidade de migrar sempre que as condições de sustentabilidade se mostrassem escassas.

Com os diversos ataques, invasão e grilagem de suas terras, os indígenas foram confinados a espaços delimitados que impossibilitaram a continuidade da migração. Com isso, foram obrigados a buscar 'novas tecnologias' para dar conta do manejo das terras delimitadas. Madson observa que, se por um lado a busca por 'novas tecnologias' foi importante para que aprendessem novas formas de manejo e assim não continuassem com a cultura da abundância que lhes permitia desmatar, por outro lado a cultura *kupê*, globalizada, não interfere só no manejo da terra, mas afeta toda a cultura indígena. Madson aponta claramente para o processo causal da urbanização de que fala Soja, a partir do entendimento da produção sócio-espacial dos Kyikatêjê.

Se tivermos sobre esse caso o mesmo olhar que Chilisa e Ntseane criticam, advindo da teoria ocidental de gênero,[17] concluiremos que houve uma grave injustiça, e nossa tendência seria colocar os indígenas no lugar de vítimas, como o 'outro', a minoria que precisa de ajuda (na lógica missionária, que vê a própria cultura como soberana e lê todo o resto com esse filtro, inclusive impondo aos grupos que considera carentes necessidades de sua própria cultura, pautadas pela indústria do consumo[18]).

Mas, se olharmos o processo para além da vitimização, perceberemos como, por um lado, tal processo é muito mais perverso, pois é mais uma investida do capital para manter seus privilégios, fragilizando qualquer grupo que ocupa muita terra. Por outro lado, tal processo aponta como os indígenas começam a tomar consciência de que o modo de produção capitalista vai entrando em seu cotidiano e corroendo-o, e passam a lidar com isso por meio do que chamam de interculturalidade, desenvolvendo 'novas tecnologias'.

Contudo, com os royalties da Vale, a cultura *kupê* chega com força na aldeia, sem muita resistência, talvez por falta de consciência histórica da produção sócio-espacial que sempre engendraram. O dinheiro

17 Chilisa & Ntseane, Resisting dominant discourses, 2010.

18 Cf. Illich, Necessidades, [1992] 2000.

da Vale financia para todas as famílias o chamado "rancho", um tipo de mesada, complementada por uma espécie de cesta básica, com botijão de gás e outros artigos de consumo de uma suposta necessidade básica *kupê*. Com isso vários indígenas deixaram de se organizar para o trabalho coletivo na roça, para caça, para puxar castanha etc., que eram atividades que não só garantiam a subsistência, mas, principalmente, mantinham as tradições da vida coletiva na aldeia. É impressionante como práticas coletivas tão consolidadas são facilmente fragilizadas com a chegada de tão pouco recurso financeiro. Ainda que as práticas sócio-espaciais sejam claramente ricas, a falta de consciência de tais práticas para além da sua reprodução cotidiana parece abrir brecha para a invasão da cultura *kupê*, muitas vezes ignorando a almejada interculturalidade.

Apesar da tentativa de preservação da cultura de cada etnia, os três povos se deixaram enfeitiçar pela mercadoria, sendo invadidos pela cultura *kupê*. Começaram a ter problemas com bebida alcóolica, com impacto direto no dia a dia; começaram a consumir alimentos industrializados, como açúcar e óleo de soja, com impacto de longo prazo na saúde; e começaram a deixar de lado as atividades cotidianas que chamam de brincadeiras — manifestações culturais esportivas e ritualísticas que demandam bastante esforço físico e aconteciam quase diariamente. Isso se reflete até hoje, sendo que, segundo relato do Cacique Zeca Gavião, a maioria de seu povo tem colesterol e triglicérides altos, o que não acontecia antes da invasão da cultura *kupê*. Contudo, a solidariedade entre os três grandes grupos trouxe discussões sobre a cultura que estava sendo perdida, e tentam uma espécie de redenção, retomando as brincadeiras, principalmente o arco e flecha, em suas várias modalidades, desde acertar um alvo distante com a flecha até acertar o piso de chão batido de modo a fazer a flecha subir, ultrapassar um obstáculo alto e cair o mais distante possível.[19]

Apesar da invasão da cultura *kupê*, a interculturalidade está presente no cotidiano dos Kyikatêjê, ainda que com inúmeras contradições. Um simples exemplo disso são as tigelas de plástico industrializadas usadas pelos indígenas em substituição às cumbucas naturais. Os indígenas assimilam a facilidade industrial, principalmente para a manutenção (lavam e reusam as tigelas infinitamente), mantendo a forma da cumbuca

19 Ver vídeos de Hélio Passos, realizados em 2017 e publicados no Youtube sob os títulos *arcoeflecha1 e arcoeflecha2*, em 2018.

natural e consequentemente o ritual da comida, mas ressignificam tal ritual com as diversas cores vibrantes do plástico que escolhem. O mesmo acontece com as casas, que passaram a ser de alvenaria, pela durabilidade e praticidade dos componentes construtivos, perdendo o conforto térmico das casas tradicionais, mas mantendo a conformação *Jê* original, com as entradas das casas voltadas para o centro do círculo, que serve de área coletiva.

Como mostram Chilisa e Ntseane sobre a cultura machista entrando via religião, escolas etc., no caso dos indígenas, isso também acontece com a cultura *kupê*. Contudo, já há questionamento por parte dos indígenas. A aldeia Kyikatêjê tem uma escola de ensino fundamental e médio, que já nasceu da proposta de interculturalidade, que busca tanto o desenvolvimento intelectual no contexto da cultura *kupê*, quanto o resgate das tradições culturais indígenas, como a linguagem, o modo de viver e os costumes ancestrais. Nesse sentido, o quadro docente é formado tanto por professores não indígenas, que ensinam as disciplinas comuns do currículo nacional dos ensinos fundamental e médio, quanto por professores bilíngues, geralmente indígenas adultos e mais velhos, da própria aldeia, que ensinam e resgatam a cultura indígena como a língua Kyikatêjê e vários elementos da rica cultura de tradição Timbira. Há uma grande preocupação com a formação dos professores *kupê* que não têm o conhecimento e a experiência necessários para trabalhar com o modo de ser do indivíduo inserido na cultura indígena dos Kyikatêjê. Tal falta de experiência tende a gerar um obstáculo para o desenvolvimento do conhecimento por parte dos indígenas que não se identificam com o sistema dos *kupê*. Por outro lado, uma estratégia interessante, e que com os anos vem dando resultados, é trabalhar a formação dos jovens indígenas para assumirem a docência da escola e viabilizarem a relação do modo de vida indígena com o desenvolvimento do conhecimento de maneira intercultural.

Certa vez, uma das professoras não indígenas, muito bem-intencionada, propôs apresentar para os alunos algumas profissões de maior êxito no mercado de trabalho atual. O objetivo seria que os alunos escolhessem profissões que os inserisse na lógica do mercado *kupê*. Essa iniciativa foi imediatamente questionada pelo cacique, argumentando que não fazia sentido nenhum que os indígenas se rendessem ao fetiche do mercado *kupê*, onde certamente seriam sempre vistos como cidadãos de segunda classe, em detrimento de possibilidades profissionais e acadêmicas que pudessem ampliar as possibilidades da vida

coletiva na própria aldeia. Por um lado, a professora reproduz a lógica do capital e da colonização, mas, por outro lado, o cacique resiste a tal lógica, pensando as vocações a partir de sua própria cultura, visando ampliar as possibilidades da interculturalidade, sem se deixar dominar pela cultura *kupê*.

Ainda que dentro da aldeia a educação seja pautada por princípios da interculturalidade, o mesmo não acontece quando, por exemplo, os indígenas vão para a universidade. No caso da UNIFESSPA, conquistaram o direito a duas vagas por cota indígena em todos os cursos, mas há uma evasão muito grande, devido à falta de abertura da universidade para a diferença. Ainda que o cacique acredite que a universidade poderia ajudar com uma espécie de curso preparatório ou estratégias de fixação dos alunos, o problema mais evidente parece ser a falta de preparo (formação e disposição) dos professores para lidarem com uma lógica cultural outra, ou seja, uma lógica que demanda sair da zona de conforto, questionar as próprias bases e construir o processo de aprendizagem coletivamente. Isso não é tarefa fácil, mas se coloca atualmente como um grande desafio a ser enfrentado para que a cultura *kupê* também se beneficie da interculturalidade, e não apenas forneça subsídios (na maioria das vezes impositivos) para a cultura indígena.

Considerações finais

Ainda que a cultura Kyikatêjê não seja totalmente engolida pela globalização e que contribua para os processos de urbanização por meio da chamada interculturalidade, estreitando a potencial polarização entre cidade e campo, não podemos deixar de ressaltar a tendência à reprodução das relações sociais de produção de que fala Lefebvre.[20] Tal reprodução acontece na chamada "zona urbana" que "estende-se pelo espaço regional à medida que relações de produção e forças produtivas capitalistas criam as condições sócio-espaciais necessárias para a acumulação continuada. Estas condições são necessariamente urbano-industriais, nas suas formas sociais e espaciais".[21] Mesmo que o espaço indígena pareça protegido de tais condições necessárias para a acumulação, na verdade já está dominado por elas.

20 LEFEBVRE, *O direito à cidade*, [1968] 2001; *A re-produção das relações de produção*, 1973.

21 MONTE-MÓR, Urbanização extensiva e lógicas de povoamento, 1994, p. 170.

A dinâmica de movimentação dos Kyikatêjê (e dos demais povos que se agrupam na Reserva Mãe Maria) se insere claramente no processo de urbanização extensiva de que fala Monte-Mór, sendo a zona urbana composta por um centro industrializado que implodiu seu lócus de poder explodindo a cidade preexistente numa região denominada tecido urbano.[22] O tecido urbano encampa a área originalmente ocupada pelos povos indígenas que, a partir dos interesses dos capitais (no Pará, principalmente mineração e agronegócio), foram sendo expulsos para outras áreas menos interessantes para os capitais, mas das quais não são nunca proprietários e que também integram o tecido urbano (esperando novos interesses dos capitais para novas disputas).

Contudo, se olharmos para a urbanização como causa, e não como efeito, como propõe Soja,[23] vemos um tecido urbano não necessariamente de mão única (estendendo-se sobre o campo e engolindo-o), e notamos a possibilidade de uma contribuição local para os processos de urbanização, ou seja, uma relação entre as condições urbano-industriais que chegam à aldeia e as práticas tradicionais indígenas (ainda que com suas fragilidades e facilidade de dominação).

Ainda que o poder gerativo da cidade esteja presente e seja levado em conta na análise sócio-espacial da aldeia, há uma clara fragilidade quando os indígenas saem da aldeia e vão para a cidade ampliar seus horizontes interculturais, apenas tendo o acesso garantido aos benefícios da cidade, sem o que Zeca Gavião chama de "capacitação" para os indígenas lidarem com o contexto da cidade. Acesso apenas não resolve o problema. Falta uma série de predisposições necessárias, como comenta Jessé Souza,[24] para que consigam lidar com a cultura *kupê* no contexto *kupê*.

No intuito de preparar os indígenas para tal inserção cultural fora de sua aldeia (para uma interculturalidade com valorização da cultura local), é importante investir numa educação sócio-espacial que tenha como foco a consciência histórica da produção do espaço, principalmente entendendo a urbanização extensiva a que estão submetidos e a possibilidade do urbano como causa da geração criativa e inovadora na aldeia e fora dela. Ou seja, faz-se necessário valorizar a cultura local e entender seus limites e possibilidades no contexto regional, para

22 Ibidem, p. 170.

23 Soja, Para além de Postmetropolis, [2011] 2013.

24 Souza, *A ralé brasileira*, 2009.

além da vida cotidiana na aldeia, enfatizando a simultaneidade entre cidade e campo.

A interculturalidade como resistência internamente na aldeia tem acontecido, mas há uma clara dificuldade de inserção dos indígenas na cidade mantendo sua cultura. A cidade não está preparada para a interculturalidade buscando a coabitação eficiente, embora os indígenas estejam começando a se preparar.

[2019]

Mulheres em outras moradias

Luna Lyra | Silke Kapp | Fernanda Barbabela | Giovanna Camisassa | Lívia Batista | Luara Assis | Maria Cecília Rocha | Maria Elena Vasconcelos | Maria Laura Vilhena | Milena Torino

Este ensaio, sobre mulheres em situações de moradia provisória, temporária ou instável, resultou de uma disciplina optativa da graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, *Mulheres em luta pelo território: reflexões sobre métodos de pesquisa*. Ministrada por Luna e Silke, em 2019, seu objetivo era aprofundar pesquisas feministas e processos de entrevista qualitativa, pondo em prática uma sistematização teórica anterior. As descobertas, análises e discussões foram tão ricas que decidimos tentar construir um artigo a vinte mãos, ficando apenas a redação propriamente dita sob responsabilidade das duas docentes. A revista *Periferias*, em que o texto foi publicado originalmente, não admitia tantas autoras, e a contribuição das estudantes apareceu ali apenas em nota. Aqui, corrigimos isso.[1]

Uma pergunta e um caminho

Como mulheres lidam com o trabalho de reprodução em situações de moradia instável, temporária, provisória? Esta foi a pergunta definida coletivamente pelas autoras do presente texto numa pesquisa que visa ampliar o conhecimento acerca das lutas sócio-espaciais na perspectiva feminista e, ao mesmo tempo, repensar criticamente algumas práticas de pesquisa em arquitetura, urbanismo e planejamento. Apesar dos avanços das últimas décadas, essas áreas ainda se fundam em paradigmas de traços machistas, elitistas e racistas, em que os problemas das mulheres são secundários ou invisíveis, resultando em políticas públicas que privilegiam o provimento de "elementos infraestruturais e institucionais [...] em detrimento da infraestrutura urbana voltada para a reprodução social".[2] Persiste o pressuposto tácito, sedimentado na história das sociedades capitalistas, de que as mulheres darão conta de manter

1 Primeira publicação: Mulheres em outras moradias. *Periferias*, v. 1, n. 3, 2019, on-line. Cf. KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, [2020] nesta edição, v. 2, pp. 95–126.

2 COSTA & MAGALHÃES, Processos socioespaciais nas metrópoles de países de industrialização periférica, 2011, p. 11.

a vida doméstica funcionando, sejam quais forem as condições.[3] Se os expedientes necessários para isso são "trabalho de sombra",[4] fora dos radares do campo do poder, o que dizer da domesticidade sem *domus*?

Procuramos aprofundar a compreensão das implicações desse cenário para as mulheres, explorando a entrevista como método de coleta de dados. Entrevistas possibilitam decifrar, mediante uma "escuta em dois canais",[5] as experiências subjetivas e coletivas que, nas próprias falas das mulheres, costumam aparecer apenas entremeadas e subordinadas aos discursos dominantes. Esperávamos alcançar aspectos que os métodos de coletas de dados usuais em diagnósticos e planos urbanos (observação direta, questionários, estatísticas etc.) negligenciam ou ignoram, e que também não se revelam a procedimentos ingênuos de entrevista, isto é, emulações de formatos consolidados sem uma reflexão contundente de objetivos, possibilidades e limitações. A pesquisa foi então estruturada em quatro momentos: a definição da referida pergunta de pesquisa; a elaboração de procedimentos de entrevista que possibilitassem obter ou construir dados relevantes a tal pergunta; a realização e transcrição das entrevistas; e a análise e discussão dos dados.

As entrevistas foram conduzidas, via de regra, por uma dupla de pesquisadoras e na forma de entrevista guiada (não semiestruturada),[6] explorando um conjunto de tópicos a partir dos contextos e das falas. Demos ênfase ao caráter narrativo,[7] não apenas porque a contação de histórias favorece aquela escuta em dois canais, com expressões que dificilmente surgiriam em respostas a perguntas diretas, mas também porque histórias sempre se passam em algum espaço (físico e social) e levam como que naturalmente à menção das percepções e representações a ele relacionadas. Além disso, procuramos manter um foco: as implicações de uma circunstância específica em determinado momento ou período, não toda a história de vida de cada entrevistada.

Para a seleção das entrevistadas, recorremos a contatos anteriores em situações de provisoriedade, como desalojamento forçado, ocupações urbanas em edifícios do centro da cidade ou em terrenos na periferia,

3 Cf. Federici, *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, [2004] 2017.

4 Illich, *Shadow work*, 1981.

5 Anderson & Jack, Learning to listen: interview techniques and analyses, 1991.

6 Cf. McIntosh & Morse, Situating and constructing diversity in semi-structured interviews, 2015.

7 Cf. Schütze, Biographieforschung und narratives Interview, 1983; Elliott, Using narrative in social research: qualitative and quantitative approaches, 2005.

abrigos para mulheres em situação de violência doméstica, favelas não consolidadas, aluguel social, migrações em busca de trabalho e atendimento médico. Um requisito fundamental foi que as entrevistadas vivessem ou tivessem vivido a experiência de instabilidade de moradia com dependentes, isto é, filhos ou outras pessoas sob seus cuidados.

Cada entrevista foi transcrita e então analisada por duas pesquisadoras diversas daquelas que participaram de sua realização. O compartilhamento das perspectivas que emergiram dessas primeiras análises nos levou a elencar três temas recorrentes, que denominamos *contrastes espaciais*, *responsabilidades maternas* e *relações com macroestruturas*. Eles certamente não esgotam as experiências que nos foram narradas, mas circunscrevem alguns de seus aspectos mais relevantes. A partir deles, analisamos mais uma vez cada uma das entrevistas, procurando construir hipóteses que poderão servir à continuidade da investigação. O material produzido muitas vezes nos surpreendeu, contrariando expectativas e pressupostos até então irrefletidos. Os itens seguintes apresentam os três temas e um breve balanço, sempre tendo em vista a pergunta de pesquisa: Como mulheres com dependentes e em situações de moradia provisória, temporária ou instável dão conta das estruturas e tarefas do trabalho de reprodução? Cabe antecipar que a própria pergunta nos pareceu limitada ao final desse processo. Em vários casos, a situação de provisoriedade representou, em vez de uma corrida desesperada atrás das incumbências convencionais, uma mudança radical quanto à submissão feminina em espaços privados, coletivos e públicos.

Contrastes espaciais

Situações e relações sócio-espaciais são temas que pessoas 'leigas' não costumam analisar espontaneamente, de modo que perguntas diretas a esse respeito resultam quase sempre em respostas pobres, repletas de chavões. Por isso, tentamos compreender configurações e apropriações dos espaços pela maneira como apareceriam nas narrativas das entrevistadas acerca de seu cotidiano e sua trajetória. Em muitos casos, eram apresentadas por contrastes, tanto entre espaços urbanos como entre os espaços domésticos estáveis — passados ou futuros, reais ou imaginados — e os instáveis das situações de provisoriedade. Algumas vezes, o polo da instabilidade correspondeu à representação negativa, e o polo da estabilidade, à positiva. Mas também houve representações

ambíguas e até opostas, isto é, falas que desmontaram enfaticamente a associação de casa própria, família e felicidade, e se referiam à situação provisória como a mais aberta, livre e potente.

As trajetórias narradas por Talita e Roberta,[8] bem parecidas, pertencem a esse último grupo: vítimas de violência doméstica, essas mulheres deixaram moradias de padrão relativamente alto de conforto e consumo, passaram por delegacias e abrigos, ficaram alguns meses numa casa de apoio a mulheres, até chegarem a uma ocupação urbana no centro da cidade. Ambas contrapõem a moradia convencional, onde foram agredidas e abusadas, à ocupação, que é mais precária, mas representa um lugar de *segurança, apoio, fortalecimento* (Roberta).[9] A casa antiga *era um lar todo certinho, tudo bonitinho e planejado, mas você não encontra paz* (Talita).

> Chegando [à ocupação], eu me empoderei. E depois disso, eu aprendi a conviver com as pessoas no coletivo, que era uma coisa que eu não tinha costume. Porque a gente é, na casa da gente, muito individualista. [...] Eu aprendi a dividir, [...] dividir o espaço, dividir o alimento, dividir a roupa, inclusive. (Roberta)

Roberta observa que mudou visões racistas, classistas e sócio-espaciais que tinha: *Eu julgava as pessoas que adentravam numa favela,* [...] *percebi na ocupação que isso era puro preconceito*. Hoje ela questiona o ideário da família nuclear e diz que, quando resolver a divisão de bens com o ex-marido, pretende vender sua antiga casa e doar o dinheiro para a ocupação.

> É, mudei muito. Porque a gente é livre. Eu faço o que eu quero, na hora que eu quero [...]. Aquela visão da maioria das pessoas que ficam trancadas num lar e que considera um lar todo certinho, pra mim não é mais [...]. Eu não quero retornar pra minha casa nunca mais. Eu pretendo continuar por aqui, não quero sair. (Roberta)

Já Talita encontrou um novo companheiro e se mudou com os filhos para sua casa, mas a passagem por uma moradia coletiva a fortaleceu

8 Os nomes das participantes da pesquisa foram alterados para preservar seu anonimato.

9 Para tornar a leitura mais fluida, optamos por assinalar as falas das mulheres, quando aparecem no corpo do texto, apenas com itálico, sem aspas.

no estabelecimento de relações domésticas bem mais igualitárias do que antes.

Dora foi desalojada quando, depois dos desastres de Mariana e Brumadinho, a mineradora Vale decidiu evacuar a região do vilarejo de Macacos por risco de outro rompimento de barragem. Quando a sirene tocou de madrugada, ela e o marido largaram tudo o que tinham: objetos pessoais, móveis, casa, quintal, horta, pomar, o restaurante que era seu sustento, o berço que o padrinho havia confeccionado, e uma rede de vizinhos, amigos e serviços de confiança. Desde então, foram instalados num hotel de executivos, na área nobre de Belo Horizonte, com a mãe de Dora, o bebê e dois cachorros. Antes, Dora passava o dia no restaurante, *ali na beirada da rua, olhando o povo passar,* [...] *conversando com o pessoal, e trabalhando, atendendo as pessoas.* Agora, ela diz que se sente aprisionada e *muito sozinha, como se eu tivesse numa bolha à parte; ficamos sem renda, vivendo só aqui do hotel mesmo — comer aqui, beber aqui*. Dora tem procurado recriar o que ela chama de *meu minimundo, igual eu tinha lá em Macacos*. Fez amizade com os funcionários do hotel, vai à praça com o bebê, tenta não morrer de tédio. Mas ela perdeu a possibilidade de decidir e agir no próprio espaço, que se manifestava em coisas como usar o ateliê do quintal, que construiu *com as próprias mãos*, colher mexericas no pomar ou chamar os amigos para uma fogueira. Também apropriações simbólicas, rastros e memórias não cabem no espaço estéril do hotel ou no seu contexto urbano, todo predeterminado. Se a situação de Dora parece, em tese, confirmar a valoração positiva da estabilidade (a casa) contra a valoração negativa da provisoriedade (o hotel), ela também pode ser interpretada no sentido oposto: a antiga casa era um espaço aberto a transformações (menos estável nesse sentido), enquanto o hotel é engessado e imune a ações dos hóspedes (mais estável, portanto).

Também o relato de Dona Carmem, uma senhora de mais de oitenta anos que migrou do meio rural para Belo Horizonte na década de 1960, é significativo como contraponto entre o que ela pensa e sente, e o que técnicos e órgãos públicos consideram adequado. Dona Carmem e seus filhos moraram em vários assentamentos informais, foram removidos por enchentes e obras públicas, até que ela conseguiu uma casa numa vila, *parede e meia* com uma amiga. Mas a situação era provisória, pelo menos do ponto de vista da política urbana; tanto que Dona Carmem foi obrigada a deixar a casa e ir para um apartamento numa área próxima: *Tem treze anos que eu moro aqui e nunca gostei de apartamento, não.*

Lá eu tinha minhas plantas e aqui não tem jeito de fazer planta. O tipo de convívio e os arranjos cotidianos que eram possíveis nos espaços da vila estão interditados nos *predinhos*, embora estes substituam moradias supostamente precárias por outras, ditas dignas.

Para além das moradias em si, os contrastes de estrutura urbana foram mencionados de maneira mais ambígua do que supúnhamos. Entrevistadas que vieram da periferia para o centro ou vice-versa viram diferentes vantagens numa e noutra situação. O centro facilita o acesso a trabalho, escolas e serviços, ao mesmo tempo que restringe a relação entre vida doméstica e espaço público: *Eu não sou camelô, eu não quero ficar no centro. Vou ficar no centro fazendo o quê? Ficar presa dentro de casa, com esse barulho de ônibus na minha cabeça? Não!* [...] *Tem bairro também que você nem precisa ir no centro, porque o bairro já é um centro, né?* (Gisele). Outra entrevistada (Ângela) resolveu a questão desdobrando sua moradia: durante a semana fica numa ocupação vertical do centro e, nos finais de semana, numa ocupação horizontal da periferia.

Paula, uma mulher de classe média que em poucos anos se mudou diversas vezes entre uma capital europeia e Belo Horizonte, fala do contraste entre formas de viver e organizar a rotina nos respectivos contextos. Isso se refere, por um lado, à infraestrutura urbana para a reprodução social, que era bem melhor na Europa. Por outro lado, Paula deixa entrever o contraste entre um meio em que se sentiu inferiorizada e discriminada, e um meio em que tem certo privilégio social. Na Europa conseguia resolver as incumbências rotineiras perto de casa, a pé ou com transporte público, mas tinha que assumir tudo sozinha: *Babá e empregada não existe,* [...] *a vida fica presa muito pelos horários das crianças*. Em Belo Horizonte, sua rotina está menos rígida, mas depende a todo momento da ajuda de outras mulheres (incluindo aquelas que a desigualdade social torna disponíveis e que, aqui, são efetivamente inferiorizadas e discriminadas). Nenhuma das duas situações lhe parece ideal. Ela pensa em ficar no Brasil, mas morar numa cidade menor.

Responsabilidades maternas

Na família nuclear que historicamente constituiu a célula estruturante da sociedade burguesa, cada mãe carrega, quase sempre sozinha, a responsabilidade por aquilo que os filhos se tornarão e por toda a energia e paciência que isso implica. Suas possibilidades de formação, trabalho, engajamento político ou lazer se restringem na mesma medida. *Quando*

você tem filho, você tem que priorizar. Ou pensa em você, ou pensa nos seus filhos (Roberta). Nas experiências de moradia temporária das entrevistadas, essas rotinas de cuidado, sua lógica e seus pressupostos foram alterados — às vezes drasticamente e nem sempre para pior.

A responsabilidade individual do cuidado marca a narrativa de Paula, que vem se esforçando em suavizar a transição de moradias para as filhas. Nas mudanças entre Europa e Brasil, levava os pertences das crianças e deixava os seus para trás: *Com esse tanto de mudar, ir pra um lado e ir pro outro, eu fiquei muito menos apegada nas coisas, eu não guardo coisa mais, vou guardar por quê?* Ela tenta reproduzir aqui os espaços domésticos e a rotina urbana a que a filhas estavam acostumadas, *imitar um pouco as condições* do exterior.

Várias entrevistadas assumiram as situações de moradia provisória com o único objetivo de melhorar a vida dos filhos. Dona Carmem, que migrou para Belo Horizonte em busca de tratamento médico para uma filha, é o exemplo mais extremo nesse sentido. Dos dezesseis filhos que teve, apenas quatro estão vivos: *Morreu um bocado lá na roça e, depois que eu tô aqui, morreu também quatro aqui*. Ao mesmo tempo que Dona Carmem indica que cuidar dos filhos seria uma obrigação intransferível da mãe (*Graças a Deus que eu nunca deixei menino nas costas de ninguém pra poder olhar*), ela parece não ver a maternidade e seus sofrimentos como destino compulsório: *Agora* [...] *todo mundo abriu os olhos pra esse negócio de remédio de evitar filho.* Fato é que, para ela, cuidar de crianças foi a única forma de viabilizar a subsistência.

> Eu não tinha serviço e não tinha costume de trabalhar, e era muito menino miúdo. E aí eu peguei a olhar menino pros outros, pra ganhar um troquinho. [...] Minha casa ficava assim [faz um gesto indicando que a casa ficava cheia de crianças]. Do dinheiro que eu olhava eles dava pra eu comer e eu pagava o INSS. Aí, agora eu aposentei com esse dinheiro do INSS que eu paguei. (Carmem)

Gisele foi para uma ocupação porque, depois que largou o emprego para cuidar de um filho com epilepsia, não conseguiu mais pagar o aluguel: *Se não fosse meu filho, eu também não ficava, não.* Sem outra fonte de renda, ela acabou assumindo a frente da creche comunitária da ocupação. *A maioria das mães lá* [na ocupação] *gostava de ficar longe dos filhos. Não queria saber o que o menino estava fazendo, não. No começo, até os meninos que estudavam na escola era eu que levava* (Gisele).

Como indica essa última fala, nem todas as mulheres em situações de moradia e organização sócio-espacial atípicas se aferram ao papel feminino tradicional. Já mencionamos os casos de Roberta e Talita, que na ocupação (que, diga-se, não é a mesma de Gisele), experimentaram um compartilhamento de tarefas e responsabilidades que antes nem sequer imaginavam. A ajuda mútua possibilitou atividades que seriam inviáveis na situação convencional, como estudar e trabalhar fora com certa flexibilidade de horários.

> Não existe 'eu' aqui, não existe meu vizinho, existe nós. Então, é uma segurança muito grande. Eu saio pra trabalhar tranquila, deixo ele [o filho de três anos] na escola e eles [aponta dois vizinhos, homens, que estão lavando roupa perto do local da entrevista] buscam pra mim. E aqui ele pode ficar em qualquer lugar e ele está seguro. Qualquer família aqui dentro, se pegar ele descendo a escada, cuida. Então, tem uma pessoa específica, mas não precisa ter só essa pessoa específica, porque onde ele ficar, ele está bem cuidado. [...] Você encontra apoio pra te ajudar em relação aos seus filhos. (Roberta)

Nesse caso, o cuidado com os filhos deixou de ser visto como uma tarefa materna e individual, e as mulheres abriram mais espaço para sua vida pessoal e pública, incluindo o engajamento político. Karen passou por uma ocupação no centro que foi removida e hoje mora de aluguel num bairro mais distante do centro. Mas o processo da ocupação, onde assumiu papel de liderança, a fez descobrir uma vocação política maior do que a vocação para cuidar de crianças. Da mulher que coordenou a creche comunitária, Karen diz: *Tiro o chapéu, porque menino não é comigo.* Hoje ela continua ativa em movimentos por moradia e, para assumir tais compromissos sem levar os filhos, fez um arranjo com uma vizinha. Para Ângela, outra entrevistada muito engajada nos movimentos por moradia, os finais de semana na periferia se tornaram um tempo de descanso das incumbências de mãe. Sem constrangimento, ela conta que vai para a ocupação da periferia enquanto *eles* [os filhos] *ficam aqui. Eles não gostam de lá, não. Ia ter uma briga pra ir embora*.

Relações com macroestruturas

Macroestruturas e instituições — tais como prefeituras, serviços públicos, polícia, Ministério Público, a empresa de mineração, igrejas,

organizações não governamentais e movimentos sociais — determinam a vida das mulheres entrevistadas de modos muito diversos. Como era de se esperar, todas elas dependem da proximidade de serviços de saúde e de escolas, e orientam suas decisões territoriais pelo acesso a eles (Dona Carmem foi morar próximo a um grande hospital quando veio do campo em busca de tratamento para a filha, Gisele alugou casa num bairro em que os filhos podem ir sozinhos à escola, Paula matriculou as filhas numa escola a que pudesse chegar a pé etc.). Mas macroestruturas e instituições também são causadoras de despejos e situações de provisoriedade, assim como instâncias de apoio mais ou menos eficazes em momentos críticos. Evidente nas narrativas foi que tais estruturas muitas vezes passam ao largo daquilo que as mulheres consideram suas necessidades mais prementes, ao mesmo tempo que atribuições e hierarquias institucionais nebulosas para elas dificultam questionamentos nesse sentido. Muitas entrevistadas usam a palavra *eles* para designar instâncias de poder (públicas ou não) que não identificam com clareza, mas que as afetam. Dada a assimetria de forças, contornar taticamente os problemas do cotidiano lhes parece preferível a confrontar tais instâncias.

A discrepância entre a lógica institucional e as demandas das mulheres é drástica no caso de Dora. Talvez a companhia Vale tenha instalado a família num quarto de hotel no centro de Belo Horizonte com a convicção de que, comparada à casa num vilarejo, essa seria uma condição favorável ou até luxuosa. Na verdade, foi uma perda total de autonomia e identidade. Tudo passou a depender das benesses da empresa, que paga a hospedagem, mas não restitui a renda do casal (*Se quiser ir na esquina comprar um absorvente, não tem como*) nem oferece meios para que se estabeleçam em outro lugar. Mais absurdo é que, agora, a Vale quer que voltem para a antiga casa, pois um laudo técnico atestou que, se a barragem romper, a lama 'apenas' deixará a casa ilhada, sem a cobrir. Evidentemente, Dora não quer correr esse risco, mas tampouco consegue imaginar um enfrentamento ou uma alternativa.

> A gente ainda fica tentando se sentir grato, porque tá vivo, tá junto, tá abrigado, entendeu? [A gente] não sabe por quanto tempo, não sabe se a Vale vai tentar... Tá uma briga danada com o Ministério Público. Toda hora tem que intervir, porque eles ficam tentando tirar da gente algum benefício... 'Benefício' — eu nem sei se é isso, porque a gente fica se sentindo tão mendigo, sabe? Eu não tô pedindo nada a mais do que eu tinha

> na minha casa. Vivo aqui de comer, tomo café, almoço e janto no hotel, durmo, tomo banho, e não faço mais nada. A vida parece que fica em suspenso durante um tempo. Você não sabe muito bem o que planejar. (Dora)

A longa história de Dona Carmem é repleta de violências dessa espécie. Ela passou por diversos episódios de remoção e nunca teve condições de protestar. São nítidos nas suas falas aqueles dois canais, um do discurso convencional e outro da experiência subjetiva contrária a esse discurso. Acatou uma remoção com a justificativa do risco de enchente, para depois retornar a outra casa na mesma vila: *Eles quiseram me tirar desse local lá, eu não queria sair, porque eu estava terminando* [de construir] *os cômodos* [do segundo andar]. Ela conta, sem nenhuma exaltação, que, quando a cheia do rio inundava sua casa, *passava a mão naquela meninada tudo debaixo de chuva e ia lá pra pracinha, inté a água baixar,* [...] *demorava não*. Depois, ela fala da canalização do rio pela prefeitura:

> Eles deram um jeito nesse rio, e o rio secou também. Aqui assim, no rumo dessa árvore desse quintal, aqui tinha um poço d'água. Era cheio de peixe, era um poção. Daí secou tudo depois que eles arrumaram o rio. A água daqui secou também, acabou, acabou. E isso aqui foi todo tirado. Na época, eles tiraram as casas. Aqui era um favelão. Tirou eu, tirou tudo. (Carmem)

Expressões como *dar um jeito no rio* ou *arrumar o rio* ecoam o desastroso paradigma técnico adotado na maioria das cidades brasileiras para lidar com as águas urbanas (drenar, canalizar e fazer correr), ao mesmo tempo que a lembrança do *poção* cheio de peixes e frases como *acabou, acabou* e *tirou eu, tirou tudo*, ditas em tom de lamento, indicam o oposto.

Relações não propriamente violentas, mas ainda assim dissonantes entre instituições e experiências subjetivas aparecem na narrativa de Roberta. A delegacia da mulher onde procurou ajuda para se proteger do marido agressor ofereceu-lhe uma moradia para viver com os três filhos, onde seria obrigada a ficar em casa o tempo todo e abandonar o emprego e a graduação que cursava à época.

> Enquanto o agressor deveria ficar preso, quem fica presa é a vítima. [...] Quando você busca um lugar para te proteger, você não pensa que vai ficar lá, trancada. Você não quer esse tipo de proteção. Você quer proteção, mas uma proteção que dê liberdade de escolha, que você possa ir e vir. (Roberta)

Como, paradoxalmente, a instituição pública criada para apoiar mulheres em situação de violência não oferecia escolhas nem condições para ela manter estudos e emprego, Roberta acabou indo para uma casa sustentada por um movimento de mulheres (e não pelo Estado que, aliás, mais tem ameaçado do que auxiliado essa casa). Lá encontrou o tipo de proteção que procurava: uma bem articulada estrutura de ajuda mútua e encorajamento, que lhe permitiu prosseguir em atividades não domésticas e que depois estabeleceu o contato com a ocupação onde Roberta mora atualmente.

Contudo, também as ocupações não estão isentas de hierarquias e disputas de poder. Os movimentos sociais que as organizam são vistos como *as forças que estão ali para ter sua voz e colocar regras, porque é necessário* (Karen), criando uma dependência dos moradores em relação às lideranças internas e externas. Na ocupação de que Karen e Gisele participaram, houve também conflitos entre os diferentes movimentos envolvidos: *Cada movimento tinha seu jeito, tinha suas regras.* [...] *A coisa começou a sair da linha quando essas forças passaram a ter objetivos diferente, ou querer ser mais que o outro* (Karen). Os chamados *objetivos diferentes* dizem respeito sobretudo a negociações com órgãos públicos, que oscilam entre paliativos (como o aluguel social), promessas e agressões mais ou menos diretas. Uma negociação genuína pressuporia relativo equilíbrio de forças entre as partes, o que não ocorre nesses casos, salvo quando há massivo apoio popular. Ambas, Gisele e Karen, relatam a brutalidade dos técnicos da COHAB para acordar a saída do edifício quando a ocupação foi removida. Perderam muitos móveis porque não houve tempo para fazer a mudança de todas as famílias com o único carro que conseguiram disponibilizar.

> A COHAB falou assim: 'Não, vocês não vão poder ficar no prédio. [...] Querem um acordo, não querem? Então nós vamos dar um mês pra vocês saírem de lá. Depois que vocês saírem, a gente deposita o dinheiro do aluguel. Se passar do dia, perdem o acordo e vão ter que sair do prédio à base de porrada'. (Gisele)

> Tinha uma negociação, não tinha a necessidade de fazer [ameaça], sabe? Daquele jeito, como se a gente tivesse sido despejado... numa pressão, num caos total. Foi muito triste ver. Pra mim, eu vi a luta acabar ali. (Karen)

Ainda assim, Karen diz que a experiência na ocupação a fez ver que poderia, sim, enfrentar estruturas instituídas.

> Ela [a ocupação] trouxe pra mim um pouco de conhecimento dos meus direitos, dos direitos do próximo. E me fez ver que nós, quando nós nos unimos para lutar pelos nossos diretos, a gente consegue. [...] Também eu me ponderei da necessidade de sair às ruas e mobilizações, não ficar ali só apoiando no sofá. (Karen)

Breve balanço

As lutas de mulheres *no* e *pelo* território, sejam concernentes à moradia ou a outros espaços, constituem temas mais amplos e complexos do que refletem as políticas urbanas em curso. Medidas como a titulação preferencial de mulheres nos programas habitacionais podem favorecê-las, mas não deixam de reforçar velhas convicções acerca da unidade doméstica e do respectivo papel feminino. A pesquisa aqui relatada, com todas as suas limitações, oferece algumas pistas concretas nesse sentido. Em primeiro lugar, ela indica que a moradia unifamiliar, isolada de contatos públicos e fontes de renda, com poucas possibilidades de compartilhamento, solidarização e politização, está longe de ser um desejo universal entre mulheres reais (à diferença das mulheres abstratamente supostas por planejadores e projetistas). Situações atípicas por vezes significam experiências de liberdade e potencializam a imaginação para ação.

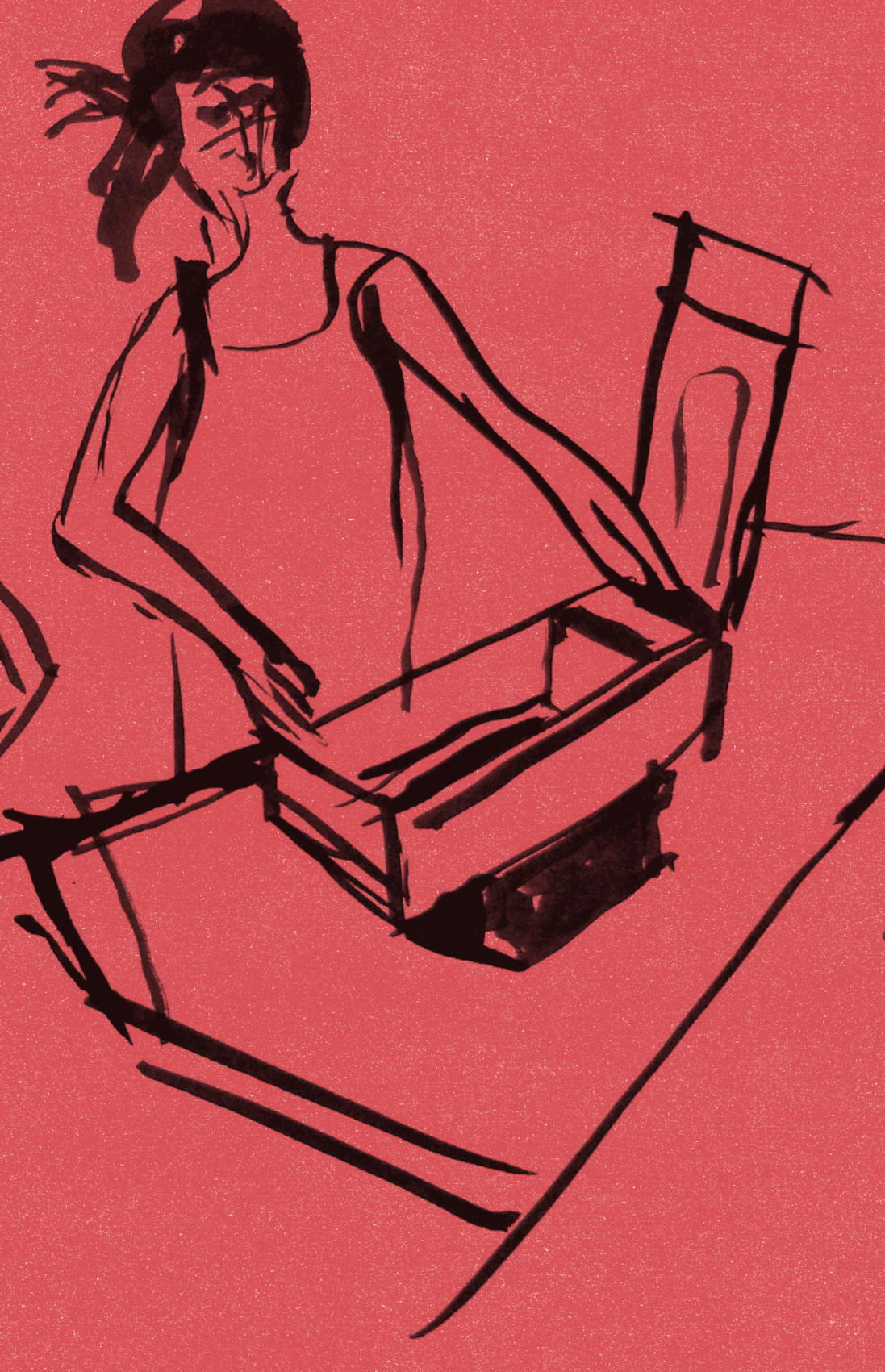
Em segundo lugar, os dados que obtivemos indicam que o ideal da maternidade é ambíguo. As mulheres se sentem responsáveis pelos filhos, cujo bem-estar lhes importa mais do que a qualidade do espaço da moradia, mas, ainda assim, os filhos não são sempre e necessariamente sua prioridade absoluta. Para além da constatação — nada nova — de que a família nuclear de casal e filhos deixou de ser a forma predominante de coabitação, isso sugere pesquisar em profundidade formas de moradia hoje tidas por atípicas ou até indignas, isto é, compreender, fomentar e experimentar alternativas como moradias coletivas, com gradações diversas de privacidade, intergeracionais, conectadas de diferentes maneiras a atividades de produção e renda, e inseridas de diversos modos em áreas urbanas, rurais e rururbanas.

Um terceiro aspecto a destacar a partir da análise das entrevistas diz respeito ao apoio institucional oferecido a mulheres em circunstâncias

de instabilidade. Hoje, esse apoio consiste na inserção numa estrutura determinada, rígida, que supre as chamadas necessidades básicas, mas restringe a autonomia e, consequentemente, a reconstrução da própria vida, seja essa estrutura um hotel, um apartamento padrão ou um abrigo onde não se pode ir e vir. A fala de Roberta sintetiza a questão: *Você quer proteção, mas uma proteção que dê liberdade de escolha.*

Finalmente, cabe uma observação acerca da nossa pergunta de pesquisa. Ao indagar como mulheres lidam com o trabalho de reprodução em situações de moradia instável, tínhamos consciência de que a responsabilidade das mulheres por esse trabalho não é um fato natural, mas uma construção social. No entanto, partimos do pressuposto de que seria mais difícil dar conta do trabalho de reprodução (convencional) sem uma moradia (convencional). Não questionamos de saída a noção de que a unidade habitacional unifamiliar favorece o cumprimento das tarefas e obrigações que nossa sociedade, tal como ela é, atribui às mulheres. Isso foi desmentido pelos dados que obtivemos nas entrevistas. Por mais que as entrevistadas possam ter eufemizado — para si e para os outros — as precariedades de suas situações, é inegável que em vários casos a instabilidade aliviou o peso do trabalho de reprodução em vez de aumentá-lo. Caberia perguntar em que medida o ideário da moradia, objetiva e subjetivamente determinante de tantos espaços e desejos, é contraditório em si mesmo.

histórias de canteiro



[2007] Racionalização abandonada

Roberto E. dos Santos

Assim como "Síndrome do estojo", a primeira versão deste capítulo — substancialmente reformulada para a presente edição — foi apresentada no *IV Colóquio de Pesquisas em Habitação*, que o MOM organizou em 2007, no âmbito da rede FINEP de coordenação modular. O próprio fato de a FINEP ter proposto esse tema confirmava a persistência do senso comum de que racionalização e industrialização da construção seriam o ponto de chegada 'natural' do progresso tecnológico. O texto desmancha esse pressuposto, mostrando que o Brasil do século XIX foi um importante mercado consumidor da chamada arquitetura do ferro (de montagem de componentes industriais importados), mas que os capitais locais nunca se apropriaram de sua tecnologia nem foram favorecidos por ela. O estabelecimento de uma produção capitalista de construções no Brasil foi, paradoxalmente, fruto do abandono dessa racionalização.[1]

Defasagem tecnológica

Em 1987, a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio classificava a indústria brasileira em grandes complexos industriais, dentre os quais o "complexo da construção civil", composto pelos setores de edificações, construção pesada, montagem industrial, serviços de construção e, também, um segmento informal de pequenas obras, reformas e autoconstrução.[2] A parcela formal do chamado complexo da construção civil era dominada por capital nacional em quase todas as etapas produtivas. Um grande número de empresas construtoras do setor de edificações se contrapunha a um número reduzido de grandes empresas de construção pesada e de indústrias produtoras de insumos básicos; além da parcela informal, significativa em consumo de

1 Primeira publicação: Racionalização abandonada. In: *Anais do IV Colóquio de Pesquisas em Habitação: coordenação modular e mutabilidade*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, on-line.

2 Cf. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, *Política tecnológica brasileira: desempenho e articulações*, 1987.

materiais e caracterizada pela reprodução parcial das técnicas do setor formal. Na avaliação do referido Ministério, o progresso do complexo da construção civil era lento, o investimento em pesquisa e desenvolvimento era menor do que a média nacional, e a produtividade era baixa em comparação com outros ramos da economia. Ainda que a construção pesada tivesse se desenvolvido na década de 1970, com aumento de concentração industrial e melhoria tecnológica, a construção civil como um todo estava aquém do que se esperaria de uma indústria responsável por cerca de dezesseis por cento do produto interno bruto.

Tais críticas persistiram nas décadas seguintes e persistem até hoje, partindo tanto da administração pública quanto dos demais agentes envolvidos na construção civil. O que explicaria sua defasagem? Por que a construção não incorporou as inovações tecnológicas disponíveis em outros países? A quem interessaria mantê-la assim? A literatura da área não dá conta dessas questões. Ela tende a explicar a precariedade do esquema tecnológico da construção no Brasil pela falta de atenção, por parte de empresários e governos, a temas como racionalização, padronização, normalização e controle de qualidade. De modo geral, as análises partem do pressuposto de que a construção resolveria seus problemas se seus agentes se conscientizassem da necessidade de racionalização e se esforçassem para financiar pesquisas, amparar legalmente as inovações e implementar as respectivas práticas. E essas análises desembocam então em recomendações para normas e políticas de aprimoramento, sem ir ao cerne das contradições do sistema de produção. Na autopercepção do setor, os problemas não são de ordem estrutural, mas de 'mentalidade', falta de interesse, inércia. Não se costuma questionar a posição da construção na totalidade da produção industrial nem suas estruturas específicas de difusão de tecnologia.[3]

Uma explicação mais abrangente e mais crítica para a ausência de industrialização e racionalização da construção civil no Brasil, iniciada por Sérgio Ferro e desenvolvida também por Francisco de Oliveira e Marta Farah, contesta esses argumentos:

3 Essa leitura não é exclusividade brasileira. O panorama da construção civil traçado pelo engenheiro espanhol Álvaro García Meseguer, por exemplo, cuja edição em português foi promovida pelo SINDUSCON de São Paulo (MESEGUER, *Controle e garantia da qualidade na construção*, [1989] 1991), aponta problemas muito semelhantes — falta de racionalização nos âmbitos do projeto e do canteiro, falta de mão de obra qualificada, alienação e isolamento do consumidor em relação aos produtos — e respostas em que, apesar da minúcia das descrições, operários e procedimentos de construção ficam em segundo plano.

> [As] características do processo de trabalho na construção não devem ser entendidas como indicativas de um atraso com relação a um modelo de desenvolvimento definido a partir da evolução de outros setores, mas sim como uma forma específica de acumulação neste ramo, em determinado momento histórico.[4]

Nessa perspectiva, os setores modernos da economia brasileira e seus setores 'arcaicos' se complementam. As formas ditas atrasadas de produção não são resquícios de práticas de economia natural e tampouco contradizem a acumulação capitalista, pois essa, no Brasil, sempre se fez às custas da hiperexploração do trabalho. A explicação para o estatuto da construção civil no contexto da indústria brasileira e, especificamente, para o pouco interesse na racionalização do setor está na funcionalidade do seu atraso para a estrutura econômica mais ampla.

Ainda assim, quero retomar a pergunta pelos motivos dessa defasagem numa perspectiva histórica, pois ela se torna verdadeiramente instigante quando se considera que já houve uma modalidade de construção racionalizada, padronizada e industrializada no Brasil. Refiro-me à chamada arquitetura do ferro, da segunda metade do século XIX. Naquele período, indústrias europeias, sobretudo inglesas, escocesas e belgas, desenvolveram tecnologias que lhes possibilitaram exportar componentes construtivos e até edifícios inteiros para todo o mundo, num eficientíssimo esquema de marketing, distribuição e montagem, que chegou também ao Brasil, especialmente às cidades de Belém, Manaus, Fortaleza e Recife.

O fato de tal racionalização ter chegado aqui e de ela ter sido abandonada mais tarde evidentemente contradiz o discurso convencional, de que padronização e normalização seriam o resultado de um longo processo de aprimoramento a ser ainda alcançado no Brasil. Porém, também a constatação — pertinente, mas abstrata — de que o 'atraso' na construção é funcional para a economia no seu conjunto não basta para explicar por que uma racionalização que já havia sido implantada não teve continuidade.

O presente trabalho visa indicar, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, a lógica de produção da arquitetura do ferro e os motivos desse abandono. Busco, na história social da construção, os interesses que determinaram suas práticas. O espaço construído, como suporte,

4 FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional*, 1996, p. 104.

cenário, instrumento e produto das relações humanas, traz a marca dessas relações em suas configurações e seus processos constitutivos. Aplica-se a ele a noção da sociologia da ciência, de que os artefatos são construtos coletivos, determinados por interesses e recursos dos grupos sociais a que estão ligados. A estabilização dos artefatos não diz respeito somente à materialidade e a aspectos técnicos, mas também a fatores de ordem social, econômica e política, cuja importância muda de acordo com as dinâmicas às quais esses artefatos estão submetidos. A tecnologia pode ser definida como uma família de métodos associados, desafiados por diversas instâncias, humanas e não humanas. Os métodos não são diferentes das forças que os canalizam.[5]

A arquitetura do ferro e a lógica da construção

O ferro aparece na *História da arquitetura moderna* de Leonardo Benevolo como uma consequência da revolução industrial europeia e da expansão da economia capitalista, diretamente associadas ao crescimento urbano. Benevolo enfatiza as demandas de nova infraestrutura de produção e circulação (fábricas, armazéns, mercados, pavilhões de exposição, estradas de ferro, estações, pontes etc.) e o adensamento populacional com a consequente pressão de crescimento em altura das edificações. Tudo isso teria induzido à revisão de sistemas e processos construtivos, favorecendo a racionalização para o aumento de produtividade e a fabricação em larga escala. As edificações passaram a ser compreendidas como um tipo de mercadoria distinta do solo urbano, não mais *i-móveis*. A arquitetura do ferro levou essa ideia às últimas consequências, produzindo edifícios portáteis, montáveis e desmontáveis em qualquer parte do mundo.

> [...] os edifícios e os implementos, atraídos para o giro da economia capitalista, adquirem um significado um tanto diverso daquele que possuíam no passado. [...] antes, os objetos, modificados muito lentamente, podiam ser considerados como de fato imóveis, mas agora as exigências de funcionamento mais preciso e o hábito de fazer previsões econômicas mesmo a longo prazo não permitem que esse paralelismo seja mantido".[6]

5 Cf. BIJKER et al. *The social construction of technological systems*, 1994, pp. 111–132.

6 BENEVOLO, *História da arquitetura moderna*, [1960] 1976, p. 36.

Igreja temporária, anunciada na revista
The Builder, v. 13, n. 664, 1855.

De fato, o aperfeiçoamento do uso de ferro e carvão, combinado ao vapor como força motriz, determinou a primeira revolução industrial, entre 1820 e 1860, época heroica da engenharia inglesa. O ferro foi incorporado a "todos os setores da vida",[7] de utensílios domésticos a ferrovias e "uma variedade de novas exigências arquitetônicas: estações, grades de proteção, cabines sinaleiras, passarelas de pedestres, [...] postes, bebedouros".[8] Mas esse relativo avanço tecnológico impulsionou a expansão comercial dos produtos de ferro, ao mesmo tempo que foi impulsionado por ela: "um espírito aventureiro estimulou tal empresa [...] para abrir mercados no novo mundo".[9] Ou seja, a expansão da indústria do ferro não pode ser compreendida sem o esforço de ampliação do mercado consumidor internacional de produtos industrializados europeus.

A racionalização construtiva da arquitetura do ferro ganha um novo significado quando interpretada nessa chave, como "fenômeno de produção localizado na Europa e disseminado por todo o mundo", e analisada em relação às condições de dependência econômica e cultural do Brasil no século XIX.[10] Geraldo Gomes da Silva mostrou que a utilização do ferro, fosse na produção de máquinas e utensílios, fosse no espaço construído, estava sujeita à lógica do capital, mais do que à lógica da técnica. "O ferro era um material conhecido já havia milhares de anos e seu emprego em larga escala em construção, graças ao barateamento de seu custo de produção, foi uma estratégia de superação da crise [do capitalismo] de final do terceiro quartel do século XIX".[11] Silva também chama a atenção para a não linearidade do desenvolvimento da indústria da construção. A racionalização não resultou de um processo evolutivo nem foi o ponto de chegada de um aprimoramento paulatino (como fica subentendido em quase toda a historiografia da arquitetura moderna). A "industrialização da construção não era [...] novidade, pois se conhecia, na Europa, o tijolo industrializado desde o século XV, e há registros de exemplos de pré-fabricação antes mesmo da revolução industrial".[12] Silva acentua, entretanto, que a ideia de indus-

7 SILVA, *Arquitetura do ferro no Brasil*, 1986, p. 15.

8 GLOAG & BRIDGEWATER, *A history of cast iron in architecture*, 1948, p. 163.

9 Ibidem, p. 159.

10 SILVA, *Arquitetura do ferro no Brasil*, 1986, p. 23.

11 Ibidem, p. 23.

12 Ibidem, p. 24.

trialização do *edifício completo* só apareceu com a construção em ferro e a motivação de expansão de mercados. Quando, por volta de 1850, tiveram início as exportações desses edifícios por firmas da Inglaterra, questões tecnológicas e construtivas não estavam em primeiro plano.

A engenharia inglesa das pequenas oficinas e fabriquetas foi a responsável por estabelecer os métodos da industrialização da construção: estandardização e coordenação modular; diferenciação entre sistemas abertos e fechados; produção em escala de elementos idênticos; promoção de vendas e marketing internacionais; sistemas integrados de acondicionamento e distribuição; procedimentos racionalizados de montagem.

> [...] não se deve atribuir somente às potencialidades plásticas do ferro fundido nem às potencialidades estruturais do aço o teor revolucionário do novo material. O que o ferro tinha de mais novo era sua escala de produção, que era industrial, e que se contrapunha a todo um processo de execução das construções até então. A escala industrial gerou uma necessidade de mercado que criou um consumidor, um gosto e uma obsolescência. Dentro dessa nova lógica é que se deve procurar entender a arquitetura do ferro. Criou-se, portanto, uma expectativa de que a indústria provocaria, na arquitetura, uma revolução estética, tão profunda quanto estava promovendo na organização da sociedade.[13]

A reputação da engenharia inglesa, tanto no desenho de pontes e edificações quanto na resistência e durabilidade dos materiais produzidos no país, resultou de um considerável esforço de experimentação e pesquisa empreendido diretamente pelos fabricantes. Nas fundições, era necessário supervisionar minuciosamente as proporções de ferro e carbono, as condições de ventilação e a temperatura de liquefação, para garantir a qualidade do material em suas diversas categorias destinadas a diferentes aplicações: *pig, soft, hard, rich, poor, white, blue.*[14] Tais pesquisas ampliaram a utilização do ferro fundido das pontes para moinhos, armazéns, fábricas, igrejas e edifícios públicos. Além disso, contribuíram para a divulgação do produto inglês suas características de resistência ao fogo e a grandes cargas, seu baixo custo e sua facilidade de fabricação e manuseio. Conforme mostram os catálogos, firmas

13 Ibidem, p. 25.

14 GLOAG & BRIDGEWATER, *A history of cast iron in architecture*, 1948, p. 192.

britânicas, escocesas, belgas, francesas e estadunidenses passaram a exportar edifícios divididos em partes de estruturas pré-fabricadas.

> O ferro corrugado atendeu a uma necessidade essencial de cobertura de estruturas de grandes vãos. Mas o material também é ideal para a pré-fabricação devido ao tamanho bem trabalhável das chapas, relativa leveza, resistência e compacidade [...]. Em meados do século XIX, havia alguns poucos fabricantes pioneiros de edifícios portáteis [...]. Mas, por volta de 1840, várias das firmas mais importantes estavam produzindo catálogos de seu trabalho e anunciando em jornais da época. A novidade desses edifícios era tal que atraíram considerável atenção pública. O elenco de produtos cresceu progressivamente ao longo do século XIX [...]. O potencial de exportação de edifícios portáteis foi logo reconhecido pelos fabricantes, e eles foram céleres em explorar esse potencial assim que surgisse a oportunidade, por exemplo, com as corridas do ouro na Califórnia e na Austrália [...].[15]

Embora tenha sido bem-sucedida também em construções nobres, como estufas e pavilhões de exposição (o Palácio de Cristal é o exemplo mais conhecido), a arquitetura de ferro foi muito criticada com o argumento de que seu desenho, de autoria de não artistas, seria de baixa qualidade estética (crítica então feita à maioria dos produtos industrializados). Porém, ao mesmo tempo que era combatida por artistas e artífices, a indústria também prometia um mundo de fartura ao alcance de todos — houve, nesse sentido, "uma batalha pelos estilos, mas não uma guerra de materiais".[16]

Ao mesmo tempo, o ferro teve um papel importante na redefinição da construção como processo. Tom F. Peters entende que, para além dos 'novos' materiais, a mudança fundamental foi o desenvolvimento de um novo "pensamento tecnológico" (*technological thinking*) por um tipo até então inexistente de construtores-pesquisadores-empreendedores. A implantação de grandes infraestruturas de circulação — como o programa de construção de estradas de Napoleão Bonaparte, a transposição dos Alpes com túneis e pontes, e o Canal de Suez — forçou modos de pensar, projetar e construir diferentes dos usuais, articulando estruturas seriadas e monolíticas, sistemas modulares, estática e ciência dos materiais. Entre esses empreendimentos, destacam-se as ferrovias por

15 DADSON, *Rediscovering corrugated iron*, 1994, s.p.

16 SILVA, *Arquitetura do ferro no Brasil*, 1986, p. 25.

terem estabelecido a relação entre velocidade de construção e lucratividade. As ferrovias não eram consideradas 'obras de arte', como na engenharia francesa tradicional, nem faziam parte do escopo da arquitetura; pertenciam à categoria dos equipamentos (*facilities*). Tinham por função facilitar o comércio, como um *meio*, não como um *fim*. Isso fez com que os construtores dessem mais atenção à racionalização dos processos construtivos. As ferrovias tinham que gerar lucro — e logo.[17]

Pela combinação de observação, análise e experiência prática, os novos tecnólogos melhoraram a qualidade dos produtos industriais no setor da construção. Peters nota que os projetistas passaram a raciocinar a partir de matrizes em parte científicas e em parte extraídas da própria prática — portanto, sem excluir valores pessoais e culturais —, e esse raciocínio é o que caracteriza o pensamento tecnológico.

> Tecnólogos [*technologists*] precisam da ciência para analisar projetos e ajudar a controlar o processo de síntese projetual [...]. O pensamento científico ajudou os construtores a compreender o comportamento tecnológico, mas não os ajudou a projetar. Construtores precisavam do raciocínio associativo, a outra metade do pensamento tecnológico, para criar estruturas ou processos. [...] a relação delicada entre análise e síntese caracteriza um processo de projeto maduro. Esse foi mais um passo no desenvolvimento do pensamento tecnológico.[18]

A nova matriz incorporou também o que Peters denomina pensamento *organizacional*. A forma inicial de sistematização projetual dos construtores de pontes, por exemplo, não obedecia a nenhuma hierarquia rígida do todo para as partes. Elementos e conexões padronizados eram concebidos enquanto se trabalhava a forma total, numa espécie de abordagem 'dialética' do projeto, em que a parte é tão importante quanto o todo. Fabricantes e construtores entendiam o projeto e os componentes industrializados como partes de um único processo. Ao mesmo tempo, ainda segundo Peters, essa cultura construtiva foi profundamente influenciada por um raciocínio de caráter militar. Não por acaso, os construtores empregavam a metáfora militar de 'batalha contra a natureza' na descrição de seu trabalho, pois o ambiente de gênese da nova organização dos processos de produção de fato era militar na origem.

17 PETERS, *Building the nineteenth century*, 1996, p. 22.

18 Ibidem, p. 348.

> Os homens que alteraram o curso da construção [...] ou eram oficiais militares, ou pertenciam a um campo que emergiu do treinamento militar. Estratégia e seus desdobramentos, tática e logística, a lógica das linhas de abastecimento, o raciocínio pelo caminho crítico, tudo isso era parte do seu modo de pensar, e quanto mais claramente seguiam o modelo militar, melhor e mais racionalmente organizado era o seu trabalho. Havia pouco pensamento processual nos projetos construídos por homens treinados em serviço, ao passo que o processo era o tema central nos projetos organizados por engenheiros com formação profissional [...]. À medida que as academias de engenharia emergiram das escolas militares e proliferaram ao longo do século XIX, sua influência se ampliou. [...] O conceito de produção e montagem industriais também emergiu da artilharia, e a produção por máquinas de componentes e sistemas inteiros influenciou nossa concepção de construção como processo.[19]

Em suma, os construtores do século XIX, segundo Peters, teriam deslocado o foco da construção do *objeto* para o *processo,* utilizando a mecanização para aumentar a produtividade e desenvolvendo estruturas organizacionais para controlar esse processo. Além disso, as pressões econômicas alteraram o foco da produção da *qualidade* para a *velocidade,* envolvendo também o difícil equacionamento entre tempo e segurança, isto é, vidas humanas. Esse é o dilema do qual derivarão, mais tarde, os estudos científicos de racionalização do trabalho realizados por Taylor e pelo casal Gilbreth.

Operários alemães e engenharia francesa

Ainda antes de a arquitetura do ferro se espalhar pelo mundo, o Brasil importava mão de obra especializada da Europa, o que contribui fundamentalmente para criar as estruturas institucionais e o clima cultural que tornaria viável a importação dos pré-fabricados de ferro. As contratações, pela província de Pernambuco, de uma companhia de operários alemães e do engenheiro francês Louis Léger Vauthier exemplificam esse processo em que racionalização, sistematização, produção em escala e determinações afins se tornam valores almejados.

Sobre a contratação dos alemães e seus desdobramentos, a retrospectiva de Pereira da Costa, de 1900, fornece uma visão geral.

19 Ibidem, p. 354.

> [...] a evolução da arquitetura e da arte de construção entre nós [em Pernambuco] data de 1839, graças à generosa iniciativa do presidente da província [...], que mandou contratar no estrangeiro uma companhia de artistas mecânicos e operários para os trabalhos de obras públicas, que então tinham tomado grande desenvolvimento.
> Todo o pessoal da companhia era alemão, contratado em Hamburgo, tendo por diretor um habilíssimo arquiteto, o engenheiro Augusto Koersting. A companhia compunha-se de 105 artistas, pedreiros, carpinteiros, canteiros e operários diversos, e saltou no Recife no dia 21 de julho de 1839. Os operários começaram logo os seus trabalhos nas diversas obras públicas que se faziam na cidade, como o teatro Santa Isabel, alfândega, cais e outras, e no interior da província, na construção de pontes e estradas. Concluído o tempo de contrato e dissolvida a companhia [em 1843], uma grande parte dos operários estabeleceu-se entre nós, e começou a exercer as suas diversas profissões, difundindo, portanto, com a admissão de discípulos nacionais que aceitaram e mesmo de oficiais para os auxiliar, as regras, os preceitos e tudo quanto sabiam do adiantamento e aperfeiçoamento das artes que professavam.[20]

Embora o texto de Pereira da Costa seja dedicado às "artes" em geral, e não à arquitetura e à construção em particular, ele indica alguns detalhes sobre mudanças introduzidas pelos alemães que tornaram mais velozes e mais baratos os trabalhos de pedreiros e carpinteiros, ou seja, 'racionalizaram' esses trabalhos.

> As pesadas cornijas vagarosamente feitas à mão desapareceram, e deram lugar às novas, que se vulgarizaram, elegantes e rapidamente construídas a molde; e as vergas das portas e janelas dos prédios, feitas de pedra em toda a largura da parede, deram lugar às novas, que dispensavam aquele material, construídas de alvenaria, por meio de símplices, quer fossem retas ou abatidas, semicirculares ou ogivais; além de outros melhoramentos, como a ornamentação arquitetônica, as maiores dimensões às portas e janelas, encimadas por cornijas, que deram um tom agradável e belo às nossas construções; e fato digno de nota, as obras de construção tornaram-se mais baratas, porque desapareceu o trabalho de canteiro do material de pedra, e pela economia de salário que adveio, com o novo sis-

20 PEREIRA DA COSTA, Estudo histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco, 1900, p. 39.

> tema de moldes e símplices nas obras de ornamentação, e na feitura das cornijas e janelas, e outros trabalhos menos complicados, não só da arte de pedreiro, como também de carpintaria.[21]

Já Vauthier chegou ao Brasil um ano depois dos operários alemães, em 1840, como chefe de uma "missão técnica", que deveria conduzir a construção de equipamentos urbanos, edifícios públicos e infraestrutura no Recife e em seus arredores.[22] Na análise de Gilberto Freyre, a ação de Vauthier e de sua equipe abriu caminho para o imperialismo. Ela pode ser classificada como *culture spread,* isto é, propagação cultural por diversos meios: o comercial (mercadorias), o intelectual (ideias) e o social (novos costumes, usos e estilos de vida).[23] "Vauthier representou um tipo de líder de formação ao mesmo tempo acadêmica e técnica: precisamente o tipo de líder aclamado pelos fourieristas e saint-simonistas como essencial às civilizações industriais".[24] O uso do ferro na construção era uma de suas especialidades.

> Vauthier seria um inovador e até um revolucionário em meio assim já afrancesado como o Recife, não tanto por ser francês como por ser um francês de tipo e feitio novo para a própria França. Recém-formado pela Politécnica, isto significava que era moderníssimo no seu saber especializado de engenheiro: modernidade de saber que nele se conservou depois de vários anos de prática na sua especialidade e que tornaria possíveis seus arrojos de introdutor no Brasil de novo tipo de ponte de ferro e do emprego do ferro em arquitetura, como a do Teatro Santa Isabel.[25]

A École Polytechnique de Paris primava pela formação profissional técnico-científica em engenharia, assim como em geografia e ciências

21 Ibidem, pp. 39–40; cf. AULER, *A companhia dos operários, 1839–1843: subsídios para estudo da emigração germânica no Brasil*, 1959.

22 Uma fonte importante sobre o tema é o livro de Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil* ([1939] 1960), o primeiro de sua obra sociológica acerca da influência estrangeira na cultura brasileira do século XIX, que inclui, ainda, *Ingleses no Brasil* ([1948] 2000), *Nós e a Europa germânica* (1971), *Homens, engenharias e rumos sociais* (1987), *Ferro e civilização no Brasil* (1988). Decerto Freyre usa a expressão "missão técnica" em analogia à chamada Missão Artística Francesa, que chegou ao Brasil em 1816, liderada pelo arquiteto Grandjean de Montigny, com a tarefa de fundar uma academia de Belas Artes no Rio de Janeiro.

23 FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, [1939] 1960, p. 224.

24 Ibidem, p. 467.

25 Ibidem, p. 62.

sociais. Os engenheiros franceses foram pioneiros na concepção de um planejamento urbano e territorial, desenvolvendo os recursos técnicos e estratégicos necessários ao domínio do território francês, entre eles a construção de 'pontes e caminhos' para a circulação de mercadorias e pessoas (incluindo os exércitos).[26]

> Eram assim os homens da Escola Politécnica de Paris nos primeiros decênios do século XIX: cientistas que das ciências físicas, químicas e matemáticas se projetavam nos estudos econômicos, sociais e políticos; e chamados à vida pública se empenharam em aplicar a ciência à política, à indústria, às artes nacionais francesas, dando a todas as nações da época o exemplo de que os sábios podiam — e deviam — ser homens de ação, orientando a modernização das nações — dos seus sistemas nacionais e das relações internacionais — em sua nova fase de nações industriais e mecanizadas. É esse ambiente que me parece poder ser denominado messiânico: messianismo técnico-científico-social, caracterizado por um empenho da parte de vários dos sábios alongados em homens públicos no sentido da integração de valores dispersos com os da ciência e os da indústria, os da ciência social e os da ciência física e química.[27]

As principais tarefas contratuais de Vauthier foram a construção da alfândega, do cais e do Teatro Santa Isabel, o plano de alinhamento das ruas, o levantamento topográfico para um plano de abastecimento de água no Recife e uma estrada. Mas ele também prestou consultoria particular a diversos senhores de engenho, para aumentar o desempenho de seus equipamentos, e propôs um *Plano geral de melhoramentos* para a província de Pernambuco — a partir de uma *Planta geral da província*, vislumbrava uma rede de estradas que traria desenvolvimento econômico. A perspectiva de Vauthier era típica dos politécnicos: a 'técnica científica' lhe conferia o prestígio social para influenciar também a administração pública. Assim, uma de suas primeiras providências foi a centralização administrativa em vista do que chamava de "necessidade de unidade na direção dos serviços de construção". Dela resultou uma reforma administrativa baseada nos princípios de homogeneidade, unidade e hierarquia, oficializada no *Novo Regulamento da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco.* Para viabilizar seus planos

26 Cf. PICON, *French architects and engineers in the age of Enlightenment*, [1988] 1992.

27 FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, [1939] 1960, p. 446.

diante dos limitados recursos da província, o engenheiro apresentou ainda a proposta de atrair capitais estrangeiros.

Importa aqui que os episódios dos operários alemães e do engenheiro francês exemplificam um processo de transformação ou *culture spread* — na expressão de Freyre — que desvalorizou, econômica e socialmente, práticas produtivas e administrativas mais antigas, colocando em seu lugar novos ideais e rudimentos de novas práticas, mas não uma nova estrutura produtiva completa. Esse contexto em que racionalização, sistematização e produtividade são admiradas sem serem realizadas formará o mercado consumidor perfeito para a arquitetura do ferro.

Tecnologia incompleta

A arquitetura do ferro no Brasil foi, antes de tudo, uma mercadoria importada. Ainda que qualquer discussão sobre a construção civil deva ser matizada pelo reconhecimento de sua complexidade,[28] a chave para compreender a 'racionalização abandonada' está nessas relações econômicas. A tecnologia construtiva do ferro chegou ao Brasil por um esforço imperialista e monopolista de países europeus para aumentar seu mercado consumidor de produtos industrializados e garantir sua exclusividade na compra de matérias-primas do 'novo mundo'. Esse movimento foi precedido e acompanhado da contratação de mão de obra e expertise europeias, suficiente para transformar (e anular) tecnologias locais e para operar a montagem dos produtos importados, mas nunca para possibilitar uma produção local independente.

Assim, as cidades brasileiras em que se instalaram conjuntos significativos de edificações com o sistema do ferro foram aquelas de economias baseadas na exportação de matérias-primas: borracha em Manaus e Belém, algodão em Fortaleza e cana-de-açúcar no Recife. A adoção da arquitetura do ferro em tais cidades se deve à barganha de

28 "A construção é o único ramo claramente diferenciado da indústria manufatureira, com características e variáveis econômicas muito difíceis de se identificar e, ainda mais, de avaliar quantitativamente, devido à sua enorme dispersão não somente geográfica como também ao longo do ciclo de produção (pela intervenção de pequenas produções fragmentárias que se caracterizam por ter, por sua vez, insumos macroeconômicos de medição complexa). Essa estrutura setorial faz com que seu estudo seja difícil, pela complexidade dos problemas suscitados, como pela indiscutível necessidade de elaborar teorias e modelos que lhe sejam próprios [...]" (Mascaró, *Análise macroeconômica da indústria da construção de edifícios como fator de desenvolvimento nacional*, 1975, p. 7).

suas commodities por produtos industrializados europeus, não a qualquer intenção de racionalizar a construção por aqui, e o declínio dessa arquitetura se deve às crises nas exportações daquelas commodities, não a críticas éticas, estéticas ou mesmo técnicas.

Sem dúvida, o sistema do ferro influenciou procedimentos construtivos, regimes de organização do trabalho, aspectos simbólicos e ideológicos relacionados à modernização arquitetônica e urbana, mas a construção civil local nunca incorporou a racionalidade técnico-científica subjacente a essa mercadoria. A tecnologia utilizada localmente se resumia à etapa de montagem, não incluindo as etapas de pesquisa, projeto e fabricação de componentes. Não houve, portanto, aquela percepção da totalidade do processo construtivo que, segundo Peters, teria redefinido o foco da racionalidade construtiva do objeto para o processo. Limitado às operações de montagem e privado da experiência de mecanização industrial propriamente dita, o setor da construção não se apropriou dessa parte da mudança de mentalidade. Portanto, já o primeiro sistema tecnológico racionalizado teve aqui implantação incompleta.

Nesse sentido, ele correspondeu ao que o arquiteto argentino Victor Saúl Pelli chamou de "tecnologia formal adaptada". Apesar de certo viés determinista e foco na noção de cultura em detrimento da macroeconomia, o esquema de Pelli é útil para analisar tais processos incompletos de transferência. Pelli supõe três grandes tipos de estruturas tecnológicas: as centrais, as periféricas e as autóctones. Em todas elas se desenvolvem arranjos para articular as práticas propriamente ditas (o fazer), um sistema de regras (o que e como fazer) e a transmissão do conhecimento a gerações futuras (institucionalizada ou não). Ou seja, elas desenvolvem estratégias para articular o que, em termos formais, chamaríamos de produção, normalização e ensino.

A construção nos países centrais corresponde à "tecnologia formal" hegemônica. Sua base histórica e social é a cultura europeia, cujos valores perpassam toda a sua estrutura de funcionamento, dos materiais a procedimentos, ferramentas e normas. O processo de consolidação dessa estratégia tecnológica na Europa não existiria sem instituições sociais mais amplas, como o sistema monetário, o sistema de pesos e medidas, os idiomas escritos, a organização de serviços de infraestrutura (energia elétrica, água e esgoto, comunicações e rede viária) e o "manejo científico das leis naturais e matemáticas".[29] Já nos países

29 PELLI, Notas para uma tecnologia apropriada à construção na América Latina, 1989, p. 13.

periféricos, prevalecem as estratégias tecnológicas de caráter informal — a que recorrem as pessoas em situação mais precária, lançando mão de fragmentos de sistemas tecnológicos autóctones ou formais (as favelas seriam um produto típico desse movimento de produção) — e, sobretudo, a chamada "tecnologia formal adaptada".

A tecnologia formal adaptada é uma espécie de empréstimo parcial da tecnologia formal, em que os elementos são transpostos de um contexto a outro (ou de um mercado a outro) sempre de modo incompleto: ora a matéria-prima é de qualidade inferior, ora falta parte das ferramentas ou do treinamento da mão de obra, ora inexiste a normalização que asseguraria a coordenação em todas as etapas da produção. O esquema de Pelli descreve um fluxo permanente e unidirecional de materiais, componentes, ferramentas, formas de organização, know-how, licenças, patentes, bibliografia, profissionais e capital do centro para a periferia, que corresponde ao fenômeno da arquitetura do ferro no Brasil: a tecnologia foi transferida apenas na medida imprescindível à comercialização e ao consumo dos produtos, e nunca a ponto de oferecer domínio completo de seus processos.

Em outras palavras, por mais que a arquitetura do ferro fosse racionalizada na perspectiva e no contexto europeus, ao desembarcar aqui, passava a constituir uma irracionalidade, um contrassenso. Arrisco até especular que os montadores locais dessa arquitetura do ferro tenham sido obrigados a inventar mil e um expedientes para dar conta de sua tarefa. Talvez por isso a chamada racionalização tenha despertado tão pouco interesse entre os gerentes locais da produção capitalista de construções.

[2010]

A missão técnica de Vauthier

Roberto E. dos Santos

Com temas afins aos do capítulo anterior, este texto, escrito para um seminário e um livro sobre o engenheiro Louis-Léger Vauthier, põe ênfase na proposição de uma historiografia da arquitetura menos centrada em grandes obras e mudanças estilísticas, e mais articulada às condições macro e micrológicas de sua produção. Ele situa a atuação de Vauthier na província de Pernambuco, em meados do século XIX, evidenciando como as transformações que ela deveria promover se articulavam àquele contexto econômico, tecnológico e político.[1]

Da missão artística à missão técnica

> Daquela Meca, daquela Escola quase messiânica que era a Politécnica de Paris, é que chegara ao Recife um engenheiro francês à frente de uma missão técnica, cuja presença no Brasil viria a marcar uma das maiores revoluções na vida brasileira [...].[2]

A expressão Missão Artística Francesa designa um dos episódios mais celebrados na historiografia da arquitetura brasileira: a atuação de um grupo de artistas comandado pelo arquiteto Grandjean de Montigny e todas as mudanças estilísticas aí implicadas. Em contrapartida, quase não comparece nessa historiografia o que Freyre, numa alusão aparentemente irônica, chama de "missão técnica" de Vauthier. Decerto as razões disso, pelo menos em parte, estão no fato de a historiografia da arquitetura ser tradicionalmente centrada nas formas arquitetônicas, nas cadeias de influências mestre-discípulo e nas filiações estilísticas, deixando em segundo plano as transformações sociais de que esses fenômenos são parte.

1 Primeira publicação: A missão técnica de Vauthier: produção do espaço construído no Brasil do século XIX. In: Claudia Poncioni; Virgínia Pontual (eds.). *Un ingénieur du progrès: Louis-Léger Vauthier entre la France et le Brésil*. Paris: Michel Houdiard, 2010, pp. 387–396.

2 FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, [1939] 1960, p. 56.

Ainda assim, ou talvez por isso mesmo, a investigação que Gilberto Freyre empreende acerca do engenheiro Louis Léger Vauthier contém pelo menos dois aspectos de interesse para a arquitetura. Por um lado, seus estudos podem servir de modelo para uma necessária renovação da historiografia da arquitetura, tanto no que se refere ao enfoque metodológico, já que leva em conta as dimensões antropológica, econômica e política do contexto de atuação de Vauthier, quanto no que se refere às escalas de seleção e análise de material historiográfico. Décadas antes da micro-história italiana ou da história cultural francesa, Freyre já buscava, por exemplo, o registro de agentes anônimos e de seu cotidiano.[3]

É fato, as transformações teóricas e metodológicas da historiografia do século XX ainda não chegaram ao campo da arquitetura. Desde que se constituiu como campo de estudos, a história da arquitetura mantém-se como uma história dos estilos, centrada na análise da arquitetura monumental, extraordinária, interessada somente nas grandes obras e nos grandes arquitetos. Em contrapartida, por meio das memórias do engenheiro Vauthier e da recomposição de seu cenário de atuação realizada por Freyre, é possível dar relevo às mudanças ocorridas na produção do ambiente construído brasileiro de meados do século XIX. Mudanças essas que vão desde a centralização administrativa dos serviços públicos e a implantação de uma nova organização do trabalho nos canteiros de obra até a adoção de novos materiais e técnicas construtivas, de novos formatos para as construções e da reconfiguração da paisagem urbana de cidades como Recife.

Pautando-se nesses aspectos do trabalho de Freyre, esta discussão busca contribuir para a revisão crítica da história e da historiografia da arquitetura brasileira, evidenciando alguns nexos entre renovação estilística e tecnológica e mudanças nas relações envolvidas na produção do espaço construído, tendo por fonte o material desenvolvido por Freyre e por seu discípulo Guilherme Auler sobre a presença de Vauthier no Brasil.

Analogamente ao trabalho de Freyre, esta abordagem inclui a conjuntura política e econômica, especialmente as mudanças no trabalho e a renovação da oferta de materiais de construção, na consideração da forma dos edifícios e da cidade, tendo como ponto de partida dois aspectos: primeiro, que o ambiente construído, por ser suporte, cenário,

3 ANDRADE, A história microscópica de Gilberto Freyre e a micro história, 2008, pp. 7–8.

instrumento e produto das relações sociais, traz em si a marca dessas relações, expressas nas configurações espaciais e nos processos construtivos; e segundo, que toda modificação nas técnicas construtivas e nos estilos arquitetônicos está associada a modificações na organização do trabalho e a disputas por controle e poder. A produção do espaço construído não é regida pelo desenvolvimento técnico ou pela evolução estilística, mas pela lógica de controle dos processos produtivos.[4]

Cenários

Em 1808, pressionada pela expansão napoleônica na Europa, a família real portuguesa se transfere de Lisboa para o Rio de Janeiro. Entre as primeiras ações do Governo Imperial está a chamada abertura dos portos e, com isso, a liberação da entrada de novas especialidades profissionais, tais como "artistas, engenheiros, mestres, parteiras, comerciantes, cozinheiros, pasteleiros, modistas, retratistas, propagandistas de drogas, representantes de indústrias".[5] Consolida-se uma nova forma de influência europeia no Brasil, iniciando assim um período de grande renovação cultural que tem por motor as mudanças na esfera política e econômica.[6]

No entanto, na primeira metade do século XIX, a conjuntura brasileira apresenta alguns entraves ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção. O Brasil conta, então, com uma população de cerca de três milhões de pessoas, dos quais um terço são escravizados, e, comparadas às da Europa, são baixas as taxas de urbanização. Praticamente não existe mercado interno, são escassos os trabalhadores urbanos livres e é precário o sistema de transportes. A transposição de tais dificuldades se faz a partir de capital estrangeiro.[7]

4 FERRO, O canteiro e o desenho, [1976] 2006.

5 FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, [1939] 1960, p. 219.

6 Além de estimular o afluxo de novos profissionais, técnicas e produtos ligados à construção, o Governo Imperial preocupa-se em criar no Brasil as condições para a reprodução do modelo cultural europeu, implantando o ensino superior de engenharia e arquitetura, com uma escola de engenharia militar (futura Escola Politécnica do Rio de Janeiro) e a Academia de Belas-Artes (subproduto da Missão Artística Francesa que mais tarde tornar-se-á a Escola Nacional de Belas Artes).

7 Com a abertura econômica imperial, o comércio de cidades como Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e São Luís passa a ser dominado por estrangeiros, sobretudo ingleses, que negociam quase exclusivamente mercadorias importadas (cf. HARDMAN & LEONARDI, *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*, [1982] 1991, p. 39).

A província de Pernambuco tem sua base econômica, agroindustrial, profundamente alterada ao longo da primeira metade do século XIX. Entre 1818 e 1852, o número de engenhos de açúcar cresce cerca de sessenta e cinco por cento. Tal crescimento resulta de três causas principais: o fim das medidas restritivas à produção impostas pela Coroa portuguesa (em 1827 é revogada a lei de licenciamento de construção de novos engenhos e abolida a fixação de preços do açúcar); o crescimento do controle dos engenhos por comerciantes de açúcar ingleses; e a expansão do mercado internacional e da industrialização em todos os setores da economia.

No cenário mundial estão em jogo a concorrência com o açúcar de beterraba, cujo consumo mundial aumenta seis vezes entre 1840 e 1880, e a concorrência com as colônias francesas, inglesas e holandesas do Caribe, que utilizam processos mecanizados de fabricação de açúcar de cana.[8]

A industrialização torna-se um imperativo para que a província de Pernambuco se integre ao mercado mundial. Por pressão dos interesses estrangeiros e por incentivo da administração provincial, os engenhos são forçados a incorporar novos processos de fabricação de açúcar, importando equipamentos e técnicos para montá-los e operá-los. Em consequência, multiplicam-se no Recife as importadoras inglesas, cujos capitais financiam a requerida inovação tecnológica e gradativamente vão assumindo o controle da produção açucareira. Ao mesmo tempo, o capital de origem inglesa também financia a construção de infraestrutura para escoamento da produção, como, por exemplo, as estradas de ferro para atendimento da zona canavieira e a ampliação do porto de Recife.[9]

Iniciada em 1852, a política de estímulo à produção açucareira da província de Pernambuco cria as condições fundamentais para a acumulação de capital. Essa política tem por carro-chefe a implantação dos chamados "engenhos centrais", isto é, fábricas inteiramente fabricadas na Europa e apenas montadas aqui. Dispostas estrategicamente, tais fábricas recebem matéria-prima dos produtores locais, que paulatinamente perdem o monopólio da atividade produtiva. O resultado disso é a separação entre propriedade fundiária e propriedade dos meios de produção.[10]

8 WANDERLEY, *Capital e propriedade fundiária*, 1979 pp. 32, 36.

9 Ibidem, p. 36.

10 Ibidem, pp. 34, 42.

Mais dois aspectos são igualmente importantes nesse cenário. De um lado, a Lei de Terras,[11] que institui a compra como única forma de acesso à terra que, uma vez adquirida de forma onerosa, passa a ser equivalente de capital. E, de outro lado, está também em jogo uma mudança nas relações de produção, isto é, a substituição da mão de obra escravizada por mão de obra assalariada. Se a comercialização de terras obstaculiza a propriedade imobiliária aos que não dispunham de capital, ela também abre espaço para a importação de trabalhadores livres, em vista de não haver no Brasil, naquele momento, uma oferta significativa desses trabalhadores. Os governos provinciais assumem a questão da escassez de mão de obra, dando início ao que poderia ser definido como uma política de imigração.

É, portanto, um contexto de grandes mudanças, tensões e contradições o que vai encontrar Vauthier ao chegar ao Brasil em 1840. Contratado pela província de Pernambuco para projetar e construir edifícios públicos e infraestrutura urbana no Recife e arredores, Vauthier aí permanece até 1846, atuando também na reforma da máquina administrativa do governo provincial, em registros cartográficos e em consultorias técnicas aos engenhos de açúcar.

Vauthier por Freyre

Gilberto Freyre dedicou a Vauthier o livro *Um engenheiro francês no Brasil*, marcado pelo foco nos "microagentes do cotidiano" e pela utilização de fontes primárias inusitadas para a época. Além do *journal intime* de Vauthier, Freyre pesquisa anúncios de jornais e correspondência consular, afastando-se da "história positivista em proveito de uma narrativa mais atenta aos aspectos cotidianos".[12]

Freyre estabelece para Vauthier um lugar ambíguo, situado entre *culture spread* e *policy sciences*. Isso quer dizer que sua presença no Brasil é vista como parte da difusão da cultura europeia em diversas frentes: consumo de novos produtos, apropriação de novas ideias, costumes e modismos, e incorporação de novos estilos de vida, vislumbrando aí uma espécie de preparação de terreno para a política imperialista de fins do século XIX. Ao mesmo tempo, Freyre ressalta na ação de Vauthier

11 Lei 601/1850. Em seu artigo 1º, a Lei de Terras reza: "Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra".

12 ANDRADE, A história microscópica de Gilberto Freyre e a micro história, 2008, pp. 7–8.

a aplicação das ciências sociais na administração pública, característica do socialismo utópico, que quer humanizar o progresso industrial e resguardar valores da civilização contra o liberalismo econômico.[13]

Vauthier é definido por Freyre como um "burguês emancipado pela Revolução Francesa", para quem a educação formal tem um peso extraordinário.[14] As novidades que traz consigo estão diretamente relacionadas à sua formação na École Polytechnique, então notória como centro de saber e pela excelência no ensino de engenharia, em cujo currículo estão incluídas a geografia e as ciências sociais. Responsável pela formação de quadros técnicos para o funcionalismo público francês, a Politécnica de Paris é, naquele momento, um modelo de educação copiado em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil.

O modelo tecnicista politécnico, para além de colocar a ciência e a técnica a serviço da atividade produtiva e do comércio, em nome do progresso da humanidade, faz-se responsável pela afirmação e pela legitimação pública da figura do engenheiro. Os engenheiros passam a exercer uma influência maior e mais decisiva que a dos arquitetos no desenho e na produção do espaço, especialmente porque são capazes de articular poder político e conhecimento técnico. A sistematização de conhecimento dos politécnicos é estratégica e dá conta de instrumentar o planejamento, em escala urbana e regional, afinando a concepção de projetos e a realização de obras aos interesses do capital. A grande mudança incorporada pelo grupo social dos engenheiros franceses é, portanto, de caráter político: eles assumem um papel de comando na máquina do Estado planejador.[15]

Ainda que seus membros nem sempre tenham consciência disso, a constituição do grupo social dos engenheiros está intimamente ligada ao modelo econômico liberal. Essa nova fase do capitalismo, na versão industrial e imperialista, busca a acumulação em escala mundial, mediante uma estratégia que conjuga o controle sobre a exportação de produtos industrializados e a importação de matérias-primas, constituindo nas antigas e novas colônias europeias verdadeiros monopólios e mercados consumidores cativos.

A expansão internacional do capitalismo sob domínio europeu condiciona o desenvolvimento econômico das nações periféricas à

13 FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, [1939] 1960, p. 224.

14 Ibidem, pp. 444–445.

15 PICON, *French architects and engineers in the age of Enlightenment*, [1988] 1992, p. 333.

reprodução ampliada do capital internacional. O que se denomina naquele momento 'economia mundial' não é propriamente a justaposição de países que mantêm relações comerciais em bases equânimes, mas um todo hierarquicamente estruturado, com papéis bastante bem definidos quanto à divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, o imperialismo é ao mesmo tempo obstáculo e motor do desenvolvimento capitalista nos países dominados.[16]

Tecnologia

Antes da abertura da economia brasileira ao mercado estrangeiro, ao longo de todo o período colonial, a atividade construtiva está a cargo dos 'mestres de risco' e 'construtores licenciados' que trabalham na construção de edifícios públicos e igrejas. Outras construções, sobretudo as habitações, são erigidas sem a interferência de especialistas. Engenheiros e arquitetos são raros e, de modo geral, atuam somente em edifícios públicos de vulto, tais como fortificações e arsenais. As técnicas construtivas seguem um padrão regulado pela oferta de materiais locais: adobe e pau a pique nas construções do interior, e pedra e cal nas construções litorâneas. Mesmo depois da chegada da Missão Artística Francesa em 1816, tijolos e telhas franceses, vidro e artefatos de ferro ingleses, folhas de Flandres e outros materiais de construção industrializados convivem por muito tempo com técnicas construtivas coloniais.[17]

No Brasil, as inovações tecnológicas de origem europeia são absorvidas apenas parcial e precariamente. Enquanto na Europa a construção civil passa a ser determinada por uma espécie de "pensamento tecnológico", cuja tônica está na racionalização de processos com base em observação e experimentação sistemáticas,[18] contrariamente, no Brasil não se desenvolve nenhum sistema tecnológico de fato adaptado às condições locais e tampouco se implementa uma política de incentivo à indústria nacional.[19] O ideário relacionado à racionalização de processos e à padronização de procedimentos é apropriado quase que

16 Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 1995, pp. 18–19.

17 Rocha-Peixoto, *Reflexos das luzes na terra do sol*, 2000, p. 264.

18 Peters, *Building the nineteenth century*, 1996, p. 348.

19 Pelli, Notas para uma tecnologia apropriada à construção na América Latina, 1989, p. 32.

exclusivamente no âmbito administrativo, especialmente naquilo que se refere à centralização de processos decisórios. Ainda que tenha havido iniciativas locais, como as que Freyre chama de "inovações anglo-brasileiras", como é o caso da Fundição Starr instalada no Recife em 1829,[20] prevalece no Brasil uma produção baseada na abertura de pacotes tecnológicos e sem articulação entre empresa comercial e pesquisa aplicada.

Exemplo disso é a chamada arquitetura do ferro. Em grande parte, a utilização do ferro nas edificações, não somente no Brasil mas em todo o mundo, é resultado do esforço de ampliação de mercado para a abundante produção inglesa que, de resto, também promoveu o uso desse material em muitos outros setores, de utensílios domésticos a ferrovias, de postes e bebedouros a cabines, passarelas e estações.[21] A arquitetura do ferro, em geral descrita na história da arquitetura como uma nova vertente estilística, é, também, um expediente da indústria. A produção de edifícios portáteis e comercializáveis mundialmente é impulsionada pela necessidade de aumento do consumo.

Mas é fato que tais sistemas racionalizados são aplicados na configuração de um novo cenário urbano. O desenvolvimento das cidades impulsiona a construção civil, e uma verdadeira onda de modernização varre as cidades. Em nome do saneamento e da higiene, promove-se o redesenho do traçado urbano, a reordenação interna das habitações, a construção de pontes, redes de água e esgotos, o remodelamento de portos, a abertura de estradas de ferro. Está em curso a construção da cidade do capitalismo industrial, a cidade planejada, saneada, 'embelezando-se' com novas ruas, praças e edifícios de novo padrão estético. Tais mudanças urbanas são concomitantes à integração do Brasil no mercado internacional numa posição periférica.

Trabalho

As principais tarefas contratuais de Vauthier no Brasil são o projeto e a construção da alfândega, do cais, do Teatro Santa Isabel e de dezoito pontes, a concepção do plano de alinhamento das ruas e de abastecimento de água para o Recife, o mapeamento da província de Pernambuco e estudos acerca de uma estrada para escoamento da produção dos engenhos de cana-de-açúcar. Estão incluídos também uma reforma da

20 FREYRE, *Ferro e civilização no Brasil*, 1988, p. 64.

21 SILVA, *Arquitetura do ferro no Brasil*, 1986, p. 15.

administração pública e estudos da paisagem humana e social. O *Plano geral de melhoramentos* que propõe para a província de Pernambuco é de fato uma estratégia de planejamento regional. A partir da realização de uma *Planta geral da província*, Vauthier vislumbra a concepção de um plano de estradas, voltado para o desenvolvimento econômico, numa perspectiva típica dos politécnicos.[22]

Entre as primeiras providências de Vauthier está a centralização administrativa em vista da "necessidade de unidade na direção dos serviços de construção", materializada numa reforma administrativa com base em princípios saint-simonistas de homogeneidade, unidade e hierarquia, que resulta no *Novo Regulamento da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco*.[23]

Visionário e estratégico, Vauthier chega, ainda, a fazer indicações para o currículo de uma escola de engenharia. Para viabilizar a realização de seus planos e obras, o engenheiro francês apresenta a proposta de atrair capitais estrangeiros como uma alternativa aos limitados recursos disponíveis ao governo provincial. Além de livros e anuários, a presença estrangeira é responsável pela incorporação de novos instrumentos de trabalho — tais como círculo de bordo, horizonte artificial, bomba de Arquimedes — e tem por consequência a modernização das práticas profissionais, a exemplo da carpintaria e da marcenaria. Apesar de certa resistência inicial dos oficiais da área, acaba se instalando no Recife a Escola Bérenger para marceneiros, uma oficina-escola responsável pela formação de inúmeros profissionais e pela produção de peças de mobiliário de qualidade reconhecida.[24]

Aos poucos a 'técnica revolucionária' vai mostrando sua eficiência e colocando em xeque as técnicas tradicionais. As inovações introduzidas por Vauthier são radicais e utilizam o que existe então de mais moderno, a exemplo da solução técnica para a reforma do Teatro Municipal de Recife, em que se destaca o uso do ferro e do vidro, conforme atesta o "Relatório do Engenheiro-Chefe ao Presidente da Província":

> [...] o travejamento, a coberta do telhado e respectivas tesouras do telhado serão em ferro batido. As colunas, as varandas, as escadas, o arco do cenário, serão de ferro fundido. O forro da sala de espetáculos constará de um

22 FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, [1939] 1960, p. 309.

23 Ibidem, p. 309.

24 Ibidem, pp. 266–276.

> grande caixilho de ferro fundido com vidros de diferentes cores, e suspenso do travejamento do grande salão, por varões de ferro batido. A casa de espetáculos será ornamentada com seis colunas da ordem coríntia, e as quatro ordens de camarotes serão sustentadas sobre quatro ordens de colunas.[25]

São notáveis também as alterações no modo de construir, com "aperfeiçoamento e progressos das artes de pedreiro", tais como a substituição do uso de pedras por "peças a molde", e inovações na técnica da alvenaria de tijolos cerâmicos, que passam a ser utilizados em vergas e fundações, substituindo as pedras.[26] Essas mudanças estão refletidas nas alterações estilísticas, isto é, na "ornamentação arquitetônica".

> As casas baixas, geralmente de quatro águas, com alpendres sobre pilares, deram lugar aos prédios elegantemente construídos, com os seus frontões e colunatas, de formas e arquitetura diferentes, no meio de jardins e pomares, fechados por gradil e portão de ferro e por fim a novos gêneros de construção, ao elegante chalé, com toda a beleza do seu tipo original, e a luxuosas habitações com a sua frontaria de mármore, belamente arquitetadas, desde o modesto estilo toscano até o imponente gótico, e o belo mourisco, que dão às nossas estradas suburbanas e aos arrabaldes da cidade um aspecto imponente e agradável.[27]

A renovação estilística é feita a partir da utilização de produtos estrangeiros industrializados e tem o apoio do Governo Imperial que lhes concede privilégios. Um edito de 1808 proíbe o uso de gelosias e urupemas, chamadas pejorativamente 'góticas' ou 'turcas', portanto indignas da cidade que se moderniza à moda europeia: dá-se,"em todos os sobrados nobres, a substituição das 'vergonhosas gelosias' por janelas de vidro com varandas de ferro. De modo que quando se falava em 'casa nobre' do centro da cidade já se entendia que era casa não só assobradada como envidraçada; e que suas varandas eram de ferro".[28]

Paralelamente, dá-se também o barateamento das construções, em razão, por exemplo, do desaparecimento do oficial de cantaria "e

25 Ibidem, p. 492.

26 Pereira da Costa, Estudo histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco, 1900, pp. 39–40.

27 Auler, *A companhia dos operários: 1839–1943*, 1959, pp. 5–6.

28 Freyre, *Ingleses no Brasil*, [1948] 2000, p. 203.

pela economia de salário que adveio, com o novo sistema de moldes e símplices nas obras de ornamentação, e na feitura das cornijas e janelas, e outros trabalhos menos complicados, não só da arte de pedreiro, como também de carpintaria".[29] Desaparecem também as profissões de latoeiro e caldeireiro.

As novas técnicas e o novo estilo, como se vê, não somente definem uma nova paisagem dos centros urbanos, mas interferem profundamente na organização e nas relações de trabalho, e, por consequência, nos preços de serviços, estilos de construção e na utilização de materiais.

> A pintura de casas parece ter-se tornado, no Recife, desde a primeira metade do século XIX — talvez desde os dias dos operários de construção (pedreiros, carpinteiros, canteiros), trazidos da Europa germânica pelo governo de Boa Vista e com os quais se operou em Pernambuco verdadeira revolução nos estilos de construção e de decoração não só de edifícios como de pontes e de estradas — especialidade de alemães. Mas já em 1837, o *Diário de Pernambuco* publicava, entre anúncios do 3 de outubro, o de certo Pedro Mueller, 'pintor de casas, taboletas, letreiros e de ornamentos de casas'.[30]

Entrave à atividade da construção num novo arranjo produtivo, as relações de trabalho vigentes sofrem pressão por mudança, num contexto em que estão em jogo o trabalho livre, o trabalho escravizado e o trabalho regulado pelas corporações de ofício.

> A relação dos preços dos produtos [...] [e] técnicas francesas — cujos mestres, em anúncios, quase sempre destacam a modicidade dos seus preços — com os dos antigos ofícios, em grande parte exercidos por mão de escravo, nos põe diante de um problema econômico interessantíssimo, de conflito do trabalho livre e moderno com o escravo e arcaico. Deve porém notar que — e esse fato pode ser observado, até certo ponto, através de anúncios de jornais que deixam ver escravos — negros adultos e mulecotes — ao serviço dos novos mestres europeus — que nem as artes e os ofícios no Brasil colonial anterior à chegada dos franceses e de outros europeus se achavam inteiramente nas mãos de escravos — havendo, como já observamos, corporações de artistas livres — nem os novos técnicos chegados

29 PEREIRA DA COSTA, Estudo histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco, 1900, p. 40.

30 FREYRE, *Nós e a Europa germânica*, 1971, pp. 70–71.

da Europa prescindiam do trabalho escravo. Houve acomodação, ajustamento, uma transição mais suave do que à primeira vista pode parecer, de uma ordem econômica para a outra.[31]

A atuação dos artífices estrangeiros está amparada tanto pela Constituição Política do Império, de 1824, que extingue as corporações de ofício, quanto pela decisão do governo da província de Pernambuco de contratar operários livres em vez de escravizados. Antes da Constituição de 1824, parece haver conflitos entre as corporações e os senhores de escravos habilitados ao trabalho especializado. Muitos senhores alugavam seus escravos-oficiais para a prestação de serviços a terceiros. Existiam no Recife escravizados ourives, carpinteiros, marceneiros, pintores, ferreiros e empalhadores.

> Contra essa 'exploração do trabalho escravo' — a do período anterior à predominância da nova técnica e dos novos técnicos europeus entre nós — vê-se pelos livros das câmaras de Olinda e do Recife do século XVIII [...] que se 'opunham já os juízes de ofícios e os escrivães em meados do século XVII, negando-se não só a submeterem a exame profissional tais escravos, a fim de livremente trabalharem nas suas respectivas oficinas ou em tendas abertas, sem embargo de que ordinariamente eram eles bons oficiais de ofícios, como se opondo a que câmara lhes desse licença para livremente trabalharem'.[32]

Pela dificuldade de encontrar trabalhadores locais dispostos e competentes, o governo provincial manda contratar na Europa, precisamente em Hamburgo na Alemanha, uma "companhia de operários", organizada segundo um modelo militar. Embora tenha se instalado no Recife um pouco antes de Vauthier, a companhia é prontamente incorporada aos planos do engenheiro, que passa a supervisioná-la.

> Cuidou também de absorver definitivamente na sua Repartição a chamada companhia de operários engajados, companhia que, apesar de serem as suas despesas incluídas nas das obras públicas, conservava-se independente. Incorporaria assim ao serviço das Obras Públicas o resto dos operários vindos da Europa [...]. [Vauthier] escrevia ao presidente da Província em

31 FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, [1939] 1960, p. 262.

32 Ibidem, p. 264.

> 5 de fevereiro de 1844 — '[...] são certamente mestres e oficiais de muita habilidade e boa conduta [...] e muito desejável de que eles fiquem estabelecidos neste país onde contribuirão bastante a divulgar os processos especiais da profissão que exercem'.[33]

Depois de concluído o prazo contratual, muitos dos operários se estabeleceram no Brasil, passando a exercer diversas profissões e ajudando a difundir as técnicas que dominavam no treinamento de aprendizes, aliás admitidos desde quando estavam incorporados à companhia, cujo contrato previa também o ensino das artes e ofícios a aprendizes brasileiros.

Por uma renovação na historiografia da arquitetura

Conforme dito anteriormente, o trabalho de Freyre acerca de Vauthier e da influência estrangeira na cultura brasileira serve duplamente como lição para a historiografia da arquitetura. De um lado, preenche parte da lacuna historiográfica sobre o próprio Vauthier e sua missão técnica, e de outro, apresenta-se como um modelo metodológico que considera as dimensões socioantropológica, política e econômica em torno da figura histórica de Vauthier, a partir do que é possível identificar nexos entre as transformações nas técnicas e na organização do trabalho, e as alterações na forma dos edifícios e na paisagem urbana.

O episódio protagonizado por Vauthier no Recife de meados do século XIX nos serve de argumento em defesa de uma revisão crítica da historiografia da arquitetura, de modo a que se instale uma perspectiva abrangente, que inclua análises mais profundas dos contextos de produção dos objetos arquitetônicos e da cidade, e se desdobre também sobre: como ensinamos as futuras gerações e o papel desempenhado por essa tarefa na reprodução social; como o conhecimento está organizado e os interesses implicados em seus pressupostos tácitos, naturalizações e lacunas; as práticas profissionais e seu endereçamento; o lugar do projeto e da atividade construtiva no interior da economia; e, em especial, a consideração da arquitetura para além da obra extraordinária e do monumento.

Resta ainda mencionar um último aspecto que, embora não esteja em foco neste trabalho, a ele se articula e poderia ser tema de uma futura

33 Ibidem, p. 314.

investigação, colocando-se, portanto, como uma questão aberta: em que medida as lacunas historiográficas estão relacionadas à naturalização de posturas, procedimentos e formas de organização do conhecimento? Em que medida a naturalização desses mesmos aspectos colabora para a perpetuação de pressupostos tácitos tais como a neutralidade técnica e estilística? Mesmo quando defendem a aplicação da técnica em favor da totalidade social, os engenheiros politécnicos franceses, incluindo Vauthier, surgem e atuam para legitimar e efetivar uma divisão social do trabalho mais hierarquizada e desigual do que em qualquer época anterior. Seu conhecimento e sua ação se tornam instrumentos de exploração e acumulação capitalistas.

Como assinala Le Goff, uma das grandes preocupações de classes e grupos dominantes é "tornar-se senhores da memória e do esquecimento". O que comparece ou desaparece na historiografia revela "mecanismos de manipulação da memória", mesmo que seus autores não se deem conta disso.[34]

34 LE GOFF, *História e memória*, [1977] 2003, p. 422.

[2012]

Vernacular metropolitano

Silke Kapp | Ana Paula Baltazar

Este trabalho decorreu da colaboração do MOM com o grupo História em Construção, da Vila das Antenas. Ele é uma tentativa de historiografia da arquitetura a partir de espaços cotidianos, incluindo sua autoprodução e autoconstrução. Com fontes bibliográficas e orais, recupera um pouco da história das técnicas construtivas que se estabeleceram nos assentamentos informais de Belo Horizonte desde meados do século XX. O conceito do 'vernacular metropolitano' designa um tipo de prática construtiva que usa, ao mesmo tempo, materiais do meio urbano e conhecimentos populares, não formalizados. Como o texto foi escrito originalmente para um congresso internacional, há algumas explicações dispensáveis para pessoas familiarizadas com as cidades brasileiras. A tradução para a presente edição é inédita.[1]

Um oxímoro

Arquitetura vernacular ou construção vernacular, em analogia com a língua vernacular, designa práticas tradicionais baseadas em conhecimento empírico e recursos locais, desenvolvidas ao longo de muito tempo por muitas pessoas. Tais práticas podem ter padrões e códigos, mas eles nunca são fixados ou formalizados, nem são transmitidos via educação formal. Construtores vernaculares ensinam uns aos outros e aprendem fazendo e, eventualmente, conversando sobre o que fazem. Uma vez que a produção é motivada por um valor de uso, não há divisão social do trabalho, isto é, cisão hierárquica entre atividades materiais e intelectuais, embora haja divisão funcional do trabalho. Historicamente, práticas vernaculares de construção foram o esteio da produção de moradias em todas as partes do mundo até o século XX, e em muitos lugares isso ainda não mudou.

1 Primeira publicação: Metropolitan vernacular: on the history of informal construction in a Brazilian city. In: Robert Carvais; André Guillerme; Valérie Nègre; Joël Sakarovitch (eds.). *Nuts & Bolts of Construction History: culture, technology and society*, v. 2, 2012, pp. 3–10.

Por outro lado, o termo *metropolitano,* no contexto da construção, se refere a métodos considerados modernos e racionais, determinados principalmente por um mercado global de recursos, técnicas e informação. Tais métodos construtivos são baseados em ciência e representações codificadas, legitimados por padrões técnicos e instituições, planejados e aprovados por profissionais. Sua eficiência é motivada pelo valor de troca, implicando que trabalho e meios de produção geralmente não provêm das mesmas pessoas e que há uma divisão hierárquica entre atividades intelectuais, trabalho material qualificado e trabalho material não qualificado. Historicamente, esses métodos foram concebidos contra as práticas vernaculares, para que não apenas edificações extraordinárias, mas também moradias e ambientes urbanos comuns pudessem se tornar mercadorias lucrativas.

Dito isso, a expressão *vernacular metropolitano* parece apenas um oxímoro. No entanto, é precisamente essa conjunção de práticas populares informais e métodos formais de construção que caracteriza imensas áreas urbanas de países ditos em desenvolvimento, incluindo Belo Horizonte, a região metropolitana de cinco milhões de habitantes onde realizamos nossas pesquisas. Assim como qualquer vernáculo, também o 'metropolitano' se baseia no aprendizado pela prática, na imitação e nos recursos que estiverem à mão. Todavia, as práticas imitadas e os recursos à mão não provêm da natureza, mas de um contexto urbano dominado por uma indústria heterônoma da construção. O vernacular metropolitano é como uma bricolagem de fragmentos de materiais industrializados e conhecimentos técnico-científicos.

Tais práticas de construção são mais conhecidas internacionalmente pelas imagens de favelas, isto é, de áreas ocupadas sem permissão legal, registro da terra e infraestrutura urbana. Embora nós também nos concentremos nas favelas neste texto, cabe dizer que práticas similares prevalecem na maior parte das periferias brasileiras; estima-se que sejam responsáveis por setenta por cento das moradias.[2] A diferença é que em favelas tanto as edificações quanto a infraestrutura urbana são autoproduzidas pelos moradores, enquanto em outras partes da cidade pelo menos o traçado de ruas e lotes é definido antes da construção.

Muitos habitantes urbanos autoproduzem suas casas e outros espaços cotidianos, porque o mesmo sistema econômico que usa a sua

2 MCIDADES, *Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social*, 2009, p. 163.

força de trabalho não dá conta de suas demandas. A provisão habitacional que as atenderia (para além da produção em massa de caixas para estocar pessoas) não é lucrativa o bastante para o capital privado nem urgente o bastante para um Estado que raramente se viu ameaçado pelos pobres urbanos. O oxímoro 'vernacular metropolitano' expressa, portanto, uma contradição social real.

Por que essa história importa?

Numa visão desenvolvimentista da história, as práticas de construção abordadas aqui seriam interpretadas como mero atraso: a autoprodução persistiria apenas enquanto a modernização (indústria, burocracia, educação, mercados etc.) não estivesse completamente implementada. Nessa visão, a assimetria entre a demanda real e a oferta formal aparece como uma contingência a ser superada mais cedo ou mais tarde. Uma história da construção autoproduzida nada mais seria do que um registro interessante do último suspiro de uma tradição popular.

Mas o que houve de fato desde os anos 1960 foi um enorme aumento das práticas vernaculares metropolitanas, isto é, um aumento, em todo o mundo, de assentamentos urbanos espontâneos, autoprodução e economia informal. Mike Davis discutiu esse fenômeno, usando dados de várias fontes internacionais e concluindo que: "Há um consenso básico [...] de que a crise dos anos 1980 inverteu a posição estrutural relativa dos setores formal e informal, promovendo os expedientes de sobrevivência informal [*informal survivalism*] ao novo modo de vida predominante na maioria das cidades do terceiro mundo".[3] A autoprodução do espaço nas metrópoles modernas não é apenas uma questão local, mas decorre da dinâmica político-econômica global. Assim como a informalidade em geral, ela não é um fenômeno marginal nem simples.

Por um lado, há uma quantidade sem precedentes de pessoas às quais faltam até as disposições básicas para acessar o mercado de trabalho globalizado (disciplina, autocontrole, prospecção) e que não têm escolha senão improvisar a própria subsistência, incluindo o abrigo. O sociólogo Jessé Souza coordenou um estudo contundente sobre essa classe social no Brasil, chamando-a provocativamente de

3 DAVIS, Planet of slums: urban involution and the informal proletariat, 2004, p. 24; cf. DAVIS, *Planeta favela*, 2006.

ralé estrutural, porque a estrutura do capitalismo periférico é baseada na pobreza dessa classe.[4]

Por outro lado, a autoprodução também é comum numa classe trabalhadora que Souza denomina *batalhadores*.[5] São pessoas que adquiriram aquelas disposições básicas e têm acesso ao nível inferior do mercado de trabalho formal ou a microempreendimentos próprios, mas não ao mercado formal de moradias. Assim como a ralé estrutural, eles constituem uma força de trabalho 'estruturalmente' barata, cujos salários nunca incluíram os custos de uma moradia formal, embora tenham conseguido realizar alguma microacumulação. A autoprodução do espaço nas metrópoles brasileiras, portanto, abrange desde situações extremamente precárias até casas e bairros que, ao longo do tempo, se tornaram melhores do que conjuntos habitacionais e muitos outros imóveis formais.

Dadas essas diferenças, qualquer solução genérica seria um equívoco. Romantizar a autoprodução, como John F. C. Turner fez em certa medida nos anos 1970, abriu caminho para a redução de financiamentos públicos e responsabilidades do Estado.[6] Louvar o espaço autoproduzido como "capital morto" que estaria apenas à espera de legalização para se desenvolver rumo a uma próspera economia urbana de milhões de pequenos capitalistas, como o fez Hernando de Soto,[7] ignora por completo que a pobreza envolve muitos outros constrangimentos sociais além da falta de dinheiro e de propriedade legal.[8] Mas, inversamente, requalificar espaços informais mediante programas públicos e procedimentos técnicos formais costuma ignorar o outro lado, isto é, os esforços, a engenhosidade e os recursos investidos pelos autoprodutores, cujo corolário é seu potencial para uma "autonomia coletiva".[9] Habitantes de favelas assumem muito mais responsabilidade por seus espaços cotidianos do que o faz o consumidor médio de um imóvel formal. E quando estão construindo para seu próprio uso ou para os vizinhos (em

4 SOUZA, *A ralé brasileira: quem é e como vive*, 2009.

5 SOUZA, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, 2010.

6 DAVIS, *Planeta favela*, 2006; cf. TURNER, *Housing by people*, 1976.

7 SOTO, *O mistério do capital*, [2000] 2001.

8 FERNANDES, The influence of de Soto's The mystery of capital, 2002; SOUZA, *A ralé brasileira*, 2009.

9 SOUZA, *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*, [2001] 2010.

cooperação livre ou contratados), não seguem ordens como os peões subordinados dos canteiros formais, mas se engajam como indivíduos capazes de imaginar, discutir, decidir e agir. Por isso, as abordagens paternalistas são tão equivocadas quanto as abordagens eufemistas.

Nossa pesquisa sobre produção do espaço cotidiano, em curso desde 2004,[10] reforçou a suposição de que qualquer abordagem coerente deve *partir do potencial dos autoprodutores para a autonomia coletiva*, utilizando recursos públicos e apoio técnico sempre que necessário, mas sem impor padrões formais de urbanização e edificação. Com o devido acesso a informações, expertise e dinheiro, a longa história de autoconstrução e autogerenciamento poderia ir além dos padrões heterônomos e até além da produção heterônoma em geral, que tem tido consequências devastadoras nas cidades brasileiras nas últimas décadas.[11]

Infelizmente, isso é o exato oposto do que o órgão municipal responsável pela melhoria de favelas em Belo Horizonte (URBEL) tem feito desde 2005, quando começou seus grandes programas de urbanização. As intervenções, mesmo quando bem-intencionadas, são determinadas mais por poder político, burocracia, padrões técnicos abstratos, pressões do mercado imobiliário formal, conveniência para as empresas construtoras e necessidades dos bairros (formais) adjacentes do que por qualidades e potenciais locais. E o fato de que tudo isso tenha acontecido sob a bandeira da participação popular não afeta a estrutura heterônoma. Como discutimos extensamente em outra ocasião,[12] a participação institucionalizada é bem mais efetiva para legitimar a heteronomia do que para empoderar os participantes.

Alguns grupos têm resistido às intervenções da URBEL, protestando contra remoções ou exigindo indenizações mais altas. Entretanto, eles sempre permanecem numa posição defensiva. Não valorizam os espaços que produziram a ponto de serem capazes de enfrentar a heteronomia com visões coletivas próprias. Contar a história da autoprodução pode ser um elemento importante para encorajar a autonomia contra essa

10 Desde 2005, o MOM tem coletado sistematicamente dados de canteiros em favelas e outros assentamentos informais por meio de observação participante e entrevistas. Isso foi complementado por um projeto de pesquisa sobre o papel dos construtores na autoprodução formal da classe média baixa, coordenado por Priscilla Nogueira, e por um projeto sobre o conhecimento e as práticas relacionadas às estruturas de concreto armado em favelas, coordenado por Pedro Arthur Magalhães (cujos dados usamos na parte final deste artigo).

11 MARICATO, *O impasse da política urbana no Brasil*, 2011.

12 KAPP & BALTAZAR, O paradoxo da participação, [2012] nesta edição, v. 1, pp. 437–458.

tendência. Mídia, autoridades públicas e muitos planejadores e arquitetos difamam o espaço autoproduzido a partir de critérios abstratos, reforçando os preconceitos, a ponto de os próprios moradores das favelas os considerarem evidentes. Ouvimos muitas vezes que as pessoas querem se mudar, não em razão de suas condições de moradia, mas pelas desvantagens sociais. Ao mesmo tempo, ex-moradores de favelas que foram convencidos de que morar num prédio de apartamentos da URBEL seria melhor ou mais 'certo', agora querem retornar. Eles dizem que perderam privacidade e liberdade, que a convivência com os vizinhos se tornou mais difícil e que aumentou o poder do tráfico de drogas sobre os moradores.[13] Talvez fosse diferente se os autoprodutores estivessem cientes de sua história, a valorizassem e a contrapusessem à historiografia arquitetônica e urbana convencional.

Obviamente uma tal história não pode ser feita por acadêmicos de classe média, como nós somos. Temos trabalhado em parceria com um grupo de moradores da Vila das Antenas, que deu ao nosso projeto coletivo um nome bastante apropriado: História em Construção. Estamos tentando unir o conhecimento vivido e as interpretações desses moradores com fontes documentais, conhecimento técnico e interpretações mais amplas dos processos sócio-espaciais. Mas o que relatamos aqui deve ser entendido como apenas uma versão dessa mistura; versão que, embora tenha passado por um processo dialético com sua contrapartida não acadêmica, foi escrita a partir de uma perspectiva acadêmica e certamente não apresenta 'toda' a história. Também convém enfatizar que essa é uma história de processos, e não de produtos passados, e que ela não tem nenhuma intenção de orientar *produtos* futuros. Qualquer tentativa de compreender melhor as necessidades das pessoas, apenas para então lhes oferecer mais mercadorias habitacionais predefinidas, contrariaria a nossa argumentação.

Origens

Belo Horizonte foi planejada e construída na última década do século XIX como nova capital republicana da província de Minas Gerais, em substituição a Ouro Preto e seu simbolismo monárquico. Dado que o plano urbano não previa áreas de moradia para os trabalhadores da construção

13 Entrevistas concedidas por moradores a pesquisadores do MOM em 2010; cf. MELO, *O espaço da política e as políticas do espaço*, 2009.

da cidade, dois anos antes de sua inauguração em 1897, já havia três mil ocupantes informais. À medida que as partes do plano original foram realizadas, vendidas e ocupadas legalmente, essas favelas sofreram repetidas remoções, sendo sempre 'empurradas' para áreas sem infraestrutura e difíceis de ocupar. Alguns grupos foram removidos três vezes no decurso de vinte anos.[14]

A pesquisa de Berenice Guimarães permite dizer que essas primeiras construções informais ainda não constituíam um vernacular *metropolitano*. De fato, mal havia limites entre atividades formais e informais de construção, exceto por edifícios públicos e casas de funcionários (que seguiam um modelo predefinido). A produção de outros espaços cotidianos partia de tradições populares e não era formalizada nem organizada para uma economia capitalista. Era levada a cabo por pequenos grupos de trabalhadores mais ou menos qualificados, cuja hierarquia interna seguia uma lógica de mestre-aprendiz (os postos superiores podiam ser alcançados por aqueles que ocupavam os postos inferiores).

A persistência de tradições rurais de construção em Belo Horizonte também foi encorajada pela distinção entre zonas *urbana* e *suburbana* no plano original. Enquanto a zona urbana se definia por uma malha hipodâmica e um conjunto estrito de regras, a malha viária suburbana era mais adaptada ao relevo natural, e os lotes suburbanos podiam ser ocupados livremente, inclusive por áreas de agricultura. Como muitas pessoas preferiram se instalar nessa parte da cidade, ela foi por muito tempo mais densamente povoada do que a zona urbana. Decerto havia diferença evidente entre moradores ricos e pobres, mas não entre moradores legais e ilegais.

Os procedimentos de construção que chamamos de vernacular metropolitano realmente se iniciaram no Brasil depois de 1930, com a política de industrialização em substituição às importações, promovida pelo presidente Vargas para enfrentar a crise econômica internacional. Associada a uma política agrária favorável à monocultura e aos latifúndios, ela obrigou muitos camponeses a deixarem suas terras, causando uma onda de migrações para as áreas urbanas. Ao mesmo tempo, essa política deu suporte a uma indústria formal da construção baseada no uso de cimento Portland e concreto armado. Precisamente pelo fato de ainda depender das habilidades manuais dos trabalhadores, essa emergente indústria da construção teve que estabelecer um aparato

14 GUIMARÃES, *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*, 1991.

de regulações técnicas, urbanas e profissionais a que autoconstrutores, mestres de obras ou artífices não tivessem acesso e que, antes de tudo, tornasse ilegais as suas práticas tradicionais. Essa lógica se consolidou depois da Segunda Guerra Mundial, com a nova fase de industrialização impulsionada pelo capital internacional, avançou na década de 1970, com o Banco Nacional da Habitação, e persistiu nas últimas décadas, com as políticas neoliberais.

Um aspecto inicial desse processo de interdições foi a proibição de construções de adobe e pau a pique nas áreas urbanas, supostamente em prol da saúde pública. Métodos estabelecidos de autoconstrução já não podiam ser usados, pelo menos em teoria. Na prática isso significou que os autoconstrutores passaram a temer mais uma restrição legal, para além da questão da propriedade da terra. Construções de concreto e alvenaria de tijolos cerâmicos também eram preferidas por aumentarem a segurança de posse. Ainda hoje o volume de concreto usado numa edificação é um critério determinante do valor da indenização nos casos de remoção.

Outro aspecto importante da formalização em prol da indústria da construção foi a mudança de relações de poder nos canteiros. Alvenaria e carpintaria tradicionais foram destituídas em favor de tecnologias modernas, com sua exigência quase mítica de cálculos abstratos e representações gráficas. Um trabalhador numa posição subordinada não poderia mais alcançar o topo da hierarquia, porque isso exigiria educação acadêmica dos antigos mestres, ou então a difusão do conhecimento acadêmico dos 'novos mestres' (arquitetos e engenheiros); coisa pela qual esses não tinham nenhum interesse. O que de fato se difundiu entre os trabalhadores foi aquela atitude de competição e reserva de conhecimento que caracteriza qualquer organização muito hierarquizada.[15]

Em suma, a nova indústria da construção enfraqueceu e finalmente interrompeu dois circuitos não acadêmicos de conhecimento compartilhado: o circuito popular de métodos de autoconstrução e o circuito profissional dos ofícios. O primeiro foi interditado por lei; o segundo, por novas tecnologias e novas relações de poder. Juntos, eles constituíram a precondição para o vernacular metropolitano e para as contradições que ele envolve, como apropriação informal e muitas vezes distante de um conhecimento formalizado.

15 Cf. FARAH, *Processo de trabalho na construção habitacional*, 1996; FERRO, *Arquitetura e trabalho livre*, 2006; RIBEIRO, *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*, 2008.

Três estágios

Para descrever o processo histórico desse vernacular metropolitano podemos usar uma distinção analítica em três estágios, que *grosso modo* seguem uma ordem cronológica, mas não são mutuamente excludentes.

O primeiro ainda se define por práticas vernaculares rurais, apenas incrementadas por alguns 'ingredientes urbanos'. Diversas narrativas exemplificam isso, mas nos limitamos aqui às lembranças de Dalila, uma moradora da Vila Fátima há mais de sessenta anos e uma das primeiras a chegar ali. Entrevistada em 2006, ela nos contou como eram feitas as primeiras construções de pau a pique nessa área. Tinham uma estrutura principal de nove "paus", cortados na mata próxima, impermeabilizados com piche e óleo de cozinha, e depois cravados no solo e fixados com "areia preta". Paus horizontais no topo e galhos entrelaçados nas áreas de paredes completavam a estrutura, amarrada com cipó de São João (*Pyrostegia venusta*) ou com embira (fibra extraída da casca de diferentes espécies de árvores). A estrutura era preenchida com uma mistura de argila, areia, terra de formigueiro e capim, e finalizada com uma argamassa de argila, sal e areias coloridas provenientes de três córregos da região. A cobertura era feita de folhas de piteira (*Furcraea foetida*), secas e defumadas. Acabamento e cobertura tinham que ser refeitos todo ano. Em razão do risco de incêndio das folhas, as pessoas começaram a coletar tambores de metal, para abri-los e usar as chapas como forro: "O fogo podia vir. As chapas ficavam quentes mas não queimavam". A narrativa de Dalila inclui muitos outros detalhes, indicando quanto cuidado e quanta informação esses processos de construção envolviam. Quando lhe perguntamos como havia aprendido tudo isso, sua resposta foi, simplesmente, que "todo mundo sabia essas coisas… Você sabe, somos do Serro" (município de Minas Gerais). De fato, os métodos de construção usados em cada favela variaram conforme a origem dos moradores.

O segundo estágio do vernacular metropolitano decorreu do escasseamento de materiais de construção naturais em relação ao número de novos moradores nas favelas. Os autoconstrutores aumentaram a proporção de 'ingredientes urbanos' nas suas práticas, usando descartes de construção, entulho e outros materiais encontrados em lixões e aterros. No Rio de Janeiro, onde em 1948 já havia cento e setenta mil pessoas morando em favelas, essa prática se difundiu cedo: "Dizia-se, então, que os trabalhadores da construção civil utilizavam os refugos

dos canteiros de obras para construir seus próprios barracos".[16] Em Belo Horizonte, além de muitos moradores de favelas trabalharem em canteiros formais e conseguirem material ali, algumas favelas eram usadas para o despejo de entulho. Um caminhoneiro que mora na Vila das Antenas desde os anos 1970 (entrevistado em 2011), disse que ele mesmo costumava depositar o entulho ali: "Quando chegava o caminhão, todo mundo corria para catar o que desse para aproveitar. Depois a gente ajeitava o resto para aterrar o buraco que tinha aqui". Um dos materiais mais úteis para a construção informal era o madeiramento de fôrmas, proveniente do uso cada vez mais comum de concreto armado na construção formal. Se troncos e galhos foram matéria-prima das casas de pau a pique, as fôrmas descartadas fizeram as chamadas 'casas de lata'. Heloísa, também uma moradora da Vila das Antenas, nos mostrou como eram feitas: peças de madeira e pregos, cuidadosamente recuperados das fôrmas, eram usados numa estrutura do tipo gaiola (semelhante à estrutura das casas de pau a pique), vedada com uma colcha de retalhos de chapas metálicas provenientes de latas e tambores (fáceis de encontrar porque não havia indústria de reciclagem). Outros componentes comuns eram peças de carros, tais como as janelas, usadas com o mecanismo de abertura.

No entanto, a escassez de materiais naturais não foi a única razão para o abandono das práticas vernaculares tradicionais no meio metropolitano. Como muitos moradores de favelas trabalhavam em canteiros formais, seu maior interesse era aprender as técnicas ali empregadas e os 'segredos' que definiam a hierarquia. A geração mais jovem — por exemplo o filho de Dalila — já não aprendeu as técnicas que antes "todo mundo sabia". Pouco a pouco, os elementos da construção formal foram incorporados ao vernacular metropolitano: primeiro tijolos cerâmicos; depois, chapas de metal e de cimento-amianto para as coberturas; e, finalmente, lajes e estruturas inteiras de concreto armado. Podemos então definir o terceiro estágio do vernacular metropolitano (como já dito, os estágios não se excluem) pelo uso de materiais 'oficiais' de construção, em contraste com o reuso de descartes. Para a indústria de material de construção, isso significou um mercado consumidor relevante.

A aplicação desses materiais e técnicas, que é a prática predominante hoje, deve ser entendida no contexto da já mencionada interrupção da reprodução do conhecimento pela via mestre-aprendiz nos

16 VALLADARES, *A invenção da favela*, 2005, p. 83.

canteiros de obra. Antônio, um pedreiro aposentado que chegou a Belo Horizonte nos anos 1960 (entrevistado em 2007), conta que começou como peão, fazendo serviços pesados, e depois avançou à posição mais alta a que um trabalhador sem formação acadêmica tem acesso: mestre de obras (ainda subordinado ao engenheiro e sem poder assumir responsabilidade legal por nenhuma construção). Antônio é enfático ao atribuir seu progresso à própria "curiosidade": "Ninguém me ensinou", "Não podia perguntar para os colegas", "Eu só ficava olhando e depois tentava fazer por mim mesmo". Assim, "só olhando", Antônio até aprendeu a ler desenhos técnicos, o que é pouco comum e o distinguiu de outros pedreiros. Via de regra, os trabalhadores dos canteiros formais estão familiarizados com partes da execução das respectivas técnicas, mas não com seus códigos, sua base matemática e os princípios que otimizariam sua aplicação. Eles adquirem uma espécie de semiconhecimento.

Estruturas de concreto armado são o exemplo mais evidente nesse sentido. Os construtores do vernacular metropolitano as imitam, as reconstroem segundo sua intuição própria, inventam novas soluções por tentativa e erro, mas suas concepções são realizadas apenas por analogia às estruturas formais. Isso impõe alguns limites estreitos. Os autoprodutores tendem a gastar mais dinheiro do que seria necessário e ficam sempre algo inseguros sobre o que estão fazendo, divididos entre a intuição e os fragmentos de informações técnicas apanhados aqui e ali. Entrevistas e observações participantes feitas especificamente sobre esse tema mostraram que intuição e valor simbólico costumam prevalecer. Vigora, por exemplo, a noção de que uma estrutura de concreto na favela não só precisa *ser* resistente como precisa *parecer* resistente, porque os moradores comprovaram muitas vezes que isso reduz o risco de ser designado pelos técnicos da URBEL para a remoção. Outra noção corrente é que vigas seriam "mais fortes" quanto mais repletas de vergalhões, ignorando que a armadura não funciona devidamente se não estiver completamente envolvida pelo concreto e travada nas extremidades, ou que ela pode ser mais delgada no topo do que na base de uma viga. O resultado são estruturas mais frágeis e de custo mais alto.

Mas, ao mesmo tempo, muitos autoprodutores estão a par de materiais, técnicas e estilos recentes da indústria formal da construção. Encontramos vigotas pré-fabricadas treliçadas e preenchimento de isopor, lajes nervuradas, varandas em balanço, fachadas pós-modernas etc. Ademais, erros técnicos às vezes provêm da imitação de vícios da

própria construção formal. Umidade ascendente, por exemplo, é igualmente comum em construções formais e informais. Nessas últimas, as pessoas não têm outra opção senão tolerar os defeitos, enquanto no setor formal eles levam a reformas, demolições e novos edifícios-mercadoria, de modo que, paradoxalmente, renovam a demanda solvável.

Em termos gerais, o vernacular metropolitano atual reflete a perda de uma cultura construtiva comum, isto é, de um conhecimento amplamente compartilhado sobre requerimentos e procedimentos básicos. A necessidade de impermeabilização para separar as fundações das paredes já não é óbvia como era para Dalila e seus contemporâneos. Os passivos consumidores da mercadoria *edificação*, provenientes da classe média, assim como os fornecedores dessa mercadoria, dificilmente contribuirão para uma melhoria nesse sentido. Autoprodutores, por outro lado, poderiam ser os protagonistas de uma redescoberta e de um desenvolvimento da cultura construtiva compartilhada, se estivessem conscientes das circunstâncias sociais que definem suas práticas e se fossem capazes de criticar tais circunstâncias. A consciência histórica seria um passo para valorizar a autoprodução, de modo que seus atores possam confrontar intervenções vindas de cima para baixo, ultrapassar modelos dados e desenvolver práticas autônomas.

[2017]

Para uma genealogia da representação gráfica das estruturas

Roberto E. dos Santos | Silke Kapp | Athos Silva

Este e o capítulo seguinte foram escritos para o *III Encontro Nacional de Ensino de Estruturas em Escolas de Arquitetura* (III ENEEEA), realizado em Ouro Preto, em 2017. Sua organização, de que o MOM participou, visava dar continuidade aos encontros realizados em 1974 e 1985, retomando um tema que andava como que adormecido no debate arquitetônico. O texto que segue é uma tentativa de reconstituir a origem da representação gráfica abstrata dos elementos estruturais que prevalece no ensino de estruturas para arquitetos. Partindo da geometria operativa dos construtores pré-renascentistas, são caracterizados três tipos de representações: as que antecipam *ações* do processo de construção em si; as que se concentram na *imagem* da estabilidade; e as que se tornam parte dos instrumentos de cálculo e, paradoxalmente, suprimem quaisquer indicações visuais da materialidade da construção.[1]

Apesar da disponibilidade de softwares de modelagem paramétrica, prevalecem, no ensino de estruturas, representações gráficas simplificadas, reduzidas a linhas, pontos e triângulos, tal como na engenharia do século passado. Elas indicam relações entre elementos, mas abstraem, paradoxalmente, a materialidade das construções que o estudo das estruturas deveria assegurar. O presente texto é uma tentativa de reconstituir a genealogia desse tipo de representação. Partimos da geometria operativa dos construtores pré-renascentistas, em que desenhos eram instrumentos de canteiro. Tomamos por hipótese uma transformação subsequente em três fases, por princípio sucessivas, mas por vezes sincrônicas em diferentes lugares e campos do conhecimento. A primeira é exemplificada por desenhos de Antonio da Sangallo il Vecchio e Leonardo da Vinci, que sugerem uma representação que antecipa o

1 Primeira publicação: Esboço de uma genealogia da representação gráfica das estruturas. In: Clécio Magalhães do Vale; João Marcos de Almeida Lopes; Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas; Rita de Cássia Pereira Saramago; Roberto Eustaáquio dos Santos (eds.). *Anais do III Encontro Nacional de Ensino de Estruturas em Escolas de Arquitetura*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2017, pp. 996–1009.

processo de construção em si. Desenham-se ações futuras. A segunda fase caracteriza a tradição dos tratados de arquitetura pós-renascentistas e se estende até fins do século XVII. A representação se concentra na imagem da estabilidade. Desenha-se o produto que a imaginação prevê e que parece estável aos olhos. A terceira fase é inaugurada pelas ilustrações de Galileu e entra no campo da construção lentamente, até se aprimorar no século XIX. Nesse caso, os desenhos de concepção estrutural deixam de representar uma ação sobre a matéria ou uma imagem do produto material e se tornam instrumentos de cálculo.

Hoje estão disponíveis no mercado diversos programas de modelagem paramétrica, com os quais é possível fazer roteiros, animações, simulações e uma gama de efeitos visuais aplicados a videogames, desenhos animados, filmes e a projetos de arquitetura e estrutura.[2] Alguns desses softwares ultrapassam a visualização e permitem a chamada modelagem dinâmica. Eles operam com matemática discreta, dando margem à criação de formas complexas, amplamente empregadas na arquitetura contemporânea de caráter monumental.

De acordo com os fornecedores, os programas de cálculo estrutural operam com quaisquer materiais estruturais (ou quase).[3] Todos eles possibilitam visualização tridimensional dos elementos de análise estrutural, e alguns permitem também a visualização 'realista' da estrutura e das seções de seus componentes.[4] Eles oferecem gráficos de análise dos perfis, da cortante, do momento fletor e dos deslocamentos da estrutura, por exemplo, possibilitando associar representações abstratas de cunho matemático com a imagem física, de forma rápida e simples.

Essa visualização dos efeitos do carregamento sobre as estruturas poderia ser benéfica ao ensino de arquitetura porque fornece subsídios sobre a interferência das estruturas no espaço (ainda que não lhes confira uma dimensão material, possível somente no canteiro de obras). No entanto, apesar da disponibilidade desses sofisticados programas, as

2 Alguns desses programas e plug-ins são: CATIA, AUTODESK 3D MAX, AUTODESK MAYA, GRASSHOPPER, AUTODESK DYNAMO, GC, MARIONETTE, MODELUR, ARCHIMATRIX (mais voltados à programação visual); AUTODESK REVIT, ARCHICAD, BENTLEY ARCHITECTURE, REVIT ARCHITECTURE, TEKLA, VECTORWORKS ARCHITECT (voltados ao BIM); REVIT STRUCTURE, TEKLA STRUCTURES, CSI SAP 2000, CSI ETB, TQS, CYPECAD (complementares para cálculo estrutural).

3 Exceto pelo TQS, que é para estruturas de concreto armado, protendido e pré-fabricado, e para alvenaria estrutural, e pelo CYPECAD, que é para concreto armado e estruturas mistas de concreto e aço.

4 É o caso do REVIT, TEKLA STRUCTURES e CSI SAP 2000.

representações gráficas que prevalecem no ensino de estruturas para arquitetos são os mesmos esquemas de linhas, pontos, setas e triângulos que predominaram na engenharia do século passado e também nos primeiros ambientes digitais de cálculo. Elas indicam, de modo sumário, relações entre vigas, pilares, apoios e engastes, subtraindo, paradoxalmente, a materialidade que o estudo das estruturas deveria assegurar. Os elementos estruturais são representados como se fossem relações matemáticas sem matéria.

Ademais, programas compatíveis com a plataforma BIM operam também com informações não geométricas, incorporando aos objetos características físicas e atributos como custo e energia envolvidos na fabricação. Mudanças num parâmetro podem ser incorporadas ao modelo compartilhado, garantindo consistência interna de todos os seus componentes, assim como atualizações dinâmicas de informações entre equipes e compatibilização de projetos (arquitetônico, estrutural, de instalações etc.). Em tese, o BIM seria capaz de fornecer subsídios a qualquer decisão projetual, seja de caráter econômico, funcional ou formal, de balanço energético ou conforto ambiental, facilitando a circulação de informações e potencializando a centralização de decisões. Poderíamos avaliar com precisão como chegar à forma mais extraordinária pelo menor custo. Talvez isso explique seu sucesso entre os escritórios de arquitetura produtores de bens simbólicos e megaempreendimentos.

No entanto, ainda parece haver obstáculos ao intercâmbio de informações via BIM nos escritórios de engenharia estrutural e arquitetura, em particular nos de médio e pequeno porte, o que em parte se deve a deficiências dos softwares mais acessíveis, mas também a dificuldades de comunicação entre as equipes de diferentes áreas. Resta saber o quanto de responsabilidade nisso teria o ensino fragmentado de estrutura, projeto e construção, praticado hoje na maioria das escolas de arquitetura. A comparação entre as possibilidades de representação gráfica de estruturas oferecidas pelos melhores softwares e as representações tipicamente utilizadas nas aulas de estruturas para futuros arquitetos indica que a desarticulação começa no ensino.

Conhecer como e em que contextos a representação gráfica das estruturas se modificou ao longo do tempo pode ajudar a entender a situação atual e, portanto, a aprimorar o ensino de estruturas nas escolas de arquitetura, ainda que tal reaproximação entre projeto arquitetônico e concepção estrutural nunca será completa sem o conhecimento prático de canteiro.

Cronologia

Como referência para a genealogia, utilizamos uma história da engenharia de estruturas do engenheiro ucraniano-estadunidense, Stephen Prokofievich Timoshenko (1878–1972). Publicado em 1953, *History of the strength of materials* sistematiza o conhecimento relacionado às estruturas em três grandes áreas: a teoria da resistência dos materiais, inaugurada por Galileu no século XVII; a chamada teoria matemática da elasticidade, a partir do início do século XIX; e a teoria das estruturas, criada em meados do mesmo século. Junto com breves dados biográficos e as respectivas filiações intelectuais, Timoshenko explica as contribuições científicas dos principais pensadores nessas áreas, pontuando o desenvolvimento da engenharia e de seu ensino na Europa do século XVII até os anos 1950.

O trabalho de Timoshenko se destaca na historiografia da engenharia pelo levantamento minucioso das teorias e de suas aplicações. Por outro lado, ele se assemelha à maior parte dessa historiografia pelo caráter evolutivo, pela fé no desenvolvimento contínuo da ciência e pelo fato de acatar, sem nenhuma crítica, a ideia de um vínculo direto e sempre positivo entre teorias científicas, experimentos empíricos e produção social. Empreendimentos como as megaobras da engenharia ferroviária do século XIX ou a introdução do aço como material estrutural aparecem, nessa perspectiva, como conquistas sem reveses. Ciência e tecnologia ou, mais especificamente, matemática e engenharia formam a pareceria heroica em prol do progresso da humanidade.

Timoshenko também está alinhado com muitos outros historiadores no que diz respeito à Idade Média. Ele faz referências à Antiguidade e considera válido o conhecimento a partir de Leonardo e Galileu, mas resolve o interstício — nada menos que mil anos — com uma única frase: "A maior parte do conhecimento que gregos e romanos acumularam a caminho da engenharia estrutural se perdeu na Idade Média e ele tem sido recuperado apenas a partir do Renascimento".[5] Ora, as sofisticadas construções góticas, sobretudo as catedrais disseminadas por França, Espanha, Alemanha e norte da Itália, foram construídas por pessoas com amplo conhecimento de técnicas construtivas e comportamento dos materiais. Embora se baseassem numa geometria operativa, graficamente rudimentar se comparada aos compêndios do

5 TIMOSHENKO, *History of strength of materials*, 1953, p. 1.

século XVII, esses artífices foram capazes de criar formas de complexidade quase orgânica e cada vez mais audazes.[6] Decerto, suas operações eram transmitidas diretamente na prática dos canteiros, no que hoje se poderia chamar formação no trabalho, não em livros. Mas esse tipo de conhecimento deu origem a estruturas que não ficam nada a dever às da Antiguidade.

Se, ainda assim, elaboramos uma cronologia baseada em Timoshenko, que, por sua vez, orientou o esboço de uma genealogia da representação gráfica das estruturas, nossa leitura é bem menos positiva do que a dele: linguagem matemática e representação gráfica, tais como codificadas pelos acadêmicos da construção (engenheiros e arquitetos), também foram expedientes de controle na crescente divisão, subordinação e alienação do trabalho. Esse processo coincide de fato com a cronologia de Timoshenko, ainda que tenha se iniciado antes.

Para caracterizar a transição, começamos pelo *Büchlein der Filialen Gerechtigkeit* (Livrinho da correção pinacular, 1486) do mestre construtor suíço Matthäus Roriczer. Os desenhos que aparecem nesse livrinho — na realidade é uma pequena brochura —, distribuídos página a página, são instruções para a boa construção de pináculos. Eles reproduzem não a imagem que o objeto terá, mas as marcações que devem ser feitas no canteiro e na pedra durante o processo construtivo. Para Roriczer, o desenho ainda não é uma representação; ele é uma ação. Sua função está longe do que se compreende hoje por projeto: não serve para prefigurar um resultado visual nem como ordem de serviço. Entretanto, Roriczer é um representante tardio dessa tradição. Há evidências de que, já a partir de 1300, o desenho iniciou sua migração e sua transformação, deixando de ser feito em escala real para a marcação in loco e se tornando desenho em escala reduzida, elaborado num ambiente próprio, ainda junto ao canteiro, mas já apartado da construção propriamente dita.[7]

A partir daí, tomamos por hipótese uma transformação em três fases, por princípio sucessivas, mas às vezes sincrônicas em diferentes lugares ou diferentes campos do conhecimento. A primeira é a transição da geometria operativa ao desenho de projeto; a segunda, a passagem dos desenhos dos tratados para o início da matematização

6 Cf. BORK, *The geometry of creation: architectural geometry and the dynamics of gothic design*, 2011, p. 2; BECHMANN, *Villard de Honnecourt: la pensée technique au XIII^e siècle et sa communication*, 1991, p. 25.

7 BORK, *The geometry of creation*, 2011, p. 30.

das estruturas; e a terceira, a gradual abstração matemática na representação das estruturas.

Entre geometria operativa e projeto

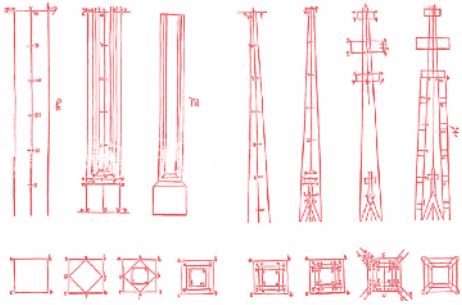
A primeira fase é exemplificada por um desenho de Antonio da Sangallo il Vecchio (1453–1534) da alvenaria da cúpula do Duomo de Florença e por um desenho de Leonardo da Vinci (1452–1519) para uma ponte desmontável de vigas recíprocas. A construção da cúpula da igreja de Santa Maria del Fiori, conduzida por Filippo Brunelleschi (1377–1446), se dá justamente no período crítico, em que um modo de construir artesanal enfrenta a pressão para transformar os canteiros em organizações manufatureiras. São conhecidos os embates de Brunelleschi com as guildas de construtores que, ao fim e ao cabo, resultam em subordinação da mão de obra ao comando do arquiteto. Essa centralização se cristalizará, ao longo do tempo, no projeto, isto é, no desenho antecipado do resultado e em ordem de serviço. A representação gráfica do projeto, que nesse momento ainda não veicula separadamente informações técnicas acerca de espaço, estrutura e construção, se formalizará num código cada vez mais opaco aos trabalhadores: o desenho arquitetônico.

Mas o croquis de Sangallo ainda não é um desenho dessa espécie. Não há formalização da representação técnica nem rigor dimensional. Mais do que representar um produto, ele parece reconstituir um processo com o qual tem familiaridade. O desenho indica domínio do material, principalmente do modo como se dá o desempenho estrutural da alvenaria de tijolos. Nessa configuração, em formato de espinha de peixe, os tijolos iam em ziguezague da base ao topo da cúpula em fileiras diagonais. As camadas horizontais eram cortadas a cada noventa centímetros por uma fiada de tijolos na vertical. Trata-se de uma técnica etrusca que Brunelleschi teria redescoberto nas ruínas romanas, e que Sangallo redescobre mais uma vez, desenhando.[8]

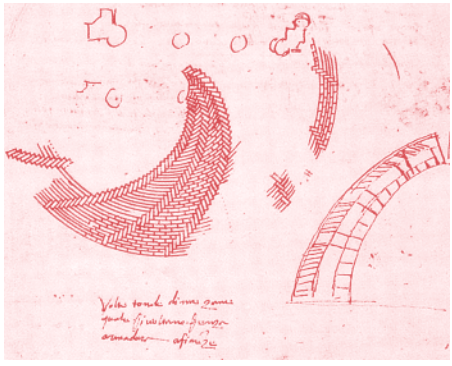
A ponte desmontável de Leonardo da Vinci, ao que tudo indica, teve uma motivação bélica e teria sido parte de uma encomenda do duque de Milão, Ludovico, o Mouro. Pensada como um conjunto de vigas recíprocas, compostas por pequenos troncos, ela seria capaz de

8 KING, *O domo de Brunelleschi*, [2000] 2013, pp. 130–132. A técnica foi reconstituída pelo arquiteto e pesquisador italiano Massimo Ricci. Cf. JONES et al., Building Brunelleschi's dome: a practical methodology verified by experiment, 2010.

Matthäus Roritzer, *Das Büchlein von der Fialen Gerechtigkeit*, 1486.

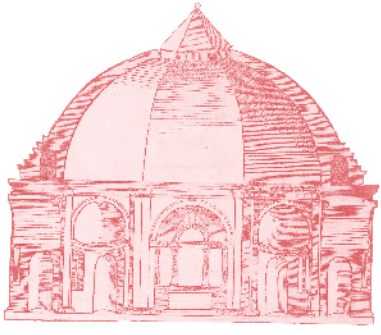


Antonio da Sangallo il Vecchio, desenho de alvenaria 'a spinapesce', 1426 (frequentemente atribuído a Brunelleschi).



Leonardo da Vinci, desenho para uma ponte desmontável de vigas recíprocas, *Codex Atlanticus*, folha 69r, ca. 1500.

Sebastiano Serlio, corte de um templo, *Libro v*, 1547.



suportar o peso de vários homens e seria fácil de transportar, permitindo movimentos rápidos e inesperados de tropas. O desenho de Leonardo revela o que se pode chamar de intimidade com o comportamento do material. O desenho parece uma espécie de ampliação de raciocínio a partir de uma geometria operativa. Assim como Sangallo, ele representa o material como tal (tronco, tijolo), ensaiando no papel as ações a executar na realidade. Ao lado da ponte em si, Leonardo faz desenhos menores que mostram o encaixe dos troncos no chão, antes de serem erguidos. Para que funcionem como vigas recíprocas, é preciso suspendê-los simultaneamente e como que 'trançar' os troncos transversais por entre os longitudinais. Especulamos que Leonardo deve ter imaginado essa operação ao desenhar o objeto, isto é, que o desenho é mais do que uma espécie de fotografia antecipada do resultado final.

Imagens de estabilidade

Na segunda fase de nossa cronologia, que se estende até fins do século XVII e é exemplificada pelos desenhos de tratados de arquitetura a partir de meados do século XVI, a representação gráfica deixa de se referir a ações diretas sobre os materiais ou a processos construtivos, para se concentrar nos produtos que a imaginação antecipa e que, à avaliação dos olhos, parecem estáveis.

À diferença de Leon Battista Alberti (1404–1472), cujo *De re aedificatoria* (1452) inaugura a moderna teoria da arquitetura sem conter nenhuma imagem, Sebastiano Serlio (1475–1554) é o primeiro tratadista não apenas a usar imagens em livros, mas a fazer delas o seu principal atrativo. Seus *I Sette libri dell'architettura* são escritos em italiano, em vez de latim, e voltados menos ao mundo erudito de Alberti e mais às necessidades práticas. Tiveram expressivo sucesso e logo foram traduzidos para francês e alemão. Também é curioso que os livros não foram publicados na ordem lógica que Serlio lhes atribui. O primeiro deles é o Livro IV (1537), que trata das ordens, fornecendo um repertório formal; em seguida, o Livro III, uma espécie de catálogo de exemplos antigos. Somente depois de Serlio estar estabelecido na corte de François I, em Fontainebleau, ele publica o Livro I, sobre a geometria e a matemática necessárias ao desenho coerente de edifícios em planta, corte, fachada e perspectiva. Nenhum dos volumes traz instruções sobre a construção propriamente dita. A estratégia editorial indica que Serlio parte do pressuposto de que os construtores não necessitam de instrução

acerca do uso de materiais e dos procedimentos técnicos, dando prioridade à imagem dos edifícios como produtos prontos e acabados. Nesse aspecto, chama a atenção o *Extraordinario libro di architettura* (1551) que traz somente figuras. Destaca-se, entre as cinquenta e uma ilustrações de fachadas de pórticos, o número excessivo de arcos plenos. Ainda que convincente em sua aparência de estabilidade, trata-se de uma forma estruturalmente instável em quase todos os casos. As pedras que conformariam o arco pleno não passam de uma espécie de confeito.

A matemática substitui a geometria

A terceira fase da cronologia é inaugurada pelas ilustrações dos *Discorsi e dimostrazioni matematiche intorno a due nuove scienze* (1638), de Galileu Galilei, e entra no campo da construção apenas lentamente, até se aprimorar no século XIX. Nesse caso, os desenhos usados na concepção das estruturas deixam de representar uma ação sobre a matéria ou mesmo uma imagem do produto material, para se tornarem instrumentos auxiliares do cálculo.

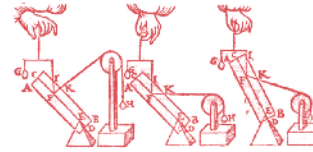
Os *Discorsi* foram escritos na forma de diálogos entre três personagens — Simplicio, Sagredo e Salviati —, que debatem uma sequência de temas ao longo de quatro dias. No primeiro, discutem a física de Aristóteles e a escola aristotélica de mecânica; no segundo, a resistência dos materiais; e no terceiro e quarto dias, a ciência do movimento.

A frase atribuída a Galileu — "a matemática é o alfabeto que Deus usou para escrever o universo" — leva a pensar sobre as razões de, nos *Discorsi*, haver ilustrações realistas, tais como uma viga em balanço com cargas figuradas por pedras e coisas semelhantes. Talvez tenha sido apenas uma concessão de Galileu aos leitores ou uma exigência do editor.

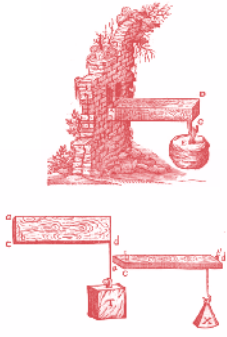
Outras imagens interessantes estão no quarto volume das *Hypomnemata mathematica* (Memórias matemáticas, 1605–1608) do matemático, físico e engenheiro holandês Simon Stevin (1548–1620), intitulado *Mathematicorum hypomnematum de statica.* Nas ilustrações desse livro, a representação das leis físicas ainda se faz com recursos figurativos.

Já na *Mechanica* do matemático e engenheiro suíço Leonhard Euler (1707–1783), a abstração da representação é praticamente completa. Tudo é reduzido a linhas, mesmo quando se trata de objetos concretos, como as embarcações. Parecem interessar somente as propriedades dos materiais passíveis de expressão em linguagem matemática. Entre os

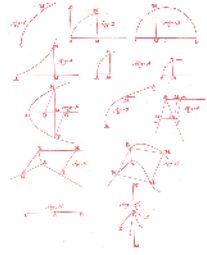
Simon Stevin, *Mathematicorum Hypomnematum de Statica*, 1605.

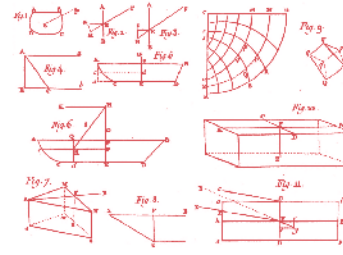


Galileo Galilei, *Discorsi e dimostrazioni matematiche intorno a due nuove scienze*, 1638.

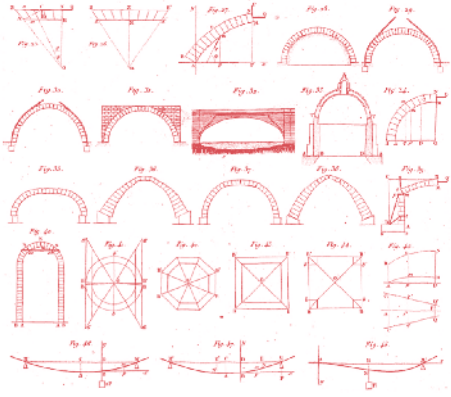


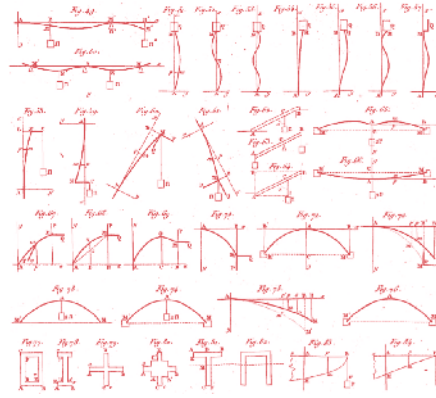
Leonhard Euler, *Mechanica sive motus scientia analytice exposita*, 1736; *Théorie complete de la construction et de la manoeuvre des vaiseaux*, 1776.



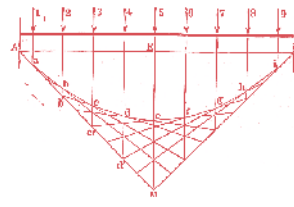


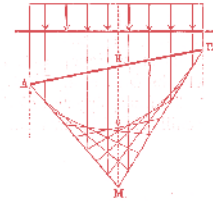
Claude-Louis Navier, *Resumé des leçons données a l'École de Ponts et Chaussées sur l'application de la méchanique a l'établissement des constructions et des machines*, 1864.





Franz Reuleaux, *Le constructeur, tables, formules, règles, tracés et renseignements pour la construction des organes de machines*, 1881.





diversos estudos de Euler, estão a operação com módulos e a teoria dos *grafos*, fundamento da matemática discreta.

Gradativamente a representação gráfica de caráter abstrato vai penetrando o mundo da engenharia e da construção. Claude-Louis Navier (1785–1836) foi um engenheiro politécnico típico: dedicou-se ao serviço público francês como construtor do Corps de Ponts et Chaussées; entre 1819 e 1835, lecionou mecânica aplicada na École Nationale des Ponts et Chaussées; em 1831, tornou-se professor da École Polytechnique. As ilustrações do seu *Résumé des leçons données a l'École de Ponts et Chaussées* já podem ser consideradas como um código distinto, que representa exclusivamente o produto almejado pelo projeto. Os materiais propriamente ditos estão apenas esboçados, e é impossível deduzir os processos construtivos a partir dos desenhos. A militância profissional de Navier coincide com o período pós-revolucionário francês, de transformações importantes na organização profissional dos engenheiros politécnicos, que assumiram uma posição de comando da produção do território francês. A construção de infraestrutura viária pelo Estado se deu a partir de teorias e práticas promovidas pelas escolas de engenharia, incluindo práticas de canteiro com subordinação mais sistemática do trabalho de oficiais e operários.

Um apontamento

Um passo a mais nessa cronologia seria compreender o modo como a mentalidade politécnica se difundiu além da França, sempre com foco no modo como a representação é utilizada e instrumentalizada. Um exemplo de representação proveniente da engenharia politécnica seria do engenheiro alemão Franz Reuleaux (1829–1905), já muito próxima da atualmente utilizada nas disciplinas de estruturas das escolas de arquitetura. Outro objeto interessante a ser analisado seria a descrição ilustrada que Vauthier faz das construções populares no Recife.[9]

O esquema aqui apresentado é, como o próprio título indica, um esboço, que deve ser ampliado, complementado, discutido. Mas ele evidencia pelo menos duas coisas. Uma é o fato de que o desenho de estruturas não coincide necessariamente com o desenho de construção; o que significa também que se pode conhecer profundamente as relações físico-matemáticas e representá-las com precisão, sem que isso

9 VAUTHIER, Des maisons d'habitation au Brésil, 1853.

resulte num desenho para a execução. Outra é que a progressiva hierarquização no mundo do trabalho é correlata à progressiva sofisticação de instrumentos abstratos e parciais. Isso significaria também que o emprego de modelagem paramétrica, BIM e outros recursos tende a promover, no âmbito do trabalho de projeto, uma hierarquização semelhante àquela que, entre os séculos XV e XIX, acometeu o trabalho de construção. Apenas não levará quatrocentos anos.

[2017]

O sonho da intuição estrutural ou a nostalgia do canteiro no desenho

Silke Kapp | Roberto E. dos Santos | Athos Silva

Dando continuidade ao tema do capítulo anterior, este texto analisa a noção de *intuição*, usualmente atribuída aos arquitetos (em contraste com a suposta racionalidade dos engenheiros). Depois de uma breve passagem pelos conceitos de intuição divina e humana na filosofia do século XVIII, ele mostra como os novos engenheiros dessa mesma época se esforçaram por dominar os meandros dos processos produtivos e desmantelar o saber e o saber-fazer tradicionalmente responsáveis pela estabilidade das construções. A interpretação é de que isso acabou reduzindo a produtividade dos canteiros, o que, por sua vez, não apenas tornou urgente uma 'ciência' das estruturas, como também resultou na busca por métodos 'intuitivos' de dar conta delas. O mais notável desses métodos foi a chamada *grafoestática*, uma técnica de análise e cálculo estruturais por meio de desenhos que deveria permitir decisões imediatas, à semelhança das operações atribuídas à intuição.[1]

Nas interseções da arquitetura com a engenharia estrutural, seja no ensino ou na prática profissional, o termo *intuição* nunca deixa de comparecer. Um exemplo imediato está no texto de chamada para o presente evento, que menciona "o aprendizado intuitivo do funcionamento das estruturas" como um tema a tratar. Outro exemplo é o relato de Vitor Lotufo sobre como começou a lecionar disciplinas de estruturas, junto com professores de engenharia, "no objetivo de amenizar e traduzir as aulas para alguma coisa mais palatável para estudantes de arquitetura" ou, como ele diz alguns parágrafos adiante, "para mentes mais próximas da arte do que da matemática".[2] Palavras como *amenizar* e *traduzir*,

1 Primeira publicação: O sonho da intuição estrutural ou a nostalgia do canteiro no desenho. In: Clécio Magalhães do Vale; João Marcos de Almeida Lopes; Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas; Rita de Cássia Pereira Saramago; Roberto Eustaáquio dos Santos (eds.). *Anais do III Encontro Nacional de Ensino de Estruturas em Escolas de Arquitetura*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2017, pp. 826–842.

2 LOTUFO, *Liberdade no espaço*, 2017, pp. 1–3.

assim como a contraposição de arte e matemática, são indícios do que aqui chamamos de "sonho da intuição estrutural": enquanto engenheiros calculam, arquitetos parecem almejar uma apreensão das estruturas que lhes permitiria tomar decisões certeiras sem passar por aquelas operações analíticas que, além de serem morosas, sempre implicam o risco de fazer perder de vista a totalidade estrutural e até, paradoxalmente, a operação da construção.

Nosso objetivo é uma breve investigação teórica e histórica acerca desse sonho da intuição estrutural, de seus conteúdos e origens, e das razões que o tornaram tão persistente. Começamos por apontamentos acerca do significado da intuição no contexto da filosofia do conhecimento do século XVIII, isto é, na soleira da revolução industrial e urbana. Examinamos então o início de uma reorganização dos canteiros de obra nesse mesmo período, relendo, à luz das proposições de Sérgio Ferro, a história da engenharia setecentista escrita por Antoine Picon. Inspirados na manufatura, os novos engenheiros se esforçam por uma subordinação do trabalho que já não será apenas formal, mas real. Ela entra nos meandros do processo produtivo e desmantela os ofícios da construção e o tipo peculiar de conhecimento técnico que garantia a estabilidade das construções até então. Arriscamos a interpretação de que o desenvolvimento de uma ciência das estruturas foi antes consequência do que causa daquele desmantelamento. Mas ela gera uma situação contraditória, mesmo do ponto de vista do comando: o tempo de trabalho, medida do lucro, aumenta em vez de diminuir. Nossa hipótese é que dessa contradição decorre a busca por métodos 'intuitivos' de definição das estruturas, como, particularmente, a *grafoestática*. Sabemos que a interpretação aqui ensaiada não oferece respostas pragmáticas à pergunta sobre o ensino de estruturas para arquitetos, mas ela ajuda a ver a própria pergunta com outros olhos, e disso derivam, sim, algumas indicações concretas, tratadas no último item do presente texto.

Um tema como a intuição de arquitetos versus o cálculo de engenheiros tende perigosamente a chavões (como intuição feminina versus racionalidade masculina). Por isso, cabe esclarecer desde já que nosso interesse não está na literatura de autoajuda sobre intuição nem nos papéis socialmente construídos e incorporados que ela fomenta. Interessa-nos, sobretudo, a diferença entre uma produção material regida por conhecimentos técnico-operativos e uma produção material regida por conhecimentos tecnológico-científicos.

Intuitio ou o conteúdo do sonho

Intuitio, em latim, deriva do verbo *tueri*, olhar atentamente, vigiar, supervisionar. A mesma raiz está em tutor e tutela. No século XIII, Wilhelm von Moerbeke, um tradutor da obra de Aristóteles para o latim, verte por *intuitio* o grego *epivole*, imposição. Um significado mais geral de intuição seria, então, a apreensão que se impõe à consciência de maneira instantânea ou *i-mediata*, sem a mediação do raciocínio. Intuitivo é o contrário de discursivo, metodicamente raciocinado. Intuição é o que simplesmente 'sei', sem provar, deduzir ou explicar.

A filosofia se divide em duas frentes quanto a esse tema: ora situa a intuição em campos que a ciência não alcança (mística, religião), ora vê nela a base epistemológica irredutível do próprio conhecimento científico. Nessa última acepção, há teorias do conhecimento que limitam a intuição à sensibilidade (apreensão de objetos empíricos), outras que a limitam ao intelecto, e ainda outras que admitem tanto intuição sensível quanto intuição intelectual. De todo modo, intuição se refere sempre a algo imediatamente presente na consciência.

O filósofo racionalista Christian Wolff retoma e detalha, em 1732, uma classificação do conhecimento e das respectivas representações (conteúdos da consciência) que, pelo menos no que diz respeito aos limites da intuição humana, reflete a concepção predominante no período do Esclarecimento ou Iluminismo.[3] Ela nos interessa porque nesse período começa a ser aplicada a nova ciência (a física de Newton), ensaia-se a divisão do trabalho que o século XIX levará às últimas consequências e surgem as primeiras tentativas de uma ciência matemática das construções.

O nível mais rudimentar do conhecimento seria, segundo Wolff, a *cognitio obscura*, proveniente de representações que nem sequer diferenciam um objeto do seu contexto. A consciência de uma sensação do corpo tem essa característica: uma dor existe, mas não forma um objeto. O nível seguinte seria a *cognitio clara confusa*, cujas representações diferenciam um objeto com clareza, mas não diferenciam os elementos que o compõem. Confuso, aqui, significa fusionado, misturado. As imagens mentais que formamos dos objetos têm essa característica. Subindo mais um nível, o conhecimento se torna *claro* e *distinto*: o

3 WOLFF, *Psychologia empirica*, [1732] 1738; cf. KAPP, *Non satis est: excessos e teorias estéticas no Esclarecimento*, 2004.

objeto é representado na consciência como uma totalidade composta de elementos diferenciados entre si. E quando essa diferenciação é, também, exaustiva, não ignorando nenhum dos elementos do objeto, a representação chama-se *adequada*. O conhecimento mais perfeito seria a *cognitio adequata intuitiva*, ou seja, um conhecimento que apreende a totalidade de um objeto em cada um de seus elementos e cada uma de suas relações, e que faz isso instantaneamente, sem a mediação de conceitos e sem dissecação analítica. Tal conhecimento adequado e intuitivo, no entanto, está reservado a Deus. A nós, humanos, apenas o conhecimento obscuro (das sensações) e o conhecimento claro confuso (das imagens) são dados pela intuição. Chegar aos demais níveis exige a mediação de conceitos, análise, matemática etc. Para alcançar representações claras distintas e adequadas, precisamos de uma passagem pelo pensamento, que leva tempo.

Observe-se, no entanto, que a *cognitio clara confusa*, por princípio inferior, tem a atraente característica da instantaneidade. A satisfação que propicia compensa o fato de ela não alcançar verdades últimas. Pouco depois da sistematização de Wolff, seu aluno Alexander Baumgarten explora justamente esse aspecto do conhecimento claro confuso para inaugurar a "ciência do conhecimento sensível" ou *Aesthetica*, que mais tarde se torna uma disciplina filosófica e uma maneira nova de conceber a recepção das (belas) artes.[4]

Mas a estética como disciplina demora a se instituir. Quando Kant desenvolve, na *Crítica da razão pura*, a teoria do conhecimento que explicaria o revolucionário avanço da física newtoniana, ele ainda considera equivocada a apropriação do termo alemão *Ästhetik* para aquilo que em outras línguas era chamado de crítica do gosto.[5] À maneira antiga, Kant entende *aisthesis* como sinônimo de receptividade dos sentidos e denomina "estética" a parte da teoria que trata do funcionamento da sensibilidade, complementar à "lógica", que trata do funcionamento do entendimento.

Sem nenhuma pretensão de entrar nos meandros da filosofia kantiana e tomando uma distância um pouco maior do que os especialistas nesse assunto costumam fazer, talvez não seja abuso dizer que a *Crítica da razão pura* se lê como uma descrição da divisão do trabalho

4 BAUMGARTEN, *Philosophische Betrachtungen über einige Bedingungen des Gedichtes*, [1735] 1983.

5 KANT, *Crítica da razão pura*, [1787] 2015, p. 72 (B36).

no interior do aparato cognitivo humano. As únicas portas de entrada para a consciência são os sentidos (visão, audição etc.), mas as afetações que recebem se ordenam imediatamente segundo o que Kant chama de "formas puras da intuição sensível": espaço e tempo. Assim, a sensibilidade produz "intuições", dados externos informados por tempo e espaço, que constituem a matéria-prima com que a faculdade do entendimento será capaz de pensar "conceitos". Apenas nessa conjunção de sensibilidade e entendimento se chega ao conhecimento. Para Kant, não existe conhecimento intuitivo, da mesma maneira que não existe intuição intelectual. Intuições são sempre sensíveis e o conhecimento é sempre um processamento dessas intuições mediante raciocínios.

Mais tarde, na *Crítica da faculdade do juízo*, Kant reconsidera a questão da estética ou crítica do gosto.[6] A prazerosa instantaneidade do "conhecimento sensível", como Baumgarten o chamara, é explicada como jogo livre entre as faculdades da imaginação e do entendimento, que não leva a nenhum conhecimento, mas gera o sentimento de que uma representação (da consciência) faz sentido. Pode-se dizer, numa linguagem não rigorosamente kantiana, que o belo provoca a ilusão daquele conhecimento intuitivo que, na verdade, nos falta; parece que apreendemos uma totalidade em todas as suas partes, sem fazer esforço.

O que seria, à luz dessas teorias, o conteúdo da intuição estrutural com que os arquitetos sonham? Tal como a intuição divina ou intelectual, intuição estrutural significaria que um arquiteto, diante de um projeto ou uma construção, teria imediatamente o conhecimento claro, distinto e adequado da estrutura, na sua totalidade e em cada elemento e relação. Como isso não é possível, costumamos recorrer às representações de que temos intuição: objetos palpáveis e imagens, de fato mais próximos das artes do que da matemática, como diria Lotufo. Fazemos modelos e desenhos para driblar ou atalhar aquilo que, não por acaso, se chama *análise* estrutural — dissecação do objeto e perda da totalidade. Mas modelos e desenhos contêm armadilhas: quando apresentam coerência visual ou são, nos termos de Kant, belos, provocam o jogo livre de imaginação e entendimento que leva à prazerosa ilusão de uma compreensão imediata que na realidade não ocorreu.

6 KANT, *Crítica da faculdade do juízo*, [1790] 1995.

Ars ou a origem do sonho

Poderíamos concluir simplesmente que arquitetos precisam estudar mais teoria do conhecimento para entender que, por esse caminho, não chegarão a um domínio da ciência das estruturas. Entretanto, o que as considerações feitas até aqui não esclarecem é a origem daquele sonho e os motivos que levam a acreditar na possibilidade de uma intuição estrutural.

Como já indicado, o século XVIII é o período decisivo nesse sentido porque nele o capital, pouco a pouco, redistribui os papéis para organizar os procedimentos produtivos que lhe serão mais convenientes. O desmantelamento do conhecimento técnico tradicional dos ofícios faz parte desse processo, não apenas na construção, mas em toda parte. Por volta de 1680, o inglês *technology*, assim como o francês *technologie* significavam o estudo do vocabulário dos ofícios, que em grego se chamavam *technai* e em latim *ars*.[7] O *logos* das técnicas ou artes era o registro das palavras usadas no seu exercício. Dez anos depois, Leibniz sugeria que os homens letrados, que sabem se expressar por escrito, deveriam recolher, além do vocabulário, "a infinidade de belos pensamentos e observações úteis [...] que se acham dispersos entre os homens na prática de cada profissão".[8] O *logos* da técnica passou a ser o registro do conhecimento gerado e empregado no seu exercício. Na década de 1750, Diderot e D'Alembert começavam a publicar a *Encyclopédie* ou o *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, o compêndio racionalizado de ciências, artes e ofícios, que consistiu justamente naquela coleta que Leibniz havia sugerido e que tornaria o conhecimento técnico acessível a todas as pessoas (letradas). Parece democrático, mas foi também uma afronta: validava o que era passível de codificação em palavras, números e desenhos, e desqualificava qualquer outro tipo de conhecimento, incluindo aquele adquirido na experiência concreta de operações materiais e transmitido por imitação de gestos, mais do que por codificação.

As manufaturas são as organizações que tornam mais evidente a necessidade dessa 'captura' de conhecimento técnico tradicional. Elas ainda não dispõem de máquinas e dependem da habilidade dos

7 Cf. WILLIAMS, *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, [1983] 2011, 392.

8 LEIBNIZ, Discours touchant la méthode de la certitude et de l'art d'inventer pour finir les disputes et pour faire en peu de temps de grands progrès, [1690] 1885, p. 176.

trabalhadores, mas já se assemelham à indústria mecanizada pelo fato de subdividirem a produção em operações separadas, articuladas entre si apenas por uma instância de comando. O caso mais célebre é a fábrica de alfinetes com que Adam Smith, em *A riqueza das nações*, exemplifica o aumento de produtividade pela divisão do trabalho: "Um operário desenrola o arame, outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça" e assim por diante, até que o tradicional ofício de alfineteiro se desdobra em "18 operações distintas".[9] O conjunto dos trabalhadores produz infinitamente mais alfinetes do que um grupo equivalente de alfineteiros tradicionais, mas nenhum deles conseguiria produzir, sozinho, um alfinete sequer. O resultado é o que Marx chamará depois de *idiotisme du métier*, o idiotismo adquirido pelo trabalho, mesmo em ramos outrora respeitados pela qualificação.[10]

Bem antes de Adam Smith, na década de 1740, o engenheiro Jean Rodolphe Perronet já estudava meticulosamente o mesmo processo manufatureiro de produção de alfinetes numa fábrica na Normandia. Segundo Picon, seu interesse "estava precisamente na padronização dos procedimentos, na definição de tarefas e na divisão do trabalho que era reconstituído mediante o processo da manufatura".[11] Em 1747, logo depois de seus estudos na fábrica, Perronet se tornou o primeiro diretor da École Royale des Ponts et Chaussées, cargo que ocupou por quase meio século. Nesse período não apenas escreveu para a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert, como também, ainda inspirado pela fabricação de alfinetes, iniciou o novo "sistema dos engenheiros", para reorganizar, padronizar e quantificar a construção civil.

Entender o que isso significou na prática pressupõe lembrar (ou reconhecer) que até então a estabilidade das edificações era de responsabilidade do corpo produtivo no canteiro, sem instância externa que lhe dissesse como fazer. Sérgio Ferro o mostrou de muitas maneiras em diversos escritos.[12] É verdade que a subordinação dos canteiros remonta ao gótico tardio e que, desde o Renascimento, arquitetos se serviram dos instrumentos de desenho e de uma linguagem estranha à lógica dos materiais e processos construtivos. Mas suas prescrições

9 SMITH, *A riqueza das nações*, [1776] 1996, p. 66.

10 MARX, *A miséria da filosofia*, [1847] 1985, p. 134.

11 PICON, *French architects and engineers in the age of enlightenment*, 1992, p. 390.

12 Cf. FERRO, *Arquitetura e trabalho livre*, 2006.

levaram a uma subordinação ainda apenas formal do trabalho, na qual o conhecimento dos construtores continuou regendo o processo produtivo. As ordens 'clássicas', aparentemente estruturais, sempre foram decoração, máscara, cenário de pilastras, colunas, arquitraves, sustentado pela carpintaria e pelas alvenarias de pedra e tijolo dos oficiais da construção. Essa relação tem sido obsessivamente ignorada pela historiografia da arquitetura, que, como diz Ferro, chega a discutir a sério a "competência estática" dos elementos decorativos — "é como discutir sobre as asas dos anjos de Tintoretto e sua capacidade de lhes sustentar o voo".[13] No entanto, repetimos, apenas o reconhecimento de que a ficção construtiva do desenho arquitetônico sempre dependeu de uma estrutura real, produzida no canteiro e segundo a sua lógica, permite compreender o que se passa quando a École des Ponts et Chaussées ascende de um mero departamento de Estado a uma instituição independente e passa a formar profissionais para orquestrar a construção.

Àquela altura, o trauma da subordinação formal parecia superado. Arquitetos, empreiteiros, oficiais e trabalhadores não qualificados haviam se arranjado uns com os outros. O negócio da construção envolvia uma infinidade de ramos e ofícios diferentes, cada qual com regulações, hierarquias e formas de remuneração próprias. "Um pedreiro podia construir um muro sem nenhuma ajuda externa e o mesmo era verdade, nos seus domínios, para carpinteiros e ferreiros"; os arquitetos "não tinham opção senão respeitar os costumes em vigor", deixando que os oficiais fizessem seu trabalho; "era preciso simplesmente definir a operação requerida com alguma precisão e antecipar o resultado final".[14] A construção era lucrativa, mas de capital difuso. E, a bem da verdade, continuou assim na maioria dos empreendimentos, seja na França ou em outros lugares. Basta ver que Artigas ainda fala de "resquícios medievais", porque os arquitetos de sua geração, antes de se tornarem modernos, costumavam deixar um vão para o escadeiro em vez de desenhar escadas.[15]

Contudo, ao lado da construção ordinária, corriqueira, houve empreendimentos no tempo de Perronet que tornaram relevante a economia de escala, em particular na construção e manutenção de estradas. O sistema dos engenheiros começou a ser experimentado nesse contexto,

13 FERRO, *Michelangelo: arquiteto e escultor da capela dos Médici*, [1998] 2016, p. 19.

14 PICON, *French architects and engineers in the age of enlightenment*, 1992, p. 142.

15 ARTIGAS, Argüição de memorial, [1984] 2004, p. 203.

que requer operações materiais e aritméticas suficientemente simples para permitir razoáveis previsões de custos e prazos. O passo seguinte foi a tentativa de aplicar a mesma lógica à construção de pontes. Como nesse caso as operações são mais sofisticadas e a mão de obra é mais qualificada e diversa, os cálculos de materiais e tempo de trabalho se tornavam mais difíceis. Os engenheiros se aproximaram da questão por meio de descrições cada vez mais minuciosas do produto e do passo a passo de sua execução. "Como num modelo anatômico, o plano exibia as diferentes camadas da construção".[16] O caminho entre concepção e realização já não era deixado às decisões de múltiplos agentes, mas passava a fazer parte do projeto.

Em 1773, por exemplo, Perronet faz uma preleção na Académie Royale des Sciences, intitulada *Memória sobre o cimbramento e o decimbramento de pontes, e sobre os diferentes movimentos dos arcos durante a sua construção*.[17] O título e as ilustrações não deixam dúvida de que o tema é o processo. Em 1793, Perronet publica um *Projeto de uma ponte de vão de carpintaria de trinta e seis pés, aberta na parte superior* [levadiça], *de dez pés de largura e sem chave*.[18] O documento contém uma única prancha de desenho, mas vinte e sete páginas de descrição dos componentes, com todos os pesos e medidas. Ou, para citar um último exemplo, o livro mais conhecido de Perronet trata de projetos e construções de pontes, incluindo um suplemento com ilustrações dos dispositivos usados nos canteiros.[19] À diferença dos arquitetos do classicismo francês, Perronet tenta imprimir aos empreendimentos construtivos, do início ao fim, uma lógica única, que se aplica aos meios de produção da mesma maneira que à força produtiva: "Forma e processo de construção foram fusionados, assim como trabalho e materiais foram postos na mesma condição. Como os trabalhadores, via-se a pedra 'trabalhando' no arco da ponte; ela carregava tanto a marca de sua origem geológica quanto a marca do esforço despendido em cortá-la".[20]

16 PICON, *French architects and engineers in the age of enlightenment*, 1992, p. 153.

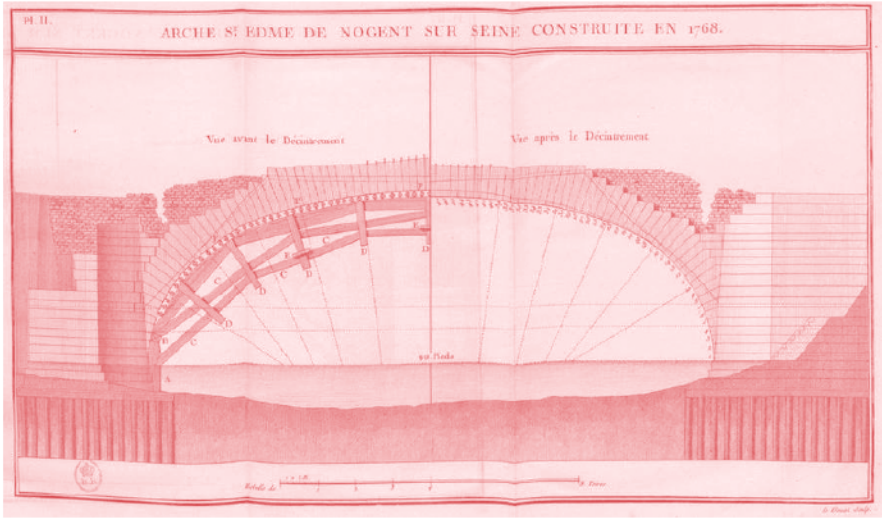
17 PERRONET, *Mémoire sur le cintrement et le décintrement des ponts et sur les différens mouvemens que prennent les voûtes pendant leur construction*, 1777.

18 PERRONET, *Projet d'un pont d'une travée de charpente, de trente-six pieds ouverte à son sommet, de dix pieds de largeur et sans clef*, 1793.

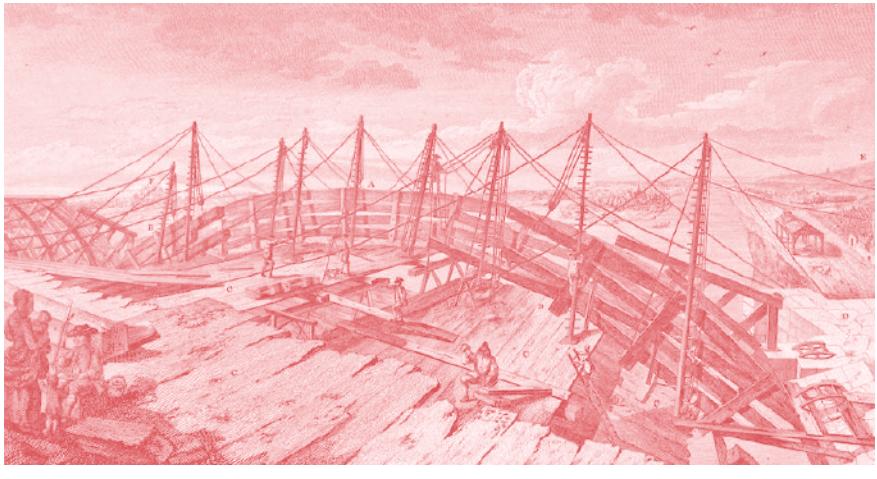
19 PERRONET, *Description des projets et de la construction des ponts de Neuilly, de Mantes, d'Orléans, de Louis XVI & autres*, 1789.

20 PICON, *French architects and engineers in the age of enlightenment*, 1992, p. 168.

Jean Rodolphe Perronet, processo construtivo de uma ponte de pedras antes e depois da retirada do cimbramento, *Mémoire sur le cintrement et le décintrement des ponts, et sur les différens mouvemens que prennent les voûtes pendant leur construction*, 1777.



Jean Rodolphe Perronet, canteiro de uma ponte, *Description des projets et de la construction des ponts de Neuilly, de Mantes, d'Orléans, de Louis XVI & autres*, 1789.



A partir de uma formação profissional atual, tendemos a imaginar que a estabilidade das construções teria sido sempre um grande problema para os construtores, até surgir uma ciência físico-matemática para salvá-los. Na realidade, nem os arquitetos do século XVIII, nem os engenheiros da escola de Perronet tinham um 'problema estrutural'. Dizia-se que a solidez estaria garantida se fossem respeitadas certas proporções no desenho e se a execução fosse bem feita; o que, traduzido, significa que as construções seriam estáveis se os projetistas deixassem espaço para que os construtores erguessem a estrutura portante dentro dos volumes desenhados, usando dimensões e conexões de eficácia comprovada por uma tradição empírica de séculos. O problema estrutural aparece quando o comando externo entra nos meandros desse processo em busca de economia de material e trabalho, restringindo a possibilidade de o corpo produtivo agir conforme o próprio conhecimento técnico. O intuito de uma racionalização dos canteiros abala a naturalidade (ou a cegueira) com que se costumava lidar com a duplicidade de estrutura fictícia visível e estrutura portante invisível.

Picon não explicita a questão nesses termos, mas ele nota, por exemplo, que "a construção clássica em cantaria envolvia materiais adicionais que eram usualmente escondidos dentro das grossas paredes".[21] Nesse contexto, ele cita também queixas como a de Laugier acerca das "enormes massas que se encontram muito frequentemente nas nossas construções modernas".[22]

Ora, a engenharia de pontes desenvolvida por Perronet levou a inovações nas formas de arcos e pilares para torná-los menos massivos do que de costume, mas, se observarmos de perto essas mudanças, elas não chegam a impressionar pela concepção estrutural. São experimentos empíricos que se apoiam inteiramente no conhecimento dos canteiros e na habilidade dos trabalhadores. Para ir além, reduzindo ainda mais o consumo de material e simplificando os procedimentos da construção (rumo aos procedimentos da fábrica de alfinetes), seria preciso, agora sim, descobrir e codificar com exatidão as premissas da solidez.

O cálculo não foi o único recurso para isso. Em paralelo e em concorrência com ele, persistiu a ideia de que uma sensibilidade (ou intuição) visual e a experiência na lida com os materiais seriam as competências

21 Ibidem, p. 146.

22 Marc-Antoine Laugier apud PICON, *French architects and engineers in the age of enlightenment*, [1988] 1992, p. 148.

mais decisivas para a estabilidade das construções. A captura do conhecimento técnico se mostrou mais difícil do que o esperado, não apenas pela resistência dos artífices em comunicar seus segredos, mas porque algo de fato se perde na tradução da técnica para a *tecno-logia*, o *logos* da técnica.

É difícil descrever em palavras o que seria esse algo; caso contrário, não se perderia. No século XII, quando os ofícios floresciam, Hugo de São Vítor o denominou *scientia mechanica*: a (cons)ciência desenvolvida na manipulação da matéria.[23] No final do século XX, Roger Coleman atribuiu a essa consciência operativa nada menos que todo o desenvolvimento da tecnologia moderna e previu que sua eliminação será "tão prejudicial para o futuro quanto a destruição das florestas tropicais".[24] Não apenas os objetos imprescindíveis ao avanço científico — de instrumentos de medição a componentes mecânicos e vidraria — foram produzidos manualmente por artífices e com uma precisão na casa dos mícrones, como também a própria inventividade necessária a esse avanço proveio dos ofícios. Sérgio Ferro fala da "fartura inventiva de um processo produtivo capaz de reagir a seu próprio andamento — o que é impossível no quadro rígido da exploração".[25] As atividades do artífice desmentem a oposição entre "os fatos do cérebro e os feitos das mãos", como diz João Marcos Lopes.[26] E, como mostra Richard Sennett num livro recente e de bastante sucesso, as descobertas da neurociência confirmam que há um nexo direto entre a operação manual e a capacidade intelectual — algo como uma "consciência material" ou uma "inteligência operacional".[27] O artífice, diz Sennett, é capaz de se aprofundar no processo produtivo, errar e refazer, respondendo à singularidade de um material e chegando a produtos — como os violinos de Antonio Stradivari, por exemplo — de um nível de excelência que as melhores máquinas até hoje não imitam. Pena que Sennett não tenha lido Sérgio Ferro e, sem criticar a ideologia dominante, confunda a arquitetura com o ofício do desenho, que estaria se perdendo nas tecnologias digitais. Se o tivesse lido, reconheceria o óbvio: a experiência da materialidade arquitetônica não está na operação do lápis sobre o papel, mas no canteiro de obras.

23 HUGO DE SÃO VÍTOR, *Didascalicon ou da arte de ler*, [1127] 2001, p. 110.

24 COLEMAN, Design and technology in Nowhere, 1991, p. 32.

25 FERRO, *Artes plásticas e trabalho livre*, 2015, p. 11.

26 LOPES, *Em memória das mãos*, 2006, *passim*.

27 SENNETT, *O artífice*, [2008] 2009.

Por volta de 1800, os escritos do arquiteto francês Charles-François Viel dão amostras de como a ascensão do sistema dos engenheiros e do cálculo foi percebida. Seus títulos indicam o tom da controvérsia: *Decadência da arquitetura ao final do século dezoito*,[28] *Da impotência das matemáticas para assegurar a solidez das construções*,[29] *Da solidez das construções a partir das proporções de ordens da arquitetura*.[30] Viel costuma ser lido como se fosse apenas um conservador em defesa de uma tradição teórico-arquitetônica baseada em Vitrúvio. Mas, de fato, sua oposição às inovações tecnológicas também é uma defesa do conhecimento técnico dos canteiros. Ele não vocifera somente contra o "espírito de moda" e as "ordens desnaturadas", mas ainda mais contra o "aparelho científico do cálculo" e a ciência que "certos doutores" vinham prescrevendo à construção.[31] Considerando os problemas estruturais de algumas obras monumentais da época — em particular o Panthéon, projetado por Soufflot —, Viel pergunta: "Onde está a garantia dos novos cálculos?". E ele conclui que os "sábios da matemática [...] não estão de acordo entre si sobre a precisão de suas teorias [quando] aplicadas à arquitetura" nem teriam motivo para crer tais teorias "infalíveis e indispensáveis para a arquitetura, porque antes delas os monumentos mais sólidos e belos foram erguidos", ao passo que, depois, "a solidez das construções tem sido comprometida".[32]

Como, então, Viel imagina garantir solidez e durabilidade? Antes de tudo, ele desconfia das regras matemáticas porque elas se referem abstratamente ao dimensionamento geral, sem considerar minúcias e singularidades de materiais e componentes: "para construir solidamente, é certo que as regras, somente, são insuficientes, [...] é impossível dar regras simples e fáceis para determinar as dimensões de todas as partes de um edifício".[33] E ele usa um argumento que continua pertinente, mesmo nas nossas circunstâncias de uma engenharia estrutural avançada e materiais predominantemente homogeneizados pela produção industrial:

28 VIEL, *Décadence de l'architecture à la fin du XVIII^e siècle*, 1800.

29 VIEL, *De l'impuissance des mathématiques pour assurer la solidité des bâtimens et recherches sur la construction des ponts*, 1805.

30 VIEL, *De la solidité des bâtimens, puisée dans les proportions des ordres d'architecture*, 1806.

31 VIEL, *Décadence de l'architecture à la fin du XVIII^e siècle*, 1800, pp. 5, 7, 22.

32 Ibidem, pp. 25, 31.

33 Ibidem, p. 28.

> [...] não basta, para assegurar a solidez dos arcos, por exemplo, saber, pelo cálculo, que as paredes que deverão suportá-los terão uma espessura conforme à natureza de sua curva, o tamanho do seu diâmetro e a altura das próprias paredes, porque as modificações que se tem de fazer nas pranchas [*tables*] preparadas pelos geômetras para esse fim são infinitas na prática, seja pela divergência nos planos, [...] seja pela variedade de espécies de materiais e a maneira de empregá-los na obra. É por isso que [...] as teorias das ciências exatas [...] relativas à arquitetura serão sempre defeituosas.[34]

Hoje, tendemos a atribuir o insucesso de concepções estruturais exímias a canteiros mal gerenciados ou a uma mão de obra incompetente. Mas Viel tem razão ao afirmar que a construção concreta precede o cálculo abstrato. As particularidades dos sítios, dos materiais e das pessoas que os operam não são, como tais, contingências ou acidentes. Elas são a própria essência da atividade da construção. Viel diz que os melhores arquitetos "sabem da vantagem da experiência sobre as demonstrações matemáticas para construir" e que desenho e matemática não levam a nada sem a familiaridade com os materiais e meios de execução.[35] "A solidez de uma construção depende tanto da natureza de suas formas, da qualidade e da espécie dos materiais, dos seus encadeamentos e do capricho na execução, quanto da espessura de suas paredes".[36]

A formação num ofício demora pelo menos o mesmo tempo que uma formação acadêmica, o que irritava Adam Smith e seus contemporâneos porque impedia o crescimento rápido da mão de obra qualificada. Por outro lado, uma vez formados, bons artífices conseguem decidir e executar operações complexas muito mais rapidamente do que se consegue defini-las em palavras ou números. É isso que possibilita a "fartura inventiva" e as mudanças de rumo no meio do processo. E é isso, também, que dá ao espectador externo a impressão de uma ação intuitiva, sem longos raciocínios. Portanto, a ideia da intuição estrutural — que talvez fosse mais bem entendida como intuição *construtiva* — não é um delírio de artistas geniais que nada entendem de matemática. Sua origem está na experiência dos canteiros. O "sistema dos engenheiros" consistiu na tentativa de tornar a produção independente dessa experiência, primeiro pela quantificação de produtos

34 Ibidem, p. 30.

35 Ibidem, pp. 20, 29.

36 Ibidem, pp. 26–27.

e processos, e depois, sucessivamente, por uma ciência das estruturas. (Aliás, que àquela altura arquitetos saíssem em defesa do canteiro chega a ser uma ironia da história.)

Grafoestática e a persistência do sonho

Façamos um pequeno salto no tempo e na imaginação, para uma obra de ferrovia em meados do século XIX. Ocorre uma situação inesperada: uma parte da estrutura que estava quase pronta entra em colapso. Um engenheiro tem a incumbência de dizer aos trabalhadores o que fazer. Mas, para isso, precisa fazer contas, muitas contas. Ele para a obra, se recolhe ao escritório. Enquanto isso, os trabalhadores começam a testar reforços na parte colapsada. Quando o engenheiro volta com a solução matemática, tudo já está de pé novamente. Mas, ao contrário do que se esperaria, ele não fica satisfeito. Com o argumento de que não pode garantir cientificamente a estabilidade daquela 'gambiarra', ele manda derrubar e refazer tudo à maneira que seus cálculos exigem.

A situação é inventada, mas poderia ter acontecido. Embora cálculo, demolição e reconstrução impliquem mais tempo perdido, nosso engenheiro não pode abrir mão de sua autoridade pessoal sobre os trabalhadores e da autoridade da ciência físico-matemática sobre o conhecimento operativo. A mesma circunstância que exige processos de trabalho cada vez mais velozes exige que nenhuma decisão seja tomada pelas pessoas que realizam esses processos. Em vez disso, é necessário prescrever de fora, a partir de um trabalho 'intelectual' extremamente demorado.

Um dos indícios mais evidentes de que essa contradição se instalou cedo nos canteiros de obra é o desenvolvimento de meios gráficos para a definição das estruturas. O passo inicial nessa direção costuma ser atribuído a Louis-Ezéchiel Pouchet, proprietário de uma manufatura de algodão em Rouen, que publicou, no "terceiro ano da República", um manual de gráficos para facilitar conversões para o novo sistema métrico usando um compasso, sem fazer contas e sem ler e escrever.[37] O método se chamava "aritmética linear", "cálculo linear" ou "cálculo gráfico", e era de fato um gestual tirado da tradicional geometria

37 POUCHET, *Tableau des nouveaux poids, mesures et monnoies de la République française*, 1794.

operativa dos construtores.[38] Em 1839, o engenheiro da École des Ponts et Chaussées, Barthélémy-Edouard Cousinéry, publicou o que é considerado o primeiro tratado de cálculo gráfico: *O cálculo pelo traço, seus elementos e suas aplicações*.[39] Então, em 1866, Karl Culmann, engenheiro suíço e professor da ETH de Zurique, publicou a primeira edição de *Die graphische Statik*, a estática gráfica ou grafoestática.

Culmann deixava clara a questão já na introdução: "O que fazer com todas aquelas teorias a que os diversos ramos da engenharia passíveis de tratamento científico incitaram [...], mas que são demasiadamente complicadas para a aplicação a cada caso singular que se apresenta na prática?".[40] Ele cita como precedentes Cousinéry, que considerava aquém da matemática de seu tempo, bem como Poncelet, que teria sido o primeiro a tornar soluções analíticas visualmente presentes por meio de desenhos, sem, no entanto, aplicar esse recurso à construção. Também era familiar a Culmann o método de definição de treliças do matemático italiano Luigi Cremona, com quem tinha contato pessoal. Mas o objetivo de Culmann era mais ambicioso: em vez de facilitar operações práticas ou tornar o cálculo acessível aos menos instruídos, ele visava a um procedimento de desenho que possibilitasse aos engenheiros — e somente a eles — chegar a determinações que, pelo cálculo, levariam anos de trabalho ou seriam mesmo impossíveis.

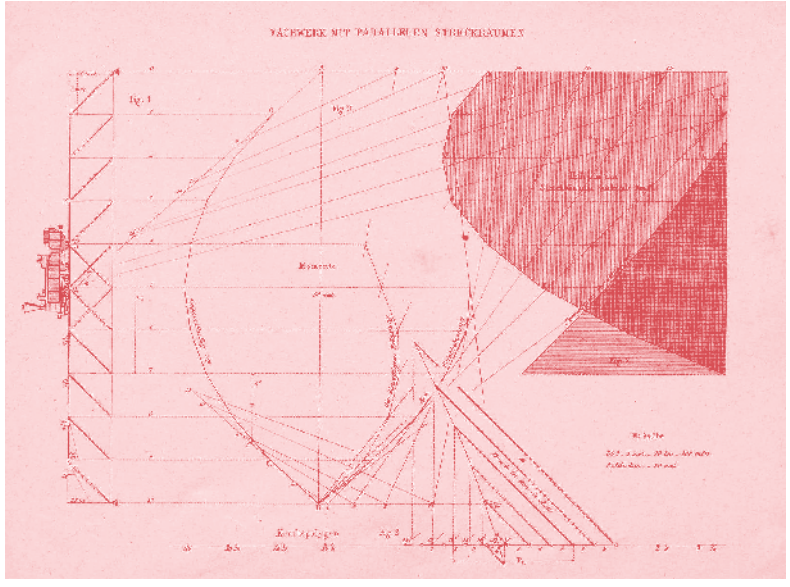
A grafoestática de Culmann nada tinha de simples ou imediata. Ela exigia uma formação acadêmica de vários anos, cujo currículo Culmann discutiu longamente, lamentando a deficiência da maioria das instituições de ensino superior de seu tempo. Um prerrequisito era o domínio da nova geometria de Jacob Steiner, isto é, a parte da geometria projetiva de raciocínio puramente espacial, sem coordenadas ou fórmulas. Contudo, dadas essas premissas, os engenheiros aprenderiam a lidar com as estruturas de uma maneira tão rápida e certeira quanto um artífice experiente. O nexo entre seus olhos, cabeças e mãos se desenvolveria no papel em vez de se desenvolver no material de construção. Chegariam de novo àquele tipo de conhecimento que ao espectador externo parece intuitivo: apreensão imediata da totalidade e todos os seus elementos e relações.

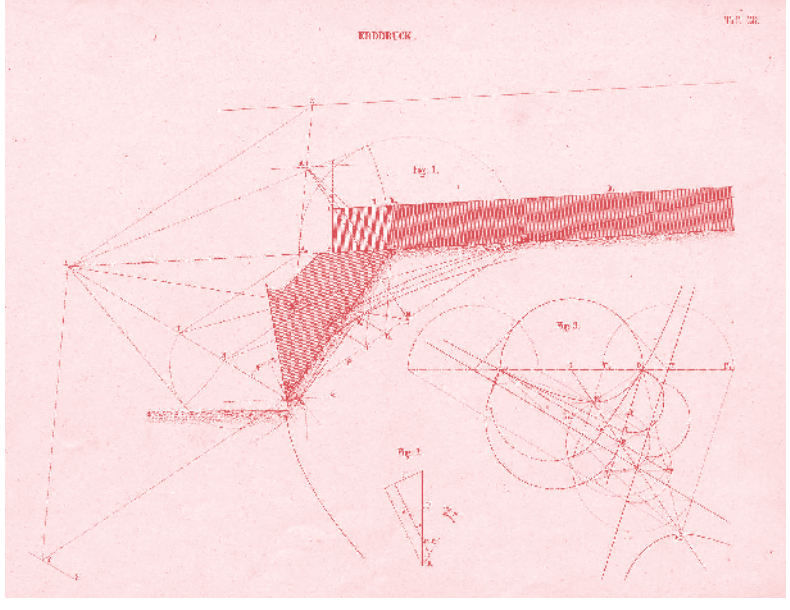
38 TOURNÈS, Construire pour calculer, 2014.

39 COUSINÉRY, *Le calcule par le trait, ses éléments et ses applications*, 1839; cf. TOURNÈS, Construire pour calculer, 2014, p. 269.

40 CULMANN, *Die graphische Statik*, 1866, p. v.

Karl Culmann, cálculos gráficos de uma ponte ferroviária e de um talude, *Die graphische Statik*, 1866.





Em 1866, Culmann não imaginava que seu método fosse adequado a arquitetos, porque lhes faltaria raciocínio espacial abstrato. Porém, há uma conexão direta entre sua abordagem e aquela adotada pela Bauhaus nos anos 1920. Detalhar essa história exigiria um estudo à parte, mas ela merece algumas breves indicações.

O suíço Jacob Steiner, autor da geometria em que a grafoestática se baseia, é tido por maior gênio da geometria pura depois de Euclides. Curiosamente, ele aprendeu a ler apenas aos quatorze anos de idade e, pouco depois, foi aluno de Johann Heinrich Pestalozzi, criador da chamada pedagogia intuitiva ou visual (*Anschauungspädagogik*). Pestalozzi desenvolveu uma concepção de letramento gráfico, exposta pela primeira vez num livro de 1803, intitulado *ABC der Anschauung* (Alfabeto da intuição). Por meio de exercícios de desenho, crianças ainda muito jovens aprendiam a pensar visual e graficamente, traduzindo o mundo cotidiano para uma linguagem de formas e relações geométricas. Essa pedagogia intuitiva de Pestalozzi avançou depois nos trabalhos do seu colaborador Friedrich Fröbel, de quem herdamos a instituição do *Kindergarten* e os brinquedos de madeira em formas geométricas simples e cores primárias. Mais ainda do que Pestalozzi, Fröbel combinou o letramento gráfico com a manipulação de objetos e materiais.

Sua influência em concepções modernas de artes plásticas e arquitetura é conhecida. Em particular os arquitetos e artistas da primeira fase da Bauhaus conceberam um currículo que combinava o letramento visual com um letramento manual ou artesanal, aparentemente reunindo mão e cabeça, não apenas na representação gráfica, mas na operação material.

Enquanto a grafoestática de Culmann é tão abstrata quanto a análise matemática, deixando de fora tudo a que Viel atribuía a solidez das construções (escolha de materiais um a um, assentamentos e junções afinadas às singularidades, mãos habilidosas etc.), a abordagem da Bauhaus promete uma recuperação do saber de ofício. O paradoxo é que os materiais em questão são, por sua vez, abstratos. Da mesma maneira que não se aprende a construir desenhando, não se aprende a construir empilhando bloquinhos nem fazendo roupas, bules, cadeiras ou luminárias. A intuição que se forma nesse processo tende a ser ainda mais falaciosa que a do desenho, que pelo menos sabe de sua distância da construção. Um velho brinquedo fabricado ainda hoje, "O pequeno constructor", sintetiza o paradoxo de maneira quase caricatural: blocos de Fröbel acrescidos da figuração de um aparelho de alvenaria — de

cuja função real ninguém mais se lembra e que não importa na montagem — sugerem estimular a intuição para a construção 'de verdade'. Seria melhor deixar as crianças brincar de cabaninha.

Três hipóteses a discutir

Vê-se, enfim, que a ideia da intuição estrutural que assombra o ensino de arquitetura vem de uma longa e intrincada história e, ao contrário do que o termo sugere, nada tem de natural ou imediata. Mas essa história abre pelo menos algumas hipóteses acerca do ensino de estruturas para arquitetos.

Em primeiro lugar, caberia considerar que análise e cálculo estruturais não coincidem automaticamente com um conhecimento de construção. Como arquitetos, tendemos a identificar a engenharia civil com os ofícios da construção porque o 'sistema' que se cristalizou no século XVIII de fato alterou os procedimentos nos canteiros. Mas esse sistema e a ciência das estruturas a que deu início mantiveram, em relação às operações concretas, um distanciamento pelo menos tão grande quanto o dos arquitetos. Ao mesmo tempo, a abstração com que o sistema dos engenheiros opera, seja no cálculo estrutural ou na quantificação de material e trabalho, não deixa nada a dever ao desenho dos arquitetos no que diz respeito à subjugação da construção. O real é forçado a se assemelhar às abstrações que o comandam. Portanto, se quisermos adquirir conhecimentos de construção, o meio para isso não é a engenharia estrutural, mas uma aproximação direta daquilo que resta dos ofícios e do que se pode recuperar e inovar a partir deles.

Um segundo aspecto a considerar é que a matemática avançada com que a engenharia estrutural opera, por mais que seja indispensável nos modelos teóricos e nas peripécias de algumas megaobras, não é o principal determinante do que ocorre de fato na maior parte dos empreendimentos construtivos. Coeficientes de segurança de quarenta por cento, como usados no Brasil, fazem duvidar da necessidade da precisão matemática. A justificativa para isso é sempre a execução incompetente, mas não se explica por que um aumento das cargas de tal magnitude compensaria esse fator. E, ainda mais importante, a maioria das concepções estruturais rotineiras deriva de análises de elementos isolados e das respectivas simplificações geométricas, enquanto se evitam formas estruturalmente mais eficientes (curvas, sobretudo) porque sua execução não condiz com a rotina do cálculo nem com a rotina do

canteiro. Ou seja, se quisermos tornar as construções mais eficientes do ponto de vista estrutural, caberia pensar forma, execução e matemática em conjunto, e talvez a matemática seja a menos complicada dessas questões.

Por último, uma hipótese sobre o uso das ferramentas digitais para a tomada de decisões relativas às estruturas e à construção de modo geral. Elas podem ser utilíssimas, mas também multiplicam as armadilhas. Se o desenho contém a armadilha do belo (a sensação de entender o funcionamento estrutural de imediato) e os bloquinhos e modelos físicos contêm a armadilha da concretude (a sensação de manipular a matéria 'de verdade'), os dispositivos digitais contêm a armadilha de uma intuição divina — tudo estará dado em todas as minúcias a qualquer tempo. Mas intuição (humana) exclui raciocínio e crítica. Por mais que pareçam 'intuitivas', decisões rápidas e competentes acerca de situações construtivas complexas, quando não são meros golpes de sorte, decorrem da experiência.

Em suma, nossa hipótese ou proposta é de que voltemos aos canteiros para ali rearticular execução, forma e matemática, mobilizando todos os recursos disponíveis, analógicos e digitais, de uma maneira crítica e sem esperar milagres.

[2020] Canteiros da arte: entre Adorno e Ferro

Silke Kapp

Retomando um tema já tocado no capítulo "A outra produção arquitetônica", este ensaio confronta as concepções de Theodor W. Adorno e Sérgio Ferro acerca da arquitetura como produção artística — no sentido forte e amplo dos termos *produção* e *arte* — e como possibilidade de uma prática reconciliatória com a natureza. Ele foi escrito para um simpósio em comemoração aos cinquenta anos desde a primeira edição da *Teoria estética*, para um público conhecedor da filosofia de Adorno, mas sem contato prévio com a obra teórica de Sérgio Ferro.[1]

Belo natural foi o tema proposto para a mesa de discussão da *Teoria estética* de Theodor W. Adorno que deu origem a este texto. Mas é estranho falar de belo natural num planeta em que quase tudo é artifício humano. Para um belo pós-destruição da natureza, as categorias do *natural* e do *artístico* deixam de ter sentido. Por isso, concentro-me aqui numa possibilidade que a *Teoria estética* abre, não como porta escancarada, mas como pequena greta utópica: a reconciliação, pela prática artística, com aquilo que já foi natureza. Abordo essa greta utópica a partir da arquitetura, entendida como conjunto dos processos e produtos da transformação do espaço pelo trabalho humano.

A essa concepção ampla se contrapõe a arquitetura entendida como campo especializado dos arquitetos, cujo ideal é a obra autoral com integridade formal e inclusão na história da arte. O campo preconiza a crença na nobreza da especialidade, o desprezo ou a condescendência em relação aos demais espaços, e um obsessivo combate de quaisquer fusões ou confusões entre uma coisa e outra. Travam-se disputas intermináveis acerca dos critérios dessa distinção: arquitetura seria construção com princípios, utilidade com qualidades plásticas, concepção espacial sofisticada, mesmo que ela exista apenas em desenhos e outras

1 Primeira publicação: Canteiros da arte: entre Adorno e Ferro. In: Rodrigo Duarte; Daniel Pucciarelli. *A atualidade da Teoria Estética de Theodor W. Adorno*. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020, pp. 15–32.

imagens. O historiador da arte Nikolaus Pevsner — um contemporâneo de Adorno, que emigrou da Alemanha nazista para a Inglaterra na década de 1930 — definia a diferença pelo chamado "apelo estético", com a muito citada assertiva de que "um abrigo de bicicleta é uma construção; a catedral de Lincoln é uma obra de arquitetura".[2] O arquiteto Ernesto Nathan Rogers tinha por *mote* que "não existe algo como má arquitetura; apenas boa arquitetura e não arquitetura".[3] E, numa posição contrária à celebração das obras de arquitetura, mas que parte da mesma distinção, Oscar Niemeyer costumava dizer que "a arquitetura não é a coisa mais importante; mais importante é a vida, os amigos e esse mundo injusto que devemos modificar".[4] É como se a arquitetura, à diferença do chamado 'ambiente construído', não fizesse parte do "mundo injusto que devemos modificar" nem tivesse relação direta com processos de segregação sócio-espacial, acumulação imobiliária, moradias ruins, divisão social do trabalho, constrangimentos espaciais cotidianos ou dominação da natureza.

Teorias da arquitetura que abrem mão de todos esses aspectos, limitando-se ao campo especializado e às obras legitimadas ali, pertencem ao que Horkheimer chamaria de *teoria tradicional*, não a uma teoria crítica da sociedade. Por isso insisto na concepção ampla de arquitetura como *processos e produtos da transformação do espaço pelo trabalho humano*. Ela implica recusar as premissas do campo especializado como chaves de leitura da produção arquitetônica sem, no entanto, ignorar esse campo como um elemento da transformação do espaço. A gênese histórica do campo disciplinar e profissional da arquitetura faz parte da gênese histórica do modo de produção capitalista; a divisão e dominação do trabalho humano que constitui o campo faz parte da totalidade social que as teorias críticas propõem criticar.

Particularmente importante ao campo arquitetônico é a premissa de seu pertencimento ao que Paul Kristeller denominou "sistema moderno das artes", isto é, aquela congregação de poesia, pintura, escultura, música e arquitetura na esfera autônoma da *Arte* — no singular com inicial maiúscula. Esse sistema, cujo fundamento filosófico provém do século XVIII e que se institucionalizou no século XIX, foi acatado por quase todas as teorias e histórias da arte (não só da arquitetura) pelo

2 PEVSNER, *An outline of European architecture*, 1948, p. xix.

3 BANHAM, A black box: the secret profession of architecture, [1990] 1999, p. 296.

4 KNISPEL, Oscar, colega, companheiro e amigo, 2013, p. 36.

menos até meados do século XX.[5] Ele opera com a concepção de que as afinidades entre as cinco 'artes maiores' seriam mais significativas do que suas respectivas semelhanças com outras atividades humanas quaisquer; ou, inversamente, que as diferenças entre pintura, escultura, arquitetura, poesia e música seriam menos relevantes do que aquilo que as une entre si e as distingue do resto do mundo. Um quadro teria mais em comum com uma poesia do que com a aplicação despretensiosa de tintas sobre paredes; uma obra de arquitetura estaria mais próxima de uma escultura ou de uma sinfonia do que de uma construção utilitária qualquer.

Recorrendo à teoria da arquitetura proposta por Sérgio Ferro, tentarei desenvolver em seguida o argumento de que, por um lado, Adorno também entende a arquitetura nesse sentido estrito, alinhando-a ao sistema moderno das artes e negligenciando algumas de suas contradições fundamentais. Não que Adorno não tenha refletido criticamente as relações entre as artes, sobretudo ao tratar de música e literatura, mas ele não o fez com relação à arquitetura.[6] Por outro lado, a *Teoria estética* contém uma possibilidade de abordagem muito mais contundente da arquitetura — agora em sentido amplo —, que Adorno não desenvolve, mas que tangencia em várias passagens, e que teria muito mais afinidade com sua teoria crítica da sociedade. Fecharei com um apontamento acerca do trabalho do artista plástico Anselm Kiefer, como indicação de experimentação arquitetônica que explora essa possibilidade e se aproxima de uma reconciliação com a natureza pela práxis artística.

Da recepção à produção

Adorno mostrou alguma simpatia pelas vanguardas arquitetônicas do início do século XX, com que teve contato em Viena na década de 1920. Chamou-as de "arquitetura avançada, antes de ela ter feito as pazes com o mundo".[7] Mas, além de menções ocasionais, ele escreveu apenas um texto sobre o assunto, em 1965, para uma palestra no colóquio *Zum Problem des Funktionalismus heute* (Sobre o problema do funcionalismo hoje), a convite do Deutscher Werkbund. Portanto, o tema

5 KRISTELLER, The modern system of the arts, 1951.

6 Cf. ADORNO, Die Kunst und die Künste, [1966] 2003.

7 ADORNO, Das Schema der Massenkultur, [1942] 2003, p. 317.

dessa palestra, mais tarde publicada sob o título "Funcionalismo hoje",[8] reflete antes uma pauta dos organizadores do evento do que algo que o próprio Adorno teria posto no centro da discussão arquitetônica se tivesse tido especial interesse por ela. Ora, as relações de forma e função foram debatidas pelos arquitetos do século XX em dezenas de variantes: forma segue função, função segue forma, função não importa, forma não importa etc. Mas todo esse debate diz respeito, em última análise, aos efeitos dos produtos e à maneira de antecipá-los e equacioná-los em projetos. Os discursos funcionalistas e suas variantes — da relativização à negação determinada — concentram-se na esfera que a filosofia da arte chama de *recepção* e a economia chama de *consumo*. A arquitetura pode ditar espaços a quem a usa? Que funções ou finalidades deve atender ou recusar? Funções perniciosas podem gerar 'boa forma'? Funcionalidade visará ao mundo como ele é ou ao mundo como o arquiteto gostaria que fosse? Ou será melhor concentrar-se em efeitos estéticos e simbólicos, e esquecer as funções? — são perguntas dessa espécie que preenchem os debates. Eles incluem a *produção* apenas na perspectiva de que as construções oferecem palcos a atividades produtivas (e reprodutivas), de maior ou menor eficiência. Nesse sentido até chegam eventualmente a posições críticas do status quo. Mas eles nunca abordam criticamente a produção da arquitetura como tal, isto é, seus canteiros de obras, sua divisão, exploração e alienação do trabalho, e o papel operacional e ideológico de planos e projetos no setor capitalista da construção.

A palestra "Funcionalismo hoje" não segue à risca a pauta dos organizadores do evento. Desde o primeiro parágrafo, Adorno menciona *métier*, ofício, competência técnica, material e processo de consecução. Assim, por exemplo, ele põe em questão a cisão entre as artes a partir da existência ou não de funções externas: "As artes utilitárias e não utilitárias não formam a oposição radical que ele [Adolf Loos] supunha. A diferença entre o necessário e o supérfluo inere aos construtos, e não se resume à sua referência a algo que lhes é exterior ou à ausência dessa referência".[9] No entanto, aderindo tacitamente à premissa do sistema moderno das artes e, portanto, à homologia fundamental de suas modalidades, Adorno trata a produção das obras de arquitetura como se ela fosse semelhante à produção de uma pintura ou um romance, isto é, um

8 ADORNO, Funktionalismus heute, [1965] 2003.

9 Ibidem, p. 377.

processo em que concepção e consecução são realizadas pelas mesmas pessoas, ou, inversamente, como se *o desenho de arquitetura* já fosse, em si mesmo, o enfrentamento do material em questão. Nesse sentido, ele não rompe o tabu ou a miopia do próprio campo arquitetônico.

De resto, parece que Adorno não esperava avanços artísticos relevantes desse campo, justamente por ele ser permeável demais a demandas e ditames do 'mundo com que fez as pazes'. A única obra moderna que aparentemente o impressionou e à qual faz referência explícita em alguns textos é a Filarmônica de Berlim, projetada por Hans Scharoun na década de 1960, isto é, uma construção de funções não particularmente perniciosas. Na *Teoria estética*, ela é mencionada como exemplo da ultrapassagem do funcionalismo pela radicalização — uma espécie de mergulho mimético nas funções, contra os padrões históricos de teatros e casas de concertos. A Filarmônica seria bela porque, "para criar condições espaciais ideias para a música orquestral, a ela se torna semelhante sem lhe tomar empréstimos".[10] Scharoun de fato abandona as formas tradicionais — as caixas com palco italiano frontal, separado da plateia, como o próprio prédio antigo da filarmônica, destruído na Segunda Guerra — e segue a lógica da apresentação musical. Além de evitar desastres acústicos como paredes paralelas ou curvas concêntricas, dispõe a plateia em torno da música, remetendo àqueles círculos um pouco caóticos que as pessoas formam espontaneamente quando alguém começa a tocar ou cantar num lugar qualquer. As observações de Adorno acerca da *constituição da forma* da Filarmônica vão ao cerne do *projeto* de Scharoun. No entanto, elas não tocam a produção do objeto em si — tudo diz respeito à concepção prévia.

A teoria da arquitetura proposta por Sérgio Ferro é o contraponto crítico desse tipo de abordagem. Ele evidencia que a diferença fundamental entre a arquitetura e outras modalidades artísticas está na esfera da produção.[11] E *produção*, aqui, não se refere à criação de desenhos ou projetos, mas à criação de construções. Enquanto outras artes conseguem subsistir numa economia capitalista como fornecedoras de artigos de luxo capazes de atrair renda previamente acumulada, a construção importa ao capital, antes de tudo, como fonte farta e direta de mais-valor. Na produção capitalista de construções, projetos arquitetônicos,

10 Adorno, *Teoria estética*, [1970] 1993, p. 59;* *Ästhetische Theorie*, [1970] 2003, pp. 72–73.

11 Ferro, *Arquitetura e trabalho livre*, 2006.

sejam corriqueiros ou excepcionais, funcionam como instrumentos de subordinação do trabalho e maximização de lucro. Canteiros de obra constituem manufaturas no sentido que Marx dá ao termo: o capital centraliza o comando de processos artesanais e, portanto, tecnicamente, não dependentes desse capital, que só se impõe a eles por coerções direta e indireta.[12] Tal organização exige determinação prévia do produto, a partir de fora, de cima para baixo. Os trabalhadores não devem criar ou inventar, nem conhecer a totalidade do processo; devem apenas executar tarefas sempre parciais. Nisso, os canteiros contrastam com ateliês ou oficinas. A divisão social de trabalho intelectual e trabalho material, que é condição de existência de toda arte nas sociedades modernas, mas que permanece relativamente exterior a gêneros como escultura e pintura, determina o âmago do processo produtivo na arquitetura. Arquitetos ficam com as tarefas 'nobres' de conceber, desenhar e negociar com os representantes do respectivo capital, enquanto a execução é trabalho aviltado e destituído de poder de decisão, mas, ao mesmo tempo, imprescindível e insubstituível, pois o saber-fazer que de fato transforma a natureza permanece nas mãos dos trabalhadores. A relação ecoa a dialética hegeliana de senhor e escravo.[13]

Os amantes das artes talvez dirão que isso tem pouca relevância, porque, nas artes da modernidade, vale o espírito, que nesse caso seria posto pelo trabalho intelectual de projeto. Mas Adorno não é um amante das artes. Ele se opõe tanto à atitude degustativa que avalia as obras por efeitos e prazeres quanto à redução das obras a uma suposta espiritualidade. A *Teoria estética* dá ênfase ao processo produtivo artístico, àquele confronto dialógico e dialético da intenção subjetiva com seu objeto, que foi extirpado dos processos produtivos organizados pelo e para o capital. É verdade que Adorno concebe o material com que os artistas operam como algo histórico; ele não é matéria bruta, mas um conjunto de repertórios e meios, disponíveis ou interditados

12 Cf. Marx, *O capital*, livro I, [1867] 2017, pp. 411–443.

13 Vale especificar que Ferro (Concrete as weapon, 2018) considera uma mudança nessa relação desde o fim do século XIX. Enquanto até então a subordinação do trabalho nos canteiros era puramente formal, a ascensão do ferro e, sobretudo, do concreto armado foi movida pela tentativa de criar nos canteiros uma subordinação real similar à da grande indústria. No entanto, mesmo depois que definições estruturais antes dominadas pelos operários passam às mãos dos diplomados (engenheiros e arquitetos) e os ofícios tradicionais da pedra e da madeira são radicalmente desvalorizados, a subordinação nunca chega a ser real no sentido descrito por Marx (*O capital: livro I, capítulo VI (inédito)*, [1864] 1978).

historicamente. Ainda assim, esse material nunca se transmuta em puro espírito nem se deixa substituir por representações.

A peculiaridade produtiva da arquitetura fica mais evidente pelas transformações das artes plásticas europeias desde o período que a história da arte denomina gótico tardio.[14] Até então, os regimes de trabalho na produção de esculturas, pinturas e arquiteturas eram muito similares, com execução coletiva e pouca hierarquia. Mestres poderiam assumir a condução geral, mas também dominavam seus ofícios e participavam da execução (nem sempre apenas das tarefas mais difíceis ou nobres). Era prática comum que, da mesma maneira que na construção, porções de uma pintura ou escultura fossem realizadas por diferentes artífices, que ali inventavam por sua conta, seguindo apenas prescrições bastante genéricas. O grau de especificação na encomenda de um quadro não era diferente do grau de especificação de uma construção. Num caso, definiam-se o tamanho, as figuras mais complexas ou as cores mais caras (dois cavalos, um castelo ao fundo, um manto azul e assim por diante); noutro caso, formatos, medidas e materiais básicos, e talvez alguns temas ornamentais. Hoje, tais prescrições nos parecem ambas absurdas: na pintura, pelo excesso de interferência no processo de criação; na arquitetura, pelo motivo oposto, isto é, pela falta de controle do corpo produtivo no canteiro.

A partir do gótico tardio, os rumos das artes se bifurcaram, enobrecendo o trabalho manual de pintura e escultura, e desqualificando o da arquitetura. Na primeira metade do século XVI, tempo de Michelangelo, já havia se estabelecido um verdadeiro fetiche da mão divina do artista, à diferença da mão ordinária dos trabalhadores comuns. Pintores e escultores continuaram tendo ajudantes para carregar pedras ou misturar tintas, mas não para executar a obra. O *non finito*, o inacabado, as marcas do pincel ou do gradim deixadas nas peças fazem parte desse enobrecimento das mãos do artista. Na arquitetura, pelo contrário, os mestres se retiraram do trabalho com a matéria e migraram para a pura concepção, representada em desenhos. Deixaram de sujar as mãos, deixaram de enfrentar o material arquitetônico. Em vez disso se enroscaram nos volteios de um desenho primeiro 'escolástico' e depois clássico, com suas ordens e sua numerologia sobrepostas à lógica da construção.

14 Neste e no parágrafo seguinte, recorro a diversos textos de Sérgio Ferro: *Arquitetura e trabalho livre*, 2006; *Artes plásticas e trabalho livre*, 2015; *Michelangelo: arquiteto e escultor da capela dos Médici*, [1998] 2016; *Construção do desenho clássico*, 2021.

Os efeitos da autonomia da arquitetura-desenho — propositais, não colaterais — foram o rebaixamento dos artífices da construção, cada vez menos reconhecidos e remunerados, e a disjunção de linguagem formal e lógica construtiva. Obras que, ao longo do tempo, perderam os revestimentos o evidenciam: colunas que pareciam grandes blocos estruturais de pedra são apliques sobre alvenarias sustentantes, feitas com uma técnica refinada, mas deliberadamente ocultada sob o desenho de uma construção fictícia.

Numa perspectiva imanente, sem considerar a práxis social em que tudo isso se insere, a contradição da arquitetura dos arquitetos está no simples fato de que *desenhos não são construções*. As possibilidades formais, históricas e técnicas de um material como pedra, tijolo, concreto, aço ou madeira não equivalem às possibilidades formais, históricas e técnicas do desenho. Por isso, tende a desaparecer da arquitetura a racionalidade estética, o procedimento mimético, a briga íntima com o material e sua história que distingue a prática artística da prática apenas instrumental. Talvez essa briga íntima exista nos processos de desenho, mas ali o material é gráfico, não arquitetônico. E talvez ela exista também no canteiro, mas ali não pode aparecer.

Há exceções. Alguns arquitetos-construtores continuaram experimentando e criando no canteiro, como Antoni Gaudí, Rafael Guastavino, Eladio Dieste, Lina Bo Bardi e o grupo Arquitetura Nova, que o próprio Sérgio Ferro integrou junto com Flávio Império e Rodrigo Lefèvre. As obras que conduziram e de cuja execução participaram — muitas vezes ativa e concretamente — destoam do quadro geral. No tratamento da tridimensionalidade da estrutura e do espaço interno, assim como em detalhes construtivos e ornamentais, os produtos evidenciam uma competência dificilmente alcançada no desenho bidimensional. Mas as peculiaridades de tais produtos provêm das peculiaridades dos processos de construção que lhes deram origem, não de uma sofisticação dos recursos de desenho, isto é, dos recursos de dominação do trabalho alheio. Aliás, muitas características das construções dos últimos séculos são consequências da lógica e das limitações do desenho, não das possibilidades da construção, que frequentemente até contradizem (é o caso da onipresente ortogonalidade). O atual deslumbre dos arquitetos com o design paramétrico em programas de CAD e CAM (*computer aided design* e *computer aided manufacturing*) talvez se deva à promessa de uma nova proximidade entre as duas coisas e à ilusão de

que, finalmente, estaria superado o vazio de um desenho sem objeto. Obviamente, são apenas simulacros de materialidade.

Aproximações

Ferro leu Adorno. Numa observação breve e precisa, ele diz da *Teoria estética*:

> Mesmo Adorno, que valorizou intensamente os conceitos fundamentais de material e de técnica em sua *Teoria Estética*, passa indiferentemente [...] da música à arquitetura e à pintura: sem questionar suas particularidades produtivas. E, no entanto, sua crítica do tratamento da orquestra por Wagner teria podido levá-lo a uma outra abordagem, em especial da arquitetura.[15]

A crítica de Wagner por Adorno, referida nessa passagem, é a crítica da dominação irrestrita dos instrumentos e instrumentistas pelo regente-compositor. No "Ensaio sobre Wagner", Adorno lhe atribui obsessão pelo desaparecimento de qualquer som individual no *tutti*, na totalidade da orquestra: sua "nuançada arte da orquestração [...] é a vitória da reificação na prática da instrumentação"; seu "som absolutizado, que oblitera a produção [...], tem caráter de mercadoria"; sua "lei formal consiste no ocultamento da produção pela aparição do produto".[16] E, no mesmo ensaio, Adorno também explicita um teorema central da *Teoria estética*.

> As obras de arte devem sua existência à divisão social do trabalho, à separação de trabalho intelectual e físico. Porém, elas próprias se apresentam como existentes; seu médium não é o puro espírito em si, mas o espírito que retorna à existência e, por força de tal movimento, postula como unido o que está separado.[17]

Wagner não enfrenta nem explicita a contradição entre o procedimento artístico, cujo cerne está na conjunção de trabalho intelectual e material, e uma sociedade que só admite essa conjunção numa esfera apartada, enquanto cinde e aliena o trabalho em todas as outras instâncias.

15 Ferro, O 'material' em Le Corbusier, [1997] 2006, p. 241.

16 Adorno, Versuch über Wagner, [1938] 2003, pp. 79–82

17 Ibidem, p. 80.

Em vez disso, Wagner recorre a uma apresentação do produto musical como se fosse natural, não feito. Sua obra coincide, segundo Adorno, com "aquele tipo de bens de consumo do século XIX que não conhece maior ambição do que encobrir qualquer vestígio de trabalho — talvez porque então tal vestígio ainda faria lembrar com demasiada veemência a injustiça sentida, a apropriação do trabalho alheio".[18] Ferro tem razão: a constatação do encobrimento dos vestígios do trabalho alheio, apropriado e destituído, seria absolutamente pertinente ao desenho de arquitetura na idade moderna ocidental.

Embora Adorno use a palavra *arquitetura* no sentido convencional e não rompa fundamentalmente com o ideário do próprio campo arquitetônico, ele se aproxima algumas vezes das contradições da dominação do canteiro pelo desenho. Um exemplo é sua crítica da noção de *estilo* (que, no caso da arquitetura, equivale literalmente ao desenho). "A força do estilo foi sempre também, provavelmente já na arquitetura gótica tardia, ato de violência; não apenas jorrou espontaneamente do *Zeitgeist*, mas foi ditada e organizada".[19] Obras resultantes de canteiros relativamente autônomos, anteriores ou marginais ao "ato de violência" que constitui a "força do estilo", parecem desajeitadas aos nossos olhos, habituados que somos por teorias e historiografias da arquitetura a apreciar uma suposta integridade formal. No entanto, tais obras adquirem outros conteúdos quando lidas como produtos de colaboração — labor coletivo e autônomo, em vez de determinado de cima para baixo — e competência para "seguir a lógica da coisa".[20] Também a isso Adorno não foi insensível, como indicam suas anotações numa viagem à cidade italiana de Lucca.

> No exterior do bar San Michele, em frente à famosa igreja. Crepúsculo profundo, frio. Indefesa, como se pudesse desmoronar a qualquer momento, a fachada vazia de quatro andares se ergue no céu cinzento-azulado. De repente entendi por que, sem nenhuma função, ela é tão bela, contrariando a sabedoria arquitetônica. Ela mostra a própria falta de função, não pretende nunca ser outra coisa que o ornamento que ela é. A aparência nua já não é aparência: expiada.[21]

18 Ibidem, p. 80.

19 ADORNO, Der missbrauchte Barock, [1966] 2003, pp. 404–405.

20 ADORNO, *Teoria estética*, [1970] 1993, p. 233;* *Ästhetische Theorie*, [1970] 2003, p. 307.

21 ADORNO, Luccheser Memorial, [1963] 2003, p. 400.

Construída nos séculos XIII e XIV, a basílica de San Michele é uma colagem de momentos e intenções não totalizada por nenhum desenho prévio, de fora do canteiro. Além da fachada que Adorno menciona, cuja altura corresponde a uma nave central elevada que nunca foi construída, há ali a variedade ornamental de um processo em que pedreiros eram também escultores e talhadores inventivos. A gênese desse objeto não se explica pela "sabedoria arquitetônica" moderna, isto é, pelas doutrinas que atrelam toda construção a uma finalidade externa, seja ela funcional no sentido mais estrito do termo, seja 'artística' no sentido da expressão individual de um gênio desenhista qualquer.

Finalmente, Adorno também aborda a arquitetura no sentido mais amplo, de espaço transformado por trabalho humano. Restrinjo-me aqui a uma passagem da *Teoria estética* intitulada "Sobre a categoria do feio", onde ele nota que a impressão de fealdade que as paisagens industriais causam não se explica por características formais, e que ela persistiria mesmo que as "formas funcionais" fossem "esteticamente íntegras", isto é, mesmo que a arquitetura industrial levasse a funcionalidade tão longe quanto o fez Scharoun no projeto da Filarmônica.

> A impressão da fealdade da técnica e da paisagem industrial [...] remete ao princípio da violência, da destruição [...]. Na técnica, a violência com a natureza não é refletida por uma representação, mas salta imediatamente aos olhos. Isso poderia ser modificado somente por uma reorientação das forças produtivas técnicas, que as medisse não mais apenas pelas funções almejadas, mas também pela natureza que está sendo tecnicamente formada ali. A libertação das forças produtivas poderia [...] correr em outra dimensão que a do mero aumento quantitativo da produção. Indícios disso surgem onde construções funcionais se ajustam a formas e linhas da paisagem, onde os materiais dos quais os artefatos foram feitos provêm do seu entorno e nele se integram como fazem alguns castelos e palácios. O que se chama paisagem cultural é belo como esquema dessa possibilidade. Uma racionalidade que se incumbisse de tais motivos poderia ajudar a fechar as feridas da racionalidade. [...] a fealdade da paisagem devastada pela indústria [...] desapareceria se, um dia, a relação dos homens com a natureza se expurgasse do caráter repressivo [...]. O potencial para isso reside numa técnica tornada pacífica, não em exclaves planificados.[22]

22 ADORNO, *Teoria estética*, [1970] 1993, p. 61;* *Ästhetische Theorie*, [1970] 2003, pp. 75–76.

Alguns aspectos merecem ênfase aqui. O primeiro é que, pelo menos no que diz respeito ao espaço (à paisagem, nos termos de Adorno), já não há nenhuma possibilidade de restituição de um belo natural, mas apenas a possibilidade de fechar feridas abertas, transformar de novo o que até agora temos transformado com tanta violência. O segundo aspecto é que essa virada exigiria uma "reorientação" das forças produtivas. Elas precisariam se libertar de suas amarras, ou seja, das relações de produção que o capital impõe. Mas, ao contrário da crença que Lenin e muitos outros sustentaram, isso significaria bem mais do que a mudança das relações de propriedade. Forças produtivas libertadas poderiam se desenvolver em novas "dimensões", isto é, poderiam se transformar por sua vez. Isso as aproximaria, suponho, dos processos artísticos: mobilização de todos os recursos mentais e materiais para uma situação singular, em vez da anulação de toda singularidade pela subordinação a procedimentos e fins predefinidos. O terceiro ponto é que Adorno aborda nessa passagem a *produção* no sentido que foi dado ao termo pela economia política e pela sua crítica. Ela é produção e reprodução *da sociedade* — de toda ela. Não se trata de exclaves em que lidaríamos com a natureza de maneira pacífica, criando algo como parques ecológicos ou obras de arte isoladas, mas, justamente, de uma reorientação que abrange as forças produtivas e os espaços da totalidade social. Em suma, processos e produtos da transformação do espaço por trabalho humano se aproximariam, como um todo, de uma lógica não instrumental por ora reservada ao campo da arte.

Barjac

Se a revolução fosse amanhã, o que faríamos nos canteiros de obra depois de amanhã? Eis a pergunta que Ferro fez numa palestra recente.[23] Como agiríamos, considerando nossas forças produtivas ou recursos técnicos, mas também as habilidades que já perdemos, os estragos já feitos, os construtores sem autonomia e os arquitetos que não constroem? Certamente a prática não seria nada semelhante à da arquitetura anterior ao gótico. As respostas podem ser muitas, mas penso que uma delas segue a direção do trabalho de Anselm Kiefer, a partir

23 Palestra proferida por Sérgio Ferro no *IV Encuentro Latinoamericano de Arquitectura Comunitaria,* na Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Nacional de La Plata, Argentina, em 6/9/2018.

de 1992, num exclave de oitenta hectares em Barjac, no sul da França (não poderia ser outra coisa que exclave, já que ainda não houve revolução). Ali ele escavou túneis, labirintos e salas subterrâneas, ergueu pavilhões, anfiteatros e torres, numa espécie de processo contínuo de transformação do espaço, sem produto acabado, nem função, nem projeto ou cálculo estrutural.

Kiefer nasceu na Alemanha em 1945 e passou a infância brincando nos escombros da guerra. Ele diz que não via naquilo a tragédia, mas um mundo normal, um playground aberto à invenção. E é assim que tem agido em Barjac, experimentando com escombros e refugos, e com meios de produção modernos, como gruas, guindastes, máquinas de demolição. Tome-se o exemplo das torres de concreto armado — uma técnica construtiva que todo o mundo domina bem ou mal — em que usa containers marítimos como fôrmas. Kiefer as produz trabalhando junto com outras pessoas, e é ali, no canteiro e na paisagem, que as coisas se definem. Empilham um andar, esperam meses para ver como aquilo se acomoda, empilham mais uma parte, e assim por diante. Enquanto isso, as torres são tomadas pela vegetação. Um documentário sobre esse processo de trabalho, produzido por Sophie Fiennes em 2010, se intitula *Over your cities grass will grow* — o que, além do significado literal do 'mato' tomando conta das cidades, alude ao ditado análogo a 'o tempo cura tudo'.

Talvez o trabalho de Kiefer lembre outras obras, particularmente da *land art* da década de 1960. Mas interessa mais o processo de produção desses estranhos canteiros artísticos do que o produto visual e espacial. Há uma entrevista com Kiefer veiculada na internet em janeiro de 2015, sob a manchete publicitária "Art is spiritual", o que à primeira vista parece contradizer tudo o que tentei explicitar acima com relação à práxis artística como confronto de intenções subjetivas e objetividade de um material. No entanto, é o entrevistador que põe essa frase na boca Kiefer. Ele pergunta: "Então arte é espiritual?", e Kiefer confirma, complementando imediatamente que precisa executar as obras sem terceirizar ou encomendar. "O material já tem um espírito dentro dele, e não posso confiar que outra pessoa consiga tirar esse espírito. Eu tenho que fazê-lo".

Os espaços internos e as paisagens em Barjac não são belos nem segundo critérios predominantes no campo arquitetônico erudito, nem segundo critérios da cultura de massa (como nos programas de televisão sobre reformas domésticas, cujos trailers, curiosamente, dão

preferência às cenas de demolição). Eles são belos porque ensaiam a reconciliação que Adorno aponta: a perspectiva de mobilizar e, pouco a pouco, redirecionar as forças produtivas. Kiefer opera a partir do material histórico, isto é, a partir da natureza que resta e a partir de conhecimentos, técnicas, tecnologias e matérias-primas do modo de produção que mais a destruiu. A isso incorpora a experiência paradoxal da brincadeira em ruínas e escombros, sem funcionalidade específica e, por isso mesmo, geradora de paisagens com possibilidades de apropriação imprevistas e imprevisíveis. É mais ou menos isso que imagino quando me refiro a um belo que não é natural nem artístico, mas uma espécie de belo pós-destruição.

outras histórias

[2005] # O esquecimento de Neufert

Roberto E. dos Santos

Partindo de um delineamento dos métodos da historiografia da arquitetura moderna, este capítulo elucida por que ali se omitiu, quase sempre, o vínculo entre Ernst Neufert e a Bauhaus. Ele mostra que o pai da normalização funcionalista de espaços e projetos não foi uma figura marginal naquela escola, mas estava perfeitamente alinhado aos seus preceitos. Reconhecer isso implica desmistificar a Bauhaus, enxergar sua faceta reacionária (assim como a de outros modernismos) e compreender, criticamente, o seu papel no contexto da sociedade capitalista do século XX. Para a presente edição, a redação de algumas partes foi reformulada.[1]

Da historiografia da arquitetura moderna

Este texto visa indicar a lacuna historiográfica acerca da participação de Ernst Neufert na experiência modernista da Bauhaus, tomando-a por metáfora da posição da normalização dentro do campo da arquitetura: muito difundida, legitimada, mas pouco analisada desde um ponto de vista crítico. Parto de uma revisão bibliográfica da historiografia da arquitetura moderna, baseada no estudo de Panayotis Tournikiotis, que abrange as obras de Sigfried Giedion, Nikolaus Pevsner, Emil Kaufmann, Bruno Zevi, Leonardo Benevolo, Henry-Russel Hitchcock, Reyner Banham, Peter Collins e Manfredo Tafuri. A esses historiadores acrescento ainda as perspectivas de Giulio Carlo Argan, que dedicou um texto exclusivo a Walter Gropius e à Bauhaus, e de Kenneth Frampton, que escreveu nos anos 1980 e, em tese, poderia ter uma visão mais distanciada e crítica.

O panorama evidencia dois grupos de autores. O grupo pioneiro é formado por historiadores educados na cultura alemã — Giedion, Kaufmann e Pevsner —, cujos textos dos anos 1930 e 1940 constroem os fundamentos da historiografia da arquitetura moderna. O segundo

1 Primeira publicação: O esquecimento de Neufert. In: *Anais do II Seminário Arquitetura e Conceito*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, on-line.

grupo, de textos produzidos por volta dos anos 1960, inclui autores italianos e anglófonos, mas, ainda assim, incorpora a campanha pela legitimação de certa vertente da arquitetura moderna, formando uma continuidade com o primeiro grupo. Um lança as bases, o outro confirma a vitória do Movimento Moderno, com preceitos metodológicos e conceituais herdados da historiografia alemã da arte. Isso acaba por conferir características comuns a toda a historiografia da arquitetura moderna.

O *Guia de história da arte*, de Giulio Carlo Argan e Maurizio Fagiolo, ajuda a identificar tais características. Ele apresenta uma organização da historiografia da arte do século XX conforme os métodos empregados na sistematização do material historiográfico, isto é, conforme as maneiras de selecionar objetos, usar conceitos e estabelecer ênfases: o método iconológico, o estruturalista, o sociológico e o formalista. Este último, que é a base da historiografia da arquitetura moderna, resultou do desenvolvimento da historiografia da arte de origem alemã no século XIX, com viés romântico e em oposição ao positivismo.[2] Sobretudo, a vertente formalista se opõe à ênfase no conteúdo da obra de arte: "a arte não é 'poesia muda', mas linguagem de formas e cores".[3]

Três características aproximam a historiografia da arquitetura moderna dessa vertente formalista da história da arte. A primeira é a noção de espírito de época (*Zeitgeist*) que, junto com as noções de vontade de arte (*Kunstwollen*) e espírito de povo (*Volksgeist*), foi central para Alois Riegl, um dos principais teóricos da história da arte no século XIX. Riegl supõe que um indivíduo seria capaz de expressar, pela linguagem artística, ideias compartilhadas por todo um grupo social em certo período. Relacionada a essas noções, interessa também a teoria da pura visibilidade de Heinrich Wölfflin. Seus estudos sobre a transição do clássico para o barroco cunharam, nas artes visuais, as categorias de evolução do linear ao pictórico, da superfície à profundidade, da forma

2 Toda a historiografia alemã é influenciada pelo historiador Leopold von Ranke. "Ranke era um pioneiro no uso de arquivos, um mestre em materiais complexos, [...] fundador de um novo estilo de pensamento histórico. As doutrinas centrais de Ranke — autonomia do historiador e o seu dever de compreender cada segmento do passado a partir do interior — foram de enorme utilidade para a profissão. Mas, nas mãos dos historiadores alemães do fim do Império e da jovem República, a autonomia do historiador transformou-se em isolamento. A separação entre história e ética levou muitos historiadores alemães à aceitação passiva das coisas, como elas estavam, e a segregação da história das outras disciplinas alienou a maioria dos historiadores das ciências sociais" (GAY, *A cultura de Weimar*, [1968] 1978, p. 106).

3 ARGAN & FAGIOLO, *Guia de história da arte*, [1974] 1994, pp. 91–93.

fechada à forma aberta, da multiplicidade à unidade, da clareza absoluta à clareza relativa. Essas categorias levaram à configuração de uma história das estruturas visuais, apoiada na crença de que as características formais das obras de um período poderiam constituir um sistema de sinais compartilhado, representante do Zeitgeist.[4]

Para a historiografia da arquitetura moderna, o Movimento Moderno é a própria expressão do espírito de época. Sua arquitetura é considerada a manifestação visível da evolução social, ponto de chegada de um longo processo iniciado no Renascimento. Estabelece-se um vínculo explícito entre progresso social e novas formas, com ênfase nos objetos e negligência de tudo o que está fora da esfera do visível, sobretudo os processos de produção desses objetos. Seja em relação a necessidades e funções, seja em relação a tecnologias e arranjos produtivos, os contextos social, econômico e político são tomados como dados isolados e independentes das 'novas formas'. Isso concorre para que fundamentação e argumentação dos textos se limitem a descrições exaustivas e pormenorizadas dos objetos (utensílios, quadros, edifícios etc.).

A crença no Zeitgeist e a referência temporal na longa duração aproximam a historiografia da arquitetura moderna também da chamada história das mentalidades. Como aponta Ronaldo Vainfas, trata-se de uma abordagem problemática tanto pela abrangência do seu 'recorte social', que ignora a estratificação da sociedade estudada, quanto pelo recorte temporal, que ignora as particularidades: "o enfoque das mentalidades supõe erroneamente uma coerência fictícia e estável de sentimentos e ideias numa dada sociedade em prejuízo da pluralidade de sistemas de crenças e racionalidades que coexistem no interior de uma mesma cultura, comunidade ou indivíduo".[5] Vainfas suspeita da validade daquilo que uma 'história das mentalidades' é efetivamente capaz de apreender.

A segunda característica relevante da historiografia da arquitetura moderna se refere à participação no que poderia ser qualificado como campanha de legitimação do Movimento Moderno. Nesse aspecto, tanto os textos do grupo pioneiro de Giedion, Kaufmann e Pevsner quanto os do grupo de Argan, Zevi e Benevolo tendem a ser mais panfletários do que críticos.

4 Ibidem, p. 36.

5 Cf. VAINFAS, História das mentalidades e história cultural, 1997, p. 127.

Relacionada a essa campanha, a terceira característica comum à historiografia da arquitetura moderna é o combate explícito da arquitetura do ecletismo historicista. Tudo o que diz respeito a estilos históricos e à orientação Beaux-Arts é famigerado, considerado de mau gosto. Associa-se o historicismo ao liberalismo econômico e ao individualismo burguês, enquanto o Movimento Moderno é associado ao coletivismo, à busca de novos padrões estéticos e a uma linguagem visual democratizada, acessível a todos.

Da Bauhaus à arte de projetar em arquitetura

A ampliação da comunicação e dos atos criativos, supostamente realizada pelo Movimento Moderno em arquitetura, de fato é indissociável da racionalização e da normalização de procedimentos em prol da produção industrial, cuja lógica se baseia em predição, planejamento e controle. Talvez esse seja o aspecto mais contraditório da historiografia da arquitetura moderna — justamente a historiografia que deixa Ernst Neufert de fora da Bauhaus. Encontrei apenas um texto em alemão, de Wolfgang Voigt, com alguma informação a esse respeito.[6]

Mundialmente conhecido por sua a *Arte de projetar em arquitetura*, Ernst Neufert foi aluno e professor da Bauhaus, desempenhando ali um papel nada negligenciável. Além da docência, trabalhou como chefe do escritório particular de Walter Gropius em Weimar e como responsável pela construção das *Meisterhäuser* na Bauhaus de Dessau.[7] As atividades nessa escola levaram, nos anos 1930, ao seu protagonismo na normalização e industrialização da construção civil no chamado padrão DIN.[8] De fato, Neufert teve uma carreira incomum: nunca negou sua filiação à Bauhaus e ao Movimento Moderno, mas foi um dos poucos membros que não emigrou quando os nazistas assumiram o poder e tacharam o modernismo de 'arte degenerada'. Neufert chegou a fazer

6 VOIGT, Triumph der Gleichform und des Zusammenpassens: Ernst Neufert und die Normung in der Architektur, 1993 (trad. Silke Kapp).

7 *Meisterhäuser* (literalmente, casas dos mestres) são quatro casas de aluguel projetadas por Gropius e construídas entre 1925 e 1926. Três, destinadas a professores, são idênticas; a do diretor é diferente. Gropius as concebera para um sistema modular de componentes pré-fabricados, mas a construção se deu majoritariamente por técnicas tradicionais.

8 DIN surgiu como acrônimo de *Deutsche Industrienorm* (norma alemã da indústria) e depois passou a ser usado também para abreviar Deutsches Institut für Normung (instituto alemão de normalização).

parte do staff do arquiteto Albert Speer, ministro do armamento de Adolf Hitler. E, ainda em 1945, imediatamente depois da Guerra e da queda do nacional-socialismo, tornou-se professor catedrático na Escola Politécnica de Darmstadt.

A *Arte de projetar em arquitetura* ou 'o Neufert' é o livro de arquitetura mais bem-sucedido de todos os tempos. Publicado pela primeira vez em Berlim em 1936 — três anos depois de Hitler chegar ao poder —, ele foi objeto de trinta e três edições em língua alemã com tiragem de quatrocentos mil exemplares até 1993. As primeiras edições estrangeiras, em italiano e espanhol, surgiram ainda durante a Segunda Guerra. Estima-se que tenham sido publicados ao todo seiscentos mil exemplares em dezoito línguas, incluindo russo, japonês, chinês e português.

O livro contém toda sorte de dados técnicos, dimensionais e tipológicos, e demais informações 'úteis' a quem projeta e constrói. O prefácio da quarta edição em língua portuguesa (tradução da vigésima primeira edição alemã) dá uma ideia da abrangência e do alcance pretendidos: "Com um conjunto tão completo de prescrições e indicações, pode-se realizar o projeto com toda confiança, respeitando as características de cada caso tanto quanto à função do edifício como quanto ao seu ambiente e ao modo de vida em geral".[9] O objetivo de Neufert parece ser o de determinar (todos) os espaços utilizados pelos seres humanos. Ele se põe a tarefa de criar uma referência universal de medidas e proporções que garanta que qualquer corpo humano "bem formado" possa assumir posições e fazer movimentos com "conforto sem desperdício de espaço, em casa, no bonde, no trem, no automóvel".[10]

Pouco se nota que a *Arte de projetar em arquitetura* derivou diretamente da prática docente de Neufert na Bauhaus. Voigt menciona que, nas aulas que Neufert ministrou entre 1926 e 1930, fornecia aos alunos "folhas auxiliares" para os exercícios de projeto. Eram folhas mimeografadas com sínteses de informações relacionadas a problemas arquitetônicos e construtivos, que já se assemelhavam muito às páginas do que viria a ser a *Arte de projetar em arquitetura.* Voigt também chama atenção para a linguagem visual utilizada por Neufert, que se manteve desde o lançamento do livro e parece ter sido inspirada pelas histórias em quadrinhos.

9 NEUFERT, *Arte de projetar em arquitetura*, [1936] 1974, p. xvi.

10 Do prefácio da primeira edição alemã, apud VOIGT, Triumph der Gleichform und des Zusammenpassens, 1993, p. 179.

> Neufert havia compreendido que a existência do cinema, da fotografia e da publicidade modificaria necessariamente os hábitos de leitura. Nessa 'época ótica' (Otto Neurath), o livro como um meio de comunicação só teria alguma chance caso se aproximasse do leitor com ajuda de meios visuais. Assim, a *Arte de projetar em arquitetura* é constituída, em grande parte, por minúsculos desenhos lineares, que já não são ilustrações do texto, mas carregam um conteúdo em si mesmos. Ali onde as cenas do cotidiano são representadas, para além do conteúdo propriamente dito, surge uma espécie de mensagem peculiar. O 'homem sem qualidades' (Robert Musil) domina a cena: uma população de seres humanos sem rosto que, em centenas de instantâneos, se põe a trabalhar ou a descansar com inabalável razão faz do livro um panorama surreal da vida moderna.[11]

Um precedente na utilização de linguagem visual em textos técnicos vinha da Dinamarca. Mencionado nas referências bibliográficas da primeira edição da *Arte de projetar em arquitetura*, o *Håndbog for bygningsindustrien* (Manual para a indústria da construção), de 1930, trazia desenhos muito parecidos com os de Neufert, embora não fossem tão sistematizados nem tivessem a mesma pretensão de totalidade.[12]

Outro fato destacado por Voigt diz respeito às características da arquitetura selecionada para ilustrar a *Arte de projetar em arquitetura*. Neufert não faz nenhuma concessão ao tradicionalismo dos anos 1930 ou à reacionária arquitetura oficial do Terceiro Reich, tampouco nega sua formação modernista. As ilustrações do livro são exemplos de arquitetura com franca orientação modernista: projetos de Mies van der Rohe, Walter Gropius, Ludwig Hilberseimer, Ernst May, Erich Mendelsohn, Alexander Klein e Bruno Taut, e clássicos do Movimento Moderno, como a cozinha de Frankfurt, o teatro total e a habitação comunal de Moscou.

Industrialização e normas DIN

A campanha pela normalização na Alemanha das décadas de 1920 e 1930 remonta ainda à Primeira Guerra e ao esforço, concebido e coordenado por Walther Rathenau, para aumentar a produção de armas.[13]

11 VOIGT, Triumph der Gleichform und des Zusammenpassens, 1993, p. 182.

12 Ibidem, p. 184.

13 Walther Rathenau era um industrial, dono da fábrica AEG (com o edifício projetado

Em 1917, foi fundado em Berlim o Normenausschuß der Deutschen Industrie (comitê de normas da indústria alemã), rebatizado, em 1926, como Deutscher Normenausschuß (comitê alemão de normas) e, em 1975, como Deutsches Institut für Normung (instituto alemão de normalização) ou DIN. Inicialmente, estavam associadas ao comitê as indústrias do ramo dos metais e da eletricidade, tais como AEG, Borsig, Demag, Henschel e Siemens. Ainda em 1917, foi constituída uma comissão específica para a normalização da construção civil, da qual participam os membros do Deutscher Werkbund Hermann Muthesius e Peter Behrens.

Walter Gropius também foi colaborador dessa comissão. Em uma palestra de 1926, defendeu a ideia da casa produzida industrialmente, entregue pronta e acabada; o que, obviamente, seria impossível sem tipificação e normalização. Naquele momento, Gropius parecia acreditar que a casa em breve se tornaria um produto industrial e apoiava as tentativas de revolucionar a indústria da construção pelos métodos de Henry Ford, anunciadas em muitos manifestos dos anos 1920.

No entanto, como comenta Voigt, a normalização teve inicialmente mais efeito ideológico e estético do que sucesso prático. Era vista com desconfiança pelos arquitetos e pelos pequenos construtores, que enxergavam na industrialização o risco de redução de ofertas de trabalho. A normalização só se impôs de fato a peso de lei. Em 1939, um decreto do governo nacional-socialista ampliou a alçada de regulamentação das repartições públicas, obrigando todos a utilizar as normas. O esforço de guerra acabou por impingir normalização e racionalização de procedimentos, aumentando o controle do Estado sobre a produção.

Neufert e a *Arte de projetar em arquitetura* tiveram um papel importante na divulgação da normalização no setor de projeto e construção civil. O Deutscher Normenausschuß havia apoiado a publicação do livro em 1936, assinando o prefácio da primeira edição. Quando as normas foram convertidas em leis, Neufert se tornou a principal referência nesse setor. Em 1939, passou a fazer parte do staff de Speer com a incumbência de racionalizar a construção habitacional de Berlim. E, em 1943, em plena guerra, foi nomeado coordenador da comissão de normas da construção.

por Walter Gropius), e foi Ministro da Reconstrução do Gabinete Wirth, em 1921, na República de Weimar. Morreu assassinado por militantes nacional-socialistas em 1922.

> Assim, por volta de 1940, os arquitetos alemães de todas as tendências se deparam com o despertar da época de uma verdadeira cultura da normalização, que modificaria radicalmente os fundamentos de seu trabalho. Para ajustar os arquitetos às exigências dessa cultura, não havia instrumento mais eficaz do que o livro de Neufert. No ano de 1944, quando já haviam sido publicados 100.000 exemplares, quase não existia arquiteto alemão que não o utilizasse.[14]

Conhecimento e burocracia

Peter Burke analisou a variedade de sentidos da noção de *conhecimento* ao longo da Idade Moderna, recuperando distinções e hierarquias entre conhecimento teórico e prático, público e privado, legítimo e proibido, masculino e feminino, e, o que interessa mais aqui, entre conhecimento liberal e conhecimento útil.[15] Se, antes, o conhecimento liberal fundamentado nos textos gregos e latinos era considerado superior ao conhecimento útil dos mercadores e praticantes das artes mecânicas, essa hierarquia se inverte no decorrer da era moderna. O conhecimento geral do homem 'universal' cede lugar ao conhecimento especializado, e surge a figura do estudioso útil. "No século XVIII o conhecimento útil se tornara respeitável",[16] como provam as fundações de sociedades e academias para o conhecimento aplicado, em Dublin (1731), Erfurt (1754), Filadélfia (1758), Virgínia (1772), Nova York (1784) e outros lugares. Firmam-se as noções de acumulação e avanço do conhecimento. "A inovação intelectual, mais que a transmissão da tradição, é considerada uma das principais funções das instituições de educação superior e, assim, espera-se que os candidatos aos graus mais elevados façam 'contribuições ao conhecimento'".[17]

Outra mudança paulatina diz respeito à noção de autoria e à condenação da livre apropriação de conhecimentos produzidos por outros — coisa que, nas sociedades tradicionais, nunca foi uma questão.

> As disputas acerca da autoria das obras, especialmente as disputas sobre plágio, também começam a aparecer no Renascimento. [...] Essas dispu-

14 VOIGT, Triumph der Gleichform und des Zusammenpassens, 1993, p. 185.

15 BURKE, *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, [2000] 2003.

16 Ibidem, p. 105.

17 Ibidem, p. 105.

> tas têm relação com o 'individualismo', a emulação e autoconsciência. [...] Estão ligadas ao surgimento das ideias de 'gênio' e 'originalidade', com a decadência da noção de 'autoridade' e o nascimento do 'autor'. Também revelam mudanças no equilíbrio entre o monopólio e a competição no campo do conhecimento. [...] Do final da Idade Média em diante, assistimos à ênfase na exploração do conhecimento para o ganho e na necessidade de proteger os segredos do ofício como 'propriedade intelectual valiosa'. O arquiteto renascentista Filippo Brunelleschi advertiu um colega contra pessoas que reivindicavam crédito pelas invenções de outras, e a primeira patente conhecida foi dada ao próprio Brunelleschi, em 1421, pelo projeto de um navio. A primeira lei de patentes foi aprovada em Veneza, em 1474. O primeiro direito autoral registrado de um livro foi concedido ao humanista Marcantonio Sabellico, em 1486, por sua história de Veneza.[18]

A valorização do conhecimento útil e da autoria coincide com mudanças de ordem política: o conhecimento passa a ser controlado pelo Estado. Surge o que Burke chama de "Estado de vigilância", cuja maior expressão é a burocracia, com seus especialistas e especialidades de monitoramento, coleta e armazenagem de informações. Burocracia é sinônimo de centralização.[19] Provas disso são o aumento do número de funcionários públicos e o aparecimento de edifícios destinados à função burocrática — a exemplo dos *Uffizi* de Florença —, bem como a nova articulação entre conhecimento, ensino e poder político na organização do academismo francês dos séculos XVII e XVIII. Por trezentos anos, as academias dominarão a política artística, a promoção pública das artes, os prêmios, as bolsas de estudo, a organização de exposições e a crítica de arte.[20]

A complexificação das tarefas de administração do Estado francês, diante do contexto cultural da época, exige novos esforços para conciliar tradição e progresso. A fundação das academias é uma evidência do interesse estatal pela sistematização do conhecimento, pela formação de especialistas e pelo controle das discussões teóricas e da vida cultural. "A Academia percebe que as polêmicas sobre o papel da

18 Ibidem, p. 139.

19 Ibidem, p. 110.

20 Cf. HAUSER, *História social da arte e da literatura*, [1951] 1998, p. 401.

razão e do sentimento na arte não são apenas discursos teóricos, mas sim signos de uma irresistível reviravolta cultural".[21]

O que Burke aponta de mais interessante — com base na teoria de Max Weber — é que, além de se configurar como "poder dos secretários", a burocracia "é o exercício do controle com base no conhecimento" e que esse "poder da função" está ligado "a um governo impessoal na base de regulamentos formais e comunicações escritas apresentadas através de canais apropriados".[22] O conhecimento se torna regra técnica, norma, e exige qualificação profissional.

Os sistemas tecnológicos — aquilo que organiza institucionalmente as atividades de produção segundo estratégias tecnológicas — não seriam possíveis sem padronização e normalização. Se não houvesse idiomas escritos e suas regras, sistema monetário, sistemas de pesos e medidas, conhecimento sistematizado (manejo científico das leis naturais, físicas e matemáticas), não haveria produção em larga escala nem a 'democracia' dos países desenvolvidos. E tais sistemas tecnológicos estão intimamente ligados à regulação pela burocracia.[23]

Modernismo reacionário

Jeffrey Herf cunhou a noção de uma faceta reacionária do modernismo, correlata da revolução conservadora na Alemanha do início do século XX. Ela ajuda a compreender o momento histórico da Bauhaus. A classe média alemã, de pequenos proprietários rurais, artesãos, lojistas, funcionários públicos e profissionais liberais, tinha razões para combater o avanço do capitalismo na Alemanha. Por um lado, temia o grande capital e, por outro, temia a classe trabalhadora organizada.[24] Em suma, na República de Weimar, havia atitudes ambíguas em relação ao modernismo, e a Bauhaus não escapou a isso:

21 BENEVOLO, *História da arquitetura moderna*, [1960] 1976, p. 38.

22 BURKE, *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, [2000] 2003, p. 111.

23 Desde o século XIX, a estratégia tecnológica resultante da revolução industrial se estendeu, de modo mais ou menos completo, a todo o mundo. Hoje, os países desenvolvidos estão sob completa jurisdição da tecnologia formal, mas em muitos outros a tecnologia formal convive com a informal, e ainda existem algumas regiões remotas ou resistentes que preservam tecnologias autóctones; cf. PELLI, Notas para uma tecnologia apropriada à construção na América Latina, 1989.

24 HERF, *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich*, [1984] 1993, p. 35.

> Os arquitetos, artistas, projetistas e engenheiros da Bauhaus tentaram demonstrar que a razão iluminista de fato era plenamente compatível com uma interação fecunda da arte com a tecnologia. Walter Gropius, o espírito condutor da Bauhaus, não via conflito algum entre o cosmopolitismo, os valores sociais democráticos e a razão, de um lado, e a beleza, de outro. Admitida uma medida suficiente de razão e paixão, Gropius não via motivo nenhum por que a tecnologia significasse alguma ameaça à humanidade. A Bauhaus abraçava a tecnologia como parte da modernidade em sentido amplo.[25]

Essa ambiguidade se manifestou também entre os trabalhadores politicamente organizados:

> O Partido Comunista Alemão exsudava o entusiasmo leninista pela tecnologia capitalista. 'Avante através dos trustes e além, rumo ao socialismo'. Era a opinião de um teórico de ponta, que também chegou ao ponto de chamar Henry Ford de um revolucionário 'não menos revolucionário que o próprio capitalismo'.[26]

O cenário descrito por Herf não é o descrito pela historiografia da arquitetura, na qual o Movimento Moderno parece ter sido feito de um modernismo sem nenhuma negatividade. Mas de fato desenvolveu-se, na República de Weimar, uma tradição modernista reacionária, liderada pelos engenheiros.

> O proletário industrial e o empresário são produtos e escravos da tecnologia. Assim, cabe ao engenheiro, o 'sacerdote da máquina', prover a orientação e a liderança em meio à crise cultural e política de Weimar. [...] Embora os engenheiros sejam capazes de atinar com essas dimensões irracionais e românticas da tecnologia, aqueles contaminados pelo espírito comercial não o são.[27]

Arautos da "ideologia do funcionamento sem acidentes e da obediência sem critério", tecnocratas e funcionários buscaram resolver o dilema da integração da cultura nacional alemã com a tecnologia, deixando

25 Ibidem, p. 54.
26 Ibidem, p. 55.
27 Ibidem, p. 76.

de fora razão iluminista, positivismo e liberalismo. Os horrores da guerra e o genocídio conduzido pelos nazistas logo depois do período de existência da Bauhaus tornam desnecessário enfatizar a fragilidade dessa construção conceitual. Se ela serviu à racionalização de processos produtivos, ao aumento de produtividade e à oferta crescente de bens de consumo, foi eficiente também no extermínio de seres humanos.

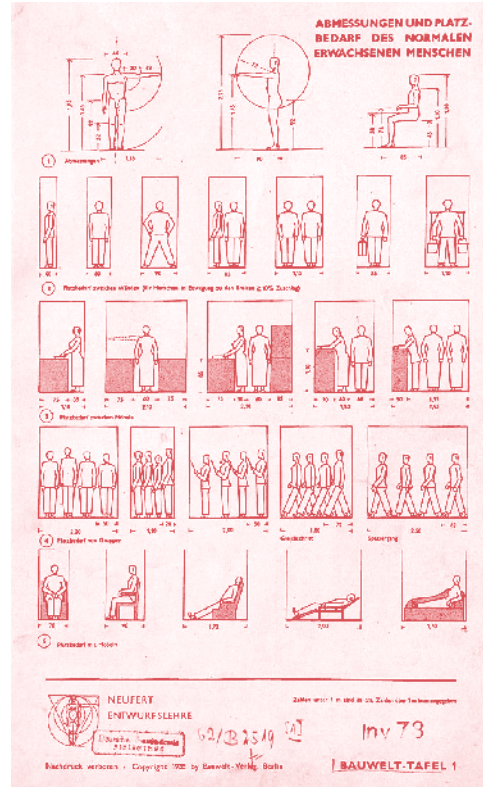
Por que esquecemos o nexo entre o Neufert e a Bauhaus?

'O Neufert' e 'a Wassily' são ambos objetos bastante conhecidos dos arquitetos. Porém, são discrepantes os tratamentos dados à cadeira de tubos metálicos projetada por Marcel Breuer em 1925 e ao livro de arquitetura mais vendido de todos os tempos. Na história da Bauhaus, há lugar somente para a cadeira que se tornou objeto de culto, não para o livro e seu autor. A trajetória incomum de Neufert não é citada por nenhum dos historiadores da arquitetura moderna nem pelos próprios estudiosos da Bauhaus (em sua grande maioria).

Uma explicação possível para essa lacuna seria a filiação metodológico-conceitual formalista da historiografia da arquitetura moderna, com sua ênfase nos objetos em detrimento das circunstâncias políticas, econômicas e culturais que os produziram. Mas a que se deveria esse desinteresse pela técnica e pela tecnologia por parte dos historiadores? Outra explicação para o esquecimento de Neufert seria a ideologia que permeia os textos historiográficos. Mais panfletários do que críticos, escritos para legitimar certa parcela da arquitetura moderna, deixam de lado a produção dos objetos arquitetônicos e seu contexto social e econômico, assim como o caráter reacionário que também foi parte do modernismo. Fato é que a mesma Bauhaus progressista que impactou o ensino de arquitetura em todo o mundo industrializado e produziu objetos ainda hoje cultuados também produziu a competência puramente instrumental de que Ernst Neufert é o grande exemplo. O currículo de Neufert é a demonstração da figura do tecnocrata apolítico, um tipo de profissional 'neutro' e acrítico.

Há arranjos entre organização do conhecimento, produção e poder político que ameaçam a autonomia individual e a criação de ambientes críticos. Construiu-se no Ocidente uma noção de conhecimento útil, acumulado por evolução contínua e sem fim, que prevaleceu sobre o pensamento especulativo. A elevação de status do conhecimento arquitetônico — da condição de *ars mecanica* à condição de *episteme*

Ernst Neufert, “Medidas e necessidade de espaço do ser humano adulto normal”, *Bauwelt*, 1935.



Edições de *Bauentwurfslehre* em diversas línguas e épocas.

— significou também sua fragmentação em múltiplas disciplinas. Ainda que o conhecimento tenha tido avanços extraordinários em alguns aspectos, ainda que sua sistematização tenha ampliado muito a capacidade de transmissão desse conhecimento, é inegável a alienação daí decorrente.

Para a historiografia da arquitetura, a Bauhaus é o glorioso ponto de chegada de um longo processo iniciado no Renascimento, e ela foi capaz de libertar a criatividade individual dos padrões acadêmicos das belas artes, ditos retrógrados e identificados com o historicismo e o liberalismo burguês. Mas o que mais havia nesse ambiente de ensino e aprendizagem para que ele gerasse também a figura do tecnocrata? O que ficou escamoteado na descrição do 'espírito de época' modernista e por quê? De onde vem a má consciência acerca do tecnicismo da Bauhaus? Por que ele não aparece nas discussões da arquitetura até hoje?

Da consideração de tudo isso se pode esboçar uma tese: a má consciência acerca da inserção de Neufert no campo da arquitetura é análoga à posição da norma técnica dentro da cadeia produtiva da arquitetura. 'O Neufert' e a normalização são ambos difundidos e legitimados, mas pouco analisados desde um ponto de vista crítico. Esquecemos que Neufert faz parte da Bauhaus porque esquecemos que normalização, padronização, tecnocracia e instrumentalização fazem parte da arquitetura moderna. Acatamos a norma sem perguntar a quem e a que ela serve, embora, no fundo, saibamos que ela não é neutra nem equânime.

De fato, causa mal-estar a figura do tecnocrata neutro, que parece alienado das circunstâncias de produção de seu trabalho e presta serviços técnicos indistintamente à esquerda e à direita. Talvez esse incômodo provenha justamente de um pressentimento do potencial de barbárie embutido no tipo de racionalidade que originou a instituição da normalização técnica. Ela não teria se universalizado na Alemanha sem a Segunda Guerra e, inversamente, o genocídio em escala industrial promovido pelos nazistas não teria sido possível sem a racionalidade instrumental baseada exclusivamente no conhecimento útil da técnica.

[2008] Na cozinha dos modernos

Silke Kapp | Sulamita Fonseca Lino

A conversa sobre as cozinhas na arquitetura moderna se iniciou na mesma época da criação do MOM, em 2004, durante a banca de mestrado de Sulamita. Ali veio à tona a discrepância entre os avançados discursos e os reacionários preceitos de projeto dos primeiros modernistas brasileiros. O texto apresenta uma expansão dessa discussão, a começar pelo conceito de trabalho de reprodução, pouco difundido à época. Então, ele compara como trabalhos e espaços domésticos de reprodução (quase sempre femininos) foram tratados pelas vanguardas arquitetônicas da década de 1920 (quase sempre protagonizadas por homens), no Brasil, na Alemanha e na União Soviética.[1]

Nas pinturas *Morro da favela* (1924) de Tarsila do Amaral e *Morro vermelho* (1926) de Lasar Segall, as favelas eram belas: luz tropical, palmeiras e cactos verdes, casas coloridas, lago cristalino, roupas no varal, vida ordeira de mães sensuais e filhos fortes. Os dois quadros decoravam, em 1930, a sala da casa de Gregori Warchavchik à rua Itápolis em São Paulo, como parte da muito bem-sucedida *Exposição da casa modernista*. O intuito da exposição era apresentar à elite paulistana o modo de vida moderno e festejar um programa artístico de aproximação do povo e afastamento de uma cultura aristocrática decadente.[2]

Considerando-se que, na estrutura social do Brasil daquela época, as pessoas representadas nos quadros de Tarsila e Segall são operários e empregados domésticos, há uma paradoxal contradição nesse evento. As casas de Warchavchik — ícones da historiografia da arquitetura modernista no Brasil, que lhe renderam a representação da América Latina nos CIAM — têm a ordem da tradicional casa burguesa. Ainda que fossem ditas racionais, funcionais e econômicas, ainda que resumissem certos espaços e eliminassem ornamentos, mantêm a clara

1 Primeira publicação: Na cozinha dos modernos. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 15, n. 16, 2008, pp. 30–45.

2 MICELI, *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico de São Paulo*, 2003.

setorização de áreas de serviço, social e íntima. Isso significa que, por ocasião da dita exposição, os convidados apreciam na sala pinturas que celebram a beleza e a exuberância das mesmas pessoas (sobretudo mulheres negras pobres) que trabalham na cozinha preparando os canapés. E mais, a arquitetura de Warchavchik parece harmonizar com os dois termos dessa contradição. Ela reitera a práxis social desigual com seu espaço segregador e, por outro lado, atende aos ímpetos subversivos cultivados na sala, com suas formas simbolicamente isentas dos símbolos de distinção (os ornamentos). A casa é, a um só tempo, forma aparentemente avançada e espaço confortavelmente conservador.

A investigação da qual resultou o presente artigo iniciou-se pela discussão do paradoxo acima apontado. A partir dele, começamos a examinar as relações cotidianas que os espaços criados pelos arquitetos modernos por volta de 1930 efetivamente privilegiavam. Entramos na 'cozinha dos modernos', para compreender como abordaram o trabalho doméstico, mas também para conhecer um pouco mais de suas — talvez irrefletidas — convicções. Isso nos levou mais longe do que supúnhamos, pois revelou o quanto o debate em torno da moradia, tão cultivado no campo arquitetônico durante o século XX, iniciou-se passando ao largo de uma crítica das relações de dominação das quais a moradia é sede e que, em última análise, sustentam a sociedade industrial.

O texto que se segue começa por recuperar alguns conceitos essenciais a essa crítica, como a noção de trabalho de reprodução, para depois examinar brevemente os espaços desse trabalho propostos por arquitetos em três circunstâncias diversas: Moscou, Frankfurt e, retornando ao ponto de partida, a Rua Itápolis.

Reprodução, produção e trabalho doméstico

Reprodução é a produção para a permanência de determinado estado de coisas, a começar pela subsistência orgânica dos indivíduos e pela subsistência da espécie, mediante a procriação. Essas são as bases e condições de possibilidade de qualquer sociedade humana. Sem reprodução, não há produção, pois ela não teria objeto nem teria quem a realizasse: "O ato produtivo é, em si mesmo, despojado de sentido, ou seja, absurdo, uma vez concebido isoladamente, descontextualizado do processo reiterativo, reprodutivo, no qual está indissoluvelmente inserido".[3] Portanto, a reprodução tem precedência lógica sobre a produção, ainda que, do ponto de vista gramatical, isso pareça estranho.

O estranhamento advém do fato de a nossa terminologia relacionada ao trabalho ser cunhada pelo produtivismo, que considera as atividades humanas à medida que geram riquezas acumuláveis. Centro do pensamento econômico-político moderno, seja de orientação progressista ou conservadora, seja de direita ou de esquerda, é a produção estruturada pela relação entre capital e trabalho. A subsistência humana e suas qualidades comparecem nesse pensamento sob o termo 'reprodução', porque fazem parte do processo que restaura as condições de partida de um ciclo produtivo, no que diz respeito à disponibilidade da mercadoria trabalho, para que um novo ciclo possa começar. Meios e fins se invertem: a existência de pessoas se torna um meio para a produção, e não o seu objetivo.[4]

Já nas formações sociais em que o trabalho assalariado não existe ou contribui pouco para a subsistência, como nas sociedades pré-capitalistas, as atividades de produção e as de reprodução pouco diferem entre si. As mesmas ações geram tanto produtos de uso próprio (reprodução), quanto produtos destinados ao mercado. O espaço da moradia, nesse caso, é estruturado pelo trabalho, mas a ele se mesclam diretamente todos os outros significados e ações da vida doméstica, desde procriação e religiosidade até entretenimento e convívio social. Nas sociedades industriais urbanas, em que domina a separação econômica e cultural entre a reprodução doméstica e a produção geradora de riquezas, essas relações espaciais se transformam: o espaço do trabalho não é mais o espaço de moradia, de criação dos filhos ou de lazer, da mesma maneira que o tempo do trabalho (assalariado) e o tempo dito livre não se misturam.

Isso não significa, entretanto, que o trabalho doméstico tenha deixado de existir nessas sociedades industriais urbanas. Pelo contrário, estima-se que até hoje mais da metade de todo o trabalho humano seja trabalho de reprodução não remunerado, realizado prioritariamente

3 MOURA, Para uma teoria da cultura, 2001, p. 35; cf. LUXEMBURGO, *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*, [1913] 1970.

4 Isso vale também para a expressão *reprodução ampliada*, muito utilizada como sinônimo do aumento dos bens disponíveis à massa de consumidores. Em rigor, reprodução simples é aquela em que o novo ciclo terá produtividade igual ao primeiro, enquanto reprodução ampliada é aquela em que o novo ciclo incorpora em suas condições de partida resultados acumulados anteriormente, tornando-se mais produtivo do que o primeiro. Ou seja, reprodução ampliada significa essencialmente produção ampliada, e não vida melhor, ainda que ela possa ter por efeito colateral o aumento do consumo individual.

pelas mulheres no espaço doméstico. Tal trabalho apenas perdeu seu caráter autoevidente e, entre tentativas de socializá-lo, racionalizá-lo ou modernizá-lo tecnologicamente, acabou sendo obliterado. (Obliterar é o oposto de esclarecer: fazer esquecer, obscurecer, ocultar, diminuir, reduzir). A obliteração se evidencia, por exemplo, no seguinte fato:

> O produto nacional não engloba o trabalho não remunerado das donas de casa; engloba porém o produto do trabalho das empregadas domésticas, por ser remunerado. O que leva ao curioso paradoxo de que o produto nacional diminui cada vez que um patrão casa com a empregada e a transforma em dona de casa, embora a produção realizada pela referida senhora continue a mesma.[5]

De meados do século XIX a meados do século XX, surgiram muitas propostas inovadoras do espaço habitacional, porque a reinvenção da moradia parecia indispensável ao equacionamento da sociedade industrial. Mas, não obstante as inovações, as relações fundamentais entre trabalho assalariado de produção e trabalho gratuito de reprodução persistiram: o primeiro domina o segundo e, ao mesmo tempo, é sustentado por ele. Portanto, não se trata simplesmente de um problema simbólico ou de uma questão de 'reconhecimento' do trabalho doméstico. Fato é que o modo de produção capitalista industrial não seria capaz de prover sua própria reprodução se não contasse com essa parcela imensa de sobretrabalho.

Nesse contexto, cabe lembrar que o Código Napoleônico (1804) e muitas outras constituições burguesas às quais ele serviu de modelo definiam as mulheres como pessoas não dotadas de razão, incapazes de responder por seus próprios atos e necessariamente submissas ao pai ou ao marido. Na estrutura familiar formal da sociedade europeia oitocentista, o homem tem o dever de sustentar a família e o direito de dispor da mulher para ajudá-lo — em qualquer sentido. A mulher, por sua vez, só pode ter atividades remuneradas independentes se não prejudicarem os chamados 'deveres de mãe e esposa' (o trabalho de reprodução). Mesmo assim, a quase totalidade das mulheres das classes mais pobres realizava trabalhos extradomésticos para sustentar a família, além do trabalho doméstico que lhe cabia por lei. O censo austríaco de 1869, por exemplo, mostra que metade de todos os trabalhadores do

5 SINGER, *O que é economia*, [1998] 2003, p. 13.

comércio e da indústria eram mulheres. Não é de estranhar, portanto, que os movimentos feministas organizados tenham começado nesse período, marcado pelo engajamento das mulheres nos eventos revolucionários de 1848 ou na Comuna de Paris (1871).

> Algumas lutaram nas barricadas durante a revolução de fevereiro, mas foram muitas mais as que participaram na acentuada luta de rua de junho de 1848. As mulheres de Paris lutaram com tanta decisão quanto os homens [...]. Ainda que algumas tenham se limitado a carregar e limpar as armas, outras dirigiram grupos de combate integrados só por homens. A atividade política das mulheres se restringiu depois que se reprimiu o levante dos 'dias de junho', mas muitas haviam aumentado sua consciência social e política.[6]

Dos teóricos da economia política clássica, quem levou mais longe a crítica do trabalho de reprodução foi provavelmente John Stuart Mill (1806–1873), também um dos primeiros homens a defender os direitos civis das mulheres, incluindo sufrágio, educação, propriedade privada, acesso ao mercado de trabalho e nível salarial. Mill, um autor paradigmático do pensamento liberal, parte da curiosa convicção de que o trabalho doméstico feminino, mais do que desnecessário, seria socialmente maléfico. Para ele, o fim da coerção masculina e a implementação de carreiras femininas fora do "departamento mais humilde da vida" aumentariam a riqueza da nação, transformariam as relações carnais entre os sexos em relações de caráter intelectual e, assim, solucionariam até mesmo o problema da superpopulação.

> É por devotar a metade da espécie humana a essa função exclusiva [de procriação], por ela preencher toda a vida de um dos sexos e se imbricar em quase todos os objetos do outro, que o instinto animal em questão é alimentado até a desproporcional preponderância que teve até agora na vida humana.[7]

Um século e meio depois, muitos dos ideais de Mill se realizaram no mundo industrializado: as mulheres se integraram ao mercado 'livre', bem ou mal têm acesso à educação como os homens, conquistaram certa

6 TODD, *Las revoluciones 1789–1914*, [1998] 2000, p. 135.

7 MILL, *Principles of political economy*, v. 2, [1848] 1849, p. 323.

independência financeira e costumam ter menos filhos. Mas, para a maioria delas, continua existindo o trabalho doméstico não mercantil e não monetário que Mill desqualifica. Esse trabalho feminino apenas passou a oscilar entre dois polos de dominação: a dominação doméstica pelo homem e a dominação pelo capital; ou, para dizê-lo em outros termos, entre um falso idílio doméstico e uma falsa identificação da liberdade com a liberdade de vender a própria força de trabalho no mercado. Talvez as mulheres que participaram dos movimentos revolucionários do século XIX tenham compreendido esse impasse melhor do que muitas feministas que as sucederam, pois não estavam interessadas simplesmente numa emancipação nos termos de Mill, com direitos políticos ou liberdade de mercado, mas numa organização social radicalmente transformada.

Marx também aborda a questão do trabalho doméstico, começando pela disseminação do sistema *putting out*, isto é, a distribuição de matéria-prima às famílias com posterior recolhimento das mercadorias transformadas. O *putting out* introduziu a lógica fabril no espaço doméstico sob o comando das mulheres:

> Essa assim chamada indústria domiciliar moderna nada tem a ver, exceto pelo nome, com a indústria domiciliar antiga, que pressupunha o artesanato urbano e uma economia camponesa independentes, além de, sobretudo, um lar da família trabalhadora. Atualmente, essa indústria se converteu no departamento externo da fábrica, da manufatura ou da grande loja.[8]

Para os nossos propósitos, podemos compreender o sistema *putting out* como transição da moradia tradicional (unidade de produção) para a forma de moradia que prevalecerá nos países capitalistas industrializados até a década de 1930 (unidade de reprodução). No momento em que penetra no espaço doméstico, a lógica fabril modifica a percepção do trabalho de reprodução, tornando-o secundário frente à atividade geradora de renda. Quando, mais tarde, essa atividade é deslocada para o espaço da fábrica, a moradia parece tornar-se um oásis do não trabalho, embora o trabalho de reprodução continue sendo executado ali. O ônus dessa obliteração fica com as mulheres das classes não proprietárias, agora integradas ao mercado de trabalho e ainda responsáveis pela manutenção da vida doméstica.

8 MARX, *O capital*, livro I, [1867] 2017, p. 533.

Marx entende que o trabalho assalariado feminino, possibilitado pela substituição de força física por maquinário, é uma maneira de o capital ampliar duplamente a exploração do material humano. Por um lado, a disponibilidade de trabalho feminino aumenta a oferta de trabalho em geral, pressionando os salários. Por outro lado, cai o valor real do trabalho, porque o salário, determinado "pelo tempo de trabalho necessário à manutenção não só do trabalhador adulto individual, mas do núcleo familiar",[9] é dividido por dois membros da família (ou mais de dois, quando há trabalho infantil). Assim, cai o custo de reprodução do trabalhador, que inclui a 'produção' dos filhos, e aumenta o mais-valor relativo.

Além dessa 'otimização' da exploração, o trabalho feminino acarreta outra vantagem para o capital, pois incrementa a necessidade de consumo de mercadorias, isto é, reifica e mercantiliza a reprodução.

> Como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las etc., não podem ser inteiramente suprimidas, as mães de família confiscadas pelo capital têm de arranjar quem as substitua em maior ou menor medida. É necessário substituir por mercadorias prontas os trabalhos domésticos que o consumo da família exige, como costurar, remendar etc. A um dispêndio menor de trabalho doméstico corresponde, portanto, um dispêndio maior de dinheiro, de modo que os custos de produção da família operária crescem e contrabalançam a receita aumentada. A isso se acrescenta que a economia e a eficiência no uso e na preparação dos meios de subsistência se tornam impossíveis.[10]

A passagem citada mostra que Marx, ao contrário de Mill, reflete sobre as contradições do trabalho assalariado feminino e não o identifica simplesmente com emancipação ou liberdade. Transparece aí também a diferença entre a porção do trabalho de reprodução que é passível de substituição por mercadorias e a porção desse trabalho que não o é. "Cuidar de crianças e amamentá-las" é uma atividade que não tem a mesma natureza de "costurar e remendar", porque não pode ser substituída pela compra de mercadorias. De modo análogo, "o discernimento no uso e na preparação dos alimentos" indica uma operação qualitativa que a produção em massa de alimentos não tem.

9 Ibidem, p. 468.

10 Ibidem, p. 469, nota 121.

Teóricos mais sexistas do que Mill e mais conservadores do que Marx, interessados em manter as mulheres no seu lugar tradicional, são os que mais enalteceram essas características qualitativas do trabalho de reprodução. Em 1891, o antissocialista Edward Stanley Robertson escreveu um capítulo de *A plea for liberty* (livro organizado por Thomas Mackay e publicado pela Liberty and Property Defence League), no qual procura demonstrar a "inviabilidade do socialismo", argumentando que não se pode contabilizar nem socializar o trabalho da esfera doméstica. "Como o socialismo regularia as horas ou estimaria o valor do serviço doméstico? [...] Qual é o valor do 'tempo de trabalho social' da mulher de um operário durante o parto e o subsequente afastamento do trabalho da comunidade?".[11]

Eugen Richter, político liberal da Alemanha de Bismark, argumenta na mesma linha. Na sátira intitulada *Sozialdemokratische Zukunftsbilder* (Imagens do futuro social-democrata, 1891), ele tenta enfatizar o caráter qualitativo e não contábil do trabalho de reprodução. A ficção de Richter narra o cotidiano numa Alemanha pós-revolucionária pela voz de um operário inicialmente entusiasta da nova ordem, mas que pouco a pouco tem suas expectativas frustradas. Trata-se de mostrar aos leitores que, ao fim e ao cabo, qualquer forma de socialismo pioraria a vida de todos, por mais que se tente vê-la com bons olhos. No capítulo sobre "As novas cozinhas estatais", Richter descreve uma instituição semelhante a cantinas de instituições militares ou prisionais: serve-se o mesmo prato e a mesma porção a todos, o tempo de refeição é cronometrado por policiais e não há nenhuma espécie de sociabilidade entre os comensais, cujo agrupamento, de qualquer forma, resulta da distribuição de senhas, e não de afinidades.

> Para cada homem, a cada dia, sua porção de carne! [...] É verdade que as porções de carne poderiam ser um pouco maiores, mas nosso prudente governo adotou o inteligente princípio de não oferecer mais carne do que a média consumida aqui antes. Depois as coisas serão diferentes e com o passar do tempo teremos muito mais e em maiores quantidades. [...] Mas há algo que tem sido difícil. É a preocupação que minha boa esposa demonstra. Está muito nervosa e seu estado piora a cada dia. [...] As cozinhas estatais também não lhe agradam. Diz que a comida é ração de acampamento e um pobre substituto das saudáveis refeições que cos-

11 ROBERTSON, The impracticability of socialism, [1891] 1894, p. 36.

> tumávamos ter em nossa própria casa. Queixa-se de que a carne passou do ponto, o caldo está ralo e coisas do gênero. Também diz que perde o apetite ao saber de antemão o que comerá durante toda a semana. [...] Antes, se alegrava quando saíamos de vez em quando, pensando que nesse dia evitaria o problema de cozinhar. Bom, são coisas de mulher. Elas sempre têm o que reclamar da comida dos outros.[12]

Não obstante os propósitos conservadores de Richter, sua sátira indica o quanto a natureza da reprodução difere da lógica da produção. No registro da produção, dominam planejamento, estratégia e controle rigoroso de tempo e recursos, seja pelo Estado, seja pelo capital privado. No registro da reprodução, prevalecem procedimentos contrários à predeterminação — "perde o apetite ao saber de antemão" —, prezam-se qualidades específicas em lugar de quantidades e não há interesse pelo crescimento linear, nem pela acumulação.

Efetivamente, o trabalho de reprodução não é acumulável. À revelia do aspirador de pó, do freezer, da inseminação artificial e de toda a imensa produção de mercadorias destinadas ao consumo doméstico, não se pode limpar a poeira de amanhã nem matar a fome da semana que vem ou gestar os filhos da década seguinte. Se o aumento das forças produtivas de uma sociedade tende a reduzir o trabalho necessário à reprodução, ainda assim, uma grande parcela desse trabalho não pode ser mercantilizada, racionalizada ou socializada. Mesmo que muitas mercadorias estejam disponíveis e os salários efetivamente permitam comprá-las, a criação dos filhos, a manutenção da moradia, o cuidado com os doentes e até mesmo o consumo concreto envolvem um trabalho não reificável, sem o qual nenhum outro tipo de trabalho seria possível.

A vida humana se realiza no e pelo espaço, e a estrutura desse espaço concretiza as relações sociais, sob todos os aspectos. No âmbito da reprodução não é diferente. Por isso, como já indicado na introdução ao presente texto, a leitura da 'cozinha dos modernos' aqui proposta em três exemplos se destina a compreender as formas de organização do trabalho de reprodução que subjazem às inovações almejadas pelos arquitetos modernos. Qual é, afinal, o potencial de transformação (ou de perpetuação) das relações de dominação inerente a tais propostas?

12 RICHTER, *Sozialdemokratische Zukunftsbilder: Frei nach Bebel*, 1891, p. 18.

Na cozinha socializada dos soviéticos

Nas primeiras décadas do século XX, ideias como as "imagens de um futuro social-democrata" de Richter circulavam em todas as frentes políticas, positiva ou negativamente. Liberais acusavam socialistas e comunistas por quererem homogeneizar a produção, as necessidades e as pessoas; socialistas acusavam liberais por lidarem com as riquezas produzidas de modo irracional e injusto; e comunistas acusavam socialistas por almejarem reformas apenas parciais. Nesse contexto, a revolução de 1917 representou uma oportunidade de tentar demonstrar a superação da domesticidade burguesa por uma nova cultura proletária de cooperação.

Depois da Revolução, meios de comunicação soviéticos como o jornal *Komsomolskaia Pravda* empreendem uma campanha sistemática contra as 'quinquilharias' das casas pequeno-burguesas. Toda a sociedade soviética deveria se tornar uma 'grande família', numa nova cultura proletária que libertaria a mulher do trabalho privado para inseri-la definitivamente no trabalho 'produtivo', socializando inclusive criação dos filhos, limpeza e preparo da comida. E todo cidadão teria direito natural à moradia e à participação em espaços públicos que absorveriam as antigas funções domésticas: cantinas, clubes, banhos, creches, parques esportivos, escolas e teatros. Correlato disso foi o combate ao patriarcado, com legalização do aborto, simplificação do divórcio, proibição da poligamia, repressão das agressões contra mulheres e o fim do mito da virgindade (reformas instituídas no Direito de Família, de 1918, e em grande parte revogadas na revisão de 1936, comandada por Stalin).

A mesma Tarsila do Amaral que pintou o *Morro da favela* e integrou a supracitada *Exposição da casa modernista* foi tocada por essa nova ordem social ao visitar a URSS em 1933.

> Agora é que estou vendo a Rússia. Quanta fantasia sobre ela! Aqui as mães todas criam seus filhos. Depositam-nos em uma creche, no próprio lugar onde trabalham, durante o dia, isto é, nas 7 horas de trabalho. As crianças são bem cuidadas e alimentadas. Vive-se sem saber qual é o dia da semana, pois não há domingo nem feriado. Todos trabalham 4 dias e descansam no 5º em turmas diferentes, de maneira que o trabalho não se interrompe e cada dia da semana tem seu grupo que descansa. [...] Agora em todas as escolas, fábricas, usinas, hospitais, Institutos, teatros em toda parte só se fala no plano de 5 anos e todos procuram fazê-lo em menos

> tempo e afirmam que 2+2=5. Muitas das empreitadas já foram executadas e esperam, num grande esforço coletivo, que o plano total termine no prazo. É por isso que aqui não existe o problema dos sem trabalho. Só não trabalha quem não quer.
>
> As mulheres têm os mesmos direitos que o homem. Ganham a mesma coisa, conforme o trabalho. Há muitas que são soldados e saem pelas ruas com seus batalhões no meio dos homens. [...] Vi também uma clínica de abortos e assisti a algumas operações. Nessa clínica operam diariamente 60 mulheres quando elas provam que não podem ter o filho ou pela dificuldade de alojamento, ou porque não têm um marido, ou porque são doentes, ou porque são estudantes ou outra razão justa.[13]

Havia, portanto, na URSS desse período, um real intuito de reorganizar o trabalho de reprodução. O provimento habitacional correlato se fez inicialmente pela transformação das construções pré-revolucionárias em apartamentos comunitários (*kommunalnaya kvartira*), nos quais banheiros e cozinhas eram compartilhados, e a vida privada de cada família se restringia a treze metros quadrados, delimitados por divisórias de compensado ou cortinas, sem isolamento acústico e muitas vezes sem iluminação natural.

Na prática, essa vida antidoméstica sob o novo regime significou um fardo enorme para as mulheres, não só pelo fato de gestação e parto não poderem ser socializados. O território comum das moradias era disputadíssimo, e sua negociação ficava a cargo das mulheres. Exatamente pelo atrito que o uso coletivo forçado acabava gerando, o preparo dos alimentos — também tarefa feminina — continuou separado por famílias; o que resultou em cozinhas com tantos fogões lado a lado quantas fossem as famílias abrigadas num mesmo apartamento. Na realidade, as mulheres soviéticas não deixaram de desempenhar as funções da dona de casa, apenas deixaram de ter casa. Susan Buck-Morss observa com muita pertinência que esse "arranjo infernal" tinha, todavia, uma vantagem: "O espaço era desideologizado no sentido de que as contradições do sistema eram vividas ali sem nenhum verniz que as encobrisse".[14]

13 AMARAL, De Tarsila à família, Moscou, 27/6–1/7/1931, 1975, p. 380.

14 BUCK-MORSS, *Dreamworld and catastrophe: the passing of mass utopia in East and West*, 2002, p. 199.

Para remediar essa situação, que deveria ser provisória, mas acabou se tornando definitiva para muita gente, a OSA (*Ob'edineniye Sovremennikh Arkhitektorov*, união dos arquitetos contemporâneos, fundada em 1925 por Moisey Ginzburg e Aleksandr Vesnin) propôs concursos públicos com o objetivo de encontrar soluções para o problema habitacional. O pivô da transição entre o antigo e o novo regime, no ambiente doméstico, foi justamente a cozinha. No bloco de apartamentos Narkomfin (Moscou, 1929), Ginzburg propôs um conjunto de moradias duplex, encadeadas e ligadas por um corredor central. Junto às unidades habitacionais havia cantina, ginásio de esportes, biblioteca e creche. A cozinha de cada unidade consistia num móvel compacto, que se pretendia eliminar assim que o morador se adaptasse ao uso da cantina comunitária. Segundo Ginzburg:

> Não podemos forçar os ocupantes de uma construção específica a viver em coletividade, como tentamos fazer no passado, em geral com resultados negativos. Devemos oferecer a possibilidade de uma transição gradual e natural para o uso comunitário de certas áreas diferentes. Esse é o motivo pelo qual tentamos manter cada unidade isolada da subsequente, é por isso que julgamos necessário projetar o espaço da cozinha como um elemento padrão de tamanho mínimo, que pudesse ser retirado do apartamento de modo a permitir a introdução do sistema de cantinas comunitárias a qualquer momento.[15]

A produção habitacional soviética tinha por horizonte reeducar as pessoas quanto ao uso do espaço doméstico e, particularmente, da cozinha. Esse processo desencadearia uma situação oportuna para o Estado, pois as moradias poderiam se tornar mínimas se diversão, preparo de alimentos e cuidado diurno das crianças estivessem inteiramente dissociados da família e do espaço doméstico. Mas tais planos grandiosos (masculinos, em sua maioria) nunca se efetivaram. A situação de relativa igualdade feminina, que Tarsila ainda testemunhara em 1933, reverteu-se num novo conservadorismo já no fim da mesma década, e as mulheres soviéticas continuaram "donas de casa sem casa", esperando décadas a fio por um apartamento não compartilhado com outras famílias.

15 Apud FRAMPTON, *História crítica da arquitetura moderna*, [1980] 1997, p. 209.

Sempre se pode alegar que uma proposta arquitetônica falhou ou não se realizou do modo planejado porque estaria, na expressão de Lúcio Costa, "paradoxalmente ainda à espera da sociedade à qual, logicamente, deverá pertencer".[16] Arquitetos como Moisey Ginzburg seriam então a vanguarda, enquanto a vida cotidiana apenas se arrastava morosamente em direção às possibilidades vislumbradas. Mas toda prefiguração como a proposta por Ginzburg tem o defeito essencial das utopias positivas (isto é, munidas de conteúdos concretos): elas invertem um estado de coisas vigente, sem gerar algo propriamente novo. Assim, a substituição da cozinha doméstica pela cantina comunitária troca a tradicional dominação doméstica pela dominação da coletividade. A esfera da reprodução continua subjugada à lógica da produção e, ainda por cima, deve assemelhar-se a ela paulatinamente. Já a minicozinha em cada unidade, concessão de Ginzburg aos habitantes de espírito ainda pequeno-burguês, ecoa a experiência dos apartamentos comunitários com suas cozinhas compartilhadas e fogões separados. Na falta de adaptação às cantinas, os homens continuariam a ter sua comida 'caseira' e as mulheres continuariam a prepará-la em espaços inadequados.

Na cozinha racionalizada da Europa central

O desenvolvimento do espaço do trabalho de reprodução na Europa central está exatamente na contramão do percurso acima descrito. Enquanto os soviéticos tentavam retirá-lo da moradia e socializá-lo, descalçando-o de fato, os países capitalistas mais desenvolvidos tentavam introduzir a racionalização industrial no próprio espaço doméstico.

Essa racionalização iniciou-se ainda no século XIX, com intuito já então dito 'científico'. A norte-americana Catherine Esther Beecher (1800-1878), irmã da célebre autora de *A cabana do Pai Tomás*, foi a primeira grande defensora dessa causa. Em 1841, ela publicou o *Treatise on domestic economy*, no qual analisa detalhadamente tarefas como cozinhar, lavar, limpar, arrumar a casa ou cuidar do jardim, pleiteando que deveriam ser aperfeiçoadas da mesma maneira que quaisquer atividades profissionais especializadas e que as mulheres deveriam ser treinadas para exercê-las "profissionalmente". Anos depois, Beecher escreveu *The American woman's home* (1869), onde apresentou, pela primeira vez,

16 COSTA, Razões da nova arquitetura, [1934] 1995, p. 108.

a cozinha nos moldes da linha de montagem, com bancadas de trabalho contínuas, à altura da cintura e providas de armários. Tal organização do trabalho de reprodução se difundiu ao longo do século XIX em inúmeras publicações do mesmo gênero. Por um lado, elas se pautavam no ideal vitoriano de uma ordem doméstica impecável (também no sentido moral) e, por outro lado, nos avanços técnicos do trabalho produtivo. Auge dessa tendência na Europa central foi um livro intitulado *Die rationale Haushaltsführung* (A administração doméstica racional), de Irene M. Witte (1894–1976), uma das primeiras mulheres especialistas em "gerenciamento científico", que ocupou cargos administrativos importantes e foi aluna e tradutora de Taylor e Gilbreth.

O livro de Witte também inspirou o primeiro projeto sistematizado de cozinhas no âmbito do Movimento Moderno, realizado em 1928 pela arquiteta Margarete Schütte-Lihotzky a convite de Ernst May. A nova cozinha padrão era destinada aos programas de habitação social de Frankfurt, devendo atender em especial a mulheres empregadas em fábricas ou escritórios, para as quais o trabalho doméstico seria sempre sobretrabalho. A meta de Schütte-Lihotzky era facilitar ao máximo as tarefas, partindo do método de Taylor e trazendo para o ambiente doméstico a otimização produtiva das fábricas. A aplicação do método consistiu em cronometrar e analisar cada movimento realizado na cozinha tradicional e, em seguida, reorganizar espaços e objetos de acordo com sequências lógicas que exigissem o mínimo de passos e gestos, diminuindo o tempo necessário a cada operação. Schütte-Lihotzky redefiniu a articulação da cozinha com outros cômodos, sua geometria, dimensão, iluminação e ventilação, e redesenhou utensílios e equipamentos, introduzindo gavetas para alimentos a granel, luminárias móveis, tábua de passar roupas retrátil etc. Além disso, todos os materiais da "cozinha de Frankfurt" — como ficou conhecida — são laváveis, duráveis e de fácil manutenção; as cores seguem princípios de higiene e composição plástica. Pode-se dizer, enfim, que a arquiteta mobilizou todos os recursos técnico-científicos então disponíveis para tornar o trabalho doméstico tão 'produtivo' quanto o fabril. Para viabilizar a execução, o projeto foi financiado pela Prefeitura de Frankfurt e amortizado por um acréscimo mínimo no valor dos aluguéis. Em 1930, cerca de dez mil cozinhas idênticas haviam sido instaladas nas habitações sociais do programa de Ernst May.

Por mais que a cozinha de Frankfurt tenha nascido da (boa) intenção de amenizar o trabalho da mulher, há limitações evidentes. Ela

segrega definitivamente o trabalho doméstico das funções de lazer e socialização da moradia; o que também significa reiterar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Conversar, ler ou ouvir rádio se tornam atividades reservadas à sala de estar e hermeticamente protegidas dos odores e calores da cozinha, cujos bem equipados oito metros quadrados mal comportam duas pessoas. E a cozinha de Frankfurt é inteiramente desenhada para o corpo da mulher de estatura mediana daquela época, de modo que os homens estavam de antemão dispensados do trabalho doméstico, e as mulheres canhotas, baixas, altas ou gordas não tinham possibilidade de ajustar o espaço a suas próprias necessidades; isso sem mencionar eventuais 'desvios' de desejos ou hábitos domésticos. Improvisos, apropriações ou ações não planejadas de antemão são tão difíceis aqui quanto nas linhas de produção das grandes indústrias. Finalmente, a nova cozinha implica a perda do valor social e simbólico da cozinha tradicional; ela deixa de ser o centro da casa e se torna uma espécie de laboratório, inserindo definitivamente o ritmo e os preceitos da fábrica na esfera privada. Não que essa tendência tivesse sido ditada por Schütte-Lihotzky; na verdade, o projeto apenas confirmou e concretizou tardiamente as mudanças em curso. No contexto urbano-industrial, a função da cozinha tradicional, assim como a da casa tradicional, não é mais do que reminiscência nostálgica.

Porém, essa reminiscência tem um papel ideológico crucial e, mais do que sua rigidez ou seus preconceitos, o que derrubou a cozinha de Frankfurt foi sua objetividade. Como já dito, a industrialização capitalista faz do espaço doméstico o lugar por excelência da compensação. Toda a frustração do trabalho deve se justificar pelas conquistas domésticas. Os sonhos de felicidade e realização das classes não proprietárias e não intelectualizadas se condensam nesse espaço e nas possibilidades de consumo que ele oferece. O esquema da cozinha de Frankfurt poderia se enquadrar nas perspectivas do governo socialista daquela cidade nos anos 1920, tendo por pano de fundo a ideia de uma sociedade em que o espaço privado se tornaria menos relevante. Mas esse mesmo esquema é totalmente inadequado ao incremento do consumo e ao sonho doméstico que começa a predominar na década de 1930 e chega ao apogeu nos anos 1950, especialmente nos EUA. É impossível ter uma cozinha de Frankfurt e comprar uma lava-louças nova no Natal.

Na cozinha moderna sem modernização

Sempre que se considera que arquitetura, literatura ou artes modernas surgiram em contextos específicos de países europeus, advém a questão: como falar do moderno numa sociedade de industrialização e urbanização incipientes e estruturada por uma dependência colonial, ainda por cima predominantemente portuguesa? Canclini afirma que, na América Latina, a ideia de modernidade chega por intermédio das elites, sem que exista o espaço modernizado. "Fomos colonizados pelas nações europeias mais atrasadas, submetidos à Contrarreforma e a outros movimentos antimodernos".[17] Na interpretação de Canclini, isso teria gerado, a partir do século XIX, as "ondas de modernização" responsáveis pela divulgação de ideais modernos, sempre segundo modelos estrangeiros e sempre destinados às elites.

A arquitetura moderna brasileira pode ser vista nessa perspectiva. Quando de suas primeiras manifestações, o problema do trabalho de reprodução, típico das sociedades industrializadas, tinha por aqui proporções ainda modestas e estava longe de afetar o público atendido pelos arquitetos (já que não havia programas habitacionais promovidos pelo Estado). Assim, a arquitetura moderna brasileira tende a ser moderna na aparência — ou, para dizê-lo de modo mais ameno, na expressão plástica — e conservadora nos chamados programas funcionais. O adjetivo 'modernista' lhe cabe melhor do que 'moderna'.

As três primeiras casas projetadas por Warchavchik — a da Rua Santa Cruz (1928), a da Rua Itápolis (1929–1930), mencionada no início deste texto, e a da Rua Bahia (1929–1930) — sofrem da incongruência do moderno sem modernização. Uma consequência disso é a muito comentada dificuldade do arquiteto em construir com elementos aparentemente industrializados sem que já existisse correspondente indústria da construção civil no país, isto é, lidando com técnicas artesanais de produção. Mas a incongruência não se evidencia somente aí, como também nas articulações funcionais, especialmente naquilo que diz respeito ao trabalho de reprodução.

Carlos Lemos descreveu como esse trabalho era equacionado espacialmente nas casas da elite brasileira em fins do século XIX: cozinha, despensa e adega ficavam num porão ou subsolo, ligadas a uma copa

17 CANCLINI, *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, [1990] 2003, p. 67.

no andar térreo.[18] Esse padrão era, a um só tempo, congruente com a 'casa grande' do meio rural brasileiro e com a moradia urbana da alta burguesia europeia oitocentista, da qual Kopp diz:

> A residência burguesa supunha a presença de empregados domésticos para os quais estavam previstos 'quartos de empregados' [...]. Esse pessoal trabalhava na cozinha, eventualmente em uma copa e uma lavanderia, afastadas das peças principais da habitação: local de recepção, quartos de dormir etc. As plantas dessas habitações eram concebidas de maneira a separar o mais radicalmente possível a zona de trabalho do pessoal de serviço da zona da vida dos proprietários ou locatários da habitação.[19]

As casas de Warchavchik mantêm a mesma estrutura: elas têm o núcleo de estocagem e preparo de alimentos isolado do conjunto principal da casa, com entrada independente e acesso à sala de jantar através da copa. Também não há indícios de que o arquiteto tivesse dedicado qualquer esforço de reelaboração ou design a essas áreas. Em todo o material de divulgação da casa da Rua Itápolis, as áreas de serviço não são sequer mencionadas, assim como não comparecem nos registros fotográficos (salvo que algo nos tenha escapado). Enfim, Warchavchik adotou partidos tradicionalmente segregadores e deixou de lado a possibilidade de inovação na estrutura espacial do trabalho de reprodução; o que faz supor que também a estrutura social desse trabalho não seria afetada pelo 'modo de vida moderno' ali proposto.

Pode-se objetar que as casas de Warchavchik, em especial a da *Exposição da casa modernista,* ainda estariam inteiramente contidas no contexto institucional das artes plásticas, a priori distanciado da realidade social. Nesse sentido, representação e realidade — ou a celebração das mulheres pobres nos quadros e sua exploração na cozinha — não seriam propriamente contraditórias, já que pertenceriam a esferas axiológicas distintas. De fato, a exposição foi mais voltada ao mundo das artes do que ao mundo da vida. Oswald de Andrade a considerou um balanço do que se produzira no Brasil em termos de arte moderna desde a Semana de 1922. Além dos objetos do próprio Warchavchik, incluiu obras de "Tarsila do Amaral, Lasar Segall, Gomide, Di Cavalcanti, Cícero Dias, Anita Malfatti, Celso Antônio, Brecheret,

18 Cf. LEMOS, *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*, 1978.

19 KOPP, *Quando o Moderno não era um estilo e sim uma causa*, [1988] 1990, p. 54.

Ester Bessel, Osvaldo Goeldi, Jenny Klabin Segall", objetos de design nacional, como "almofadas de Regina Gomide Graz, um baixo-relevo e um projeto vitral de John Graz, o 'vaso de feira' de Patrícia Galvão", e design internacional, como "um bronze de Lipschitz, almofadas de Sonia Delaunay e Dominique, um tapete da 'Bauhaus' de Dessau, molduras de Pierre Legrain".[20] Finalmente, o evento contou com um elaboradíssimo material de divulgação, com convites pessoais enviados pelo arquiteto, reportagens em jornais locais e uma reportagem no jornal cinematográfico Rossi Filme, produzida especialmente por ocasião da inauguração. Em 14 de abril de 1930, seis dias antes do encerramento, o jornal *Diário da Noite* de São Paulo noticiava "a visita de vinte mil pessoas à mais completa mostra da arte brasileira".[21]

Contudo, um argumento se contrapõe a essa objeção. Por mais que a arquitetura ali tentasse reencontrar sua afinidade com as artes plásticas e reafinar as então chamadas artes decorativas, e por mais que se tratasse de uma espetacularização da domesticidade para o entretenimento de um público de elite, não se pode abstrair por completo sua relação com a vida cotidiana. Enquanto as configurações de quadros e esculturas ou mesmo de almofadas e tapetes podem comover, fazer pensar ou até mobilizar o público, as configurações arquitetônicas incidem na vida direta e concretamente e — o que é mais importante — são interpretadas nesse registro. Assim, a casa da Rua Itápolis não se difundiu apenas como um modelo plástico, mas também, em certa medida, como um ideal de moradia. Flávio de Carvalho, por exemplo, diz que "a casa de Warchavchik representa para São Paulo uma mudança: ela é extranormal, em relação ao nosso ambiente construído",[22] ou seja, ele a reconhece como parte desse ambiente. Dito de outro modo: a casa de Warchavchik não é tomada pelo público como nova proposta de galeria, museu ou espaço de exposição, mas como nova proposta de moradia.

Reitera esse argumento o fato de as casas de Warchavchik terem figurado como modelos quando o problema da habitação das classes trabalhadoras começava a ser discutido com alguma sistematicidade pelos arquitetos brasileiros. Referimo-nos sobretudo ao *Primeiro congresso de habitação*, realizado em São Paulo em 1931, no qual se avaliaram tipos para a 'casa operária' ou 'casa popular', racionalização de materiais e

20 FERRAZ, *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil*, 1965, p. 32.

21 Ibidem, pp. 85, 93.

22 Apud FERRAZ, *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil*, 1965, p. 33.

sistemas construtivos, produção em larga escala, abrandamento dos códigos de obras e sanitário, expansão horizontal da cidade e incentivos fiscais para a criação de loteamentos na periferia.

Warchavchik participou do congresso no papel de representante do CIAM e, como São Paulo dispunha de poucos exemplos de habitações modernas, expôs seus trabalhos já construídos e levou os congressistas para conhecerem a casa da Rua Bahia, como demonstração das possibilidades de padronização de elementos construtivos.[23] O distanciamento relativo dos problemas sociais, que se poderia atribuir ao contexto de uma exposição de artes, certamente desapareceu nesse novo contexto.

Pouco depois da *Exposição da casa modernista* e do *Primeiro congresso de habitação*, Warchavchik projetou com Lúcio Costa a Vila Operária da Gambôa (1932), na cidade do Rio de Janeiro, um investimento privado para aluguel. A proposta mesclou princípios do CIAM sobre moradia mínima (1929) com modelos locais de casas operárias, ao passo que seu contraponto eram os cortiços.[24] A Vila tem quatorze unidades: doze casas de trinta metros quadrados, com dois quartos, sala, banheiro e cozinha; e dois quartos de dez metros quadrados, com banheiro, destinados aos zeladores. As diferenças mais marcantes em relação às casas operárias de então foram a incorporação do banheiro ao interior da unidade (em lugar do acesso pelo quintal) e o hall de circulação dos quartos (comumente ligados entre si). As unidades têm, ainda, pequenas varandas na entrada e nos fundos, funcionando essa última como extensão da cozinha. Contudo, continuou não havendo preocupação específica com esse espaço ou preocupação mais ampla com a maneira de realizar o trabalho de reprodução. O projeto seguiu, em escala reduzida, a setorização da casa burguesa e todos os seus pressupostos.

Resta saber se essas primeiras realizações da arquitetura modernista brasileira, que obliteram a dominação no âmbito doméstico, em lugar de a problematizar de alguma maneira, são representativas dos

23 Ibidem, p. 114.

24 Os cortiços das cidades brasileiras de fins do século XIX e início do século XX se assemelhavam muito aos "apartamentos comunitários" da URSS pós-revolucionária, bem como a outras adaptações de moradias burguesas pelas classes trabalhadoras, recorrentes nas grandes cidades europeias. São sobrados convertidos por divisões e subdivisões dos cômodos, com latrina de uso comum. Na sala, costumava-se colocar fogões coletivos, mas também houve esforços por improvisar cozinhas privativas — o chamado cortiço pátio. Suas unidades, de três por seis metros, eram divididas em três cômodos: sala junto à entrada pelo pátio, quarto no centro e um cômodo com fogão nos fundos. Latrina e tanque com água corrente continuavam de uso coletivo (cf. BONDUKI, *Origens da habitação social no Brasil*, 2002, pp. 22–25).

desenvolvimentos ulteriores. A julgar pelo modernismo brasileiro mais festejado na historiografia, parece-nos que a ausência de reflexão crítica sobre as relações sociais de reprodução é de fato uma marca característica, que aliás prevalece até hoje. Por outro lado, falta uma leitura do assunto 'a contrapelo' — para usar a expressão de Benjamin — que considere pelo menos dois outros âmbitos de produção do espaço arquitetônico (não necessariamente nessa ordem): o de arquitetos menos célebres e talvez mais próximos de uma real discussão crítica da sociedade; e o da produção externa ao campo dos arquitetos e projetistas em geral, isto é, o da produção informal, que é tão repleta de alternativas espaciais quanto o é de alternativas de sobrevivência.

Post scriptum (de Sulamita)

Dez anos depois de escrever este trabalho com Silke, tive a oportunidade de repensá-lo de maneira ativa, pois fui morar na Maison du Brésil, em Paris. Essa *machine à habiter* teve o projeto elaborado em duas etapas: o esboço inicial, de Lúcio Costa; e desenvolvimento e execução da obra, coordenados pelo escritório de Le Corbusier. No que diz respeito à cozinha, os arquitetos tiveram abordagens distintas. O primeiro considerou que uma cafeteria, no térreo, ofereceria um serviço de café da manhã, e as demais refeições seriam "no restaurante triste e sombrio do edifício internacional".[25] Já o escritório de Le Corbusier colocou a cafeteria no subsolo e incorporou uma cozinha coletiva por andar. No cotidiano real, essas cozinhas se tornaram o local dos encontros cotidianos e das experiências compartilhadas, pois sua gestão fica a cargo dos residentes de cada andar. Estimulada por essa vivência, reli textos de Le Corbusier e Anatole Kopp, o que me levou a questionar se esse projeto seria uma edificação moderna brutalista, organizada como um transatlântico, com quartos de monastério e cozinha coletiva soviética.[26]

25 COSTA, Casa do Estudante, [1952] 1995, p. 232.

26 Cf. LINO, Máquina de habitar, máquina de viver, 2020; LE CORBUSIER, *Por uma arquitetura*, [1923] 1981; KOPP, *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*, [1988] 1990.

[2013]

O concreto e o diploma

Roberto E. dos Santos

Trata-se de uma síntese da tese de doutorado do autor, que reconstitui a história da difusão do concreto armado no Brasil do século XX. Inicialmente, o material construtivo foi propagandeado como higiênico, moderno, barato e — como prometia um anúncio de curso de cálculo de concreto armado por correspondência — "ao alcance de todos". Depois, tornou-se o pivô da regulamentação das profissões de arquiteto e engenheiro, da normalização e da reserva de mercado, bem como da correlata desvalorização (moral e econômica) dos conhecimentos de mestres, oficiais e demais trabalhadores da construção não diplomados.[1]

A construção civil brasileira está estruturadas em torno do sistema construtivo do concreto armado, cujo período crítico de instalação ocorre entre meados dos anos 1920 e o início dos anos 1940. Ele inclui: uma campanha de afirmação profissional de arquitetos e engenheiros, mobilizados em entidades de classe; a proliferação de escritórios de consultoria em cálculo estrutural; a consolidação da arquitetura moderna, que explorou o concreto como material plástico-expressivo e colocou arquitetos brasileiros na vanguarda até os anos 1960; a pesquisa acadêmica de resistência dos materiais e métodos de cálculo, nos laboratórios das escolas de Engenharia; a criação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cuja primeira ação foi normalizar o concreto armado; um aumento significativo na produção de cimento; uma campanha publicitária do concreto, em anúncios de materiais, profissionais e equipamentos, e publicações de artigos, resenhas, projetos, métodos e tabelas de cálculo, recomendações técnicas e composições de custo, conferindo ao concreto uma imagem de progresso técnico, segurança, eficiência, conforto, economia e higiene; a renovação da legislação urbana para permitir a verticalização e urbanização de novas áreas;

1 Primeira publicação: O concreto e o diploma. In: João Marcos Lopes; José Lira (eds.). *Memória, trabalho e arquitetura.* São Paulo: EDUSP, 2013, pp. 163–178. Cf. SANTOS, *A armação do concreto no Brasil*, 2008.

e a paulatina transformação da atividade construtiva em 'indústria da construção' com base no sistema construtivo do concreto armado.

Portanto, o concreto está no cerne do processo de nacionalização da arquitetura e da engenharia,[2] e é fator constitutivo do campo profissional da construção civil, ou, de modo mais específico, da construção imobiliária.[3] Fundamental para a arquitetura e a engenharia nacionais, ao longo do século XX, o concreto extrapola o uso formal, legalizado e normalizado, e se infiltra em todas as etapas da produção de edificações: concepção de projetos, organização do trabalho dos operários no canteiro, comércio de materiais de construção. Em pouco tempo, o concreto tornou-se hegemônico e hoje é utilizado indiscriminadamente, seja na construção formal, seja na autoconstrução (nenhum outro material de construção é tão consumido no Brasil quanto o cimento).

O concreto predomina também nos currículos das escolas de Arquitetura e Engenharia. Como em geral ocorre com processos e sistemas tecnológicos que se tornam hegemônicos, o sistema construtivo do concreto é percebido como natural: a hegemonia do sistema construtivo do concreto tem por correlato sua naturalização. Na minha experiência como professor de projeto, ouvi de muitos estudantes de arquitetura, quando indagados sobre o sistema construtivo imaginado para seus projetos, a resposta 'normal', significando 'de concreto armado'. A tendência é de os estudantes privilegiarem esse sistema mesmo antes de saberem em que consiste.

Algo semelhante ocorre na construção urbana informal: a opção imediata de seus agentes é a construção 'de material', isto é, de alvenaria de tijolos cerâmicos estruturada com concreto armado. Independentemente de se tratar de um meio em que as informações técnicas estão institucionalizadas ou de um meio em que são aprendidas apenas fragmentariamente, diretamente na prática, o concreto é favorecido de antemão.

Nos currículos dos cursos de arquitetura e engenharia, o concreto tem mais espaço do que todos os outros sistemas construtivos em conjunto, como os de aço, madeira ou terra, por exemplo. Mas, além das disciplinas dedicadas exclusivamente ao concreto (*Resistência*, *Estabilidade*, *Sistemas estruturais*, *Cálculo de concreto armado*), ele também está presente, de modo subliminar, nas disciplinas de desenho e projeto. Nessas

2 Cf. VASCONCELOS & CARRIERI JR., *A escola brasileira do concreto armado*, 2005.

3 O termo *construção imobiliária* refere-se ao setor da construção civil responsável pela edificação de casas, pequenos edifícios e arranha-céus, distinguindo-se dos setores de construção pesada e montagem industrial, e da fabricação de insumos básicos.

disciplinas, muitas vezes, o sistema construtivo do concreto é tomado de modo irrefletido, colaborando para que se torne cada vez mais um dado inquestionável. O desenho técnico utilizado no ramo toma o concreto por pressuposto. Em qualquer loja de material de construção, seus insumos estão disponíveis. E até as normas brasileiras, os códigos de obras e as legislações urbanas são tacitamente moldadas em função dele.

Com a emissão do decreto 23.569, de 1933, ficou definido que a prática da engenharia e da arquitetura, inclusive em todos os níveis do serviço público, só pode ser exercida por portador de diploma reconhecido pela burocracia brasileira. Além disso, para que tenham valor legal, projetos e obras devem ser desenvolvidos e executados por profissionais com registro outorgado pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREAS). E mais, todas as empresas que desempenhem trabalhos de engenharia e arquitetura devem ter profissionais registrados no encargo dos serviços.

A regulamentação da profissão e a exigência de diploma de curso superior para o exercício profissional da arquitetura e da engenharia foram determinantes para uma mudança de poder no campo da construção que, depois da regulamentação profissional, passou a ser controlado por arquitetos e engenheiros. A tecnologia do concreto foi crucial nessa transformação, já que o grupo de diplomados dela se valeu para lançar mão desse controle.

Concreto e perícia técnica

O concreto foi introduzido no Brasil no início do século XX, como produto patenteado, negociado por representantes comerciais de firmas estrangeiras sediadas na Europa. Depois da instalação das cimenteiras, em 1926, acelerou-se o processo de difusão da tecnologia do concreto, mas foi com a normalização, pela ABNT em 1940, que o concreto se consolidou como sistema construtivo.

A normalização do concreto teve relação direta com a quebra de suas patentes, cujo processo esteve também associado à matematização dos métodos empíricos de tais sistemas. A norma foi, de fato, uma maneira de abrir o conhecimento e quebrar o monopólio das firmas especializadas nas construções em concreto, detentoras das patentes, tais como as dos sistemas Hennebique e Monier, que, no final do século XIX e início do XX, eram distribuídos comercialmente em quase todo o mundo, incluindo o Brasil.

A estratégia empregada, primeiramente na Suíça e Alemanha, era de adquirir os direitos dos sistemas patenteados e, a partir da pesquisa sistemática, transformá-los em métodos de cálculo de fácil divulgação, por meio das publicações e do ensino.

No ano de 1885, por exemplo, a firma Wayss & Freytag adquiriu a patente do sistema Monier para toda a Alemanha. Um de seus engenheiros, Emil Mörsch, realizou numerosos ensaios, definindo as bases do que se conhece hoje por *método elástico* ou *método clássico.* Em 1887, o próprio Wayss, em colaboração com Matthias Koenen, escreveu o primeiro livro em alemão sobre os princípios estruturais das construções de concreto armado, sob o título *Das System Monier.* Outro exemplo é o do engenheiro suíço Wilhelm Ritter, da Eidgenössische Technische Hochschule (ETH) de Zurique, responsável pelos estudos sistemáticos do sistema Hennebique,[4] publicados em 1899 com o título *Die Bauweise Hennebique* (O modo de construção Hennebique), que mais tarde se transformou no método de cálculo denominado *reticulado de Ritter-Mörsch.*

Em 1900, o ministério de obras públicas francês criou uma comissão do concreto armado, com a finalidade de produzir uma norma de aplicação para o concreto. Participaram dessa comissão representantes dos fabricantes de cimento e das empresas construtoras (Hennebique e Coignet), técnicos especialistas, arquitetos e representantes do ministério da guerra. Depois de seis anos de estudos e negociações, a norma francesa foi finalmente editada, com vinte e cinco artigos versando sobre a elaboração de projetos, cálculos de resistência, procedimentos de execução e provas de carga em obras executadas.

No Brasil, a criação da ABNT se confunde com o próprio surgimento do concreto. A primeira norma brasileira, a NB 1, de 1940, é dedicada ao concreto. Ela resultou de um processo de discussão de cerca de dez anos, do qual participaram o Instituto de Pesquisa Tecnológica, de São Paulo, o Instituto Nacional de Tecnologia, do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira do Concreto (ABC), a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) e engenheiros de estruturas com experiência em cálculo.[5]

4 O método empírico de Hennebique havia sido desenvolvido por meio de ensaios: uma série de elementos típicos, cuja combinação num ábaco tornava possível obter estruturas completas. Tal ábaco permitia, por exemplo, saber o preço por metro quadrado de uma estrutura de vigotas a partir da seção e da sobrecarga.

5 "Havia uma clara percepção, entre os técnicos do LEM [Laboratório de Ensaios de Materiais da Escola Politécnica de São Paulo], da necessidade de uma ação conjunta

A quebra das patentes do concreto, de um lado, e a pesquisa aplicada, especialmente em cálculo estrutural, de outro, foram fatores determinantes para o acesso ao conhecimento do concreto e seu controle pelo grupo dos diplomados, tanto arquitetos quanto engenheiros. Restrito ao uso dos diplomados, esse concreto, doravante cada vez mais matematizado, passou a integrar as atribuições profissionais do sistema CONFEA-CREA, constituindo um dos componentes fundamentais da perícia técnica exigida para o exercício profissional.[6] Não é por acaso, portanto, que o parecer do ministro Francisco Campos recomendou o ensino da tecnologia do concreto para o currículo dos cursos de Arquitetura e Engenharia.[7] Ao longo do tempo, especialmente o cálculo estrutural do concreto foi se tornando cada vez mais erudito e hermético.

Diploma e monopólio

Uma palestra publicada pela revista *Arquitetura e Construção*, em 1930, fornece indícios sobre a discussão acerca da organização profissional entre os arquitetos. O arquiteto Bruno Simões Magro, então presidente do Instituto Paulista de Architectos, estabeleceu clara distinção entre as atribuições do arquiteto e do engenheiro, demonstrando como os arquitetos representavam a própria profissão naquele momento.

> A diferença essencial está na maior preocupação de arte, que é o característico do nosso regimento interno, muito mais liberal na aceitação dos sócios. É natural que assim seja, porquanto no Instituto de Engenharia a técnica é cultivada com maior interesse e os arquitetos que dele fazem parte são engenheiros-arquitetos. Deve, pois, haver preocupação de diploma, ao passo que no nosso Instituto 'qualquer pessoa que tenha demonstrado mérito em obra de real importância arquitetônica' poderá fazer parte do seu corpo social. Assim recebemos em nosso meio não só

de várias instituições. Visava-se com isto criar uma sociedade autônoma nos moldes da Association for Standards and Testing Materials (ASTM) americana que viesse a trabalhar pela normalização" (GITAHY, Adaptando e inovando, 2001, on-line).

6 O que hoje é conhecido como sistema CONFEA-CREA surgiu oficialmente em 11 de dezembro de 1933, pelo decreto 23.569, com função de regulamentar o exercício profissional das áreas de engenharia, arquitetura e agronomia. O sistema foi criado como uma autarquia ligada ao Ministério do Trabalho, ou seja, uma entidade independente, mas sujeita à fiscalização e à tutela do Estado.

7 Cf. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, *Organização universitária brasileira*, 1931.

arquitetos diplomados, como também engenheiros civis especializados em arquitetura, pintores, escultores, ornamentalistas etc.[8]

São curiosas, no discurso de Magro, a necessária associação entre perícia técnica e diploma, de um lado, e a relativa liberdade no reconhecimento do mérito artístico entre os arquitetos, de outro. Ao que parece, a prova de capacidade no exercício da profissão de arquiteto estava mais ligada à prática efetiva do que ao ensino e ao diploma. No entanto, não foi essa a perspectiva que prevaleceu na organização profissional. O "Ante-projecto de lei para regulamentação da profissão de architecto", publicado em nome do Instituto Paulista de Architectos no ano seguinte, pela mesma revista, detalha os atributos da profissão.

> A arquitetura [...] é a ARTE DE CONSTRUIR SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DO BELO. Portanto, essa magna arte só deve ser praticada pelos que possuem conhecimentos artísticos, técnicos e práticos e que, no caso, são exclusivamente os ARQUITETOS. No Brasil, a arquitetura, em geral, tem sido praticada por gente alheia à profissão que, se possuem um ou mais daqueles requisitos, não possuem o principal: os conhecimentos artísticos [...]. Ainda hoje na França, como nos Estados Unidos, Inglaterra, Argentina e Chile, é grande o prestígio dos arquitetos, cuja profissão está perfeitamente definida e não é confundida com outras análogas, mas diversas como as do engenheiro construtor e empreiteiro de obras. A desorientação da arquitetura no Brasil provém dessa confusão em que o povo vive, ignorando a alta missão civilizadora do arquiteto. ARQUITETO é o artista e técnico que projeta e dirige construções com exclusão de toda e qualquer atividade comercial nas mesmas [...]. ENGENHEIRO CONSTRUTOR é um técnico. Por faltar-lhe o tirocínio artístico, não pode projetar edifícios de arquitetura monumental. Conhece a ciência e a prática construtiva, razão por que se envolve também na atividade comercial das construções. Empreiteiro ou mestre de obras é apenas um prático. Não conhece a arte e a técnica da construção, dependendo do arquiteto e do engenheiro. Só deve construir dirigido por estes.[9]

8 MAGRO, Os objectivos do Instituto Paulista de Architectos, 1930, p. 19.

9 INSTITUTO PAULISTA DE ARCHITECTOS, Ante-projecto de lei para regulamentação da profissão de architecto, 1931, p. 10.

O tom amistoso do texto de 1930 deu lugar a um discurso afirmativo, em que se buscava definir o contorno das atribuições de cada um dos agentes do campo da construção e defender abertamente o diploma como condição para o exercício profissional. Independentemente das motivações individuais para uma mudança de tal ordem, tudo indica que a regulamentação profissional e a "necessidade de diploma" visavam preparar terreno para um novo tipo de exercício profissional, de caráter liberal e empreendedor, com uma retórica de modernização e desenvolvimento.

Os arquitetos, mesmo orientados para uma suposta conciliação entre arte e técnica, acabaram cooptados pela defesa do mercado de trabalho via diploma. A arte do arquiteto, doravante, necessitaria do domínio da técnica do concreto. Vale lembrar que Lúcio Costa argumentou que a grande vantagem do concreto estaria em conferir liberdade plástica aos objetos arquitetônicos. O valor plástico do concreto, "nunca antes alcançado", faria a arquitetura aproximar-se da arte pura, "apesar de seu ponto de partida rigorosamente utilitário".[10] Decerto, o concreto estava entre os motivos da adesão dos arquitetos ao diploma e ao CREA.[11]

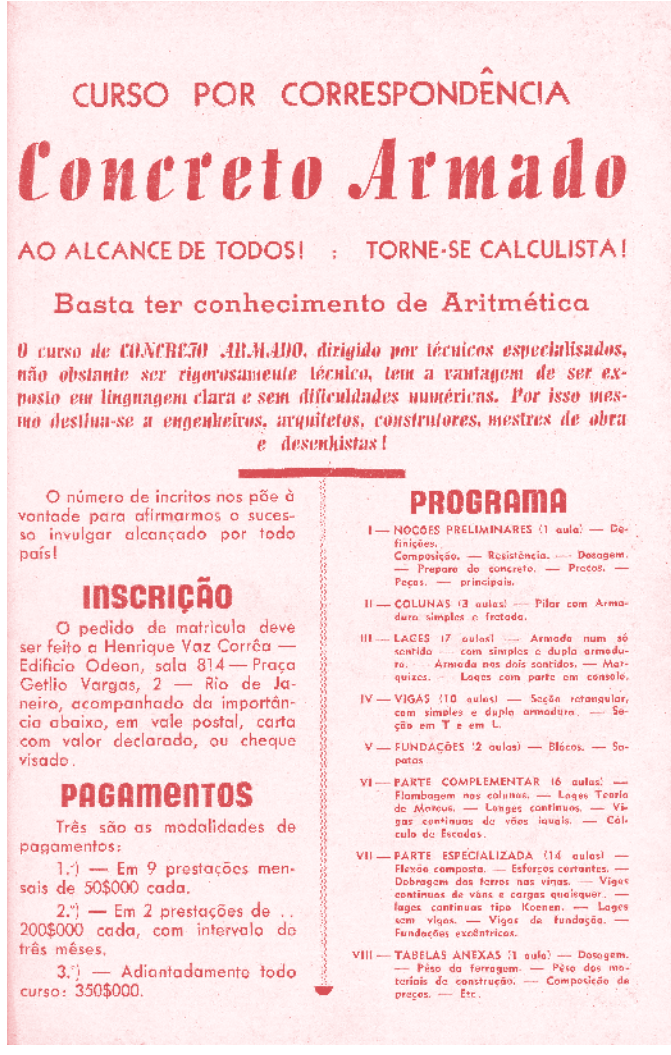
A organização profissional implantada no Brasil seguiu o modelo europeu-continental, de inspiração francesa.[12] Prevaleceu a autonomia na prestação de serviços, porém, regulada por uma corporação tutelada pelo Estado. Com os CREAs, o Estado concedeu um monopólio de exercício profissional ao grupo de engenheiros, arquitetos e agrônomos,

10 COSTA, Razões da nova arquitetura, [1934] 1995, p. 113.

11 O conselho profissional foi fruto de uma campanha da qual participaram várias instituições: Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Sindicato Central dos Engenheiros, Instituto de Engenharia, Instituto Brasileiro de Arquitetos, dentre outras. Essa campanha se iniciara muito antes, ainda durante o período imperial, mas foi no governo Vargas que se promoveu a criação dos conselhos regionais. Embora congregasse também arquitetos e agrônomos, o ideário politécnico dos engenheiros prevaleceu na organização dos CREA. Os engenheiros, com apoio dos arquitetos, reivindicavam mais espaço de atuação profissional e o acesso a cargos de direção no serviço público. O espaço de trabalho foi conquistado, em parte, daquele ocupado pelos mestres de obras, sob a alegação de que as novas técnicas deveriam ser conduzidas por profissionais "cientificamente preparados" (KROPF, O saber para prever, a fim de prover, 1994, p. 219).

12 Embora esse modelo tenha sido fortemente influenciado pela Revolução Francesa, cujo ideário, a princípio, não admitia nenhuma interposição de corporações entre o Estado e o povo, acabou por caracterizar a profissão como um exercício liberal de atividade especializada, depois da acomodação promovida por Napoleão III, quando da reorganização legal das profissões na França, no século XIX (cf. COELHO, *As profissões imperiais*, 1999, p. 54).

Anúncio de curso de concreto armado por correspondência, publicado regularmente na revista *A Casa* entre 1936 e 1941.



CURSO POR CORRESPONDÊNCIA

Concreto Armado

AO ALCANCE DE TODOS! : TORNE-SE CALCULISTA!

Basta ter conhecimento de Aritmética

O curso de CONCRETO ARMADO, dirigido por técnicos especialisados, não obstante ser rigorosamente técnico, tem a vantagem de ser exposto em linguagem clara e sem dificuldades numéricas. Por isso mesmo destina-se a engenheiros, arquitetos, construtores, mestres de obra e desenhistas!

O número de incritos nos põe à vontade para afirmarmos o sucesso invulgar alcançado por todo país!

INSCRIÇÃO

O pedido de matricula deve ser feito a Henrique Vaz Corrêa — Edificio Odeon, sala 814 — Praça Getlio Vargas, 2 — Rio de Janeiro, acompanhado da importância abaixo, em vale postal, carta com valor declarado, ou cheque visado.

PAGAMENTOS

Três são as modalidades de pagamentos:

1.º) — Em 9 prestações mensais de 50$000 cada.

2.º) — Em 2 prestações de .. 200$000 cada, com intervalo de três mêses.

3.º) — Adiantadamento todo curso: 350$000.

PROGRAMA

I — NOÇÕES PRELIMINARES (1 aula) — Definições. Composição. — Resistência. — Dosagem. — Preparo do concreto. — Procos. — Peças. — principais.

II — COLUNAS (3 aulas) — Pilar com Armadura simples e fretada.

III — LAGES (7 aulas) — Armada num só sentido — com simples e dupla armadura. — Armada nos dois sentidos. — Marquizes. — Lages com parte em console.

IV — VIGAS (10 aulas) — Secção retangular, com simples e dupla armadura. — Secção em T e em L.

V — FUNDAÇÕES (2 aulas) — Blócos. — Sapatas

VI — PARTE COMPLEMENTAR (6 aulas) — Flambagem nos colunas. — Lages Teoria de Marcus. — Lanjes continuos. — Vigas continuas de vãos iguais. — Cálculo de Escadas.

VII — PARTE ESPECIALIZADA (14 aulas) — Flexão composta. — Esforços cortantes. — Dobragem dos ferros nas vigas. — Vigas continuas de vãos e cargas quaisquer. — lages continuas tipo Koenen. — Lages sem vigas. — Vigas de fundação. — Fundações excêntricas.

VIII — TABELAS ANEXAS (1 aula) — Dosagem. — Pêso da ferragem. — Pêso dos materiais de construção. — Composição de preços. — Etc.

cuja legitimação social provinha da crença na superioridade da tecnologia sobre as práticas empíricas. Ao regulamentar as profissões que afetam diretamente o bem-estar e a saúde da população, o Estado se fortalecia como tal. Em nome do resguardo dos interesses públicos, prevenia e reprimia abusos, fraudes ou atos nocivos à coletividade. Ao mesmo tempo, o Estado legitimava a atuação de determinado grupo detentor de um novo saber, adquirido nas escolas de nível superior: o *poder de polícia* sobre as profissões regulamentadas restringia a liberdade individual de trabalho e tornava imprescindível a formação técnico-científica conferida por um diploma de graduação.[13] Daí vem a importância que adquiriu o diploma outorgado por uma instituição de ensino reconhecida pelo Estado e controlada, via currículo, pela burocracia estatal à frente da educação.

A instrução de nível superior funcionou como credenciamento para o exercício profissional. O ensino superior deveria, portanto, formar peritos. Por princípio, a técnica, nesse contexto, era considerada neutra, desinteressada.[14]

Contra os práticos

Com uma organização política forte desde o final do século XIX, os engenheiros interferiram nas políticas públicas e participaram ativamente das reformas urbanas, legitimando-se como peritos e conquistando uma posição privilegiada na sociedade. Por outro lado, os arquitetos, herdeiros de uma longa tradição iniciada no período renascentista, estavam apenas começando a se organizar politicamente, e, além disso, constituíam um grupo reduzido se comparado ao dos engenheiros. Enquanto a tradição politécnica estava associada ao liberalismo econômico e à revolução industrial (os engenheiros eram donos de um conhecimento 'operacionalizado', orientado para uma prática que conjugava pesquisa científica aplicada e empreendimento comercial), a tradição clássica dos

13 Cf. MEIRA, A ética é uma ótica, 1999.

14 A neutralidade técnica era vista como saída para o caos administrativo, o clientelismo e a ineficiência da máquina do Estado, diagnosticados pelo governo Vargas, que se valia dessa ideologia para legitimar a reorganização administrativa do Estado. A regulamentação da profissão foi uma das armas utilizadas nesse combate, porque passou a se exigir o credenciamento profissional para o exercício dos cargos de engenheiro no serviço público e nas obras públicas. Somava-se a isso a ação da burocracia estatal encarregada da educação, que passou a controlar o currículo a partir da lei. Cf. DIAS, Os engenheiros no Brasil, 1994, pp. 39–40.

arquitetos buscava preservar valores compreendidos como humanistas e artísticos. A despeito de diferenças tão importantes, houve adesão irrestrita dos arquitetos aos CREAs e o esforço conjunto de afirmação profissional durante os anos 1930, com ênfase na dimensão técnica, fonte de legitimação de sua posição no âmbito da atividade construtiva.[15]

Devidamente diplomados e registrados, arquitetos e engenheiros buscaram controlar as instâncias de projeto e de obra. Tanto na historiografia da arquitetura e da engenharia quanto nas revistas especializadas e populares, comparece o seu discurso contra a atuação dos práticos, mestres de obras e construtores licenciados.[16] Pode-se dizer de uma campanha contra os práticos da construção, em que as anedotas constituem um recurso muito eficiente de desqualificação, conforme se vê no relato abaixo:

> A propósito dos 'construtores licenciados', e de outras denominações usadas por indivíduos não diplomados que atuavam na construção civil, lembro-me de um caso contado pelo Eng. Durval Lobo. Visitando ele, em 1924, uma das primeiras casas em construção na então recém-aberta Avenida Rio Comprido, deparou com uma placa onde, abaixo de um nome, lia-se: 'Architecto Constructor'. A pessoa em questão era um português que, perguntado em que Escola havia estudado, respondeu: 'Em nenhuma'. Mas o que o senhor fazia em Portugal, construía também?, voltou-se a perguntar, e a resposta foi: 'Eu era pastor de ovelhas' (!). Nova pergunta: 'E aquilo que está escrito na placa, debaixo do seu nome: Architecto Constructor?', e nova resposta estarrecedora: 'Esse título foi a Prefeitura que me deu quando eu requeri licença para construir' (!!). Era assim o próprio Governo que colaborava no uso de um título indevido. Entre os 'construtores licenciados' e os mestres de obras havia de tudo; desde os profissionais mais competentes, que pela sua longa vivência podiam dar boas lições de engenharia prática a muito engenheiro novato, até os completamente ignorantes dos primeiros rudimentos de qualquer conhecimento teórico.[17]

15 Importa notar que a arquitetura foi incorporada ao sistema CONFEA-CREA segundo a perspectiva politécnica, que a considerava uma das especializações da engenharia. O título conferido pelos CREAs aos egressos dos cursos de arquitetura foi, por muito tempo, o de *engenheiro-arquiteto*.

16 Cf. SANTOS, *A armação do concreto no Brasil*, 2008.

17 TELLES, *História da engenharia no Brasil — Século XX*, [1984] 1993, p. 142.

Outro exemplo de anedota, publicada pelo redator da revista *A Casa,* o engenheiro H. Vaz Corrêa, na seção "Ripando...":

> Na época em que mais acalorados estavam os debates pela regulamentação profissional dos engenheiros e arquitetos, um meu colega, cujo nome prefiro declinar, mantinha um escritório de construções e vivia preocupado com a concorrência que lhe faziam os mestres de obras nas pequenas edificações. Por isso, sempre que se lhe oferecia oportunidade, desancava a ripa nos 'pseudoconstrutores e analfabetos da engenharia', como ele os cognominava. E em todas as reuniões de classe, ele se debatia como um herói, pela sã moral da engenharia, mostrando grandes benefícios que ela traria ao Brasil, e que a invasão irregular dos gamelas e pseudoconstrutores procurava destruir. Era em suma um fervoroso paladino da regulamentação. De uma feita, porém, chegando ao seu escritório, vindo de uma reunião acidentada do Sindicato dos Engenheiros, encontrou à sua espera um modesto proprietário, que se interessava pela construção de uma residência econômica, num terreno que possuía lá para as bandas do subúrbio.
> — Que deseja o senhor? — indagou o engenheiro.
> — Não vê o doutor que fui consultar um mestre de obras sobre a possibilidade de construir uma casa modesta. E ele me aconselhou...
> — Assim fazem todos, em vez de procurarem o técnico, vão a esses analfabetos, que vivem metendo o nariz na ceara alheia — atalhou o engenheiro, vivamente exaltado. E prosseguindo: — Que idiotice lhe aconselhou ele?
> — Justamente, que viesse consultá-lo, dr.![18]

O texto é duplamente desrespeitoso. Além de nominar pejorativamente os mestres de obras com os termos "pseudoconstrutores", "analfabetos da engenharia", "gamelas", ele traz implícito um desejo de submissão desses profissionais. Ao mesmo tempo, a anedota indica uma vontade de ampliação do público atendido pelos engenheiros, usando o argumento da economia: ela deixa subentendido que mesmo o "modesto proprietário" necessita do trabalho do engenheiro.

Os recursos de ordem técnica também foram utilizados na submissão dos mestres de obras. Para além das novas formas, expressas na linguagem cifrada do desenho técnico-arquitetônico, uma série de novos artifícios de controle, tais como planilhas, composições de

18 *A Casa*, n. 165, 1938, p. 33.

custos e orçamentos, especificações e cadernos de encargos, foram introduzidos nas obras, garantindo a posição de mando aos diplomados. Centralização e controle confundiam-se com os argumentos da economia e da segurança.

O trabalho com o 'cimento armado', como o concreto era chamado inicialmente, era anunciado por engenheiros e arquitetos como especialidade que lhes conferia distinção. Os anúncios publicitários indicam um escopo de tarefas envolvidas na construção de edificações. Em todos eles, as atividades de projeto e de construção aparecem associadas, e alguns chegam a detalhar as etapas, como o anúncio de Fragoso & Ness: "projetam, orçam, fiscalizam, calculam qualquer tipo de estrutura: concreto armado e metálica".[19]

É notável também o apelo à individualidade de cada situação de projeto, no anúncio de Freire & Sodré: "A nossa casa, onde vivemos o maior pedaço da vida, deve ter um encanto próprio que prenda e seduza. O encanto de uma casa não é proporcional ao seu custo, mas unicamente devido ao bom gosto de quem a projeta e constrói".[20] A busca de distinção está também numa mistura entre técnica e arte, como podemos observar no anúncio de Eduardo Walsh: "Projetos e anteprojetos obedecendo rigorosamente às leis de estética".[21] Havia uma expressiva quantidade de profissionais — arquitetos, engenheiros, construtores — e empresas na seção "Indicador profissional comercial" da revista *A Casa*, denotando a intensidade da atividade construtiva.

Outros aspectos relevantes são os aumentos na produção e importação de cimento, no número de edificações de andares múltiplos e no preço do cimento e do aço, principais insumos do concreto armado. A julgar pelas tabelas de composições de custo publicadas pela revista *A Casa*, entre 1924 e 1941, os salários dos trabalhadores da construção civil quase não aumentaram nesse período.

Por vezes, a campanha dos profissionais diplomados, requisitando para si o comando da atividade de construção, englobou também os profissionais já estabelecidos no mercado, ditos construtores licenciados. A profissionalização do canteiro de obras buscou a argumentação na complexidade das atividades aí envolvidas. O número de atividades

19 *A Casa*, n. 119, 1934, p. 27.

20 *A Casa*, n. 1, 1923, p. 26.

21 *A Casa*, n. 1, 1923, p. 4.

e de 'oficiais' justificaria uma administração centralizada e de caráter científico, impossível de ser feita por leigos.

> São legiões e legiões os prejudicados na construção de casas, exatamente pela suposição generalizada de que fazer uma pequena casa é cousa bastante simples para ser dirigida por qualquer pessoa. Entretanto, a verdade é que um empreendimento dessa ordem é assaz complexo, por isso que, na melhor das hipóteses, uma obra, por menor que seja, não pode dispensar a colaboração de 50 pessoas pelo menos, como sejam: pedreiros, serventes, carpinteiros, pintores, mestres, desenhistas, eletricistas, bombeiros, ferreiros, fornecedores de tijolos, cal, areia, companhias de luz, gás, esgoto, seguros etc. O empreiteiro, pela prática adquirida, pode lidar um tempo com essa variedade de serviços sem o menor transtorno, o que não acontece com o leigo, improvisado em construtor que, logo no início, se desorienta e fica na situação daquele que se vê, pela primeira vez, numa via pública de grande movimento.[22]

Conhecimento guardado

Se, por um lado, o concreto armado, a regulamentação profissional e a formalização da atividade construtiva deram margem a que se desenvolvesse no Brasil uma engenharia de estruturas e uma expressão muito peculiar de arquitetura moderna, por outro lado, também determinaram um processo de erudição e de monopólio do conhecimento: a normalização não significou uma abertura, de fato, do conhecimento antes guardado pelas patentes, tampouco a suposta perícia técnica conferida pelo diploma é garantia de bem-estar e segurança para a população. É preciso lembrar que, apesar dos diplomas, registros profissionais, normas, zoneamentos e leis de uso do solo, licenças e demais formalidades relacionadas à construção, mais da metade do ambiente construído no Brasil é autoproduzida.

A história do concreto no Brasil é também uma história de sonegação do conhecimento técnico. Mesmo tendo alcançado níveis de excelência (nas obras da arquitetura moderna e na ousadia do cálculo do concreto armado), o concreto no Brasil determinou um rebaixamento generalizado da qualidade da mão de obra da construção e de suas condições de trabalho.

22 *A Casa*, n. 36, 1927, p. 11.

O exemplo do curso por correspondência publicado pela revista *A Casa* por mais de vinte anos, especialmente pela simplicidade e facilidade anunciadas pelo método, autoriza o questionamento: o que seria das nossas cidades e edificações se o concreto estiver, de fato, "ao alcance de todos"?

[2015]

Memórias do Belo Horizonte: cadernetas de campo da CCNC

Roberto E. dos Santos | Thiago Alfenas Fialho

A digitalização e decifração das cadernetas de campo produzidas, em fins do século XIX, para o levantamento do território em que se implantou a cidade de Belo Horizonte é um projeto de longo prazo, com um volume imenso de material arquivístico. O texto que segue relata a sua fase inicial, esclarecendo procedimentos e premissas. Temos a expectativa de que, uma vez concluída, a disponibilização do material e as sínteses dele derivadas forneçam a pesquisadores e ao público em geral uma reconstituição físico-ambiental do sítio anterior à urbanização, ampliando a consciência do que se esconde sob nossas ruas e construções, e ampliando a imaginação do que a cidade ainda pode vir a ser.[1]

Este texto descreve o processo de digitalização das cadernetas de campo do levantamento técnico que fundamentou os estudos do traçado urbano de Belo Horizonte, realizado pela equipe do engenheiro Aarão Reis entre 1894 e 1898. Trata-se da primeira etapa da preservação digital dessa parte do acervo da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), hoje sob a guarda do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).[2] Recentemente, esse material foi selecionado pela UNESCO para integrar o programa Memory of the World (Memória do mundo), passando a ser considerado patrimônio da humanidade, na categoria arquivística.[3] Ainda que tal reconhecimento, por si só, já demonstre a relevância e a riqueza dos conteúdos dessa documentação, justificando sua preservação, a importância maior da transposição das cadernetas para o meio

1 Primeira publicação: Memórias do Belo Horizonte: digitalização das cadernetas de campo de Aarão Reis. In: *Anais do IV Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação.* Belo Horizonte: Fórum Patrimônio, 2015, on-line.

2 A pesquisa que deu origem a este texto não teria sido possível sem o apoio do MHAB, nas pessoas da historiadora Célia Regina Araújo Alves, dos bibliotecários Christiano Marcos Ribeiro Quadros, Danielle Bacelete de Souza e Maria Célia Pessoa Ayres Dias, e da restauradora Ivete Ferreira Dutra. Contamos também com as preciosas colaborações do arquiteto e fotógrafo Rodrigo Santos Marcandier Gonçalves e do estudante de arquitetura Vinicius Fortes de Morais Carvalho.

3 Cf. *Diário Oficial do Município de Belo Horizonte*, 8/10/2015.

digital está na ampliação e democratização do acesso aos seus dados. Todas as cadernetas estão sendo copiadas em fac-símiles digitais, folha a folha, e futuramente serão disponibilizadas ao público pelo MHAB.

Também apresentamos aqui um estudo analítico-descritivo preliminar dos textos, métodos e instrumentos empregados nos levantamentos geodésico-topográfico e cadastral do sítio de implantação de Belo Horizonte. A decifração desses procedimentos visa reproduzir, em ambiente computacional, o sítio natural sobre o qual se implantou o plano urbano de Aarão Reis; o que, dentre outras coisas, servirá de base para um estudo histórico do tamponamento dos cursos d'água da área urbana de Belo Horizonte ao longo do século XX. Os dados dos levantamentos anotados nas cadernetas constituem o registro, talvez o mais próximo possível, das condições físicas anteriores ao processo de urbanização.[4]

Fac-símiles

A primeira etapa do processo de digitalização ocorreu entre outubro e dezembro de 2014, e teve lugar nas dependências da Biblioteca do MHAB, para evitar quaisquer danos, roubos ou extravios dos originais. Além disso, foram tomados todos os cuidados necessários ao seu manuseio seguro, posto que algumas das cadernetas originais apresentam sinais de deterioração.

A captura digital das cerca de vinte e sete mil imagens seguiu o tratamento arquivístico previamente definido pelo MHAB, mantendo a codificação já estipulada para cada uma das 641 cadernetas catalogadas. Isso quer dizer que a caderneta constituiu a unidade organizadora dos arquivos. Todas as imagens foram registradas com uma máquina fotográfica NIKON D3100, que gerou arquivos digitais do tipo JPEG, com resolução compatível com as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (300dpi), garantindo a fidelidade ao documento original,

4 Tanto o trabalho de captura digital quanto o de análise fazem parte de uma pesquisa com foco na história das obras públicas em Belo Horizonte, sediada no MOM, em colaboração com o MHAB. Essa pesquisa vem sendo conduzida a partir de cinco projetos: *Bases quantitativas para uma história das obras públicas em Belo Horizonte* (2013); *Referenciais para uma história das obras públicas em Belo Horizonte: cronologia, periodização e tipologia* (2013); *Um século de obras públicas: análise dos relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte: 1898–2005* (2014); *Tamponamento dos córregos da área central de Belo Horizonte* (2015); e *Cadernetas de campo da Comissão Construtora de Belo Horizonte: registro e sistematização* (2015).

isto é, a identificação de todas as suas características — cores, linhas, traços, pontos, manchas de impressão etc. Os arquivos gerados são da ordem de seis megabytes e estão armazenados no servidor do Grupo MOM, com cópia de segurança em seu sistema de backup.

Num segundo momento, em janeiro de 2015, demos início ao processo de edição das imagens em fac-símiles. Esse processo consiste no enquadramento e na formatação das imagens, e na inserção da marca de procedência por meio do software Adobe Photoshop. À medida que se completa o tratamento de todas as imagens de uma unidade organizadora, isto é, de uma caderneta, é gerado um arquivo do tipo PDF, configurando o chamado representante digital, que guarda autêntica similitude com o original.[5]

Até o momento [2015] foram tratadas cerca de um terço das imagens. As questões relacionadas aos procedimentos de acesso, navegação, visualização e gerenciamento (armazenamento e segurança) do banco de imagens, que complementam o projeto de preservação digital, serão desenvolvidas numa segunda etapa.

Levantamentos

Paralelamente ao trabalho de digitalização das cadernetas, estamos desenvolvendo um estudo descritivo e analítico de seus conteúdos, cujos resultados parciais são apresentados a seguir.

O primeiro dos três volumes da *Revista Geral dos Trabalhos*, de 1895, traz um texto assinado por Aarão Reis, o engenheiro politécnico responsável pela administração central da CCNC, que esclarece que os levantamentos eram atribuição da 4ª divisão (Estudo e Preparo do Solo), chefiada pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira. Os trabalhos geodésicos, de responsabilidade da 1ª seção daquela divisão, foram conduzidos por Ludgero Dollabella; e os trabalhos topográficos, de responsabilidade da 2ª seção, por Américo de Macedo. A distinção entre geodesia e topografia explica-se a partir do tamanho de um levantamento: geodesia para terrenos maiores que cinquenta e cinco quilômetros quadrados; topografia para terrenos menores. Nos levantamentos da área da nova

5 Representante digital é a versão digital de um documento originalmente não digital; cf. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*, 2010, p. 4.

capital, de cinquenta e um quilômetros quadrados, combinaram-se as duas técnicas.[6]

A finalidade desses levantamentos era produzir uma planta topográfica e cadastral. Tito Aguiar esclarece o significado desses documentos para a época em que foram elaborados.

> Conhecer o terreno era conhecer o mundo sobre o qual atuaria o engenheiro para modificá-lo e torná-lo adequado ao homem. Para tanto, era preciso medir e definir com precisão a forma de todo o terreno a ser transformado pelo trabalho humano. Esse era o objeto de estudo da topografia e da geodesia, daí o adjetivo *topográfica*.
> Era, também, registro da ocupação humana, do uso e da propriedade das terras existentes em um sítio, no caso do arraial que desapareceria para dar lugar à Cidade de Minas. Grande parte dos terrenos sobre os quais a nova capital seria erguida pertencia a particulares. Tomar controle dessas propriedades era condição essencial para que o Estado pudesse construir livre e rapidamente a nova cidade. Para tanto, as propriedades deveriam ser forçosamente vendidas ao Estado, em troca de indenizações em dinheiro ou em lotes na nova capital. Era preciso, então, determinar características de todos os terrenos e edifícios existentes no arraial, para estabelecer seus preços e fazer desapropriações. Ou seja, fazer um registro detalhado desses edifícios e terrenos, fazer um cadastro, fazer uma planta *cadastral*.[7]

Aguiar também descreve os métodos usados, convencionais à época:

> [...] triangulação do sítio, com implantação de marcos geodésicos de pedra, configurando no terreno os vértices de 27 triângulos geodésicos; planimetria, com medição de ângulos e distâncias horizontais, tomando como referência os marcos geodésicos; nivelamento, com a determinação, ao longo da estrada que ligava o arraial a Sabará, de alturas em relação ao nível do mar, tomadas a partir da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, às margens do Rio das Velhas, e com a fixação de uma referência de nível no arraial, no Largo da Matriz.[8]

6 Cf. AGUIAR, Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas, 2012, pp. 6–7; cf. JORDAN, *Tratado general de topografía*, [1888–1890] 1978, p. 1.

7 AGUIAR, Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas, 2012, p. 6.

8 Ibidem, p. 7.

O já citado primeiro volume da *Revista Geral dos Trabalhos* traz um minucioso relatório das ações da CCNC. O capítulo "Geodesia e topographia: trabalhos da 1ª e 2ª secções da 4ª divisão", de autoria de Samuel Gomes Pereira, contém a descrição dos procedimentos técnicos para a instalação da linha de base, cujo alinhamento geral foi determinado por estacas de trinta em trinta metros, para a medição dos ângulos da rede de triângulos utilizados nos estudos geodésicos que fundamentariam a planta cadastral do arraial de Belo Horizonte e dos terrenos adjacentes.[9]

Um ofício de autoria de Pereira, datado de 5 de outubro de 1894, relaciona os equipamentos usados nos levantamentos: teodolitos da firma inglesa Louis Casella (para medir ângulos horizontais e verticais), e trânsitos e níveis (respectivamente, para medir ângulos horizontais e alturas) da empresa estadunidense W & L. E. Gurley.[10] Pereira considerava esses instrumentos confiáveis, mas não excelentes. "A importação de aparelhos mais avançados foi inviabilizada pelo bloqueio do porto do Rio de Janeiro em decorrência da Revolta da Armada, que coincidiu com o período de organização da CCNC, e pelo exíguo prazo disponível para os levantamentos, que tornava impossível esperar pela chegada de instrumentos importados".[11] Na *Revista Geral dos Trabalhos*, Pereira menciona ainda fitas de aço "dos fabricantes Chesterman, de Sheffield, aferida[s] na Casa da Moeda do Rio de Janeiro", usadas como diastímetros, e a mira de Casella, usada nos nivelamentos.[12] Quanto aos procedimentos de medição, ele escreve:

> Para medir, estendia-se a fita sobre cavaletes de madeira espaçados de 5 metros e esticava-se, com dinamômetro, até sujeitá-la a uma tensão de 10 quilogramas; nesta posição, a fita era sensivelmente paralela à inclinação do terreno e marcavam-se, então os seus extremos sobre o solo, projetando-os, por meio de prumos, sobre as cabeças das estacas, que se enterravam até ficarem rentes ao chão.[13]

Como curiosidade, cabe destacar que anotações na caderneta CCDT02038 fazem referência às chamadas linhas de Siphon, similares a mangueiras

9 PEREIRA, Geodesia e topographia, 1895, pp. 40–41.

10 AGUIAR, Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas, 2012, p. 8.

11 Ibidem, p. 8.

12 PEREIRA, Geodesia e topographia, 1895, pp. 47, 51.

13 Ibidem, pp. 47–48.

de nível, indicando que, além dos aparelhos mencionados, foram empregadas técnicas mais rudimentares de levantamento topográfico.

Cadernetas

Até o momento [2015], identificamos, a partir de seus títulos, onze tipos de cadernetas: as de caminhamentos; de nivelamentos; de linhas auxiliares; de seções transversais; de alinhamentos; de detalhes interiores; de detalhes exteriores; de redução ao horizonte; de levantamentos de casos específicos de terrenos; de medição de águas; e de dados demográficos. Entretanto, a *Revista Geral dos Trabalhos* detalha apenas dois tipos: as de caminhamentos e as de nivelamentos. As primeiras, segundo a descrição de Pereira, abrangem as subcategorias linhas de perímetro, linhas auxiliares e seções transversais:

> Chamamos *linhas auxiliares* as que, partindo de um ponto do perímetro, vão se ligar a um outro ponto do mesmo perímetro e que têm por fim auxiliar, servindo de base, o levantamento dos detalhes. As seções transversais são linhas que partem de pontos do perímetro, ou das linhas auxiliares, tendo por fim assinalar minuciosamente todos os detalhes que não convenha levantar pelas auxiliares por causa de obstáculos (casas, muros etc., etc.) ou por ficarem a uma distância inconveniente daquelas primeiras linhas. [...] os caminhamentos foram estaqueados de 10 em 10 metros e, nos triângulos, de 20 em 20 metros [...]. Todas as linhas de perímetro, auxiliares e de seções transversais foram estaqueadas pelo mesmo processo.[14]

Quanto às cadernetas de nivelamentos, Pereira descreve:

> Na primeira coluna registram-se os números das estacas dos alinhamentos; na 2ª, as visadas à ré; na 3ª, a altura do instrumento; na 4ª, as visadas avante sobre as estacas de mudança, ou auxiliares; na 5ª, as visadas avante sobre as estacas dos alinhamentos; e, finalmente, na 6ª, as altitudes dos diversos pontos do terreno.
> A separação das visadas avante em duas colunas tem a grande vantagem de facilitar o cálculo da caderneta feito no campo pelo observador.[15]

14 Ibidem, p. 47.

15 Ibidem, p. 51.

A comparação entre essas descrições de Pereira e as cadernetas reais mostra discrepâncias e coincidências na denominação dos serviços e das próprias cadernetas. O que Pereira denomina "Registro dos nivelamentos" de fato coincide com o título "Nivelamentos" adotado no trabalho de campo. Já as cadernetas em que estão registrados estacas, deflexões, azimutes e desenhos de observação, que Pereira denomina "Registro de caminhamentos: perímetros e linhas auxiliares", na prática, foram intituladas "Alinhamentos"; e o que Pereira denomina "Registro de caminhamentos: seções transversais", foi intitulado somente "Seções transversais".[16]

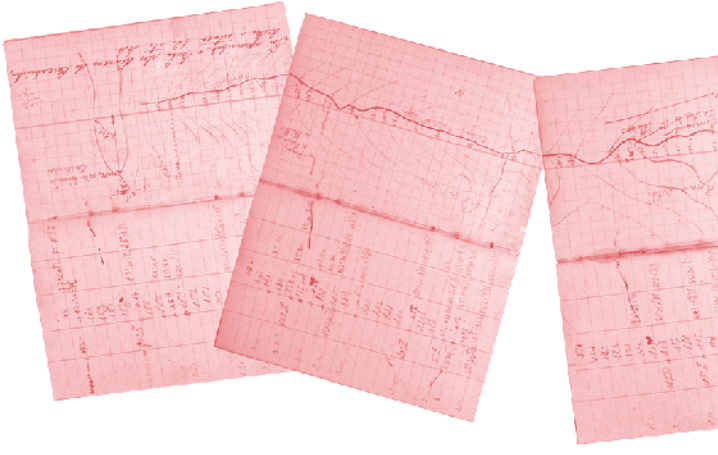
As cadernetas de alinhamento são particularmente interessantes porque, além de demarcarem as linhas que seriam posteriormente niveladas, parecem ter tido também a função de reconhecimento de terreno. Os dados numéricos são acompanhados de minuciosos croquis, que devem ter ajudado no planejamento das operações de nivelamento e facilitado os desenhos definitivos em escala.

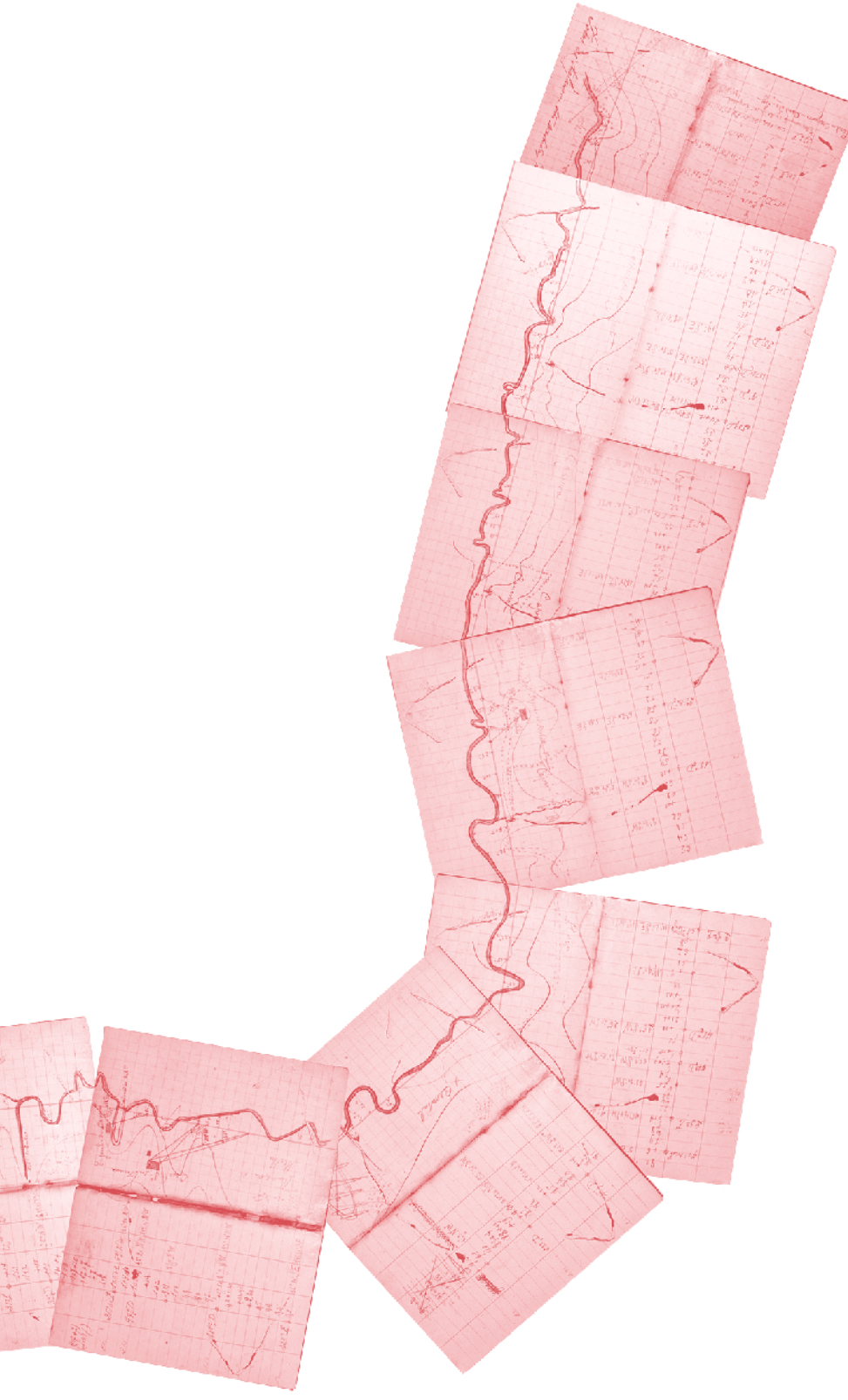
De modo geral, a notação técnica dos registros é bastante irregular, tanto nos títulos quanto na organização das informações. Por exemplo, algumas apresentam índices de conteúdos e numeração de páginas, outras não. E percebe-se que algumas foram passadas a limpo. A parcela das cadernetas que já examinamos mais detalhadamente, entre a CCDT02001 e a CCDT02055, traz a assinatura "Samuel Pereira, Chefe de seção", com visto de Américo de Macedo, quando de fato Macedo chefiava a 2ª seção, e Pereira, toda a 4ª divisão.

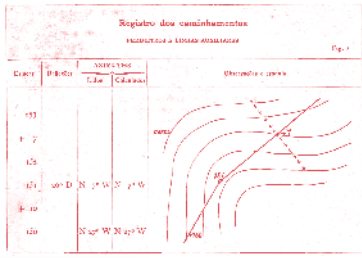
Além dos levantamentos propriamente ditos, as cadernetas contêm outras informações que podem ajudar a compreender os procedimentos nas operações de campo e na organização dos trabalhos. A caderneta CCDT2033, por exemplo, lista os sinais sonoros que as equipes de campo usavam para se comunicar à distância; e a caderneta CCDT2040 lista nomes associados a funções e ferramentas usadas nos levantamentos, permitindo inferir a composição de uma equipe de campo. Além disso, as cadernetas trazem detalhes de dados cadastrais, com desenhos de ruas e propriedades privadas, bem como dados demográficos, tal qual está registrado na caderneta CCDT02368, intitulada "Proprietários e casas de inquilinos do arraial". Esse material será alvo de estudos futuros.

16 Ibidem, p. 49.

Montagem de trecho do Córrego
do Leitão a partir de croquis da
caderneta de alinhamento CCDT02311.

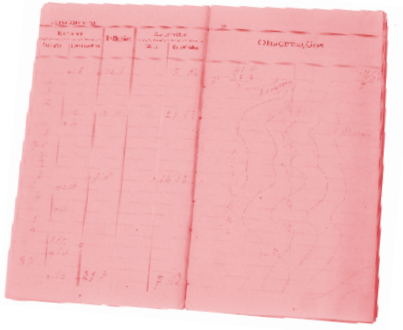






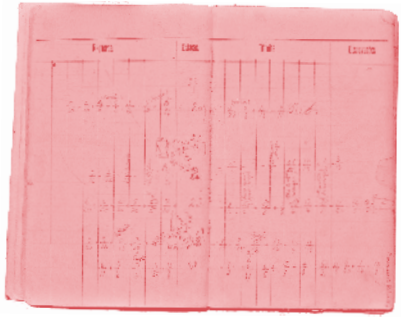
Registro dos caminhamentos: perímetros e linhas auxiliares, *Revista Geral dos Trabalhos*, v. 1, n. 1, 1895, p. 49.

Caderneta de alinhamento CCDT02035.



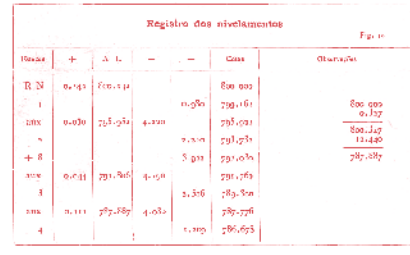
Registro dos caminhamentos: seções transversais, *Revista Geral dos Trabalhos*, v. 1, n. 1, 1895, p. 49.

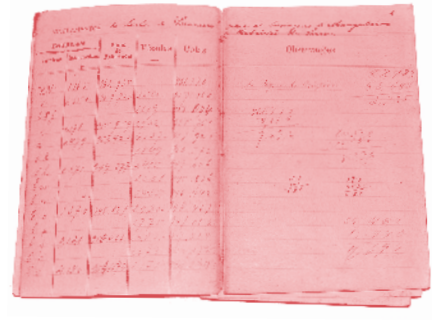
Caderneta de seções transversais CCDT02014.



Registro dos nivelamentos, *Revista Geral dos Trabalhos*, v. 1, n. 1, 1895, p. 51.

Caderneta de seções transversais CCDT02029.





Decifração das cadernetas do triângulo VI

Realizamos um estudo mais aprofundado das cadernetas correspondentes ao chamado triângulo VI, escolhido por cobrir grande parte da bacia do Córrego do Leitão, na zona sul de Belo Horizonte. Inicialmente, identificamos, na *Planta geodésica, topográfica e cadastral da zona estudada*, as informações referentes à posição desse triângulo na rede geodésica definida pela CCNC. Então fizemos uma ordenação cronológica das vinte cadernetas cujos títulos se referem ao triângulo VI. A cronologia mostrou que os trabalhos começaram pelas cadernetas de caminhamento, seguidas das de alinhamento, linhas auxiliares e nivelamento. A maior parte das cadernetas foi produzida no segundo semestre de 1894, com trabalhos mais intensos no mês de novembro, provavelmente logo antes do período de chuvas.

Passamos então à decifração das cadernetas na tentativa de transpor seus dados para um software de modelagem tridimensional. Para isso, retomamos a descrição dos procedimentos de nivelamento de Samuel Gomes Pereira.

> Todas as linhas [...] foram cotadas tomando para plano de comparação o nível médio do mar. Partiu-se, com o primeiro nivelamento, da soleira da ponte da *E. F. Central do Brasil* sobre o *ribeirão do Arrudas*, cuja altitude é de 692m.346; e subindo pela estrada de rodagem de *Sabará* até *Belo Horizonte*, firmou-se o primeiro marco de referência, no *Largo da Matriz*, na cota 859m.953.[17]

Pereira traz em seguida um "croquis representativo das linhas que se estaquearam em cada triângulo", o que nos serviu como referência para a interpretação dos procedimentos de levantamento do triângulo VI. Partimos da remontagem da rede de triangulação, que sobrepusemos ao traçado da cidade atual para facilitar o georreferenciamento aproximado de seus vértices.

Iniciamos, na sequência, a transposição dos dados das cadernetas de nivelamento para o software AUTOCAD: sobre as linhas definidas pela rede de triângulos, lançamos os pontos de cada uma das estacas e seu nivelamento. Com essa constelação de pontos, o software gerou uma superfície e definiu curvas de nível.

17 Ibidem, pp. 50–51.

Embora tenhamos testado essa operação apenas no pequeno trecho do triângulo VI, numa abordagem de caráter preliminar e resultados parciais, ela indica o potencial das cadernetas como fonte historiográfica primária. A ideia é, com a sua reconstituição, gerar uma maquete digital de toda a área coberta pelos levantamentos registrados nas cadernetas da CCNC.

[2016]

O sistema CARPE de produção de escolas públicas

Geraldo Ângelo A. Silva | Roberto E. dos Santos

A pesquisa de mestrado de Geraldo, orientada por Roberto, recuperou a história de uma produção arquitetônica que estava quase esquecida: o sistema de projetos e obras desenvolvido em Minas Gerais, entre 1958 e 1987, para atender à demanda de espaços escolares públicos no estado. O artigo que segue, escrito para o *II Congresso Internacional de História e Construção Luso-Brasileira*, e aqui ligeiramente revisado, apresenta um extrato dessa pesquisa. Ele enfatiza a relativa capilaridade que os procedimentos da CARPE alcançaram, em contraste com políticas e programas posteriores, de cunho neoliberal.[1]

A maior parte da produção historiográfica da construção e da arquitetura tende a se dedicar às chamadas grandes obras, edificações de caráter público e de destacado valor simbólico, em geral elementos singulares na paisagem das cidades. Nesse aspecto, a história da arquitetura e da construção segue o modelo da chamada história política, que privilegia grandes nomes e grandes feitos.[2] Este trabalho adota a direção oposta, voltando a atenção para os edifícios escolares padronizados, produzidos em série, no que poderíamos definir como arquitetura de caráter 'ordinário'. A história da arquitetura e da construção no Brasil, em função das dimensões do país, inclui períodos de intensa produção de edifícios públicos, ainda pouco estudada. Essa constatação nos autoriza a perguntar pelo peso desse tipo de produção na constituição dos espaços cotidianos e nas dinâmicas produtivas. Além disso, podemos perguntar também pela importância que tem tido na constituição do próprio campo da arquitetura e da construção.

1 Primeira publicação: Um capítulo na história da arquitetura e da construção escolar pública no Brasil: a experiência da CARPE. In: *Anais do II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira; Culturas Partilhadas*. Porto: Universidade do Porto, 2016, pp. 177–190.
Cf. SILVA, *Arquitetura escolar em Minas Gerais: a experiência da CARPE*, 2016.

2 Cf. CARDOSO & VAINFAS, *Domínios da história: ensaio de teoria e metodologia*, 1997.

Analisamos aqui a experiência de duas instituições públicas: as autarquias denominadas Campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares do Estado (CARRPE) e Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado (CARPE). Discutimos sua relevância para a cultura arquitetônica e para a história da construção brasileira. Em conjunto, CARRPE e CARPE foram os órgãos públicos que mais projetaram e construíram edifícios escolares no estado de Minas Gerais. Entre 1958 e 1987, foram responsáveis pela elaboração de mais de três mil projetos. Tal experiência é contemporânea de outras tentativas de padronização construtiva no âmbito estadual e nacional, como as chamadas Brizoletas, o PREMEM, os CIEPs e as Escolas Rurais Transitórias.[3] Intencionamos aqui ampliar a leitura dos sistemas cunhados para lidar com a produção de edifícios educacionais padronizados, compreendendo a experiência das autarquias mineiras no âmbito geral da produção padronizada, para reconstruir criticamente a sua história.

Desde o ponto de vista metodológico, a pesquisa foi elaborada com base na análise crítica e na triagem de fontes primárias encontradas em arquivos institucionais (desenhos, manuais e outros documentos oficiais) e acervos pessoais dos arquitetos engajados nessa produção, além de publicações especializadas e publicações acadêmicas em arquitetura e construção, bem como legislações municipais, estaduais e nacionais. Também foram realizadas visitas técnicas às edificações e entrevistas em que se colheram depoimentos de funcionários de diversas instituições e de arquitetos e engenheiros em atividade no período analisado. Fundamentado nesse conjunto de dados e informações, tentamos remontar a história dessas obras em seus aspectos projetuais e construtivos, e, ainda, ampliar o entendimento desse sistema produtivo de construção, contribuindo para o reconhecimento da importância das obras 'ordinárias' para o cotidiano das cidades. Buscamos, sobretudo,

3 Brizoletas são as duas mil escolas padronizadas, construídas em dois anos do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, a partir de 1959 (cf. CEMIN, *Não só de pão vive o homem*, 2010). As escolas padronizadas do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), criado na década de 1970, foram financiadas por um convênio do Ministério da Educação e Cultura com a United States Agency for International Development (cf. BITTENCOURT JÚNIOR & PEDROSA, Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: os ginásios polivalentes (1971–1974), 2015). Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) foram frutos da parceria entre o arquiteto Oscar Niemeyer e o então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. As Escolas Rurais Transitórias foram criadas pelo arquiteto João Filgueiras Lima para suprir as necessidades de espaços educacionais nas cidades satélites ao Distrito Federal (cf. LIMA, *Escola transitória: modelo rural*, 1984).

entender a eficácia e os limites do sistema de operação institucional da CARRPE-CARPE em termos de sistematização de procedimentos de projetos e racionalização de processos de execução das obras, incluindo o rigor e o controle institucional do processo de fazimento. Buscamos também uma reflexão sobre o legado dessa experiência no que diz respeito ao conhecimento especializado e à competência técnica e construtiva engendrados ao longo de sua trajetória. As seções que seguem são dedicadas a descrever e analisar o modo de operação das duas versões da autarquia estadual no que se refere à produção de projetos e construções.

Trajetória

A CARRPE foi criada em 1958, tendo por atribuição inicial a manutenção e reforma dos monumentais grupos escolares construídos entre 1910 e 1930, cuja arquitetura suntuosa havia sido usada como símbolo da república e superação da monarquia. A fundação da autarquia coincide com um período em que o enfrentamento do déficit de salas de aula no estado de Minas Gerais pressionava por soluções padronizadas e de rápida construção. Então, desde o início, a CARRPE extrapolou sua atribuição inicial e avançou na busca por alternativas, tornando-se um verdadeiro laboratório de experimentações construtivas, tecnológicas e projetuais.

O primeiro exemplo disso são as chamadas *escolas de lata*. Por um processo licitatório, o governo estadual construiu, em nove meses, quatrocentas escolas padronizadas, utilizando um sistema de estruturas, vedações e coberturas de aço, "caracterizado por uma impactante austeridade estética".[4] O emprego indiscriminado do aço, no entanto, determinou a baixa qualidade ambiental dessas escolas, o que provocou rejeição e obrigou a CARRPE a abandonar o modelo e partir para novas experimentações. Um de seus resultados foi publicado pela revista *Arquitetura e Engenharia* em 1965.[5] São obras que, à diferença dos antigos grupos escolares monumentais e das 'industrializadas' escolas de lata, empregaram técnicas e materiais à época ainda considerados inovadores:

4 CAMISASSA et al., A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960–70, 2013, p. 8.

5 A revista foi publicada em Belo Horizonte desde 1946 e interrompida pelo golpe militar de 1964. A edição de número 68, que contém as experimentações da CARRPE, foi a única do ano de 1965 e a última da revista.

estruturas em concreto armado, lajes pré-moldadas, vedações em tijolos cerâmicos aparentes e pisos cimentados. O texto da revista define claramente os conceitos norteadores da CARRPE naquele momento:

> Os projetos e as escolhas dos materiais e sua disposição visam *simplificar a obra construtivamente*, quanto à sua conservação e quanto à mão de obra; consequentemente, alcança-se um *padrão de economia em que entram o baixo custo de construção e de conservação*, com aspecto agradável. O partido com suas implicações funcionais, plástica e de ambientação, se caracteriza pela escolha e ordenação dos materiais e da obra com uma intenção de composição e de efeitos afins à natureza destes materiais, *sem interpolação de elementos alheios e supérfluos, e decorre da própria técnica de construir, isto é, cada material é solicitado a integrar o conjunto de acordo com seus próprios recursos de resistência e de aparência* [grifos nossos].[6]

A revista *Arquitetura e Engenharia* abriu espaço para divulgação dessa nova produção em outras quatro de suas páginas (na seção comercial, o que sugere se tratar de matéria paga), sob o título "As novas escolas de Minas".

Em seus dez primeiros anos de atividade, a CARRPE foi responsável pela elaboração de aproximadamente novecentos projetos. A maioria foi de projetos de reparos, ampliações e restaurações de edifícios existentes, mas houve também os projetos das novas escolas acima descritas, que chamamos de *obras seminais*, pois, a partir delas, foram desenvolvidos os modelos ou *padrões* da fase seguinte.

Essa segunda e mais importante fase teve início em 1968, com a mudança oficial do nome da autarquia, que passou a se chamar CARPE. A isso correspondeu uma ampliação nas suas atribuições, indicando que as experimentações da fase anterior haviam sido valorizadas. Começou então um trabalho de padronização de modelos que culminaria na consolidação de um novo sistema de produção. A partir das referidas obras seminais, criaram-se nove padrões espaciais, que seguiam preceitos da arquitetura moderna do período, pelas características brutalistas incorporadas nos projetos e por estratégias como coordenação modular, racionalização construtiva, padronização de soluções e flexibilidade espacial.

6 *Arquitetura e Engenharia*, v. 20, n. 68, 1965, s.p.

Essa foi a fase de consolidação-difusão da CARPE, com um grande salto no número de escolas inauguradas pela autarquia no estado, que teria sido impossível se não fosse o muito bem definido sistema de produção desses edifícios (quase uma linha de produção). O sistema alcançou uma eficácia que não apenas respondeu às metas internas do governo estadual, como também foi reproduzido por diversas municipalidades e chegou a ser adotado pela iniciativa privada, como no caso da Escola Theodor Herzl em Belo Horizonte.

Já a fase de esgotamento da CARPE, a partir de meados da década de 1970, foi marcada por críticas vindas da própria equipe interna e de arquitetos externos. Questionava-se a padronização dos edifícios, ditos massivos e repetitivos, e até o sistema de produção. Mudanças nas abordagens pedagógicas e sua incorporação às políticas públicas parecem ter sido fundamentais para embasar tais argumentos contrários ao tipo de espaço resultante do sistema CARPE. Em 1976, o Plano Estadual de Educação criticou severamente os modelos de escola produzidos pela autarquia, reafirmando e promovendo a implantação daquilo que denominava Escola Renovada, com vistas a tornar operativa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1971. A Escola Renovada exigia espaços diferentes, como indica o próprio texto do plano:

> [...] a nova concepção da Escola incidirá inevitavelmente em mais econômica, flexível e criativa utilização dos espaços. Aqui também a imaginação deverá ser posta a serviço da renovação. *Os materiais de construção, por exemplo, não poderão ser uniformes e indiferenciados em todo nosso vasto e vário território* [grifo nosso].[7]

No final de 1980, foi celebrado um convênio entre a Secretaria do Estado da Educação, a CARPE e o Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG), cujo objetivo era a execução do projeto *Novos sistemas e processos construtivos*. Desse convênio resultaram dois concursos públicos regionais de anteprojetos de arquitetura: o *Prêmio Doutor Paulo Diniz Chagas* e o *Prêmio Arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Jr*. Eles tinham diferenças claras de propósito. O primeiro previa propostas de construções industrializadas e ampliáveis para as cidades de grande e médio porte; o segundo sugeria o uso de técnicas de construção locais e artesanais. Ambos deixavam claro em seus

7 MINAS GERAIS, *Plano mineiro de educação: carta-compromisso*, 1975–1976.

editais que as propostas deveriam ter caráter regionalista e atender às diferenças socioculturais do estado. Os concursos envolveram boa parte da comunidade de arquitetos mineiros, com grande número de inscrições e propostas.

Embora a CARPE tenha pagado os prêmios aos vencedores, os concursos não surtiram efeito transformador nas suas práticas. Foram construídas pouquíssimas escolas industrializadas e quase não se aproveitaram ideias e conceitos das propostas apresentadas. É verdade que, paralelamente aos concursos, a equipe técnica da CARPE desenvolveu, em caráter experimental, duas escolas montadas integralmente com elementos pré-fabricados em concreto. Ainda assim, a partir de 1983, a autarquia retomou seu sistema de operação, com apenas algumas atualizações nos padrões construtivos e sem incorporar elementos industrializados nos projetos. Prosseguiu assim até o fim de suas atividades, em 1987.

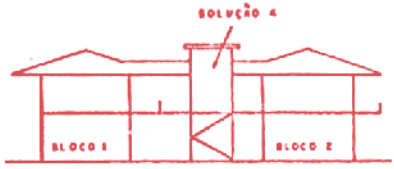
Nesse mesmo ano, o recém-empossado governador Newton Cardoso reestruturou a administração estadual, centralizando toda a produção de projetos e obras no Departamento de Obras Públicas (DEOP). Uma das primeiras ações do novo órgão foi o lançamento de um programa pedagógico e de expansão das escolas, intitulado Núcleo de Ensino e Extensão Comunitária (NEEC).[8] O NEEC, desenvolvido por uma equipe técnica externa ao DEOP, impôs um novo padrão para edifícios escolares, com um sistema construtivo industrializado que pressupunha empresas construtoras de maior porte e emprego de mão de obra especializada. Antes de tudo, significou a centralização do poder de gerenciamento e a concentração de lucro para poucas empresas. (Ao fim e ao cabo, foram construídas somente vinte escolas nesse sistema, abandonado devido ao alto custo e às dificuldades no transporte das peças metálicas.)

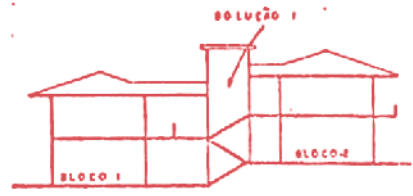
A base tecnológica empregada pela CARPE — concreto e alvenaria — pode ser considerada mais democrática do que a do NEEC, pois era relativamente comum e de ampla difusão. Além disso, a mudança tecnológica desmobilizou um sistema de produção e um corpo de conhecimentos consolidados ao longo de anos. O novo modelo de gestão de obras representou também o início da dissolução das equipes técnicas internas nas instituições estaduais e uma ampliação das licitações, terceirizações e contratações externas de projetos e obras.

8 MINAS GERAIS, *Manual do NEEC*, 1988.

Escola Estadual Presidente Antônio Carlos,
em Belo Horizonte (CARPE, 1964).

Gabaritos Padrão 4, Tipo 12C, de doze salas de aula em dois blocos: cortes com os blocos no mesmo nível e desnivelados (CARPE, 197-).





Escola Estadual no Padrão 4, construída em Belo Horizonte em 1969 (Geraldo Ângelo Silva, 2016).

Escola Estadual no Padrão 4, com galbo no telhado, construída em Turumirim em 1983 (Cássio Lacerda, 2010).

Sistema CARPE

Concepção, consolidação, difusão e aprimoramento do sistema CARPE correspondem às obras seminais e ao desenvolvimento de padrões arquitetônicos que as sucedeu. As construções da primeira fase exploraram várias possibilidades de uso do concreto e de outros materiais. Foi necessário repensar não somente os projetos arquitetônicos, mas também a forma de viabilização das obras em todo o território mineiro. Houve nessas obras soluções de caráter experimental, como os *brise-soleils* em concreto utilizados na Escola Normal Oficial de Montes Claros; houve decisões de projeto que depois se tornaram padrão, como as plantas organizadas em pavilhões, os materiais em estado natural e as circulações avarandadas; e houve soluções que não vingaram, como o modelo de um pavimento com circulação periférica do edifício anexo ao Grupo Escolar Lúcio dos Santos, em Belo Horizonte, ou a planta não pavilhonar da escola de Ibirité. Pode-se entender essas obras seminais, concebidas pelos arquitetos Galileu Reis e José Resende da Cunha, e construídas entre 1962 e 1965, como ensaios projetivos, construtivos e espaciais dos nove padrões da fase seguinte.

A partir de 1968, a CARPE desenvolveu esses padrões construtivos, sistematizando as soluções testadas anteriormente. Em resumo, os nove padrões ou modelos variavam quanto à cobertura (cerâmica, amianto ou laje), à alvenaria (aparente ou revestida), ao número de pavimentos (um ou dois) e ao sistema estrutural (alvenaria portante ou estrutura de concreto armado aparente). Os primeiros padrões foram os chamados Curso Médio 1 e Curso Médio 2, com edificações de um pavimento. O Padrão 3 era de dois pavimentos, para viabilizar obras em locais com pouca oferta de terreno. O Padrão 4, também de dois pavimentos, e o Padrão 5, de um pavimento, foram os mais amplamente aplicados. Já os Padrões 7, 8 e 9 se limitaram ao atendimento de vilarejos, comunidades e distritos de menor porte.

As soluções projetuais, inspiradas na arquitetura dos anos 1960, exploraram a expressividade plástica de elementos e materiais em estado bruto, e a racionalização construtiva. A inovação possibilitou economia de recursos e ganhos de qualidade ambiental dos espaços internos e externos, pelo controle de luz e ventilação, e pela distribuição dos blocos de salas e da infraestrutura. Em contrapartida, as soluções de cobertura remetiam à técnica construtiva colonial, com telhados cerâmicos sobre madeiramento.

Por intermédio de seu Centro de Pesquisa, a CARPE elaborou um conjunto de manuais e documentos técnicos de apoio aos projetistas e às coordenações de obras. Esses documentos foram fundamentais para o ganho efetivo de tempo e rigor construtivo. Com eles, a equipe da CARPE podia desenvolver os projetos internamente ou contratá-los de escritórios e empresas externas, via licitação pública. O mesmo sistema construtivo atendia a demandas espaciais variadas, e, dada a sistematização de procedimentos, projetos e obras podiam ser feitos por diversas equipes de arquitetos e empresas construtoras.

Durante esse período — de 1968 até os anos 1980 —, o prazo médio entre a escolha do terreno e a entrega da escola era de oito meses em qualquer região do estado. A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, com anuência direta do governador, definia anualmente os municípios que seriam contemplados com prédios escolares novos ou com reformas, e os respectivos recursos financeiros e demandas espaciais. Tais demandas eram discutidas e transformadas num programa arquitetônico por uma seção denominada Núcleo de Programação. Além de salas de aula, o programa podia incluir biblioteca comunitária, consultórios médicos, laboratórios de ciências e oficinas técnicas. Havia uma articulação entre as diversas secretarias de estado para que, dependendo da estrutura de serviços públicos do município, as escolas da CARPE suprissem outras demandas da população, além do ensino. O padrão a utilizar em cada caso era então escolhido em função desse programa de necessidades.

No caso de edificações novas, os terrenos eram selecionados pelas gerências regionais da CARPE em negociação direta com as prefeituras. Considerava-se a facilidade de implantação do padrão escolhido. Uma vez definido o terreno, as prefeituras ficavam responsáveis por sua legalização e pela contratação dos serviços de levantamento topográfico. Esses documentos eram encaminhados ao Núcleo de Arquitetura, em atendimento direto das gerências regionais.

Já os casos de reparos e reformas cabiam ao Núcleo de Vistoria, acionado para diagnosticar o estado de conservação das instalações e passar as informações ao Núcleo de Arquitetura, encarregado da elaboração dos projetos.

Orçamentos e cronogramas de obra eram divididos em três subtotais, para melhor controle das etapas e para facilitar a fiscalização da empreiteira contratada para cada obra. O chamado Subtotal A se referia aos serviços preliminares (sondagem, instalação do canteiro,

terraplenagem e fundação da edificação); o Subtotal B se referia à execução do prédio em si; e o Subtotal C, aos serviços complementares das áreas externas, como muros, passeios, gramados e escadas externas. Interessa notar que somente os Subtotais A e C variavam em decorrência das especificidades de cada terreno, enquanto o domínio projetual e de custos no Subtotal B (edificação padrão) alavancavam a velocidade do processo.

A Superintendência de Obras da CARPE coordenava a execução e a fiscalização das obras. Ela era formada por onze gerências regionais, dividindo o território estadual em onze áreas de atuação. As gerências regionais davam suporte técnico às obras novas ou de reparos, fossem elas executadas pela própria CARPE ou licitadas. A atuação das equipes técnicas da CARPE era uma forma de garantir o atendimento rápido aos municípios. Ao que tudo indica, isso era feito sem preocupação com uma análise profunda dos contextos locais ou com soluções específicas. A forma de operação era padronizada segundo variações de determinado modelo, orientadas para a eficiência construtiva.

Apontamentos

Um primeiro aspecto a enfatizar na experiência da CARPE é a centralização e sistematização das decisões de projeto e do controle de obras. Elas permitiram racionalização de projetos e obras, rigor construtivo e produção de espaços de qualidade em números consideráveis. Porém, ao mesmo tempo, centralização e sistematização reduziram as possibilidades de incorporação de procedimentos alternativos e especificidades locais.

Um segundo aspecto diz respeito à relação entre o emprego de tecnologias amplamente difundidas (estruturas de concreto armado e vedações de alvenaria) e processos relativamente democráticos de licitação das obras. Pode-se dizer que as técnicas empregadas pela CARPE eram de domínio público no Brasil já naquele período. Mesmo o concreto armado, cuja aplicação formal estava — como hoje — restrita a arquitetos e engenheiros diplomados, já era comum na produção informal. Esse esquema, com técnicas difundidas em vez de excepcionais, permitiu que as licitações do mercado de obras públicas criado pela CARPE não se restringisse a empresas de grande porte (como ocorreu no caso do NEEC e como ocorre em geral nas construções de estruturas de aço ou pré-moldados de concreto). Constam como prestadores de serviços da CARPE também empresas médias e pequenas.

Além disso, a CARPE não deu margem à utilização de suas obras públicas como marcos de governos, governadores ou arquitetos-autores. O foco estava no aprimoramento técnico do sistema de operação, mediante a repetição de modelos e o uso de tecnologia construtiva convencional. Apesar das limitações dos projetos padronizados e dos conflitos que geraram, é notável a qualidade dos equipamentos escolares produzidos com baixo custo, facilidade de execução, baixa manutenção e boa aceitação do público. Sua concepção arquitetônica pode ser interpretada como um objeto sem autoria definida, produzido, revisto e atualizado coletivamente dentro de uma rigorosa e organizada estrutura institucional pública. Trata-se de uma arquitetura não autoral, comprometida com a criação de um sistema de planejamento de obras e ordenação de espaços.

Assim, consideramos que a produção arquitetônica da CARPE é relevante como um exemplo de colaboração de profissionais para a boa projetação e de sistema produtivo comprometido com os recursos públicos. Trata-se de uma experiência a lembrar e estudar no âmbito da historiografia da arquitetura e da construção.

[2019]

Desigualdade n'*O cortiço* de Aluísio Azevedo

Ana Paula Baltazar

Este texto foi escrito a convite de Jonathan Charley para um compêndio que articula relações entre literatura, arquitetura e cidade. A ideia inicial era tecer fragmentos de algumas obras da literatura brasileira que evidenciam as bases materiais da desigualdade sócio-espacial. Pela limitação de tamanho, o texto acabou apresentando muito brevemente duas autoras que iluminam o tema e mergulhando num recorte bastante específico de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. O romance traz contradições sócio-espaciais que se consolidaram no fim da escravidão e início da república no Brasil, ainda hoje reproduzidas. Na tradução para o português, foram incorporadas ao texto algumas notas e ampliadas as referências.[1]

Tem sido comum nas ciências sociais e no planejamento urbano falar do *espaço* como pivô da reprodução das relações sociais.[2] No entanto, ele geralmente aparece como um fenômeno abstrato, e não em sua relação com a vida social cotidiana. Ou seja, o espaço não é visto concretamente como algo que constitui a vida social cotidiana e é constituído por ela.[3] No caso do Brasil, essa situação é agravada pela história oficial da arquitetura que, com uma visão colonizada, exalta o modernismo. Tal história, além de apagar apropriações populares da arquitetura europeia — como a arquitetura colonial portuguesa e o ecletismo —, também ignora o vernáculo, sem o qual não se pode entender a racionalidade construtiva da arquitetura brasileira.[4] Mas, por outro lado, na

1 Primeira publicação: Inequality in Aluísio Azevedo's *O cortiço*. In: Jonathan Charley (ed.). *The Routledge companion of architecture, literature and the city*. London: Routledge, 2019, pp. 82–95.

2 Cf. LEFEBVRE, *A re-produção das relações de produção*, 1973.

3 Marcelo Lopes de Souza nos convida a manter o hífen em sócio-espacial, independentemente do acordo ortográfico de 2009, enfatizando a inter-relação entre ambos, ou seja, o espaço não é pano de fundo para as relações sociais; cf. Souza, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013. Na mesma linha, Silke Kapp define grupo sócio-espacial como sendo constituído pela sociedade e constituinte da sociedade; cf. KAPP, Grupos sócio-espaciais, [2018] nesta edição, v. 1, pp. 151–170.

4 PUPPI, *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*, 1998.

literatura brasileira, principalmente nos romances, os espaços da vida cotidiana são muitas vezes bem detalhados, revelando fragmentos e pistas sobre o processo mais geral de urbanização, incluindo formas de reprodução das relações sociais. Isso mostra que a literatura pode ajudar a revelar as complexidades da realidade sócio-espacial cotidiana e a narrar os espaços e lugares comuns que tendem a ser excluídos dos discursos dominantes (usualmente pautados por teorias coloniais universalizantes).

Essa mudança de rumo é percebida no Brasil com o crescimento de um novo e instigante campo de pesquisa que lida com a relação entre literatura e geografia. Estudiosos como Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro têm argumentado que a essência ou verdade do mundo transcende a interpretação de dados empíricos.[5] Monteiro vem do campo da geografia física e, crítico de sua abordagem científica e da falta de "pessoas", tem tentado uni-la à geografia humana, de modo a conciliar natureza e sociedade. Nesse projeto de conciliação entre geografia física e humana, a literatura abre possibilidades para interpretações mais profundas de nossa história sócio-espacial. No mesmo espírito, Délio José Ferraz Pinheiro e Maria Auxiliadora da Silva foram pioneiros na edição de um compêndio que estabelece um diálogo entre geografia e literatura, trazendo 'visões imaginárias' da Bahia.[6] Partindo da tese de Milton Santos, inspirada na teoria das emoções de Sartre, preconizam que a geografia deve ser definida como uma ciência e uma arte.[7] Esse novo olhar para o espaço via literatura inaugura um campo de pesquisa com perspectiva heterogênea, que acomoda diferentes abordagens que vão do abstrato ao concreto. Tais abordagens incluem categorias topoanalíticas a partir de Gaston Bachelard, análises da representação da realidade nos romances — desde a semiótica à geografia cultural —, análises espaciais orientadas apenas pelas narrativas propostas na ficção, investigações geográficas de 'lugar', 'paisagem' e 'espaço' em obras literárias, e a pesquisa de estudiosos da literatura sobre "o espaço na literatura" e "o espaço da literatura".[8]

5 MONTEIRO, *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*, 2002.

6 PINHEIRO & SILVA, *Visões imaginárias da cidade da Bahia: um diálogo entre geografia e a literatura*, 2004.

7 Ibidem, p. 17.

8 Cf. BORGES FILHO, Espaço e literatura: introdução à topoanálise, 2008; BASTOS, Espaço e literatura: algumas reflexões teóricas, 1998; BASTOS, *Geografia e os romances*

Para além da geografia convencional — científica por natureza e pautada pela busca de certezas —, leituras geográficas da ficção, e mesmo leituras ficcionais da geografia, podem ampliar a compreensão de nossa história sócio-espacial e revelar as *incertezas* do 'espaço vivido'.[9] Enrique Dussel argumenta que o boom literário na América Latina é uma das principais fontes da virada (ou giro) decolonial.[10] As obras literárias possibilitam ir mais fundo nas contradições da produção do espaço do que a teoria colonial. Somado a isso, Edward Soja sugere que a historiografia colonial, com suas rígidas crenças canônicas, considera "a urbanização mais como um efeito do que uma causa".[11] Ele argumenta que devemos pensar regionalmente, tendo em mente a capacidade gerativa da urbanização, pois "resta hoje pouca dúvida que a extraordinária inventividade e inovação [...] surgiu do estímulo da aglomeração urbana, e esses efeitos gerativos continuaram operando, até o presente, como uma fonte primária de desenvolvimento e de mudança da sociedade".[12] Ainda que Soja seja bastante otimista quando fala do urbano como causa, não há dúvida sobre a urbanização reforçar, numa relação causal, o modo de produção capitalista e a alienação da população. Além disso, Bagele Chilisa e Gabo Ntseane propõem uma interessante crítica ao limite da teoria colonial, apontando para a necessidade de compreender as contradições do cotidiano.[13] Para as autoras, as teorias de gênero ocidentais tendem a "reduzir a experiência de mulheres e meninas a categorias de 'vítimas' e 'outras'", e não conseguem chegar às contradições experimentadas por elas na construção de sua identidade e senso de poder. As autoras indicam a necessidade de entender que "a hegemonia masculina ocidental entra na escola por meio de disciplinas como a religião e pode ser tipicamente reforçada

nordestinos das décadas de 1930 e 1940, 1993; OLANDA & ALMEIDA, A geografia e a literatura: uma reflexão, 2008; ARAÚJO et al., Entre a realidade e a imaginação: Suor, Jubiabá e Mar Morto, s.d.; ARAÚJO, *Geografia e literatura: um elo entre o presente e o passado no Pelourinho*, 2008; UEHBE, Análise dos conteúdos geográficos da obra Capitães de Areia de Jorge Amado, 2014; GROSSMAN et al., *O espaço geográfico no romance brasileiro*, 1993; BENTO, O espaço na literatura e o espaço da literatura, 2012.

9 LEFEBVRE, *La production de l'espace*, 1974. Espaço vivido integra a tríade dialética com espaço concebido e espaço percebido.

10 Enrique Dussel em entrevista concedida a Diego Marín em abril de 2012, publicada no Youtube sob o título *El giro descolonizador / The decolonizing turn,* em 2013.

11 SOJA, Para além de Postmetropolis, [2011] 2013, p. 146.

12 Ibidem, pp. 146–147.

13 CHILISA & NTSEANE, Resisting dominant discourses: implications of indigenous, African feminist theory and methods for gender and education research, 2010.

através da cultura [...], encarnada na linguagem e em rituais, gerando múltiplos centros de opressão para meninas e mulheres no sistema educacional e no espaço público". Há então a necessidade de explorar as "formas éticas e transformadoras de abordar essa complexidade que podem explicar como meninas e mulheres negociam e resistem ao poder patriarcal".[14] Embora essa crítica seja voltada às teorias de gênero ocidentais, também se aplica às teorias sócio-espaciais ocidentais universalizantes, que, como as teorias de gênero, prescindem de nuances que deem conta das complexidades das práticas cotidianas.

Este texto se situa nesse novo campo de pesquisa que relaciona espaço e literatura, reforçando a perspectiva decolonial. Como proposto por Dussel, reconhece o papel crucial que a literatura tem desempenhado na América Latina tanto como fonte de inspiração para o pensamento decolonial, quanto na forma única de revelar características que iluminam uma compreensão mais profunda das contradições que definem a história sócio-espacial do Brasil, conforme indiretamente provocam Chilisa e Ntseane. Considera também o urbano em sua capacidade gerativa, mais como causa do que efeito, operando mudanças sócio-espaciais, como alerta Soja, mas nem sempre positivas. Nesse sentido, várias obras da literatura brasileira são fundamentais para a construção do entendimento das injustiças e desigualdades que estão embutidas no processo de urbanização brasileira.

Pedro pedreiro, de Odette de Barros Mott, conta a história de um casal que se conheceu no pau de arara, "um velho caminhão com tábuas feito banco, vinte e duas pessoas ali amontoadas", deixando a Bahia para ir para São Paulo em busca de uma vida melhor.[15] Pedro, sonhando trabalhar como pedreiro, "contratado numa firma", e Zezé, como empregada doméstica.[16] O livro descreve a existência precária dos migrantes numa narrativa permeada pela peleja cotidiana para sobrevivência e reprodução da família. Começa com Pedro, com quarenta e cinco anos, acidentado numa cama de hospital, percebendo que o sonho por estabilidade de emprego e direitos trabalhistas nunca será realizado. Vê sua capacidade de carregar pesos e a agilidade para subir nos andaimes cada vez mais reduzida, o que o acaba levando a se acidentar num canteiro de obras. Apesar de ele próprio se considerar pedreiro por ofício,

14 Ibidem, p. 617.

15 MOTT, *Pedro pedreiro*, [1979] 1982, p. 6.

16 Ibidem, p. 7.

formado desde criança, na Bahia, quando ajudava o pai, seu trabalho em São Paulo é sempre temporário, sem nenhuma garantia. Vive sob constante pressão com a ameaça de perder seu lugar na construção civil. No hospital, reflete sobre suas opções caso não consiga mais trabalhar como pedreiro ou servente. Os possíveis trabalhos seriam de faxineiro, guarda ou porteiro, o que ele rejeita imediatamente, por entender que não são ofícios como o de pedreiro. Para Pedro não seria nunca uma opção que Zezé sustentasse a família, o trabalho de doméstica era apenas para complementação da renda, numa família com valores bastante machistas.

Paralelamente à introdução da desesperança com o trabalho, sempre explorado, o casal mantém a fé na ideia de que, por meio da soma do trabalho árduo — dele na construção civil e dela em casas de família —, a vida da família será melhor no futuro. Ambos investem quase tudo que ganham em prestações mensais para pagamento de um lote na periferia de São Paulo, onde autoconstroem sua casa. Mott nos apresenta uma narrativa trágica de esperança e frustração que culmina com a morte de Pedro e a ordem de despejo de sua esposa e filhos. Ainda que tenham empenhado uma vida de trabalho para pagamento da terra onde moram, descobrem que foram enganados pela empresa que lhes vendeu o lote. O terreno era de propriedade de um português ausente do Brasil por muitos anos, cujo herdeiro teria retornado para reivindicá-lo. Não havia nenhum documento que garantisse a propriedade dos lotes às famílias que os compraram, os responsáveis pela empresa que recebia mensalmente as prestações pelos lotes desapareceram num piscar de olhos, sem deixar rastros, e o herdeiro português conseguiu legalmente a reintegração de posse da gleba, que nunca foi legalmente parcelada. Restou a Zezé e seus filhos pagarem aluguel para que pudessem continuar morando em sua própria casa.

Quarto de despejo: diário de uma favelada é um diário autobiográfico de Carolina Maria de Jesus.[17] Assim como Pedro e sua esposa, a autora também migrou para São Paulo na tentativa de escapar da pobreza. Contudo, pior que o destino de Pedro e Zezé, ela não encontra nenhum trabalho e vive numa favela com três filhos de pais diferentes que nunca contribuíram com sua criação. O cotidiano de Carolina é uma grande

17 JESUS, *Quarto de despejo*, 1960. O título do diário indica que sua autora tinha clara consciência de sua posição sócio-espacial, interpretando a sociedade brasileira como uma casa rica em que a classe média é representada pela sala de estar e aqueles como ela pelo quarto de despejo.

batalha para sobrevivência de sua família. Ela enfrenta o lixo diariamente, seja catando latinhas de metal para vender, seja catando restos de comida, muitas vezes podre, nas lixeiras de açougues, mercados e casas de família, para matar a fome. Soma-se a isso a caminhada diária com lata ou balde na cabeça para pegar água e então retornar a seu barraco, cujo teto precário nem proteger da chuva protege. Além da peleja diária pela sobrevivência, há ainda o estresse de morar numa vizinhança tensa, resultado da pobreza e da total falta de infraestrutura social e econômica. O registro desse cotidiano num diário fez de Carolina Maria de Jesus uma autora best-seller publicada em diversas línguas. Com a renda da venda dos livros, ela compra uma casa de alvenaria, supostamente a casa dos sonhos, e, encorajada pelo seu sucesso, escreve um segundo diário, *Casa de alvenaria*.[18] Não mais vivendo na miséria e comendo lixo, Carolina conta nesse diário sobre outra batalha, a de ser reconhecida socialmente e transcender a discriminação que sofre desde que se entende por gente.

Um paradoxo emerge. Se no primeiro diário ela parece acreditar que tudo que precisa para melhorar a situação de sua família seria uma casa bem construída numa vizinhança melhor, no segundo diário ela descobre que, ainda que tenha dinheiro e a sonhada casa de alvenaria, ela continua sendo a mesma mulher negra sem capital cultural e social. Para piorar ainda mais, é também rejeitada por seus antigos vizinhos, que agora a veem não mais como uma amiga, mas como fonte de dinheiro. Ela se vê numa espécie de limbo: ela deixou a favela, mas a favela não a deixou. Se antes só tinha tempo para aspirar por uma vida fora da pobreza, sem muita reflexão sobre sua própria condição (classe, gênero e raça), passa a ter tempo livre para começar a flertar com as profundas injustiças que continuam a esmagá-la. Curiosamente, o segundo diário não teve a mesma recepção do primeiro, já que Carolina passa a ter dinheiro e as mazelas mais profundas, advindas da sua condição social de classe, gênero e raça, agravadas pelo modo de produção capitalista, não promovem empatia imediata dos leitores.

Muito mais poderia ser dito dos livros mencionados e de outros inúmeros textos da literatura brasileira. Mas o que essas duas breves sínteses revelam é a possibilidade de obras literárias capturarem algumas das principais contradições que regem o processo de urbanização no Brasil. Migrações em larga escala, exploração de mão de obra pouco

18 JESUS, *Casa de alvenaria*, 1961.

qualificada, desigualdades na propriedade das terras e discriminação de classe, gênero e raça continuam a definir a cidade brasileira contemporânea. As contradições daí engendradas têm raízes históricas profundas, que formam a estrutura narrativa de uma das obras mais importantes da literatura brasileira, *O cortiço*, de Aluísio Azevedo.[19] Tal é a estatura desse romance, que já foi analisado a partir de diversas perspectivas, desde o ensaio de Monteiro, que analisa o "realismo literário e determinismo geográfico em *O cortiço*", até o ensaio de Santos, que afirma que as raízes da crise financeira de 2008 remontam ao surgimento do sistema econômico que Azevedo descreve em seu romance.[20] Aqui meu foco principal está nos fragmentos da narrativa que revelam o caráter da vida cotidiana no desenvolvimento sócio-espacial brasileiro.

O cortiço foi escrito num período político turbulento da história brasileira. Fala da reprodução das relações escravistas no contexto do cortiço, da dominação de classes dos portugueses sobre os brasileiros, dos brancos brasileiros sobre os negros (originalmente escravizados), e dos portugueses burgueses sobre os da classe trabalhadora. São pelo menos três níveis de desigualdade sócio-espacial permeados pelos preconceitos (e pela discriminação) de gênero e raça, que fazem com que a mulher negra seja a mais atingida pela opressão. O romance retrata as dificuldades que ex-escravizados e imigrantes tiveram que enfrentar para conseguir algum reconhecimento social, cultural e espacial num período em que o Brasil estava se adaptando ao fim da escravidão e às suas aspirações republicanas. A Lei Áurea, abolindo a escravidão, só foi sancionada em 1888.[21] No entanto, o Brasil começou a avançar para a abolição da escravatura mais de meio século antes. Em 1831 foi promulgada uma lei que pretendia impedir a comercialização de escravizados, declarando "livres todos os escravos vindos de fora do Império", e impondo "penas aos importadores dos mesmos escravos".[22] Mas essa lei só entrou realmente em vigor em 1850, quando uma nova lei foi promulgada criminalizando o comércio de escravizados como pirataria e impondo sanções sobre a importação de escravizados.[23] Além disso, em 1871, a Lei do Ventre Livre libertou crianças nascidas de mães

19 AZEVEDO, *O cortiço*, [1890] 2006.

20 MONTEIRO, *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*, 2002; SANTOS, Uma leitura econômica de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, 2012.

21 Lei 3.353, de 13 de maio de 1888.

22 Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó.

23 Lei 581, de 4 de setembro de 1850, também conhecida como Lei Eusébio de Queirós.

Ilustração de Estevam Quintino Gomes Junior, 2017.

escravizadas, e, em 1885, a Lei dos Sexagenários concedeu liberdade aos escravizados com mais de sessenta anos.[24] O caminho para a abolição foi traçado e, logo após a Lei Áurea, em 1889, a República foi proclamada. Seguiu-se um processo de urbanização rápida e maciça, com um grande número de escravizados alforriados e imigrantes de outras regiões, estados e também da Europa, principalmente de Portugal e Itália, chegando às cidades. Entretanto, nenhuma política pública foi proposta para a inclusão sócio-espacial de ex-escravizados ou imigrantes pobres, que lutaram, e ainda lutam até hoje, econômica e politicamente como cidadãos de segunda classe. Interessante notar que a Lei de Terras, de 1850,[25] coincide com a criminalização do tráfico marítimo de escravizados, e antecipa a manutenção dos privilégios da aristocracia branca, que poderia ser ameaçada com a libertação dos negros. Essa lei dispõe sobre as terras devolutas no período do Império, definindo sua venda para empresas e para estabelecimento de latifúndios de brasileiros e estrangeiros, evitando as pequenas propriedades e sua apropriação por escravizados alforriados e imigrantes pobres, que não tinham condições para comprar as terras. É esse o contexto de produção de *O cortiço*, tanto do ponto de vista da produção do espaço que emerge na narrativa quanto do ponto de vista da produção da própria narrativa.

O estilo da narrativa de *O cortiço* está associado ao naturalismo e, conforme afirma Vivaldo Andrade dos Santos, é "altamente influenciado por Émile Zola" quando "procura provar que todo indivíduo é governado pelos instintos e paixões, bem como seu caráter e moral são definidos pelo instinto hereditário e pelo meio ambiente no qual ele vive".[26] Contudo, a narrativa ultrapassa tal propósito e engaja o leitor numa espécie de passeio que mostra que o ambiente não apenas forja as pessoas, mas é forjado por elas.

O cortiço é tanto título quanto personagem principal do livro. No final do século XIX, os cortiços foram talvez a principal alternativa no Rio de Janeiro para a maioria das pessoas que buscavam uma vida melhor migrando do campo, de outras cidades, estados e países. O cortiço retratado no livro é contrastado com sua casa vizinha (ora referida como sobrado, ora como palacete), ambos de propriedade de imigrantes

24 Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco; Lei 3.270, de 28 de setembro de 1885, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe.

25 Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império.

26 SANTOS, Uma leitura econômica de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, 2012, p. 57.

portugueses. O proprietário do cortiço é João Romão, um homem da classe trabalhadora, com pouca educação, sem família e movido pela determinação de ficar rico. O proprietário do sobrado é Miranda, um homem de negócios, cujo dote da esposa brasileira lhe permitiu montar uma próspera loja de tecidos por atacado.

As primeiras páginas do livro apresentam João Romão e Bertoleza como personagens centrais tanto na construção quanto no funcionamento do cortiço. João Romão tem vinte e cinco anos e é apresentado no primeiro parágrafo como tendo trabalhado para o dono de uma taverna desde os treze anos de idade. Com a morte de seu patrão, herda a venda com tudo que tinha dentro, além de uma pequena quantia de dinheiro, que na verdade foi seu pagamento atrasado por vários anos de trabalho. João Romão, então, revela-se um homem ganancioso, "possuindo-se de tal delírio de enriquecer".[27] Trabalha todas as horas que pode e gasta o mínimo possível, enfrentando diversas privações. Nos seus primeiros anos como proprietário da venda, dorme numa esteira sobre o balcão, veste-se com a mesma roupa diariamente e come comida barata arranjada por "uma quitandeira sua vizinha, a Bertoleza, crioula trintona, escrava de um velho cego [...] e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia frete na cidade".[28] Como a escravatura estava anunciando seu fim, Bertoleza faz um acordo com seu senhor para pagar-lhe o dia de trabalho e poder viver com o seu amante como se fosse livre. Ao mesmo tempo, ela poupa dinheiro para pagar a sua alforria. Quando o seu companheiro morre, por exaustão dos trabalhos forçados, João Romão se oferece para ajudá-la, primeiro cuidando do seu dinheiro, depois trazendo-a para viver com ele para 'compartilhar' todo o trabalho. Logo ela se vê mantendo a casa, cuidando da taverna, vendendo no balcão, cozinhando e servindo os clientes. Bertoleza torna-se também 'a mulher de João'. Ela passa a representar o papel de caixeira, criada e amante.

Bertoleza confia cegamente em João Romão, a ponto de entregar a ele todas as suas economias para que ele acrescente algum dinheiro próprio para completar o necessário para comprar sua carta de alforria. No entanto, ele falsifica o tal documento e usa o dinheiro dela para comprar um terreno à esquerda da sua loja e construir uma pequena casa com duas portas. A construção é dividida em duas paralelamente

27 AZEVEDO, *O cortiço*, [1890] 2006, p. 15.

28 Ibidem, p. 15.

à rua, sendo a frente uma extensão da venda e os fundos um dormitório "que se arranjou com os cacarecos de Bertoleza".[29] O relacionamento com João Romão é conveniente para Bertoleza, que "não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua".[30] Por isso ela parece fechar os olhos para as trapaças de João Romão.

Com o desenrolar da narrativa, João Romão vai cada vez mais se dedicando a possuir bens e, conforme descreve Azevedo, "aquilo já não era ambição, era uma moléstia nervosa, uma loucura, um desespero de acumular; de reduzir tudo a moeda ".[31] Ele nunca para de trabalhar, nem mesmo aos domingos e feriados, e tira vantagem do que for possível.

> Sempre em manga de camisa, sem domingo nem dia santo, não perdendo nunca a ocasião de assenhorar-se do alheio, deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e nas medidas, comprando por dez réis de mel coado o que os escravos furtavam da casa dos seus senhores, apertando cada vez mais as próprias despesas, empilhando privações sobre privações, trabalhando e mais a amiga como uma junta de bois, João Romão veio afinal comprar uma boa parte da pedreira, que ele, todos os dias, ao cair da tarde, assentado um instante à porta da venda, contemplava de longe com um resignado olhar de cobiça.[32]

Seguindo sua personalidade gananciosa, João Romão adquire, num leilão público, um terreno no fundo do seu próprio lote. Constrói imediatamente três casinhas para alugar. Isso coincide com um período de urbanização maciça, com todo o bairro em construção.

> [...] a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas, e os trabalhadores passavam de manhã

29 Ibidem, p. 16.
30 Ibidem, p. 16.
31 Ibidem, p. 24.
32 Ibidem, p. 18.

> e às Ave-Marias, e a maior parte deles ia comer à casa de pasto que João Romão arranjara aos fundos da sua varanda.[33]

João Romão vê uma oportunidade de ganhar ainda mais dinheiro com a construção e o aluguel de quartos e casinhas para trabalhadores individuais e famílias. Devido à abundância de água, também constrói e aluga tinas para lavadeiras. E assim, pouco a pouco, ele compra todos os terrenos que pode ao redor do seu e constrói tudo o que é possível alugar. Essa era uma prática comum na época. Já que o Estado não era capaz de prover moradia a ex-escravizados e imigrantes, os investidores privados viam uma oportunidade altamente rentável.

O casal iniciou o seu empreendimento roubando pedras da pedreira logo atrás do seu terreno, assim como todo o tipo de materiais e ferramentas de construção de outros canteiros de obra na vizinhança. Mais tarde João Romão começa a sonhar com uma espécie de estalagem, maior e melhor do que qualquer cortiço no seu bairro.

> Era este o seu ideal. Havia muito que João Romão vivia exclusivamente para essa ideia; sonhava com ela todas as noites; comparecia a todos os leilões de materiais de construção; arrematava madeiramentos já servidos; comprava telha em segunda mão; fazia pechinchas de cal e tijolos; o que era tudo depositado no seu extenso chão vazio, cujo aspecto tomava em breve o caráter estranho de uma enorme barricada, tal era a variedade dos objetos que ali se apinhavam acumulados: tábuas e sarrafos, troncos de árvores, mastros de navio, caibros, restos de carroças, chaminés de barro e de ferro, fogões desmantelados, pilhas e pilhas de tijolos de todos os feitios, barricas de cimento, montes de areia e terra vermelha, depósitos de cal, o diabo enfim; ao que ele, que sabia perfeitamente como essas coisas se furtavam, resguardava, soltando à noite um formidável cão de fila.[34]

Com esse enorme estoque de materiais de construção, começaram a construir as noventa e cinco casinhas que comporiam o cortiço. A construção só para quando encosta na parede do empresário Miranda, personagem já mencionado aqui, apresentado no início do livro e que se saiu bem na vida devido ao dote de sua mulher. O seu casamento, no entanto, revela-se um fiasco:

33 Ibidem, p. 24.

34 Ibidem, p. 23.

> Dona Estela era uma mulherzinha levada da breca: achava-se casada havia treze anos e durante esse tempo dera ao marido toda sorte de desgostos. Ainda antes de terminar o segundo ano de matrimônio, o Miranda pilhou-a em flagrante delito de adultério; ficou furioso e o seu primeiro impulso foi de mandá-la para o diabo junto com o cúmplice; mas a sua casa comercial garantia-se com o dote que ela trouxera, uns oitenta contos em prédios e ações da dívida pública, de que se utilizava o desgraçado tanto quanto lhe permitia o regime dotal. Além de que, um rompimento brusco seria obra para escândalo, e, segundo a sua opinião, qualquer escândalo doméstico ficava muito mal a um negociante de certa ordem. Prezava, acima de tudo, a sua posição social e tremia só com a ideia de ver-se novamente pobre, sem recursos e sem coragem para recomeçar a vida, depois de se haver habituado a umas tantas regalias e afeito à hombridade de português rico que já não tem pátria na Europa.[35]

Depois do adultério passam a viver em quartos separados, odiando-se mutuamente, embora tenham desenvolvido uma vida sexual bastante peculiar. À noite, Miranda entra no quarto de Estela, que finge dormir. Com o passar do tempo, ela responde de bom grado às suas visitas noturnas e começam assim um frequente sexo selvagem. Isso dura muito tempo e parece aliviar o fogo de Estela. Mas, à medida que Miranda envelhece, suas visitas noturnas diminuem e Estela começa novamente a flertar com outros homens, desta vez os caixeiros que vinham à loja de Miranda, o que cria grande tensão no local de trabalho. Para tirar Estela da tentação, Miranda compra uma casa, referida como mansão ou palacete, localizada longe da loja e ao lado da propriedade de João Romão.

Assim que Miranda se muda para o novo bairro com sua mulher e filha, inicia uma disputa com João Romão por um terreno entre as duas casas, que ainda não está construído nem cercado. João Romão recusa-se imediatamente a vendê-lo, e em vez disso faz uma oferta para comprar o quintal de Miranda, já que também tem planos para expandir o seu negócio.

> Travou-se uma luta renhida e surda ente o português negociante de fazendas por atacado e o português negociante de secos e molhados. Aquele não se resolvia a fazer o muro do quintal, sem ter alcançado o pedaço

35 Ibidem, p. 19.

> de terreno que o separava do morro; e o outro, por seu lado, não perdia a esperança de apanhar-lhe ainda, pelo menos, duas ou três braças aos fundos da casa; parte esta que, conforme os seus cálculos, valeria ouro, uma vez realizado o grande projeto que ultimamente o trazia preocupado — a criação de uma estalagem em ponto enorme, uma estalagem monstro, sem exemplo, destinada a matar toda aquela miuçalha de cortiços que alastravam por Botafogo.[36]

Nenhum dos vizinhos levanta o muro para demarcar seu terreno, e ambos esperam que o outro ceda para que venha a incorporar parte do terreno. A disputa entre os dois portugueses fica ainda mais acirrada quando João Romão, que acumulava todo o tipo de coisas nos fundos da sua casa, começa a soltar um cão todas as noites. Miranda e sua família não conseguem sair de casa quando o cão de guarda está por perto. Por outro lado, quando as galinhas de Bertoleza e João Romão atravessam a fronteira, desaparecem, tornando-se provavelmente o jantar da família de Miranda. Enquanto a decisão sobre o muro é adiada, o negócio de João Romão continua a prosperar.

> Criou armazéns para depósito, aboliu a quitanda e transferiu o dormitório, aproveitando o espaço para ampliar a venda, que dobrou de tamanho e ganhou mais duas portas.
> Já não era mais uma simples taverna, era um bazar em que se encontrava de tudo, objetos de armarinho, ferragens, porcelanas, utensílios de escritório, roupa de riscado para os trabalhadores, fazenda para roupa de mulher, chapéus de palha próprios para o serviço ao sol, perfumarias baratas, pentes de chifre, lenços com versos de amor, e anéis e brincos de metal ordinário. E toda a gentalha daquelas redondezas ia cair lá, ou então ali ao lado na casa de pasto, onde os operários das fábricas e os trabalhadores da pedreira se reuniam depois do serviço, e ficavam bebendo e conversando até às dez horas da noite, entre o espesso fumo dos cachimbos, do peixe frito em azeite e dos lampiões de querosene.[37]

João Romão começa a construir em todo o seu terreno, e, tão logo as casinhas vão sendo concluídas, são alugadas de imediato. A sua localização é perfeita para os muitos trabalhadores que vivem no bairro,

36 Ibidem, pp. 22–23.
37 Ibidem, pp. 24–25.

particularmente os trabalhadores da pedreira, que estão apenas a alguns passos do seu local de trabalho. À medida que o cortiço toma forma, Miranda é consumido por raiva. "Um cortiço! exclamava ele, possesso. Um cortiço! Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!... Estragou-me a casa, o malvado!".[38] Miranda decide então erguer o muro. No entanto, isso não impede João Romão de continuar com o seu sonho de ampliação do cortiço.

Das janelas do segundo andar, os moradores da mansão podem observar as galinhas do vizinho ciscando no quintal e também os trabalhadores de baixa renda lutando pela sobrevivência no cortiço superlotado. Há tensão entre os dois lados, reforçada pelos dois portugueses. Miranda, do seu lado, inveja João Romão, que se tornou mais rico do que ele próprio sem ter de se casar com uma mulher brasileira por dinheiro, e que, na sua opinião, vive livre e feliz com a sua mulher negra. João Romão, por outro lado, perde o sono pensando na realização social de Miranda. Quando João Romão lê no jornal que Miranda recebeu o título de Barão, inveja-o profundamente.

No entanto, à medida que João Romão vai ficando cada vez mais rico, os dois vizinhos começam a aparar suas diferenças. "Agora, não se passava um domingo sem que o amigo de Bertoleza fosse jantar à casa do Miranda".[39] João Romão decide então conquistar Zulmira (filha de Miranda) e pedir a permissão dos seus pais para se casarem.

Então, um dia, o cortiço é acidentalmente incendiado. Durante esse episódio, os habitantes do 'Cabeça-de-Gato', um cortiço rival a apenas alguns quarteirões de distância, vêm dar uma mão, embora os residentes de ambos os cortiços nunca tivessem se dado bem uns com os outros. O cortiço de João Romão é considerado melhor que o seu vizinho, mais poderoso. No entanto, quando o fogo destrói grande parte do cortiço de João Romão, a rivalidade é suspensa. Alguns residentes chegam a ir morar temporariamente no 'Cabeça-de-Gato'. Após o fim do incêndio, João Romão, resignado com seu destino, começa a reconstruir o cortiço como se a catástrofe fosse parte inevitável da vida, um mal que vem para o bem.

> As obras principiaram pelo lado esquerdo do cortiço, o lado do Miranda; [...] Esses meses, durante as obras, foram uma época especial para a esta-

38 Ibidem, p. 25.

39 Ibidem, p. 172.

> lagem. O cortiço não dava ideia do seu antigo caráter, tão acentuado e, no entanto, tão misto: aquilo agora parecia uma grande oficina improvisada, um arsenal, em cujo fragor a gente só se entende por sinais. As lavadeiras fugiram para o capinzal dos fundos, porque o pó da terra e da madeira sujava-lhes a roupa lavada. Mas, dentro de pouco tempo, estava tudo pronto; e, com imenso pasmo, viram que a venda, a sebosa bodega, onde João Romão se fez gente, ia também entrar em obras. O vendeiro resolvera aproveitar dela somente algumas das paredes, que eram de um metro de largura, talhadas à portuguesa; abriria as portas em arco, suspenderia o teto e levantaria um sobrado, mais alto que o do Miranda e, com toda a certeza, mais vistoso. Prédio para meter o do outro no chinelo; quatro janelas de frente, oito de lado, com um terraço ao fundo. O lugar em que ele dormia com Bertoleza, a cozinha e a casa de pasto seriam abobadadas, formando, com a parte de taverna, um grande armazém, em que o seu comércio iria fortalecer-se e alargar-se.[40]

João Romão aproveita a construção dessa nova mansão para se separar espacialmente de Bertoleza. Cria para si "[u]m aposento largo e forrado de azul e branco com florinhas amarelas fingindo ouro; havia um tapete aos pés da cama, e sobre a peniqueira um despertador de níquel, e a mobília toda era já de casados, porque o esperto não estava para comprar móveis duas vezes".[41] Essa descrição aparece no romance quando João Romão está em seu novo aposento, com insônia, andando de um lado para o outro, preocupado com "Bertoleza, que a essas horas, dormia lá embaixo num vão de escada, aos fundos do armazém, perto da comua".[42]

Apesar de uma mistura de remorso e preocupação, João Romão coloca suas aspirações em primeiro lugar. A reforma do cortiço após o incêndio torna-o muito mais ilustre que antes. Isso traz a João Romão grande prosperidade e parece dar-lhe o direito de esquecer quaisquer princípios éticos e morais. Pode-se dizer que Azevedo descreve um exemplo precoce de gentrificação no Brasil.

> Mas o cortiço já não era o mesmo; estava muito diferente; mal dava ideia do que fora. O pátio, como João Romão havia prometido, estreitara-se com as edificações novas; agora parecia uma rua, todo calçado por igual

40 Ibidem, pp. 171–172.

41 Ibidem, p. 187.

42 Ibidem, p. 188.

> e iluminado por três lampiões grandes simetricamente dispostos. Fizeram-se seis latrinas, seis torneiras de água e três banheiros. Desapareceram as pequenas hortas, os jardins de quatro a oito palmos e os imensos depósitos de garrafas vazias. À esquerda, até onde acabava o prédio do Miranda, estendia-se um novo correr de casinhas de porta e janela, e daí por diante, acompanhando todo o lado do fundo e dobrando depois para a direita até esbarrar no sobrado de João Romão, erguia-se um segundo andar, fechado em cima do primeiro por uma estreita e extensa varanda de grades de madeira, para a qual se subia por duas escadas, uma em cada extremidade. De cento e tantos, a numeração dos cômodos elevou-se a mais de quatrocentos; e tudo caiadinho e pintado de fresco; paredes brancas, portas verdes e goteiras encarnadas. Poucos lugares havia desocupados. Alguns moradores puseram plantas à porta e à janela, em meias tinas serradas ou em vasos de barro.[43]

Azevedo apresenta como prosperidade o fenômeno típico da urbanização desordenada, dizendo que, "como a casa comercial de João Romão prosperava, prosperava igualmente a sua avenida".[44] A suposta prosperidade deve-se tanto à ocupação excessiva de construções na propriedade privada, eliminando até a horta no intuito de gerar mais renda, quanto ao ambiente público que também se urbanizava rapidamente. Não só os preços aumentaram, mas foram formalizadas condições para conseguir uma vaga no cortiço, com João Romão realizando sua inserção social.

> Já lá se não admitia assim qualquer pé-rapado: para entrar era preciso carta de fiança e uma recomendação especial. Os preços dos cômodos subiam, e muitos dos antigos hóspedes, italianos principalmente, iam, por economia, desertando para o 'Cabeça-de-Gato' e sendo substituídos por gente mais limpa. Decrescia também o número das lavadeiras, e a maior parte das casinhas eram ocupadas agora por pequenas famílias de operários, artistas e praticantes de secretaria. O cortiço aristocratizava-se.[45]

Desde o início do livro, a narrativa traz o cortiço como um espaço vivido. De acordo com Sá, o cortiço é descrito pela primeira vez "por meio de uma cena panorâmica que mostra os movimentos de homens e

43 Ibidem, p. 181.
44 Ibidem, p. 198.
45 Ibidem, pp. 198–199.

mulheres que vão das casas aos banheiros e às torneiras para se lavarem, e de lá vão à loja comprar pão. Embora fortemente visual num sentido coreográfico, tal cena inclui poucos detalhes sobre o próprio lugar".[46]

Ainda assim, o espaço vivido é detalhadamente representado na narrativa, sendo literalmente vivido quando Azevedo fala do cortiço como se fosse humano: "o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas".[47] E o espaço do cortiço é também vivido pela narrativa poética que leva leitoras e leitores a imaginarem a presença dinâmica das pessoas no ambiente.

> Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. Como que se sentiam ainda na indolência de neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente, dissolvendo-se à luz loura e tenra da aurora, que nem um suspiro de saudade perdido em terra alheia.
>
> A roupa lavada, que ficara de véspera nos coradouros, umedecia o ar e punha-lhe um farto acre de sabão ordinário. As pedras do chão, esbranquiçadas no lugar da lavagem e em alguns pontos azuladas pelo anil, mostravam uma palidez grisalha e triste, feita de acumulações de espumas secas. Entretanto, das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos, fortes como o marulhar das ondas; pigarreava-se grosso por toda a parte; começavam as xícaras a tilintar; o cheiro quente do café aquecia, suplantando todos os outros; trocavam-se de janela para janela as primeiras palavras, os bons-dias; reatavam-se conversas interrompidas à noite; a pequenada cá fora traquinava já, e lá dentro das casas vinham choros abafados de crianças que ainda não andam. No confuso rumor que se formava, destacavam-se risos, sons de vozes que altercavam, sem se saber onde, grasnar de marrecos, cantar de galos, cacarejar de galinhas. De alguns quartos saíam mulheres que vinham pendurar cá fora, na parede, a gaiola do papagaio, e os louros, à semelhança dos donos, cumprimentavam-se ruidosamente, espanejando-se à luz nova do dia.[48]

O espaço vivido do cortiço é fundamental para a rede capitalista de João Romão. Com a renda das casinhas e dos quartos alugados, ele

46 SÁ, Zola in Rio de Janeiro: the production of space in Aluísio Azevedo's *O cortiço*, 2010, p. 190.

47 AZEVEDO, *O cortiço*, [1890] 2006, p. 35.

48 Ibidem, p. 35.

consegue comprar a pedreira e começa a explorá-la com alguns poucos trabalhadores, que são também seus inquilinos. Esse é um passo, como aponta Sá, na direção de "controlar os meios de produção do espaço" e se tornar um verdadeiro capitalista.[49] Como João Romão além de produtor do espaço é também seu proprietário, ele se torna "o criador e controlador de um espaço social",[50] fazendo com que as pessoas fossem economicamente dependentes dele. Azevedo traz a discussão do ambiente do cortiço como uma das variáveis sócio-espaciais que contribui para mudar a natureza de seus habitantes. Como afirma Sá, "na verdade, a maioria dos personagens do romance não são simplesmente influenciados pelo ambiente onde vivem, eles também têm um papel ativo em sua produção".[51]

O livro retrata João Romão como um homem avarento, que começa acumulando bens, depois passa a acumular dinheiro no banco, e mais tarde, depois de se tornar um bem-sucedido proprietário e comerciante no Rio de Janeiro, busca a confirmação de sua distinção e status social com um título de nobreza. Segundo Sá "na segunda metade do romance ele 'cai em si', para usar a expressão de Marx, adotando um estilo de vida mais adequado ao seu capital acumulado".[52] João Romão começa a gastar dinheiro consigo mesmo, comprando roupas, comendo fora, assim como gastando tempo fora do trabalho, saindo com a família e os amigos de Miranda, sempre com a ambição de se tornar Visconde, considerado superior ao título de Barão desfrutado por Miranda. Finalmente consegue ficar noivo da filha de Miranda, mas, para que possam se casar, ainda é preciso se livrar de Bertoleza. Para isso, num ato de completa falta de moral e ética, faz chegar aos ouvidos do filho herdeiro do antigo senhor de Bertoleza o seu paradeiro. Como João Romão tinha forjado um documento falso de alforria para mostrar para Bertoleza, jamais tendo pagado por ela, o filho vem imediatamente reclamar a sua escrava.

A história termina com João Romão conduzindo o dono de Bertoleza e mais dois policiais através de sua própria estalagem. "Atravessaram o armazém, depois um pequeno corredor que dava para um pátio calçado,

49 SÁ, Zola in Rio de Janeiro: the production of space in Aluísio Azevedo's *O cortiço*, 2010, p. 190.

50 Ibidem, p. 191.

51 Ibidem, p. 203.

52 Ibidem, p. 193.

chegaram finalmente à cozinha",[53] onde encontram Bertoleza. Ela tinha acabado de mandar o jantar para os caixeiros.

> Estava de cócoras, no chão, escamando peixe, para a ceia do seu homem, quando viu parar defronte dela aquele grupo sinistro.
> Reconheceu logo o filho mais velho do seu primitivo senhor, e um calafrio percorreu-lhe o corpo. Num relance de grande perigo compreendeu a situação; adivinhou tudo com a lucidez de quem se vê perdido para sempre: adivinhou que tinha sido enganada; que a sua carta de alforria era uma mentira, e que o seu amante, não tendo coragem para matá-la, restituía-a ao cativeiro.[54]

Como ela não consegue se resignar a tal destino, quando o seu senhor a reconhece e manda levá-la, não vê alternativa.

> A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar.
> Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres.
> Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certeiro e fundo rasgara o ventre de lado a lado.
> E depois embarcou para a frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue.[55]

Nesse mesmo momento "parava à porta da rua uma carruagem. Era uma comissão de abolicionistas que vinha, de casaca! trazer-lhe respeitosamente o diploma de sócio benemérito". João Romão "mandou que os conduzissem para a sala de visitas", ainda em choque com o suicídio de Bertoleza, sem refletir sobre sua própria culpa, refugiado num canto escuro do armazém e tapando o rosto com as mãos.[56]

A parceria de João Romão e Bertoleza começa por conveniência de ambas as partes. Bertoleza viu nele o homem estrangeiro branco ideal (e que precisava substituir, pois o seu antigo parceiro português

53 AZEVEDO, *O cortiço*, [1890] 2006, p. 206.
54 Ibidem, pp. 206–207.
55 Ibidem, p. 207.
56 Ibidem, p. 207.

branco tinha morrido), e João Romão viu-a como uma fonte de dinheiro, uma trabalhadora não remunerada e uma amante. No entanto, João Romão começa a vislumbrar seu futuro como um homem rico, fazendo de tudo para alcançar tal destino, enquanto Bertoleza apenas sonhava em se ver livre da escravidão. À medida que o romance se desenvolve, João Romão progride muito em seu negócio, ajudado por Bertoleza, que nunca consegue realmente tornar-se livre. Primeiro, porque João Romão a enganou com uma falsa carta de alforria, mas principalmente porque ela não sabe como sobreviver a não ser servindo alguém. Quando João Romão decide se casar com a filha de Miranda, Bertoleza escuta a conversa dele com um amigo, sobre comprar-lhe uma quitanda em outro bairro, para livrar-se dela. Ela entra na sala e contesta indignada: "Sou negra, sim, mas tenho sentimentos! Quem me comeu a carne tem de roer-me os ossos!".[57] Na continuidade desse diálogo Bertoleza refere-se ao uso cotidiano de seu corpo, para trabalho e sexo, razão pela qual ela acredita que tem direito de ficar ao lado de João Romão até sua morte. A seu modo, ela pensa que isso seria suficiente para desfrutar do que construíram juntos. O desejo de Bertoleza é contraditório. Ela assume com resignação seu dever de escrava, enquanto já estava vivendo separada de João Romão na mesma casa. Dormir e passar o dia como escrava parece suportável, ou preferível, se comparado a ser jogada fora com a chegada de uma nova mulher.

Bertoleza está presa no que Jessé Souza chama de "ralé estrutural", uma classe obrigada a realizar todo o tipo de trabalho pesado e mal pago, explorada pela classe média, sem aspirações culturais ou sociais pelas quais viver.[58] No entanto, João Romão também começa como parte dessa "ralé", mas torna-se o que Souza chama de "batalhador brasileiro", um indivíduo que luta para ascender economicamente e consegue ter aspirações, por mais limitadas que sejam e mesmo que restritas à posse de bens.[59] Illich explica tal "necessidade" como algo imposto de fora, não uma necessidade propriamente dita, mas um desejo fabricado pela sociedade de consumo.[60] João Romão é totalmente consumido por tais necessidades impostas, e é vítima de certo tipo de alienação

57 Ibidem, p. 195.

58 Souza, *A ralé brasileira: quem é e como vive*, 2009.

59 Souza, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, 2010.

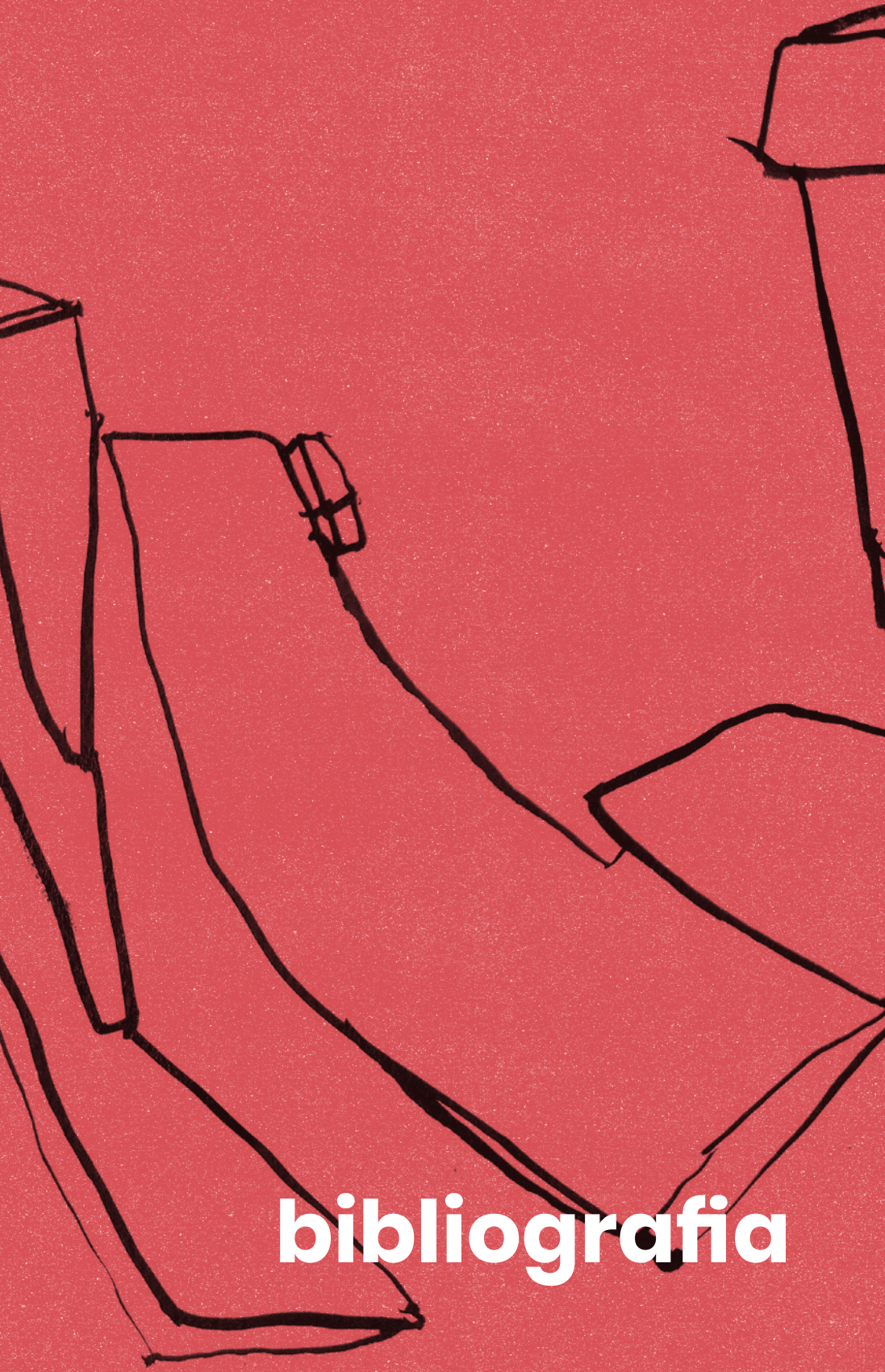
60 Illich, Necessidades, [1992] 2000.

explicado por Mbembe quando fala que "[a] difamação de virtudes como o cuidado, a compaixão e a generosidade vai de mãos dadas com a crença, especialmente entre os pobres, de que ganhar é a única coisa que importa e de que ganhar — por qualquer meio necessário — é, em última instância, a coisa certa".[61] Azevedo mostra que indivíduos como João Romão fazem de tudo em benefício próprio, inclusive jogar em dois lados. De um lado ele aparece na sociedade como abolicionista, e do outro é capaz de manter Bertoleza como escrava, falsificando a sua carta de alforria e instigando uma cadeia de acontecimentos que leva a seu suicídio.

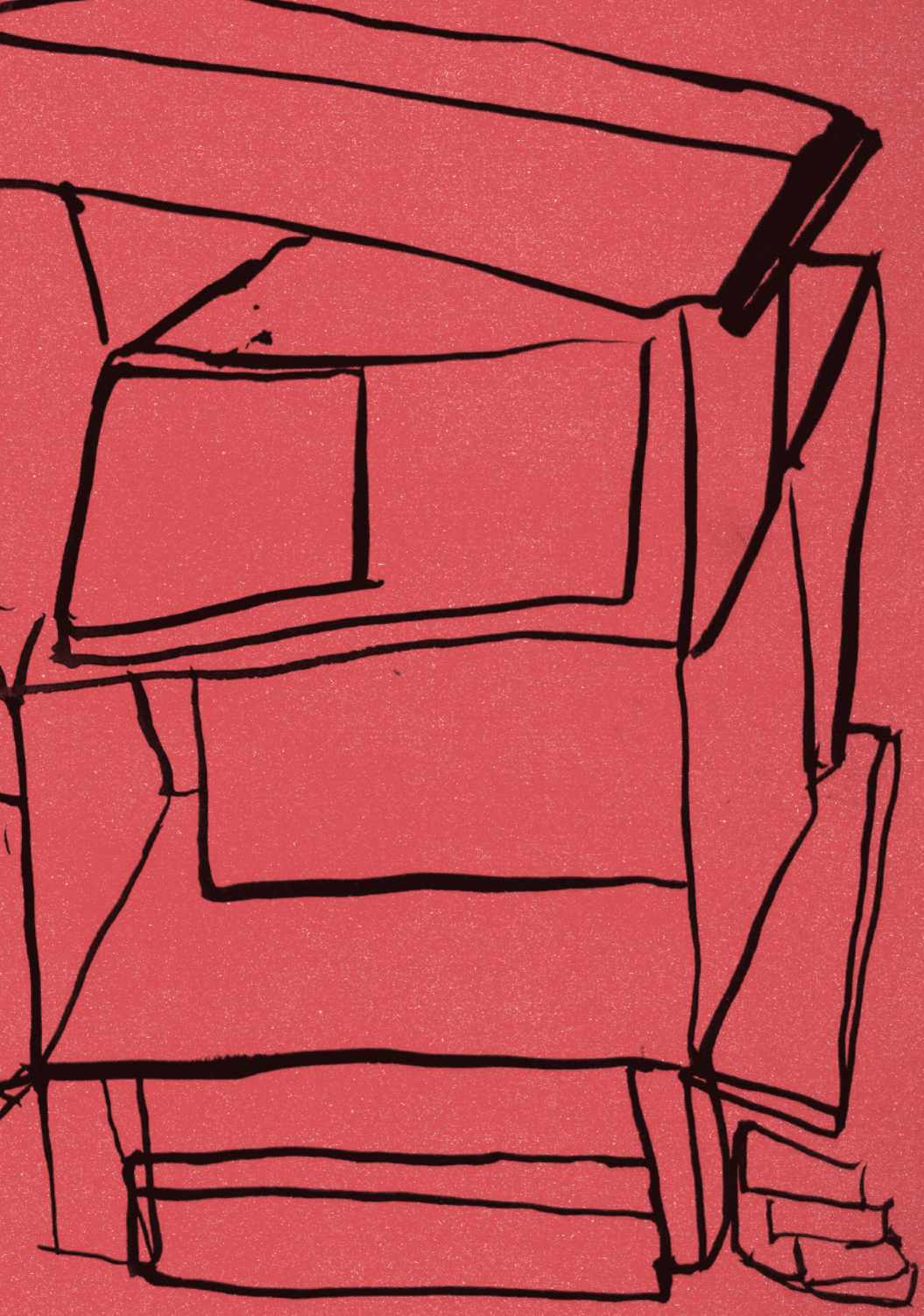
Azevedo mostra que a abolição da escravidão não sinaliza o fim da desigualdade sócio-espacial no Brasil. De várias maneiras a desigualdade é perpetuada, como na narrativa da exploração sexual e do trabalho de Bertoleza, bem como dos espaços residuais onde ela passa a maior parte de sua vida. O livro também mostra a imoralidade da busca por distinção social e a natureza limitada da liberdade social advinda da mera acumulação e consumo de bens. Em 1890, quando Azevedo publica *O cortiço*, não havia nenhuma política pública para garantir direitos a ex-escravizados e imigrantes pobres, que, sem acesso à propriedade dos meios de produção (principalmente a terra), vendiam sua força de trabalho a preços muito baixos e se viravam como podiam para ter onde morar e reproduzir suas famílias. Os bairros pobres do Rio de Janeiro se desenvolveram principalmente por meio de investimentos privados daqueles que, como João Romão, viam a possibilidade de grandes benefícios financeiros às custas dos trabalhadores explorados e negligenciados pelo Estado. Isso é reproduzido como padrão sócio-espacial em todo o país. Os outros livros mencionados no início deste texto reforçam a peleja cotidiana da maioria da população, via de regra sem consciência de estar contribuindo para reprodução do modo de produção capitalista.[62] O Brasil ainda hoje está subordinado a uma forma de colonialismo econômico, é governado por uma elite patriarcal hegemônica, e a maioria dos espaços é produzida como mercadoria. No entanto, a consciência de tais processos, que um romance como o de Azevedo pode ajudar a criar, é fundamental para qualquer tentativa de superação dessa desigualdade sócio-espacial endêmica.

61 MBEMBE, A era do humanismo está terminando, [2016] 2017, s.p.

62 MOTT, *Pedro pedreiro*, 1979; JESUS, *Quarto de despejo*, 1960; JESUS, *Casa de alvenaria*, 1961.



bibliografia



ADORNO, Theodor W. Versuch über Wagner [1938]. In: *Gesammelte Schriften.* Band 13. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986, pp. 8–148.

___. Das Schema der Massenkultur [1942]. In: *Gesammelte Schriften*. Band 3. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, pp. 299–336.

___. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada* [*Minima moralia: Reflexionen aus dem beschädigten Leben*]. Trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, [1951] 1992.

___. Luccheser Memorial [1963]. In: *Gesammelte Schriften.* Band 10.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, pp. 396–400.

___. Funktionalismus heute [1965]. In: *Gesammelte Schriften.* Band 10.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, pp. 375–395.

___. Die Kunst und die Künste [1966]. In: *Gesammelte Schriften.* Band 10.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, pp. 432–453.

___. Der missbrauchte Barock [1966]. In: *Gesammelte Schriften.* Band 10.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, pp. 401–422.

___. *Dialética negativa* [*Negative Dialektik*]. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, [1966] 2009.

___. *Teoria estética*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, [1970] 1993. *Ästhetische Theorie. Gesammelte Schriften.* Band 7. Frankfurt am Main: Suhrkamp, [1970] 2003.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* [*Dialektik der Aufklärung: philosophische Fragmente*]. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, [1944] 1985.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas: *a Planta topográfica e cadastral da área destinada à Cidade de Minas* e o trabalho da Comissão Construtora da Nova Capital. In: *Anais do XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG.* Mariana: 2012, on-line.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)* [*State and opposition in military Brazil*]. Trad. de Clovis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMARAL, Tarsila do. [Correspondência] De Tarsila à família, Moscou, 27/6–1/7/1931. In: Aracy A. Amaral. *Tarsila, sua obra e seu tempo*. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 1975, pp. 413–416.

ANDERSON, Kathryn; JACK, Dana C. Learning to listen: interview techniques and analyses. In: Sherna Berger Gluck; Daphne Patai (eds.). *Women's words: the feminist practice of oral history*. New York: Routledge, 1991, pp. 11–26.

ANDRADE, Cibele Barbosa da S. A história microscópica de Gilberto Freyre e a micro história. In: *Anais do II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social: micro história e os caminhos da história cocial*. Juiz de Fora: LAHES–UFJF, 2008, pp. 1–8.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira; ARAÚJO, Heloísa de; ALBUQUERQUE, Isabela Santos. Entre a realidade e a imaginação: Suor, Jubiabá e Mar Morto. Não publicado, s.d. Disponível em http://www.peu.igeo.ufba.br/entre_a_realidade_e_a_imagina__o___jorge_amado.doc.

ARAÚJO, Heloísa Araújo de. *Geografia e literatura: um elo entre o presente e o passado no Pelourinho*. Dissertação de mestrado. Salvador: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, 2007.

ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. *Guia de história da arte* [*Guida a la storia dell'arte*]. Trad. M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, [1974] 1994.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. Argüição de memorial [1984]. In: *Caminhos da arquitetura.* São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp. 197–231.

ATKINSON, Paul; SILVERMAN, David. Kundera's immortality: the interview society and the invention of the self. *Qualitative Inquiry*, v. 3, n. 3, 1997, pp. 304–325.

AULER, Guilherme. *A companhia dos operários: 1839–1943: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*. Recife: Arquivo do Estado, 1959.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, [1890] 2006.

AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964–1986): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, v. 22, n. 4, 1988, pp. 107–119.

___. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Sérgio de Azevedo (eds.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, pp. 73–101.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, [1982] 2011.

BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, [1620–1623] 2005.

BANHAM, Reyner. A black box: the secret profession of architecture [1990]. In: *A critic writes: essays by Reyner Banham*. Berkeley, Los Angeles; London: University of California Press, 1999, pp. 291–299.

BAPTISTA, Márcio Benedito; NASCIMENTO, Nilo de Oliveira; RAMOS, Maria Helena Domingues; CHAMPS, José Roberto Borges. Aspectos da evolução da urbanização e de problemas de inundações em Belo Horizonte. In: *Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.* Vitória: ABRH, 1997, pp. 197–204.

BARTON, Allen H. Bringing society back in: survey research and macro-methodology. *American Behavioral Scientist*, v. 12, n. 2, 1968, pp. 1–9.

BASTOS, Ana Regina Vasconcelos Ribeiro. Espaço e literatura: algumas reflexões teóricas. *Espaço e Cultura*, n. 5, 1998, pp. 55–66.

___. *Geografia e os romances nordestinos das décadas de 1930 e 1940: uma contribuição ao ensino.* Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 1993.

BAUER, Martin W. *The narrative interview: comments on a technique for qualitative data collection*. London: London School of Economics and Political Science, Methodology Institute, 1996.

BAUMGARTEN, Alexander. *Philosophische Betrachtungen über einige Bedingungen des Gedichtes.* Hamburg: Felix Meiner, [1735] 1983.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos* [*Guide de l'enquête de terrain: produire et analyser des données ethnographiques*]. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, [1997] 2014.

BEAULIEU, Alain; DORVIL, Henri. *L'habitation comme déterminant social de la santé mentale: actes du colloque tenu les 15 et 16 mai 2002 à l'Université Laval dans le cadre du 70e Congrès de l'Association francophone pour le savoir–ACFAS.* Laval: ACFAS, 2004.

BECHMANN, Roland. *Villard de Honnecourt: la pensée technique au XIIIe siècle et sa communication*. Paris: Picard, 1991.

BEDÊ, Mônica. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993–1996*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna* [*Storia dell'architettura moderna*]. Trad. Ana M. Goldberg. São Paulo: Perspectiva, [1960] 1976.

BENTO, Conceição Aparecida. O espaço na literatura e o espaço da literatura. *Caligrama*, v. 17, n. 1, 2012, pp. 7–22.

BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor (eds.). *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1987.

BITTENCOURT JÚNIOR, Nilton Ferreira; PEDROSA, José Geraldo. Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: os ginásios polivalentes (1971–1974). *Trabalho & Educação*, v. 24, n. 1, 2015, pp. 11–30.

BLANCO JUNIOR, Cid. *As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Ação Social da Prefeitura de Santo André.* Dissertação de mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.

BLOCH, Ernst. Die Angst des Ingenieurs [1929]. In: *Literarische Aufsätze*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985, pp. 347–358.

BOGNER, Alexander; MENZ, Wolfgang. Das theoriegenerierende Experteninterview: Erkenntnisinteresse, Wissensformen, Interaktion. In: Alexander Bogner; Beate Littig; Wolfgang Menz (eds.). *Das Experteninterview: Theorie, Methode, Anwendung*. Wiesbaden: Springer, 2002, pp. 33–70.

BOIS, Maria Clara M. S. *Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação das diretrizes, planos e programas da política municipal de habitação*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

BONDUKI, Nabil. *Criando territórios de utopia: a luta pela questão popular em projetos habitacionais*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1987.

___. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, [1998] 2002.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: Ermínia Maricato (ed.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, pp. 117–154.

BORGES FILHO, Oziris. Espaço e literatura: introdução à topoanálise. *XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

BORK, Robert. *The geometry of creation: architectural geometry and the dynamics of gothic design*. Surrey, Burlington: Ashgate, 2011.

BORSAGLI, Alessandro. O vale do córrego do Leitão em Belo Horizonte: contribuições da cartografia para a compreensão da sua ocupação. In: *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.* Paraty: 2011, on-line.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MERCADO, Francisco Javier (eds.). *Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BOTELHO, Adriano. O *urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário.* São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento* [*La distinction: critique sociale du jugement*]. Trad. Daniela Kern; Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, [1979] 2007.

___. *O senso prático* [*Le sens pratique*]. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, [1980] 2011.

___. Compreender. In: Pierre Bourdieu (ed.). *A miséria do mundo* [*La misère du monde*]. Trad. Mateus S. Soares Azevedo; Jaime Clasen; Sérgio H. de Freitas Guimarães; Marcus Antunes Pencher; Guilherme João de Freitas Teixeira; Jairo Veloso Vargas. Petrópolis: Vozes, [1993] 2003, pp. 693–713.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia* [*Le métier de sociologue: préalables épistémologiques*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, [1968] 2007.

BRAGA, Ruy Gomes. Sob a sombra do precariado. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, pp. 79–82.

BRAGA-CAMPOS, Florianita Coelho; GUARIDO, Elza Lauretti. Sentir-se em casa no olho da rua: o desafio das moradias. *Cadernos IPUB*, v. 12, n. 22, 2006, pp. 141–148.

BRASIL. *Boletim saúde mental em dados*, v. 7, n. 10. Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação geral de saúde mental, álcool e outras drogas, 2012.

___. *Legislação em saúde mental: 1990–2002.* Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, 2002.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. A nova capital de Minas e seu abastecimento d'água [1895]. In: *Memórias diversas.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, pp. 15–48.

BRUM, Argemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Fidene, [1982] 1998.

BUCK-MORSS, Susan. *Dreamworld and catastrophe: the passing of mass utopia in East and West*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2002.

BUENO, Laura Machado de Mello. *Projeto e favela*: *metodologia para projetos de urbanização*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot* [*A social history of knowledge: from Gutenberg to Diderot*]. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, [2000] 2003.

BÜSCHER, Mônica; URRY, John; WITCHGER, Katian. *Mobile methods.* London; New York: Routledge, 2011.

CAMISASSA, Maria Marta dos Santos; PORTUGAL, Josélia Godoy; RODRIGUES, Gabriela Toledo; LEITE, Marcelo André Ferreira. A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960–70. *X Seminário docomomo Brasil.* Curitiba: PUC-PR, 2013, on-line.

CAMPOS, Rebekah. *O outro loteador popular: os loteamentos associativos liderados pelo Padre Piggi Bernareggi*. Monografia de graduação. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* [*Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*]. Trad. Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, [1990] 2003.

___. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização* [*Consumidores y ciudadanos: conflictos multiculturales de la globalización*]. Trad. Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1995] 2006.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas. *Proposta*, v. 30, n. 95, 2003, pp. 6–17.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (eds). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE FILHO, Jorge. *Prefeitura de Belo Horizonte: relatório de 1963.* Belo Horizonte: PBH, 1964.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. *Geologia urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Edição do autor, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo* [*Le contenu du socialisme*]. Trad. Milton Meira do Nascimento; Maria das Graças de Souza Nascimento. São Paulo: Brasiliense, [1979] 1983.

CEMIN, Viviana. *Não só de pão vive o homem: a construção de escolas no governo Brizola a partir das fotografias da assessoria do Palácio Piratini (1959-1963).* Monografia de graduação. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CHILISA, Bagele; NTSEANE, Gabo. Resisting dominant discourses: implications of indigenous, African feminist theory and methods for gender and education research. *Gender and Education*, v. 22, n. 6, 2010, pp. 617–632.

CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: Licia do Prado Valladares (ed.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, pp. 49–68.

CLARK, David. *Psychiatric halfway house.* Tese de doutorado. Edinburgh: University of Edinburgh, 1967.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822–1930.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

COLEMAN, Roger. Design and Technology in Nowhere. *The Journal of the William Morris Society*, v. 9, n. 2, 1991, pp. 28–39.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, 2007, pp. 83–99.

CONSTANT [Nieuwenhuys]. New Babylon [1960]. In: Ulrich Conrads. *Programs and manifestoes on 20th century architecture.* Trad. Michael Bullock. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1971, pp. 177–178.

COSTA, Geraldo Magela; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. Processos socioespaciais nas metrópoles de países de industrialização periférica: reflexões sobre a produção do espaço metropolitano de Belo Horizonte, Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 11, 2011, pp. 9–25.

COSTA, Heloísa. *The production of popular residential land developments in Belo Horizonte, Brazil*. Dissertação de mestrado. London: Architectural Association School of Architecture, 1983.

___. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Roberto Luís de Melo Monte-Mór (ed.). *Belo Horizonte: espaço e tempos em construção*. Belo Horizonte: PBH; CEDEPLAR, 1994, pp. 51–77.

COSTA, Lúcio. Razões da nova arquitetura [1934]. In: *Lúcio Costa: registro de uma vivência.* São Paulo: Empresa das Artes, 1995, pp. 108–116.

___. Casa do estudante [1952]. In: *Lúcio Costa: registro de uma vivência.* São Paulo: Empresa das Artes, 1995, pp. 230–236.

COUSINÉRY, Barthélémy Édouard. *Le calcule par le trait, ses éléments et ses applications.* Paris: Carilian-Goeury & Vr Dalmont, 1839.

CULMANN, Karl. *Die graphische Statik*. Zürich: Meyer & Zeller, 1866.

DADSON, Paul. *Rediscovering corrugated iron.* Tese de doutorado. London: Architectural Association School of Architecture, 1994.

DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado [Sustainable growth? No thank you, 1996]. Trad. Vicente Rosa Alves. *Ambiente & Sociedade*, v. 7, n. 2, 2004, pp. 197–202.

DAVIS, Mike. Planet of slums: urban involution and the informal proletariat. *New Left Review*, n. 26, 2004, pp. 5–34.

___. *Planeta favela* [*Planet of slums*]. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva [Théorie de la dérive, 1956]. In: Paola Berenstein Jacques (ed.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.* Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 87–91.

___. Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana [Perspectives de modifications conscientes dans la vie quotidienne, 1961]. In: Paola Berenstein Jacques (ed.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.* Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 143–152.

___. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional [Rapport sur la construction des situations et sur les conditions de l'organisation et de l'action de la tendance situationniste internationale, 1957]. In: Paola Berenstein Jacques (ed.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.* Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 43–59.

___. *A sociedade do espetáculo* [*La société du spectacle*]. Trad. Francisco Alves; Afonso Monteiro. Lisboa: Edições Antipáticas, [1967] 2005.

DEMO, Pedro. *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

DEXTER, Lewis A. *Elite and specialized interviewing.* Evanston: Northwestern University Press, 1970.

DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros no Brasil. In: Angela Maria de Castro Gomes; José Luciano de Mattos Dias; Marly Silva da Motta. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 13–81.

DORVIL, Henri. L'habitation et la santé mentale. In: Alain Beaulieu; Henri Dorvil (eds.). *L'habitation comme déterminant social de la santé mentale: actes du colloque tenu les 15 et 16 mai 2002 à l'Université Laval dans le cadre du 70e Congrès de l'Association francophone pour le savoir–ACFAS.* Laval: ACFAS, 2004, pp. 3–6.

DUARTE, Rodrigo Antônio de Paiva. *Marx e a natureza em O capital*. São Paulo: Loyola, 1995.

DUSSEL, Enrique. *Philosophy of liberation.* New York: Orbis Books, [1980] 1985.

ELLIOTT, Jane. *Using narrative in social research: qualitative and quantitative approaches*. London: Sage, 2005.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo cientifico* [*Socialisme utopique et socialisme scientifique*]. Trad. João Abel. Lisboa: Estampa, [1880] 1974.

___. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* [*Die Lage der arbeitenden Klasse in England*]. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, [1845] 2010.

EVANS, James; JONES, Phil. The walking interview: methodology, mobility and place. *Applied Geography*, n. 31, 2011, pp. 849–858.

FARAH, Marta. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1996.

FATHY, Hassan. *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres* [*Architecture for the poor: an experiment in rural Egypt*]. Trad. Maria Clotilde Santoro. Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: Editora da USP, [1976] 1980.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* [*Caliban and the witch: women, the body, and primitive accumulation*]. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, [2004] 2017.

FERNANDES, Edésio. The influence of de Soto's The mystery of capital. *Land Lines*, v. 14, n. 1, 2002, pp. 5–8.

FERNANDES, Rosani de Fátima. *Educação escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar*. Dissertação de mestrado. Belém: Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, 2010.

FERRAZ, Geraldo. *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940*. São Paulo: Habitat, 1965.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho [1976]. In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 105–200.

___. O 'material' em Le Corbusier [1997]. In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 241–251.

___. *Michelangelo: arquiteto e escultor da capela dos Médici* [*Michel-Ange, architecte et sculpteur de la chapelle Medicis*]. Trad. Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, [1998] 2016.

___. Sobre 'O canteiro e o desenho' [2003]. In: *Arquitetura e trabalho livre.* São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 321–418.

___. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

___. Nota sobre 'O vício da virtude'. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 76, 2006, pp. 229–234.

___. *Artes plásticas e trabalho livre: de Dürer a Velázquez*. São Paulo: Editora 34, 2015.

___. Concrete as weapon. Trad. Alice Fiuza; Silke Kapp. *Harvard Design Magazin*, n. 48, 2018, pp. 8–32.

___. *Construção do desenho clássico.* Belo Horizonte: MOM, 2021.

FEYERABEND, Paul. *A ciência em uma sociedade livre* [*Science in a free society*]. Trad. Vera Joscelyne. São Paulo: Editora UNESP, [1978] 2011.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna* [*Modern architecture: a critical history*]. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, [1980] 1997.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *A construção da favela carioca como destino turístico.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

___. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 38, 2006, pp. 49–66.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, [1939] 1960.

___. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil.* Rio de Janeiro: Topbooks, [1948] 2000.

___. *Nós e a Europa germânica*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.

___. *Ferro e civilização no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Fundação Gilberto Freyre, 1988.

FUNDAÇÃO AVSI. *Projeto história viva: conjunto Jardim Felicidade* (cartilha). Belo Horizonte, 2007.

FURTADO, Juarez Pereira. Um método construtivista para a avaliação em saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 6, n. 1, 2001, pp. 165–182.

___. Construções imperfeitas: hospitalidade aos doentes mentais no Brasil. In: Juarez Pereira Furtado; Eunice Nakamura (eds.). *Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave.* São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014, pp. 43–64.

FURTADO, Juarez Pereira; PACHECO, Ricardo Azevedo. Moradias extra-hospitalares para pacientes psiquiátricos em Campinas: análise de uma experiência. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 4, n. 3, 1998, pp. 179–184.

GASPAR, Pedro; PALLA, João. Construções palafíticas da bacia do Tejo: levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira. *Artitextos*, n. 8, 2009, pp. 153–174.

GAY, Peter. *A cultura de Weimar* [*Weimar culture: the outsider as insider*]. Trad. Laura Lúcia da Costa Braga. Rio de Janeiro: Terra e Paz, [1968] 1978.

GITAHY, Maria Lucia Caira. Adaptando e inovando: o Laboratório de Ensaios de Materiais da Escola Politécnica e a tecnologia do concreto em São Paulo. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*, v. 7, n. 3, 2001, pp. 675–690, on-line.

GLÄSER, Jochen; LAUDEL, Grit. *Experteninterviews und qualitative Inhaltsanalyse als Instrumente rekonstruierender Untersuchungen*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2009.

GLOAG, John; BRIDGEWATER, Derek. *A history of cast iron in architecture*. London: George Allen & Unwin, 1948.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos* [*Asylums: essays on the condition of the social situation of mental patients and other inmates*]. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, [1961] 1974.

GOLEMBIEWSKI, Jan. Lost in space: the place of the architectural milieu in the aetiology and treatment of schizophrenia. *Facilities*, v. 31, n. 9–10, 2013, pp. 427–448.

GOODMAN, Leo A. Snowball sampling. *The Annals of Mathematical Statistics*, v. 32, n. 1, 1961, pp. 148–70.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho, busca do sentido: crítica da razão econômica* [*Métamorphoses du travail, quête du sens: critique de la raison économique*]. Trad. Ana Montoia. São Paulo: Annablume, [1988] 2007.

GROSSMANN, Judith; MALARD, Letícia; CARVALHAL, Tania Franco; CASTELLO, José Aderaldo; HATOUM, Milton. *O espaço geográfico no romance brasileiro*. Salvador: Casa de Jorge Amado, 1993.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: Angela Maria de Castro Gomes (ed.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2007, pp. 65–92.

GUILHERMANO NETO, Josué; OLIVEIRA, Marco Antônio Pires de. *O acompanhamento terapêutico e a equipe itinerante*. Porto Alegre: Arquivos da Pensão Nova Vida, 2003.

GUIMARÃES, Berenice. Pró-habitação ou pró-eleição? A população carente e o problema da moradia em Minas Gerais. Trabalho apresentado no *XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.* Caxambu, 1990.

___. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.

GUIMARÃES, Jacileide; SAEKI, Toyoko. Janelas do Santa Tereza: estudo do processo de reabilitação psicossocial do hospital psiquiátrico de Ribeirão Preto. *História, Ciência, Saúde*, v. 8, n. 2, 2002, pp. 357–374.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ática, [1982] 1991.

HARTMANN, Petra. Qualitative Interviews nach der PRA-Methode: mit Moderationstechniken in nur sieben Tagen von der Interviewerschulung bis zur Präsentation der Ergebnisse. *Sozialwissenschaften und Berufspraxis*, v. 24, n. 2, 2001, pp. 165–70.

HARTZ, Zulmira Maria de Araújo. *A avaliação na área da saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações* [*A brief history of neoliberalism*]. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, [2005] 2008.

___. *O enigma do capital e as crises do capitalismo* [*The enigma of capital and the crises of capitalism*]. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, [2010] 2011.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura* [*Sozialgeschichte der Kunst und Literatur*]. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, [1951] 1998.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito* [*Phänomenologie des Geistes*]. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, [1807] 2003.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich* [*Reactionary modernism: technology, culture and politics in Weimar and the Third Reich*]. Trad. Claudio Frederico da S. Ramos. Campinas: Editora UNICAMP, [1984] 1993.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura* [*Lessons for students in architecture*]. Trad. Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, [1991] 1996.

HERZOG, Hanna. Interview location and its social meaning. In: Jaber F. Gubrium; James A. Holstein; Amir B. Marvasti; Karyn D. McKinney (eds.). *The Sage handbook of interview research*. Los Angeles: Sage, 2012, pp. 207–218.

HINCHMAN, Lewis P.; HINCHMAN, Sandra K. (eds.). *Memory, identity, community: the idea of narrative in the human sciences.* New York: State University of New York, 1997.

HUGO DE SÃO VÍTOR. *Didascalicon ou da arte de ler*. Trad. Antonio Marchionni. Petrópolis: Vozes, [1127] 2001.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Trad. Arsênio Mota. Lisboa: Europa-América, [1973] 1976.
Tools for conviviality. Glasgow: Fontana, [1973] 1975.

___. *Shadow work*. London: Marion Boyars, 1981.

___. Necessidades. In: Wolfgang Sachs (ed.). *Dicionário do desenvolvimento.* Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne; Susanna de Gyalokay; Jaime A Clasen. Petrópolis: Vozes, [1992] 2000, pp. 155–172.
Needs. In: Wolfgang Sachs (ed.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power.* London; New York: Zed Books, [1992] 2010, pp. 95–110.

INSTITUTO PAULISTA DE ARCHITECTOS. Ante-projecto de lei para regulamentação da profissão de architecto. *Architectura e Construcções*, v. 2, n. 23, 1931, p. 10.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Urbanismo unitário no fim dos anos 1950 [L'urbanisme unitaire à la fin des années 50, 1959]. In: Paola Berenstein Jacques (ed.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.* Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 100–105.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades* [*The death and life of great American cities*]. Trad. Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. Apresentação. In: Paola Berenstein Jacques (ed.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 13–38.

JAZBINSEK, Dietmar. Die Großstädte und das Geistesleben von Georg Simmel: zur Geschichte einer Antipathie. *Schriftreihe der Forschungsgruppe Metropolenforschung.* Berlin: WZB, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

___. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1961.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades* [*Critique de l'esthetique urbaine; La machinerie patrimoniale*]. Trad. Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, [2001–2003] 2005.

JOHNSON, John M.; ROWLANDS, Timoty. The interpersonal dynamics of in-depth interviewing. In: Jaber F. Gubrium; James A. Holstein; Amir B. Marvasti; Karyn D. McKinney (eds.). *The Sage handbook of interview research*. Los Angeles: Sage, 2012, pp. 99–114.

JONES, Barry; SERENI, Andrea; RICCI, Massimo. Building Brunelleschi's dome: a practical methodology verified by experiment. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 69, n. 1, 2010, pp. 39–61.

JORDAN, Wilhelm. *Tratado general de topografía* [*Handbuch der Vermessungskunde*]. Trad. José Maria Montero. Barcelona: Gustavo Gili, [1888–1890] 1978.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura* [*Kritik der reinen Vernunft*]. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, [1787] 2015.

___. *Crítica da faculdade do juízo* [*Kritik der Urteilskraft*]. Trad. Valério Rohden; António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1790] 1995.

KANTORSKI, Luciane Prado. CAPS *Sul: avaliação dos CAPS na região Sul do Brasil*. Relatório técnico. Brasília: Ministério da Saúde; CNPq, 2008.

KAPP, Silke. *Non satis est: excessos e teorias estéticas no Esclarecimento.* Porto Alegre: Escritos, 2004.

___. Contra a integridade. *MDC Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 1, n. 2, 2006, pp. 8–11.

KING, Ross. *O domo de Brunelleschi: como um gênio da Renascença reinventou a arquitetura* [*Brunelleschi's dome: how a Renaissance genius reinvented architeture*]. Trad. S. Duarte. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2013.

KLUCKHOHN, Florence R. O método da observação participante no estudo das pequenas comunidades [The participant-observer technique in small communities, 1940]. Trad. s.n. *Sociologia: Revista didática e científica*, v. 8, n. 2, 1946, pp. 103–118.

KNISPEL, Gershon. Oscar, colega, companheiro e amigo. *Caros Amigos*, v. XVI, n. 190, 2013, p. 36.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa* [*Quand le moderne n'était pas un style mais une cause*]. Trad. Edi G. de Oliveira. São Paulo: Nobel; EDUSP, [1988] 1990.

KOTHARI, Uma. Power, knowledge and social control in participatory development. In: Bill Cooke; Uma Kothari (eds.). *Participation: the new tyranny?*. London; New York: Zed Books, 2001, pp. 139–152.

KRISTELLER, Paul. The modern system of the arts. *Journal of the History of Ideas*, n. 12, 1951, pp. 496–527 (part I); n. 13, 1951, pp. 17–46 (part II).

KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover: a engenharia de um Brasil moderno. In: Micael M. Herschmann; Carlos Alberto Messender Pereira (eds.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20–30.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 202–226.

KVALE, Steinar. *InterViews: an introduction to qualitative research interviewing*. Los Angeles: Sage, 1996.

LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: June Helm (ed.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LAGO, Luciana. Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. *Cadernos Metrópole*, n. 9, 2003, pp. 119–133.

LE CORBUSIER [Charles-Édouard Jeanneret-Gris]. *Por uma arquitetura* [*Vers une architecture*]. Trad. Ubirajara Rebouças. São Paulo: Perspectiva, [1923] 1981.

LEFEBVRE, Henri. Foreword to the second edition [1958]. In: *Critique of everyday life*. Volume 1 [*Critique de la vie quotidienne I*]. Trad. John Moore. London: Verso, 2008, pp. 1–99.

___. *O direito à cidade* [*Le droit à la ville*]. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, [1968] 2001.

___. *A re-produção das relações de produção* [*La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production*]. Trad. Antonio Ribeiro; M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
The survival of capitalism: reproduction of the relations of production [*La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production*]. Trans. Frank Bryant. London: Allison & Busby, [1973] 1976.

___. *La production de l'espace.* Paris: Anthropos, 1974. [Para as citações deste livro, até o capítulo V, recorremos à tradução ainda inédita de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, às vezes ligeiramente alterada.]

LEFF, Enrique. *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória* [*Storia e memoria*]. Trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora UNICAMP, [1977] 2003.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Discours touchant la méthode de la certitude et de l'art d'inventer pour finir les disputes et pour faire en peu de temps de grands progrès [1690]. In: *Die philosophischen Schriften*. Band VII. Berlin: Weidmann, 1885, pp. 174–183.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LILLRANK, Annika. Managing the interviewer's self. In: Jaber F. Gubrium; James A. Holstein; Amir B. Marvasti; Karyn D. McKinney (eds.). *The Sage handbook of interview research*. Los Angeles: Sage, 2012, pp. 281–94.

LIMA, João Filgueiras. *Escola transitória: modelo rural*. Brasília: MEC/CEDATE, 1984.

LINO, Sulamita Fonseca. Máquina de habitar, máquina de viver. In: *Anais do 7º Seminário DOCOMOMO São Paulo: a difusão da arquitetura moderna.* São Paulo: DOCOMOMO Brasil, 2020, pp. 436–444.

LITTIG, Beate. Interviews mit Eliten — Interviews mit ExpertInnen: Gibt es Unterschiede? *Forum Qualitative Sozialforschung/ Forum: Qualitative Social Research*, v. 9, n. 3, 2008, on-line.

LOOS, Adolf. Architektur [1909]. In: *Trotzdem. Gesammelte Schriften 1900–1930*. Wien: Prachner, 1997, pp. 90–104.

LOPES, João Marcos de Almeida. O anão caolho. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 76, 2006, pp. 219–227.

___. *Em memória das mãos: o desencantamento da técnica na arquitetura e no urbanismo*. Tese de doutorado. São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

LOPES, João Marcos de Almeida; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: *Simpósio Ibero-Americano de cidade e cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas*. São Carlos: EESC-USP, 2010, on-line.

LOPES, Raimundo. A civilização lacustre do Brasil. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro,* v. 1, n. 2, 1924, pp. 87–109.

LOTUFO, Vitor Amaral. *Liberdade no espaço.* São Paulo: Edição do autor, 2017.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade ocupada.* Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* [*Sozialreform oder Revolution?*]. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, [1898–1899] 2019.

___. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo* [*Die Akkumulation des Kapitals: Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus*]. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, [1913] 1970.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: Jessé Souza (ed.). *A ralé brasileira: quem é e como vive.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 241–277.

MAGRO, Bruno Simões. Os objectivos do Instituto Paulista de Architectos, que foi fundado este anno em São Paulo. *Architectura e Construcções*, v. 2, n. 14, 1930, p. 19.

MAQUIAVEL, Nicolau [Nicoló Machiavelli]. *O príncipe* [*Il principe*]. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, [ca. 1513] 1993.

___. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio [*Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*]. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora UNB, [ca. 1517] 1994.

MARAFONA, Sérgio. *O assentamento avieiro da Palhota: caracterização do património vernacular*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, 2014.

MARICATO, Ermínia (ed.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MARICATO, Ermínia. *Politica habitacional no regime militar: do milagre brasileiro a crise economica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

___. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

___. É a questão urbana, estúpido! In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, pp. 19–26.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos* [*Ökonomisch-philosopische Manuskripte*]. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, [1844] 2004.

___. *A miséria da filosofia* [*Misère de la philosophie. Réponse a la philosophie de la misère de M. Proudhon*]. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, [1847] 1985.

___. *O capital: livro I, capítulo VI (inédito)* [*Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*]. Trad. Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Ciências Humanas, [1864] 1978.

___. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. [*Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie.* Erster Band]. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARÓ, Juan Luis. *Análise macroeconômica da indústria da construção de edifícios como fator de desenvolvimento nacional.* São Paulo: FAU-USP, 1975.

MAX-NEEF, Manfred A. *From the outside looking in: experiences in 'barefoot economics'*. London; New Jersey: Zed Books, 1982.

MAZZETO SILVA, Carlos Eduardo. *Dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Relatório de pesquisa. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminando [The age of humanism is ending, 2016]. Trad. André Langer. *Revista IHU on-line,* Instituto Humanitas Unisinos, 24/1/2017, on-line.

MCIDADES. *Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

MCINTOSH, Michelle J.; MORSE, Janice M. Situating and constructing diversity in semi-structured interviews. *Global Qualitative Nursing Research*, v. 2, 2015, pp. 1–12.

MEIRA, Maria Elisa. A ética é uma ótica. *Cadernos ABEA*, n. 21 (*Anais do IX Congresso Nacional da abea, XVI Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo)*, 1999.

MELO, Izabel Dias de Oliveira. *O espaço da política e as políticas do espaço*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MERTON, Robert K. The focussed interview and focus groups: continuities and discontinuities. *The Public Opinion Quarterly*, v. 51, n. 4, 1987, pp. 550–566.

MERTON, Robert K.; KENDALL, Patricia L. The focused interview. *American Journal of Sociology*, v. 51, n. 6, 1946, pp. 541–57.

MERTON, Robert K.; FISKE, Marjorie; KENDALL, Patricia L. *The focused interview: a manual of problems and procedures.* New York: The Free Press, [1956] 1990.

MESEGUER, Álvaro García. *Controle e garantia da qualidade na construção* [*Control y garantía de la calidad en la construcción*]. Trad. Roberto José Falcão Bauer; Antonio Carmona Filho; Paulo Roberto do Lago Helene. São Paulo: Sinduscon-SP, Projeto; PW, [1989] 1991.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx* [*Marx's theory of alienation*]. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, [1970] 2006.

MEUSER, Michael; NAGEL, Ulrike. ExpertInneninterviews — vielfach erprobt, wenig bedacht: Ein Beitrag zur qualitativen Methodendiskussion. In: Detlef Garz; Klaus Kraimer (eds.). *Qualitativ-empirische Sozialforschung: Konzepte, Methoden, Analysen*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991, pp. 441–471.

MICELI, Sergio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MILL, John Stuart. *Principles of political economy: with some of their applications to social philosophy.* Volume 2. London: John W. Parker, [1848] 1849.

MINAS GERAIS. *Plano mineiro de educação: carta-compromisso*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 1975–1976.

___. *Manual do NEEC.* Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Obras Públicas, Assessoria de Projetos Especiais, 1988.

Ministério da educação e saúde. *Organização universitária brasileira.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

Ministério da indústria e comércio. *Política tecnológica brasileira: desempenho e articulações.* Brasília: Secretaria de Tecnologia Industrial, 1987.

Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas.* Florianópolis: Editora ufsc, 2002.

Monteiro, Fernanda Testa. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (mg): travessias e contradições ambientais*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: Milton Santos; Maria Adélia A. de Souza; Maria Laura Silveira (eds.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; anpur, 1994, pp. 169–181.

___. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: Roberto Luís de Melo Monte-Mór (ed.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: cedeplar; pbh, 1994, pp. 11–27.

Moreira, Juliano. Ligeiras notas a propósito da assistência familiar. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins,* v. 2, n. 1, 1906, pp. 222–241.

Mott, Odette de Barros. *Pedro pedreiro*. São Paulo: Brasiliense, [1979] 1982.

Moura, Mauro C. B. Para uma teoria da cultura. *Novos Rumos*, v. 16, n. 35, 2001, pp. 35–46.

Najemy, John M. *A history of Florence, 1200–1575*. Oxford: Blackwell, 2006.

Neri, Marcelo Cortês (ed.). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: fgv; cps, 2010.

Neufert, Ernst. *Arte de projetar em arquitetura* [*Bauentwurfslehre*]. São Paulo: Gustavo Gili, [1936] 1974.

Oda, Ana Maria Galdini Raimundo; Dalgalarrondo, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciência, Saúde*, v. 12, n. 3, 2005, pp. 983–1010.

Olanda, Diva Aparecida Machado; Almeida, Maria Geralda de. A geografia e a literatura: uma reflexão. *Geosul*, v. 23, n. 46, 2008, pp. 7–32.

Oliveira, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: cebrap, 1972.

___. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos*, cebrap, n. 74, 2006, pp. 67–85.

Organização das nações unidas. *Declaração universal dos direitos humanos.* Paris, 1948.

Partido comunista revolucionário. *Programa do pcr para a revolução socialista brasileira.* Recife: Manoel Lisboa, 2013.

Pelli, Victor Saúl. Notas para uma tecnologia apropriada à construção na América Latina. In: Lucia Mascaró (ed.). *Tecnologia e arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1989, pp. 11–32.

Pereira da Costa, Francisco Augusto. Estudo histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, v. 9, n. 54, 1900, pp. 3–45.

Pereira, Samuel Gomes. Geodesia e topographia: trabalhos da 1ª e 2ª secções da 4ª divisão. *Revista Geral dos Trabalhos: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com autorisação do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis.* Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1895, pp. 39–51.

Perronet, Jean Rodolphe. *Mémoire sur le cintrement et le décintrement des ponts et sur les différens mouvemens que prennent les voûtes pendant leur construction*. Paris: L'Imprimerie Royale, 1777.

___. *Description des projets et de la construction des ponts de Neuilly, de Mantes, d'Orléans, de Louis XVI* & autres. Paris: Imprimerie Nationale; Didot, 1789.

___. *Projet d'un pont d'une travée de charpente, de trente-six pieds ouverte à son sommet, de dix pieds de largeur et sans clef*. Paris: L'Imprimerie, rue du Théâtre-François, 1793.

Peters, Tom F. *Building the nineteenth century*. Cambridge, Massachusetts; London: MIT Press, 1996.

Pevsner, Nikolaus. *An outline of European architecture.* London: J. Murray, 1948.

Picon, Antoine. *French architects and engineers in the age of Enlightenment* [*Architectes et ingénieurs au siècle des lumières*]. Trad. Martin Thom. Cambridge: Cambridge University Press, [1988] 1992.

Pinheiro, Délio José Ferraz; Silva, Maria Auxiliadora da (eds.). *Visões imaginárias da cidade da Bahia: um diálogo entre geografia e a literatura*. Salvador: EDUFBA, 2004.

Pouchet, Louis-Ézéchiel. *Tableau des nouveaux poids, mesures et monnoies de la république française*. Rouen: Edição do autor, 1794.

Prefeitura de Belo Horizonte. *Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte: DRENURBS*. Belo Horizonte: SUDECAP, 2009.

Preteceille, Edmond; Valladares, Licia do Prado. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (ed.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade.* Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000, pp. 375–403.

Puppi, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Campinas; Pontes: Associação dos Amigos da História da Arte; CPHA; IFCH; UNICAMP, 1998.

Rezende, Hélio Passos. *Resistência dos indígenas Gavião Kyikatêjê: por uma educação sócio-espacial coletiva*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

Ribeiro, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília.* Brasília: Editora UNB, 2008.

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Lago, Luciana (eds.). *Acumulação urbana e a cidade*. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1992.

Richter, Eugen. *Sozialdemokratische Zukunftsbilder: Frei nach Bebel*. Berlin: Fortschritt, 1891.

Riofrío, Gustavo; Rodriguez, Alfredo. *De invasores a invadidos (2): 10 anos de autodesarrollo en una barriada*. Lima: Centro de Estúdios y Promoción del Desarrollo, 1980.

ROBERTSON, Edward Stanley. The impracticality of socialism. In: Thomas Mackay (ed.). *A plea for liberty: an argument against socialism and socialistic legislation, consisting of an introduction by Herbert Spencer and essays by various writers.* London: John Murray, [1891] 1894, pp. 25–53.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. *Reflexos das luzes na terra do sol: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência 1808–1831*. São Paulo: ProEditores, 2000.

RODRIGUEZ, Abelardo; BRAVO, Marife. Marco general y conceptuacion. In: Cristina Guisbert Aguilar (ed.). *Rehabilitacion psicosocial y tratamiento integral del trastorno mental severo.* Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2003, pp. 17–53.

ROG, Dennis J.; RAUSH, Harold L. The psychiatric halfway house: how is it measuring up?. *Community Mental Health Journal*, v. 11, n. 2, 1975, pp. 155–162.

ROSS, Karen. Making empowering choices: how methodology matters for empowering research participants. *Forum Qualitative Sozialforschung/ Forum: Qualitative Social Research*, v. 18, n. 3, 2017, on-line.

ROSS, Kristin; LEFEBVRE, Henri. Henri Lefebvre on the Situationists: an interview. Trad. Kristin Ross. *October*, v. 79, [1983] 1997, pp. 69–83.

SÁ, Lúcia. Zola in Rio de Janeiro: the production of space in Aluísio Azevedo's *O cortiço. Portuguese Studies*, v. 26, n. 2, 2010, pp. 183–204.

SACKS, Oliver. *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu: e outras historias clinicas* [*The man who mistook his wife for a hat, and other clinical tales*]. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, [1985] 2001.

SANEAMENTO *básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos — os serviços de água e esgoto*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Questão de classe: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004.

___. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, 2005, pp. 27–45.

___. Posições de classe destituídas no Brasil. In: Jessé Souza (ed.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 463–483.

___. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, 2011, pp. 27–55.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, [2000] 2008.

SANTOS, Roberto E. dos. *A armação do concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SANTOS, Vivaldo Andrade dos. Uma leitura econômica de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, 2012, pp. 53–66.

SARACENO, Benedetto. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Te Corá; Instituto Franco Basaglia, 1999.

SCHÖRLE, Eckart. Das Lach-Seminar: Anmerkungen zu Theorie und Praxis bei Adorno. *WerkstattGeschichte*, n. 35, 2003, pp. 99–108.

SCHÜTZE, Friedrich. Zur Hervorlockung und Analyse von Erzählungen thematisch relevanter Geschichten im Rahmen soziologischer Feldforschung: dargestellt an einem Projekt zur Erforschung kommunaler Machtstrukturen. In: Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (eds.). *Kommunikative Sozialforschung*. München: Fink, 1976, pp. 159–260.

___. Biographieforschung und narratives Interview. *Neue Praxis*, v. 13, n. 3, 1983, pp. 283–293.

SENNETT, Richard. *O artífice* [*The craftsman*]. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, [2008] 2009.

SILVA, Floriscena Estevam Carneiro da. *Construindo muros e derrubando barreiras: a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011.

SILVA, Geraldo Ângelo de Almeida e. *Arquitetura escolar em Minas Gerais: a experiência da CARPE*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil.* São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. *Água em meio urbano: favelas nas cabeceiras*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito [Die Großstädte und das Geistesleben, 1903]. Trad. Leopoldo Waizbort. *Mana*, v. 11, n. 2, 2005, pp. 577–591.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, [1973] 2002.

___. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

___. *O que é economia.* São Paulo: Contexto, [1998] 2003.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* [*An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*]. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, [1776] 1996.

SOJA, Edward. Para além de Postmetropolis [Beyond Postmetropolis, 2011]. Trad. Roberto Luís de Melo Monte-Mór. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 20, n. 1, 2013, pp. 136–167.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: Otavio Soares Dulci; Magda de Almeida Neves (eds.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais.* Belo Horizonte: C/Arte, 1996, pp. 55–74.

SOTO, Hernando de. *O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo* [*The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else*]. Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2001.

SOUSA, Elieth A. *Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: o caso do 'Bairro Metropolitano' em Ribeirão das Neves*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Boaventura de Sousa Santos (ed.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 23–77.

SOUTO MAIOR, Jorge. Luiz. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, pp. 83–88.

SOUZA, Jessé (ed.). *A ralé brasileira: quem é e como vive.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

___ (ed.). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2001] 2010.

___. A 'nova geração' de movimentos sociais urbanos — e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Revista Cidades*, v. 6, n. 9, 2009, pp. 9–26.

___. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPRADLEY, James P. *The ethnographic interview*. Fort Worth: Hartcourt Brace Jovanovich, 1979.

STADEN Hans. *Viagem ao Brasil*. Trad. Alberto Löfgren com revisão e notas de Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, [1557] 1930.

STEINERT, Heinz. *Adorno in Wien.* Münster: Westfälisches Dampfboot, 2003.

STEVENS, Garry. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica* [*The favored circle: the social foundations of architectural distinction*]. Trad. Lenise Garcia Corrêa Barbosa. Brasília: Editora UNB, [1998] 2003.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg [The city as a hybrid: on nature, society and cyborg urbanization, 1996]. In: Henri Acselrad. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.* Rio de Janeiro: DP&A; CREA-RJ, 2001, pp. 83–104.

SYNGE, John Millington. *Plays, poems, and prose*. London: Everyman, 1941.

TAYLOR, Nigel. *Urban planning theory since 1945*. London: Sage, 1998.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil — Século XX.* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, [1984] 1993.

TEULIÈRES, Roger. Favelas de Belo Horizonte. *Boletim Mineiro de Geografia*, n. 1, 1957, pp. 7–37.

THIBAUD, Jean-Paul. Les parcours commentés. In: Michèle Grosjean; Jean-Paul Thibaud (eds.). *L'espace urbain en méthodes*. Marseille: Parenthèses, 2001, pp. 79–99.

THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial [Time, work-discipline, and industrial capitalism, 1967]. In: *Costumes em comum.* Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 267–304.

THOMSON, Hilary; THOMAS, Sian; SELLSTROM, Eva; PETTICREW, Mark. The health impacts of housing improvement: a systematic review of intervention studies from 1887 to 2007. *American Journal of Public Health*, v. 99, Supplement 3, 2009, pp. 681–692.

TIMOSHENKO, Stephen Prokofievich. *History of strength of materials: with a brief account of the history of theory of structure*. New York: McGraw-Hill, 1953.

TODD, Allan. *Las revoluciones 1789-1917* [*Revolutions 1789–1917*]. Trad. Paloma Gómez Crespo. Madrid: Alianza, 2000.

TOURNÈS, Dominique. Construire pour calculer. In: Évelyne Barbin (ed.). *Les constructions mathématiques avec des instruments et des gestes*. Paris: Ellipses, 2014, pp. 265–296.

TURNER, John F. C. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London; New York: Marion Boyars, 1976.

TURNER, John F. C.; FICHTER, Robert. *Freedom to build: dweller control of the housing process*. New York: Macmillan, 1972.

UEHBE, Lais Nascimento. Análise dos conteúdos geográficos da obra Capitães de Areia de Jorge Amado. *22ª SICUSP: Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP*. São Paulo: USP, 2014.

URBEL. *Plano Global Específico (PGE): histórico do conjunto Felicidade*. Belo Horizonte: URBEL, 2001.

URQUIZA, Lygia Maria de França Pereira. *Um tratamento para a loucura: contribuição à história da emergência da prática psiquiátrica no estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Medicina, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, pp. 35–40.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas (eds). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 127–162.

VALLADARES, Licia do Prado. Favela.com. In: Ana Fernandes; Angela Gordilho Souza (eds). *Habitação popular no Brasil: reflexões, avaliações e propostas.* Salvador: FAU-UFBA; PPGAU, 2004, pp. 121–136.

___. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VASCONCELOS, Augusto Carlos de; CARRIERI JUNIOR, Renato. *A Escola brasileira do concreto armado*. São Paulo: Axis Mundi, 2005.

VAUTHIER, Louis-Léger. Des maisons d'habitation au Brésil. *Revue Générale de l'Architecture et des Travaux Publics*, Paris, 1853, pp. 118–121.

VIEIRA DA SILVA, Joana Barbosa. *Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

VIEL, Charles-François. *Décadence de l'architecture à la fin du XVIII^e siècle*. Paris: Edição do autor, 1800.

___. *De l'impuissance des mathématiques pour assurer la solidité des bâtimens et recherches sur la construction des ponts*. Paris: Edição do autor, 1805.

___. *De la solidité des bâtimens, puisée dans les proportions des ordres d'architecture.* Paris: Edição do autor, 1806.

VOIGT, Wolfgang. Triumph der Gleichform und des Zusammenpassens: Ernst Neufert und die Normung in der Architektur. In: Winfried Nerdiger (ed.). *Bauhaus Moderne im Nationalsozialismus: Zwischen Anbiederung und Verfolgung.* München: Prestel, 1993, pp. 179–193.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel.* São Paulo: Editora 34, 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEBER, Max. Ciência como vocação [Wissenschaft als Beruf, 1919]. In: *Ciência e política: duas vocações.* Trad. Leonidas Hegenberg; Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1985, pp. 17–52.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada* [*Street corner society: the social structure of an Italian slum*]. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1943] 2005.

___. Revisiting 'Street corner society'. *Sociological Forum*, v. 8, n. 2, 1993, pp. 285–298.

WIGLEY, Mark. *Constant's New Babylon: the hyper-architecture of desire*. Rotterdam: 010 Publishers, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* [*Keywords: a vocabulary of culture and society*]. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, [1983] 2011.

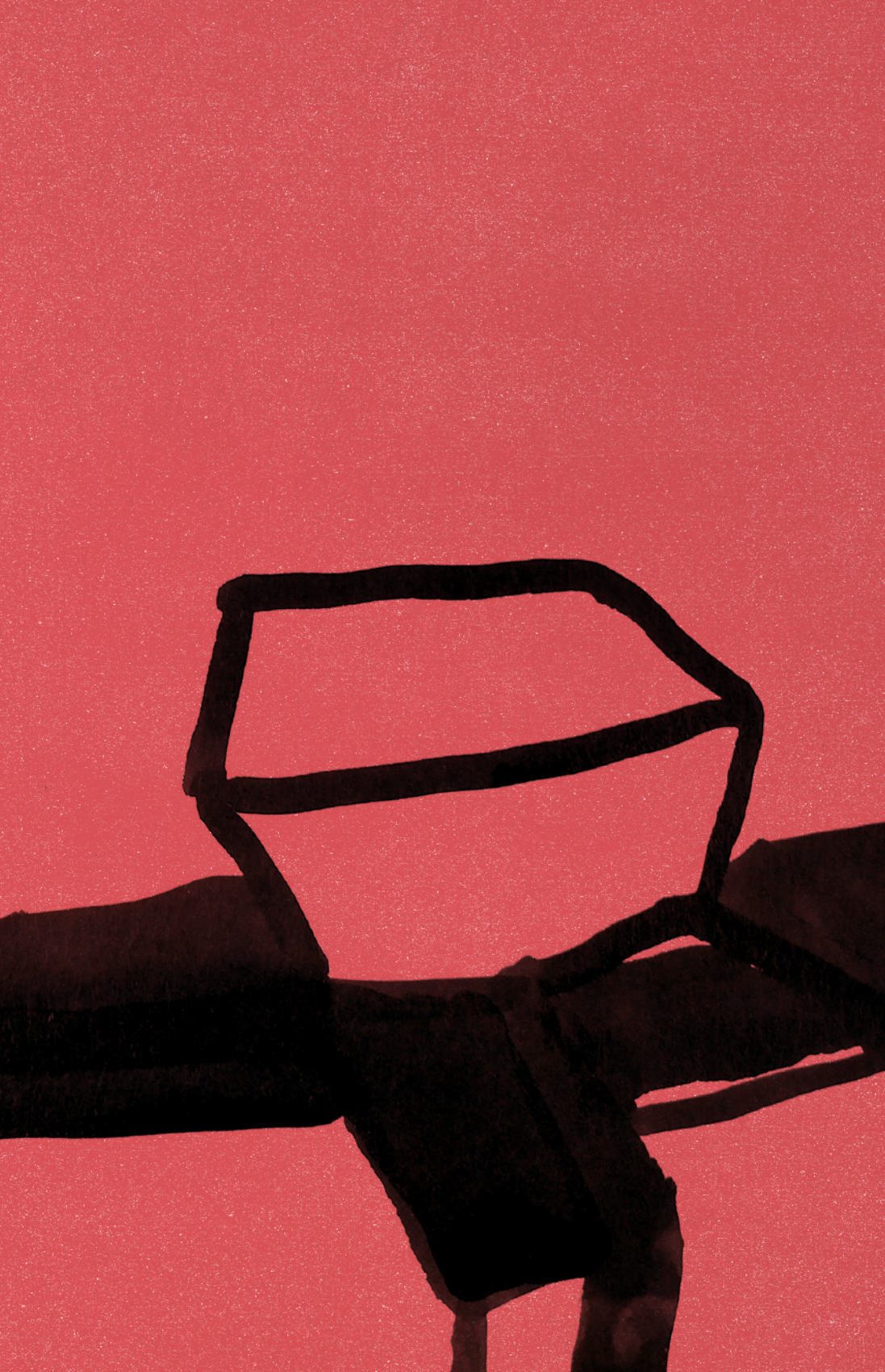
WOLFF, Christian. *Psychologia empirica*. Frankfurt am Main; Leipzig: Officina Libraria Rengeriana, [1732] 1738.

WORTHEN, Blaine; SANDERS, James; FITZPATRICK, Jody. *Avaliação de programas: concepções e práticas* [*Program evaluation: alternative approaches and practical guidelines*]. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: EDUSP; Gente, [1997] 2004.

YOUNG, Michael; WILLMOTT, Peter. *Family and kinship in East London*. London; Boston; Henley: Routledge & Kegan Paul, [1957] 2011.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane. *Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução.* Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

autoras e autores



Ana Paula Baltazar dos Santos*

Ana, uma das fundadoras do MOM, é arquiteta (UFMG, 1994), com mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 1998) e doutorado em Arquitetura (The Bartlett School of Architecture, 2009). Ela tem trabalhado com pedagogia sócio-espacial e interfaces para ampliar as possibilidades do comum, de autonomia coletiva, de emancipação e de consciência de classe sócio-espacial.

Margarete Maria de Araújo Silva (Leta)*

Leta é arquiteta (UFMG, 1983), com mestrado em Engenharia Civil (USP, 2003) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 2013). Atua como assessora técnica de movimentos sociais urbanos e rurais, com ênfase na autogestão e na recuperação socioambiental, especialmente das águas. Integra a Associação Arquitetas Sem Fronteiras (ASF-Brasil), desde 2013.

Roberto Eustaáquio dos Santos (Ró)*

Ró é arquiteto (UFMG, 1983), com mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 2002) e doutorado em Educação (UFMG, 2008). Suas pesquisas se concentram na história da construção da cidade, com foco nos processos de trabalho, na difusão de tecnologias, na economia política das obras públicas e nos paradigmas de manejo das águas urbanas.

Silke Kapp*

Silke, uma das fundadoras do MOM, é arquiteta (UFMG, 1988), com mestrado e doutorado em Filosofia (UFMG, 1994 e 1999). Seu foco são teorias críticas e práticas experimentais, com ênfase nos Estudos de Produção. Está trabalhando na tradução e difusão internacional da obra teórica de Sérgio Ferro. Em 2020, publicou o livro *Canteiros da utopia*.

Tiago Castelo Branco Lourenço*

Tiago é maquetista, historiador (Newton Paiva, 2000) e arquiteto-urbanista (PUC-MINAS, 2009), com mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 2014) e doutorando no NPGAU. Também é professor da PUC-MINAS. Desde 2009, presta assessoria técnica às ocupações urbanas e movimentos sociais de luta por moradia em Belo Horizonte e região.

* Professores do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG e membros titulares da coordenação colegiada do Grupo de Pesquisa MOM.

Adauto Lúcio Cardoso

Adauto é professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrópoles, com foco em políticas habitacionais e fundiárias. Trabalhamos juntos, entre 2011 e 2015, na REDE FINEP MORAR TS.

Ana Paula Maciel Peixoto

Ana foi pesquisadora do MOM entre 2009 e 2012, engajada nos trabalhos do PDDI-RMBH como mestranda, orientada por Ana Baltazar. Desde 2013, é funcionária do Ministério das Cidades (atual Ministério de Desenvolvimento Regional), na linha de frente das políticas habitacionais.

Athos Souza e Silva

Athos foi bolsista de iniciação científica do MOM de 2016 a 2018, e contribuiu substancialmente para a concepção do Jogo da Maquete. Hoje tem uma oficina de marcenaria, com Arthur Henrique Lopes, onde cria e executa móveis.

Augustin Maurice Marie Gondallier de Tugny

Augustin nasceu na França, onde estudou arquitetura de interiores. Mora no Brasil desde 1998. Fez mestrado em Arquitetura e doutorado em Artes, na UFMG. Por sua iniciativa, o MOM se tornou parte da pesquisa *Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave*. Hoje, é professor do Centro de Formação em Artes e Comunicação, na Universidade Federal do Sul da Bahia.

Bárbara Alves Olyntho

Bárbara foi bolsista de iniciação científica do MOM entre 2011 e 2012, no contexto da REDE FINEP MORAR TS. Também participou da pesquisa de mestrado de Priscilla Nogueira, sobre arquitetura para demandas populares. Depois, foi arquiteta da Gema Arquitetura e, hoje, trabalha com paisagismo restaurativo.

Camila Matos Fontenele

Camila é arquiteta-urbanista pela Universidade Federal do Ceará. Concluiu o mestrado no NPGAU em 2016. Entrou no MOM em 2017, como bolsista da pesquisa *Place-making with older adults*, que terminou em 2019. Concluiu seu doutorado em 2021, orientada por Ana Baltazar.

Cíntia de Freitas Melo

Cíntia é bacharel em Direito pela UFMG, e integrou o Programa Polos de Cidadania, além de diversos outros engajamentos em lutas pelo direito à cidade. Concluiu

o mestrado no NPGAU, em 2016, orientada por Ana Baltazar, e atualmente está terminando o doutorado, também orientada por Ana.

Denise Morado Nascimento

Denise é arquiteta e urbanista com doutorado em Ciência da Informação e pós-doutorado em Geografia. É professora da Escola de Arquitetura da UFMG, tendo sido pesquisadora do MOM entre 2006 e 2009. Desde então, coordena o grupo de pesquisa Práxis; é também pesquisadora do CNPQ.

Eric Ferreira Crevels

Eric gradou-se em arquitetura e urbanismo em 2015, com a monografia *Autonomia e construção*, orientada por Leta. Em 2018, concluiu o mestrado no NPGAU, orientado por Silke. Desde 2020, é doutorando em Arquitetura pela Delft University of Technology.

Fernanda Meniconi Barbabela

Fernanda foi uma das participantes da disciplina *Mulheres em luta pelo território*, em 2019. Concluiu a graduação em 2020, com a monografia Espaços produzidos: um estudo da Avenida Silva Lobo, orientada por Silke. Atualmente, é mestranda no NPGAU e trabalha na Práxis Projetos e Consultoria.

Geraldo Angelo de Almeida e Silva (Dinho)

Dinho se graduou na EAUFMG em 2008. De 2009 a 2016, trabalhou no Departamento de Planejamento Físico da UFMG. No mestrado, *Arquitetura escolar em Minas Gerais: a experiência da CARPE* (2016), foi orientado por Ró. Hoje, é arquiteto e coordenador de projetos na França, no AS. Architecture Studio.

Giovanna Aparecida Matos Camisassa

Giovanna foi uma das participantes da disciplina optativa *Mulheres em luta pelo território*, em 2019. Para sua monografia de conclusão de curso, orientada por Silke, está pesquisando conjuntos habitacionais de Belo Horizonte para uma análise na perspectiva de gênero.

Hélio Passos Rezende

Hélio é formado em artes plásticas pela Escola Guignard e pela UFMG. Concluiu, em 1998, o mestrado com distinção em Combined Media no Chelsea College of Arts & Design (Londres), e, em 2018, o doutorado no NPGAU. Trouxe para o MOM a perspectiva da interculturalidade do povo indígena Gavião Kyikatêjê. Foi professor de artes na UNIFESSPA e atualmente leciona na UFMG.

Isabela Resende Barreto

Isabela foi bolsista de iniciação científica do MOM de 2017 a 2019, elaborando ferramentas de visualização espacial e realidade virtual. No TCC, *Cotidiano e assessoria técnica na ocupação Vicentão* (EAUFMG, 2019), foi orientada por Tiago Lourenço. Trabalha, hoje, no Através Ateliê de Arquitetura.

Joana Barbosa Vieira da Silva

Joana chegou ao MOM em 2006, como graduanda intercambista da Universidade do Porto. Desde então, participou de diversas pesquisas. Concluiu, em 2016, a dissertação *Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão*, e, em 2021, a tese *Funções do desenho de arquitetura: argumentos para o ensino do projeto*, ambas orientadas por Silke.

Juarez Pereira Furtado

Juarez é livre-docente e professor associado do Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva da UNIFESP. Tem doutorado em Saúde Coletiva, com dois pós-doutorados em avaliação em saúde (UNICAMP e UFBA). Coordena o laboratório de Avaliação de Programas e Serviços em Saúde. Foi coordenador da pesquisa *Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave*, da qual o MOM participou ativamente, entre 2009 e 2011.

Leonardo Polizzi

Leo é arquiteto-urbanista (PUC-MINAS, 2002), professor de projeto urbano do UNIBH. No mestrado (NPGAU, 2013), foi orientado por Silke, e hoje é doutorando, orientado por Ró, com uma pesquisa sobre infraestrutura urbana de drenagem, integrada ao projeto *Águas na cidade*.

Lígia Maria Xavier Milagres

Lígia é arquiteta-urbanista e artista gráfica. Foi bolsista do MOM na REDE FINEP MORAR TS e se tornou uma colaboradora permanente. Concluiu, em 2011, a dissertação *Entre o quintal e o parque*, orientada por Silke, e, em 2016, a tese *Processos de auto-organização sócio-espacial*, orientada por Ana Baltazar. Atualmente, mora em Berlim.

Lívia Sales Polon Batista

Lívia foi uma das participantes da disciplina optativa *Mulheres em luta pelo território*, em 2019, pouco antes de concluir a graduação. Atualmente, trabalha como arquiteta e designer autônoma.

Lorena Melgaço Silva Marques

Lorena é arquiteta-urbanista, com mestrado e doutorado pelo NPGAU. Sua tese, *Socio-spatial practices in socio-technological peripheries* (2016), foi orientada por Ana Baltazar. Fez pós-doutorados na University of Birmingham (Inglaterra) e na Malmö University (Suécia). Hoje é professora na Lund University.

Luara de Oliveira Assis

Luara foi uma das participantes da disciplina optativa *Mulheres em luta pelo território*, em 2019. Está concluindo a graduação na EAUFMG e participa do programa de extensão *Natureza política*, do grupo de pesquisa Indisciplinar.

Lucas Furiati de Oliveira

Lucas é psicólogo e mestre em psicologia social. Atualmente faz doutorado na mesma área. Participou, por seis anos, do Programa de Extensão Polos de Cidadania, na Faculdade de Direito da UFMG, com o qual o MOM colaborou na pesquisa *Direito fundamental à moradia adequada*, de 2013 a 2015.

Luna Esmeraldo Gama Lyra

Luna é arquiteta-urbanista pela Universidade Federal do Ceará. Em 2014, passou a integrar o MOM como mestranda do NPGAU, foi bolsista da pesquisa *Place-making with older adults* de 2017 a 2019, e concluiu seu doutorado em 2021. Sua dissertação e sua tese, ambas orientadas por Silke, enfocam questões sócio-espaciais na perspectiva de gênero.

Márcia Helena Batista Corrêa da Costa

Márcia tem graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Integrou, pelo Programa Cidade e Alteridade, a pesquisa *Direito fundamental à moradia adequada*, da qual o MOM participou de 2013 a 2015.

Maria Cecília Rocha Couto Gomes

Ciça foi bolsista de iniciação científica no MOM e no LAGEAR, de 2015 a 2018. Em 2019, concluiu a graduação na EAUFMG com a monografia *Experimentos para a expografia de 'Mundos indígenas'*, orientada por Ana Baltazar. No mesmo ano, participou da disciplina optativa *Mulheres em luta pelo território*.

Maria Elena Mattone Vasconcelos

Maria Elena foi uma das participantes da disciplina optativa *Mulheres em luta pelo território*, em 2019. Atualmente, está concluindo a graduação em Arquitetura e Urbanismo na EAUFMG.

Maria Laura de Vilhena Dias e Silva

Maria Laura foi bolsista de extensão no MOM e no LAGEAR de 2016 a 2018. Concluiu a graduação em 2019, com a monografia *Vivências para uma prática sócio-espacial feminista junto axs moradorxs da Vila das Antenas*, orientada por Ana Baltazar. Desde 2017 trabalha também com cenografia junto aos grupos NUPECE e Barracão, e ao Teatro Universitário da UFMG.

Milena Rezende Torino

No primeiro semestre de 2019, Milena participou da disciplina *Mulheres em luta pelo território* e, em agosto do mesmo ano, tornou-se bolsista de iniciação científica do MOM, trabalhando nas renovações e atualizações do website, bem como no aperfeiçoamento de interfaces para a autoprodução. Planeja desenvolver um trabalho de conclusão de curso com essa ênfase.

Natália Mara Arreguy Oliveira

Natália é arquiteta-urbanista e designer, com mestrado e doutorado pelo NPGAU. Foi bolsista de iniciação científica do MOM de 2004 a 2006. Desde 2013, integra o corpo técnico da Prefeitura de Belo Horizonte, e hoje trabalha na Gerência de Regularização de Parcelamento de Interesse Social.

Patricia Cristina Coutinho Nardini

Patricia foi bolsista de iniciação científica do MOM no âmbito da REDE FINEP MORAR TS, de 2011 a 2012. Graduou-se em 2015 e, desde então, participa do grupo AUÊ! UFMG de estudos em agricultura urbana.

Pedro Arthur Novaes Magalhães

Pedro é arquiteto-urbanista, com mestrado em Engenharia de Estruturas. Ele foi bolsista de iniciação científica do MOM de 2006 a 2009. Concluiu a graduação em 2011, com a monografia *Interface de elementos estruturais para autoprodução de moradias*, orientada por Silke. Hoje, trabalha como analista de pesquisa e desenvolvimento na SVATECH.

Priscilla Silva Nogueira

Priscilla é arquiteta-urbanista e foi pesquisadora do MOM como mestranda, com a dissertação Práticas de arquitetura para demandas populares (2010), orientada por Silke, e pesquisadora da REDE FINEP MORAR TS até 2012. Concluiu o doutorado na Bauhaus-Universität Weimar, em 2018, com a tese *Brazilian Battlers' Housing*. Hoje, mora em Frankfurt, onde trabalha no departamento de subsídio habitacional.

Rebekah Brito Montenegro Campos

Rebekah foi bolsista de iniciação científica do MOM, de 2011 a 2013, no âmbito da REDE FINEP MORAR TS. Em 2013, concluiu a graduação na EAUFMG com a pesquisa *O outro loteador popular: os loteamentos associativos sob a participação e a liderança do Padre Piggi Bernareggi*, orientada por Silke.

Rita de Cássia Lucena Velloso

Rita é arquiteta-urbanista, com mestrado e doutorado em Filosofia. Ela foi uma das fundadoras do MOM, em 2004, ainda como pesquisadora externa. Em 2012, tornou-se professora da EAUFMG e fundou o grupo de pesquisa Cosmópolis. É pesquisadora do CNPQ e, desde 2016, vice-diretora da EAUFMG.

Rodrigo Santos Marcandier Gonçalves

Rodrigo é arquiteto-urbanista e fotógrafo. Foi pesquisador do MOM de 2004 a 2020, atuando em inúmeras atividades, tais como os estudos para o PDDI-RMBH, a REDE FINEP MORAR TS, o projeto de extensão Águas na cidade, a digitalização das cadernetas de campo da Comissão Construtora da Nova Capital, e a pesquisa *Place-making with older adults*.

Sulamita Fonseca Lino

Sulamita é arquiteta-urbanista, com mestrado em Arquitetura (UFMG) e em Filosofia (UFOP), e doutorado em Filosofia (UFMG). Ela foi pesquisadora do MOM de 2006 a 2008, no âmbito do projeto *Interface digital de apoio à produção de moradias*. Desde 2009, é professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP.

Thiago Alfenas Fialho

Thiago concluiu a graduação em Arquitetura e Urbanismo, em 2015, com a monografia *Resistências contra-hegemônicas em áreas degradadas por mineração*, orientada por Leta. Depois, fez a pesquisa de mestrado, orientado por Ró: *Da alienação ao reconhecimento: interfaces para visualização de transformações espaço-temporais*. Desde 2019, é arquiteto da Prefeitura de Pará de Minas e doutorando do NPGAU.

MOM
edições

Escola de Arquitetura da UFMG
Rua Paraíba, 697
30.130-140 Belo Horizonte – MG
Tel. (55 31) 3409 8855
mom.editorial.eaufmg@gmail.com

Conselho editorial
Ana Paula Baltazar
João Marcos de Almeida Lopes
Margarete Maria de Araújo Silva
Roberto E. dos Santos
Silke Kapp
Tiago Castelo Branco Lourenço

Projeto gráfico e diagramação
Isabela Izidoro
Silke Kapp

Capa
Louise Ganz
Isabela Izidoro

Desenhos entre capítulos
Louise Ganz

Preparação
Isabela Izidoro
Silke Kapp
Ana Paula Baltazar

Revisão
Alexandre Bomfim

Colaboração
Joana Vieira da Silva
Wellington Cançado

A publicação deste trabalho foi realizada com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP.

Finep
INOVAÇÃO E PESQUISA

[cc] Silke Kapp & Ana Paula Baltazar, 2021
[cc] Selo editorial MOM, 2021
[cc] Desenhos das capas e entre capítulos, Louise Ganz, 2021

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esta obra, desde que cite a autoria e não faça uso comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moradia e outras margens : volume 2 / Silke Kapp ; Ana Paula Baltazar, (eds.). -- Belo Horizonte : MOM, 2021.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88628-03-4

1. Arquitetura - Brasil 2. Comunidade - Brasil 3. Espaço urbano 4. - Brasil 5. Habitações - Brasil 6. Mobilidade urbana 7. Moradias - Brasil 8. Política habitacional - Brasil I. Kapp, Silke. II. Baltazar, Ana Paula.

21-62567 CDD-728.0981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Moradia : Espaços urbanos : Arquitetura 728.0981
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Foi feito o depósito legal.

Fontes	Spectral, Inter, Poppins
Papel	Triplex 300g/m² e Pólen bold 70g/m²
Impressão	Formato
Tiragem	500 exemplares

Mover outras montanhas, Morar de outras maneiras, Moradia e outras margens são algumas das possibilidades de dar sentido a *mom*, uma palavra usada por uma criança construindo sua imaginação em meio às incertezas do mundo. Começamos em 2004 como grupo de pesquisa MOM — Morar de outras maneiras — buscando não perder de vista o universo de incertezas desejável nas pesquisas sobre moradia: economia e política, teoria crítica, história e prática da produção informal, vida cotidiana, comunicação, trabalho nos canteiros, técnicas de construção, impacto ambiental, sociologia urbana, propriedade da terra, movimentos sociais, grupos vulneráveis e não organizados, práticas de assessoria técnica, interfaces, desenho, projeto. Em 2021 damos sentido a MOM em dois volumes intitulados *Moradia e outras margens*, selecionando e aprimorando textos produzidos pelo grupo até o momento. Se no início enfatizávamos a crítica do campo da arquitetura e das implicações da recepção de espaços produzidos em processos convencionais, atualmente estamos mais atentas aos processos de produção e às possibilidades de que promovam ambientes de aprendizagem para uma autoemancipação. Há uma mudança gradativa do entendimento das contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista da moradia, entendendo-a cada vez mais como meio para a transformação social e problematizando-a para além de sua função imediata como objeto arquitetônico e urbano. Os dois volumes de *Moradia e outras margens* agrupam os textos em torno de temas atratores e, dentro de cada tema, estão em ordem cronológica, revelando nuances do movimento da recepção à produção. O volume 2 começa com um agrupamento de discussões teóricas, empíricas e metodológicas sobre **cotidianos** sócio-espaciais. Passa então a problematizar a autoprodução em dois conjuntos de textos. O primeiro traz discussões sobre a relação entre **favelas e heteronomia** e o segundo trata da **construção da periferia** resistindo aos expedientes de dominação vigentes e enfatizando a agência política dos moradores. As **histórias de canteiro** dão continuidade à crítica dos expedientes de dominação, entrando no campo dos estudos de produção, também discutido nas **outras histórias** de produção do espaço.

Ana Baltazar e Silke Kapp

MOM edições

Finep
INOVAÇÃO E PESQUISA

ISBN: 978-65-88628-03-4